

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Fabiana Regina da Silva

**ASSOCIAÇÕES POLONESAS *UNIÃO DAS SOCIEDADES KULTURA E
OSWIATA* (CURITIBA - PR) – ANTAGONISMOS E POLONIDADE(S)
NA DIÁSPORA (1890-1939)**

**Santa Maria, RS, Brasil
2019**

Fabiana Regina da Silva

**ASSOCIAÇÕES POLONESAS *UNIÃO DAS SOCIEDADES KULTURA E OSWIATA*
(CURITIBA - PR) – ANTAGONISMOS E POLONIDADE(S) NA DIÁSPORA (1890-
1939)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em História.**

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Santa Maria, RS, Brasil
2019

Silva, Fabiana Regina da
Associações polonesas união das sociedades Kultura e
Oswiata (Curitiba-PR) - antagonismos e polonidade(s) na
diáspora (1890-1939) / Fabiana Regina da Silva.- 2019.
406 p.; 30 cm

Orientador: Jorge Luiz da Cunha
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2019

1. Associações Polonesas 2. União das Sociedades
Kultura e Oswiata 3. Diáspora 4. Polonidade I. Cunha,
Jorge Luiz da II. Título.

Fabiana Regina da Silva

**ASSOCIAÇÕES POLONESAS *UNIÃO DAS SOCIEDADES KULTURA E OSWIATA*
(CURITIBA - PR) – ANTAGONISMOS E POLONIDADE(S) NA DIÁSPORA (1890-
1939)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em História.**

Aprovado em: --- de março de 2019

Prof. Jorge Luiz da Cunha, Dr. Phil. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Prof. André Luis Ramos Soares, Dr. (UFSM)

Prof. Marcos Antonio Witt, Dr. (UNISINOS)

Profa. Maria Catarina Chitolina, Dra (UFSM)

Prof. Roberto Radünz, Dr. (UCS)

Santa Maria, RS, Brasil
2019

AGRADECIMENTOS

(Re)pensando o caminho trilhado durante o processo de pesquisa, percebemos que este se tornou ainda mais agradável e prazeroso quando tivemos companhia. Por isso, sou grata por ter caminhado em muitos momentos com distintas pessoas que fizeram diferença não só acadêmica e cientificamente, mas também em minha vida. Entre eles, destaco aqui meus colegas de doutorado da turma de 2015: Alexandra, Bruna, Renata, Pablo, Günter, Cláudio, Guilherme, e outros aqui não mencionados. Em vários momentos de disciplinas, de reuniões e de minicursos, compartilhamos, além de almoços e cafés, nossas incertezas inexperiências e experiências.

No entanto este caminho tornou-se mais tranquilo com a bolsa de doutorado, possibilitando o bom andamento do curso e da pesquisa, bem como de nosso aperfeiçoamento dado no diálogo acadêmico e científico, com a participação em eventos nacionais e internacionais. Então, fica aqui o agradecimento à Coordenação e Aperfeiçoamento do Ensino Superior – CAPES e, da mesma forma, à Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em História, representados na pessoa da Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin e do Professor Dr. Luis Augusto Ebling Farinatti, como coordenação.

Sou imensamente grata ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha, por acreditar no meu trabalho e me apoiar com sua generosa orientação e conhecimento durante esta trajetória de formação acadêmica. Estendo esta menção aos membros da banca que estiveram presentes ou não, mas que, de qualquer forma, foram decisivos com seus apontamentos, tanto na qualificação, quanto na defesa final, são eles: Prof. Dr. Roberto Radünz (UCS), Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS), Prof. Dr. Marcos Antônio Witt (Unisinos), Profa. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM), Prof. Dr. André Luis Ramos Soares (UFSM) e Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin (UFSM). Minha gratidão também à Profa. Dra Regina Weber do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, pelos momentos de trocas nos eventos e textos enviados no intuito de colaborar com nossa escrita.

Meu agradecimento especial ao Pe. Lourenço Bienarski por sua dedicação de anos ao Acervo dos Padres da Missão de São Vicente de Paulo/ Curitiba – PR, pelas conversas, esclarecimentos e auxílio generoso durante nossas estadias e horas de pesquisa naquele espaço. Da mesma forma, aos funcionários do Arquivo Público do Paraná e à Leda e à Gabriela durante nossa pesquisa na Sociedade Polônia, em Porto Alegre – RS.

Agradeço com muito amor e carinho a minha família e a meus amigos, dentre eles, em

especial, a meu afilhado Gabriel pelos momentos de inspiração, alegria e descontração e ao meu companheiro de caminhada, o Prof. Dr. Genesio Mario da Rosa, cuja distinção é merecida, pois, para além do amor e da amizade, sempre foi também um pouco professor. Com seu *hobby*, o cultivo de bonsais, mostrou-nos a importância da paciência, da dedicação, do (re)olhar e do investir no conhecimento para aprimorar a técnica.

Minha gratidão aos companheiros de viagem e de caronas e as minhas colegas de apartamento: Ângela, Carine e Patrícia pela companhia e amizade.

Agradeço ao Prof. Dr. José Iran Ribeiro pelo acompanhamento e pela orientação na disciplina de Docência Orientada.

Por fim, agradeço e ressalto a decisiva importância do Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação – Povo de Clio, grupo de pesquisa coordenado pelo nosso orientador Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha, que nos possibilita momentos de construção e desconstrução, de olhar para nós e para o outro e de dialogar teoricamente com distintos campos do conhecimento de forma livre e autônoma na produção acadêmica de conhecimento, não desvinculada do mundo e da sociedade em que estamos inseridos, com suas dinâmicas e suas culturas.

Contranarciso

Em mim eu vejo o outro
E outro

E outro
Enfim dezenas
Trens passando
Vagões cheios de gente
Centenas

O outro que há em mim
É você, você
E você

Assim como
Eu estou em você
Eu estou nele,
Em nós,

E só quando
Estamos em nós,
Estamos em paz
Mesmo que estejamos a sós.

(Paulo Leminski)

RESUMO

ASSOCIAÇÕES POLONESAS *UNIÃO DAS SOCIEDADES KULTURA E OSWIATA* (CURITIBA - PR) – ANTAGONISMOS E POLONIDADE(S) NA DIÁSPORA (1890-1939)

AUTORA: Fabiana Regina da Silva

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Esta tese, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação/Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Maria/RS, visa compreender a (re)construção de polonidade(s) entre imigrantes poloneses na comunidade imaginada, a partir das representações e dos discursos, processos sociais e culturais, transitoriedade e negociações dadas nas sociabilidades das Associações *Kultura* e *Oswiata*, constituídas em bases identitárias étnico-culturais na comunidade polonesa do Paraná, a maior comunidade de migrantes poloneses e descendentes no Brasil, atuando como centralizações das sociabilidades polonesas neste país, cuja problemática é: *Em que medida as Associações étnicas polonesas - União das sociedades Kultura e Oswiata, oficializadas no pós-reunificação do Estado Polonês, articulam-se a representações de polonidade(s), vinculando-se a uma comunidade imaginada na diáspora?* A primeira, com orientação progressista e a segunda católico-clerical, cujas atividades, na primeira metade do século XX, estão voltadas para a comunidade polonesa no Brasil, ambas centralizadas na cidade de Curitiba – PR, através de filiações, orientam as demais sociedades étnicas polonesas nas regiões brasileiras de imigração e de colonização polonesa. Para tanto, contamos com a análise de fontes documentais, fotográficas e biográficas produzidas em relação a estes processos sociais, sejam elas de órgãos oficiais das próprias associações e seus membros, boa parte destas localizadas no Acervo São Vicente de Paulo em Curitiba – PR. Nossa delimitação temporal se define a partir da emigração em massa, a “*febre brasileira*” (1890), até a nacionalização e o início da Segunda Guerra Mundial (1939), quando os processos sociais identitários étnicos e as atividades étnicas das associações no Brasil são restringidas devido à intervenção da política de nacionalização e de construção da brasilidade. Entre nosso aporte teórico, destacamos: Anderson (2008), Poutignat & Streiff-Fenart & Fredrik Barth (1969, 2011), Baumann (2012), Cucho (2002), Hall (2003, 2006, 2013), Burke (2003) Chartier (1989). Desvelamos conflitos, negociações, contatos interétnicos e fronteiras, processos simbólico-culturais ligados à comunidade imaginada na diáspora. As Associações *Kultura* e *Oswiata*, tangenciando o objetivo de sua criação após a reunificação e reconquista da independência da Polônia, revelaram-se importantes espaços de articulação étnica e cultural, cujas sociabilidades e articulações de intelectuais e de agentes étnicos e da imprensa étnica foram efetivas na representação de polonidade(s). Estes processos de (re)construção identitária compartilhavam tanto dimensões simbólicas trazidas da Polônia, quanto aquelas construídas na diáspora, na dinâmica das relações culturais, sociais e interétnicas das novas realidades. Investigações assim delimitadas são potencialmente relevantes para ampliar o conhecimento em História, e, também, em História da Educação sobre questões relacionadas à imigração no Brasil e organizações associativas étnicas, emergindo elementos novos e contribuindo num sentido social e científico no desvelamento de arquivos e da produção de documentos. As organizações associativas étnicas foram iniciativas singulares embasadas em definições étnicas, culturais, políticas e ideológicas que deixaram importante contribuição para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Associações Polonesas. União das Sociedades *Kultura* e *Oswiata*. Diáspora. Polonidade.

ABSTRACT

POLISH ASSOCIATIONS *UNION OF KULTURA AND OSWIATA SOCIETIES* (CURITIBA - PR) ANTAGONISMS AND POLONITY(S) IN THE DIASPORA (1890-1939)

Author: Fabiana Regina da Silva

Advisor: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

This thesis, developed in the Graduate Program/PhD in History of the Federal University of Santa Maria/RS, aims to understand the (re)construction of polonity(s) among Polish immigrants in the imagined community, based on representations and discourses, social and cultural processes, transitoriness and negotiations given in the sociabilities of the *Kultura* and *Oswiata* Associations, constituted on ethnic-cultural identity bases in the Polish community of Paraná, the largest community of Polish migrants and descendants in Brazil, acting as centralizations of the Polish sociabilities in this country, whose problems is: *To what extent the Polish Ethnic Associations - Union of Kultura and Oswiata societies, made official in the post-reunification of the Polish State, articulate themselves to representations of polonity(s), linking to a community imagined in the diaspora?* The first, with progressive orientation and the second Catholic-clerical, whose activities, in the first half of the 20th century, are focused at the Polish community in Brazil, both centralized in the city of Curitiba – PR, through affiliations, guide the other Polish ethnic societies in the Brazilian regions of immigration and Polish colonization. Therefore, we count with the analysis of documentary, photographic and biographical sources produced in relation to these social processes, whether they are official organs of the associations themselves and their members, many of them located in the São Vicente de Paulo Collection in Curitiba - PR. Our temporal delimitation is defined by mass emigration, the "*Brazilian fever*" (1890), until the nationalization and the beginning of World War II (1939), when the ethnic social identity processes and the ethnic activities of the associations in Brazil are restricted by the intervention of the policy of nationalization and the construction of Brazil. Among our theoretical framework, we highlight: Anderson (2008), Poutignat & Streiff-Fenart & Fredrik Barth (1969, 2011), Baumann (2012), Cuche (2002), Hall (2003, 2006, 2013), Burke (2003) Chartier (1989). We uncover conflicts, negotiations, inter-ethnic contacts and borders, symbolic-cultural processes linked to the community imagined in the diaspora. The *Kultura* and *Oswiata* Associations, tangentiating the goal of his creation after the reunification and reconquest of the independence of Poland, have proved to be important spaces of ethnic and cultural articulation, whose sociabilities and articulations of intellectuals and ethnic agents and the ethnic press were effective in the representation of polonity(s). These processes of identity (re)construction shared both symbolic dimensions brought from Poland and those built in the diaspora, in the dynamics of cultural, social and interethnic relations of the new realities. Such delimited investigations are potentially relevant to expand the knowledge in History, and also in History of Education on issues related to immigration in Brazil and ethnic associative organizations, emerging new elements and contributing in a social and scientific sense in the unveiling of files and the production of documents. The ethnic associative organizations were singular initiatives based on ethnic, cultural, political and ideological definitions that left important contribution to the Brazilian society.

Keywords: Polish Associations. Union of the *Kultura* and *Oswiata* Societies. Diaspora. Polonity.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Modelo de anotação da pasta Ruy C. Wachowicz, do Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo	406
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nomes das escolas, ano de fundação e filiação no Estado do Paraná	332
Tabela 2 – Nomes das escolas, ano de fundação e filiação no Estado de Santa Catarina	333
Tabela 3 – Nomes das escolas, ano de fundação e filiação no Estado do Rio Grande do Sul	333
Tabela 4 – Nomes das escolas, ano de fundação e filiação no Estado do Rio de Janeiro	334

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa da República das Duas Nações com suas principais divisões.....	107
Figura 2	– Deusa Polonesa <i>Kupała</i> , pintura de Gerson Wojciech, um dos principais artistas do realismo polonês.....	133
Figura 3	– Homenagem a Edmundo Sebastião Vós Saporski como organizador da imigração polonesa no Brasil	252
Figura 4	– Edição comemorativa do reconhecimento da independência da Polônia pelo Brasil (Número Especial) da Revista Polônia de 1918	282
Figura 5	– Edição número 1 da Revista Brazil-Polônia.	283
Figura 6	– Jornal <i>Gazeta Polska w Brazylii</i> (Gazeta Polonesa no Brasil), edição de 1904 (Curitiba – PR)	285
Figura 7	– Jornal <i>Gazeta Polska w Brazylii</i> (Gazeta Polonesa no Brasil), edição de 1904 (Curitiba – PR).	286
Figura 8	– Livro sobre a colonização polonesa do Paraná, publicado na Cracóvia em 1908.	287
Figura 9	– Relatório da Livraria Polonesa <i>Biblioteka Polska</i> (Biblioteca Polonesa) em São Paulo para a Editora do Jornal LUD em 1933.....	291
Figura 10	– Edição do jornal <i>Prawda</i> (Verdade) de 1900 e 1901.	293
Figura 11	– Jornal <i>Polska Prawda</i> (Verdade Polonesa), publicado em Curitiba – PR	294
Figura 12	– Capa da revista n.1 (março) e n. 2 (abril), da <i>Organ związku towarzystw polskich w brazylii “Kultura”</i> (União das sociedades polonesas no Brasil “Kultura”) – Curitiba, 1933.	295
Figura 13	– Capa do periódico n. 9 da <i>organ stowarzyszenia studentów “sarmacja” w kurytybie</i> (Associação de Estudantes Sarmata de Curitiba/tradução nossa) – Curitiba, 1934.	296
Figura 14	– Capa da Revista “Nasza Szkoła”.....	306
Figura 15	– Capa da Revista “Nasza Szkoła” (Nossa Escola)	306
Figura 16	– Primeira página da Revista “Nasza Szkoła”.	307
Figura 17	– Documento enviado pela gestão da União Polonesa na América do Sul de Guarani das Missões – RS à União Kultura em Curitiba – PR	308
Figura 18	– Documento enviado pela Kultura à gestão da União Polonesa na América do Sul de Guarani das Missões - RS.	309
Figura 19	– Documento enviado pelo Consulado Polonês em Curitiba à Francizek Hanas de Guarani das Missões – RS	310
Figura 20	– Extratos do Texto <i>Strzepy Historyczne</i> (Estagnação Histórica/tradução nossa), anotações de Ruy C. Wachowicz	314
Figura 21	– Cópia do Estatuto da União <i>Oswiata</i>	317
Figura 22	– Cópia do Extrato para Inscrição de Estatuto da <i>Oswiata</i> – 1923 (esquerda) e Cópia de Registro do LUD - 1923(direita)	317
Figura 23	– Catecismo católico em polonês - <i>Krótki katechizm – Religij Katolickiej</i> (Pequeno catecismo – Religião Católica).	320
Figura 24	– Imagem de livros pertencentes à Biblioteca da <i>Oswiata</i>	320
Figura 25	– Certificado do curso de Ensino para professores realizado em Curitiba em 1923.	322
Figura 26	– Documento da Inspetoria Geral do Ensino do Estado do Paraná, 1924. .	324
Figura 27	– Primeiro curso de formação de professores em Guarani das Missões – RS/1924.	325
Figura 28	– Cópia do Estatuto da União das sociedades <i>Oswiata</i> . “ <i>statuty sjednoczenia polsko-katolickiego oswiata na amerike poludniowa</i> ”	

	(Estatuto da União das Sociedades Polono-Católicas Oswiata na América do Sul)	326
Figura 29	– Cópia de ficha de filiação individual de Oswiata para Sociedade Águia Branca em Colatina - ES, 1936 (frente e verso)	327
Figura 30	– Manual de imunização de cereais agrícolas.	327
Figura 31	– Jovens da Bursa na sede dos Padres da Missão – Curitiba/1929	329
Figura 32	– Assembléia Geral da Oswiata, com seus representantes/dirigentes no XIV Congresso Geral em Curitiba – 1934	330
Figura 33	–Documento enviado pela Oswiata ao presidente do Conselho Consultivo do Estado – 1934 (frente e verso).	341
Figura 34	– Documento do CZP enviado à Oswiata – 1934	342
Figura 35	– Lista de Escolas da Oswiata – Secular/1937.	343
Figura 36	– Lista de Escolas das Irmãs Religiosas/1937- <i>skoly sostr</i> (Escola das Irmãs).	344
Figura 37	– Imagem da Sociedade Escolar Águia Branca de Porto Alegre – RS, ano de 1930.	349
Figura 38	– Averbação no Estatuto da Associação Federação Polono-Católica <i>Oswiata</i> da América do Sul para “Federação Católica” – 1939	372
Figura 39	– Ofício enviado em 1938 ao chefe da delegacia de polícia e assinado pelo secretário geral da <i>Oswiata</i> , Pe. João Palka	373
Figura 40	– Página do Jornal “Diário da Noite” de São Paulo, ano de 1939.	374
Figura 41	– Página do Jornal “LUD” - Curitiba, ano de 1939 (a e b)	375
Figura 42	– Ofício do Capitão da Polícia, solicitando divulgação de artigo, Curitiba, ano de 1939 (a,b e c).	375
Figura 43	– Ofício do Delegado de Polícia em nome do interventor federal no Estado, Curitiba, ano de 1940	376

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA E SUA ORIGINALIDADE	20
1 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ETNICIDADE, CULTURA, NAÇÃO E NACIONALISMO.....	28
1.1 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	29
1.1.1 Procedimentos de pesquisa – entre manás e discursos.	29
1.1.2 O conceito de cultura, sua construção, atualização e imbricações nos processos sociais e históricos: da Cultura às Culturas!	36
1.1.3 Cultura e a Nova História Cultural – a ascensão da imaginação e da representação.	45
1.1.4 Cultura e Identidade: redemoinhos e não ilhas!	49
1.1.4.1 Identidade e Memória – representações.	55
1.1.5 Identidade Étnica e Etnicidade – distintas abordagens, culturas e a perspectiva relacional de Fredrik Barth.	59
1.2 AS COMUNIDADES IMAGINADAS: O NACIONALISMO E A NAÇÃO - NARRATIVAS CULTURAIS NACIONAIS E IDENTITÁRIAS, REPRESENTAÇÕES E IMAGINAÇÕES.	66
2 RAÍZES CULTURAIS DO NACIONALISMO, CONSCIÊNCIA NACIONAL, TERRITORIALIZAÇÃO DE CULTURAS E IDENTIDADES E A TRIPARTIÇÃO.	83
2.1 RAÍZES CULTURAIS DO NACIONALISMO NA POLÔNIA: REINO DINÁSTICO E A COMUNIDADE RELIGIOSA - BATISMO CRISTÃO, REPRESENTAÇÕES E O NASCIMENTO DO ESTADO PRÉ-MODERNO NO SÉCULO X.	84
2.2 A REPÚBLICA POLONO-LITUANA OU REPÚBLICA DE DUAS NAÇÕES, A UNIÃO DE DOIS POVOS E O GRADUAL ENFRAQUECIMENTO DOS SISTEMAS CULTURAIS.....	94
2.3 O SÉCULO DAS LUZES POLONÊS (<i>OŚWIECENIE</i>): PROGRESSISTAS X CATÓLICOS, REFORMAS E TENTATIVAS DE MODERNIZAÇÃO E O AVANÇO DO NACIONALISMO, TERRITORIALIZAÇÃO CONSCIÊNCIA NACIONAL E A TRIPARTIÇÃO.	109
2.4 A NAÇÃO DA ÁGUIA BRANCA: NARRATIVA MÍTICA, ROMANTISMO E NACIONALISMO.	127
2.4.1 O mito fundacional da Polônia e o Sarmantismo.	132
3 – RESISTÊNCIAS E INSURREIÇÕES SOB O CONTEXTO DO IMPERIALISMO E NACIONALISMO OFICIAL NA POLÔNIA TRIPARTIDA, IDENTIDADE ÉTNICO-CULTURAL, DIÁSPORA E REUNIFICAÇÃO.	141
3.1 IMPERIALISMO E NACIONALISMO OFICIAL, CULTURAS E IDENTIDADES NA POLÔNIA TRIPARTIDA.	142
3.1.1 Movimentos culturais, políticos, sociais e nacionalistas poloneses e o nacionalismo oficial imperialista, organizações associativas culturais étnicas e a emigração.	154
3.2 LEVANTES, INSURREIÇÕES E (IN) SUBMISSÕES, PARTIDOS POLÍTICOS E A REUNIFICAÇÃO.	157
3.3 A DIÁSPORA POLONESA - POSSIBILIDADE IDENTITÁRIA E CULTURAL PARA A COMUNIDADE IMAGINADA?	170
3.3.1 Da Diáspora Polonesa: evidências iniciais.	184
4 MIGRAÇÕES E COLONIZAÇÃO NO BRASIL - SÉCULOS XIX E XX, A	

DIÁSPORA POLONESA E A COMUNIDADE POLONESA NO PARANÁ.	188
4.1 MIGRAÇÕES, COLÔNIA E COLONIZAÇÃO NO BRASIL - SÉCULOS XIX E XX: CARACTERÍSTICAS E JOGOS DE MOTIVAÇÕES E INTERESSES.	190
4.2 A DIÁSPORA POLONESA E A COMUNIDADE POLONESA NO BRASIL (1869-1939) – FASES E MOTIVAÇÕES.	206
4.2.1 Traços da (re) imaginação diaspórica: Comunidade polonesa no Paraná.	220
5 - UNIÃO DAS SOCIEDADES POLONESAS <i>KULTURA</i> E <i>OSWIATA</i> - A REUNIFICAÇÃO E A COMUNIDADE IMAGINADA NA DIÁSPORA: ANTAGONISMOS E POLONIDADE (ES).	231
5.1 ETNICIDADES E CULTURAS NAS SOCIABILIDADES MIGRANTES.	233
5.2 AGENTES E INTELECTUAIS ÉTNICOS A ETNICIDADE E AS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS CULTURAIS.	246
5.3 O CENÁRIO DA SOCIABILIDADE DA COMUNIDADE POLONESA NO BRASIL - ANTERIOR À REUNIFICAÇÃO: PRIMEIRAS SOCIEDADES, IMPRENSA, POLONIDADE(S), ANTAGONISMOS E TENTATIVAS DE UNIFORMIZAÇÃO.	262
5.3.1 A imprensa étnica entre progressistas e clericais: palco de conflitos, antagonismos e polonidade(s): a inserção da <i>Kultura</i> e da <i>Oswiata</i> através da imprensa.	278
5.4 A POLÔNIA REUNIFICADA E OS ANTAGONISMOS E POLONIDADE(S) NA COMUNIDADE IMAGINADA: A OFICIALIZAÇÃO DA UNIÃO DAS SOCIEDADES <i>KULTURA</i> E <i>OSWIATA</i>	297
5.4.1 União das Sociedades Polonesas <i>Kultura</i>	300
5.4.2 União das Sociedades Escolares Católicas <i>Oswiata</i>	311
5.5 <i>KULTURA</i> E <i>OSWIATA</i> : ANALISANDO OS DADOS DO CÔNSUL CASIMIRO GLUCHOWSKI.	330
Kultura	334
5.6 “ <i>CENTRALNY ZWIĄZEK POLAKÓW</i> ” - UNIÃO CENTRAL POLONESA/CZP: INTERFERÊNCIAS CONSULARES E TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO.	338
5.7 POLONIDADE(S) NA COMUNIDADE IMAGINADA: <i>KULTURA</i> E <i>OSWIATA</i> - PROGRESSISTAS E CLERICAIS E DISPUTAS IDENTITÁRIAS NA DIÁSPORA.	345
6 A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E A RESTRIÇÃO NOS PROCESSOS DE SOCIABILIDADE ÉTNICA NAS ASSOCIAÇÕES <i>KULTURA</i>(CZP) E <i>OSWIATA</i> – POLONIDADE(S) ENTRE RUPTURAS E RESISTÊNCIAS!.....	363
6.1 ESTADO NOVO E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO: <i>OSWIATA</i> E <i>KULTURA</i> (CZP) – POLONIDADES “NA MIRA” DA NACIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA.	365
CONSIDERAÇÕES FINAIS	384
REFERÊNCIAS	391
ANEXOS E/OU APÊNDICES	406
ANEXO A - MODELO DE ANOTAÇÃO DA PASTA RUY C. WACHOWICZ, DO ACERVO DOS PADRES DA MISSÃO SÃO VICENTE DE PAULO – CURITIBA- PR.	406

INTRODUÇÃO

No livro “*A Natureza como Síntese*”, Rambo (1994, apud Rambo A., 2017, p. 276) destaca que "A ciência apenas possui então valor quando cultivar o que o cientista tem de humano (*Menschlichkeit*), quando compreendida e praticada a partir do todo". Trazemos este excerto como componente e abertura desta construção, no entendimento de que temos nosso papel como pesquisadores, cidadãos, estudantes em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, que, no período de curso do Doutorado em História na Universidade Federal de Santa Maria, estivemos recebendo apoio de bolsa Capes/Demanda Social. Como seres humanos em processo de humanização, entendemos que há que se ter o cultivo do que se tem de humano, assim, e somente assim, podemos intervir de melhor forma na complexidade de nosso meio, devolvendo à sociedade, na transposição da qualificação das relações sociais, um pouco daquilo que já há investido em nós.

Com estas demarcações, afirmamos não ser este um estudo voltado para o enaltecimento de grupos étnicos, nacionalidades, ideologias, pertencimentos identitários, culturas, mobilidade e prestígio social, fortalecimento de uma memória coletiva étnica ou de simples reafirmação de uma historiografia já existente. Também não ousamos afirmar que o faremos da forma adequada ou que atenda a justa perspectiva, “Porque contar uma história não é fazer justiça à história, mas apenas dar-lhe um pouco de atenção” (SIEWIERSKI, 2000, p. 7). Para isso, nossas escolhas teórico-metodológicas são advindas daquilo que o meio acadêmico-científico nos propiciou durante esta caminhada e, da forma como nos constituímos na relação com os espaços de formação e de leituras, voltadas para nosso objeto de pesquisa e o questionamento de pesquisa estabelecido.

Neste caminho de pesquisa e de vivência, muitos foram os questionamentos empreendidos por pesquisadores ou não, descendentes ou não, sobre nosso interesse pela temática. Dentre eles:

- você possui ascendência polono-brasileira? Parentes? Casada com um polonês?
- fala polonês? Participa das festas polonesas? É sócia da Braspol¹? Conhece as vestes típicas e a culinária polonesa? Pratos típicos como *pierogui*, *czarnina*?

Nossas respostas a tais questões caminham em uma direção de embasamento empírico e teórico - de que, justamente, o objetivo de nosso trabalho é destoar de algumas das produções publicadas em relação à temática, principalmente até o início deste século, ligadas,

¹ Representação da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil – Braspol;

em grande medida, ao pertencimento étnico, a memorialistas ou diletantes, mais ainda, a partir de uma já consolidada “elite étnica” que irá privar-se, não de modo geral, de um olhar teórico mais atento, trazendo à tona uma historiografia, muitas vezes, de caráter epopeico e concretizando memórias específicas e contextualizadas, tomadas como representações sociais coletivas (HALBWACHS, 2003, p.69) no sentido de “gerenciamento” e de uma “conveniência da cultura²” (YÚDICE, 2004). Nosso embasamento teórico permite a percepção de que tais memórias não são fatos sociais, por isso são passíveis de reelaborações a partir de novos questionamentos e de novos contextos.

Na dissertação de mestrado, pesquisamos a constituição dos processos educacionais escolares em uma região de colonização e de inserção migrante e imigrantista no norte do Rio Grande do Sul, durante a chamada “segunda fase da colonização dirigida” – na primeira metade do século XX. Processos educacionais escolares articulados a partir de grupos étnicos polono-brasileiros e ítalo-brasileiros, ambos desenvolvidos não só regionalmente, mas em todo o país, durante períodos de significativa entrada de imigrantes e de migração interna, como providências tomadas em detrimento da não existência de educação escolar pública e/ou privada nesses locais, restringindo-se somente às capitais, denotando uma educação escolar de caráter elitista e excludente.

Estes processos educacionais escolares estiveram ligados à atuação das Sociedades Escolares Étnicas dos imigrantes no Brasil, durante os séculos XIX e XX. Pela importância do trabalho desenvolvido em tais instituições étnicas, as sociedades educacionais escolares têm sido uma constante nos temas de pesquisa entre pesquisadores em História e História da Educação nos últimos anos. A partir do grupo étnico, suas presenças demarcam questões significativas e necessárias para compreender improvisos, demarcações e rupturas tanto da educação escolar, quanto das demais questões sociais, migratórias, políticas, transnacionais, culturais e ideológicas que permeiam a formação da sociedade brasileira e mundial.

Porém, no processo de pesquisa de mestrado, como se espera, para além de respostas, fomos levados à operação de novos questionamentos ao compreendermos que, tais processos educacionais articulados aos poloneses e a seus descendentes, na diáspora brasileira a partir das Sociedades Escolares Étnicas, tiveram filiação e orientação por outros níveis de instâncias associativas em sentido mais amplo, que estavam pautadas em significações que demarcam interfaces da particularidade da diáspora, trata-se da União das Sociedades *Kultura* e a União das Sociedades *Oswiata*.

²Nesta obra o autor discute sobre a visível expansão do papel da cultura como um recurso pelas esferas política e econômica, o poder cultural e o esvaziamento das noções convencionais de cultura na contemporaneidade.

Fundadas a partir da etnicidade, as Associações *Kultura* e *Oswiata*, sediadas pela comunidade polonesa do Paraná (em Curitiba), a partir da etnicidade, para além da atividade de organizar e de operacionalizar certa unidade nos processos educacionais escolares, também atuaram como articuladoras étnicas em relação às associações diversas ligadas aos poloneses na diáspora. Associações estas presentes em vários estados do país e, em maior número, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre elas, as culturais, esportivas e recreativas e de atiradores, religiosas, comunitárias e paroquiais, entre outras, e dinamizaram complexos processos culturais e político-ideológicas nas sociabilidades.

Defrontar-se com estas questões durante um caminho de pesquisa ainda incipiente no processo dissertativo do mestrado e constatar que não há produção acadêmico-científica assim enfocada, fez-nos perceber que tínhamos uma potencial questão a ser perseguida. Nesse sentido, nossa pesquisa atual busca pensar identidades étnico-culturais dos migrantes poloneses na diáspora, articuladas à comunidade imaginada, dinamizadas nos processos sociais, na (re)construção social de identidades e na manutenção de fronteiras (BARTH, 1969), delimitando as representações discursivas identitárias articuladas as duas organizações, acima mencionadas, como centralizadoras de sociabilidades.

O campo de pesquisa ligado às histórias das migrações históricas e atuais é vasto de temáticas e permeia toda a experiência humana e as relações sociais humanas. Sendo assim, é um campo fecundo e importante para se pensar a sociedade e seus processos de sociabilidade, assim como as questões econômicas, políticas e culturais implicadas, desnaturalizações, tensões e distintas experiências sociais. Dentre estas, aquelas ligadas aos processos de distinção étnica e cultural.

A partir disso, desafiamo-nos a emergir uma historiografia que traga para o debate elementos que contemplem a complexidade intrínseca às migrações internacionais - aspirações étnicas e culturais de cunho ideológico e político, dadas na etnicidade. Diante disso, a partir da perspectiva teórica da Nova História Cultural e dos estudos culturais, buscamos compreender estes processos sociais nas Associações: União das Sociedades *Kultura* e *Oswiata*, ambas com sede em Curitiba – PR, oficializadas com a reunificação da Polônia e o reconhecimento do Estado Polonês na primeira metade do século XX. Para tanto:

- a) clarificar teórico-metodologicamente os conceitos e as categorias: cultura, identidade, grupo étnico e etnicidade, nação e comunidade imaginada;
- b) compreender o surgimento do estado polonês pré-moderno, o nacionalismo a partir do Reino Dinástico e da Comunidade Religiosa, o estado e a nação moderna, a territorialização e o nacionalismo cultural, o contexto cultural, socioeconômico e

- político da Polônia e a tripartição;
- c) refletir acerca do contexto cultural, socioeconômico e político dos distintos domínios na Polônia dividida, as políticas imperialistas e o nacionalismo oficial, o nacionalismo cultural e a etnicidade, a situação migratória de diáspora e de reunificação na I Guerra Mundial;
 - d) situar as migrações e a colonização no Brasil, a comunidade polonesa no Brasil e no Paraná;
 - e) refletir sobre a polonidade e as Associações União das Sociedades *Kultura* e *Oswiata*, a reunificação, as sociabilidades e as representações identitárias articuladas à comunidade imaginada no Brasil;
 - f) articular reflexões sobre o contexto da nacionalização, a brasilidade e as restrições nos processos identitários culturais e de sociabilidade étnico-polonesa.

Sendo assim, nossa problemática de pesquisa é:

Em que medida as Associações étnicas polonesas - União das sociedades Kultura e Oswiata, oficializadas no pós-reunificação do Estado Polonês, articulam-se a representações de polonidade(s) vinculando-se a uma comunidade imaginada na diáspora?

A delimitação temporal inicia no período da diáspora tratado por muitos pesquisadores, entre eles, Mazurek (2016) Dembicz (2001), Wachowicz (1970) e Kawka (1982), como a *febre brasileira* (a partir de 1890), tido como o período de maior afluxo de emigrantes poloneses e o início da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1939. O período é assim delimitado por caracterizar o momento da expansão das migrações polonesas na diáspora e das Sociedades e Associações polonesas no Brasil, contemplando emergências de processos culturais e (re)construção da polonidade.

A delimitação passa, então, pelo ano de 1938. Com o decreto de nacionalização e posterior nacionalização compulsória, as especificidades étnico-culturais passam a ser restringidas por orientações ideológico-nacionalistas que direcionavam a consolidação de uma identidade nacional em prol da centralização de poder político, e as atividades das iniciativas étnicas são censuradas e limitadas através de rigorosa fiscalização. Encerramos nossa análise em 1939, pois, com o início da Segunda Guerra Mundial, ocorreu a consequente restrição nas interações com a Europa, a “detenção da imigração maciça; movimento patriótico em favor da cooperação com o país ocupado e o governo polonês na emigração; imigração seletiva, sobretudo dos intelectuais e artistas” (DEMBICZ, 2001, p. 103).

Nesse período, o *Comitê de Acordo Político*, situado em Varsóvia e formado por diferentes partidos que configuravam a resistência polonesa à ocupação, dando continuidade ao governo de antes da Guerra, organizou o “*Estado Polonês no Exílio* ou *Estado Secreto*”. Este foi transferido para Londres durante a invasão da Polônia pelos nazistas (1939), estando desse momento até 1945 na Inglaterra; somaram-se a isso as muitas mudanças políticas que se delineiam até 1945.

Nosso desafio é pensar a etnicidade na diáspora, tendo como objeto de análise as Associações União das sociedades *Kultura* e *Oswiata* e as representações da(s) polonidade(es) dadas em processo, entre antagonismos e tensionamentos. Dito de outra forma, buscamos compreender os processos históricos e culturais dados nas dinâmicas destas uniões, articulando-se ao grupo étnico polonês como comunidade imaginada.

Para isso, a teor de contextualização, tratamos também do processo histórico dos posicionamentos adotados no iluminismo, voltados para novas concepções sociais, culturais e políticas do nacionalismo e sua relação com a etnicidade, da resistência cultural aos nacionalismos imperialistas ainda na Polônia tripartida. A etnicidade e a cultura são categorias decisórias em nossa pesquisa e se articulam à existência das Associações e Sociedades étnicas na diáspora. As iniciativas étnicas surgem ligadas à (re)construção da polonidade, uma experiência dada na representação.

Na Polônia tripartida, as organizações associativas estavam entre as possibilidades usadas na atuação subversiva contra a *despolonização*, termo este que corresponde à aniquilação das diferenças culturais e étnicas polonesas ou, como destaca Michel Lowy (1997, p.2), a mais do que isso, “às faxinas étnicas”, por parte dos três impérios que estabeleceram domínios no território polonês. Essa tentativa de apagamento durante a tripartição e sob a imposição de políticas culturais imperialistas se dá em esforços de *russificação* e *germanização*, pensados tanto como forma de imaginação de comunidades homogêneas/nacionais na fusão com o império, quanto como forma de enfraquecer a resistência polonesa às constantes tentativas de reunificação.

Para Benedict Anderson (2008, p. 32), o nacionalismo está alinhado aos sistemas culturais, a partir dos quais a nação é “uma comunidade imaginada”, com uma “narrativa de identidade” (ANDERSON, 2008, p. 279). Da mesma forma, podem ser pensados os grupos étnicos. Configuram em si um sistema simbólico de representações que os define na diferença, a partir da polonidade em condições adversas, “conflitos de identificação”, “hábitos religiosos e culturais profundamente enraizados” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 49).

Assim, os poloneses, como grupo étnico na diáspora, buscavam garantir aspirações formuladas ainda na Polônia em lutas contra a *despolonização* e a *desnacionalização* e favorável à possibilidade cultural de comunidade imaginada. Um destes sintomas é o fato de que grande parte destes imigrantes, mesmo que possuíssem o registro formal de cidadania legal Russa, Austríaca ou Prussiana, ao estarem em contexto mais favorável à expressão, desvelaram-se etnicamente poloneses. Assim, os antagonismos representados nas duas associações: *Kultura* (laico/progressista) e *Oswiata* (católico/clerical) fomentados ainda na Polônia, foram articuladores e tensionadores de polonidade(s) (re)construídas na diáspora.

Adentrar neste universo, como pesquisadores, faz-nos perceber que estas questões possuem dimensões importantes a serem pesquisadas, embasadas em um olhar que possa cuidadosamente contemplar a complexidade destes processos históricos tão importantes e que continuam produzindo efeitos sociais, culturais e identitários amplos. Nesse sentido, os estudos culturais em geral e as teorias da diáspora, da etnicidade e das identidades têm contribuído. Entre eles: Stuart Hall (2006, 2013), Khachig Tölölyan (2017) Bauman (2005, 2012), Poutignat e Streiff-Fenart (2011) e Barth (1969).

Assim posicionados, quebramos com movimentos que contemporaneamente vão desde uma análise a partir de um embasamento mais reacionário ou que, na pretensa contraposição aos processos globalizantes, reforçam as retomadas nacionalistas ou então colaboram na evidenciada intolerância de alguns países europeus com a entrada de imigrantes. Estes, evidenciam concepções de identidade ligadas a posições que binariamente separam do “outro” e incentivam sua instrumentalização em teor político. Tais atitudes despertam um retrocesso como fator negativo aos processos interculturais na construção de identidades. Conforme Hall (2013, p. 52), isso tem sido bastante perceptível, pois

As culturas emergentes que se sentem ameaçadas pelas forças da globalização, da diversidade e da hibridização, ou que falharam no projeto de modernização, podem se sentir tentadas a se fechar em torno de suas inscrições nacionalistas e construir muralhas defensivas. A alternativa não é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de “pertencimento cultural”, mas abarcar os processos mais amplos – o jogo da semelhança e da diferença – que estão transformando a cultura no mundo inteiro. Esse é o caminho da “diáspora”, que é a trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna.

CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA E SUA ORIGINALIDADE.

Realizamos, em nosso processo de pesquisa, um levantamento bibliográfico -

mapeamento e leitura de livros, projetos, artigos, dissertações e teses que tratam de temas como colonização, imigração, emigração e migração de poloneses, etnicidade, diáspora polonesa, grupos étnicos, Associações e Sociedades Étnicas polonesas, presença polonesa no Brasil, Sociedades Escolares Étnicas, história da Polônia, entre outros. Tais produções estão situadas, principalmente, no campo da História e da História da Educação, mas também na Antropologia, nas Ciências Sociais e na Linguística.

De modo geral, percebemos que, embora tenham se ampliado os estudos, nos últimos anos, pautados em pesquisas relacionadas à comunidade polonesa e comunidade polonesa no Brasil e os muitos temas relacionados a esta, fortalecidos também por centros de pesquisa na Polônia, nos distintos lugares da diáspora, e o diálogo entre estes, os mesmos ainda merecem olhares mais atentos, especialmente por parte da História. Ainda há muitas lacunas, dentre elas, as relacionadas à temática e à abordagem que propomos.

A conclusão sobre a necessidade de estudos sobre a temática é afirmada através das produções disponíveis e de oportunidades de discussão em eventos, como a participação no *Simpósio Internacional de Estudos Eslavos/2016*³, em Irati – PR e na VI Vitrine Literária Polônica em 2017⁴, em Curitiba – PR. Nesses momentos, apresentamos nossa pesquisa e acompanhamos mesas redondas e simpósios temáticos com pesquisadores brasileiros, oriundos de vários lugares do país e do exterior – polono-brasileiros e polônicos⁵, além de pesquisadores de outros países, entre eles, poloneses da diáspora, russos e ucranianos. Em ambos os eventos, ficou evidente, através da fala de representações polonesas oficiais e entre os pesquisadores, os reiterados destaques sobre a necessidade de expansão de pesquisas, principalmente sobre a presença polonesa no Brasil e suas iniciativas culturais na diáspora, sejam elas dos séculos anteriores, sejam elas contemporâneas.

Outra questão percebida neste caminho é o fato de que a expansão destas pesquisas atualmente torna-se mais facilmente tangível aos pesquisadores que não dominam a língua polonesa, visto que observamos a tradução de importantes fontes e materiais de pesquisa, ampliação, organização e abertura de acervos de pesquisa, suportes tecnológicos mais

³ Percebemos entre os participantes e pesquisadores, o uso ainda permanente de identidades hifenizadas (duplo pertencimento). Também, a retomada do uso da língua polonesa nas comunidades das regiões colonizadas, através da possibilidade de cursos oferecidos por professores poloneses inseridos em universidades brasileiras, no estabelecimento de convênios e parcerias, oficinas e minicursos culturais.

⁴ Na fala do secretário consular para assuntos polônicos do consulado de Curitiba, Sr. Paulo César Kochanny, assim como do Cônsul Sr. Marek Makowski, em 2016, há o destaque específico para a necessidade de se ampliar as pesquisas também em nível acadêmico e não somente relacionadas aos escritores memorialistas e genealogias familiares.

⁵ O termo se refere àqueles que não são etnicamente poloneses, mas que são memorialistas e pesquisadores, simpatizantes das questões culturais da comunidade polonesa.

desenvolvidos, divulgação da cultura, língua e gastronomia e, ainda, o interesse dos programas de pós-graduação em relação a contemplar estudos sobre esses processos históricos e sociais.

Também, dentre as questões teórico-metodológicas que ampliam as possibilidades e os olhares, associa-se o uso das narrativas orais, biográficas e autobiográficas, tão importantes para estudos como os relacionados aos imigrantes e as suas sociabilidades, uma vez que muitos deles tiveram materiais produzidos nestes processos dizimados pela ação da fiscalização empreendida pela política de nacionalização a partir de 1938 ou deteriorados pelo manuseio e conservação em condições inapropriadas. Destacamos as traduções de algumas cartas⁶, relatórios e pesquisas⁷ relacionadas à comunidade polonesa no Brasil.

Ao tratar mais especificamente dos estudos na Historiografia da imigração polonesa no Rio Grande do Sul, Weber & Wenczenowicz (2012, p. 3) destacam, em levantamento realizado através do projeto: *História e Etnicidade no Sul do país e Imigração Polonesa no Sul do País*, que percebem muitas ações do grupo étnico no estado, principalmente as direcionadas à educação. Porém, em relação às pesquisas relativas ao grupo, no geral, estas “são termos presentes na historiografia contemporânea, que é inevitavelmente comparada aos estudos sobre a imigração italiana e alemã”: 1) “Prima pobre de uma família cada vez mais rica” (MAESTRI⁸, 2002, p. 10); 2) “atraso das investigações” (WENCZENOWICZ, 2007, p.

⁶Destacamos os *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*, onde constam trechos de cartas traduzidas, editados por Ruy C. Wachowicz nos anos 1970; a obra do Frei Victor Stawinski (1976): *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul*, que trazem em seu conteúdo, fotografias e cartas que teriam sido enviadas à Polônia, traduzidas e publicadas pela primeira vez, retratando narrativas de imigrantes que descrevem a viagem, as dificuldades, a família, a religiosidade, as motivações para emigrar, a situação de dominação da Polônia quando da emigração, as colônias fundadas no RS e a presença de religiosos/padres nas colônias. Outra obra que traz cartas de imigrantes ao tratar sobre a imigração de alemães, italianos e poloneses no Rio Grande do Sul e suas motivações, é o livro *Cartas de Imigrantes* de Roger Stoltz (1997), que, assim como o anterior, também traz cartas traduzidas. Dentre as cartas, encontram-se narrativas como as anteriormente destacadas, com aspectos, dentre eles, de como a religiosidade e as práticas religiosas eram agenciadas por estes sujeitos e a relação com a identidade cultural.

⁷Entre elas: - *Os Poloneses no Brasil*, do cônsul Kasimierz Gluchowski, publicada em idioma polonês, na Polônia, ainda em 1927 e sua tradução e publicação no Brasil somente em 2005. Esta obra trata dos mais diversos aspectos da presença polonesa no Brasil, podendo também ser utilizada como fonte por sua originalidade e importância. - Dentre os estudos sobre a imigração polonesa no Rio Grande do Sul, podemos destacar o precursor em escrita e memorialística e importante pesquisador da comunidade polonesa, identificando-se como polonês da diáspora pertencente e um dos representantes da comunidade polonesa, o engenheiro paranaense, aqui erradicado, Edmundo Gardolinski, ao qual, se atribui o nome do Fundo Arquivo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a publicação *Imigração e Colonização Polonesa* de 1958, muito utilizado como fonte por contemplar uma vasta descrição e exposição de dados e números da imigração, além, do primeiro estudo em relação a tal grupo e seus processos educacionais no RS no livro: *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Este trabalho é fruto de uma pesquisa apoiada pela Universidade de Caxias do Sul e pela UFRGS em comemoração aos 100 anos da presença dos poloneses no estado. Em tal obra, o autor realiza um levantamento das escolas da Colonização Polonesa no RS, contando com a colaboração oral e escrita de ex-professores do período de existência das escolas étnicas polono-brasileiras.

⁸ Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2002/julio/cul_042.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

17); e 3) “escassez de bibliografia” (GRITTI, 2004, p. 13).

Nesse sentido, a historiadora Regina Weber, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, faz parte desta renovação e do ganho de um *córpus* de novas fontes, juntamente com outros pesquisadores, entre eles seu orientando de mestrado Rhuan Targino Zaleski Trindade. Este, atualmente doutorando na Universidade Federal do Paraná/UFPR, tem trabalhado com temáticas ligadas à comunidade polonesa e às pretensões colonizadoras após a reunificação. Ambos com publicações de diversos artigos sobre questões como os intelectuais étnicos.

No tangente à produção relacionada às Sociedades Escolares Étnicas de imigrantes, cujas influências foram decisivas para que chegássemos à temática, tornaram-se expressivas, no Rio Grande do Sul, as pesquisas de Lúcio Kreutz (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e Terciane Angela Luchese (Universidade de Caxias do Sul). Sua atuação tem sido relevante para a ampliação destas temáticas, junto com um grupo mais amplo no estado, que se soma aos mesmos delineamentos, tendo entre eles Jorge Luiz da Cunha (UFSM), Elomar Tambara (Universidade Federal de Pelotas) e Maria Helena Câmara Bastos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Deste grupo, destaca-se a importância da expansão das pesquisas que tratam da educação dos imigrantes, situada no campo da História da Educação, ligada à fundação de associações relacionadas às pesquisas do campo, como a Associação Sul-RioGrandense de Pesquisadores em História da Educação (Asphe), congregando, principalmente, educadores e historiadores, cujos objetivos, conforme destaca Luchese (2017, p. 9), buscam:

“a) incentivar e realizar a pesquisa e a divulgação na área de História da Educação, prioritariamente no Rio Grande do Sul; b) congrega pesquisadores e estudiosos na área de História da Educação no Rio Grande do Sul; c) manter intercâmbio com entidades congêneres (Estatuto da Asphe, cap. 2) (LUCHESE, 2017, p. 9).”

Contemplando o objetivo desta entidade, dentre as produções relacionadas ao grupo étnico polono-brasileiro, podemos mencionar a dissertação de Mestrado de Adriano Malikoski, defendida na Universidade de Caxias do Sul em 2014. Trata-se de um importante estudo sobre as *Escolas Étnicas dos Imigrantes Poloneses no Rio Grande do Sul (1875-1939)*. O autor faz destaque para a existência de 128 Sociedades Escolares Étnicas no estado até 1939, estas possuíam filiações distintas, algumas à União das Sociedades *Kultura* e outras à *Oswiata*. Este trabalho busca uma renovação, cujo ponto de partida se dá na obra de Gardolinski (1976), já citada sob o título *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do*

Sul.

Outra produção importante para o tema é a tese de doutorado de Valquíria Elita Renk, defendida também no ano de 2009, em Curitiba. A pesquisadora se utiliza de arquivos como o Deops e trata do processo de nacionalização das escolas polonesas e ucranianas no Paraná e do fato de que estes estudantes aprenderam a falar o idioma português somente na escola, despontando também as questões relacionadas à identidade étnica e às exigências legais, à fiscalização, entre outras questões. Também a tese de doutorado de Alcione Nawroski, defendida em 2017, em Florianópolis. Essa trata da educação rural entre os imigrantes poloneses e seus descendentes e a função social da escola no meio rural. Ambas estão no campo da História da Educação.

Nesse mesmo sentido, o livro *Imigração e Revolução*, de Erick Reis Godliauskas Zen, publicado em 2010, utiliza documentação do Deops - SP e trata da tentativa de limpeza étnica a partir da intolerância étnica e política, visando à construção de uma identidade nacional, efetivada pela polícia representando o estado, entre imigrantes lituanos, poloneses e russos em São Paulo, identificados como vindos do leste europeu e, por assim ser, considerados suspeitos de vocação revolucionária, trazendo aspectos da luta pela reunificação da Polônia.

Embora o contingente seja reconhecidamente volumoso, os estudos relacionados a estes imigrantes ainda carecem de expansão e de aprofundamento acadêmico. “A produção acadêmica recente sobre a imigração polonesa, quando comparada aos estudos sobre outros grupos imigrantes particularmente alemães e italianos, é numericamente menor, mesmo no estado do Paraná, que recebeu grandes contingentes de poloneses” (OLIVEIRA, 2009, p. 7). Conforme Oliveira (2009, p. 219):

Excetuando-se os alemães, de longe o grupo étnico mais estudado (Willems, 1946; Roche, 1959; Seyferth, 1974, 1981, 2000), o caso dos ucranianos mereceu poucos estudos, enquanto o dos poloneses, que se instalaram nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul a partir dos anos 1870, permanece até hoje objeto de pesquisa local (Wachowicz, 1977, 1981, 1999; Kersten, 1983; Andreazza, 1996; Guérios, 2006; Gritti, 2004; Wenczenowicz, 2009).

Conforme Tomacheski (2014, p. 23), “a imigração oriunda dos territórios que hoje compõe a Polônia Contemporânea, esteve distante dos estudos acadêmicos em grande parte das universidades brasileiras”, fato este que, para o autor, muito se relaciona com a dificuldade de localizar e de traduzir as fontes, e que “começa a ser superado pelas possibilidades de logística e comunicação a partir dos recursos disponíveis na Rede Mundial de Computadores, permitindo localizar arquivos e pesquisadores no Brasil e na Polônia”.

No mesmo sentido, a tese de Délcio Marquetti, defendida em 2015, no campo da História Militar, trata dos conflitos entre militares e imigrantes poloneses na colônia de General Carneiro no Paraná, durante a construção de uma estrada que ligaria ao município de Palmas-PR no ano de 1900. O pesquisador conclui apontando para a necessidade de que empreendam novos estudos privilegiando questões culturais e religiosas dos imigrantes poloneses e de sua relação com outros grupos.

A pesquisadora polonesa da Universidade de Varsóvia, Renata Siuda-Ambroziak (2017, p. 17), tem pesquisado sobre a polonidade no estado Rio Grande do Sul e a relação com a religiosidade. A autora destaca que:

[...] faltam ainda estudos sobre a identidade étnica dos brasileiros de origem polonesa, os processos e determinantes da sua formação, a inserção dos polono-brasileiros na vida cultural, social, econômica e política no Brasil contemporâneo, as suas próprias manifestações culturais, as tentativas para conhecer e preservar a herança étnica e todo o patrimônio cultural dos antepassados e, também, sobre as transformações e mudanças naturais na sua cultura e identidade no ambiente sociocultural do Brasil. Mais bem pesquisado e, obviamente, do ponto de vista das comunidades de descendência polonesa, o Sul brasileiro, no qual eu também me concentro neste texto. No entanto, também lá existe demanda para sair do contexto puramente histórico para apresentar o atual ambiente dos descendentes, focalizando as pesquisas nas gerações contemporâneas. Os grupos que ainda esperam para ser detalhadamente pesquisados parecem ser os núcleos de descendentes dos poloneses em outras regiões brasileiras.

O jornalista e historiador paranaense Ulisses Iarochinski também tem se ocupado da temática ao tratar da *Saga dos Polacos* (2000), trazendo, no livro, um pouco da história da Polônia, de suas partições e reunificação, da emigração e suas causas, da ocupação polonesa na América do Sul e de outras questões culturais. Posteriormente, em 2009 em sua dissertação de mestrado intitulada *Polaco – Identidade Cultural Do Brasileiro Descendente De Imigrantes*, defendida em Varsóvia, na Polônia, o autor tratou da questão relacionada à Identidade Cultural: a definição deste sujeito como Polonês ou Polaco, para ele, tomado como polaco, retomando as raízes linguísticas e mostrando, através da pesquisa, de que o termo polonês fora erroneamente apropriado por uma elite imigrada, em contraposição ao termo polaco que soava pejorativo e preconceituoso. A pesquisadora Isabel Rosa Gritti (2004), com a obra *Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*, também tratou da emergência do preconceito antipolonês estabelecido nas regiões de inserção destes imigrantes.

De modo geral, são muitas as produções que apontam, em especial, a necessidade de ampliar os estudos das organizações culturais e da polonidade. Percebemos que os estudos relacionados à polonidade e à relação com os processos de sociabilidade da comunidade polonesa, em uma aproximação ao objeto, estão definidos em grande medida como estudos das Sociedades Escolares Étnicas polonesas, estudos de caso de Sociedades Culturais e

Recreativas, de intelectuais étnicos, de instituições religiosas, entre outros temas, mencionando, assim, não em regra, mas, em muitos deles, as filiações às Associações União das Sociedades *Kultura* ou a *Oswiata*, ou então no formato de subtítulos de capítulos que tratam destas. Porém, estudos focados e aprofundados em relação a estas duas vertentes e a sua relação com a comunidade imaginada na diáspora e a reunificação ainda não podem ser mencionados.

Assim, surge a pesquisa aqui apresentada, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria/PPGH/UFSM, na Linha de Pesquisa: Cultura, Migrações e Trabalho. Através dela, buscamos colaborar com a ampliação das produções científicas relacionadas à identidade étnico-cultural na diáspora polonesa, comunidade polonesa no Brasil e organizações associativas étnicas polonesas, da educação escolar no contexto da diáspora, no entendimento de que não são apenas “corpos que migram”, sobre os quais meramente possamos localizá-los espaço-temporalmente a partir de uma simplificação generalizante de origem suposta, ou a partir de uma narrativa epopeica, pautada somente nas precárias condições econômicas do local de origem, na busca de terra e de melhores condições materiais de vida.

No caso do Brasil, compreender sua história é também compreender a dinâmica da inserção de imigrantes e da mobilidade interna das migrações. O território brasileiro recebe um grande contingente de imigrantes, oriundos principalmente do continente europeu entre os séculos XIX e XX, estando em destaque em relação contingente os italianos, os alemães e os poloneses, mas, de forma não menos importante, os russos, os japoneses, os ucranianos, entre outros. A inserção destas populações, somadas àquelas que aqui já estavam quando de sua chegada (portugueses, indígenas, espanhóis, entre outros), propicia reconfigurações na sociedade brasileira e nas representações, que, na diversidade cultural, é preenchida por múltiplas características e significações, entre elas, definições religiosas, políticas e ideológicas de trabalho e sua acepção, a partir das relações capitalistas dos locais de procedência.

Seguida desta introdução com questões de pesquisa e objetivos, teremos a disposição da pesquisa a partir de capítulos. No capítulo 1, buscamos evidenciar opções teórico-metodológicas locais de pesquisa e fontes, construções e olhares teóricos voltados para as categorias e conceitos: identidade, cultura, etnicidade, nação, nacionalismo e Comunidade Imaginada. São construções importantes, pois darão a base teórica para a sustentação da discussão da problemática desta pesquisa e o olhar pelo qual pautamos nossa análise.

No capítulo 2, situamos as raízes culturais do nacionalismo na Polônia, a entrada da

modernidade e a ruptura com os sistemas culturais, a inserção do capitalismo de imprensa, a vernaculização e a consciência nacional. Tratamos ainda do Iluminismo, das transformações nas ideias e nas representações, da modernização, das interferências externas e das políticas imperialistas da Prússia, que depois se tornaria Alemanha, Áustria (Império Austríaco que se tornaria Austro-Húngaro) e Rússia⁹ e a tripartição da Polônia entre estas a partir do século XVIII. De modo sintético tratamos do contexto político, socioeconômico, histórico e de territorializações étnico-culturais e religiosas anteriores a diáspora.

No capítulo 3, tratamos da imposição cultural do nacionalismo oficial imperialista nos distintos domínios, da permanente resistência étnica e cultural, dos movimentos culturais, populares, camponeses e nacionais, dos partidos políticos e das organizações subversivas, das especificidades em relação ao ensino escolar, da religiosidade, da cultura e da política nos distintos domínios, da I Guerra Mundial e da consolidação da Reunificação. Além disso, contextualizamos a diáspora a partir dos debates conceituais contemporâneos e os distintos destinos da diáspora polonesa.

No capítulo 4, evidenciamos, a partir da historiografia, as especificidades das migrações e da colonização no Brasil, tratando sobre colonização, as políticas de atração e de gestão do território e as questões culturais, políticas e socioeconômicas imbricadas. Também, abordamos a diáspora polonesa e a comunidade polonesa no Brasil, suas motivações e interesses e a constituição de uma comunidade polonesa no Paraná, como articulação da etnicidade.

No capítulo 5, detemo-nos às Associações *Kultura* e *Oswiata*, ambas oficializadas após a reunificação, a partir de discursos de identidade e na vinculação à comunidade imaginada e à ação dos ditos “agentes e intelectuais poloneses”, à imprensa e às representações, articuladas aos processos de sociabilidade e de etnicidade.

No último capítulo, partimos para a gradual restrição nas representações culturais e identitárias articuladas nas atividades das Associações *Kultura* e *Oswiata*, a partir das políticas de nacionalização brasileira e das tensões agravadas pelo conflito internacional denominado Segunda Guerra Mundial, culminando no fechamento destas iniciativas étnicas em prol da construção da brasilidade.

⁹ Conforme Tomacheski (2014, p. 52), “Os territórios polacos, sob a ocupação russa, foram intitulados *Reino da Polônia* e vinculados ao Czar Russo”. Para Gluchowski (2015, p. 33) O Reino da Polônia seria o “(Reino do Congresso, Polônia do Congresso) – parte da Polônia sob a dominação russa, nos territórios do antigo Ducado de Varsóvia, formado no Congresso de Viena em 1815”.

1 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ETNICIDADE, CULTURA, NAÇÃO E NACIONALISMO.

Partimos do propósito de que a pesquisa aqui desenvolvida busca pensar identidades étnico-culturais polonesas, dadas na etnicidade e articuladas à comunidade imaginada, entre os séculos XIX e primeira metade do XX. Para isso consideramos o numeroso contingente de migrantes poloneses no Brasil e sua atuação na criação de Associações e de espaços de sociabilidade étnicos, a partir de representações identitárias, cujas construções são perpassadas, entre outras questões, pela reunificação e pelo ressurgimento da Polônia como estado, até então tripartida. Isso tudo implica lembrar que as migrações e suas sociabilidades e processos identitários estão permeadas por implicações de contextos múltiplos, dinâmicas e distintos conceitos e construções culturais que são articulados nestes processos sociais.

Entre estas imbricações conceituais, estão o nacionalismo, as nações e os modernos estados-nações, as etnias, as culturas e identidades e a etnicidade. Ambos os conceitos são construções modernas e se articulam nas relações culturais e de poder, dadas nas sociabilidades, mas são também enquadramentos do olhar do pesquisador, que faz suas escolhas. Dessa forma, precisamos deixar clarificados nossos pontos de partida em relação a tão importantes conceitos que dão suporte teórico e metodológico para esta pesquisa.

No âmbito geral, o ponto de partida é de que estas construções ocorrem em processos dialéticos, em processos históricos de construção social da realidade, em que a sociedade é uma realidade ao mesmo tempo subjetiva e objetiva, e que o indivíduo não nasce membro dela, mas “com predisposição para a sociabilidade”. Sendo assim, faz parte da “apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido”, (BERGUER & LUCKMANN, 1985, p. 173-174) ancorando representações simbólico-culturais.

No século XVIII, algumas mudanças se processaram, influenciadas pelas ideias Iluministas em detrimento de novas relações de poder (VEIGA, 2007). A partir do século XIX, estas novas relações de poder foram incorporadas através da “posse de bens e conhecimento”, com influências Iluministas das revoluções liberais e institucionalização dos governos constitucionais, forjando, assim, novos parâmetros sociais para uma “ruptura com formas anteriores de organização social a partir destas novas referências” (VEIGA, 2007, p. 84). Estas novas referências e formas de organização social foram dadas, em grande medida, na racionalização da vida. Nesse período, “surgiram e se consolidaram alguns dos conceitos-mestres da organização política e cultural da sociedade – como nação, democracia e identidade” (MARTINS 2007, p. 3).

O século XIX, na Europa, revelou-se o contexto histórico propício para a expansão dos nacionalismos, cuja realidade dos imperialismos e nacionalismos oficiais foi favorável a esta empreitada (ANDERSON, 2008), pois, nestes contextos, desenvolveram-se os movimentos nacionais populares, fruindo nos processos sociais, culturas e identidades, nacionais e étnicas, cujas construções conceituais, como as conhecemos nas produções teóricas contemporâneas, também foram dadas a partir da modernidade. São questões pertinentes à contextualização do estudo e a seu recorte.

Para Weber (2011, p.269), os estudos relacionados aos grupos étnicos tratam de uma “nova historiografia”, porém não no sentido de uma ruptura, e sim de “um recorte que tenha significado teórico e metodológico”. Nos últimos anos, os trabalhos desenvolvidos a partir do campo histórico da História Cultural têm trazido significativas contribuições para a pesquisa histórica e para o tema, uma vez que “os historiadores tornam-se cada vez mais conscientes de que pessoas diferentes podem ver o “mesmo” evento ou estrutura a partir de perspectivas muito diversas” (BURKE, 2008, p. 101).

Tal expansão é demarcada pela consolidação de distintas possibilidades epistemológicas, teóricas e metodológicas, aliadas a um diversificado conjunto de tipos de fontes, tradução destas e possibilidades de interpretação, baseado no diálogo interdisciplinar e teórico. São novas possibilidades de diálogo que permitem reapropriações, novos e mais apurados ‘olhares’ para os objetos de pesquisa em grupos de investigação e de pós-graduações. Os dimensionamentos epistemológicos permitem efetivar uma narrativa histórica a partir de significados que contextualizam as fontes e desvelam representações do passado. Trata-se de olhares que possibilitam “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17).

1.1 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1.1 Procedimentos de pesquisa – entre manás e discursos.

A partir da definição e da delimitação da temática, pensamos os aspectos teórico-metodológicos. Nosso caminho de pesquisa é perpassado e caracterizado pelo diálogo interdisciplinar. Entendemos, desse modo, que a pesquisa acadêmico-científica em história se

enriquece cada vez mais e desvela possibilidades mais amplas de uma aproximação ao objeto de estudo e no olhar para as fontes, tanto no processo de seleção destas, quanto durante seu manuseio, análise e crítica, contemplando um diálogo assim definido. Para tanto, a antropologia, a literatura, a geografia, a sociologia, a filosofia, entre outras, são nossas parceiras nesta construção historiográfica.

Nesse sentido, a construção de dados/contato com arquivos e fontes, para além desta questão objetiva imediata, desvelou significados importantes. No entanto, para chegarmos até eles, inspiramo-nos um pouco na narrativa da experiência de pesquisa da historiadora Arlette Farge, nos arquivos policiais do século 18, na França. A autora, no livro “*O Sabor do Arquivo*”, traz os dimensionamentos de algumas destas significações por ela sensivelmente percebidas no processo. O texto desta obra acompanha-nos, nesta construção, buscando despertar para o enigmático, para o estranhamento daquilo com que nos deparamos como verdade e concretude. A autora destaca:

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia-a-dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico [...]. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte (FARGE, 2009, p. 14-15).

Partimos de uma visão ampla de fonte, considerando as representações. Conforme Aróstegui (2006, p. 491), “fonte histórica seria, em princípio, todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo e discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo”. Assim, as possibilidades de fonte e de pesquisa do historiador estão em tudo aquilo que tem significados, experiências objetivas e subjetivas, construções culturais, materiais e imateriais. Nosso acesso às fontes foi, em grande medida, nos arquivos que serão identificados a seguir, tomados como “Conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas formas e seu suporte material, cujo crescimento se deu de maneira orgânica, automática, no exercício das atividades de uma pessoa física ou jurídica, privada ou pública” (FARGE, 2009, p. 12).

Com tais anúncios, afirmamos nossa abordagem de pesquisa como qualitativa, embasados em Robert k. Yin (2016), em relação ao objeto de estudo. Partindo desse princípio, destacamos que a escolha liga-se aos destaques feitos pelo autor, que, de forma sintética, estaria preocupado com características como o estudo do “significado das vidas das pessoas

nas condições em que realmente vivem”, abranger as “condições contextuais” que permeiam a vida das pessoas e suas influências nos eventos, buscando explicar estes “por meio de conceitos existentes ou emergentes” – que possam vir a ser desenvolvidos pelo pesquisador, além de “coletar, integrar e apresentar dados de diversas fontes de evidência”, estes submetidos a uma posterior triangulação.

Tomamos esta abordagem, aliada aos preceitos da Nova História Cultural, onde importam as significações. Destarte o enquadramento, a temática e o objeto, na construção de dados, visamos, como principais fontes para análise, aquilo que foi produzido durante o período já delimitado pela pesquisa, no contexto da União das Sociedades *Kultura* e *Oswiata* e nas relações sociais, públicas e oficiais, nacionais e internacionais estabelecidas, sejam estes: documentos oficiais, documentos públicos e privados, cartas, memoriais, livros e jornais, fotografias, fontes autobiográficas e *escrituras ordinárias* de ex-professores, intelectuais e agentes étnicos¹⁰, políticos e religiosos.

Para Daniel Fabre (1993), as *escritas ordinárias* são aquelas feitas por sujeitos comuns, os quais não se preocupam com a qualidade daqueles escritos com intencionalidade de “virar obra”. Podem ser bilhetes, diários, anotações, entre outros. Para Cunha (2007, p. 45), “Mergulhar nos papéis ‘ordinários/miúdos’ guardados por pessoas comuns/anônimas, permite apreender saberes, crenças, valores e práticas”. Já as fontes (Auto)biográficas são constituídas por “histórias de vida, relatos orais, fotos, diários, autobiografias, biografias, cartas, memoriais, entrevistas, escritas escolares e videográficas” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p.5).

A seleção e a utilização das fontes não destitui a crítica, a contextualização, além da compreensão de *lugares de memória* de Pierre Nora (1993, p. 27) tomamos a concepção de que não existe memória espontânea, então, os “lugares de memória” são resquícios de passado que alimentam a história, “os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro”. Ainda, “um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sob seu nome, mas constantemente aberto sobre a expressão de suas significações”. Compreendemos as memórias como conexões e representações do coletivo, as quais “tem caráter coletivo e social” (HALBWACHS, 2003).

Dessa forma, “Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos e também todas as categorias de imagens não podem, então, ser apreendidos nem como objetos

¹⁰ A definição do termo é desenvolvida no quinto capítulo desta construção.

cuja distribuição bastaria identificar nem com entidades cujo significado se colocaria em termos universais”, precisando contar com um olhar atento e aberto, que possa considerar que tais constructos estão “presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente” (CHARTIER, 1990, p. 61).

Dentre as fontes selecionadas e coletadas podemos destacar:

- 1) documentos públicos e privados (regimentos, registros, correspondências policiais /telegramas e correspondências), cartas, memoriais, livros, fotografias, fontes autobiográficas e *escrituras ordinárias* da União das Sociedades *Oswiata* (Pasta “*Oswiata*”), alguns destes referentes à União das Sociedades *Kultura*, no Arquivo dos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, sediado na Paróquia São Vicente de Paulo em Curitiba – PR, no Arquivo Público do Paraná e no Arquivo da *Sociedade Polônia* em Porto Alegre - RS¹¹;
- 2) documentos públicos *online* das representações consulares polonesas de Curitiba (Consulado Geral) - PR e Porto Alegre (Consulado Honorário), além da República Polonesa e do Ministério das Relações Exteriores da Polônia – RS;
- 3) publicações das Sociedades Escolares (imprensa pedagógica, jornais, folhetos e revistas) da *União das Sociedades Kultura e Oswiata* (o jornal *Polak w Brazylji e o periódico semanal Swit*¹², *jornal Lud*¹³ - clerical), das Escolas de Formação de Professores Rurais¹⁴ e do acervo Edmundo Gardolinski/UFRGS¹⁵.
- 4) documentos públicos e privados da Nacionalização - (correspondências policiais, telegramas, correspondências e cartas em geral) – Pasta “Nacionalização” - Arquivo dos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo;
- 5) documentos públicos *online* da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG (Biblioteca Digital), publicação II Conferência da Paz - Haia, 1907;

Também são importantes fontes de pesquisa o Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo¹⁶ e os *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*¹⁷ – publicação periódica composta de textos de escritores da comunidade polonesa, editados principalmente por Ruy Wachowicz, entre 1971 e 1984 em Curitiba - PR no Comitê das festividades do

¹¹Neste arquivo, fomos atendidos e acompanhados pela Gabriela e pela Leda, ambas muito prestativas e empenhadas na colaboração, fazendo com que a pesquisa ficasse ainda mais prática e objetiva.

¹²*Polak w Brazylji – O Polonês no Brasil, Swit – Amanhecer*: Publicações político-progressistas e anti-clericais;

¹³ *Lud – Povo: Jornal Clerical*;

¹⁴ Duas escolas de formação: em Guarani das Missões - RS e em General Mallet – PR.

¹⁵Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Arquivo%20Gardolinski.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

¹⁶ Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/sobre.php>. Acesso em: 04 mai. 2017.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>> Acesso em: 23 dez. 2014.

Centenário da Imigração polonesa no Paraná, os quais estão disponibilizados *online* e no acervo Ruy Wachowicz do Arquivo Público do Paraná, em Curitiba – PR. Dentre eles, o volume II do ano de 1970, intitulado “*As escolas da Colonização Polonesa no Brasil*”.

As cartas traduzidas e os relatos trazem abordagens sobre a imigração, sobre as condições econômicas e sócio-culturais, e foram divulgados na Polônia e no Brasil. Tomacheski (2014) destaca que as cartas trazem versões diferentes dos estudos clássicos e do senso comum sobre o tema da imigração, “deixam de serem produções individuais e factuais e evidenciam a interpenetração entre sujeito e história bem como entre os acontecimentos e sua reconfiguração na tessitura de vidas narradas” (CARVALHO, 2002). Alguns destes escritos são veiculados através da Revista *Polonicus*,¹⁸ uma revista de reflexão Brasil-Polônia.

Entre as cartas, encontram-se as de imigrantes de várias colônias brasileiras, como os relatos traduzidos de Antônio Hempel, “um homem letrado, complexo, intelectual, visionário, com algumas leituras e posições avançadas”, e de Zygmunt Chelmicki, intelectual que trabalhava em um jornal em Varsóvia, andava com pessoas da elite (diferente da maioria dos demais emigrantes), conhecia vários países e falava várias línguas (TOMACHESKI, 2014, p. 30). Também, a carta de João Stawinski, traduzida e publicada pelo Frei Victor Stawinski (1976) no livro: *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul*, e a carta do imigrante Jan Wietrzykowski, traduzida e publicada no livro *Cartas de Imigrantes* de Roger Stoltz (1997).

Realizamos a nossa pesquisa nos arquivos da Sociedade Polônia e no Arquivo São Vicente de Paula durante o mês de dezembro de 2016 e março de 2017. No mesmo período, visitamos a *Sociedade Polono-Brasileira Tadeusz Kosciuszko* – Curitiba -PR, o *Grupo Folclórico Polonês do Paraná Wisla* - Curitiba –PR, o Museu Polonês Bosque do Papa - Curitiba –PR e o Consulado Polonês - Curitiba -PR, porém, o acervo do mesmo estava impossibilitado de visita. Isso se relaciona ao fato de que, por ter sido fechado o consulado de São Paulo, havia, naquele momento, muito material trazido de lá, interditando o acesso ao acervo.

No Arquivo São Vicente de Paula, fomos recepcionados e acompanhados pelo Pe. Lourenço Bienarski, que não hesitou em nos auxiliar na otimização de nossos propósitos naquele espaço. Como principal organizador do acervo do arquivo, possui conhecimento amplo da documentação e do conteúdo intelectual das obras ali existentes (registra-se a existência de uma grande quantidade de livros com edições datadas a partir do século 17, em

¹⁸ Disponível em: <<http://www.polonicus.com.br/site/edicao.php?cod=6>> Acesso em: 18 dez. 2014.

idioma polonês, português, alemão, francês, entre outros). Para Farge (2009, p. 11), “quem trabalha em arquivos se surpreende muitas vezes falando dessa viagem em termos de mergulho, de imersão, e até de afogamento...”.

Além de tomar conta do arquivo, Pe. Lourenço também esteve acompanhando, durante alguns anos, juntamente com outros colegas da Missão, a produção do Jornal clerical *Lud*. Atualmente, mantém-se a par das pesquisas acadêmicas e de memorialistas em relação à comunidade polono-brasileira.

Para o padre, o arquivo trata-se de uma questão pessoal, beira o biográfico, uma extensão de si, de sua memória; ele conhece o que pode ser encontrando em cada prateleira, como interfaces da memória. Encontramos ressonância naquilo que destaca Zanini (2006, p. 32), para ela, “Esses arquivos podem ser interpretados também como formas de resistência”. E, neste caso, assim como na pesquisa por ela realizada, trata-se de uma “resistência étnica”.

Durante seus anos de trabalho no espaço, Pe. Lourenço também já realizou o trabalho de tradução para o português em documentos e manuscritos em polonês, um trabalho desenvolvido unicamente a partir de sua vontade de ampliar o acesso ao conteúdo a um maior número de pessoas. Entendemos que “O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação (FARGE, 2009, p. 23)”.

Para facilitar este processo e não descontextualizar os documentos de suas rasuras, censuras e rabiscos, utilizamos o aplicativo para celular *CamScanner*, um recurso tecnológico prático para digitalizá-los e arquivá-los em pastas, permitindo o arquivamento por tema e tipo de documento e posterior organização de *Banco de Dados* (somam-se mais de 900 documentos); alguns deles com necessidade de tradução por estarem em outros idiomas, principalmente em polonês. Em relação às fotografias e às imagens, fizemos este mesmo processo de digitalização, tomando cuidado de não prejudicar o contexto e a narrativa visual.

A nossa seleção dos documentos se dá embasada na leitura crítica do documento, nos critérios de conteúdo, nos possíveis usos, nas peculiaridades, na contextualização histórica, nos filtros do presente, no universo simbólico (SAMARA & TUPY, 2010), assim, pensamos o processo de produção do documento e “utilizamos os nossos próprios entendimentos culturais, para “engajar-nos” com “significados” que estão embutidos no próprio documento” (MAY, 2004, p. 213). Nisso consistiu nossa seleção em relação àqueles que foram utilizados nesta tese.

Para May (2004, p. 205), “Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam

diariamente e à longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais. Ainda, “nos falamos das aspirações e intenções”. Neste processo, as maneiras como são utilizados e as respostas que conseguimos estão ligadas ao uso do documento como algo não autoevidente, mas implicados aos tipos de perguntas e às opções teórico-metodológicas que fazemos, podendo um pesquisador encontrar diferentes observações e aspectos em relação a questões já emergidas sobre uma mesma temática. “Com esse propósito, podemos utilizar a análise de *conteúdo* que inclui três estágios: estabelecer o problema de pesquisa, recuperar o texto e empregar métodos de amostragem, interpretação e análise” (MAY, 2004, p. 222).

Assim como os documentos, em relação às fotografias, desenvolvemos uma interpretação visual, considerando os contextos sociais, culturais e políticos, através da minuciosa análise de seus conteúdos subjetivos (BURKE, 2004, p.11).

Os grãos ensolarados e as cartas de baralho são ao mesmo tempo tudo e nada. Tudo, porque surpreendem e desafiam o sentido; nada, porque são meros vestígios brutos que remetem apenas a eles mesmos, caso se atenha só a eles. Sua história existe apenas no momento em que são confrontados com certo tipo de indagações, e não no momento em que são recolhidos, por mais que isso cause alegria (FARGE, 2009, p. 19).

Jorn Rusen (2001, p. 77), em a “Razão Histórica”, destaca que “O passado só se torna história quando expressamente interpretado como tal, abstraindo-se dessa interpretação ele não passa de material bruto, um fragmento de fatos mortos, que só nasce como história mediante o trabalho interpretativo dos que se debruçam, reflexivamente, sobre ele”. Sendo assim, procedemos a análise que frutifica na narrativa escrita atribuidora de sentidos, perpassada pelo exercício de entrecruzamentos, diálogos e interpretações. Derivada desse processo, a narrativa escrita das representações culturais ‘trará à vida’ uma historiografia inovadora de versões possíveis, definida pelo direcionamento teórico que permeia as reflexões em relação ao objeto de pesquisa. No entendimento de que,

A análise cultural conserva, atualmente, toda a sua pertinência e se revela sempre apta a dar conta das lógicas simbólicas em jogo no mundo contemporâneo, desde que não se negligenciem os ensinamentos das ciências sociais. Não basta tomar emprestado destas ciências a palavra “cultura” para uma leitura da realidade, que esconde frequentemente uma tentativa de imposição simbólica. Seja no campo político ou religioso, na empresa ou em relação aos imigrantes, a cultura não se decreta; ela não pode ser manipulada como um instrumento vulgar, pois ela está relacionada a processos extremamente complexos e, na maior parte das vezes, inconscientes” (CUCHE, 2002, p. 15).

Peter Burke (2013, p.16) destaca seu entendimento de cultura “em um sentido razoavelmente amplo, de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões,

concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações”. Dessa forma, para além da mera abstração, a cultura está implicada de forma ampla, efetiva e presente em todas as interfaces das relações sociais humanas e propicia um feixe de significações, cuja potencialidade reside em dar sentido às questões ontológicas e as suas possibilidades de respostas.

Imbricada aos processos identitários, ela “abrange os elementos distintivos pelos quais cada indivíduo refere sua identidade pessoal ao conjunto de fatores que a definem: língua, espaço, época, religião, parentesco, sexo, liames particulares, enfim, o feixe de intersecções historicamente dado que é processado e incorporado subjetivamente por cada pessoa” (MARTINS, 2007, p. 30). No entanto, nem sempre a cultura teve tal eminência nos processos sociais e históricos, trata-se de uma longa trajetória de reordenamento epistemológico para que se pudesse compreendê-la como conceito e como possibilidade teórico-metodológica, um debate interdisciplinar que a potencializa.

1.1.2 O conceito de cultura, sua construção, atualização e imbricações nos processos sociais e históricos: da Cultura às Culturas!

Como nos indica Cuche (2002, p. 9), “o homem é essencialmente um ser de cultura”, ou seja, a hominização é permeada por processos culturais. No entanto, o conceito de cultura, tal como vem sendo utilizado, a partir de noções do campo das ciências sociais, nas abordagens em relação ao estudo dos processos históricos e, também, em sua imbricação com conceitos nação e identidades, é uma construção bastante atual. Essa construção está imbricada à transformação semântica pela qual a palavra é perpassada desde a Idade Média e, depois, em seu sentido moderno até a elaboração do conceito entre os séculos XIX e XX.

A transformação da palavra cultura, a posterior construção do conceito e seu caráter polissêmico e ambivalente são questões ressaltadas por teóricos como Bauman (2012, 2013) Thompson (1995), Cuche (2002), Burke (1992, 2003, 2004), Hall (2006), entre outros. Os autores retomam o início de sua trajetória como palavra dotada de sentido, percebida na dinâmica social inicialmente ligada ao contexto francês e alemão, e o posterior debate Franco-Alemão. Já as questões conceituais passam a receber olhares mais atentos como o surgimento, durante o século XIX, de disciplinas como a sociologia, a etnologia e a antropologia, expandindo o debate para a Inglaterra e os Estados Unidos.

Para Bauman (2013), o projeto iluminista conferiu à cultura a condição de ferramenta básica para a construção dos estados, das nações e dos estados-nações modernos, nesta tarefa,

ela foi confiada às mãos da classe instruída. A partir de tais representações, torna-se possível imaginar e inventar nações e suas identidades culturais, perceber as particularidades dos seres humanos e dos grupos sociais.

A palavra cultura, sua compreensão, significado e uso se encontram ancorados em um processo histórico que se desenvolve inicialmente ligado à cultura como palavra latina *colere*, que define o cultivo de algo ou o cuidado, por exemplo, relacionado a plantas e a animais. Esta, conforme Cuche (2002), ao longo dos séculos, se transforma e se vincula ao processo de desenvolvimento humano.

Nesta onda de ideias e de semânticas que se (re)ordenam durante o século XVIII, a palavra francesa cultura, conforme Cuche (2002), emprestada para outras línguas como inglês e alemão e ligada ao movimento da língua, foi, aos poucos, evoluindo seu conteúdo semântico, abandonando seu sentido estritamente ligado a certo cultivo (cultura do trigo), quando, no século XVI, passou a ter sentido figurado, relacionado ao fato de trabalhar para desenvolvê-la. Esse processo de evolução semântica, até o século XVIII, esteve ligado somente ao movimento natural da língua. Para o autor, o sentido figurado começou a se impor no século XVIII, com o movimento de ideias do iluminismo e,

Progressivamente, “cultura” se libera de seus complementos e acaba por ser empregada só, para designar a “formação”, a “educação” do espírito. Depois, em um movimento inverso ao observado anteriormente, passa-se de “cultura” como ação (ação de instruir) a “cultura” como estado (estado do espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo “que tem cultura”) (CUCHE, 2002, p. 20).

Os pensadores do iluminismo recuperaram concepções das ditas “civilizações clássicas”, entre elas, a noção de cultura. As pessoas passaram a se diferenciar a partir da cultura, entendida não como construção, mas como saber acumulado que se associa à ideologia progressista/iluminista. A cultura com o sentido de instrução, vista no teor da racionalidade, é aliada aos ideais liberais e progressistas do iluminismo.

No contexto iluminista francês, a razão e o domínio de uma “cultura” associaram-se ao progresso individual do sujeito, já a palavra “civilização”, de maneira universalista, está relacionada aos progressos coletivos, ligada a uma intensão de retirar a humanidade da irracionalidade, da barbárie em que viviam até então e, nesse viés, alastraram-se as ideias e as ações reformistas, buscando melhorar a legislação, o estado e as demais instituições (CUCHE, 2002).

Estas concepções de cultura e de civilização possibilitaram pensar novas concepções de sociedade e de história, destituindo a concepção de fim dos tempos e de única forma de

sociedade possível. Nessa nova concepção de sociedade, através do entendimento de desenvolvimento humano em suas qualidades e intelectualidade, o homem tem papel central e o conhecimento é uma forma de poder. Para ter uma sociedade com melhores possibilidades, era preciso civilizá-la. Conforme Thompson (1995, p. 167-168),

Na França e na Inglaterra, os usos das palavras “cultura” e “civilização” se sobrepuseram: ambas foram, progressivamente, sendo usadas para descrever um processo geral de desenvolvimento humano, de tornar-se “culto” ou “civilizado”. Na língua alemã, entretanto, estas palavras eram, frequentemente, contrastadas, de tal forma que “*Zivilisation*” foi associada com polidez e refinamento das maneiras, enquanto “*Kultur*” era usada mais para se referir a produtos intelectuais, artísticos e espirituais nos quais se expressavam a individualidade e a criatividade das pessoas.

As apropriações de civilização e de cultura, na Alemanha, estavam ligadas às distinções sociais e à ascensão burguesa. Sendo que a palavra cultura esteve ligada a um grupo cujo poder se restringia mais a sua intelectualidade do que em termos de refinamento ligado a condição material, e a palavra civilização não contempla o caráter universalista francês. Conforme Thompson (1995, p. 168-169):

Essa ligação foi examinada em detalhes por Norbert Elias. Na Alemanha do século XVIII, observa Elias, o francês era o idioma da corte nobiliárquica e dos expoentes da burguesia; falar francês era um símbolo de status entre as classes superiores. Distinto dessas classes superiores, existia um pequeno extrato de intelectuais de língua alemã, recrutado, principalmente, entre a oficialidade cortesã e, ocasionalmente, da nobreza rural. Esta *intelligentsia* concebia sua própria atividade em termos de suas realizações intelectuais e artísticas; zombava das classes superiores que nada realizavam neste sentido, mas despendiam suas energias no refinamento de suas maneiras e imitando os franceses. A polêmica contra as classes superiores era expressa em termos do contraste entre *Kultur* e *Zivilisation*. “Tornamo-nos cultos através da arte e das ciências”, afirmava Kant, “tornamo-nos civilizados [pela aquisição de] uma variedade de requintes e refinamentos sociais”. A *intelligentsia* alemã usava o termo *Kultur* para expressar sua posição peculiar, para distinguir-se, em suas realizações, das classes superiores às quais não tinha acesso. Neste sentido, a situação da *intelligentsia* alemã diferia significativamente da francesa. Na França, havia também um grupo emergente de intelectuais, como Voltaire e Diderot, mas eles foram assimilados pela grande sociedade cortesã de Paris, enquanto que seus colegas da Alemanha foram excluídos da vida na corte. Desta forma, a *intelligentsia* alemã buscou sua realização e encontrou seu orgulho em outro lugar, no campo da academia, da ciência, da filosofia, da arte, isto é, no campo da *Kultur*.

Em relação ao termo “cultura”, entre o final do século XVIII e início do XIX, conforme Thompson (1995, p. 169), seu uso estava relacionado a histórias universais da humanidade e outras obras da literatura alemã, desenvolvidas por destacados intelectuais e literatos. O autor cita “trabalhos de Adelung, Herder, Meiners e Jenisch; foi em um trabalho de Adelung, de 1782, que a expressão “*Cultur-Geschichte*” – “história da cultura” – apareceu pela primeira vez”.

Destaca-se, nesse período, em um posicionamento contrário ao universalismo

iluminista em relação à cultura, um dos precursores do nacionalismo romântico na Alemanha, Johan Gotfried Herder. Conforme Thompson (1995, p. 169), “Herder preferiu falar em “culturas” no plural, chamando a atenção para as características particulares dos diferentes grupos, nações e períodos” e, neste caso, a cultura alemã estava ligada à ideia de nação alemã. Nesse sentido, na Alemanha, conforme Cuche (2002, p. 28-29) “a nação cultural precede e chama a nação política”, trata-se de uma concepção essencialista de cultura, pensada como particular da nação e ligada à concepção étnico-racial de nação pensada em uma origem primordial e de unicidade.

Já na França, a palavra cultura evoluiu, aproximando-se de civilização e se mantém na perspectiva universalista. Cuche (2002, p.30-31) cita a conferência *O que é uma nação?*, ministrada por Ernest Renan, na Sorbonne (1882), em que este, ao contrário de Herder, destaca que “*Antes da cultura francesa, da cultura alemã, da cultura italiana, existe a cultura humana*”. Para o autor, “O debate franco-alemão do século XVIII ao século XIX é arquetípico das duas concepções de cultura, uma particularista, a outra universalista, que estão na base das duas maneiras de definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas”.

Durante o século XIX, estendendo-se pelo XX, iniciou-se um debate pautado em diferentes disciplinas, o qual se propôs a refletir sobre o homem e a sociedade. Surgiram disciplinas como a etnologia, a antropologia e a sociologia, observações etnográficas e reflexões sobre a diversidade humana, tentando ultrapassar a resposta biológica para esta questão e, aos poucos, construiu-se o conceito de cultura. Em relação aos etnólogos e à diversidade, Cuche (2002, p. 33) destaca:

Dois caminhos vão ser explorados simultânea e concorrentemente pelos etnólogos: o que privilegia a unidade e minimiza a diversidade, reduzindo a uma diversidade “temporária”, segundo um esquema evolucionista; e o outro caminho que, ao contrário, dá toda a importância à diversidade, preocupando-se em demonstrar que ela não é contraditória com a unidade fundamental da humanidade.

Nesse viés, no debate científico inglês e alemão, surgem definições conceituais pautadas em disciplinas como a etnologia e a antropologia e em concepções como: a de Edward Burnett Tylor que, em uma visão universalista francesa de cultura e ligado à perspectiva evolucionista, ressalta a dimensão coletiva – cultura como a totalidade da vida social, pautada no conceito de civilização, cultura adquirida e não herdada biologicamente, descritiva, objetiva e não normativa; a de Franz Boas, com sua experiência de racismo e antisemitismo, o qual desenvolve uma definição particularista, tendo o relativismo cultural como princípio metodológico e epistemológico contra o evolucionismo – cada cultura é única,

particular, uma totalidade singular, todas as culturas merecem ser toleradas e respeitadas e a diferença entre os seres humanos é vista por ele como de ordem cultural e não racial.

O debate entre os franceses foi associado ao surgimento da sociologia, e o desenvolvimento do conceito de cultura ocorreu mais tardiamente, em função de que o uso do termo cultura se mantinha ligado ao campo intelectual nacional, em que era visto como algo individual do sujeito culto, já o de civilização se mantinha com acepção em relação ao coletivo.

Nesse contexto, Émile Durkheim, como sociólogo em busca de entender a cultura como uma dimensão da sociedade, com influência evolucionista e com percepção da relatividade cultural, em “sua concepção da sociedade como totalidade orgânica, determinava sua concepção de cultura ou de civilização: para ele, as civilizações constituem-se em “sistemas complexos e solidários”” Assim, “em todas as sociedades há uma “consciência coletiva””, cuja teoria representava uma forma de sua teoria cultural, essa consciência, “feita das representações coletivas, dos ideais, dos valores e dos sentimentos comuns a todos os seus indivíduos”, os precede e impõe-se a eles (CUCHE, 2002, p. 55-58).

Soma-se ao campo francês, o fundador da etnologia na França, Lucien Lévy-Bruhl, e a abordagem diferencial, que recorre ao conceito de “mentalidade”. Para este, importava mais a unidade da humanidade do que a diversidade. Lévy-Bruhl, conforme Cuche (2002, p. 61), acreditava que “a diferença não exclui a comunicação entre os grupos humanos, que continua possível devido ao fato de pertencerem a uma humanidade comum”, assim, “não há então um corte absoluto entre as diferentes “mentalidades”, que são feitas de lógicas contraditórias. O que difere entre os grupos são os modos de exercício do pensamento e não suas estruturas psíquicas profundas”. A “mentalidade”, para ele, representava não a estabilidade e a homogeneidade de raciocínio no interior da cultura, mas uma orientação geral desta.

Com a formulação do conceito, a adesão e o campo de estudos ligados à cultura desenvolveu-se, de maneira bastante rápida nos Estados Unidos, ligado a questões da imigração e das relações interétnicas, principalmente em estudos da sociologia, mas também em outros lugares. Contudo, os estudos americanos, tendo como pontos de partida iniciais as conceituações desenvolvidas pelos teóricos da antropologia e da etnologia, aperfeiçoaram sua antropologia cultural e desenvolveram diferentes análises e observações em distintas culturas e realidades, influenciando, desse modo, o campo da sociologia e o estudo de comunidades e dos processos de socialização, colocando aos poucos as “culturas” no debate.

Entre estas, aquelas com olhares para os fenômenos históricos culturais, indicados por Boas, a funcionalista - análise centrada no olhar para a cultura no presente (por Malinowski),

da “Escola Cultura e Personalidade” - análise da cultura sobre o indivíduo e reações do indivíduo à cultura, a predominância de um tipo de personalidade, das orientações gerais e escolhas a partir de “tipos culturais” (Ruth Benedict) e aquelas voltadas para a “transmissão cultural” e para a socialização da personalidade (Margarete Maed) (CUCHE, 2002).

Entre os franceses, embora estes não tenham evidenciado efetiva e total adesão à antropologia cultural americana, algumas de suas questões foram retomadas por Claude Lévy-Strauss em sua análise estrutural da cultura, em que assume as “invariantes” – “materiais culturais sempre idênticos de uma cultura a outra”, um repertório comum. Assim, “a antropologia estrutural assume como tarefa encontrar o que é necessário para toda a vida social, isto é, os elementos universais culturais, ou, em outras palavras, os *a priori* de toda a sociedade humana”, ou seja, aponta uma “invariabilidade dos princípios culturais fundamentais” (CUCHE, 2002, p. 98). Em relação ao projeto estruturalista, Bauman (2012, p. 213) destaca que:

Ao escolher determinado padrão cultural, criamos no setor de determinada ação social a rede de dependências que pode ser generalizada num modelo total de estrutura social. Não é possível chegar a qualquer coisa generalizável nesse conceito a não ser da maneira possibilitada pelos recursos que os padrões culturais tornam disponíveis. A estrutura social existe mediante o processo sempre contínuo da práxis social; e esse tipo particular de existência é propiciado pelo fato de a práxis ser padronizada por uma quantidade limitada de modelos culturais.

Com a influência da antropologia na sociologia americana, mais especificamente nos sociólogos da “Escola de Chicago”, no contexto americano permeado pelas relações interétnicas de imigrantes, estes desenvolveram as noções de “subcultura” (cada grupo social faz parte de uma subcultura particular – ex: étnica) e de continuidade cultural e subcultural através das gerações, recorrendo ao conceito de “socialização”. Esta é “entendida como sendo o processo de integração de um indivíduo a uma dada sociedade ou a um grupo particular pela interiorização dos modos de pensar, de sentir e agir”, “modelos culturais próprios a esta sociedade ou a este grupo”. Desenvolveu-se também a abordagem interacionista da cultura, que, a partir de Sapir, tratou das interações interindividuais e dos sentidos produzidos. Estas noções e conceitos passaram a ser utilizados por sociólogos como: Talcot Parsons, Peter L. Berguer e Thomas Luckmann, Robert K. Merton (CUCHE, 2002, p. 102).

Ao perceber um ambiente dotado de relações entre culturas e entrecruzamentos destas, iniciou-a-se um processo de renovação do conceito por teóricos como Roger Bastide e Lévy-Strauss. A discussão se deu, considerando processos de contatos culturais e *aculturação* (diferentes processos), como aproximação e não como *desculturação*, e os resultados

denotaram mudanças nos modelos culturais, o que demonstra uma definição dinâmica da cultura, dos processos de contato e da reconstrução: “Não se parte mais da cultura para compreender a aculturação, mas da aculturação para compreender a cultura, assim a continuidade depende mais da ideologia do que da realidade. Nenhuma cultura existe em “estado puro”, sempre igual a si mesma” (CUCHE, 2002, p. 136).

Entendendo que se trata de uma construção que se desenvolve na dinâmica social, nos processos históricos e nas relações de grupos sociais, coloca-se, também, no cenário do debate da cultura, a questão hierárquica. Esta se coloca em cena sob as influências marxistas, as condições dominantes (estrutura/condições materiais de existência – que domina a superestrutura/bens culturais e simbólicos), mas também Weberianas - o jogo de hierarquias sociais e culturais (dominantes e dominadas). Essa relação é desenvolvida no sentido de que, se existem grupos sociais que são dominantes, reverbera também o domínio de culturas, desse modo, as culturas dominadas são entendidas como marginais, como derivados das dominantes.

No entanto, as culturas dominadas, mesmo que em certo grau considere a imposição da dominante, possuem possibilidades e brechas de resistência e de produção autônoma. Para Cucho (2002, p. 148) a realidade é bem mais complexa, pois as culturas populares não são “nem pura imitação, nem pura criação”. Nesse entendimento, surgem os subtipos culturais, como a cultura de massa (Edgar Morin) e a cultura operária.

Desvela-se de bastante importância para a discussão hierárquica a proposição da cultura de Pierre Bourdieu na década de 1980. Conforme Cucho (2002, p. 171), desenvolvida no sentido antropológico e ligado a produtos simbólicos, recorre ao conceito de *habitus*, o qual caracteriza uma classe ou um grupo em relação a outro.

[os *habitus*] são sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, a funcionar como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor que se tenham em mira conscientemente estes fins e o controle das operações necessárias para obtê-los [...] [1980^a, p. 88].

Aos poucos se entende que *as culturas* também são passíveis de “trabalho”, cuja percepção ocorre em um processo de reflexão que, no decorrer dos séculos, possibilitou um avanço epistemológico e tornou possível a desconstrução da ideia de cultura como algo puro, um conceito essencialista, emergindo, dessa forma, sua dimensão relacional (CUCHE, 2002, p. 238), a partir de contextos de uma complexidade de distintos povos e formas de vida em

convivência. Todavia, segundo o autor, “considerar a situação relacional na qual foi elaborada uma cultura, não deve levar a negligenciar o interesse pelo conteúdo desta cultura, o interesse pelo que ela significa em si mesma”.

Ao partir do propósito do avanço epistemológico em relação à ideia de cultura, Cuche (2002, p. 240-244) destaca que o bom uso do relativismo cultural e do etnocentrismo seria em uma medida saudável ao partir-se da concepção de que cada cultura possui suas particularidades que a enriquecem e dão sentido e que não correspondem a um todo perfeito. O autor ressalta “o relativismo cultural e o etnocentrismo como princípios metodológicos não contraditórios, mas complementares”, assim, “Sua utilização combinada permite ao pesquisador apreender a dialética do igual e do outro, da identidade e da diferença, ou seja, da *Cultura* e das *culturas*, que é o fundamento da dinâmica social”.

Já Rüsen (2015, p. 71), ao tratar da validade intercultural do pensamento histórico, retomando o relativismo e o etnocentrismo e entendendo o surgimento do relativismo como atitude intelectual que surge no contexto da universalização da racionalidade moderna, ressalta que “A cientificidade pode ser concebida (e realizada praticamente) como uma forma de pensamento que não contesta as diferenças culturais, mas as relaciona de forma crítica e argumentada”, tendo em vista que “a cientificidade faz valer o potencial antropológico do espírito humano, que não se dissolve em suas formas culturais específicas”. No entanto, “Tal interesse deveria manter dentro de alguns limites o relativismo cultural quanto às pretensões de validade das ciências humanas”.

Nesse processo, a partir dos anos 1980, com a ascensão dos estudos culturais, as “estruturas estruturantes”, como bases formais e estruturais de compreensão e de articulação cultural, foram desafiadas, como novos olhares epistemológicos pautados no movimento filosófico determinado nas teorias pós-estruturalistas/virada linguística¹⁹/virada cultural (a partir da década de 1960); estas teorias constituíram-se como críticas e desconstruíram conceitos estabelecidos como inquestionáveis na ciência, os chamados “Cânones científicos” e os invariantes culturais – elementos universais. Trata-se de um movimento epistemológico e paradigmático voltado para a tentativa de superação das fragilidades das ciências e de compreensão da realidade, dentre elas, a filosofia, a história e as ciências sociais.

¹⁹ Os pós-estruturalistas desenvolvem uma nova visão sobre a sociedade, desnaturalizando compreensões estruturadas e tornando evidente a complexidade da sociedade. Dentre os pós-estruturalistas franceses está o psicólogo, filósofo e sociólogo Michel Foucault, este, desenvolve novas perspectivas ligadas, por exemplo, a compreensão do poder, como uma dimensão não estruturada e localizável, e os discursos ligados à definição de comportamentos como as questões da sexualidade e da loucura. Destacam-se, também, Gilles Deleuze e Jacques Derrida;

Nessa perspectiva, busca-se a crítica e a superação de interpretações por vezes limitadas em bases estruturadas do conhecimento, primando pela desconstrução de pretensões homogeneizantes hierarquizadas e, por assim ser, excludentes. As culturas não são mais vistas como fechadas, homogeneizadas, e sim como portadoras de múltiplas dimensões que são contingentes e se (re)constróem e se hibridizam na diversidade; sendo assim, os processos sociais não são dotados de representações padrão. Portanto, pensar o processo histórico demanda considerar aspectos que estão imbricados àqueles que a vivenciam, a suas subjetividades e a como estes significaram e materializaram ações, contextos particulares com significações particulares. Para Veiga-Neto (2003, p. 13),

As conseqüências dessa virada são imensas. Ela estilhaça aos cacos e pluraliza não apenas a Linguagem, mas também a Cultura, e nos leva a falar em linguagens e em culturas. Para o segundo Wittgenstein, por exemplo, as semelhanças entre todas as linguagens – e podemos dizer: entre todas as culturas – não decorre de uma suposta invariância metalingüística – e podemos dizer: metacultural –, mas sim de uma familiaridade decorrente do próprio uso que fazemos delas em múltiplos jogos de linguagem (Sprachspiel), do próprio fato de estarmos imersos nelas, jogando dentro delas, linguagem e cultura (Baker & Hacker, 1980).

Na contemporaneidade, os processos culturais foram relacionados por alguns teóricos da cultura com a globalização e os contextos culturais múltiplos em processos de interpenetração e de transformação, na concepção de uma dinâmica de hibridização cultural. Estas percepções emergiram em textos de autores como: Peter Burke (2003), Zigmunt Bauman (2012), Stuart Hall (2006) e Hommi Babha (2013). Conforme Burke (2003, p. 6), “estão dedicando cada vez mais atenção aos processos de encontro, contato, interação, troca e hibridização cultural”. No entanto, para o autor, este não é um fenômeno que se coloca nos últimos anos, mas que já vem de longa data.

De acordo com Burke (2003, p.100), “Na verdade, já há muito que a maioria das culturas deixaram de ser ilhas. Com o passar dos séculos, tem ficado cada vez mais difícil se manter o que poderia ser chamado de “insulação” de culturas com o objetivo de defender essa insularidade”. Nesse sentido, “A construção linguística (Bakhtin; Bhabha) e a social (Friedman; Hall; Papastergiadis) do conceito de hibridação serviu para sair dos discursos biologicísticos e essencialistas da identidade, da autenticidade e da pureza cultural” (CANCLINI, 2015, p. 21).

Para tanto, “O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os ‘tradicionais’ e ‘modernos’ como sujeitos plenamente formados [...] “Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade” (HALL, 2015, p. 71,). Então, “Estudar

processos culturais, por isso, mais do que levar-nos a afirmar identidades auto-suficientes, serve para conhecer formas de situar-se em meio à heterogeneidade e entender como se produzem as hibridações” (CANCLINI, 2015, p. 24).

Assim, a noção de cultura sai da visão universalista para a percepção de cultura essencialista nacional, pautada na cultura das elites, da percepção de diferentes culturas homogêneas em um contexto nacional para a percepção da dinâmica e da interpenetração de culturas e de sua transformação de critérios e de conceitos básicos estruturantes, para a contingência dos significados da pluralização, do entendimento das relações globalizantes e dos processos de hibridização. Essa questão tem sido motivo para muitos debates teóricos e, inclusive, de atitudes de fechamento voltadas para ideias como a de “preservação cultural” em face à globalização.

Ao tratarmos da importante questão da dimensão cultural dos grupos étnicos, como propomos nessa pesquisa em relação aos poloneses, é importante considerarmos a complexidade desses grupos e não colocá-los como unidades culturais de maneira desvinculada e autoexplicativa, como “ilhas”. Nas interações complexas se envolvem dimensões sociais outras, que são de importância nas relações sociais e no reconhecimento. Assim, a importância da cultura está justamente no fato de que esta compõe realidades complexas.

1.1.3 Cultura e a Nova História Cultural – a ascensão da imaginação e da representação.

A partir de sua construção, o uso do conceito de cultura se desdobrou em diferentes disciplinas e campos sociais, entre eles, a história e o olhar para os processos históricos. Esta, sob as influências também de conceitos como o de “mentalidades” e o amplo uso do termo cultura, reificou-se, na França, através da Escola dos *Annales*²⁰, na proposição inicial de possibilidades para a escrita de uma história mais aberta e humana, cuja efervescência se evidenciou durante o século 20, na ruptura com a história tradicional ou *Rankeana*.

Nessa ruptura, a História Cultural foi inaugurada na França como uma “reação deliberada contra o “paradigma” tradicional²¹” (BURKE, 1992, p. 10). No Brasil, porém, as discussões e as apropriações ocorreram somente nas últimas décadas do século XX, após

²⁰ Movimento historiográfico fundado em 1929, com a criação da revista *Annales d'histoire Économique et sociale*, pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, destacando-se por incorporar métodos das Ciências Sociais à História.

²¹ Para Burke (1992, p. 10), poderíamos, também, chamar este paradigma de ‘a visão do senso comum da história’.

longo período de repressão e forte influência positivista. Até então, podemos destacar uma prática historiográfica que evidencia largo caráter de exclusão e de reificação de elites brancas.

No entanto, a real expansão de estudos voltados para esta possibilidade foi potencializada com o pós-estruturalismo e a ascensão da Nova História Cultural, movimento em relação ao qual Burke (2008, p. 45) destacou como o da “virada cultural”, “O interesse por cultura, história cultural e “estudos culturais”” “ficou cada vez mais visível nas décadas de 1980 e 1990”. Além das novas proposições filosóficas ligadas aos limites do conhecimento, somou-se a ampliação do diálogo com ciências, como a psicologia, a antropologia e a sociologia. Para Veiga-Neto (2003, p. 5-6)

[...] parece crescer a centralidade da cultura para pensar o mundo. Mas tal centralidade não significa necessariamente tomar a cultura como uma instância epistemologicamente superior às demais instâncias sociais – como a política, a econômica, a educacional; significa, sim, tomá-la como atravessando tudo aquilo que é do social. Assim, assiste-se hoje a uma verdadeira virada cultural, que pode ser resumida como o entendimento de que a cultura é central não porque ocupe um centro, uma posição única e privilegiada, mas porque perpassa tudo o que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos desses acontecimentos (HALL, 1997).

Para Burke (2008), com as marcas deixadas pela antropologia, a Nova História Cultural desvelou-se “mais eclética, tanto no plano coletivo quanto no individual”. “Mentalidades” até então usadas na perspectiva da história intelectual, como ligadas às ideias e aos sistemas de pensamento, passaram a estar alinhada a suposições e a sentimentos. A antropologia influenciou também na incorporação de novas possibilidades metodológicas para se olhar os processos históricos.

Segundo Burke (2008), as produções e o cenário de conceitos desenvolvidos por Michael Bakhtin (vozes que podem ser ouvidas em um texto, penetração da “alta” cultura pela “baixa” cultura), Norbert Elias (O processo civilizador/ cultura, civilização *habitus*, fronteira da vergonha, fronteira da repugnância) Foucault (discursos e disciplinamento dos corpos, poder e práticas discursivas) e Pierre Bourdieu (conceito de campo, prática, *habitus*, capital simbólico, reprodução cultural e capital cultural) foram o *click* para a virada significativa.

Essas teorias ampliaram possibilidades de olhar e de análise em relação à imaginação²², às negociações, às invisibilidades, às narrativas de pessoas comuns, aos

²² Burke (2008) cita a obra “Comunidades Imaginadas” de Benedict Anderson (2008), publicada pela primeira vez em 1983.

sentimentos, às experiências, à amplitude e à complexidade dos processos culturais humanos. Em relação às produções e à potencialidade de seus conceitos, Burke (2008, p. 78) destaca que estes “levaram os historiadores culturais a se preocuparem com as representações e as práticas”, estas possibilidades foram então estudadas por Roger Chartier.

Assim, tudo o que envolve a produção e a imaginação cultural humana pode ser pensado no processo histórico. Desde esta renovação então, estudiosos de várias áreas vêm discutido a produção historiográfica, chamando a atenção para a incorporação de novos sujeitos, de fontes diversas de investigação e de maneiras diferentes de construção da narrativa histórica (BURKE, 1997).

Porém, com a ascensão da subjetividade em relação ao conhecimento histórico, emergiram entre os historiadores, na discussão da pesquisa histórica, os critérios de verdade do pensamento histórico e suas relações com a objetividade como caráter científico. Rüsen (2015, p. 65) questiona: “*Que conceito, então, se poderia utilizar no lugar de “objetividade”?*” Então, o autor chama para o cenário os acontecimentos do passado vestidos de significado.

No entanto, para o teórico da história, Jorn Rüsen (2015, p. 66), de forma mais restritiva, este significado só pode ser vestido, “quando se trate, efetivamente, de constatar controlavelmente, mediante processo metódico (de pesquisa) a facticidade dos acontecimentos no passado”, como prática da intersubjetividade, ou seja, “trata-se de apresentar (narrar) as sentenças históricas (histórias) de maneira que se possa, genericamente, concordar com elas”. Assim, não se trata de um processo de subjetividade ligado somente ao sujeito que narra e às relações internas do pesquisador com documentos e fontes, mas dos entrecruzamentos e das relações externas com outras produções.

Nessa perspectiva, a narrativa histórica retrata a prática científica de estabelecer delimitações teóricas, conceituais, temporais, espaciais e metodológicas, ligadas a busca de respostas por questões e interesses pautados nas condições do tempo vivenciado pelo pesquisador. Assim, as respostas suprem a necessidade em relação à validade científica, contudo não são as únicas possíveis e também não são definitivas. Retomando a antropóloga Ruth Benedict (1972), “A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”, desse modo, as nossas interpretações são visões de mundo que, com nossas lentes, tentam ver as lentes usadas no passado e nas relações e construções sociais e históricas para as quais olhamos.

São questões que contribuem singularmente para pensarmos a complexidade humana. Trata-se de um limiar em que a ruptura com a história tradicional e com questões como a

emergência cultural desvelam possibilidades para uma escrita da história não mais pensada no enclausuramento, nos poderes verticalizados e até na “dureza” cronológica.

Conforme Ankersmit (2012, p.318), “A escrita histórica não é formada pelo tempo, mas molda o próprio tempo”. O autor destaca, ainda, que “O tempo histórico não é físico ou filosófico, mas um conceito cultural, e, sua natureza depende de como a escrita da história funciona dentro do todo de nossa(s) cultura(s)”. Então,

O tempo é experimentado historicamente, mas não simplesmente como transformação e mudança, e sim como uma transformação importante para a vida humana, que possui significado, mais exatamente: que precisa ser dotada de significado para que a vida possa prosseguir na mudança experimentada pelo ser humano e pelo mundo. A experiência originária do histórico carente de significado é a virada de época entre passado e futuro, a contingência do presente, na qual a ordem mundial atual da nossa forma de vida é questionada e tem de ser assegurada culturalmente pelas pessoas envolvidas (JORN RUSEN, 2014, p. 182, 183).

Estas novas maneiras de olhar, aliadas também à perspectiva construtivista, mostram que as temporalidades e as espacialidades são concepções construídas na significação. Mais que isso, Burke (2008, p. 101) ressalta que:

Os sociólogos, antropólogos e historiadores falam cada vez mais da “invenção” ou “constituição” da etnia, por exemplo, da classe, do gênero ou mesmo da própria sociedade. Em lugar do sentimento anterior, de restrições, de determinismo social, de um mundo de estruturas sociais “duras”, muitos estudiosos agora expressam um sentimento quase inebriante de liberdade, de poder da imaginação, de um mundo de formas socioculturais “macias”, maleáveis, fluídas ou frágeis.

Ao empregar a noção de cultura vinculada à ação racional do homem, Martins (2007, p. 13) destaca que “A História Cultural e antropologia cultural aprofundaram e expandiram nosso saber sobre as motivações ideais do agir humano”. Destaca ainda que “a categoria da cultura cobriria o campo inteiro da experiência histórica”, no entanto, para ele, “isso só vem a ser assim, quando se entende cultura como um conceito aplicável a tudo aquilo que, no homem e em seu mundo, não pertence à natureza”.

Na verdade, é preciso pensar em como todas as relações, incluindo as que designamos por relações econômicas ou sociais, se organizam de acordo com lógicas que põem em jogo, em acto, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, logo as representações constitutivas daquilo que poderá ser denominado uma “cultura”, seja esta comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo (CHARTIER, 1988, p.66).

O olhar de viés cultural estaria para o ato de sair da simples abstração da cultura em si, quando tudo está interligado e nada pode ser visto a parte da dinâmica social, “as discussões

econômicas, políticas e culturais, necessariamente coincidem” (BURKE, 1992). Rösen, (2014, p. 196) em *Cultura faz Sentido*, afirma que a cultura dá ao ser humano a possibilidade de atribuição de sentido para agir no mundo e para a forma como ele age. Então, os processos históricos resultam de diferentes sentidos que são colocados na práxis humana.

A cultura é a resposta que os seres humanos atuantes e sofredores dão a si próprios ao lidarem com a natureza, com o seu próprio mundo social e consigo mesmos e com os outros seres humanos, quando perguntam pelo sentido de sua vida e querem organizá-la de um modo que faça sentido [...] O sentido determina como as experiências são feitas, como o que se experimenta é interpretado e como as interpretações são empregadas para orientar a práxis vital e motivar a vontade. A cultura se manifesta no cosmo dos símbolos que transformam a natureza em mundo humano.

Por termos diferentes bagagens culturais, compreendemos, reagimos e agimos de diferentes formas nas relações sociais, sendo que, nestes contatos com as diferenças culturais, ressaltam-se, a partir da atribuição de sentido, estranhamentos, confrontos, diálogo e hibridização. Para Bauman (2012, p. 298), “A cultura só pode existir como crítica prática e intelectual da realidade social existente”. Percebemos, então, que a cultura possibilita as representações dos tipos de comunidades e de como são imaginadas as nações, as identidades, sejam elas nacionais, sejam elas étnicas, culturais, entre outras, e como não são pautadas em definições estáticas.

1.1.4 Cultura e Identidade: redemoinhos e não ilhas!

Pensar as identidades étnico-culturais, relacionadas aos imigrantes em seus espaços de inserção na sociedade de acolhida, coloca-nos no diálogo interdisciplinar e teórico, que, como anteriormente já discutimos, nos exige esta abertura. Mais que isso, no ponto de partida de que estes são construções, processos sociais e históricos em constante (re)elaboração, perpassados por representações simbólicas, por isso, não essencializados, imutáveis, enraizados, naturalizados ou estagnados. Implica conceber que as relações estabelecidas a partir das migrações influenciam diretamente nestas construções, e que os contextos em que estão inseridos revelam-se espaços de trocas, de reformulações e de contrastes. Porém, entendemos que estes não anulam ou apagam aqueles vivenciados anteriormente, então, não deixados totalmente para trás. São contextos em que as identidades são variadas e passíveis de entrecruzamentos e (re)significações na produção de discursos e de representações.

A identidade e suas implicações têm sido amplamente exploradas nos debates teóricos contemporâneos, tendo em vista o lugar ocupado e a potencialidade desta nos processos

históricos e culturais, e suas imbricações ligadas às representações. Bauman (2012) ressalta que mais do que nunca a reflexão sobre a identidade é necessária. Nesse sentido, a concepção de identidade contempla um processo histórico de redimensionamento teórico e epistemológico. Hall (2006, p. 10), em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, faz a distinção entre três concepções de identidade, pautadas no sujeito do Iluminismo, no sujeito sociológico e no sujeito pós-moderno.

Assim, para Hall (2006), “o sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior”. Conforme o autor, este núcleo era inato ao sujeito e, embora tivesse um desenvolvimento ao longo da vida, essencialmente permanecia desvelando a identidade do indivíduo, em uma versão “individualista” e masculina.

Conforme Bauman (2012, p. 47), a identidade *social* garante o significado do “eu”, e reflete, para este sujeito inseguro, abrigo e segurança, articulados a “nós” como significado de inclusão e aceitação. Para o autor, a segurança do grupo - “nós” se efetiva na vinculação a uma força que protege os aceitos no grupo e o poder em relação a “eles”, os hostis, os adversários. No entanto, “A força necessária não virá por si mesma. Deve ser criada. Também precisa de criadores e autoridades. Precisa de cultura – educação, treinamento e ensino”. Nesse sentido, a modernidade, no projeto do iluminismo, legou a cultura às elites letradas, que conduziram, através de um projeto civilizatório, a formação orientada e supervisionada das massas, agora vista com atitudes ditas *irracionais*, com o intuito de ajustá-las a “moldes civilizados”, moldando-lhes corpos e espíritos, reproduzindo uma nova estrutura de dominação que se conformou na construção da nação (BAUMAN, 2012, p. 49).

Na concepção sociológica do sujeito, refletindo a “crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente” como aquele do iluminismo, mas “formado na relação com outras pessoas importantes para ele”, emerge então a relação com o outro. Estes “outros” “mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava”. Assim, valoriza-se a interação social do sujeito que ainda mantém um núcleo essencial, mas que este núcleo é perpassado pelas relações que podem modificá-lo. Para o autor, este núcleo é “formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que estes mundos oferecem”, assim, a identidade “preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p. 10).

Colocam-se as metanarrativas portadoras de significações a serem internalizadas pelo

sujeito, entre elas, àquelas que deram delineamento às nações e às identidades culturais nacionais, a partir de culturas nacionais na busca de lealdades supralocais. Para Bauman (2012, p. 45), “a modernidade é também uma era de totalidades supralocais, de “comunidades imaginadas” orientadas ou aspiradas, de construção de nações e de identidades culturais “compostas”, postuladas ou construídas”. A nação, com os discursos que dela emergem na modernidade, como uma “comunidade imaginada”, ambiciona que seus membros possam ter coisas comuns e que possam esquecer as diferenças entre si (ANDERSON, 2008), adotando o pertencimento nacionalista no sentido de parentesco. Para isso, as identidades tinham um papel imprescindível.

Para o objetivo da construção das nações e das identidades e culturas nacionais, algumas das condições preexistentes foram aproveitadas, dentre elas, Bauman (2012, p. 51) destaca o nacionalismo e as questões preexistentes que aí se articulam; assim, vincularam a ação das elites pela consolidação da aliança entre nação e estado para o autor, consolidando o que já existia como algo natural, pois, “Para se tornar nacional, a cultura tinha primeiro de negar que fosse um projeto: precisava disfarçar-se de natureza”. Para Bauman (2012), no entanto, essas “identidades significativas” revelaram-se difíceis de concretizar, utilizando-se de construções discursivas.

Neste processo sociológico de identidade, o sujeito coloca-se em seu lugar objetivo no mundo social e cultural, alinhando seus sentimentos subjetivos a partir de uma identidade cultural na internalização de significados e valores. Trata-se de uma costura do sujeito à estrutura, assim, se “Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2006, p. 12).

Entretanto, na modernidade tardia, essa estabilidade vem sendo desconstruída, tendo em vista o cenário da fragmentação e da desestruturação, o afastamento das tradições e das estruturas, a contestação da predizibilidade e o fato de que os sujeitos podem identificar-se não por uma, mas a partir de várias identidades assumidas em momentos e situações distintas. Trata-se do descentramento do sujeito e da identidade. Este descentramento do sujeito, conforme Hall (2006), é descrito por rupturas nos discursos do conhecimento moderno, entre elas:

- a descentração frente às tradições do pensamento marxista e as novas leituras que descortinam a noção que desloca qualquer entendimento de agência individual (ruptura com o indivíduo cartesiano);
- a descoberta do inconsciente, por Freud, e o entendimento de que a identidade é formada ao longo do tempo, incompleta, não como algo inato, sendo formada por processos

inconscientes, e de que existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade;

- o trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure e a percepção de que a língua é um sistema social estruturado que possui uma gama de significados, assim como a identidade. Com a virada linguística, argumenta-se que estes significados são contingentes, instáveis, procuram o fechamento (a identidade), mas são perturbados pela diferença;

- o trabalho de Michel Foucault da genealogia do sujeito e o poder disciplinar, este, regulatório, que mantém o sujeito sob o controle das instituições da modernidade tardia que o torna cada vez mais isolado, individualizado;

- o impacto do feminismo, que, juntamente com outros movimentos sociais, trouxe à tona políticas de identidade para os movimentos, novos parâmetros de exercício político com dimensões objetivas e subjetivas, ênfase cultural, contestações das ideologias capitalistas e stalinistas do estabelecido em relação à vida e à posição social;

Assim, evidenciam-se acima as mudanças na compreensão da identidade e do sujeito a partir da virada linguística e as rupturas nos discursos do conhecimento moderno, na transição para o que Hall (2006) trata como modernidade tardia e pós-modernidade, e Bauman (2003, 2012), como pós-modernidade²³ - definição esta tomada não no entendimento de superação da modernidade, mas de ruptura e de transformação.

Já para Winck (2017, p. 30), “Outro fator que se veio somar para debilitar ainda mais o enraizamento identitário e a compreensão que fazemos dele foi a transição da modernidade para aquilo que lhe sucedeu ou lhe está sucedendo, seja esse novo momento entendido como prolongamento ou superação dela”. De acordo com o autor,

Ainda que a expressão pós-modernidade/pós-modernismo tenha começado a circular no decênio de 1950, principalmente no circuito da arquitetura, é somente na década de 1970 que ela viria a se cristalizar nos debates culturais. Um marco nessa discussão, sem dúvida alguma, é o lançamento em 1979 de *La condition postmoderne* de Jean-François Lyotard. [...] Na pré-modernidade, prevaleceram os grandes relatos mítico-sagrados de explicação do mundo. Por força deles o universo era coeso e o sentido imanente à realidade. A identidade estava assegurada e o seu conteúdo era sólido. Na modernidade, metanarrativas secularizadas sobrepõem-se ao discurso religioso. O cosmos se “desencanta”, explicações mais “duras” tomam o lugar do mito. No entanto, como antes, relatos totalizantes – a “história”, o “progresso”, a “humanidade” – fornecem chaves de interpretação global dos fenômenos do mundo. Na pós-modernidade, por sua vez, são esses discursos que entram em crise fragmentando-se, atomizando-se. [...] Talvez nada tenha mudado tanto com essa crise quanto a compreensão da identidade.

A reflexão desenvolvida por Winck (2017, p. 31) também aponta para a descentralidade do sujeito pós-moderno, em que se desfaz a característica cartesiana de

²³ Mas também modernidade líquida;

controle de ação e de consciência centrada do indivíduo e se estabelecem fissuras e deslocalizações, em uma sociedade em que o poder se pulveriza em múltiplos centros, o tempo se comprime, o espaço diminui e alguns dos conceitos tidos como definitivos passam a ser questionados. Conforme o autor, “Com isso, a antiga identidade unitária entrou em colapso e em seu lugar assomaram identidades híbridas, múltiplas, móveis”. Dessa forma, “O sujeito, longe de sentir-se pertencente a uma única e exclusiva comunidade, seja ela nacional, étnica ou religiosa (na maioria das vezes uma mescla variável dessas três), passou a identificar-se a inúmeros núcleos igualmente mutáveis”.

Para Hall (2006, p. 12), “Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente”. Em contextos mais complexos daqueles vivenciados anteriormente, na “medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p. 13). Assim, segundo Hall (2006, p. 13):

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

As sociedades da modernidade tardia, conforme Hall (2006, p. 17), “são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos”. Então, para autor, “Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados”, no entanto, “essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta”. Ou seja, é neste movimento que o processo histórico se desenrola.

A identidade cultural nacional é deslocada em virtude da globalização que se sobrepõe sobre ela, outras identidades. Essa realidade de contatos culturais diversos se acirra com as migrações, que tratam de processos de deslocamentos múltiplos e de identidades culturais que se tornam hibridizadas, fundidas sob a mistura de distintas construções culturais e que se caracterizam como processos transitórios.

Nesse contexto, as buscas pelos comunitarismos tornam-se evidenciadas. Bauman

(2012, p. 64) ressalta que os processos identitários articulados aos comunitarismos são parecidos com aqueles evidenciados em relação às nações, ou seja, são comunidades culturalmente postuladas e autoproclamadas, em que a não ligação a uma estrutura de estado coloca a cultura como “encarregada de funções integradoras que a comunidade não tem força para desempenhar por si mesma”. Nessa lógica, para o autor, na pós-modernidade, estas comunidades revelam-se tão limitadoras e coercitivas quanto os estados-nação e amparam-se em discursos tidos por ele como antimodernos, buscando reevidenciar narrativas de origem pré-modernas. O autor afirma ainda que, no multicomunitarismo, os valores universais empobrecem a identidade.

Este processo também se relaciona com o fato de que os produtos culturais, conforme Bauman (2012, p. 68), “agora adquiriram, ou estão em vias de adquirir, grande dose de independência em relação às comunidades *institucionalizadas*, em particular às comunidades territoriais *politicamente* institucionalizadas”, “viajam livremente”. Manuel Castells (2000, p. 24) afirma que, na construção de identidades, os agentes sociais buscam transformar e redefinir sua posição na sociedade com a utilização de qualquer material cultural disponível. Assim, efetivam-se processos culturais e identitários permeados por múltiplas possibilidades deslocalizadas. Para Baumann (2012, p. 69),

[...] a imagem mais capaz de apreender a natureza das identidades culturais é a de um *redemoinho*, e não a de uma *ilha*. As identidades mantêm sua forma distinta enquanto continuam ingerindo e vomitando material cultural raras vezes produzidos por elas mesmas. As identidades não se apoiam na singularidade de suas características, mas consistem cada vez mais em formas distintas de selecionar/reciclar/rearranjar o material cultural comum a todas, ou pelo menos potencialmente disponível para elas. É o movimento e a capacidade de mudança, e não a habilidade de se apegar a formas e conteúdos já estabelecidos, que garante a sua continuidade.

No entanto, de forma geral, concebe-se a identidade como uma construção não estática, mas em contínuo aperfeiçoamento e negociação. Para Cuche (2002), as identidades culturais se constroem e (re)constroem no âmbito da representação, em processos sociais que são arquitetados em meio a contextos situacionais e relacionais, em uma relação que opõe o grupo aos outros com os quais se estende o contato. No mesmo sentido, Woodward (2000, p.10) ressalta o caráter relacional, que se trata de uma construção “tanto simbólica quanto social”, assim, [...] “a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas” (HALL, 2013, p. 30).

Conforme Hall (2005), não se trata de transmissão genética ou de uma estrutura interna ao indivíduo, mas sim de uma dinâmica de representações - ao transformar a

identidade do indivíduo, muda sua forma de se autodefinir e de definir seu grupo. Por vezes, são processos conflitivos que podem sobrepor-se em importância em momentos e situações distintas, ex: identidade étnica mais importante que a nacional.

As identidades culturais se apresentam a partir das representações, dos discursos e dos processos simbólicos, articulados nos processos sociais e históricos e adotados pelos indivíduos e suas sociedades. Nestes meios, os sujeitos fazem trocas, (re)significam-se, e, dessa forma, as identidades não são estáveis e se dão no autorreconhecimento e na alteridade, elaborando e reelaborando identidades individuais e coletivas. Não diferente disso, ocorre com as identidades étnico-culturais.

Assim, entendemos que as identidades nunca puderam ser vistas como unificadas, ou pelo menos não poderiam ser. Na pós-modernidade, tornam-se fragmentadas e são projetos inacabados, e a possibilidade deste entendimento está ligada às teorias que emergem durante o século XX, trazendo a contestação da fixidez, da permanência e da verticalidade com que alguns conceitos eram compreendidos na modernidade, dentre eles, a identidade.

1.1.4.1 Identidade e Memória – representações.

Os teóricos da identidade evidenciam a íntima relação entre identidade e memória. Joel Candäu (2014, p. 21) ressalta que “As noções de “identidade” e “memória” são ambíguas e ambas estão subsumidas no termo *representações*”. No caso da identidade cultural nacional, esta é imaginada a partir de sistemas simbólicos, narrativas das histórias nacionais e lugares de memória, cujas referências do passado, dos “acontecimentos fundadores”, são incorporadas e ativadas pela memória dos sujeitos nacionais em processos dados na *representação* e tornam possíveis algumas explicações para o presente. Assim, nos processos sociais, movem os seres humanos e suas existências ligadas a um pertencimento amplo, a um grupo étnico, a uma história e uma cultura nacional, em uma dinâmica em que “memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas”, e que a identidade seria “um estado psíquico e social” (CANDAÜ, 2014, p. 10).

Segundo Canclini (1999, p. 163), “a identidade é uma construção que se narra”. Trata-se da construção de uma narrativa permeada e condicionada ao contato e à consciência da existência e da forma como o outro se narra. Portanto, o autor destaca os “acontecimentos fundadores”, entre eles, o nascimento da nação. Nas narrativas nacionais de grupos, das identidades, a memória e o esquecimento são imprescindíveis.

Desse modo, para Candau (2014), a perda da memória é a perda da identidade, pois é nos jogos sociais da memória e da identidade que ocorre a transmissão de um conjunto de práticas e de representações. Nestes processos, no entanto, a memória pode emergir passados com “pedaços escolhidos”, escolhas arbitrárias, uma memória enquadrada (quadros de referência), passível de esquecimentos intencionais e seletividade, voltados para a construção de identidades estratégicas. Para o autor, a memória nos modela, mas também é modelada por nós, na dialética desta e da identidade, nutrem-se e conjugam-se entre si, gerando uma história, uma narrativa, uma ficção unificadora.

Barth (1969) evidencia que a identidade étnica caracteriza-se diferente de outras identidades por ser orientada para o passado. Candau (2014) dimensiona a compreensão em relação ao mundo e à cultura de um grupo, esta ocorre também na emergência de memórias, de vivências e de experiências, em um movimento que reitera o passado; trata-se de uma seleção que considera o que é importante lembrar e o que é melhor esquecer. Para Chartier (2010, p. 21), “a memória, seja ela coletiva ou individual”, confere “uma presença ao passado, às vezes ou amiúde mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história”. Em sua observação de pesquisa sobre a polonidade no sul do Brasil, Siuda-Ambroziak (2011, p. 93) relata percepções como: “O que da herança polonesa é útil e prático, o que jamais o será? O que vale a pena saber, lembrar sobre a Polônia, e o que seria melhor esquecer?”.

No contexto das construções modernas da nação e das distintas identidades, memória e esquecimento tornam-se importantes para a construção destas narrativas nas dinâmicas de seleção e de justaposição de elementos e de fatos. Trata-se de um processo que se dinamiza adquirindo novos elementos e perdendo alguns, ou seja, as narrativas identitárias constituem-se no trabalho da memória, mas este não se desvincula das representações culturais. Para Pollak (1989, p. 7):

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência.

Diante disso, analisarmos a construção de identidades e de nações demanda compreendermos processos amplos. Para Pollak (1989, p.2), “Numa perspectiva

construtivista, não se trata de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. A referência de Pollak ao fato social faz a crítica para a forma como o sociólogo Maurice Halbwachs (2003) pensava a memória e seu caráter coletivo, fundada na retórica nacionalista como algo dado e estável, para ele, no entanto, a partir dos quadros de referência, esta pode ser vista como uma faculdade individual, que, no trabalho da memória, pode passar para formas coletivas. Para Candau (2014, p. 21-23), diferentes manifestações da memória coexistem:

- *protomemórias* – memória social incorporada “no âmbito do indivíduo”, imperceptível, presente nas atitudes sem tomada de consciência, *habitus* e socialização de “saberes e experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas”;
- *memória propriamente dita* - “essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento”, é “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas”;
- *metamemória* – “que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela vive”; está mais ligada a memória coletiva;

Ambas as manifestações de memória, seja em perspectiva individual, seja em coletiva, se interseccionam. Para Halbwachs (2003), mesmo nas memórias individuais há um ponto de ligação com a coletiva, pois, “Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade”. Então, o “funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Para Catroga (2015, p. 74) “Ademais, se a memória é instância construtora e cimentadora de identidades, a sua expressão colectiva também actua como instrumento e objeto de poder (es) mediante a seleção do que se recorda e do que, consciente ou inconscientemente, se silencia”. No nível do grupo, embora sempre passível de diferentes manifestações da memória, considerando que “ela também está sujeita a uma sobredeterminação social”, “quando ela funciona como *metamemória*, a margem da manipulação e de uso político-ideológico aumenta” (CATROGA, 2015, p. 10). Em sua dinamização, a *metamemória* é tomada no grupo a partir de representações compartilhadas, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2014, p. 24).

De toda forma, a memória cultural coletiva que se relaciona com a identidade não é estática, mas perpassada por contextos de negociação, de relações de poder, de (re)construção.

Machioski (2018, p. 285), ao refletir sobre a identidade etnocultural dos imigrantes italianos, retoma a relação entre memória e identidade, desenvolvida pelo antropólogo Joel Candäu, ressaltando a relação deste processo com o que Candäu (2014, p. 44) denomina “memória forte”. Trata-se de “uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo”, ainda, “é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo, e por exemplo da representação que ele vai ter de sua própria identidade”.

Em contraposição, ressaltamos que a memória fraca, para Candau (2014, p. 44), está relacionada a “uma memória sem contornos definidos, difusa e superficial”. Sendo assim, “pode contribuir para a desestruturação de um grupo”. Nesse sentido, Machioski (2018, p. 285) destaca que, no caso da identidade etnocultural dos imigrantes:

Acreditamos que a permanência dessa antiga identidade do sujeito que migrou será ainda mais forte se este se estabelecer no lugar de destino juntamente com um grupo étnico do mesmo lugar de procedência. Isso porque esse grupo será portador de uma memória coletiva que buscará promover uma representação externa da antiga identidade, por meio da manutenção de velhos hábitos e costumes adquiridos no local de origem. Essa representação da etnicidade promoverá a permanência da antiga identidade do sujeito imigrante, ou seja, haverá a promoção da manutenção do antigo sentimento identitário por meio da memória reforçada pelo grupo. Segundo o antropólogo Joël Candau, essa se constituirá em uma memória forte que influenciará no processo de constituição da identidade do sujeito (i) migrante. [...]. Portanto, este último autor afirma que a memória forte é organizadora e estruturadora da identidade coletiva dos grupos étnicos. Esse sentimento de pertença promovido por essa memória coletiva que é capaz de produzir uma representação da identidade, e por isso mesmo é chamada de forte, impedirá que o indivíduo imigrante se separe inteiramente da identidade adquirida antes do processo de (i) migração.

Então, a relação entre memória e identidade dos (i)migrantes, para Machioski (2018), a partir dos estudos culturais, tem caráter transitório e múltiplo, é estabelecida “entre lá e cá”, fica nos “entre” lugares, na busca pela identidade. No entanto, no contexto migratório se acionam identidades múltiplas, sendo que a identidade étnico-cultural é uma delas. As identidades são acionadas em diferentes tempos e espaços, com diferentes grupos, em que se tenha que participar dos processos de sociabilidade, forjados nas dinâmicas de demarcação de fronteiras simbólicas e de representações, de inclusão e exclusão, que produzem identidades e diferenças (SILVA, 2000).

[...] por meio de estratégias de identidade adotadas para se adequar ao novo espaço social e, conseqüentemente, alcançar seus objetivos, os (i) migrantes conseguem fazer uso das diferenças, ou seja, são capazes de negociar com as múltiplas representações identitárias que os cercam e, dessa maneira, mantêm o caráter transitório e plural de sua identidade. Assim, esta última permanece em trânsito, “entre” os múltiplos “lá” e “cá”, que são as diferentes representações identitárias que funcionam como multiplicadoras da identidade (i) migrante (MACHIOSKI, 2018, p. 300).

De toda forma, a emergência das identidades etnoculturais dos imigrantes está ligada à imaginação da nação, no sentido de que, ao imaginar nações específicas, são imaginadas as identidades étnicas e culturais que fizeram parte desta comunidade imaginada, cujas construções ocorrem naquilo que Candau (2014) define como o “jogo social da memória e da identidade”. Neste, na fundação e na construção de memórias e de identidades de grupos, colocam-se em cena as memórias geracional, genealógica e familiar das tragédias, da prosopopeia, das comemorações, dos lugares de memória e de amnésia, da busca memorial e da patrimonialização, das memórias agonísticas e das práticas de diferenciação, de manipulação e de dominação.

Os lugares de memória são portadores de representações, mais do que isso, “A razão fundamental de ser um lugar de memória, observa Pierre Nora, “é a de deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte”” (CANDAU, 2014, 156-157).

Candau (2014, p. 95) ressalta a “memória das origens” em relação aos grupos, para ele, “Quando a determinação desse momento de origem puder prescindir de uma historicização dos acontecimentos fundadores, os mesmo serão enraizados em uma antiguidade indeterminada, com o objetivo de naturalizar a “comunidade””, esta, “então não terá “necessidade de outra definição que a autoproclamação de si””. Assim, de acordo com o autor, no caso da etnicidade, a referência à origem comum é sempre retomada no estabelecimento de laços primordiais, facilita a construção da identidade do grupo. Porém, também recebem destaque as memórias dos acontecimentos (fatos reais ou imaginários), que, juntamente com as origens, traçam balizas da organização cognitiva da experiência temporal.

1.1.5 Identidade Étnica e Etnicidade – distintas abordagens, culturas e a perspectiva relacional de Fredrik Barth.

Confirmando o que já discutimos até aqui, Seyferth (2012, p. 22) ressalta que “A noção de identidade tem um longo percurso no campo das ciências sociais e da psicologia”, e aqui interessa registrar sua conjunção com a etnicidade, fundamentando-se na noção de diferença cultural, visto que são importantes as fronteiras culturais. No entanto, essa é uma discussão bastante complexa que tange primeiramente a emergência da etnia como construção. A discussão sobre a etnicidade vem sendo feita a partir de distintas abordagens, merecendo algumas pontuações, aqui embasadas principalmente nas *Teorias de Etnicidade*.

As noções de etnia, raça e nação são apontadas por teorias que tratam de tais questões, como construções do século XIX, pautadas na emergência de um contexto histórico de grandes mudanças. Nesse sentido, para Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 33), “desde sua criação no início do século XIX, a noção de etnia se encontra mesclada a outras noções conexas, as de povo, de raça ou de nação, com as quais mantém relações ambíguas, cujo rastro, encontramos nos debates contemporâneos”. Porém, embora estejam próximas em algumas de suas perspectivas, temos que perceber com clareza suas diferenças e, mais que isso, as relações entre ambas. De toda forma, são criações voltadas para objetivos determinados.

Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 34-35) apontam, a partir de algumas contribuições teóricas relacionadas à raça e à etnia, entre estas, a do zoologista francês Vacher de Lapouge, emergindo a sua posição selecionista, porém, voltada para a seleção social e não natural, em que a raça estaria como “associação de características morfológicas (altura, índice cefálico etc.) e qualidades psicológicas” e a etnia como algo capaz de agrupamentos “que resultam da reunião de elementos de raças distintas que se encontram submissos, sob o efeito de acontecimentos históricos, a instituições, a uma organização política, a costumes ou idéias comuns” e que se diferem das nações. Para os autores, sob o contexto de reflexões como esta aí destacada, “É, então, para dar conta de uma solidariedade de grupo particular, simultaneamente diferente daquela produzida pela organização política e daquela produzida pela semelhança antropológica, que o termo etnia foi introduzido na língua francesa”.

Assim, a partir da noção construída culturalmente de etnia, emergem os grupos étnicos a partir de suas etnicidades. Segundo Barth (1969, p. 194), “Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e aos outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”. Poutignat & Streiff-Fenart (2011) destacam que, antes da década de 70, no século 20, a definição de grupo étnico era tratada por sociólogos americanos como indivíduos membros de um grupo, portadores de uma “cultura estrangeira”. Para ambos, a grande transformação foi perceber a etnicidade como uma categoria geral da vida social e não mais como a característica de um grupo minoritário com traços culturais, raciais e pertencimentos nacionais específicos.

Essa redefinição se dá no deslocamento da análise sobre o que define o grupo como tal. “A análise se desloca do conteúdo cultural do *grupo étnico*, para a análise da emergência e da manutenção das categorias étnicas tais como elas se constroem nas relações intergrupos” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 82). A partir das novas concepções sociológicas e antropológicas, a definição de *grupo étnico* não se dá somente na definição de

uma língua, pertença e ancestralidade comuns, mas na afirmação e na manutenção de traços culturais diferenciadores em negociações no espaço social. Para Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 82), “o grupo étnico não é mais definido *per se*, mas, como uma entidade que emerge da diferenciação cultural entre grupos que interagem em um contexto dado de relações interétnicas”, cujo movimento de manutenção de fronteiras é potencializado no caráter relacional da cultura (CUCHE, 2002).

Barth (1969, p.82) destaca que “Grupo Étnico é aquele que compartilha os valores culturais fundamentais, constitui um campo de comunicação e de interação com os seus membros, identificando-se e sendo identificado pelos outros”. Neste sentido, “não como algo acabado em si, mas em contínuo aperfeiçoamento e transformação, que visa à organização social, processos identitários, não algo “constituído, naturalizado”” (KREUTZ & LUCHESE, 2011, p. 183-184).

De maneira destoante e mais alinhada às concepções da nação e do sentimento de pertencimento e de coletividade, representada a partir da relação com a compreensão sociológica e o comportamento significativo dos homens, Max Weber destaca que grupos étnicos são aqueles que “alimentam a crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças de colonização ou da migração” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 40-41).

As distintas construções e abordagens teóricas relacionadas à categoria de análise etnicidade são eminentemente novas, e foram recentemente incorporadas aos estudos de populações migrantes ou não. Embora tenham despertado discussões em âmbito mundial, ainda no século XVIII, as abordagens das quais nos utilizamos hoje são construções contemporâneas, desenvolvidas, mais especificamente, nos anos 1960 a 1970, pós a eminência da Segunda Guerra Mundial, como as migrações, as perseguições e os extermínios dos judeus, entre outras questões.

O aprimoramento da categoria, a partir de variadas abordagens teóricas, desenvolve-se quando sociólogos e antropólogos dos Estados Unidos e, posteriormente, da França passam a pensar o tema das migrações e seus desdobramentos sociais imbricados à etnicidade. A partir de então, o que era apenas tido anteriormente a partir de uma abordagem biológica e racial e/ou de pertença nacional e étnica, com uma série de características biológicas perceptíveis, comprováveis e hereditárias, passa a ser percebido como algo muito mais complexo, um recurso identitário.

Ao receber estudos, principalmente da antropologia, emergem diferentes abordagens

teóricas, cujos potenciais estariam para além da raça e do pertencimento nacional, imbricados a diversas concepções de cultura e de sociedade. Entre estes estudos, estão as *Teorias da Etnicidade*. Conforme o prefácio de Jean-William Lapierre:

Foi necessário, depois da Segunda Guerra Mundial e da descolonização, que nossa república se defrontasse com dois tipos de fenômenos políticos e sociais para que despertasse de seu sono dogmático. O primeiro foi o ressurgimento dos movimentos regionalistas e das reivindicações das minorias etnolinguísticas. Qual não foi a surpresa quando se descobriu que na França ainda existiam bretões, bascos, occitanos, corsos, que não admitiam ser reduzidos a sobrevivências folclóricas do Antigo Regime! Havia, então, “etnias” no Estado-Nação, apesar da Constituição – que grande escândalo! O segundo fenômeno foi a imigração (inicialmente encorajada entre 1945 e 1965, em seguida contida, depois reprimida) [...] E assim, ao mesmo tempo que se propagavam em nosso país a xenofobia e o racismo sob diversas formas, pôde ter início o desenvolvimento de uma reflexão e de uma pesquisa quanto às relações interétnicas sem atingir a amplitude que já alcançavam nos Estados Unidos, até mesmo na Grã-Bretanha (LAPIERRE *In* POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 11).

Em relação à emergência da etnicidade, tal como ela é, Poutignat & Streiff-Fenart (2011 p. 27) destacam que, “de acordo com alguns pesquisadores a etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações”. Nesse sentido, a categoria também começa a ser mais observada no Brasil durante o século 20, quando os grupos étnicos passam a ser entendidos como possíveis ameaças às aspirações nacionalizantes.

O marco desses estudos é o trabalho de Fredrik Barth, publicado em 1969. Posterior a ele, Poutignat & Streiff-Fenart, mais no final do século 20, discutem as questões tangentes à etnicidade, tidas como um novo paradigma nas ciências sociais, nos grupos étnicos e nas relações interétnicas, mostrando as diferentes abordagens a partir de paradigmas como: primordialista, sociobiológico, mobilizacionista, neomarxista, neoculturalista, interacionista e instrumentalista.

O paradigma primordialista é visto como um *continuum*, já que coloca a etnicidade no patamar de uma herança inata ao sujeito, que emerge naturalmente, a partir de seu nascimento em seus comportamentos sociais, permanecendo ao longo da vida. Muitas das teorias sobre a nação tendem a esta visão de que há uma primordialidade em relação àquilo que define o conteúdo nacional.

Conforme Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p.88), “Estas “ligações primordiais” são aquelas que ligam os indivíduos por uma relação à qual atribuem uma qualidade especial que se refere à própria natureza do vínculo, independentemente das relações efetivas” e

contextuais. Para eles, estes vínculos “são dotados de uma significação inefável, como aquela que se atribui aos vínculos de parentesco, e são caracterizadas pela intensidade da solidariedade que suscitam, por sua força coercitiva e pelas emoções e o sentimento do sagrado que lhe são associados”. Ainda, “compartilham a herança cultural transmitida por ancestrais comuns, fonte de ligações primárias e fundamentais” (POUTIGNAT &STREIFF-FENART, 2011, p.88).

Dentro desse escopo, o paradigma sociobiológico busca explicar os comportamentos sociais atrelados à composição genética, de certa forma, menosprezando a variável cultura na interação social, afirma-se, assim, um reducionismo biológico ligado a uma solidariedade étnica natural, embasada na valorização de si próprios, na “extensão do princípio de parentesco” e no “anticulturalismo materialista”, como uma forma de acentuar o etnocentrismo (POUTIGNAT &STREIFF-FENART, 2011, p.93).

Porém, ao pensar o recurso identitário no paradigma primordialista, e entre as questões tidas como primordiais, elementos como raça, língua e religião, não podemos ignorar o ambiente social e político e de diversidade de culturas, na dinâmica dos processos sociais e históricos em que estamos inseridos, fugindo do caráter essencialista desse paradigma. Os grupos humanos, em geral, não estão fechados em comunidades e culturas particulares a partir de lealdades primordiais como “dádivas” das existências sociais, que derivam mais do sentimento de afinidade natural do que da interação social, como afirma o antropólogo Clifford Geertz (1963).

Já as abordagens instrumentalistas e mobilizacionistas da etnicidade não a vêem como algo propriamente inato, então, os sujeitos podem escolher pertencer ou não. Trata-se de uma construção social e política que evidencia o aspecto utilitarista e de mobilização da etnicidade, prevê uma utilização mais prática dos grupos em uma relação de solidariedade com vistas à efetivação de seus interesses comuns, sejam eles políticos, econômicos, religiosos, de mobilidade social, entre outros. De maneira geral, esta abordagem estaria a serviço de elites que, voltadas para um objetivo relacionado, por exemplo, ao poder político no contexto nacional ou então do grupo étnico, efetivam a seleção de conteúdos culturais e a mobilizam para tais construções. Esta perspectiva embasa a pretensa construção de muitas nações modernas pautadas em culturas instrumentalizadas politicamente e levadas ao alcance das massas.

Para Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 96), “esta abordagem compreende, contudo, muitas variantes nas quais a ênfase é colocada ora nos fins e nas estratégias individuais, ora nas lutas de poder coletivas [...] uma solidariedade que se dá entre grupos de interesse”.

Seyferth (2010, p. 30; 2011, p.56), na mesma direção, destaca que “a etnicidade é um fenômeno empiricamente muito variado”, mas que “as abordagens mais instrumentais a apresentam como um recurso social, político e cultural para diferentes grupos étnicos e de *status*”. Assim, o uso instrumental da etnicidade está voltado para a efetivação de interesses comuns do grupo.

A definição da etnicidade na abordagem instrumental, assim como na primordialista, pode considerar e se utilizar da ancestralidade e das variantes culturais diferenciadoras, porém concebendo-as como um recurso em uma utilização mais prática. Nesse propósito, a identidade (étnica) permite associar o indivíduo ou o grupo a um passado, uma raça, uma cultura compartilhada, suscita sentimentos de pertença, contudo o interesse comum também une, permitindo laços concretos de comunidade (SEYFERTH, 2011).

Já as teorias neomarxistas compartilham com as teorias instrumentalistas a “convicção de que os grupos são definidos essencialmente por interesses materiais, políticos ou econômicos”, porém privilegiam, como centro de interesse, “a relação entre a etnicidade e a classe, relação esta que é analisada no quadro de uma teoria da exploração capitalista do trabalho” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p.106-107).

Para as abordagens neoculturalistas, os aspectos culturais estão em maior evidência, entretanto trata-se de uma visão de cultura não estática, com aspectos totalizantes e descritíveis, refutando o essencialismo, pois “a etnicidade é vista como um idioma por meio do qual são comunicadas diferenças culturais em contextos que variam segundo o grau de significações compartilhadas” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p.111).

Destoando das concepções estritamente ligadas aos argumentos, como questões biológicas e culturais de caráter essencialista, sem descartar certa fixidez, destacamos a importante contribuição do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Barth, como organizador da coletânea de trabalhos intitulada *Ethnic Groups and Boundaries* (1969), este vai valorizar a manutenção das fronteiras através de traços diacríticos e das fronteiras sociais, como imprescindíveis em relação à etnicidade, através da “expressão e revalidação contínuas”, para ele, essas relações canalizam e organizam a vida social e comportamental.

No entanto, Seyferth (2010, p. 30-31) destaca que “a proposição básica de Weber e Barth, também está presente em abordagens ditas “instrumentalistas”, que enfatizam menos a questão da identidade para dar atenção aos processos políticos e/ou econômicos nos quais a etnicidade é uma variável crucial de organização grupal” (SEYFERTH, 2010, p. 30-31).

Nesse mesmo sentido, segundo Barth (1969, p. 221), “o fato de as formas contemporâneas serem proeminentemente políticas não diminui em nada seu caráter étnico”.

Para o autor, a substância cultural pode variar, “ser reconhecida e mudar, sem nenhuma relação importante com a manutenção das *fronteiras*²⁴ do grupo étnico”. O que ocorre é um reordenamento de diferenças culturais.

Para Meyer (2000, p. 60), “estas fronteiras tanto relacionam e aproximam, quanto separam e diferenciam grupos entre si”. Desse modo, no viés instrumentalista, “o que é mais importante de ser compreendido, é que elas agem de forma a posicionar socialmente os grupos representados, numa operação em que características de diversas ordens são transformadas em privilégios, vantagens, desigualdades e desvantagens sociais”. Nessa perspectiva sentido, entre as abordagens discutidas, a abordagem instrumentalista da etnicidade é dada nas dimensões da dinâmica social, são reordenamentos e negociações estabelecidas a partir de relações de interesse e de poder. Nessa dinâmica, a etnicidade atua em bases mais racionais do que propriamente emocionais e afetivas.

Os instrumentalistas veem a identidade étnica como uma construção, assim como Barth (1969). Porém, enquanto os primeiros a entendem como uma manipulação das elites, a partir de seus interesses, os aliados a concepção relacional de Barth entendem que essa construção não pode ser simplificada, mas que é perpassada por múltiplas relações e redefinições dadas pela etnicidade nos processos históricos, culturais e sociais complexos na demarcação de fronteiras.

Se a identidade cultural situa a cultura não unificada ou fechada, a identidade étnica é a autoatribuição da etnicidade que, na representação, não necessariamente situa uma cultura comum ou, como destaca Barth (2011, p. 191), um grupo étnico como um suporte de cultura. Conforme este autor “a fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange”, visto que a variação cultural não seria um processo descontínuo. Em relação às diferenças culturais, Barth declara: “As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes”.

A etnicidade trata-se então de processos históricos relacionais (entre grupos) e situacionais, ou seja, não estabilizados, mas passíveis de mutações na dinâmica social e na seleção contextual de elementos culturais, articulados a aspectos, entre eles, nação e religiosidade. Assim, para o autor:

Em primeiro lugar, fica claro que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não

²⁴ Em relação às fronteiras, Barth (1969) as trata como um conjunto imitado de traços culturais.

dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, *apesar* das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos (BARTH, 2011, p. 188).

Na verdade, o contato interétnico²⁵ é a forma de tornar as fronteiras perceptíveis e efetivas. Para Barth (2011, p. 196), “a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais”. Assim como a nação, na perspectiva construtivista, retomando Anderson (2008), a etnicidade é uma narrativa, uma imaginação, não imutável, nem totalmente dissolúvel, mais que isso, o grupo étnico é uma comunidade imaginada. Esta abordagem é relevante para pensar contextos de migrações, como o brasileiro e as complexidades culturais, tendo a etnicidade articulada nas fronteiras socioculturais, um entendimento potencialmente mais democrático e autônomo em relação à dinâmica social, ajustando-se aos objetivos do estudo que propomos.

1.2 AS COMUNIDADES IMAGINADAS: O NACIONALISMO E A NAÇÃO - NARRATIVAS CULTURAIS NACIONAIS E IDENTITÁRIAS, REPRESENTAÇÕES E IMAGINAÇÕES.

A noção do conceito de nação tem sua origem mais ligada ao nascimento. Conforme Winck (2017, p. 33), “Nação/*nation/nación/nazione*, vem do latim *natio*, de *natus*, que significa nascido” e, conforme o autor, ao ouvirmos ou nos referirmos a ela, logo vem a nossa mente o conceito de Estado-Nação. “No entanto, até inícios do século XIX, e às vezes até bem mais tarde, nação tinha a acepção de lugar de origem/nascimento”, mas “Nação também podia indicar o grupo de indivíduos que viviam numa mesma região ou que

²⁵ Para Barth (2011, p. 197), “Relações interétnicas estáveis pressupõem uma estruturação da interação como essa: um conjunto de prescrições dirigindo as situações de contato e que permitam a articulação em determinados setores ou campos de atividade”, configurando assim, “um conjunto de proscricções sobre as situações sociais que impeçam a interação interétnica em outros setores, isolando assim partes das culturas, protegendo-as de qualquer confronto ou modificação”.

compartiam uma descendência comum, aproximando-se do conceito contemporâneo de etnia” ou, ainda, relacionando-se a “grupos fechados, como guildas e corporações”.

Hobsbawm (2011, p. 24) destaca que o Dicionário da Real Academia Espanhola usaria a terminologia de nação no sentido moderno somente na edição de 1884. Conforme o autor, “Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país, ou de um reino” e também “um estrangeiro””. Este sentido estava mais ligado à percepção da existência de distintos povos.

Para Hobsbawm (2011, p. 24) “A característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é sua modernidade” (HOBSBAWM, 2011, p. 24). Pensar a nação com o delineamento que se aplica na contemporaneidade é saber que se trata de um conceito cuja compreensão atual faz parte da formulação moderna, cujo auge, como efetividade social a partir de movimentos nacionalistas, localiza-se mais acentuadamente no final do século XIX e início do século XX, porém sua emergência intelectual e conceitual já se desenvolvia em período anterior, mais contundentemente no século XVIII, a partir do iluminismo, das reformas e da Revolução Francesa.

Já a configuração moderna *Estado-Nação* composta, embora na historiografia se aponte para a existência de Estados modernos e de nações modernas, de maneira geral, é evidenciada somente a partir do século XIX, tendo seu apogeu, conforme Eric Hobsbawm (2011), entre 1918 a 1950, quando presenciamos o fim das dinastias absolutistas. Este também é o contexto dos movimentos independentistas, dos imperialismos dinásticos e, depois, das potências imperialistas sob os trajes nacionais e não mais imperiais (ANDERSON, 2008), da ascensão burguesa, da modernização, da vernaculização e do impresso, da industrialização e urbanização, do expansionismo neocolonial na África e na Ásia, das Guerras Mundiais, da ampliação e desenvolvimento de relações capitalistas e das migrações em massa, empreendidas de diversos lugares do continente europeu para distintos destinos no mundo.

Todas estas questões são responsáveis pelo acirramento dos pertencimentos, a partir do contato mais efetivo com a diferença, com os conflitos e com as disputas aí estabelecidas. As migrações foram dadas por diferentes motivações e em diferentes locais, dentre elas, os reflexos das questões acima: a expansão capitalista e a não modernização de relações de trabalho, bem como a expansão demográfica e os imperialismos e nacionalismos culturais.

Assim, as diferenças identitárias e as questões da nação eram colocadas em jogo. No caso dos imperialismos, ao usurparem novos territórios, provocavam a perda da autonomia

dos povos submetidos e geravam contextos ²⁶de exploração e de dinâmicas sociais de diferentes culturas e identidades em disputa e da emergência de identidades étnicas e culturais, em uma perspectiva em que “as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação” (BARTH, 1969, p. 188).

Nesse viés, a partir desse período, tanto no contexto nacional, quanto em contextos de dominação ou de imigração, referindo-se aos poloneses, os pertencimentos, a partir de definições culturais e étnicas em comunidades imaginadas, são efetivamente colocados em jogo. Para Martins (2007, p.45), “é inegável que a referência cultural desempenha um papel determinante nos processos pessoais, grupais, comunitários, sociais, nacionais e internacionais” e, de maneira mais ampla, nos processos históricos “de (des) entendimento e negociação”.

De todo modo, é de ampla concordância, que pensarmos o conceito de nação, assim como de cultura e identidade, buscando o que as define, embora estejamos nos referindo a uma discussão já “amadurecida”, ainda se trata de algo bastante variável, não consensual, assim, alvo de muitos debates com diferentes enfoques conceituais, paradigmas e vinculações de seu nascimento, dados a partir de perspectivas interdisciplinares, da ideia de anterioridade ou não ao nacionalismo, das vinculações acima mencionadas, que definem o contexto histórico e social de um “despertar da consciência nacional”. Mas também há aqueles que tratam a definição de nação como meramente relacionada ao preenchimento de alguns critérios objetivos específicos, dentre eles, definições raciais e étnicas, religiosas, geográficas, culturais, militares, linguísticas, entre outras.

A dificuldade de chegar a um veredicto sobre o conceito é levantada por teóricos do campo, como Benedict Anderson (2008, p. 29) que, ao citar o texto sobre nacionalismo de Hugh Seton-Watson, destaca que são levados “a concluir que não é possível elaborar nenhuma ‘definição científica’ de nação;” - no entanto, “o fenômeno existiu e continua a existir”.

A nação nunca passa de uma promessa, de um projeto de nação em devir permanente. O discurso nacional é uma linguagem política flexível e de grande plasticidade, que possibilita a uma coletividade concreta integrar-se na modernidade. Esse discurso articula elementos esparsos de modo, sobretudo, simbólico, delimitando assim um espaço unificado de ação política. Essa é a razão pela qual não é possível fixar-se definição conceitual ou empírica de nação: nem a língua, nem a história, nem o Estado, nem a etnia a podem definir isoladamente. A nação não é um fato. Ela é sempre só (e bastante!) uma projeção, um horizonte, uma referência, uma idéia regulativa, um tipo ideal, uma criação simbólica. É uma linguagem, um sistema de

²⁶ Essas questões serão desenvolvidas nos próximos capítulos, relacionadas aos poloneses.

signos sem referente, mas que se apresenta como evidente e natural, “indiscutível” (MARTINS, 2007, p. 104).

Os discursos que colocam identidades nacionais, étnicas e culturais, nação e nacionalismo no cenário teórico e prático são muitos. De imediato, a partir da adoção de uma concepção *modernista* da nação, num viés construtivista, entendemos que suas existências e funções não são próprias e essencialmente naturais, e sim construções socioculturais, processos sociais, nos quais somos apreendidos como sujeitos da nação que emerge a partir de caracterizações e de representações simbólicas, sejam elas existentes, reais, selecionadas e/ou imaginadas, porém mutáveis e passíveis de reconfigurações que garantem a diferença.

Diferente desse entendimento, as concepções mais objetivistas e *perennialistas*, como destaca a própria palavra, trazem-nos a propensão da permanência de uma lista de configurações mantidas ao longo do tempo, entre elas, as étnicas e linguísticas, vindas desde uma antiguidade, as quais dão existência à nação e que a definem de maneira objetiva. Estas duas concepções estão presentes na forma como são subdivididos e pensados os alinhamentos das teorias sobre a nação, porém, além destas, tidas como as mais constantemente utilizadas, ainda temos uma terceira, a *etno-simbolista*. Dessa forma,

O campo interdisciplinar dos estudos de nacionalismo se caracteriza por uma oposição entre *perennialistas*, que argumentam que as nações são entidades pré-modernas que emanam da antiguidade, e *modernistas*, aqueles que argumentam que as nações só podem ser concebidas nos tempos modernos (Smith 2004; 2010). A maioria dos enfoques são «modernistas» (Conversi 2006b; 2012b). Entre os *perennialistas* muitas vezes encontrei os mesmos nacionalistas, em particular quando sua carreira política se baseia na capacidade de pintar sua nação como uma entidade eterna, imutável e, portanto indiscutível. Anthony Smith (1998) propõe como «terceira via» um enfoque mais matizado, o *etno-simbolista*, que admite um certo grau de continuidade nas pautas comunitárias de convivência com entidades preexistentes, as *etnias*, porém, também reconhece que estas só poderiam transformar-se nas condições atuais da modernidade e em marcos plenamente institucionalizados para a governabilidade (CONVERSI, 2012, p. 442).

Tais vinculações e definições são permeadas também por duas vertentes antagônicas sobre a origem da nação, embasadas nos princípios do romantismo ou, então, da revolução e configuradas mais especificamente na França e na Alemanha durante o século XIX, conforme destacado abaixo, no excerto da teórica contemporânea Ane-Marie Thiesse (2001, p. 7) em sua busca por respostas sobre *o que é uma nação*:

Segundo um *topos* construído no final do século XIX e retomado recentemente, existiram duas concepções antagônicas de nação. Uma seria resultante da Revolução e, a outra, do romantismo. A primeira, dita francesa, seria racional e progressista; a segunda, qualificada como alemã, estaria baseada na emoção e seria reacionária. De um lado, portanto, a expressão da livre vontade de adesão a uma entidade política (a

nação como “plebiscito renovado de todos os dias”), de outro lado, a submissão a um determinismo organicista (a nação como *Volksgeist* originária do sangue e do solo).

As duas vertentes são forjadas no contexto da ilustração, no questionamento aos absolutismos, o domínio religioso e o casamento entre religião e política, na emergência da bifurcação entre conservadorismo e liberalismo. Estas questões que apontavam para grandes mudanças e estavam em ebulição no século XVIII, tornam-se, no entanto, motivação para um ambiente de movimentos reacionários durante o século XIX, cujos objetivos buscavam certo retorno a algumas questões, coloca-se: o movimento de Restauração Política – conservadorismo romântico e de Restauração Católica, em contraposição ao liberalismo e ao avanço do protestantismo e em cujo contexto a questão nacional e os movimentos nacionais, entre eles os populares, se tornam mais amplos.

Os efeitos da ilustração foram combatidos durante o século XIX através de um movimento antiliberal. Kreutz (2001, p. 19-20), ao tratar do movimento de Restauração Política, destaca que os países europeus não aceitaram o liberalismo de forma tranquila, organizou-se uma contrarrevolução em nível religioso, cultural e político buscando deter “a expansão do ideário da Revolução sob o signo do liberalismo”. Isso em razão de que, para o autor, “Esta significava a corrosão dos pilares de sustentação do antigo regime, sob o princípio aristocrático da diferença natural na sociedade como base para a harmonia social”. Ainda, ao referir-se ao termo usado por Marx, ressalta um processo de ampliação das “contradições” na sociedade, a partir das relações capitalistas. Conforme o autor:

O Liberalismo se tornava uma ameaça tanto para a ordem política quanto religiosa (católica) vigentes. Com suas incursões pelos países europeus e com os inumeráveis destronamentos que efetuava, considerava-se Napoleão como o braço armado da Revolução, como o arrasador de sistemas e ordens, semeando a desordem liberalista. Vários países encetaram um ensaio de resistência conjugando suas forças político-sociais num movimento em favor da Restauração da antiga ordem política e social, inspirando-se no Romantismo, na sua corrente conservadora, que lançava as bases contra a ilustração, origem filosófica do Liberalismo. Porém, os principais pensadores do conservadorismo romântico não queriam a Restauração tal e qual do antigo regime. [...] A luta da Igreja Católica também se endereçava contra o movimento e a formação das nacionalidades pela reafirmação centralizadora, o ultramontanismo, e a reafirmação de sua autoridade pela proclamação da infalibilidade papal.

Nesse sentido, em oposição ao liberalismo e à expansão capitalista burguesa, emerge o conservadorismo romântico, um movimento formado a partir de ideias contrárias à ilustração e favoráveis ao retorno ao tradicionalismo. Tal movimento, conforme Kreutz (2001, p. 20), era contra as perspectivas que consolidavam a produção material como eixo para as relações sociais e políticas, assim, para o autor,

É marcado pelo predomínio da espontaneidade, do sentimento e da intuição. Privilegia o orgânico, a experiência individual e grupal em oposição a uma então presumível massificação e individualização do liberalismo. O conceito de comunidade universal, o cosmopolitismo da Ilustração e da Revolução é considerado demasiado vasto pelo Romantismo conservador que considera a história se realizando mais através de *comunidades concretas, de povos singulares*. Daí o realce que se dá no Romantismo a elementos como *comunidade – povo – história*.

Conforme Kreutz (2001, p. 21), “Politicamente, o Romantismo se manifestou como o movimento das nacionalidades. A ideia de liberdade mobilizou iniciativas contra o poder pessoal ou estrangeiro, mas sempre com acento nacionalista”. Traduzia-se em uma constante retomada do passado idealizado, buscando desfazer das transformações amplas que o contexto europeu evidenciava nesse período em setores como a economia. Porém, a manifestação do romantismo não ocorreu de maneira uniforme, conforme Kreutz (2001, p. 21-22), “Na Europa Ocidental, o Romantismo também se manifestou como força ambivalente. De um lado, sob uma ambiguidade progressista, no espírito de um romantismo social que proliferam manifestos, declarações e congressos, porém, em visão utópica”; já no contexto da Alemanha, “tomou feições nitidamente conservadoras”. Dentre estes, Kreutz (2001, p. 22) cita a Declaração dos Direitos do Homem, o Manifesto Comunista, a Primeira Internacional, o Manifesto dos Plebeus e o Manifesto dos Iguais.

Thiesse (2001, p. 7-8), no entanto, estabelece sua crítica em relação às duas vertentes. Para a autora, não há uma total separação, ou seja, em alguma medida, mesmo os ditos românticos tomam atitudes progressistas, a primeira delas na adesão a esta nova ideia que coloca. Destaca:

Falaciosa oposição: todas as duas concepções participaram da construção das diversas nações, ainda que seus pesos respectivos tenham variado de acordo com os contextos políticos e sociais. Esta dupla referência encontra-se de fato, no próprio centro da ideia moderna de nação, tal como ela se esboça na Europa do Oeste na metade do século XVIII. A nação é, naquele momento, uma ideia nova e subversiva, que provoca a contestação da sociedade de ordens e de um poder monárquico que se vale do direito divino ou do direito de conquista.

A vertente alemã do romantismo teria presente o fato de ser “*originária do sangue e do solo*”, apresentando-se de maneira mais objetiva e culturalista. Johann Gottlieb Fichte é tido como um dos teóricos principais desta vertente, este, destaca como importantes e decisivas, as definições de língua, de cultura, de raça e de geografia comuns para a nação. Em uma visão modernista, ligada à vertente alemã, o excerto abaixo evidencia a percepção de que as características étnicas foram decisivas para a formação das nações.

Em los anos 30 del siglo XIX el romanticismo elaboró el principio de las nacionalidades, según el cual una comunidade identificada com determinados rasgos étnicos tenía derecho a constituirse em Estado independiente. La notable difusión que alcanzó esse principio ligó indisolublemente el concepto de nación al de nacionalidade cuya vigencia se mantiene hasta nuestros días (SOUTO & WASSERMAN, 2008, p. 83).

Porém, conscientes de que os contextos nacionais são permeados de distintas constituições étnicas, culturais e também linguísticas, então as nações podem ser compreendidas como algo que define significações outras, questões mais amplas, sendo que, muitos dos teóricos do campo também concebem a possibilidade da nação sem estado. Estas interfaces não podem ser ignoradas no debate.

Já a vertente francesa, de caráter mais construtivista, racional, subjetivista e política, estaria voltada para uma vontade coletiva e de adesão política, um sentimento comum, e estaria referenciada principalmente pelas construções teóricas de Ernest Renan, cujas contribuições foram e continuam sendo constantemente retomadas para tratar desta temática.

O historiador francês Ernest Renan²⁷ (1997, p. 157-175) é tido como um dos precursores das teorias da nação no século XIX e busca responder a mesma pergunta feita contemporaneamente por Ane Marie Thiesse, a partir da perspectiva modernista. No texto: *O que é uma nação?* o autor se alinha à concepção destacada acima por Thiesse (2001) como francesa, situando a nação como “plebiscito renovado de todos os dias”, tratando da formação das nações como um princípio espiritual, a partir de constatações de que a adoção da língua, da raça, de interesses, de afinidade religiosa, da geografia e das necessidades militares não seriam as características definidoras que bastariam, mas a consciência moral comum que, para ele, é a nação.

Para Renan (1997), a origem das nações está ligada à invasão germânica no império romano e ao posterior desmembramento do império de Carlos Magno, através do Tratado de *Verdun*, tratado este que dividiria a Europa ocidental em nações, descartando a existência dessas na antiguidade e situando-as como construções modernas. Para Renan (1997, p. 173):

Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é (perdoem-me a metáfora), um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação contínua da vida.

A forma com que Ernest Renan pensa a nação é amparada na ideia de construção, porém o autor não dá muito destaque para as questões culturais, privilegiando as interfaces

²⁷ Texto de uma conferência apresentada por Ernest Renan na Sorbonne (Paris) em 1882: “*O que é uma nação?*”.

políticas presentes na vontade de viver em conjunto na nação e na renovação diária do plebiscito, a partir de um sentimento comum. Para Renan (1997, p. 158), confundir raça com nação atribuindo a grupos etnográficos ou linguísticos a soberania seria um erro grave, no entanto destaca que a fusão dos povos destes estados é potencializada pela adoção do cristianismo e pelo domínio do latim. Conforme Alonso & Titan Jr (1997, p. 154-155):

A recusa das teorias raciais da época, a percepção da vida humana organizada em bases nacionais como um *modo de sociabilidade* específico, que pouco deve a pureza das estirpes étnico-linguísticas – tudo isso deve forçosamente despertar o interesse de cientistas sociais contemporâneos, atentos à *construção* das identidades sociais. Desse ponto de vista é fácil ver Renan como precursor.

Nesse sentido, Renan (1997, p. 160-161) destaca que o delineamento destas nações estava ligado a imposições de “moldes e costumes”, tanto dos conquistadores germânicos, quanto dos conquistados. Para ele, há diferenças de classe e cultura, “A diferença entre nobre e camponês é tão acentuada quanto possível, mas a diferença entre um e outro não tem nada de étnico”, então, destaca a “diferença quanto à coragem, aos hábitos e a educação transmitida hereditariamente”. Trata-se de relações políticas e de poder.

Assim, para Renan (1997, p. 162), “A nação moderna é, portanto, um resultado histórico produzido por uma série de fatos convergentes”, entre estes, ele destaca a dinastia, a vontade direta das províncias e o espírito geral que vence o feudalismo. O autor afirma que, em muitos casos, os casamentos foram motivadores da permanência de dinastias e do surgimento de nações. Destaca que, “De fato, maioria das nações modernas foi obra de alguma família de origens feudais, que contraiu matrimônio com a terra e que de alguma maneira se tornou um nó de centralização”. Em relação ao princípio dinástico, Renan (1997) ressalta que as nações podem existir sem o princípio dinástico e, também, podem separar-se dele sem deixar de existir, passando a levar em conta o direito nacional, não somente o monástico.

De acordo com Renan (1997, p. 161-162) “O esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação”, pois a retomada de atos de violência que permearam as formações históricas, principalmente aquelas feitas através de estudos históricos, representam um perigo para a ideia de nação, desta forma, estes atos cometidos são passíveis de contrastes. Conforme o autor, “a essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”, então, “Nenhum cidadão francês sabe se é burgúndio, alano, taifal ou visigodo”. E todos teriam que ser franceses, e só. Este trabalho do esquecimento é feito, por exemplo, na Itália

após a unificação, visto que os habitantes das distintas províncias se identificavam como calabrianos, vênéticos, trentinos... e, por isso precisam tornar-se, simplesmente, italianos!

A lembrança e o esquecimento seriam levantados como necessários posteriormente por teóricos da nação, como Thiesse (2001) e Anderson (2008). Anderson (2008, p. 280), ao tratar das memórias e dos esquecimentos na narrativa que estrutura a biografia da nação, faz destaque para termos como “amnésias típicas” e “narrativas de identidade”. Neste processo, os mortos são seletivamente lembrados através dos martírios e/ou dos suicídios exemplares e, que, no entanto, as mortes “precisam ser lembradas/esquecidas como “nossas” mortes”. Para aqueles que precisam ser lembrados, são construídos lugares de memória como mausoléus, túmulos e monumentos, obras literárias e artísticas.

Para Rodrigues (2016, p. 67), a nação trata-se de “uma comunidade ligada por experiências em comum (atreladas a aspectos de vivência em comunidade como língua, etnia, religião, história comum, ritos e cerimônias, entre outros)”. Conforme este autor, a comunidade esta localizada “dentro de um recorte geográfico cuja delimitação se dá através de uma localização territorial sustentada por princípios políticos, independente de sua homogeneidade ou heterogeneidade linguística e cultural”, ao que complementa, citando como exemplo a Rússia: “extensa e comporta diversas línguas, etnias e especificidades”. Na concepção do autor, há uma congregação de critérios subjetivos e objetivos, no entanto, não demonstra com clareza como são estabelecidos estes aspectos que perpassam a experiência comum (permanências e invenções).

Já na concepção *etno-simbolista*, Anthony Smith (2000) este ressalta que a nação é mais do que um constructo moderno e alerta para a necessidade de se examinar modelos culturais da comunidade pré-moderna, pois, para ele, isso ajudaria a explicar os motivos pelos quais tantas pessoas sentem-se atraídas pela nação e são leais a ela. Para Smith (2000, p. 204):

O fato de muitas partes do mundo terem sido social e culturalmente estruturadas em termos de diferentes tipos de comunidades étnicas (ou *ethnie*), na Antiguidade e na Idade Média, como continuam a ser até hoje, e de as *ethnies* terem alguns elementos em comum com as nações modernas (mitos sobre os ancestrais, lembranças, alguns elementos culturais, e às vezes um território e um nome) pode proporcionar um ponto de partida melhor para o estudo das transformações e dos ressurgimentos envolvidos na formação das nações modernas e do papel desempenhado pelo nacionalismo nesses processos. Mesmo que os elementos da etnia sejam “construídos” e “reconstruídos”, e às vezes francamente “inventados”, o fato de essas atividades terem funcionado por séculos (ou até milênios) e de diversas *ethnies*, embora alterando seu caráter cultural, haverem não obstante persistido como comunidades identificáveis por longos períodos sugere que é um risco ignorarmos a presença e a influência exercida por tais comunidades na formação das nações modernas.

No excerto acima, o autor defende a permanência de modelos e de elementos culturais como características que não são destituídas na formação das nações modernas. Nesse sentido, o autor cita em suas produções, grupos étnicos históricos como os judeus em sua relação com o nacionalismo. Nesse viés, Antony Smith menciona o uso do termo: “inventados” e estabelece certa crítica à ideia de que tais entidades seriam puramente construções, reconstruções e invenções. O termo citado refere-se, principalmente, às teorias que tratam da *invenção das tradições* e se estende para a *invenção das nações*, no caso da obra de Eric Hobsbawm & Terence Ranger.

Hobsbawm & Terence Ranger, ao tratarem destes processos históricos pautados nas invenções, ressaltam que, entre os anos 1870 a 1914, esta produção se deu de forma entusiasmada, em massa, mas que, em períodos anteriores, surgiam os nacionalismos. No entanto, conforme Hobsbawm (2015, p. 7-8), “O termo “*tradição inventada*” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido”, “Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período delimitado e determinado de tempo”. Para o autor, o termo define:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...] O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os “movimentos progressistas”, que por definição rompem com o passado, tem seu passado relevante, embora eles terminem abruptamente em uma data determinada, tal como 1789. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea.

Desse modo, a perspectiva construtivista da nação adotada por Eric Hobsbawm, pensada a partir das tradições inventadas, difere, em grande medida, daquelas adotadas pelas teorias acima mencionadas, mas também das construções feitas por outra referência do campo. O historiador eslavo Miroslav Hroch, assim como Hobsbawm, entre outros, também é influenciado pelas teorias marxistas e suas produções dialogam com este e com Ernest Gellner. Hroch também adota a ideia da nação como uma construção moderna, mas sem se desvencilhar de certo primordialismo ou perenialismo. Diferente de Hobsbawm, ele não simpatiza com o termo nacionalismo e prefere tratar dos movimentos nacionais e da formação das nações, utilizando-se do método histórico comparativo para análise de tais processos

históricos. Para o autor:

“Nação” não é, evidentemente, uma categoria eterna. Foi produto de um longo e complexo processo de desenvolvimento histórico na Europa. Para nossos fins, vamos defini-la desde logo como um grande grupo social, integrado não por uma mas por uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômicas, políticas, linguísticas, culturais, religiosas, geográficas e históricas) e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva. Muitos desses laços seriam mutuamente substituíveis – alguns desempenhando um papel particularmente importante num processo de construção de uma nação e não mais que um papel secundário em outros. Mas, dentre eles, três se destacam como insubstituíveis: (1) a “lembrança” de algum passado comum, tratado como um “destino” do grupo, ou, pelo menos, de seus componentes centrais; (2) uma densidade de laços linguísticos ou culturais que permitam um grau mais alto de comunicação social dentro do grupo do que fora dele; e (3) uma concepção que afirme a igualdade de todos os membros do grupo, organizado como uma sociedade civil (HROCH, 2000, p. 86).

Nesse viés, a concepção de nação, desenvolvida por Miroslav Hroch, é perpassada por relações objetivas e generalizantes, com reflexos subjetivos e questões mais voltadas para o viés político, cuja construção envolve elaborações dos intelectuais, ações políticas de grupos, associações e imprensa e a mobilização das massas. Já Eric Hobsbawm, embora também tenha o posicionamento modernista, o viés político e a abordagem construtivista, descarta o caráter objetivista, imutável ou perenialista e localiza a nação como uma construção dada em um período particular e historicamente recente (a partir de 1780).

Hobsbawm (2011) estabelece uma crítica àqueles que pretendem definir objetivamente a nação e fazer uso nacionalista desta definição. O autor destaca a anterioridade do nacionalismo em relação à nação e, dessa forma, o conceito de nacionalismo a define, significando-a como unidade política e nacional – entidade social, inseparável da configuração de estado territorial moderno, o Estado-Nação (HOBSBAWM, 2011, p. 20). Para Hobsbawm (2011, p. 15):

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. [...] Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como “nações”, sempre é possível descobrir exceções. Ou os casos que correspondem à definição não são (ou não são ainda) “nações” nem possuem aspirações nacionais, ou sem dúvida as “nações” não correspondem aos critérios ou à sua combinação. Na verdade, como poderia ser diferente, já que estamos tentando ajustar entidades historicamente novas, emergentes, mutáveis e, ainda hoje, longe de serem universais em um quadro de referência dotado de permanência e universalidade? Além disso, como veremos, os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação do viajante quanto são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização de terra. E claro que isso os tornou excepcionalmente

convenientes para propósitos propagandísticos e programáticos e não para fins descritivos.

A definição de critérios, por vezes embasados em representações de bases elitista-aristocrática, generalizantes e pensados como imutáveis, desconsiderando a complexidade das nações, manifesta-se essencialista e excludente e pode não resultar em ampla adesão. Assim, muitos estados modernos nunca chegariam a ser nações. Para Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 53), “Se a nação não pode ser definida de modo objetivo, não é então absurdo pensar que ela existe apenas, em certo sentido, como representação e objeto de discurso”.

O perigo em relação ao discurso nacionalista reside antes no risco que se corre de se envolver com ele ou se fazer envolver por ele, acreditando atingir uma definição que captaria a própria essência da nação e que poderia abster-se das condições históricas e dos lances ideológicos no quais qualquer tentativa de definição da nação continua atada (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 53).

Ane-Marie Thiesse (2001, p. 19) ressalta que “A formação das nações esteve intrinsecamente ligada à modernidade econômica e social, à transformação dos modos de produção, ao alargamento dos mercados, à unificação e à racionalização dos procedimentos de conhecimento e de troca”. Mas o que a define é a efetiva disseminação de uma herança coletiva compartilhada entre seus membros, a qual demanda subjetivação. Conforme Thiesse (2001, p. 7-8):

No contexto da grande revolução ideológica que começa, a nação é concebida como uma comunidade de nascimento, instituindo uma igualdade e uma fraternidade de principio entre seus membros. A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca, coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo. Qual é, efetivamente o patrimônio simbólico e material que possuem de maneira indivisa o junker prussiano e o camponês bávaro? Ou o burguês toscano e o pastor calabrês, ou o notário normando e o artesão da região das Cevanas? Inicialmente, e é o mínimo que se pode dizer, a resposta não tem nada de evidente. Será necessário mais de um século de intensa atividade criadora para constituir a identidade nacional dos alemães, dos italianos, dos franceses e de todos os seus homólogos europeus.

Compreendemos, então, que a questão da emergência de nações estaria imbricada a questões mais amplas e capazes de efeitos e ecos não somente objetivos, imediatos, políticos, bem como definições e delimitações territoriais e administrativas. Thiesse (2001, p. 7), ao tratar do contexto europeu, destaca que, “Antes de ser uma transformação da cartografia estatal, a mudança foi uma mutação radical das representações”, ou seja, as significações

simbólicas culturais passam a ter importância efetiva para definir as nações e as identidades culturais e nacionais.

Para Martins (2007, p. 46), “o nacionalismo cultural se consolida como uma forma ideológica a partir do final do século XVIII, no período imediatamente anterior à eclosão da Revolução Francesa”. Assim, os domínios territoriais sob a emergência dos nacionalismos fazem com que as questões culturais sejam colocadas nas lutas, muitas vezes, através dos nacionalismos e no desencadeamento das atitudes preconceituosas com o estrangeiro.

As noções sobre o nacionalismo cultural e a importância das representações estão contempladas em produções como a de Anderson (2008), a partir de sua publicação de *Comunidades Imaginadas* de 1983. Esta tem sido bastante utilizada pelos estudos culturais em virtude da atenção dada para a dimensão cultural. Conforme Anderson (2008, p. 30), tanto “a condição nacional [*nation-ness*] – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos” e a nação é uma comunidade imaginada. Portanto, “Para bem entendê-los, temos que considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõe hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda”.

Para Anderson (2008, p. 30), a criação destes produtos culturais ocorre no final do século XVIII, ligada a “destilação espontânea do “cruzamento” complexo de diferentes forças históricas”. Para o autor, “No entanto depois de criados, esses produtos se tornaram “modulares”” e, desta forma, “capazes de ser transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas”. Conforme Thiesse (2001, p. 7-8):

A organização espacial e hierárquica das representações é perturbada por um duplo movimento que institui a unidade lá onde dominava o disparate, e que traça fronteiras em espaços contínuos ou de imbricação identitária. A formação das identidades nacionais, além disso, não consiste unicamente na elaboração de novas referências coletivas: ela está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nelas se reconheçam. Atualmente, a lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir está bem estabelecida: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático. Esta lista é prescritiva: as nações que acabam de ter acesso ao reconhecimento estatal em decorrência da fragmentação da Iugoslávia, da Tchecoslováquia ou da U.R.S.S; não param de manifestar ostensivamente sua adesão. Quanto à Padania de Umberto Bossi, ela foi munida de um “Delegado para a Identidade cultural” encarregado de cuidar de sua execução. Esta *check list* identitária é a matriz de todas as representações de uma nação. Ela compõe o primeiro capítulo

dos guias de viagem e a iconografia das cédulas bancárias, ela é encenada nas festividades que acompanham a visita de um chefe de estado estrangeiro ou nas celebrações nacionais. Mas o plenipotenciário persa ou o enviado de Sírio despachados para a Europa do século XVIII teriam tido dificuldades para reconhecê-la, mesmo naquelas nações que se vangloriam de estarem entre as mais antigas. Iniciada precisamente na Europa das Luzes, a lista identitária foi constituída, essencialmente, ao longo do século XIX, elemento por elemento.

Anderson (2008) considera ainda que as questões culturais são decisivas nesse processo. Conforme o autor, a comunidade imaginada, anterior ao caráter moderno, pautou-se a partir de sistemas culturais definidos pelo reino dinástico e a comunidade religiosa; estes são por ele defendidos como as raízes culturais do nacionalismo. Com o enfraquecimento desses grandes sistemas, principalmente a partir do iluminismo, e com a gradual territorialização de algumas definições culturais, fortalecidas pelo abandono do latim, pela inserção da imprensa capitalista (*print capitalism*) e pelo processo de vernaculização, desvela-se, aos poucos, o nacionalismo cultural que, ao final do século XIX e início do XX, dá base para a imaginação das nações em suas representações.

Muitas das nações se mantiveram sob o domínio dos antigos impérios até o século XX, no entanto, sem a condição estado-nação. Conforme Hall (2006, p. 93), isso é percebido no caso da Europa Central, que as nações são “moldadas a partir da desintegração dos impérios austro-húngaro e otomano, no final da Primeira Guerra Mundial”. Este é o caso da Polônia, sob a composição estado-nação, após a reunificação e o ressurgimento na I Guerra Mundial. De acordo com Anderson (2008, p. 38-39),

[...] o século XVIII na Europa Ocidental, marca não só o amanhecer da era do nacionalismo, mas também o anoitecer dos modos de pensamento religiosos. O século do Iluminismo, do secularismo racionalista, trouxe consigo suas próprias trevas modernas. A fé religiosa declinou, mas o sofrimento que ela ajudava a apaziguar não desapareceu. A desintegração do paraíso: nada torna a fatalidade mais arbitraria. O absurdo da salvação: nada torna mais necessário um outro estilo de continuidade. Então foi preciso que houvesse uma transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado. [...] poucas coisas se mostraram (se mostram) mais adequadas a essa finalidade do que a idéia de nação. Admite-se normalmente que os estados nacionais são “novos” e “históricos”, ao passo que as nações a que eles dão expressão política sempre assomam de um passado imemorial, e, ainda mais importante, seguem rumo a um futuro ilimitado. É a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino.

Porém, Anderson (2008, p. 39) busca deixar claro que não está “afirmando que o surgimento do nacionalismo no final do século XVIII foi “produzido” pelo desgaste das convicções religiosas, nem que esse próprio desgaste não requer uma explicação complexa”. Da mesma forma, destaca que também não está “sugerindo que o nacionalismo tenha de alguma forma, “substituído” historicamente a religião”. Assim, a ideia central em relação ao

nacionalismo é propor um entendimento que não o alinhe “a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los”. Na verdade ele surge em meio a um movimento de mudanças amplas que se processam e se inserem, a partir de algumas das questões já mencionadas acima.

Conforme Renan (1997, p. 164), “o século XVIII mudara tudo: depois de séculos de sujeição, o homem retornara ao espírito antigo, ao auto-respeito e a noção de direitos próprios. Os termos “pátria” e “cidadão” haviam recuperado seu sentido”. A crítica de Renan estabelece-se a partir da ruptura do enclausuramento do povo promovido a cidadão, somada à retomada de ideias e de construções políticas e civilizatórias ditas clássicas, durante o iluminismo.

Então, a partir das rupturas do século XVIII, conforme Anderson (2008, p. 279), o contexto da comunidade imaginada gera a necessidade de uma narrativa de “identidade”, pautada em bases culturais territorializadas. Nesse sentido, nas pretensas nações como comunidades imaginadas, são forjadas as definições das identidades nacionais, cujos enquadramentos estão voltados para sistemas simbólico-culturais. Conforme Hall (2006, p. 56):

O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era “grande”; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo anacrônico, da estória da cultura nacional.

Assim,

A questão permanece pendente, se as nações podem conceber-se com a formação de elites pré-modernas que compartilham um sentido de descendência comum (Hastings 1997), ou só se pode falar de nação quando este sentimento de pertencimento se transmitiu e difundiu para a maioria da população (Connor 2004). A segunda opção prevê um fenômeno de difusão que foi exemplificado pela homogeneização cultural. Porém, poderia pensar isso antes do advento do moderno estado-nação? (CONVERSI, 2012, p. 443).

Segundo Anderson (2008), estes grupos (elites) foram responsáveis, posteriormente, pela efervescência do nacionalismo. A pretensa homogeneização cultural, como perspectiva a ser alcançada, só passa a ser perseguida e entendida como possibilidade a partir dos discursos

e das limitações impostas pelo caráter do moderno estado-nação, quando as questões culturais e étnicas são colocadas como parte dessas construções.

A questão da homogeneização é vista como importante para a maioria dos teóricos que tratam da concepção moderna de nação, que, então, colocam no cenário da construção das nações as pretensas homogeneizações culturais, étnicas, entre outras. Porém, entre eles, o historiador francês Ernest Renan (1997, p. 166), assim como Braudel (1989)²⁸ entre outros, destaca a diversidade de raças e etnias que formavam os reinos dinásticos na Europa Ocidental. Para Renan (1997), tais questões não eram tidas como decisivas para estas formações, tendo o cristianismo e a força como agentes de unificação. Em seu ponto de vista, “A constituição étnica não foi de qualquer importância na constituição das nações modernas”.

Já Anderson (2008), assim como o *etno-simbolista* Antony Smith, admite certo grau de continuidade nas questões étnicas e culturais. No entanto, entendemos que as questões étnicas em si não definem as nações, pois, nesse contexto, também são construções que fazem parte das identidades nacionais. A forma ideológica é articulada à etnicidade para o embasamento da nação e da demanda à adesão subjetiva, na crença de um parentesco fictício.

Nesse raciocínio, Cunha (2016)²⁹ destaca que a constituição de territórios nacionais é então mais efetiva, onde há uma maior concentração de etnicidade (germanidade, polonidade). Para ele, nesse sentido, a Itália, por exemplo, teve maior dificuldade de unificação por ser constituída de diferentes povos, com diferenças históricas, linguísticas e culturais e de desenvolvimento econômico (norte em relação ao sul) e as distintas províncias.

Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 41-45) deixam claro que etnia difere de raça e de nação. Ao citar Connor (1978, 1993, grifo nosso), destacam que, para este, “A etnicidade, então, refere-se aos grupos, ou mais exatamente aos povos, que *são nações potenciais, situadas em um estágio preliminar da formação da consciência nacional*”. Da mesma forma, Hroch (2000) destaca que as comunidades étnicas não dominantes começam a colocar a etnia em debate e a pensarem-se como nações potenciais. No caso da Polônia, para o autor, “as comunidades étnicas possuíam “suas próprias” tradições literárias e classe dominante, faltando-lhes, no entanto, a condição comum de estado”.

Para Connor (1978, 1993, grifo nosso), “Neste estágio, a solidariedade étnica manifesta-se no confronto com elementos estrangeiros e origina-se na xenofobia, sem por isso constituir uma pertença consciente de si própria e dotada de uma significação positiva”.

²⁸ O autor é citado aqui somente com relação à questão da diversidade étnica e racial;

²⁹ Definição verbalizada em aula presencial pelo professor Dr. Jorge Luiz da Cunha na disciplina *Migrações e Cultura* (PPGH/UFSM/2015).

Assim, “A nação pressupõe, por sua vez, uma consciência subjetiva específica de povo”. Trata-se, segundo Anderson (2008, p. 199), do “*apego* que os povos sentem pelas invenções das suas imaginações”.

O teórico da Universidade de Costa Rica, Alexander Jimenéz Matarrita (2005), cujo ponto de partida em relação à nação se dá na perspectiva modernista, ao analisar a invenção da nação costarriquenha, destaca que, como elas são inventadas, se utilizando de estereótipos, características entendidas imutáveis, homogeneizantes, com o passar do tempo, esses discursos podem ser motivadores de exclusão para aqueles que não estão privilegiados em tais narrativas, por serem invisibilizados, dentre eles, os imigrantes.

Para Jimenéz Matarrita (2005), a invenção, essa forma de pensar a nação, traz reflexos não somente ao contexto nacional, mas na forma como se estabelecem as relações com outras nações e, assim, na maneira como somos vistos. Nesse sentido, Matarrita (2002) alerta para os perigos do nacionalismo étnico, dadas as influências das teorias racistas da Europa Colonial, entendendo que, dessa forma, se desconsidera o fato de que, no geral, as nações são multiculturais, plurilíngues, multiétnicas, diversas. Anderson (2008) também faz destaque para a relação patriotismo e racismo, mencionando o amor pela pátria e a disposição para matar e morrer por ela, despertando medo e ódio em relação ao “Outro”.

Então, para Anderson (2008), embora se admita certa continuidade cultural e étnica, a consciência nacional vem aos poucos sendo desenvolvida e a nação moderna, como tal, é imaginada. São inventadas onde não existem e as características podem mudar com passar do tempo. Anderson (2008, p. 199) afirma que “uma vez imaginada” pode ser “modelada, adaptada e transformada”.

Ao trazer para o debate distintos posicionamentos e construções conceituais sobre o nacionalismo e a nação, percebemos a complexidade implicada nas tentativas de definição e seus desdobramentos. Entre as muitas produções relacionadas à temática não há um consenso geral, porém, o fator mais importante a ser considerado é que a posição adotada pode reverberar em uma historiografia que fala de processos históricos e sociais e que instiga diferentes comportamentos sociais. Nesse viés, a perspectiva de Benedict Anderson possibilita-nos um olhar mais apropriado para olhar a complexidade cultural da comunidade imaginada e como as representações subjetivadas, através de processos muitas vezes inconscientes, podem ser manifestadas em distintos espaços e em diásporas. Os próximos dois capítulos tratam um pouco dessas questões que permearam os poloneses que em um processo gradual, se reconhecem etnicamente poloneses.

2 RAÍZES CULTURAIS DO NACIONALISMO, CONSCIÊNCIA NACIONAL, TERRITORIALIZAÇÃO DE CULTURAS E IDENTIDADES E A TRIPARTIÇÃO.

A construção deste capítulo busca situar o contexto histórico e cultural, étnico, político, socioeconômico e religioso da Polônia anterior à diáspora. A partir de Anderson (2008), trataremos das raízes culturais do nacionalismo, perpassando a constituição da Polônia como comunidade religiosa e reino dinástico, no nascimento do estado com o batismo católico, a posterior República de Duas Nações ou Polaco-Lituana, o Iluminismo, o liberalismo, o nacionalismo e a gradual territorialização de identidades étnicas, culturais e nacionais, como autoatribuições, cujas construções são partes da imaginação da nação como produtos culturais (ANDERSON, 2008).

Nesse contexto da emergência da consciência nacional polonesa, colocam-se os impactos do Renascimento e das Reformas Religiosas, o capitalismo editorial, o nacionalismo reforçado pelo Iluminismo, as necessidades de modernização em relação ao abandono das formas medievais com as reformas, as dificuldades internas, as aspirações de moderno estado-nação e a posterior tripartição e perda da independência, determinada pelas ações imperialistas da Prússia, Àustria e Rússia a partir do século XVIII.

São colocados em cena os grandes sistemas culturais emergidos por Benedict Anderson, (2008) que perpassam a Idade Média e entram em decadência na modernidade. Estes pautaram certa coesão e alimentaram o anseio pela imortalidade no período anterior ao moderno estado-nação, desvelando as raízes culturais do nacionalismo, não situado em ideologias políticas. Ressaltamos que são processos históricos insuflados por sistemas culturais, ou seja, dados nos re(ordenaamentos) sociais e históricos.

Então, de modo geral, já na modernidade, no movimento da cultura e nos contatos culturais, elaboraram-se representações e se definiram aproximações e distanciamentos, territorializações. Essa elaboração só foi possível no contato intermitente e nas relações sociais e humanas com a diferença, pois, fechando-se em si, se tornaram excludentes e puderam aniquilar-se. Assim, as tentativas de desarticulação cultural e identitária são efetivas relações de poder que envolvem objetivos amplos.

O capítulo vem no intuito também de colaborar com escritos sobre a história da Polônia e o contexto anterior à emigração. Embora estejam sendo tratados em algumas produções, ainda há bastante carência de atualizações acadêmicas, tendo em vista que as produções significativas sobre a temática, entre elas os *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa* - Wachowicz (1970) e *Poloneses no Brasil* - Gluchowski (edição de 2005, primeira

publicação - 1928), estão localizadas ainda no século passado. As mais atuais, com publicação em português, embora com passos importantes, ainda são quantitativamente pouco representativas e, algumas delas, um tanto confusas e sem olhar teórico, desvelando disparidades de informações entre si.

Nesse mesmo sentido temático de preocupação acadêmica, em 2001, Andrzej Dembicz e Jan Kieniewicz (2001) contribuem com a produção “*Polônia e Polono-Brasileiros*”, através do CESLA, cuja circulação foi limitada; então conseguimos ter acesso através de contatos com um antigo membro/pesquisador do CESLA. Podemos destacar, também, Iarochinski (2001), Siewierski (2000) e Dill (2007).

Também está dentre as renovações, o pesquisador Mauro Baltazar Tomacheski (2014, p. 35), que em sua dissertação de mestrado, ao trabalhar com uma comunidade específica - a Colônia da Baixa Grande, situada em Santo Antônio da Patrulha - RS, desenvolve um capítulo tratando da Polônia nos seus contextos social, político, cultural, econômico, fundiário e religioso do final do século XIX’. Justifica sua construção “pela ausência quase completa de referências à formação da nação polaca e ao período histórico que compreende o momento da emigração no Brasil”. Para o autor, compreender o processo emigratório não pode estar desvinculado de uma compreensão da história milenar polonesa. Posterior a isso, em 2016, Jerzy Mazurek, historiador polonês, publica o livro intitulado “*A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)*”, o qual traz importante contribuição nesse mesmo sentido. Ambas as obras citadas nos servirão de base neste capítulo, buscando avançar, mesmo que de forma sucinta.

2.1 RAÍZES CULTURAIS DO NACIONALISMO NA POLÔNIA: REINO DINÁSTICO E A COMUNIDADE RELIGIOSA - BATISMO CRISTÃO, REPRESENTAÇÕES E O NASCIMENTO DO ESTADO PRÉ-MODERNO NO SÉCULO X.

No contexto de expansionismos religiosos, políticos, culturais e territoriais que se apresentava a Europa e a Polônia no período Medieval, o nascimento do estado polonês ancorado no batismo e a fidelidade jurada ao cristianismo latino de Roma, pelo rei Mieszko I, eram uma saída política, uma tomada de posição cultural e religiosa ligada à Europa Ocidental em contraposição ao Oriente e ao Império Bizantino, a possibilidade de unificar as tribos, fortalecer-se e ter apoio externo, fazer-se reconhecer como estado, através de um *Reino Dinástico*, que estaria ligado a uma *Comunidade Religiosa*. Com isso acreditavam ter maiores possibilidades de resistir às constantes invasões germânicas anti-pagãs, cossacas, russas,

turcas, mongóis, entre outras. Era a tomada de um posicionamento em relação ao seu lugar na comunidade cristã-latino-romana na Europa e a consequente adesão a um sistema de representações simbólicas. Então, não se tratava de uma escolha a partir de convicções religiosas e culturais pré-estabelecidas. Conforme Tomacheski (2014, p. 37):

A história polaca é de uma constante autoafirmação de resistência diante das potências e demais nações estrangeiras vizinhas. A Polônia, como conhecemos atualmente, surgiu na fronteira de dois mundos antagônicos: dos germanos e russos; e demais povos eslavos. a história demonstra que a nação polaca serviu de palco para os embates e conflitos entre esses dois universos culturais. Estaríamos diante de um limbo que separa situações culturais, étnicas e religiosas muito diferentes: ao norte e oeste, prussianos, saxões e suecos de fé reformada luterana; ao sul, católicos bávaros e austríacos e o império turco-otomano islâmico; finalmente, a leste, os russos e demais povos eslavos ligados à igreja ortodoxa. Dessa maneira é possível compreender o batismo de Mieszko I e a posterior conversão da Polônia ao cristianismo, que se ligava diretamente à primazia de Roma como sendo uma estratégia no jogo político europeu. Esse processo de conversão deveria ter cessado os projetos militares de invasão e conquista cultural do Sacro Império Romano-Germânico.

A tomada do Império Romano Ocidental em 476 d. C. pelos germânicos³⁰, marcando o início da Idade Média, foi o ponto de partida para o fortalecimento destes povos que se destacavam em sua atuação como guerreiros. Estes não somente iriam dominar os territórios romanos do ocidente, mas, também, incorporar influências culturais romanas, de forma a complexificar suas formas de organização.

Ao tratar sobre a Economia-Mundo romana, Braudel (1989), em “*A Identidade da França*”, destaca que, mesmo ao final do império, a sociedade romana deixou ativos por vários séculos a sua hierarquia³¹, o seu comércio, a escravidão, a cultura, a latinidade. Assim, os guerreiros germânicos saem de clãs semi-nômades para o estabelecimento de reinos dinásticos e substituem as assembléias de guerreiros por um conselho de nobres.

O conselho de nobres, composto por membros do clero, seria a principal forma de se tomar as decisões relacionadas ao estado durante a Idade Média. Além disso, usaram do Direito Romano na criação de leis, a incorporação de hierarquias, cuja forma de organização seria bastante útil no sistema feudal da Idade Média, a divisão de terras e o uso do latim nas relações comerciais e oficiais.

Dentre os reinos germânicos, estava o Reino dos Francos. Através dele que a expansão

³⁰ Eram vistos pelos romanos como não civilizados (não haviam aderido à cultura romana), por isso, eram chamados de bárbaros.

³¹ No período Carolíngio Braudel (1989, p. 99), destaca que estes “dão forma a uma hierarquia social: fiéis e vassallos são ligados diretamente ao soberano, por juramento”. Conforme o autor, “Esses vínculos descem até os homens livres, que devem, todos, servir às suas próprias expensas nos exércitos do rei”.

do cristianismo se torna mais efetiva, destarte a influência decisiva do papa na deposição da dinastia Merovíngia e na ascensão da dinastia Carolíngia³² e orienta a atuação do rei para o empreendimento de muitas conquistas e retomadas de territórios através do fim da hereditariedade, e torna o direito às terras algo vitalício, permeado pelas resultantes imposições culturais ligadas à igreja. A grande expansão do reino, no reinado de Carlos Magno, entre os séculos VIII e IX, desemboca na criação do Sacro Império Romano Germânico, em 962, e que dura até 1805 (BRAUDEL, 1989).

Em meio a este contexto das constantes invasões dos germânicos cristãos ligados aos reinos do Sacro Império Romano Germânico, cuja atuação privilegiava a garantia desta expansão em amplos sentidos, emerge a principal condição que apressa decisões como o batismo, por parte da Polônia.

A Polônia iniciou sua história nas terras situadas às margens do rio Warta e se expandiu cruzando os rios Vístula, Bug e Oder, chegando aos Cárpatos e ao Báltico. Nesta configuração geográfica, o rei Mieszko I, entre os anos de 966 a 1000 da era cristã, une as terras da família Piast que estavam espalhadas entre as tribos eslavas. Ele reúne toda a corte no palácio e ordena que todos se ajoelhem para receber o batismo. A partir daquele momento, todo o reino se convertia ao catolicismo e teriam como lema: *Polônia, sempre Fidelis* (Castilhos, p. 98) (DILL, 2007, p. 16).

Então, embora, para Siewierski (2000, p.9), “a Polônia entrou na família das nações europeias como uma das irmãs mais novas, batizada quase mil anos depois do batismo no Jordão, abraçou o cristianismo voluntariamente e com ele toda a herança ocidental”, há de se considerar que, conforme já mencionado, a adesão “voluntária” teria sido uma atitude que se alinhava muito mais ao estabelecimento de alianças, à demarcação de uma adesão que conteria os ataques dos invasores. Estes buscavam minar e extinguir as ditas “crenças pagãs”, que estavam contempladas nas crenças politeístas e nas compreensões e explicações míticas.

Em relação à organização social e política da Polônia, Dembicz & Kieniewicz (2001, p. 6), entre outros, ressaltam que “As escavações arqueológicas apontam para a organização de estruturas sociais organizadas algumas gerações mais cedo”. Salientam ainda que, assim como Grécia e Roma a. C. haviam sido fundadas a partir da reunião de origens diversas - etruscos, latinos, gregos, itálicos, sabinos, asiáticos-, a Polónia, d. C, como uma passagem do Oriente para o Ocidente europeu e vice-versa, também teria sua origem na fusão de uma

³² Para Braudel (1989, p. 98), “a experiência carolíngia está na origem – ou, se preferirem, ela confirmou o nascimento – da cristandade e também da Europa; os dois termos eram então idênticos, como duas figuras geométricas que se recobrem exatamente”. Segundo ele, “Os carolíngios não apenas deram a luz à Europa, deram a luz ao feudalismo, vale dizer à adversidade, à divisão, ao desmembramento, ao plural abundante”.

população de origens distintas, que pode ser observada a partir de versões, por exemplo, do campo da arqueologia ou da historiografia sobre a Europa do período.

Neste sentido, Braudel (1989, p. 98), ressalta a “diversidade irreduzível” ou mesmo nas teorias do nacionalismo, que fazem destaques como o fato de que as nações que se organizam, após o fim do império Carolíngio, estavam permeadas pela característica multirracial ³³ dos reinos germânicos; dentre elas Renan (2006, p.10³⁴) destaca que “as primeiras nações da Europa são nações de sangue essencialmente misturado”, permeadas por relações interétnicas, dadas as condições de conquistas e de migrações. Nessa perspectiva, Siewierski (2000, p. 16), relata:

Diz que desde a época da pedra, há 180 mil anos a. C., até a fundação do estado polonês no séc. X d. C., a planície entre os rios Oder e Bug foi habitada ou atravessada por povos do Oriente e do Ocidente. Entre os que levavam uma vida mais sedentária havia várias tribos de baltos, celtas, germanos e eslavos, e dos povos nômades, marcaram também a sua presença os citas, sármatas, hunos e mongóis. Não há dúvida de que nos tempos da queda do Império Romano, os ancestrais dos poloneses viviam algures no continente euro asiático, mas, quanto ao processo de sua separação dos outros eslavos e a conquista da supremacia nas terras da atual Polônia, não foi até agora suficientemente explicado. O nome Polska (Polônia) só aparece no século X d. C. e refere-se apenas a um território habitado pela tribo eslava dos Polanie (“povo dos vastos campos”, pole – campo), hoje nas cercanias da cidade de Poznan.

A partir da concepção de nações pré-modernas, pautadas em sistemas culturais definidos a partir da comunidade religiosa e do reino dinástico, as distinções étnicas não eram decisivas ou proeminentes, estavam em segundo plano. Já posteriormente, nas narrativas voltadas para as nações modernas e delimitadas, como vimos na discussão teórica do capítulo anterior, algumas abordagens buscam afirmações destas definições através das identidades culturais nacionais.

Porém, de todo modo, afastando-nos de uma visão essencialista, ressaltamos que as observações arqueológicas dimensionam similaridades que identificam os povos eslavos - distinção étnica eslava, mas ainda, que tal cultura se transforma ao longo do processo migratório que os leva até as margens do Vístula e aos distintos contatos com outros povos nesse processo que aos poucos geraria construções identitárias eslavo-polacas. Conforme Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 82), “o grupo étnico não pode se tornar uma categoria pertinente de agrupamento humano senão nas situações plurais” através de “grupos que

³³ Considerando o fato de que raça, assim como outros conceitos, entre eles o de cultura e o de etnia, é uma construção social, cujos delineamentos se dariam somente a partir do século XVIII.

³⁴ As construções teóricas sobre a nação, feitas pelo historiador Ernest Renan, estão localizadas no século XIX e tratam da nação como algo definido pelo sentimento, identificando, a partir de uma herança comum, acontecimentos, sofrimentos e lutas passadas em um passado heróico, que motivam o compartilhar como nação no presente.

interagem em um contexto dado de relações interétnicas”.

Após longas migrações, os povos eslavos se estabelecem nas regiões onde hoje é a Polônia, a Rússia e a Alemanha e organizam pequenos e nascentes estados, um deles viria a ser a Polônia. Porém, o surgimento do estado polonês, a partir de seu reconhecimento amplo no contexto europeu, para a maior parte da historiografia, estaria ligado umbilicalmente ao batismo cristão, cuja cronologia, localizada no século X, traduz um marco cultural e civilizatório, pois, a partir daí, a questão cultural-religiosa-cristã atuaria em torno de alguns parâmetros estabelecidos, que os unia como povo.

Mesmo que tenham existido estruturas sociais ou até impérios anteriores, como afirmam os autores supramencionados, há que se considerar que o batismo é visto como decisivo para o status de estado, cuja criação é apontada pela atuação de Mieszko I na submissão das tribos das aldeias eslavas ao estado e, o estabelecimento da capital em Gniezno. Havia a compreensão de que, ao aceitar o batismo, tal atitude conectava a Polônia ao cristianismo latino de Roma e a sua cultura, embora algumas justificativas mostrem que o objetivo inicial estaria voltado para a preservação de uma cultura já existente, porém, uma coisa não excluía a outra, tendo em vista a dimensão relacional da cultura (CUCHE, 2002). Conforme Iarochinski (2000, p. 17), Mieszko I “entendia que povos com uma mesma língua, costumes e tradições, como eram os polano-eslavos, deviam permanecer unidos sob um mesmo brasão”.

O processo que se inicia nesse momento é a base, as raízes culturais do que posteriormente emerge como nacionalismo, o precede, visto que, para Anderson (2008, p. 38-39), seria a conformação dos “grandes sistemas culturais” definidos como “a *comunidade religiosa* e o *reino dinástico*”, pois, “[...] ambos, no seu apogeu foram estruturas de referência incontestes que articularam comunidades imaginadas, como ocorre atualmente com a nacionalidade”, ou seja, foram arquétipos que permearam estas comunidades.

Nesse sentido, a religião assume uma posição muito próxima daquela assumida pelo nacionalismo. Estabelece, conforme Anderson (2008), a partir do imaginário religioso, assim como no imaginário nacionalista, vínculos entre mortos e ainda não nascidos, quando a fatalidade na ideia de imortalidade é continuidade, assim como o nascimento o é.

A existência desses sistemas culturais teria sido motivadora para a conformação sob uma mesma orientação religiosa da entidade representada pelo estado, que adota a dinastia como sistema político. A atuação a partir desse sistema político, difere em muito das concepções modernas. Conforme Anderson (2008, p. 48):

A realeza organiza tudo em torno de um centro elevado. Sua legitimidade deriva da divindade, e não da população, que, afinal, é composta de súditos, não de cidadãos. Na concepção moderna, a soberania do Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado. Mas, no imaginário mais antigo, onde os Estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra. Daí, em certo paradoxo, a facilidade com que os reinos e impérios pré-modernos conseguiram manter seu domínio sobre populações imensamente heterogêneas, e muitas vezes nem vizinhas, por longos períodos de tempo.

Colocam-se sobre os “tetos” dos sistemas culturais definidos por Anderson (2008), uma diversidade de povos e uma soberania contingente. Nesse propósito, as soberanias podem ser ampliadas a partir de casamentos entre domínios. De todo modo, trata-se de uma forma diferente de conceber os povos e as relações que se estabelecem a partir dos reinos e impérios pré-modernos.

Nessa perspectiva de ordenamento sob este “teto”, conforme Dill (2007, p. 16), “No século X despontaram os poloneses localizados em torno de Poznam e Gniezno, expandiram-se para o oriente e se aproximaram de importante rota comercial de Bizâncio”. Seguiu-se um período de organização do estado iniciado por Mieszko I e, então, “Surgiram estruturas sociais bastante sólidas e puderam consolidar o Cristianismo e enfrentar os invasores estrangeiros”. Desse modo, sendo esta a religião oficial do estado, inseriram-se novos rituais em contraposição e substituição das crenças pagãs.

Conforme o previsto, este novo status possibilitaria o estabelecimento de estratégias de fortalecimento interno, através de uma melhor estruturação do estado para lutar contra a tomada de territórios por invasores, inicialmente os mongóis e depois a própria ordem militar da igreja católica germânica, que, no período das Cruzadas, teria entre os cruzados, os temidos Cavaleiros da Ordem Teutônica. Esses Cavaleiros, através da justificativa de combate aos mongóis e aos pagãos, vinham se fortalecendo na região, e apoiados pelo papa, agiam de forma a incorporar territórios, formando, aos poucos, um estado próprio perto do rio Vístula.

Além do fortalecimento interno, posteriormente, atuavam expandindo os domínios para terras como a Silésia e a Cracóvia, garantindo ainda, livre acesso a rotas comerciais. Porém, outra questão importante a ser enfrentada era o domínio da escrita, neste caso, do latim como língua oficial da comunidade religiosa. Embora Siewierski (2000, p. 17) destaque que “a Polônia de Mieszko I (963-992) já era um país consolidado, com a cultura material desenvolvida e bons contatos econômicos e políticos com outros países”, ressalta também que “a sua cultura pagã não desenvolveu a escrita”. Para que isso fosse possível, logo após o batismo, conforme Mazurek (2016, p. 29), “vieram à Polônia os missionários, que trouxeram experiências administrativas, uma cultura escrita e um novo conceito do poder. Introduzindo a

língua latina, os padres introduziam a Polônia no mundo da cultura ocidental”.

Estes religiosos vinham de diversos lugares e, conforme Siewierski (2000, p. 17), traziam consigo “livros, obras de arte sacra, novas idéias, novas tecnologias”. Assim, “Os conventos e as igrejas eram centros de vida intelectual e artística”. Então a educação e a cultura na Polônia da Idade Média, assim como em boa parte da Europa, ficariam a cargo das instituições religiosas que dominariam este setor e criariam as primeiras escolas e universidades.

Neste sentido, “As grandes culturas sacras”, conforme Anderson (2008, p. 39), “incorporavam a idéia de imensas comunidades”, destaca ainda, que compartilhavam o “uso de uma língua e uma escrita sagradas”. Dessa forma, mesmo não compreendendo idiomas particulares em distintas regiões, compreendiam-se, no momento em que tratavam de escritas sagradas e de seus signos. Para a Polônia,

[...] a Idade Média foi antes de tudo a idade do batismo e da alfabetização, portanto, mais da iniciação do que da passagem. Porém, uma vez iniciada, colocada na órbita da cultura latino-cristã, ela procura recuperar a distância que a separa do mundo ocidental para não chegar atrasada aos tempos modernos. Foi preciso aprender o latim e organizar as bibliotecas. Mas também inventar as letras para os sons da sua língua eslava, que o latim não possuía (SIEWIERSKI, 2000, p. 22).

Até o século XVIII, a maior parte de sua produção escrita estava em latim, o que diferia a Polônia de outros povos eslavos que aderiram à cultura cristã grega bizantina e mantiveram o eslavo como alfabeto oficial. Essa opção seria, posteriormente, lembrança de más decisões em relação à nação que seriam repensadas ainda durante o Renascimento. De todo modo, a manutenção da escrita em latim estava ligada a uma relação de cultura e poder, apoiados na perspectiva de abrangência da comunidade religiosa. De acordo com Anderson (2008, p. 40), “quanto mais morta é a língua escrita – quanto mais distante da fala, melhor: em princípio, todos têm acesso a um mundo puro de signos”. Para tanto, “Todas as grandes comunidades clássicas se consideravam cosmicamente centrais, através de uma língua sagrada ligada a uma ordem supraterrana de poder”, sendo assim, com alcance teoricamente ilimitado.

Como o alcance do latim não era acessível a todos (povo), como língua, porém o alcance dos signos como representação, era mais efetivo. Conforme Anderson (2008, p. 42), “a realidade ontológica só pode ser apreendida por meio de um único sistema privilegiado de re-presentação: a língua-verdade do latim eclesiástico” em um processo em que a conversão se dá não necessariamente através da aceitação de princípios religiosos, mas de uma “absorção alquímica”, um processo em que destaca: “Toda a natureza ontológica do homem é maleável ao sagrado”. Anderson (2008, p. 42-43) enfatizava que,

[...] se as línguas sagradas permitiam que se imaginassem comunidades tais como a cristandade, não é possível explicar o verdadeiro alcance e a efetiva plausibilidade dessas comunidades apenas pelo texto sagrado: os seus leitores, afinal, não passavam de minúsculos recifes letrados em vastos oceanos iletrados. Para uma explicação mais completa, temos de examinar a relação entre os letrados e suas sociedades. [...] O poder assombroso do papado, no seu auge, só pode ser entendido em termos de um clero transeuropeu com conhecimento do latim escrito, e *também* de uma concepção de mundo partilhada praticamente por todos, e segundo a qual a camada intelectual bilíngue, ao mediar o vernáculo e o latim, também fazia a mediação entre a terra e o céu.

Conforme Siewierski (2000), a cultura polonesa medieval giraria em torno de uma produção artística e literária religiosa, escrita quase sempre em latim e bem menos em vernáculo. Acrescentamos que esta produção escrita e artística era de domínio de uma porção simbólica da sociedade, com o que corrobora o fato de que, como ainda não existiam universidades, “No século XII os primeiros poloneses vão estudar nas universidades estrangeiras, como a de Bolonha ou de Paris” (SIEWIERSKI, 2000, p. 18).

Porém, mesmo com as medidas adotadas e a adesão à cultura cristã romano-latina, o Reino da Polônia, até o século XII, viveu uma fase de fortalecimento em alguns sentidos, mas também, de progressiva desintegração, tendo em vista que, além das invasões não estancadas totalmente, somou-se o agravante de que as províncias governadas pelos membros da família Piast formaram uma dinastia que se desdobrava em diversas ramificações, e isso, aos poucos, desintegrava o estado.

A desintegração ocorre ligada ao fato de que, como todos os filhos tinham direito a sucessão dinástica no reino, durante a dinastia Piast, Boleslau III, no século XII, dividiu a Polônia em ducados reinantes e, cada ducado estaria sob a responsabilidade de um dos seus descendentes. Assim, formou-se, conforme Iarochinski (2000, p. 18), os ducados da “Polônia Menor, Polônia Maior, Alta Silésia, Baixa Silésia, Kujavia, e Łęczyca”, sendo que a “Pomerânia Ocidental por sua vez, dividiu-se em outros ducados menores”, assim como, se dividiu a Pomerânia Oriental dando origem a outra dinastia.

Estes ducados estariam sob o comando superior do membro mais velho da dinastia (Princípio Senhorial). Porém, a disputa pela posição de alto duque fazia com que os critérios pré-estabelecidos fossem esquecidos e se estabelecesse uma situação interna de disputas, incontornável. Somado a isso, estava o peso dessa nobreza feudal que dependia do trabalho da servidão e, o enfraquecimento interno que os ameaçava sob os ataques vizinhos germanos. Assim, a decisão pela necessidade de unificação não demora a acontecer.

Como destacam Dembicz & Kieniewicz (2001, p. 8), “No final do século XIII, as regiões polonesas começaram a se unificar”, neste processo, destaca: “a todos, com grande

evidência, convinha a criação de um Estado homogêneo”. Iniciava-se aí um processo de transformação necessário, que se dava em uma dinâmica entre perdas de territórios como a Silésia e a Pomerânia para os Cavaleiros Teutônicos, e a conquista de novos domínios e “vias comerciais que ligavam a Europa do Norte com a rota da seda e os mercados asiáticos que passavam pela Polônia, contribuindo para o seu enriquecimento” (DEMBICZ & KIENIEWICZ, 2001, p. 8). Este era um momento de se reinventar.

Ao tratar da decomposição do feudalismo e do surgimento dos estados nacionais, Engels (1986, p. 123) destaca que “na sociedade vigente na Idade Média avançada, a nobreza feudal começou a ser supérflua, inclusive representando um estorvo do ponto de vista econômico sendo que também no aspecto político era um obstáculo para o progresso das cidades e do estado nacional”. Para o autor, “a oportunidade para a implantação deste só era possível sob a forma monárquica”. Neste sentido, o processo de desintegração seria contornado durante o século XIV, antes do final da dinastia Piast, com a adesão monárquica e a coroação, em 1320, do rei Władysław I (Ladislau), que, seguido de seu filho Kasimierz III (Casimiro III), concretizariam a unificação do reino.

Na Europa, entre os séculos XII e XIV, conforme Mazurek (2016, p. 29), “começou a moldar-se uma sociedade de estados, tendo à frente o clero e os cavaleiros”. Assim, a “atomização política” se organiza com a unificação dos ducados e a submissão ao reino da Polônia, através da instituição do rei e do senado - o Sejm; estando sob a orientação de uma lei antes inexistente e que mantinha privilégios para a nobreza, mudou a vida social e conectou a Polônia com a Europa medieval através de uma maior ocupação das terras, maior produção e fomento econômico (DEMBICZ & KIENIEWICZ, 2001, p. 7).

Como parte das estratégias pós-unificação, no reinado de Kasimierz III, e sob a autorização do Papa, seria criada a Academia de Cracóvia, em 1364, que depois se tornaria Universidade de Cracóvia, atualmente, Universidade Jaguelônica, a primeira universidade polonesa. Zalewska-Trafiszowa (1966, p. 8), destaca que, na “Idade Média”, “foram criadas escolas junto às igrejas e uma das mais antigas Universidades da Europa – a Universidade de Cracóvia³⁵”. A universidade seria um passo importante para o desenvolvimento cultural da Polônia.

A Universidade de Cracóvia, conforme Mazurek (2016, p. 30), uma das primeiras universidades na Europa Central, “iria formar os quadros de professores de escolas,

³⁵ Zalewska-Trafiszowa (1966) ressalta que a criação da Universidade de Cracóvia ocorreu no ano de 1364, durante a dinastia Jaguelônica do Reino da Polônia e destacou-se pelo alto nível de estudos matemáticos e astronômicos, tendo entre seus graduados, Nicolau Copérnico.

funcionários das repartições do estado e da igreja e renomados cientistas”, além de juristas, necessários para o desenvolvimento das leis. Também, sairiam daí os precursores do movimento renascentista na Polônia e da defesa da língua polonesa através de suas publicações, entre eles, Jan Kochanowski, que, conforme Siewierski (2000), representa a mais relevante produção poética e linguística do período, mas, também, políticos e intelectuais cuja atuação seria de bastante relevância no contexto da época.

A criação de universidades, entre outras questões, traria resultados efetivos na configuração política e cultural europeia. Para Anderson (2008, p. 43-46) “Apesar de toda a magnitude e poderio das grandes comunidades imaginadas religiosamente, sua *coesão inconsciente* foi diminuindo num ritmo constante após o final da Idade Média”. Então, o autor destaca, entre as razões desse declínio, duas relacionadas diretamente à sacralização única dessas comunidades, quais sejam: as “explorações do mundo não europeu” e o “rebaixamento gradual da própria língua sagrada”. Quanto a esta última, o movimento polonês se dava de forma bastante lenta em relação a outras partes da Europa, como, por exemplo, a França.

Em relação aos fatores que levaram ao declínio do poderio das comunidades imaginadas religiosamente, destacado por Anderson (2008), no que tange à exploração do mundo não europeu, a Polônia esteve isolada, pois, diferente de outros membros destas comunidades, não empreendeu navegações além-mar e, assim, manteve-se, de certa forma, não perpassada diretamente por influências europeias ou não, que, no caso de outros reinos europeus, “ampliaram violentamente o horizonte cultural-geográfico e, simultaneamente, os conceitos acerca das possíveis formas de vida humana” (ANDERSON, 2008), entre elas, as opções relacionadas à fé.

De toda forma, esse processo aos poucos refletiria de alguma maneira na comunidade religiosa, tendo em vista que traria, em alguns casos, o relativismo religioso, mas, para o autor, tornaria possível também “detectar os primórdios de uma territorialização dos credos, um prenúncio da linguagem de muitos nacionalistas (a “nossa” nação é “a melhor” – num *campo comparativo* e competitivo)” (ANDERSON, 2008, p. 45).

Cracóvia havia se tornado a capital da Polônia desde 1038, e, aos poucos, se transformava também em capital comercial e cultural. Conforme Dembicz & Kieniewicz (2001, p. 10) “Na fase final da Idade Média, a Polônia surgiu como um Estado forte e que conduzia uma política clara face aos vizinhos”. Com o batismo e a emergência do Sarmantismo - cultura própria da nobreza³⁶ aliada à religiosidade, o aumento da produção

³⁶ O sarmantismo é tido como a cultura da nobreza, de viés religioso-católico. Trataremos sobre este tema no último subtítulo deste capítulo.

interna e a ligação cultural com o restante da Europa, a posterior unificação e a garantia de acesso a rotas comerciais aos poucos fariam com que a Polônia pudesse ser vista no contexto europeu como potencialmente forte e possível aliada. Nesse sentido, iria em seguida, com o apoio da nobreza através de sua interferência política, estabelecer aliança através de uma união dinástica com a Lituânia, que também temia os ataques dos invasores.

2.2 A REPÚBLICA POLONO-LITUANA OU REPÚBLICA DE DUAS NAÇÕES, A UNIÃO DE DOIS POVOS E O GRADUAL ENFRAQUECIMENTO DOS SISTEMAS CULTURAIS.

Enquanto a Polônia havia recebido o batismo no século X e, posteriormente, se tornado um reino unificado, a Lituânia ainda era um grão ducado pagão. Ambas percebem as fragilidades em relação aos invasores e, pela ameaça da expansão da ordem dos cavaleiros, somada à possibilidade da perda da Rutênia por parte da Lituânia, e, estrategicamente, resolvem estabelecer uma união dinástica que beneficiaria a ambas, tornando-se a República das Duas Nações.

Como a dinastia Piast chegaria ao final em 1370, a aliança se efetivaria através de um casamento entre o duque da Lituânia, Władysław II Jagiełło, que então aceitaria ser batizado, e a rainha polonesa Jadwiga, da dinastia dos Angevinos, preservando, assim, a autonomia dos domínios. Jagiełło tornava-se rei da Polônia e grão-duque da Lituânia ao mesmo tempo. Então, o ganho da Lituânia na união com a Polônia, da mesma forma, “encontrava laços com a Europa e uma comunidade que não ameaçava sua identidade” (DEMBICZ & KIENIEWICZ, 2001, p. 9). Conforme Anderson (2008, p. 48),

Cabe também lembrar que esses antigos estados monárquicos se expandiram não só pela guerra, mas também por uma política sexual – muito diferente da praticada nos nossos dias. Seguindo o princípio geral da verticalidade, os casamentos dinásticos reuniam populações diferentes sob novos vértices.

Conforme Siewierski (2000), a “Heróica donzela Jadwiga, rejeita o alemão que ama, fazendo um sacrifício para a nação”. Eram comuns os casamentos arranjados, pois, estes representavam em muitos casos, a manutenção de poder político através do estabelecimento de alianças. Tratava-se muito mais de contratos de mútuos interesses. As núpcias por interesse, ligados a prestígio e a linhagens reais e expansão, são exemplificadas por Anderson (2008, p. 48), quando ressalta que “sob este aspecto, é paradigmática a casa dos Habsburgos”.

A união dinástica era uma boa saída tendo em vista a ameaça real para ambas,

considerando que os cavaleiros empreendiam novas conquistas e se fortaleciam. A ordem se utilizava da justificativa religiosa em relação aos pagãos para reforçar os territórios sobre seus domínios e ter livre passagem dentro da Polônia, tanto para novas conquistas, quanto para as rotas comerciais, no intuito de fortalecer um estado independente dentro da Polônia. Já haviam se apossado de parte do território, subjugado economicamente e, embora tivessem a igreja católica em comum, haviam produzido nos poloneses um sentimento antigermânico que crescia aos poucos e que seria alimentado por outras motivações nos séculos seguintes.

Tomacheski (2014, p. 37) destaca que, assim como na Polônia, “a oposição dos cavaleiros germânicos a uma Lituânia pagã foi usada como pretexto para movimentos bélicos que culminaram com a “Batalha de Grunvald””. Nesta batalha, “os polacos e lituanos se aliaram e derrotaram o potencial bélico representado pela ordem religiosa medieval” (TOMACHESKI, 2014, p. 37). Na Batalha de Grunvald, os cavaleiros apoiados pela Bohêmia foram desarticulados devido à morte de seus mais importantes membros e, então, vencidos pela união polono-lituana, com o apoio da Hungria. A ordem foi posteriormente destituída pelo papa, sendo que alguns dos seus membros se integraram a população local como o estado da nobreza e outros iriam fazer parte de futuros reinos como o da Prússia.

A batalha representou, além do fortalecimento da aliança e da desarticulação da ordem, a retomada de territórios poloneses e o reavivamento da união interna. Para Dill (2007, p. 26), “nessa gloriosa jornada, a Polônia mostrou a força das armas e do espírito nacionalista”. Conforme a autora, ainda na contemporaneidade, este evento “não se apaga da memória do povo polonês”, para tanto, são dedicados a ele lugares de memória, produções culturais e monumentos.

Após a união dinástica polono-lituana, segue-se um período de ascensão propiciado pelas ações realizadas, pois, a dinastia Jaguelônica da Polônia havia cumprido o seu objetivo em termos de torná-la capaz de enfrentar as ameaças externas de invasão e preservar a livre passagem para o comércio. Dembicz & Kieniewicz (2001, p. 10) destacam que “foi o período de maior significado da Polônia, que se pretendia ao papel de potência dominante na Europa centro-leste”.

Findada em 1572, a dinastia acaba desdobrando novos caminhos para a forma como os reis seriam escolhidos para a sucessão, após o intervalo entre o reinado dinástico e o que se seguiria, ou seja, inserem-se novas variáveis motivadas pela consolidação da união dinástica, pelo aumento da produção, pelo desenvolvimento cultural, pela paz estabelecida e pelo crescimento econômico. Destas variáveis, resulta o ganho de força política e de privilégios

garantidos na dieta, por parte da nobreza aristocrática³⁷, cuja origem, ou parte dela, conforme Mazurek (2016, p. 31), “provinha da antiga classe dos cavaleiros”. A ampliação de direitos de intervenção nas decisões tomadas, dadas à nobreza através da chamada “democracia nobilitária”, teria, dentre as questões tangenciadas, o direito de voto para a escolha do rei.

Conforme Mazurek (2016, p. 29), “podiam participar dessa eleição duques poloneses e europeus, com a condição de se comprometerem a preservar o sistema de estado e de observar o princípio de tolerância religiosa”. Assim,

Com o fim dos Jagellon segue-se na Polônia a época de “eleições livres” do rei, em que cada um dos nobres tinha voto. A primeira eleição ocorre em 1573, nos prados perto de Varsóvia, e quem ganha é Henri Valois da França, porém, antes de ser entronizado, ele tem que resignar à sucessão do trono, reconhecer o princípio de eleição livre, as prerrogativas da dieta, o direito do senado de controlar a política externa e jurar tolerância religiosa. O não cumprimento dessas leis dava direito à nobreza de recusar obediência ao rei. Assim a nobreza ganha mais direitos e privilégios e o poder central fica substancialmente enfraquecido. Um ano depois de sua eleição Henri Valois abandona a Polônia para assumir o trono francês como Henri III. Mais sorte terá a Polônia com o segundo rei eleito, Estevão Bathori que veio da Transilvânia para reinar de 1576 a 1586. No seu reinado foi concluído o processo de formação do sistema estatal da Polônia e Lituânia como monarquia e república nobilitária ao mesmo tempo, uma democracia fidalga, distinta dos sistemas absolutistas da Europa de então (SIEWIERSKI, 2000, p. 26-27).

De acordo com Anderson (2008, p. 50), “Gellner destaca o caráter estrangeiro típico das dinastias, mas interpreta o fenômeno de maneira muito estreita: os aristocratas locais preferem um monarca estrangeiro porque este não tomaria partido nas rivalidades internas”. No entanto, trariam consigo interesses distintos, que poderiam ser prejudiciais.

Tanto a tolerância religiosa, quanto a perspectiva democrática, teriam sido influenciadas a partir da adesão às influências renascentistas que por lá ecoaram. Porém, considerando que esta adesão era de ordem cultural e controlada pela nobreza e o clero, a adesão também se daria na medida de seus interesses. Assim, o avanço na questão estatal aumentava a participação e os privilégios da nobreza e diminuía o poder do rei, um prenúncio daquilo que viria a se afirmar na Europa.

[...] durante o século XVII – por razões que não nos deterão por ora -, a legitimidade automática da monarquia sagrada³⁸ começou a declinar lentamente na Europa Ocidental. Em 1649, Carlos Stuart foi decapitado na primeira revolução do mundo moderno, e nos anos 1650 um dos mais importantes Estados europeus foi governado por um protetor plebeu, em lugar do rei (ANDERSON, 2008, p. 50).

³⁷ Definida pelo nascimento e pelas posses, a nobreza aristocrática era um peso para o Estado e não propriamente, um benefício, pois além de seus direitos de intervenção, buscavam garantir o não pagamento de impostos e a proteção jurídica de seus crimes;

³⁸ Anderson (2008, p.50) cita a obra “*Os reis Traumaturgos*” de Marc Bloch, em referência ao caráter sagrado do rei e o poder de cura pelo toque das mãos.

De todo modo, com certa descentralização, embora representada por uma percentagem bastante simbólica da população (nobreza, e clero), a união Polono-Lituana era percebida como a configuração de um sistema político precursor e mais próximo a ideias democráticas e representativas da *pólis* grega, estando, assim, em contraposição aos absolutismos da Europa da época. Essa diferença se concretizaria na progressão da monarquia em uma mescla com a república, uma perspectiva de divisão de responsabilidades.

Conforme Dembicz & Kieniewicz (2001, p. 11), “Passo a Passo, a noção de *Corona Regni Poloniae*³⁹ cedia lugar ao tratamento do Estado considerado como coisa pública”. Dessa forma, “A *Respublica* ou *Repubblica* expressava a convicção da nobreza sobre seu papel como nação e, ao mesmo tempo, estado dominante”. E as diferentes representações sociais na divisão de responsabilidades se configuravam em instâncias tidas como diferentes “estados” pelo Senado e a Câmara Parlamentar:

No limiar dos séculos XV e XVI, criou-se uma forma de exercício do poder, específica da Polônia, constituída pelo *sejm* (dieta). As primeiras assembleias da **fidalguidade e da nobreza criaram, gradualmente, uma representação de seu estado na forma de Câmara Parlamentar**, em que tinham assento representantes eleitos nas voivodias, que constituíam grandes unidades administrativas. **Os representantes da classe dos magnatas, os bispos e altos funcionários públicos, formavam o Senado. O rei, como terceiro estado**, era elemento indispensável no *Sejm*, que se reunia com bastante regularidade anualmente. Com o passar do tempo, o *Sejm* conquistou enormes prerrogativas em todos os domínios, reduzindo a autoridade executiva do rei. Contudo, manteve a posição muito forte de poder judiciário independente (DEMBICZ & KIENIEWICZ, 2001, p. 11, grifo nosso).

Conforme Mazurek (2016, p. 29), “A chamada República da Polônia tornou-se um Estado de sistema uniforme e era conhecida pelo nome de “República das Duas Nações””, mas, também, como Comunidade de dois Povos e República Polaco-Lituana. Conforme já destacamos, a forma com que a República das Duas Nações fora organizada estava representada em bases entendidas como democráticas, cuja perspectiva era ampliada na modernidade e nas monarquias parlamentaristas, em oposição às monarquias absolutistas.

A representatividade era, no entanto, bastante limitada, lembrando que o “estado”, pautado no clero e na nobreza, estava representado por um pequeno número de pessoas, considerando que, no século XVI, conforme Mazurek (2016, p. 31), “a nobreza (juntamente com o clero) constituía apenas 8% -10% da população” e “O estado mais numeroso era o campesinato, estimados em 70% do total da sociedade”, sendo que “O restante constituíam os burgueses, cujas elites eram principalmente comerciantes e artesãos associados em

³⁹ Era assim escrita se identificando ao domínio do latim a partir da adesão à cultura cristã romana ocidental;

corporações” e, “Da burguesia geralmente eram excluídos os judeus⁴⁰, que se governavam por leis próprias, não estavam sujeitos às autoridades urbanas e que eram vistos como um quinto estado da República”.

Então este caráter de governo, embora tenha sido considerado como um avanço em termos políticos, traria fragilidades institucionais ligadas ao fato de que limitaria as competências da monarquia mesclada com a república através do *Liberum veto* a ser exercido nas assembléias do *Sejm* pelo senado e pelos deputados da nobreza, que poderiam intervir e parar decisões tomadas através do veto. Na maioria das vezes, tais representantes atuavam privilegiando interesses isolados ao estado da nobreza, e que prejudicavam aos estados da burguesia e dos camponeses, aos quais mantinham ainda uma exploração semifeudal. Este poder de intervenção era exercido também em nível de congresso das províncias. Dentre as possíveis decisões legadas estavam:

[...] Os direitos de escolher o rei, decidir a respeito da política interior e exterior do estado e poder exercer as mais importantes funções. Além disso, esse estado conquistou muitos outros privilégios, tais como: a imunidade pessoal e fiscal, a liberdade de religião, bem como diversos tipos de vantagens fiscais e alfandegárias (MAZUREK, 2016, p. 31).

Os princípios como a tolerância religiosa e a convivência de diferentes culturas nos territórios polonês e lituano do período, dimensionados em diferentes textos, não pareciam ser uma preocupação da nobreza naquele momento, tendo em vista que essa questão era parte da estratégia comum, já vivenciada dentro do reino há bastante tempo. Nesse sentido, Mazurek (2016, p. 29) reafirma a perspectiva de não haver a ideia clara de ameaça identitária, ressaltada anteriormente por Dembicz & Kieniewicz (2001), cujo desenvolvimento só chegaria posteriormente.

A união dinástica com a Lituânia, sacramentada depois pela união constitucional de Lublin (1569), transforma a Polônia numa grande *commonwealth* multinacional, a essa altura o maior país da Europa (com 1.115.000 km² em 1492 era duas vezes maior que a França). Havia quatro línguas oficiais (o latim, o polonês, o ruski ou o bielorusso antigo e o alemão), quatro línguas litúrgicas (o latim na igreja católica, o eslavo eclesiástico nas igrejas ortodoxas e uniata, o hebraico nas sinagogas e o árabe nas mesquitas) e uma dúzia de outras línguas das minorias, como lituano, letão, prussiano, iídiche, tártaro, armênio, ruteno, romeno, eslovaco. A variedade das línguas faladas era tal, que a maioria das pessoas instruídas era bi- ou trilingue e a sua “polonidade” resultava antes das experiências e ideias compartilhadas do que da língua materna (SIEWIERSKI, 2000, p. 26).

⁴⁰ Conforme Mazurek (2016, p. 31), “No século XVII, o Estado polono-lituano era o segundo, depois da Turquia, agrupamento de judeus na Europa. Para o ano de 1648, o seu número foi calculado em perto de 450 mil, o que significava 4% da população do país”.

A expansão territorial e o desenvolvimento econômico associado ao fato de não ter sido afetada pela peste negra, diferente de boa parte da Europa, observar a tolerância religiosa, vendo esta como uma escolha de caráter não impositivo, faz com que o território da república acabe por atrair uma população considerável em quantidade e diversidade, conforme Mazurek (2016, p. 30-31, grifo nosso).

No quadro europeu daquela época, essa república se distinguia de uma relativa tolerância religiosa, garantida pela dieta, em 1573, o que fez que a Polônia fosse vista na Europa como “refúgio dos hereges” e “estado sem fogueiras”. Muitos lituanos, russos e judeus – habitantes da república – chegaram a adotar a religião católica e **identificar-se com a cultura polonesa**, em que o espírito de abertura e curiosidade do mundo andavam de mãos dadas com o apego aos valores da própria tradição. A república, situada nos confins da Europa, desempenhava também o papel de uma ponte entre oriente e ocidente.

Dembicz & Kieniewicz (2001, p. 13) destacam que “os imigrantes que estivessem interessados pelo comércio encontravam na Polônia, sem maior dificuldade, sua pátria”, este era o caso dos judeus. Este contexto tornava-se bastante favorável aos judeus-poloneses, cuja comunidade era bastante numerosa e se instalava na Polônia desde antes do século X,⁴¹ tendo boa recepção por parte do rei, com o passar do tempo, aumentando mais e mais o contingente, devido à perseguição dos cruzados em outros territórios.

O entendimento sobre comércio, administração e economia, por parte dos judeus, muito interessava aos reis poloneses que lhes concediam alguns benefícios, embora, por parte da igreja, eram rejeitados. Esta rejeição só se faz mais efetiva a partir da união com a Lituânia e do acirramento das perseguições aos judeus na Europa desse período, mesmo assim, ainda eram mais amenas do que aquelas empreendidas por exemplo, em terras germânicas. Assim, a comunidade crescia e se fazia presente principalmente na parte oriental da Polônia, administrando propriedades de nobres poloneses.

O território do reino era habitado não somente pelos poloneses, mas também pelos alemães, judeus, armênios, ucranianos, tártaros e várias outras nacionalidades. Naquele tempo as pessoas se sentiam mais unidas por habitarem o mesmo país do que pela sua nacionalidade, e o espírito de tolerância religiosa, assim como o de abertura às outras culturas, facilitava aos diferentes grupos étnicos e religiosos a sua identificação com esse estado multiétnico e multicultural (MAZUREK, 2016, p. 30, grifo nosso).

Conforme Dill (2007, p. 17, grifo nosso):

⁴¹Para saber mais em: Texto “A Polônia – da fundação à partilha”, Disponível em: <http://www.morasha.com.br/comunidades-da-diaspora-1/a-polonia-da-fundacao-a-partilha.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Outros povos que deixavam sua pátria por questões políticas ou religiosas encontravam refúgio na Polônia, pois sabiam que **o polaco amava a liberdade**. Frente a esta abertura de fronteiras aos estrangeiros, sua **identidade étnica, cultural e religiosa** perdeu parte de sua uniformidade; formaram-se, porém, com sua **identidade peculiar**, sem desprezar a difusão da cultura advinda das trocas de fronteiras.

A ideia de essencialismo cultural e identitário, apontado acima pela autora ao indicar a “uniformidade”, é (re)significada, quando ressalta as “trocas”, cuja colocação lembra o caráter relacional e não estático da cultura e, por isso, da identidade (CUCHE, 2002). De todo modo, há que se considerar que a cultura da nobreza configurada no sarmantismo, cujo domínio intelectual residia no clero, era entendida como “cultura da comunidade imaginada” e não considerava a dinâmica social, com suas variantes, estabelecida em outros espaços desta comunidade. Ao mesmo tempo, a concepção de cultura e de identidade e nação, ainda não possuíam seus sentidos modernos.

Os conceitos - questões epistemológicas efetivadas na prática, trariam mudanças que se desenhariam gradualmente, com a modernidade. Nesse sentido, a afirmação de Mazurek (2016) sobre a perspectiva multicultural da Polônia, encontra ressonância naquilo que afirmam Dembicz & Kieniewicz (2001) e, também, ainda anteriormente, em Henrik Siewierski em relação à cultura e à nação, ambas as percepções denotam o entendimento de uma consciência nacional que aos poucos se constituía em outras bases culturais. Porém, embora consideremos movimentos iniciais, é preciso retomarmos o fato de que sob o “teto” dos sistemas culturais evidenciados por Anderson (2008), as questões relacionadas à diversidade cultural, linguística e étnica que compunham a república ainda não configuravam uma preocupação.

Algumas das decisões tomadas neste período e, que foram importantes para novas concepções que se inseriam com a gradual modernidade e para que o aprimoramento do estado ocorresse, conforme já mencionamos, recebem influências renascentistas que chegavam ainda antes da união com a Lituânia e que foram potencializadas pela existência da Universidade de Cracóvia e os contatos culturais estabelecidos. Conforme Siewierski (2000, p. 24-15):

A Polônia não só importa da Itália ciências e artes, mas também promove um intenso intercâmbio. Na Universidade de Bolonha, por exemplo, em meados do século XV, lecionavam sete professores da escola de astronomia de Cracóvia. O casamento do Rei Sigismundo, o velho, com a princesa italiana Bona Sforza de Milão, em 1518, vai propiciar ainda mais a influência da cultura italiana. Com a vinda dos arquitetos italianos, Cracóvia, até então gótica, torna-se cada vez mais renascentista.

Estas influências chegariam a partir de relações estabelecidas em contatos, como destaca Siewierski (2000, p.24), de “cientistas poloneses com o humanismo e os humanistas”. Conforme ele, “na segunda metade do século XV surgem na Polônia obras de caráter renascentista”, inserindo novas maneiras de ser e pensar, através de proposições, dentre elas, favoráveis “a uma restrição do poder da igreja no estado”, fato este que não se concretizaria tão em breve, pois, estando sob o controle da igreja, conforme Dill (2007, p. 27), “a atividade educativa dos jesuítas visavam somente ao culto católico e não aos interesses da nação” fortalecendo representações culturais do sarmantismo e da comunidade religiosa.

Enquanto isso, ao referir-se ao contexto europeu, Engels (1986, p. 125) destaca que “a propagação da imprensa, o renovado interesse pelo estudo da literatura antiga, todo o movimento cultural que adquire força e se faz mais universal desde 1450 favorecem a burguesia e o poder real na luta contra o feudalismo” e seu enfraquecimento. Eram conquistas importantes, também relacionadas à ampliação de possibilidades do uso do vernáculo, ou seja, aos poucos, as línguas faladas pelo povo passaram a ser mais utilizadas no dia a dia e nas transações oficiais.

Já na Polônia, mesmo em um contexto tão diverso, a manutenção da cultura religiosa e suas representações, articuladas ao sarmantismo da nobreza, reside no fato de que, embora o Renascimento⁴² tenha representado a publicização de um grande número de obras, estas eram em sua maioria religiosas e não contemplavam, com algumas exceções, uma profícua incorporação do caráter clássico e racionalista do período. Algumas das obras⁴³ literárias, poéticas, políticas e de arte retomavam as epopeias como a *iliada* de Homero, de Sócrates, de Aristóteles, de Platão, entre outros clássicos, porém as que tratavam de visões de mundo e de estado, criticavam a aristocracia, as indulgências, e defendiam o uso da língua polonesa em todos os campos, a instauração de uma lei para todos e a estatização do ensino eram exceções. De toda forma, a boa fase em que se processa o renascimento propicia não só o fortalecimento do estado, como também o reconhecimento da Polônia e a valorização de sua cultura no contexto europeu, através do intercâmbio de ideias e de suas produções, dentre elas, a obra de

⁴² Conforme Siewierski (2000, p 25), “Apesar de o Renascimento começar na Polônia em meados do século XV, a sua época áurea é o século XVI, considerando também a “idade de ouro” da cultura polonesa. A fase central dessa idade começou com a publicação da principal obra de Copérnico, *De revolutionibus orbium coelestium*, em 1543”. O livro, escrito em latim, cuja tradução livre era: “Das revoluções das esferas celestes”, trata da perspectiva astronômica heliocêntrica e levou em consideração múltiplos estudos anteriores de astronomia e matemática, emergindo uma ideia que diferia daquela comumente aceita entre cientistas religiosos.

⁴³ Assim como em outras partes da Europa, as obras renascentistas polonesas não estiveram restritas unicamente às produções advindas de membros da aristocracia, inseriram-se outras, de membros de classes mais baixas, graças aos investimentos possibilitados através de mecenas, mesmo que em número não muito significativo (SIEWIERSKI, 2000).

Nicolau Copérnico, ex-aluno da universidade de Cracóvia, e as obras sobre o direito romano. Porém, mesmo assim, a vinculação e o domínio religioso sobre a cultura não se desfaziam, o próprio Nicolau Copérnico era membro de uma família católica e cônego da igreja.

Então o latim mantinha-se ativo em atividades administrativas, comerciais e culturais. O “humanismo no contexto polonês significava, primeiramente, um voltar-se muito consciente para a tradição clássica e consolidação do latim como idioma político, científico e literário”. Assim, “quando na Europa o latim caía de uso, entre os poloneses preservaria significado prático” (DEMBICZ & KIENIEWICZ, 2001, p. 16).

Se em alguns sentidos caminhavam juntos a outros países europeus, a manutenção do domínio cultural da nobreza na República das Duas Nações configurava um movimento contrário em relação à França e à Inglaterra, onde, por exemplo, a nobreza ia sendo encolhida e a burguesia avançava no campo econômico e político. Conforme Engels (1986, p. 119), “o dinheiro nas mãos da burguesia transformou-se em um grande instrumento de nivelção política”, que colocaria a nobreza feudal nas mãos da burguesia. Então, notava-se uma ascensão burguesa, tendo em vista que a nobreza feudal ainda dependia de impostos e de saques e, em alguns dos reinos europeus, para ter acesso ao dinheiro, partia para conquistas com vistas à exploração de metais, como o ouro e a prata. No caso da Polônia, isso não ocorria e a nobreza enfrentava o gradual empobrecimento.

Estando sob as influências orientais e ocidentais, a república das duas nações traçava o seu “caminho do meio”. A ascensão burguesa e os ares da modernização não se processavam no ritmo de outras partes da Europa, muito em função do domínio da cultura cristã católica, assim, não participaram de descobrimentos e de conquistas, e o domínio do estado da nobreza e do clero mantinha-se em ampla consolidação, amparado pelo seu sistema político.

A posição da nobreza era também consequência da conjuntura econômica na Europa ocidental no século XVI. Os grandes descobrimentos geográficos provocaram a afluência de grandes quantidades de ouro e prata à Europa o que deu um enorme impulso ao desenvolvimento do comércio, ao surgimento de vários tipos de manufaturas, a um intenso progresso na área da propriedade e ao sistema bancário. O desenvolvimento das cidades e o esvaziamento das aldeias levaram a uma crescente demanda de produtos alimentícios – oportunidade que será aproveitada pela Europa oriental. Quando no ocidente estava surgindo uma nova classe social – a burguesia, no oriente surgiam e aprofundavam-se as diferenças entre os estados e crescia o poder preponderante da nobreza. O século XVI é, portanto, o século em que se separaram os caminhos de desenvolvimento socioeconômico do oeste e do leste da Europa, cuja fronteira passou a ser o Rio Elba. Enquanto no oeste moldava-se uma situação que possibilitava o desenvolvimento da economia capitalista, ao leste do Rio Elba observamos um retorno ao feudalismo. Contrariamente à Europa ocidental, onde, pelo arrendamento a situação dos camponeses aos poucos ia melhorando, na Europa centro-oriental ocorria o contrário – a situação deles ia piorando (MAZUREK, 2016, p. 31-32).

O atraso era observado em relação a outras regiões da Europa ocidental e, no que tange ao desenvolvimento capitalista em seu mais amplo sentido, mantendo a situação da servidão camponesa de gleba, que, conforme Mazurek (2016, p. 32-33), se equiparava à escravidão de negros no Brasil e nos Estados Unidos. Conforme o autor, na base econômica mantinham a monocultura agrícola de cereais e a produção de matéria-prima para exportação⁴⁴. Mazurek (2016) destaca ainda que, “da mesma forma que no caso dos latifúndios latino-americanos e das plantações no sul dos Estados Unidos, o regime de servidão intensificou-se no século XVII e numa forma quase imutável perdurou até a segunda metade do século XIX”.

O trabalho de servidão, totalmente destituído de direitos, tanto privados, quanto públicos, era visto pela nobreza como necessário e cômodo já que não iria impor despesas com a mão-de-obra, além de dar aos servos um lugar para se estabelecer. Então, a nobreza sobrevivia impondo altos custos ao país. Custos estes que iam muito além de questões econômicas e do bem viver. Conforme Iarochinski (2000, p. 21), “as barganhas políticas internacionais auferiram grandes lucros a estes nobres, que vendiam seu voto para as cortes estrangeiras que oferecessem mais ouro e vantagens territoriais”, resultando em uma sequência de intervenções estrangeiras na república.

A manutenção da servidão e a contraída expansão do vernáculo, assim como o domínio religioso, são questões que também estão ligadas a pouca repercussão e efetividade da reforma protestante empreendida no século XVI, inicialmente, por Martinho Lutero, tendo em vista as críticas à igreja católica e suas práticas, na quais eram ancoradas suas bandeiras. Conforme Iarochinski (2000, p. 20), “apenas um quarto da população lia e escrevia” e a “Reforma Protestante foi mais tolerante na Polônia que nas demais nações”.

Apesar da reforma não ter sido na Polônia um movimento tão popular quanto em outros países europeus, e não ter levado a guerras sangrentas, ela teve grande importância como um fermento intelectual e religioso, e como um instrumento da luta pela emancipação política e econômica e pela **nacionalização da cultura que a nobreza travava com a igreja**. A arma das disputas e confrontos religiosos e políticos era a palavra, o que também favorecia o desenvolvimento da imprensa. O campo reformista era bastante diversificado – além dos luteranos, calvinistas e husitas (“irmãos tchecos”), propagou-se na Polônia o movimento revolucionário dos arianos, chamados também antitrinitários (por serem contrários à santíssima trindade) ou socinianos (do nome de um dos seus fundadores, o italiano Lelio

⁴⁴ Mazurek (2016) observa um maior desenvolvimento nas cidades próximas ao rio Vístula devido ao comércio de exportação. Então, ele compara a Polônia ao Brasil colonial, quando se percebe o desenvolvimento das cidades portuárias. Para tanto, ele ressalta que Marcin Kula em “*Le Brésil et la Pologne*” já havia feito essa observação em relação às similaridades entre Brasil e Polônia, a exploração e depreciação do valor do trabalho, a construção de uma estrutura social bipolar e o modelo de vida aristocrático.

Sozzini). Negavam os dogmas, mas veneravam a bíblia e queriam praticar os princípios evangélicos até as últimas consequências. Condenavam a guerra e qualquer violência, mesmo em defesa própria, a riqueza, o estado, a escravização dos camponeses. Liberavam os seus camponeses da servidão da gleba, o que provocou a reação da nobreza de todas as outras religiões (SIEWIERSKI, 2000, p. 28, grifo nosso).

No entanto, no excerto acima, o autor ressalta o surgimento de um movimento de parte da nobreza (parte daquela não representada pelo clero) que já vinha se colocando contrária ao atraso em relação às questões relacionadas ao domínio cultural religioso, causando a divisão de opiniões da nobreza. Essa postura crítica a falta de modernização cresce aos poucos e se acentua durante o Iluminismo. Para Dill (2007, p. 57):

A reforma protestante, que visava à transformação religiosa iniciada nos primeiros anos da Idade Moderna, e a Contra-Reforma, que desejava a reorganização moral, econômica e política da Igreja, provocaram e nutriram conflitos ideológicos nas almas. A influência vinda do Ocidente fez com que burgueses, grandes senhores e camponeses se debruçassem sobre os livros sagrados desejando interpretá-los. Guerras religiosas devastavam as populações em outros países, enquanto que na Polônia repercutiam a paz e a tolerância religiosa, embora na parte Oriental existissem conflitos religiosos entre ortodoxos e católicos, produzindo crises sociais. A Renascença trouxe uma nova concepção do homem, revestida de novos valores, mas, mesmo assim, ele continuou a reconhecer a necessidade de proteção divina.

Embora a reforma tenha produzido alguns efeitos, estes não foram muito impactantes. Sem os efeitos esperados da reforma, não se pode esperar avanços mais amplos na alfabetização e na libertação de trabalhadores camponeses como em outros lugares da Europa. Nesse mesmo período, as questões religiosas justificariam lutas brutais como a Guerra dos Trinta Anos⁴⁵, envolvendo a maior parte dos países da Europa, entre eles: a Polônia, a França, a Holanda, a Bohêmia e a Suécia, que, embora estivesse alinhada a um caráter muito mais político e econômico e voltada aos processos expansionistas, era justificada pelo Sacro Império Romano como, primeiramente, realizada em nome da expansão católica e contrária à expansão luterana.

Já o movimento da Contrarreforma teria ampla efetividade. Conforme Dill (2007, p. 55), nos séculos XVI e XVII, através da Contrarreforma, a religião católica polonesa buscava atingir, mais à vontade, os sentimentos e o espírito da razão do homem, através de práticas que atingiam a imaginação e a sensibilidade do povo polonês. A autora destaca: “No século XVI e XVII, as manifestações religiosas exteriorizavam a devoção através de ofícios com

⁴⁵ A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) ocorreu através de vários conflitos e foi motivada por disputas religiosas entre católicos e protestantes, territoriais e de poder, entre elas, a retomada das terras concedidas aos protestantes pelo Sacro Império Romano. Sobre este tema ver mais em: CARNEIRO, Henrique. “Guerra dos Trinta Anos”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

grande aparato, procissões majestosas, sermões penetrantes aos fiéis e coroamento de imagens milagrosas”. Assim, enquanto em boa parte da Europa se percebiam mudanças e questionamentos em relação à igreja católica, instigados por mudanças culturais e sociais a partir de ideias e interpretações renascentistas e reformistas, a Polônia pouco se afetava e os movimentos católicos se expandiam.

O Barroco, como um movimento antirreformista, chegaria à Polônia durante o século XVII, e em um momento diferente do renascimento, encontraria na Polônia guerras e devastações, porém, conforme Kieniewicz (1996, p. 24), “o barroco europeu mesclou-se com a orientalidade especificamente polonesa”. Para ele, “Era uma cultura colorida e sensual, rural e individualista, unindo o catolicismo, misticismo e a vontade de gozar o presente”. Mesmo em contexto bastante complicado, o movimento encontrou terreno fértil por estar alinhado com o catolicismo da maior parte da nobreza. Conforme Siewierski (2000, p. 40, grifo nosso):

Ao polemizar com o universalismo clássico do Renascimento e ao estimular a imaginação conforme a resolução *De sacris imaginibus* do Concílio de Trento, o Barroco prestava um bom serviço à **emancipação das culturas nacionais**. Na Polônia ele era também uma forma de resistência do catolicismo nos seus confins, como forma de **auto-afirmação de uma cultura** que depois de sua adolescência áurea vai correr o risco de não alcançar a maturidade.

Aos poucos, a tradicional tolerância religiosa tornou-se limitada e, segundo Siewierski (2000, p. 41), “os ventos da Contrarreforma provocaram a extinção de importantes centros culturais e educacionais dos protestantes e, em particular, dos arianos”. Dessa forma, tais ventos nem sempre foram propícios à cultura, “devido à censura e ao crescimento da intolerância religiosa” que se voltava para a falta de abertura. De acordo com o autor, na luta pela unidade religiosa, os contrarreformistas tentavam eliminar outros ritos e religiões, “fortalecendo os sentimentos religiosos de sua maioria católica, a Polônia assumia orgulhosamente o papel de *antemurale cristianitatis*”. O Barroco seria presenciado mais fortemente e de forma tardia, em obras, arquitetura, artes, teatro, literatura, adentrando o século XVIII e encontrando o Iluminismo.

Durante o Barroco, o sarmantismo como cultura da nobreza atuava na defesa ao catolicismo romano e justificava a defesa do papel acima descrito como “*antemurale cristianitatis*”. Conforme Siewierski (2000, p. 44-45) “A convicção de tão gloriosa vocação era alimentada também pela mitologia nacional”, dentre as publicações em vernáculo, estavam algumas narrativas ligadas à mitologia nacional, que ressaltavam estes simbolismos.

No entanto, a universidade e a imprensa estavam dentre as mais importantes

conquistas relacionadas às possibilidades de intercâmbio, de reconhecimento e de fortalecimento interno desse período. A Academia de Cracóvia, na dinastia Jaguelônica, se tornaria Universidade de Cracóvia e, conforme Siewierski (2000, p. 27), “a imprensa chega às margens do rio Vístula nos anos 70 do século XV. São os alemães radicados na Polônia, *polonicati germani*, que instalam em Cracóvia as primeiras tipografias e editoras e promovem as primeiras edições em latim e, logo, em língua polonesa”. Para Anderson (2008, p. 46-47, grifo nosso), nesse período inicia-se, na Europa, um gradual rebaixamento da língua sagrada, o que se faria importante em relação ao desenvolvimento da consciência nacional. O autor destaca:

Escrevendo sobre a Europa ocidental medieval, Bloch observou que “o latim não era só a língua em que se ensinava, como também a *única língua ensinada*”. (a palavra “única” mostra muito claramente o caráter sacro do latim – nenhuma outra língua era considerada digna de ser ensinada.). Mas, no século XVI, tudo isso estava mudando rapidamente. Não precisamos nos deter aqui nas razões desta mudança: a importância fundamental do capitalismo tipográfico [*print capitalism*] [...] Basta lembrarmos a escala e a velocidade em que ele se desenvolveu. [...] Apesar de uma retomada temporária durante a contrarreforma, a hegemonia do latim estava condenada. E não estamos falando apenas numa popularidade geral. Um pouco mais tarde, e numa rapidez igualmente estonteante, **o latim deixou de ser a língua da alta intelectualidade** pan-europeia. [...] “depois de 1640, com a quantidade cada vez menor de edições em latim, e cada vez maior nas línguas vernáculas, a atividade editorial estava deixando de ser um empreendimento internacional [sic].” Em suma, o declínio do latim ilustrava um processo mais amplo, em que as comunidades sagradas amalgamadas por antigas línguas sacras vinham gradualmente se fragmentando, pluralizando e territorializando.

O gradual abandono ao latim e a adesão à língua vernácula significava a ampliação das chances de que também as classes mais baixas pudessem, aos poucos, tornarem-se letradas e aderirem a sistemas simbólicos de representações, ligados a processos de construção de cultura e consciência nacional, cujas possibilidades poderiam ser ampliadas com o acesso à leitura e à escrita de conteúdos da imprensa oficial.

No entanto, essa questão não encontraria condições para sua efetivação sem algumas mudanças. Conforme Iarochinski (2000, p. 21), a “república assegurou a sobrevivência do estado feudal e manteve o capitalismo cativo nas cidades dominadas principalmente por alemães e judeus”, estes representariam uma burguesia ainda pouco significativa para o estado. Mesmo assim, a dinastia Jaguelônica e a união com a Lituânia trariam um tempo de crescimento, de conquista e de retomada de territórios como Gdansk, Lwów e a Rutênia (Ucrânia), de organização política e cultural. Salvas as suas particularidades, a estratégia da conformação da República das Duas Nações (figura 1) colocaria a Polônia em direção à consolidação do estado, objetivo bastante perseguido.

Figura 1 – Mapa da República das Duas Nações com suas principais divisões após 1618.



Legenda: 1 – Coroa; 2 – Ducado da Prússia – Feudo Polonês; 3 – Grão-Ducado da Lituânia; 4 – Ducado da Curlândia – Feudo; 5 – Ducado da Livónia.

Fonte: Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_das_Duas_Na%C3%A7%C3%B5es#/media/File:Rzeczpospolita2nar.pt.png. Acesso em: 20 jul. 2018.

A falta de reformulação interna, que ocorre devido à adesão limitada às reformas que não beneficiavam a opção cristã-católica, a intervenção desmedida da nobreza, na garantia de seus privilégios através da exploração da servidão dos camponeses, e o despreparo e a falta de um contingente para defender o território representaram as fragilidades que colocavam em crise o sistema e fariam com que as pretensões expansionistas da Suécia, Turquia e Rússia a percebessem como potencial alvo e, então se deflagram vários embates.

Conforme Mazurek (2016, p. 30), “o período áureo da República das Duas Nações foi no final do século XVI e a primeira metade do século XVII. Nesse período, o estado polonês resistiu com sucesso aos ataques da Suécia, da Rússia e dos tártaros”. A primeira a invadir a Polónia, no século XVII, e a dominar parte do território foi a Suécia, tomando o domínio do báltico. Porém, após anos de intensas batalhas, os protestantes suecos foram expulsos do território polonês, cuja rendição, ocorre, conforme Dill (2007), em Iasna Gora, em um mosteiro onde ficava o santuário da virgem negra de Czestochowa, que, então, se torna a padroeira do reino da Polónia, demonstrando o crescimento do caráter religioso.

A Turquia empreende tentativa de apropriação de territórios dos Balcãs, buscando garantir o acesso à rota comercial entre o báltico e o mar negro. Contudo, após as guerras com os invasores russos, os cossacos da Ucrânia, com os suecos e depois com os turcos, a república polonesa fica sob a liderança do rei sueco Sobieski III e, nesse contexto, é forçada a se aliar com os austríacos da dinastia dos Habsburgos, para juntos combaterem os turcos do

império otomano que invadiam Viena e que representavam forte ameaça à Polônia. Com a ajuda da Polônia, os austríacos conseguiram vencer os invasores turcos e afastá-los também da Polônia, porém, dessa fase, restaria somente o agravamento da crise interna.

Outra variável que se coloca nesse período é o fato de que, a partir da contrarreforma, questões como a intolerância religiosa fazem acirrar as perseguições aos judeus, muitos deles responsáveis pela administração de servos e de terras da nobreza. A convivência no campo entre poloneses católicos, russos ortodoxos e judeus, principalmente na região da Ucrânia, cujo domínio polonês tinha sido estabelecido, estava permeada por descontentamentos, pois, viam os judeus, tanto os administradores das terras quanto os arrendatários destas, como exploradores representando os nobres e como inimigos. Estes, somados aos cossacos, se rebelaram contra os judeus, o que desencadeou um processo de desarticulação deste sistema, sem volta.

A crise que tomava a Polônia no século XVII impossibilitou a continuidade da expansão e limitou a exportação de produtos agrícolas, que eram sua maior arma para a economia, revelando um contexto de fome e de necessidades das mais distintas. “Diminuiu a exportação e a nobreza empobrecida não tinha força suficiente para enfrentar a supremacia dos magnatas. A introdução do *liberum veto* praticamente paralisou os trabalhos da Dieta, permitindo que a objeção de um só deputado inviabilizasse a votação” (SIEWIERSKI, 2000, p. 41).

Aos poucos a atuação da nobreza na república no século XVII iria enfraquecer, assim como seu poder econômico teria enfraquecido em virtude das muitas guerras, da perda de parte de suas terras e produções. Em contraposição, a atuação dos magnatas do senado, tendo como principais representantes os membros do clero, continuaria forte e traria a imposição de decisões que colocavam parte da nobreza sobre sua dependência, dentre elas, a intervenção impondo reis estrangeiros em função do recebimento de favores. Segundo Iarochinski (2000, p. 21), “enquanto os magnatas enriqueciam e o reino definhava nas mãos de príncipes franceses, suecos e russos, transformados em reis da Polônia” assim, “o Sejm se tornou um negócio à mercê de qualquer parlamentar. O poder central se fragmentou abrindo uma porta de entrada para os interesses dos impérios prussiano-alemão, austro-húngaro e russo”.

A República Polono-Lituana encontrava-se em uma situação complexa, na manutenção de uma estrutura semifeudal, com o domínio e os interesses da comunidade religiosa, a contínua dependência da nobreza e seus interesses e das influências externas, gerando um contexto interno insustentável. A abolição da “servidão na maior parte de ocupação da Polônia pela Rússia” iria ocorrer “somente em 1864”, ou seja, ainda assim,

anterior ao Brasil e no mesmo período em que seria efetivada nos Estados Unidos, onde ela ocorre com a guerra de secessão 1861-1865 (MAZUREK, 2016, p. 33). Em relação ao uso do vernáculo, sua expansão efetiva se verifica somente nos séculos seguintes, na ruptura total com a “língua sagrada”, que se ampliava a partir das ideias iluministas, e, conforme Mazurek (2016, p. 30), na mobilização da imprensa e no processo de formação da identidade nacional.

No século seguinte, sob os anúncios das luzes, cuja perspectiva política, aliada à expansão e modernização capitalista e ao crescimento da burguesia se torna latente no contexto europeu, parte da nobreza encabeça um movimento que busca reformas internas. Porém, seus efeitos não dão mais conta de contornar os prejuízos deixados pelas atitudes tomadas a contrapelo das mudanças processadas na Europa do período.

2.3 O SÉCULO DAS LUZES POLONÊS (*OŚWIECENIE*): PROGRESSISTAS X CATÓLICOS, REFORMAS E TENTATIVAS DE MODERNIZAÇÃO E O AVANÇO DO NACIONALISMO, TERRITORIALIZAÇÃO CONSCIÊNCIA NACIONAL E A TRIPARTIÇÃO.

O contexto de pretensos expansionismos imperialistas, iniciado na segunda metade do século XVIII, motivou o direcionamento de olhares focalizados para a tomada dos muitos territórios cuja coesão interna estivesse deixando brechas. A Polônia era local de passagem comercial e militar, de imigrantes, de refugiados de guerras e perseguições religiosas, de judeus, de comerciantes, de nômades e seminômades, com objetivos e destinos diversos. Porém, as crises internas, tanto políticas e sociais, quanto econômicas, agravadas por fatores como a estrutura semifeudal e a intervenção externa, faziam com que a Polônia se tornasse alvo para que os impérios vizinhos da Rússia, Prússia e Áustria, que a colocaram em suas ações expansionistas de forma a desarticulá-la, dividindo o território da república Polono-Lituana entre ambos.

Conforme Mazurek (2016, p.33) “Desde meados do século XVII, na Polônia ocorre um lento enfraquecimento do poder real” assim, “O Estado polono-lituano ia enfraquecendo enquanto ao redor da República cresciam em força os Estados autoritários”, aumentando sobre este, a influência russa. Neste contexto, as ideias iluministas chegam à Polônia e aos impérios vizinhos e, em termos efetivos, provocam desestabilização e insegurança para alguns, fortalecimento e vigor para outros, ou um seguido do outro. Porém, de modo geral, serviam para pautar um novo perfil de sociedade que traria para a discussão o bem comum, a igualdade, a liberdade e o interesse geral, uma sociedade cujas aspirações não estariam mais

centralizadas somente em representações e em interesses absolutistas ou, no caso da Polônia, em um contexto cultural católico e em uma república centrada nos interesses do estado da representatividade da nobreza.

Enquanto o “absolutismo iluminado” fortalecia e armava as vizinhas Rússia, Prússia e Áustria, a Polônia com a sua “democracia nobilitária vivia uma profunda crise política, à beira da anarquia. A nobreza, em grande parte ignorante e incapaz de pensar em categorias do bem comum, defendia obsessivamente a sua “liberdade dourada”, sem perceber que o sistema político desorganizado, o poder central fraco, o exército reduzido a vinte e quatro mil soldados (enquanto o das três potências vizinhas somavam quase meio milhão) já não lhe assegurava liberdade nenhuma (SIEWIERSKI, 2000, p. 53).

O Iluminismo europeu do século XVIII, através da efervescência das ideias de seus pensadores, busca ampliar as discussões relacionadas às questões políticas, ideológicas, sociais e culturais, já demarcadas por pensadores dos séculos anteriores, importantes para a modernidade, entre eles: Baruch Espinoza, Francis Bacon e René Descartes. Assim, o movimento iluminista foi motivador de mudanças nestes campos, inicialmente no contexto europeu, porém suas influências circulariam pelo mundo inteiro, provocando a desestabilização e o questionamento da ordem instituída, a partir de uma ruptura com as explicações embasadas na fé, dando lugar ao racionalismo e ao questionamento do absolutismo do rei e aos privilégios tidos pelos membros da nobreza e do clero, culminando em eventos de grandes proporções como a Revolução Francesa.

Sob estes auspícios, a influência da pauta dos ideais civilizatórios anunciados pelos iluministas, são adotados por uma intelectualidade que buscava, entre outras questões, romper com os sistemas culturais tratados por Anderson (2008), e o domínio cultural da comunidade religiosa. Para tanto, traziam para o debate o indivíduo, a liberdade e a igualdade, condicionados à separação do Estado e da igreja e a necessidade de reformas. Desde o final da Idade Média, delineiam-se, em uma perspectiva racionalista, questionamentos ao domínio da igreja na explicação para as questões sociais e a não participação política dos demais setores da sociedade. Então o iluminismo trata-se de um contexto em que “O despertar do sujeito é pago pelo reconhecimento do poder como princípio de todas as relações”. Nesse sentido, “Poder e conhecimento são sinônimos” (HORKHEIMER & ADORNO, 1983, p. 90-92).

Com o gradual enfraquecimento da comunidade religiosa, como sistema cultural, há também uma gradual inserção do nacionalismo na territorialização de algumas questões (ANDERSON, 2008), dentre elas, aquelas ligadas a definições étnico-culturais das identidades nacionais e o desenvolvimento de preconceitos contra judeus, alemães, entre outros que estavam no contexto do Estado polonês, apontando para o nacionalismo cultural,

uma maneira de perceber diferenças e afirmar fronteiras identitárias.

Conforme Anderson (2008, p. 46), diferente da territorialização e da relativização empreendidas anteriormente até de forma ingênua, no século XVIII as atitudes de territorialização “são profundamente conscientes, e com intenções políticas” em um desdobramento que pode ser visto “como uma *nação?*”. Nesse sentido, dentre a intelectualidade que deixava o latim para trás, estavam obras como a de Voltaire, que toma uma atitude política ao utilizar-se do vernáculo entre os séculos XVII e XVIII. A abertura às novas possibilidades significava o enfraquecimento do amplo domínio da igreja.

Neste sentido, o processo, que vai aos poucos sendo delineado, torna possível que modernos estados-nações desponham como construções nos séculos XIX e XX. Mas, para Anderson (2008, p. 51) “seria estreiteza pensar que as comunidades imaginadas das nações teriam simplesmente surgido a partir das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos, substituindo-as”. Para o autor, “Por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de aprender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou “pensar” a nação””.

Este é o ponto de partida das nações e das suas identidades culturais nacionais. Conforme Hall (2006, p. 48), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” e imbricada a esta comunidade simbólica. Destaca ainda que “nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa”. Assim, para o autor, “segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*”.

Como parte processual do declínio dos sistemas culturais (comunidade religiosa e reino dinástico), estão as mudanças das percepções temporais, que se inserem aos poucos nas mentalidades ao final do período medieval. Como isso se manifestava? Anderson (2008, p.52-53) ressalta que, se anteriormente estávamos diante de “um mundo onde a representação da realidade imaginada era maciçamente visual e auditiva”, ou seja, “A cristandade assumia a sua forma universal mediante uma miríade de especificidades e particularidades: este relevo, aquele vitral, este sermão, aquela parábola, esta peça de moral, aquela relíquia” e o clero letrado em latim “era um elemento essencial na estruturação do imaginário cristão, igualmente vital era a transmissão dessas concepções para as massas iletradas”. Neste mundo assim concebido pela mentalidade cristã, conforme o autor, a história não era concebida “como uma cadeia interminável de causas e efeitos, nem imaginava separações radicais entre passado e

presente”. Então, a temporalidade era o que viam, para muitos aquele momento se tratava do “fim dos tempos”.

As mudanças nas percepções temporais são importantes na gradual construção de uma consciência nacional, e, neste sentido, nota-se a simultaneidade. Na modernidade a compreensão da simultaneidade é marcada “não pela prefiguração e pela realização, mas sim pela coincidência temporal, e medida pelo relógio e pelo calendário” (ANDERSON, 2008, p. 54).

Entenderemos melhor por que essa transformação foi tão importante para a gênese da comunidade imaginada da nação, se considerarmos a estrutura básica de duas formas de criação imaginária que floresceram, pela primeira vez, na Europa durante o século XVIII: o romance e o jornal. Essas formas proporcionaram meios técnicos para “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação (ANDERSON, 2008, p.55).

Conforme Anderson (2008, p. 56-65), “a ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio homogêneo⁴⁶ é uma analogia exata da idéia de nação”, mas destaca “que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente”, com um vínculo imaginado, pois, “um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas”. Assim, “ele não tem idéia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles”. As produções escritas e literárias e os hinos são produtos culturais e uma forma de vínculos imaginados que podem ser identificados de várias maneiras, dentre elas a presença de heróis nacionais nas narrativas.

Nesse sentido, de acordo com Anderson (2008), o desenvolvimento da imprensa como mercadoria, associado ao desenvolvimento do capitalismo e à vernaculização, foi questão decisiva nas “origens da consciência nacional” e, depois, da identidade nacional. A imprensa, como empreendimento capitalista, percebendo a saturação de impressões em latim após a contrarreforma, em um movimento contrário e buscando aumentar as vendas ambulantes, impulsiona-se através da impressão de edições baratas em vernáculo. Conforme Anderson (2008, p. 73):

O revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo ganhou ímpeto ainda maior graças a três fatores externos, dois dos quais contribuíram diretamente para o surgimento da consciência nacional. O primeiro, e no fundo o menos importante, foi uma mudança no caráter próprio do latim. Em virtude do trabalho dos humanistas, que ressuscitaram a vasta literatura da antiguidade pré-cristã e divulgaram-na através

⁴⁶ O autor se refere ao tempo desenvolvido por Walter Benjamim;

do mercado editorial, a intelectualidade transeuropeia passou a nutrir um novo apreço pelas sofisticadas realizações estilísticas dos antigos.

Estas transformações não são despercebidas pela Polônia, e estão contempladas em termos de modernização gradual pela via reformista, cujo ponto de partida que motiva a mudanças é o contexto de crise interna. Antes da tripartição, a não coesão de interesses do governo de Stanisław August Poniatowski, sob o protetorado russo, com boa parte da nobreza, os camponeses e o pequeno número de uma burguesia, cuja maior parte era de comerciantes estrangeiros ali instalados, aponta para as transformações, dentre elas, a emergente necessidade de reformas em diversos setores. As atitudes do rei eram questionadas principalmente por parte dos chamados “nobres insurretos”, cujas atitudes de insurreição se desenrolam também motivadas pelos descontentamentos relacionados com a perda de seus privilégios frente aos magnatas.

Os insurretos tornam-se membros de um grupo de nobres contrários às intervenções da Rússia, que impôs, em 1733, Augusto III como rei da Polônia e, em 1764, Stanisław August Poniatowski, “cujo título mais distinguido para obter esta coroa era o fato de ter sido amante de Catarina II” (SALINAS FORTES, 1982, p. 20). Para além da íntima relação entre Stanislas e Catarina II, Iarochinski (2000, p. 21) destaca que Poniatowski possuía parentesco com a família de nobres poloneses “Czartoryski, ligados à Rainha da Rússia, Catarina II”. Estes fatores eram motivadores de severas críticas ao rei por parte da população e, ao mesmo tempo, do apoio garantido do partido da nobreza representada por Czartoryski⁴⁷.

No entanto, o rei intencionava fazer um trabalho reformador voltado para a recuperação de alguns setores e para a superação do prejuízo do atraso em outros, dentre estas, estavam questões culturais e econômicas. Para isso, teria que conseguir o apoio dos representantes da nobreza.

“No reinado de Stanisław August Poniatowski (1764-1795), a ideologia do Iluminismo tornou-se a doutrina oficial do Estado. A elite intelectual do país desencadeou sob a liderança do próprio rei um processo acelerado de reformas do sistema de poder e de “reparo da sociedade”. As reformas financeira e militar e a fundação de novas instituições da vida cultural marcaram os primeiros anos do reinado” (SIEWIERSKI, 2000, p. 54).

Esta questão é reforçada por Dill (2007, p. 32), que destaca: “A elite intelectual

⁴⁷ Conforme Iarochinski (2000) os sobrenomes cuja terminação era *ski*, por exemplo, teriam sido adotados de forma ampla durante o século XIX, com o intuito de enobrecer o sobrenome anunciando origens nobres, mesmo que não o fossem. Isso se daria devido ao fato de que durante a Idade Média, as pessoas cuja origem estava ligada a um determinado clã carregavam em seu sobrenome os sufixos *ski* ou *cki*, que determinavam a sua nobreza e posses, diferindo de outras definições e significados adotados.

liderada pelo rei Poniatowski, desencadeou um processo acelerado de reformas: educacional, financeira, militar e cultural”. Para tanto, “Modernizaram a ciência, a cultura, o comércio e a economia”. Era a corrida para acompanhar aquilo que se delineava revolucionariamente como moderno na Europa Ocidental, a inserção em um campo progressista e liberal. Conforme Trojan (2017, p. 3), algumas das proposições de reformas não seriam bem recebidas por alguns setores e pelo domínio externo. Conforme o autor,

[...] reformas que possibilitassem o ressurgimento de uma Polônia poderosa como nos séculos XV, XVI e até a metade do XVII, ainda mais democrática, gerou o crescente descontentamento dos seus vizinhos absolutistas. Sendo assim, Catarina da Rússia e Frederico da Prússia, em apoio à nobreza polonesa e aos deputados mais conservadores do Sejm, enviaram tropas que cercaram Varsóvia, capital da República. Essa situação levou o Rei a aceitar as imposições da nobreza de manter seus privilégios. Tendo em vista que a posição do Rei Stanislas era de submissão às potências estrangeiras, em especial à Rússia. Muitos na República não concordaram com sua postura, criando uma confederação na cidade de Bar e iniciando uma guerra civil com o intuito de destronar o Rei Stanislas. No entanto, no ano de 1772, as tropas russas acabaram com o conflito e esmagaram a confederação. Com a derrota da Confederação de Bar, Rússia, Prússia e Áustria deram início à primeira partilha da Polônia, quando a República perderia 78.000 quilômetros quadrados de seus territórios, tendo como justificativa o verdadeiro caos que havia se instalado.

Dentre as ações dos nobres insurretos contra o rei Stanisław e a dominação russa, Salinas Fortes (1982, p.8) destaca que, na revolta armada, “chamada “Confederação” de Bar, na região da Podólia, em 1768”, “travam uma violenta guerra patriótica, com emprego inclusive da tática de guerrilhas, contra o poderoso exército da “Imperatriz-Filósofa”, Catarina II da Rússia”. Porém, a tentativa fracassada de expulsar os russos acaba com a perda de parte do território em virtude da primeira partilha, em que uma parte do território seria tomada pelos russos e, para não entrar em choque, cede uma parte aos austríacos e aos prussianos. Conforme Salinas Fortes (1982, p. 10):

As divisões internacionais encontram uma correspondência no interior do próprio país. A nobreza polonesa achava-se dividida em dois partidos radicalmente opostos e conhecidos pelos nomes das duas primeiras famílias que assumem suas lideranças respectivas: de um lado os Potocki, que se insurgem contra o rei e contra a presença russa – e de que o conde Wielhorski é o representante diplomático – e de outro os Czartoryski, família a qual pertence o próprio Stanislas.

As discordâncias entre os membros da Confederação de Bar (insurretos, ligados à igreja católica romana) em contraposição ao outro grupo de nobres confederados, os dissidentes (ligados à igreja católica grega), estava no fato de que o segundo grupo era apoiado por Catarina II. Esta, como forma de levá-los para o seu lado, juntando-os com o grupo de nobres reformistas do partido de Czartoryski, passa a apoiar os dissidentes em relação ao combate ao fanatismo religioso católico e ao andamento das reformas, atingindo os

nobres insurretos mais conservadores com bases patrióticas católicas. Os dissidentes pautavam seu combate às questões apoiadas pelos insurretos, tendo em vista as influências progressistas⁴⁸ iluministas francesas, disseminadas pelos seus intelectuais, dos quais a déspota Catarina II buscava aprovação. Dessa forma, a ação dos insurretos exaltava as bases patrióticas católicas no embate da Podólia, desvelando-se uma espécie de cruzada assim tangenciada pela narrativa de Jean Jacques Rousseau.

Estes confederados de Bar, dos quais veremos Jean-Jacques exaltar as virtudes patrióticas, tinham estandartes que representavam a Virgem Maria e o menino Jesus; eles levavam, como os cruzados da Idade Média, cruces bordadas sobre seus mantos, prontos para vencer ou morrer *pela defesa da religião e da liberdade* (SALINAS FORTES, 1982, p. 21).

Considerando as duas distintas posições que se colocavam em embate, estas representariam não propriamente a dissolução da unidade cultural da nobreza a partir de novos propósitos e relações de poder, mas sua bifurcação. Desvela-se um campo de embates entre progressistas e conservadores (alinhados a igreja católica). Para fomentar este embate, as ideias iluministas teriam sido fundamentais. Inicia-se uma mudança cultural cujas representações iriam configurar distintas opiniões relacionadas à chamada “anarquia” interna, de um lado, ligando esta à adesão fanática do catolicismo através da crítica por parte de ideias progressistas que vinham à tona, de outro, o discurso de que a anarquia não existia e teria sido criada a partir da interferência russa como forma de convulsionar e minar internamente.

A expressão “*progressista*”, para Thompson (1995, p. 168), estaria ligada às questões do debate cultura e civilização que ocorria neste período. Assim, em sua acepção ideológica “*progressismo*”, iria se tornar comum, a partir do iluminismo, para designar os sujeitos ou grupos, cujas ideias buscavam ir além do estabelecido, “sair da barbárie para a civilização”, “um movimento em direção ao refinamento e à ordem”. As ideias de progresso estavam associadas às mudanças e aos avanços culturais, políticos e científicos iluministas.

Para os progressistas, o fanatismo religioso estaria ligado à falta de modernização política, social e cultural. Com a falta de modernização, a Polônia colocava-se em atraso com relação ao restante da Europa, pois, enquanto ao final da Idade Média as relações feudais e o domínio da igreja iam sendo deixados para trás, na Polônia esse perfil ainda permanecia e limitava o crescimento da burguesia e também a expansão e modernização das transações capitalistas.

Este movimento ligado à modernização e expansão capitalista era o prenúncio do que

⁴⁸ Ver mais em: THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria Social Crítica na era dos Meios de Comunicação de Massa. Editora Vozes: Rio de Janeiro, Petrópolis, 1995.

se iniciava e que para Hobsbawm (2012, p. 58) se acentuaria no século XIX. Em a *Era do Capital* o autor destaca que “os grandes defensores do Estado-Nação” entendiam-no não apenas como nacional, mas também como “progressista”, isto é, capaz de desenvolver uma economia, uma tecnologia, uma organização de estado e uma força militar viáveis, ou seja, como algo precisava pelo menos ser territorialmente grande. Ressalta então, que a partir do pensamento liberal do século XIX, a ideia de Estado-Nação “Acabava sendo na realidade, a “unidade ‘natural’ de desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista””.

Pelo grupo progressista, o sarmantismo, como “a formação mais original da cultura polonesa” seria fortemente recusado como algo negativo durante a ilustração, era “tido como símbolo do atraso e anarquia polonesa” por muitos, reconhecido pela sua limitação, mesmo tendo sido “duradouro elemento identificador dos poloneses” (KIENIEWICZ, 1996, p. 24). Já para os conservadores, o sarmantismo não poderia ser deixado para trás, abominavam a modernização apresentada pela expansão capitalista e as mudanças das relações sociais.

O sarmantismo, como cultura cristã ligada à igreja católica romana, conforme Kieniewicz (1996, p. 21), “configurou os poloneses como comunidade religiosa e civilizacional” e com o enraizamento do cristianismo, “configuraram-se laços de família, sociais e estatais, da mesma maneira como em toda a Europa” (KIENIEWICZ, 1996, p. 20-21). Porém, retomando o caráter relacional da cultura em seu conteúdo simbólico e pensando de forma ampla na cultura polonesa, ela não poderia mais ser resumida a esta narrativa, pois, somaram-se aí as influências culturais de sua sociedade diversa e multicultural, da Europa ocidental e também oriental. Os contatos culturais aconteciam tanto nas batalhas em disputas territoriais, quanto através do comércio e das migrações, gerando uma cultura com particularidades próprias.

O contexto em que se desenrolava os questionamentos e as percepções acima destacadas e que deram origem à bifurcação mencionada, então teriam origem no decorrer do período que se delineia ao final da Idade Média, com as reformas, e se fortaleceriam com os ares iluministas. São imbricações que levam, ainda antes da primeira partilha, algumas lideranças da nobreza polonesa que buscavam saídas para fortalecer os domínios e garantir a independência a estabelecer, dentre as medidas tomadas, o contato com filósofos iluministas.

Para além da crise política, econômica e a continuação da servidão, a educação para o povo não era uma das preocupações da democracia nobilitária da República Polono-Lituana, que a deixava nas mãos da igreja, então o número de analfabetos era muito grande. Destarte o sarmantismo, conforme já mencionamos anteriormente, a recepção dos movimentos culturais

anteriores, dentre eles o renascimento e as reformas religiosas, não foi muito significativa. A permanência por séculos do uso do latim nas questões oficiais limitava a cultura letrada aos domínios e aos interesses religiosos. Porém, nas luzes, para os progressistas havia a clara preocupação com tais assuntos, para estes, a potencialidade da educação residia no fato de que o progresso da nação estava ligado à adesão ampla ao conhecimento.

Conforme Manacorda (2006) e Veiga (2007), as mudanças na educação se encaminhavam com o amadurecimento de ideias levantadas pelos iluministas e pelo clima do “despotismo iluminado”, seguia-se a expulsão dos jesuítas de diversos países no século XVIII e o clamor pela educação estatal e cidadã com critérios de uniformidade através das reformas, atingindo a França, a Espanha, a Alemanha, a Prússia, a Inglaterra, a América Espanhola, Portugal, os Estados Unidos, o Brasil-Colônia, a Áustria, a Saxônia e a Polônia, entre outros. Então, como se esperava, [...] “em 1773 foi suprimida a ordem dos jesuítas (a Companhia de Jesus)” e “a educação agora é assunto estatal” (MANACORDA, 2006, p. 247). Para isso, “vozes se levantaram solicitando uma intervenção inovadora do Estado no campo da instrução, tradicionalmente entregue à Igreja” (MANACORDA, 2006, p. 245).

Assim, na educação, segundo Siewierski (2000, p. 57), “A filosofia iluminista começou a penetrar na Polônia nos anos quarenta do século XVIII, provocando uma forte resistência das escolas e academias onde ainda se cultivava a escolástica tradicional”. Enquanto que, em boa parte da Europa Ocidental, conforme Mazurek (2016), a educação já estava adiantada em termos de universalização e modernização do Estado.

Manacorda (2006, p. 245) destaca que, na Alemanha, um dos principais reformadores, Johann Bernhardt Basedow, (1723-90) profere: “Aqui não há católicos, nem luteranos, nem reformados, mas somente cristãos. Nós somos filantropos e cosmopolitas... Nós queremos formar somente europeus...”. Então, o “despotismo iluminado” seria importante para tais mudanças, uma vez que as questões teóricas dariam suporte para as questões práticas. Nesse sentido, a educação receberia novos ares e responsabilidades a partir da pontuação de suas potencialidades não somente ligadas à formação profissional em si, e sim à formação de cidadãos politizados, laicos, em um processo de estatização do ensino.

Tornou-se famosa a frase da imperatriz da Áustria, Maria Teresa, com que, ao firmar o decreto para a constituição da Comissão da Corte (*Hofkommission*) para os Estados, equivalente a um Ministério da Instrução, independente do *Direktorium in publicis et cameralibus* (ou Ministério do Interior), sublinhava a importância da decisão: “A instrução é e sempre foi, em cada época, um fato político” (*ein Politikum*)” (MANACORDA, 2006, p. 247).

Em meio às mudanças no perfil de sociedade e de relações sociais que apresentavam

as ideias iluministas, conforme Veiga (2007, p. 80), “Centralizada pelo Estado, a educação se apresentou como um verdadeiro projeto de civilização⁴⁹, instrumento para fundar uma sociedade harmônica e cujos conflitos pudessem ser racionalmente equacionados”. Seria este o perfil de sociedade capaz de dar suporte às aspirações de uma ideia de nação coesa, cuja concepção moderna se instalava aos poucos em boa parte da Europa. Isso é percebido pelos progressistas como algo a ser tratado com atenção, pois, no caso da Polônia, se buscava estabelecer, minimamente, uma coesão interna, cuja realidade de divisão se fazia prejudicial à estabilidade política e econômica.

Na tentativa da efetivação de alguns estancamentos, ajustes e medidas, que iam aos poucos sendo tomadas, Stanisław estaria disposto a transformar a Polônia e suas instituições, adequando-as aos ares modernos que há tempos já os rondavam, sem grandes efeitos. Para isso, foram criadas comissões específicas para setores como a educação, buscando uma educação estatal e a inserção definitiva do idioma nacional e, mesmo sob a intervenção, medidas voltadas para “a preservação da identidade nacional” (SIEWIERSKI, 2000, p. 56). De acordo com Zalewska-Trafiszowa (1966, p. 9), em “*A instrução na Polônia*”:

Nos tempos modernos, principalmente na segunda metade do séc. XVIII notou-se uma luta encarniçada e geral pelo progresso e pelas reformas. Um acontecimento particularmente importante foi a criação da Comissão de Educação Nacional – ou seja da autoridade escolar primeira deste tipo na Europa Central, autônoma em relação à qualquer ministério e dependendo diretamente do parlamento. A Comissão liquidou o monopólio da igreja para a educação e instrução, levou a cabo uma reforma do ensino superior, reorganizou num espírito novo o ensino secundário e criou seminários para professores (ZALEWSKA-TRAFISZOWA, 1966, p. 9).

No espírito do contexto iluminista, boa parte dessas ações reformistas, em distintos setores, teriam sido influências de filósofos iluministas como Jean Jacques Rousseau. Conforme Manacorda (2006, p. 248), “Poniatowski, constituiu em 1º de outubro de 1773 uma Comissão para a Educação “nacional”, para cujos trabalhos, J. J. Rousseau sugerira idéias⁵⁰”. Porém, na constituição desta comissão, estavam presentes distintas posições em relação aos objetivos a serem trilhados.

Buscando a contribuição de reconhecidos intelectuais iluministas, Jean Jacques Rousseau, considerado, conforme Salinas-Fortes (1982, p.7-8) “um dos mais poderosos escritores políticos de todos os tempos”, tinha sido, dentre eles, o escolhido pelos os nobres

⁴⁹ O Iluminismo emergiu um ambiente muito profícuo para a educação e a produção de bases e teorias educacionais, levando à pedagogia ao patamar de ciência (CAMBI, 1999).

⁵⁰ Acreditamos, porém, que talvez o autor não tenha tido acesso à obra em si, e/ou disponibilizada em sua integralidade, já que, na afirmação da finalização da escrita desta por Rousseau, seria um ano antes da primeira partilha.

insurretos. Rousseau, em uma posição intelectual bastante reconhecida a partir de obras como *O Contrato Social e Emílio*⁵¹, conforme o autor, “belo dia é procurado por um conde polonês de nome Wielhorski, espécie de relações públicas dos nobres insurretos poloneses”. Rousseau aceita escrever a obra *Considérations sur le gouvernement de la Pologne*⁵², tomando uma atitude política reafirmada pela segunda vez ao tornar-se oposição ao partido dos “philosophes” enciclopedistas franceses, alguns deles, embasando a atuação dos déspotas, Catarina II, da Rússia, e Frederico II, da Prússia.

A questão polonesa, que apaixona os espíritos naquele momento, volta a opor, assim, Jean-Jacques ao partido dos “philosophes” enciclopedistas. De um lado, Voltaire e Grimm, amigos de Catarina e Frederico, tentam ridicularizar a causa dos insurretos e exaltam a presença de Catarina na Polônia, para os quais sua ação representa uma verdadeira cruzada contra a igreja católica, predominante no país, e pela tolerância em relação aos chamados “dissidentes”. Muitos, aliás, são os representantes da “intelligentsia” francesa a tomar partido e a escrever sobre o problema polonês. O abade Mably, por exemplo, que se alinha até certo ponto aos enciclopedistas, também é procurado pelo Conde Wielhorski e escreve também o seu *Governo da Polônia*, contra o qual, aliás, Rousseau polemizará ao longo das *Considerações* (SALINAS FORTES, 1982, p. 10).

Na proposta, Rousseau trataria sobre a necessidade de reformas da educação, militar, do sistema político, cultural e econômico, preocupações com o patriotismo, com a consciência nacional e com a identidade nacional. Para isso, propõe-se a colocar em prática, através da análise do contexto da Polônia, algumas proposições teóricas desenvolvidas em suas obras anteriores. Neste processo, a Educação é tratada como um dos principais pilares para a formação de cidadãos e para a consciência nacional.

No entanto, ao ser o escolhido dos insurretos, assume não contrariar totalmente o alinhamento à participação da igreja católica, e suas proposições são apresentadas em alinhamento ao perfil que daria as bases para o romantismo; essas ideias, posteriormente, são mencionadas por distintos historiadores da nação como precursoras na perspectiva democrática popular. Para Kreutz (2001), Rousseau traria bases ao conservadorismo romântico e também ao projeto de Restauração Católica, cujas questões, o autor destaca como bastante claras ao citar uma carta escrita por Rousseau à D’Alembert. Para Kreutz (1991, p.

⁵¹Jean Jacques Rousseau nasceu na Suíça em 1712 e mudou-se para a França em 1742, como professor de música. Já na França publicou livros como o *Contrato Social*, cuja obra tratava de questões políticas, de liberdade e justiça e inspirou a Revolução Francesa; *Emílio ou da Educação* é uma importante obra da pedagogia que viria a inspirar outras obras posteriormente com idéias que revolucionavam a educação da época através da educação do jovem *Emile*.

⁵²Trata-se da obra de Jean Jacques Rousseau: *Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada*, cuja finalização da escrita ocorre em 1771. Importante destacar que tivemos acesso a obra completa, cuja edição de 1982 foi publicada em edição bilingue: Francês e Português, com tradução, apresentação e notas de Luiz Roberto Salinas Fortes.

20), a visão de Rousseau teria bases vistas depois, como contrárias à ilustração - cuja perspectiva traria as origens filosóficas do Liberalismo laico. Destaca, ainda, que a postura do filósofo estava dando início a uma “tendência anti-intelectualista no campo da cultura, organização social e política”. De todo modo, a sua proposição de uma “Reforma Projetada para a Polônia” não poderia estar à parte daquilo que teria produzido até então.

Sendo assim, a divisão cultural e política interna – *católicos x progressistas* – também se configura a partir da divisão e das influências de uma intelectualidade de inspiração iluminista. Escolhido pelos insurretos (*católicos*) como possibilidade de pensar a “questão polonesa”, Rousseau enfrentava algumas resistências de enciclopedistas e da igreja, sobre as quais estabelecia críticas relacionadas à fé, como uma *religião revelada*, defendendo a liberdade da fé como uma *revelação natural*, assim, estava do lado ao oposto de Voltaire, por exemplo, que, de forma nada romântica e bastante racionalista, se colocava mais radical em relação ao assunto e não aceitava a interferência da igreja na política e no estado, e do estado nas questões de comércio, mais que isso, não tolerava os privilégios da nobreza. Catarina II, da Rússia, cujas influências direcionavam o rei Stanisław (*progressistas*), era simpatizante e orientada por Diderot, Voltaire e outros enciclopedistas, assim como Frederico II da Prússia⁵³, que era orientado por Voltaire.

E com diferentes matizes e resultados quase todos os intelectuais iluministas assumirão conscientemente este papel sociopolítico progressista, de inovadores e idealizadores de planos mais ou menos orgânicos de reformas [...]. O intelectual torna-se mediador de entre sociedade e poder, adquire maior autonomia, sua presença é ativa no âmbito social, muito ativa até, ele se põe como consciência crítica de toda a vida social e sua produção cultural adquire uma função de guia em toda a sociedade civil e até mesmo em relação ao Estado, nos momentos mais favoráveis (CAMBI, 1999, p.325).

Diferente de outros pensadores tidos como anti-iluministas, como Sigismundo Gerdil, e iluministas com os quais não concordava, embora lhe servissem de contraponto, dentre eles, Voltaire, Diderot e John Locke, Rousseau, embora apostasse na liberdade e na igualdade como os demais, questionava a racionalização de tudo. O autor trazia à tona o individual e a “vontade geral”, destacava a importância de pensar o homem e sua formação como um todo e afirmava a necessidade de uma educação integral também para os pobres. E, assim como Baruch Espinoza no século anterior, ressaltava a importância do desenvolver da naturalidade, de seus instintos antes de uma pura racionalidade, ou seja, a presença da emoção e a fusão do sentimento com a racionalidade.

⁵³ No tocante às orientações de Frederico II e Catarina II em relação às reformas, tanto Cambi (1999), quanto Veiga (2007) as mencionam neste mesmo sentido.

O caráter intelectual de Rousseau e sua forma mais “sentimental” de intervenção em relação à igreja caíam mais à necessidade dos insurretos poloneses na busca pela “liberdade dourada”, pautada nos privilégios da nobreza, levando consigo os descontentes em distintos lugares. Conforme Salinas Fortes (1982), ao ir à França procurar Rousseau, o Conde Wielhorski havia conquistado para sua causa a simpatia e o apoio de muitas autoridades francesas que criticavam outros enciclopedistas. Nesse sentido, ao dar início às suas reflexões sobre a Reforma, Rousseau (1982) trata sobre o “Estado da Questão”, frisando a anarquia, e destaca que a sua leitura muito se embasou a partir do que o próprio Wielhorski lhe havia passado quando o procurou, dando indícios de sua atuação a partir do conde insurreto, pois o elogia patrioticamente e alerta para a importância de “conhecer” a nação para defender. No entanto, o conde embasava a sua atuação patriótica na perspectiva religiosa.

Se não se conhece a fundo a nação para a qual se trabalha, a obra que faremos para ela, por mais excelente que possa ser em si mesma, pecará sempre pela aplicação e bem mais ainda quando se tratar de uma nação já inteiramente instituída, cujos gostos, costumes, preceitos e vícios estão muito enraizados para poderem ser facilmente abafados por sementes novas. Uma boa instituição para a Polônia só pode ser obra dos poloneses ou de alguém que tenha bem estudado no local a nação polonesa e aquelas que dela se avizinham. Um estrangeiro pode dar apenas visões gerais [...] (ROUSSEAU, 1982, p. 23).

Emergindo um caráter essencialmente nacionalista beirando conservadorismo, Rousseau ressalta que é imprescindível para a nação que seus cidadãos a conheçam em profundidade, daí, devem partir das ações, ou seja, alerta sobre as interferências estrangeiras para a tomada de decisões acerca de como vinha acontecendo até então. Assim como no *Contrato Social*, afirma a necessidade da união em torno de uma *vontade geral*, criticando a situação atual de divisão e alertando para a necessidade da resistência conjunta. “Um grande corpo formado por um grande número de membros mortos e por um pequeno número de membros desunidos, cujos movimentos quase todos independentes um dos outros, longe de ter um fim comum” (ROUSSEAU, 1982, p. 24).

Suas reflexões sobre o “Estado da Questão” (interferência externa e divisão) pautaram-se essencialmente na necessidade da vigilância constante em favor da liberdade. “O repouso e a liberdade parecem-me incompatíveis; é preciso optar” (ROUSSEAU, 1982, p. 25). E manter-se vigilante para manter a liberdade significaria eliminar a denominada “anarquia” interna, atentando para o que ele ressalta: “Nenhuma ordem econômica, pouca ou nenhuma tropa, nenhuma disciplina militar, nenhuma ordem, nenhuma subordinação; sempre dividida internamente, sempre ameaçada externamente, ela não tem por si mesma nenhuma consistência e depende do capricho dos seus vizinhos” (ROUSSEAU, 1982, p. 29).

Para Salinas Fortes (1982, p.7), Rousseau considera o “drama de um país que vive o pesadelo da confiscação sistemática da sua identidade nacional”. Dessa forma, Rousseau legava para a educação, com um perfil específico, a intrínseca possibilidade para as transformações sociais, em que estariam contempladas como imprescindíveis, entre elas, a adesão cultural. Suas influências com pinceladas de um nacionalismo romântico se apresentam na importância dada ao patriotismo, ao civismo, à cultura, aos costumes e à memória nacional, vinculados ao estabelecimento de um sentimento nacional e de uma vontade geral de amor à pátria, de pertencimento e de intrínseco relacionamento entre indivíduo e estado, ou seja, contemplando elementos que moveriam o movimento do romantismo: “comunidade-povo-história” em oposição ao Liberalismo laico (KREUTZ, 1991, p. 20).

Sob um ambiente de proposições e de efetivação de mudanças, embates de ideias e reformas, além da comissão da educação, conforme Iarochinski (2000, p. 21), “O Partido dos Czartoryski, maioria no Sejm⁵⁴, conseguiu criar duas comissões, uma do tesouro e outra militar. Estas comissões restringiram as liberdades dos magnatas e, ao mesmo tempo, permitiram o aumento da arrecadação de impostos”. Tudo isso foi garantido com a promulgação da Constituição.

A promulgação da constituição veio como uma das ações pensadas para retirar o poder dos magnatas, que impediam as mudanças em virtude de garantir seus privilégios através do exercício do *Liberum Veto*. Conforme Arthur Trojan (2017)⁵⁵, “a promulgação da primeira lei orgânica da Europa e segunda do mundo – depois da dos EUA –, não poderia deixar de ter o típico toque de originalidade, marca dos poloneses”. Para ele, “A constituição de 3 de maio de 1791 irá surgir na tentativa de pôr fim à verdadeira anarquia em que a República das Duas Nações (união do Reino da Polônia com Grão-Ducado da Lituânia) se encontrava, após cem anos de estagnação política, militar, social e econômica”.

A constituição foi bastante comemorada e teve uma dimensão política importante na repercussão externa e no contexto interno, agradando a população em geral, que acreditava que passaria a dispor de seus direitos políticos de forma mais igualitária, estes, antes centralizados pela nobreza. Segundo Trojan (2017, p. 11), “A constituição foi aclamada pelos revolucionários franceses, não apenas pelo seu caráter progressista, mas, em especial, pela luta na defesa desta lei orgânica”.

⁵⁴ Tratava-se do chamado “Partido Patriótico”;

⁵⁵ Texto: “A Constituição de 3 de maio” de Arthur Trojan, publicado na Página da Embaixada da Polônia Brasília. Disponível em: <https://www.facebook.com/PLnoBrasil/posts/174045652785059>. Acesso em: 12 mai. 2018.

O documento estabelecia a predominância da religião católica e garantia a tolerância de outras religiões, bem como a exclusão do *Liberum Veto* e a separação dos três poderes, reestabelecendo a hereditariedade da monarquia, a institucionalização de direitos dos camponeses e da burguesia, inclusive de propriedade, e a abolição da servidão camponesa. Dill (2007, p. 32) destaca que as mudanças “instituíam uma Monarquia Constitucional Parlamentar, incluindo a participação da burguesia e da nobreza”, além de “modificações na situação dos camponeses”, também estabelecia a criação de um exército nacional.

Mesmo após a primeira partilha, as tentativas para reestabelecer a Polônia tiveram continuidade, voltadas para sua modernização e buscando se inserir em relações de poder ancoradas na expansão capitalista e de conhecimento, emergindo daí o nacionalismo. Tudo isso seria, posteriormente, necessário, considerando a emergência de um modelo da “nação-Estado liberal-constitucional” que, aos poucos, se instalava (HOBBSAWM, 1988, p. 41) e que se tornaria o “fenômeno característico do século XIX” (p. 212).

De acordo com Iarochinski (2000, p. 38) e Mazurek (2016), Stanisław August Poniatowski teria sido o décimo primeiro rei eleito e permanecido nesta condição, de 1764 a 1795. Porém, as interferências externas e o descontentamento interno, por parte dos magnatas, não deixariam as coisas prosseguirem em ritmo tranquilo. Dill (2007) ressalta que, durante o reinado de Poniatowski, sua aliança com a elite intelectual e com a filosofia iluminista, a queda do estado da nobreza e as reformas foram questões que acionaram os impérios vizinhos, que não aceitavam principalmente as reformas e o fim do *Liberum Veto*. Dentre as atitudes tomadas para que a ousada iniciativa fosse freada, “os aliados russos e prussianos exigiram a dissolução do Sejm. Pois a extinção do veto dificultaria a ação e os interesses destas potências” (IAROCHINSKI, 2000, p. 22).

Com a Constituição de 3 de maio, Dill (2007, p. 32) destaca que “O movimento reformista foi levado à falência em razão da agressão de Catarina II da Rússia, a reação do grupo de magnatas e da nobreza”. Então, “A Rússia reagiu e seu exército invadiu a Polônia e a nova Constituição foi derrubada”. Conforme Trojan (2017, p. 11):

Ocorre que, a Constituição era vista como uma ameaça às monarquias absolutistas vizinhas, não sendo aceita por muitos magnatas da República. Esses magnatas pediram intervenção de Catarina da Rússia para que seus privilégios fossem restaurados, formando a chamada Confederação de Targowica. Catarina, vendo que a Constituição ameaçava sua influência na Polônia, apoiou a Confederação e enviou o exército russo que junto com os confederados cercaram Varsóvia. O Rei Stanislaw, com medo de que os reformadores fossem esmagados pela confederação, uniu-se à confederação e abandonou a causa reformadora. O exército polonês foi dissolvido e muitos líderes foram exilados. Para a surpresa dos confederados, Rússia, Prússia e Áustria fizeram a segunda partilha da Polônia, reduzindo a República à um estado

minúsculo entre as potências vizinhas. Em 1794, o general Tadeusz Kosciuszko liderou a Revolta que leva seu nome – Kosciuszko –, tomando as cidades de Varsóvia e Vilnius e tendo grandes feitos militares no início. Ocorre que, a revolta foi derrotada pelos exércitos da Rússia, Prússia e Áustria que se uniram e invadiram a República, levando à terceira e última partilha e pondo fim a República das Duas Nações.

Para Castilho e Waack (1982, p. 12), “A divisão e o desaparecimento da Polônia contaram com o apoio aberto da burguesia nacional, em sua maior parte de origem estrangeira e fascinada com a possibilidade de obter altos lucros através da associação com o regime czarista russo” que extinguiu as barreiras alfandegárias e orientou a produção do setor para a Rússia imperial. Destacam, ainda, que “A maior parte dos membros desta burguesia industrial era de origem judaica e lituana”. A primeira partilha ocorre em 1792 e, em 1793, a segunda. Conforme mencionado no excerto acima, Dill (2007) também destaca que, antes da terceira, há uma tentativa de reestabelecer o território através de uma insurreição liderada por Tadeusz Kosciuszko, que leva para a batalha os camponeses, cuja condição de servidão havia sido abolida.

Segundo Kieniewicz (1996, p. 19), “em 1795, a *Rzeczpospolita (Res publica)* polono-lituana desapareceu do mapa da Europa”. Para o autor, “A aniquilação da Polônia objetivava liquidar o modelo de Estado de cidadãos livres, sendo que seus inimigos progressistas e reacionários esconderam seu crime sob o manto da negra lenda da anarquia polonesa”. Porém, mais do que isso, conforme Dill (2007, p. 31), antes de 1772, Rússia, Áustria e Prússia planejavam a partilha ao observarem a desordem e terem interesse “pelas ricas jazidas de minérios e pela saída para o mar”. Devido ao seu mencionado atraso, estas potencialidades eram percebidas como não devidamente exploradas.

Para Iarochinski (2000, p. 21), “a república que era uma idéia com a melhor das intenções, na prática conduziu à queda e a perda do próprio país”, tentava firmar-se como algo diferenciado em meio à ascensão dos estados absolutistas. Porém, conforme Weber (2011, p. 1), “a poderosa nobreza polaca, a *Szlachta*, frustrou a construção de um estado absolutista centralizado e a Polônia passou a ser, a partir do final do século XVIII, um país cuja partilha resolvia os conflitos de poderosos estados vizinhos”.

Podemos pensar que a forma limitada da república é que teria sido o maior problema, pois, de toda forma, a representatividade ainda era muito restrita e associada às demandas deste pequeno grupo que não queria perder seus privilégios. Ao reestabelecer a hereditariedade do reino, eliminando o caráter republicano da eleição dos reis, acabava-se por destituir o poder dos magnatas e dar condições de crescimento à burguesia a partir da institucionalização de seus direitos na constituição. Porém, a desarticulação da nobreza empobrecida que se insurgia contra os magnatas e o rei, o fato de que a “*Res Publica* encontrou-se sob fatal protetorado da Rússia” faria com que “as tentativas de salvar o estado, empreendidas

na segunda metade do século, revelaram-se tardias” (KIENIEWICZ, 1996, p. 23).

Neste processo, “O século das Luzes polônês (*Oświecenie*) começa nas trevas da decadência da República nos anos quarenta do século XVIII e termina no vácuo político de uma Polônia varrida do mapa”, resultado da tripartição tramada através de acordos secretos entre os déspotas esclarecidos⁵⁶ Frederico II, o Grande da Prússia, Catarina II, da Rússia, e Maria Tereza, da Áustria. Então, mesmo com todo o esforço de manter-se entre os iluminados da Europa, é “incapaz de evitar a catástrofe da perda da independência” (SIEWIERSKI, 2000, p. 53).

Diante disso, “a Rússia se apoderou de 62% do território com 45% da população; a Prússia – de 20% do território com 23% da população; a Áustria – de 18% do território e 32% da população”. A maior parte do território, assim como a população, havia ficado sob o domínio da Rússia, sendo que a Áustria ficaria com a segunda maior percentagem da população. Isso se confirmou novamente, quando, em 1815, no Congresso de Viena, procederam a fixação definitiva das zonas de ocupação, “(com pequenas alterações em 1833) até o outono de 1918” (MAZUREK, 2016, p. 35).

A zona de ocupação russa envolvia 82% do território da antiga república, e o Reino da Polônia, com sua capital em Varsóvia, criado com uma parte dessa zona de ocupação, perdeu a sua autonomia em consequência dos levantes de 1830 e 1863. A área tomada pelos austríacos representava 11% do território da Polônia de antes da partilha e era chamada de reino da Galícia e da Lodoméria, ou simplesmente de Galícia. E a parte ocupada pela Prússia se apresentava com os nomes de grão-ducado de Poznań (desde 1849 província de Poznań) e da Prússia ocidental (em alemão *Westpreussen*) (MAZUREK, 2016, p. 35-36).

Assim, a tripartição da totalidade do território, conforme Mazurek (2016, p. 34-35), faria com que o território polônês se tornasse parte de “três países diferentes, nos quais vigoravam diferentes leis, normas de vida social e política, e diversas restrições à liberdade”. Revela-se aí também um contexto de diferenças religiosas, em que, segundo Dill (2007, p. 30), se inseriam a Rússia ortodoxa, a Polônia católica e a Prússia, em grande parte, luterana. Essas diferenças, somadas à perspectiva de restrição das liberdades, inclusive de atuação cultural e política, foram um estopim para a constante efervescência de uma resistência em várias frentes, ocasionando distintos momentos de revoltas, mais efetivos no domínio russo.

A resistência estaria embasada nas novas percepções e representações culturais

⁵⁶ Os Déspotas Esclarecidos, cuja definição estava ligada ao século XVIII, foram comuns na Prússia, Áustria e Rússia, criados a partir de uma pouco notável presença da burguesia/iniciativa privada e, estavam ligados à forma de governar embasada na efetivação de reformas que partiam do domínio das idéias propagadas, entre elas, as iluministas.

configuradas nesse período, associadas aos movimentos nacionalistas. Embora não exista continuidade do estado, conforme Kieniewicz (1996, p. 19), “os poloneses continuam a viver graças à consciência, graças à determinação de participar na memória comum”. Então, destaca que, “guiando-se pelos princípios formulados na primeira constituição europeia (3 de maio de 1791), traçaram a perspectiva da existência da nação sem estado, afirmando que “a Polônia ainda não pereceu, já que estamos vivos””. Para Trojan (2017, p. 11):

Certamente, o maior legado da Constituição de 3 de maio foram as inspirações de liberdade, justiça e igualdade deixadas para as gerações seguintes, que ajudaram a nação polonesa durante os duros 123 anos de partilha, sempre mantendo o objetivo de que uma Polônia livre voltaria a existir.

Embora a adesão tenha sido reconhecidamente efetivada e algumas mudanças e reformas tenham sido realizadas, diferente de outras partes da Europa da época, “O Iluminismo polonês não produziu nenhum sistema filosófico original, o empirismo e o racionalismo que nele predominavam, tiveram antes de tudo um caráter prático no processo de transformação” (SIEWIERSKI, 2000, p. 57). Mas, de toda forma, configurou-se como possibilidade para repensar a Polônia e inserir no debate interno os propósitos nacionalistas de forma mais contundente. As intervenções dos intelectuais buscavam a “superação da crise moral e política”, este “era o objetivo principal da ilustração polonesa, época em que a cultura politizada procurava tornar mais culta a política” (SIEWIERSKI, 2000, p. 53).

Ao pensarmos as transformações do período e sua relação com a cultura, é importante destacarmos que, conforme Siewierski (2000, p. 63), “Sem perder a sua identidade cultural, a Polônia na época das Luzes tornou-se um país aberto para o pensamento moderno europeu”. Nesse sentido, a preocupação com a questão cultural era um esforço efetivo, inclusive, na democratização de um público leitor, conforme o autor, pensando na “formação de um novo tipo de cidadão, mais consciente, participativo e sensível aos valores da cultura”. São esforços que tornam, conforme destaca, “possível à continuação da vida cultural polonesa depois da catástrofe do Estado”.

De toda forma, para Anderson (2008), embora tenham tido importante papel, o iluminismo e o liberalismo não foram os responsáveis por criar e não criaram as comunidades imaginadas. Nesse sentido, ressalta que o papel mais efetivo para a consciência nacional, culturas e identidades, reside na expansão do capitalismo editorial, o decisivo papel da imprensa, que, aumentando o acesso da escrita em vernáculo, possibilitava um maior número de pessoas com acesso a estas narrativas, inclusive na vernaculização de partituras e de obras clássicas, isso iria se fortalecer ainda mais no século XIX.

[...] o século XIX, na Europa e na periferia mais próxima, foi a idade de ouro dos lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos do vernáculo. As intensas atividades desses intelectuais profissionais foram de importância central para a formação dos nacionalismos europeus oitocentistas [...] (ANDERSON, 2008, p. 112).

Então, mesmo na condição de um momento bastante diverso e difuso, principalmente em relação à cultura, considerando as imposições culturais dos invasores e as divisões, poloneses, em distintos espaços no contexto da Polônia dividida ou em países como França, Londres, Sibéria⁵⁷, entre outros, iriam atuar no apoio ao fomento cultural nacional com ações pontuais. Para tanto, conforme Siewierski (2000, p. 56), além do mecenato de algumas famílias magnatas, destacam-se as “iniciativas da elite intelectual apoiadas pela sociedade. Surgem sociedades científicas, editoras, bibliotecas, teatros e revistas que, contrariando a política dos Estados invasores, asseguram a continuidade da vida cultural”, através de uma construção que vai sendo imaginada e que permeia os processos de formação da consciência nacional e das identidades coletivas.

Então, o nacionalismo se articula efetivamente a partir do século XIX, com a imprensa e o capitalismo editorial, a publicação de livros, jornais, romances, mitos, narrativas da história nacional, a disseminação do vernáculo (língua comum) e a abolição do latim. Conforme Anderson (2008), isso tudo baliza condições para a ideia de um forte sentimento nacional em perspectiva horizontal e não vertical. No caso da Polônia dividida, a inexistência do estado não destitui o fato de que este movimento acontecesse nos distintos domínios, embora houvesse proibições, o uso do vernáculo (polonês), entre outras ações, conseguiriam manter-se, mesmo que de forma subversiva.

2.4 A NAÇÃO DA ÁGUIA BRANCA: NARRATIVA MÍTICA, ROMANTISMO E NACIONALISMO.

No entendimento de que a afirmação do estado-nação, em sua forma moderna, se liga a representações não mais definidas somente a partir das raízes culturais do nacionalismo, no limite da comunidade religiosa e do reino dinástico, mas na imaginação da nação, a construção de uma narrativa da nação busca, entre outras possibilidades, mostrar genealogicamente, através de narrativas míticas e históricas, os elementos simbólico-culturais que emergem de e em uma história comum, uma memória coletiva, o vernáculo, os ritos, as

⁵⁷ Poloneses tidos como insurgentes, deportados pelo czarismo russo;

identificações e os lugares de memória.

Para Anderson (2008, p. 279-280), “As nações, porém, não possuem uma data de nascimento claramente identificável, e a morte delas, quando chega a ocorrer, nunca é natural”. O autor destaca ainda que, “Como não existe um criador original da nação, sua biografia nunca pode ser escrita de forma evangélica, “avançando no tempo” ao longo de uma cadeia generacionista de procriações. A única alternativa é moldá-la, “recuando no tempo” – até o homem de Pequim, o homem de Java [...]”.

No caso da Polônia, este processo de criação de uma genealogia com tais representações esteve ligado a processos de nacionalismo influenciado pelo viés romântico, empreendido por elites políticas e econômicas, mas, também, de viés revolucionário por outra parcela da comunidade. Posteriormente, sob o contexto do século XX, no pós-reunificação, há um trabalho de amplificação da narrativa da nação e a busca pela nacionalização das massas. Como nos apresenta a historiografia da história da Polônia, a narrativa mítica, em diferentes períodos e movimentos culturais, foi retomada através de seus literatos, historiadores, jornalistas, entre outros, que, principalmente em atitudes aliadas ao movimento romântico, empreendem a publicização do mito fundacional, muitos destes beirando o que Hall (2006, p. 95) define como a “reafirmação das raízes culturais”.

As narrativas relacionadas ao nascimento dos povos e nações na civilização ocidental⁵⁸ basearam-se em diferentes tempos e, com diversos propósitos, dentre outras possibilidades, na criação do mito através da compreensão e da expressão cultural narrada nas epopeias de poetas e de historiadores da antiguidade, assim como os gregos, depois os romanos e outros povos o fizeram. Neste mesmo sentido, ao incorporar traços simbólico-culturais destas civilizações, os povos eslavos ocidentais, orientais e meridionais atestaram o nascimento pré-histórico de seus povos e nações, embasados a partir de narrativas orais lendárias e míticas.

Stuart Hall (2006), ao teorizar sobre a narrativa nacional em que a nação é uma comunidade imaginada, ressalta que a cultura nacional é um discurso que embasa a identidade nacional e com a qual seus indivíduos se identificam. Entre as possibilidades deste discurso, esta o mito fundacional, “uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’” (HALL, 2006, p. 54-55).

⁵⁸ Embora tenhamos dado destaque para a civilização ocidental, sabemos que não somente ela teria se utilizado de narrativas míticas.

Entre os gregos da Grécia Antiga, a mitologia se desenvolve entre X e VIII a. C., a partir de uma concepção politeísta dos deuses e suas origens – “teogonia” (CHAUÍ, 1997), dadas as narrativas épicas e poéticas *Iliada* e *Odisséia* do poeta Homero e *Teogonia* de Hesíodo, tendo Zeus como centro e principal Deus; essa narrativa serviria para explicar o surgimento do mundo “cosmogonia” (CHAUÍ, 1997). A explicação, baseada nos mitos da Grécia, viria a ser questionada somente a partir do nascimento da filosofia⁵⁹, e a busca por explicações racionais, através de filósofos como Sócrates e Aristóteles.

No caso dos romanos, alguns séculos depois, isso se daria, por exemplo, a partir do mito do surgimento de Roma, cujas narrativas estariam embasadas em poemas épicos como *Eneida*, escrito por Virgílio e Ovídio em I a.C, que narra a fuga de Enéias da Grécia para Roma, tornando-se o primeiro ancestral romano. Posteriormente, a obra *Ab Urbe condita*, do historiador Tito Lívio, traz em sua narrativa os gêmeos Rômulo e Remo, descendentes de Enéias, filhos da sacerdotisa Réia Silvia, que teria engravidado do Deus Marte. Os irmãos teriam sido encontrados no Rio Tibre e amamentados por uma loba, posteriormente, fundariam Roma.

No entanto, as narrativas míticas e seu caráter de credibilidade e de veracidade, como possibilidade de consideração e de relevância por parte de ciências como a filosofia e a história, têm despertado discussões retomadas ao longo dos séculos, dentre elas, aquelas que a viam de forma preconceituosa e sem base de realidade.

O preconceito intelectual em relação aos mitos no iluminismo se acirrou apoiado na concepção de racionalização, desencantamento e aplicação de explicações mais “duras”, buscando o desvio de questões religiosas, atitudes que estão apoiadas também nas questões teóricas do século seguinte, entre elas, aquelas voltadas para a cientificização de disciplinas como a história, que, em um processo de constituição como ciência,⁶⁰ buscava o papel

⁵⁹ As origens da filosofia são discutidas por Marilena Chauí (1997), que ressalta a discussão em torno desta, relacionando-a ao oriente e ao ocidente. Para ela, embora tenha recebido uma importante base do oriente, destacando os egípcios, persas, entre outros, o ocidente, mais especificamente através dos gregos, imprimiram nela uma inegável originalidade, transformando os conhecimentos repassados a eles, inserindo-lhes elementos como a racionalidade, ciência, política, humanização dos deuses e divinização dos homens, racionalizando as narrativas dos mitos e condicionando o nascimento da filosofia às condições históricas como as viagens marítimas, a invenção do calendário, a invenção da moeda, o surgimento da vida urbana e a invenção da política. Em relação à originalidade do pensamento grego, encontramos esta aferência em distintos autores, entre eles, o historiador suíço Jacob Burckhardt. Conforme Chauí (1997, p. 28) “Os historiadores da Filosofia dizem que ela possui data e local de nascimento: final do século VII e início do século VI antes de Cristo, nas colônias gregas da Ásia Menor (particularmente as que formavam uma região denominada Jônia), na cidade de Mileto. E o primeiro filósofo foi Tales de Mileto”. Destaca ainda, que “Além de possuir data e local de nascimento e de possuir seu primeiro autor, a Filosofia também possui um conteúdo preciso ao nascer: é uma cosmologia. A palavra *cosmologia* é composta de duas outras: *cosmos*, que significa mundo ordenado e organizado, e *logia*, que vem da palavra *logos*, que significa pensamento racional, discurso racional, conhecimento”.

⁶⁰ Sobre o tema, ver mais em: BENTIVOGLIO, Júlio & LOPES, Marcos Antônio. (Orgs.). **A Constituição da**

teleológico da história na formação nacional, através de verdades comprovadas e de heróis nacionais. Estas questões estão presentes desde a transição da pré-modernidade para a modernidade⁶¹ e pautaram as narrativas de nações e identidades.

Porém, embora no iluminismo do século XVIII fosse afirmada a ruptura total da ciência com os mitos devido à ascensão fortemente racionalista, pois “o programa do iluminismo era o de livrar o mundo do feitiço”, “dissolver os mitos e anular a imaginação, por meio do saber” (HORKHEIMER & ADORNO, 1983, p. 89-92), conforme os autores,

Mas os mitos que tombam como vítimas do iluminismo já eram, por sua vez, seus próprios produtos. No cálculo científico do acontecer, anula-se a justificação que uma vez lhe fora dada pelo pensamento, nos mitos. O mito pretendia relatar, denominar, dizer a origem; e assim, expor, fixar, explicar. Com a escrita e a compilação dos mitos, essa tendência se fortaleceu. De relato que eram, eles logo passaram a ser doutrina. Todo ritual inclui uma representação do acontecer enquanto processo determinado que se destina a ser influenciado pelo feitiço. Este elemento teórico do ritual tornou-se independente nas mais antigas epopéias dos povos. Os mitos, tais como encontrados pelos autores trágicos, já estavam sob o signo daquela disciplina e daquele poder louvados por Bacon como o objetivo a ser perseguido.

No contexto mais amplo, a partir de meados do século XX, a emergência de um diálogo mais interdisciplinar traria um posicionamento inovador nesse sentido, pois “os estudos dos antropólogos e dos historiadores mostraram a importância dos mitos na organização social e cultural das sociedades e como os mitos estão profundamente entranhados nos modos de pensar e de sentir de uma sociedade” (CHAUÍ, 1997, p. 34).

De toda forma, a historiografia relacionada à história da Polônia aponta que os mitos seriam compilados e retomados por intelectuais e escritores, jornalistas e literatos, em diversos momentos, tanto no final da Idade Média, em movimentos artísticos, culturais e religiosos, como o Barroco, no Iluminismo, quanto após, no romantismo do século XIX e no nacionalismo do XX. Mas, principalmente, durante os últimos dois, na efetivação de atitudes voltadas para um programa de imaginação nacional, no contexto da ascensão dos modernos estados-nações europeus, entendemos que, como forma de dar à nação um caráter de ligação imemorial, trata seu surgimento em um “tempo sem tempo que é o tempo do mito” (PESAVENTO, 2014, p.7).

História como Ciência: de Ranke a Braudel. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

⁶¹ Conforme Braudel (1989, p. 109), “Do século X até o final da Guerra dos Cem Anos, os historiadores falam de Alta (os alemães) ou da Baixa Idade Média (os franceses). Prefiro francamente falar em uma *primeira* modernidade, que levará o Ocidente à fantástica transformação”. Para o autor, “Esta modernidade primeira distingue-se daquilo que a precedeu e daquilo que a ela se seguirá. Na direção da nascente, e na direção da jusante, surge desta feita a *verdadeira* modernidade – urbana, capitalista e régia -, que somente irá se impor após as provações da Guerra dos Cem Anos”. Ressalta assim, “Pois nossa primeira modernidade não irá resistir ao seu próprio crescimento: uma terrível regressão foi, por assim dizer, a consequência do seu êxito”.

A visão mitológica do mundo é construída a partir de explicações que trazem pouco do real e, de maneira geral, que são fundamentadas em concepções religiosas e metafóricas, de tempos imemoriais, muitas vezes, trazendo concepções essencialistas da cultura e da etnicidade, representações que se refletem excludentes. De todo modo, os mitos não deixam de ser efetivos suportes de simbologias e de significações, que são tomadas culturalmente.

Em a “*História da Literatura Polonesa*”, Siewierski (2000, p. 15) destaca que, embora o passado mítico-lendário tenha sido questionado pela ciência, “o seu confronto com as verdades da história não comprometeu a sua presença e o seu reconhecimento como fonte de outras verdades”. São discursos com significações e com explicações possíveis para as necessidades de se suprir aquilo que não se pode responder sem que alguém tenha atuado na construção dessa resposta.

Um mito é uma narrativa sobre a origem de alguma coisa (origem dos astros, da Terra, dos homens, das plantas, dos animais, do fogo, da água, dos ventos, do bem e do mal, da saúde e da doença, da morte, dos instrumentos de trabalho, das raças, das guerras, do poder, etc.). A palavra mito vem do grego, *mythos*, e deriva de dois verbos: do verbo *mytheyo* (contar, narrar, falar alguma coisa para outros) e do verbo *mytheo* (conversar, contar, anunciar, nomear, designar). Para os gregos, mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que narra; é uma narrativa feita em público, baseada, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador (CHAUI, 1997, p. 32).

A narrativa mítica é discutida por Siewierski (2000, p. 15), ao analisar os mitos e as lendas pré-históricas da Polônia e sua continuidade como parte da história. O autor destaca que estes acompanham o povo polonês até hoje, atuando “como arquétipos da consciência coletiva, que constituem a identidade, servem para defini-la”. Assim, eles propiciaram e propiciam sentidos para a construção de significados sobre a nação e sua origem em um discurso ligado ao tempo imemorial.

Para além do nascimento de povos e de nações, tais narrativas também servem de suporte, por exemplo, para significar as musas criadas na mitologia grega, Clio (a História) e Mnemósine (a Memória) que, conforme Pesavento (2014, p. 7), são “seres divinos, filhos de Zeus” que “tem o dom de dar existência àquilo que cantam”. Assim, as concepções de história e de memória, também como compreensões imbricadas na perspectiva mitológica, estão situadas na civilização ocidental como possibilidades que, através de memórias individuais ou coletivas, provocadas pelas lembranças de fatos ocorridos ou narrados, dos quais participamos ou imaginamos, vivenciamos individualmente ou que nos foram repassados (HALBWACHS, 2003), precedem e condicionam a narrativa histórica, na medida em que são passíveis de reflexões e de possíveis leituras do passado, levando em conta nossas criações e

representações simbólicas culturais, articuladas à linguagem. Conforme Fialho & Boulos (2016, p. 130-131):

A linguagem é esse ser vivo que se articula em prosa ou poesia e narram histórias inspiradas pelas diferentes musas. Cada uma delas tem um papel civilizatório. Um conjunto de histórias determina uma cultura. As identidades se rendem às culturas. Renunciamos a ser quem somos para nos transformar nos heróis, segundo as histórias. Na Grécia antiga todos queriam ser Aquiles e vivenciar uma bela morte.

Conforme Fialho & Boulos (2016, p. 132), “Jung fala que o sonho é individual e o mito é o sonho coletivo”. Assim, tem-se uma primeira relação entre linguagem e cultura, entendida aqui como o conjunto de histórias com as quais um grupo de indivíduos se identifica. “identidade tem a ver com o reconhecimento de que “essas histórias” me pertencem, falam de mim, do meu povo” (FIALHO & BOULOS, 2016, p. 132). Então, para além da narrativa mítica ou do mito original, a identidade cultural nacional e a constituição da nação se embasariam em muitas outras questões a serem discutidas no texto, pautadas também no trabalho da cultura e da memória.

2.4.1 O mito fundacional da Polônia e o Sarmantismo.

A mitologia esteve muito presente entre os povos eslavos. Conforme ressalta a literatura, ainda a. C. retratavam de forma pagã o surgimento do mundo (cosmogonia) e de vários deuses (teogonia), que muito se assemelhavam a deuses gregos. Dentre estes deuses, podemos destacar a Deusa Kupala⁶² (figura 2), que, como Deusa do amor, da natureza, das águas e das flores, se assemelha à Deusa Afrodite, uma divindade polonesa que seria retomada no renascimento pelo poeta Jan Kochanowski (séc. XVI), utilizando-se da escrita em latim e depois do polonês. No entanto a narrativa mitológica que retrata a origem da Polônia, como parte do povo eslavo, recebeu de seus primeiros narradores, características voltadas para os objetivos como a exaltação da nobreza e seu lugar, ou seja, a exaltação dos sármatas nas narrativas míticas, a religiosidade em contraposição às “crenças pagãs” e, posteriormente, orientações nacionalistas.

⁶² Disponível em: Blog Cantinho dos Deuses: <http://cantinhodosdeuses.blogspot.com/2011/03/mitologia-eslava.html>. Acesso em: 15 mai. 2018.

Figura 2 – Deusa Polonesa Kupala, pintura de Gerson Wojciech, um dos principais artistas do realismo polonês.



Fonte: Blog Cantinho dos Deuses⁶³

Nessa perspectiva, a origem mitológica, já no final da Idade Média, iria trazer consigo algumas questões que seriam de importância cultural para os povos eslavos e os chamados sármatas, cuja definição que pauta a concepção de cultura e de estilo de vida, foi apresentada no século XV pelo historiador Jan Długosz em latim. Essa se faria circular através da produção literária posterior, afirmando socialmente o domínio da nobreza, e estando presente na adaptação do barroco europeu para uma versão polonesa, evidenciada de forma mais efetiva após a chegada dos jesuítas durante o século XVII, com forte presença até meados do século XVIII e depois, em certo declínio. Conforme Siewierski (2000, p. 44-45):

[...] naquela época chegou a originar uma cultura específica da nobreza, chamada “o sarmantismo”, nome derivado de “sármata” (*sauromatae*). Era com este nome que os escritores da antiguidade designavam o povo que ocupava as terras a leste do rio Don e do mar de Azov. Pompônio do século I d. C. e Ptolomeu Cláudio do século II d. C., situavam os sármatas entre os rios Volga e Vístula, ou seja, também no território da futura Polônia. Os cronistas medievais franceses e alemães também usavam os termos “Sarmatia” e “sármatas”, apesar da pouca precisão na demarcação nos mapas do *habitat* daquele povo. O primeiro historiador polonês que identificou os sármatas com os poloneses foi Jan Długosz (séc. XV). Defendendo e cultivando os valores

⁶³ Texto: *Literatura Polaca – O Barroco na Polônia*, escrito pela estudante de Estudos Eslovos, da faculdade de Letras de Lisboa/Portugal, cuja identificação (codinome) é Matrioshka. Disponível em: <http://mundoeslavo.blogspot.com/2010/03/literatura-polaca-o-barroco-na-polonia.html>. Acesso em: 13 mai. 2018

tradicionais poloneses, o amor, a liberdade, a religiosidade e o patriotismo, e resistindo às influências estrangeiras, os sármatas não deixavam também de ser cosmopolitas e a sua cultura é bastante sincrética. Enquanto a moderação dos ocidentais os irritava, ficavam atraídos pelo esplendor da cultura e as virtudes bélicas dos seus adversários orientais, turcos e tártaros, adotando seus trajes, assim como armas e os métodos de luta. [...] Na sua fase final, o sarmantismo produzirá também atitudes caricaturais de obscurantismo e xenofobia, com as quais ele será identificado e em razão das quais será severamente criticado pelos homens do Iluminismo. Porém, no final do século XVIII e no século XIX, o sarmantismo vai designar também aspectos positivos do idealizado passado heroico e guerreiro da Polônia.

O Barroco polonês traria, além de construções arquitetônicas e das obras de arte, a partir do sarmantismo, a produção e a circulação de poesias, de comédias, de dramas, de sátiras e de contos épicos e heroicos, que buscavam retratar a atuação dos poloneses em relação às tentativas de tomada de seus territórios, pelos russos, pelos cossacos, pelos suecos, entre outros, suas virtudes heroicas e religiosas. Era uma tentativa clara e efetiva de manter vivas algumas questões importantes em relação ao povo polonês, aquilo que se via como importante que fosse lembrado ou, que não fosse esquecido.

No século XIX, o romantismo consagra a pré-história mítica em obras primas da literatura, “Separando as lendas sobre a pré-história da Polônia das manifestações da megalomania nacional, o romantismo soube explorá-las, já não como fontes históricas, mas como o mito, o “nada que é tudo⁶⁴”, na busca da definição do consciente e subconsciente coletivos” (SIEWIERSKI, 2000, p. 11). Neste período as produções artísticas e culturais aconteciam com intuítos claros, mesmo na Polônia tripartida, mas, também, na diáspora.

Entre as obras do romantismo citadas por Siewierski, está a de Juliusz Slowacki (1809-1848), a qual molda a pré-história mítica de acordo com sua própria visão, a partir de outras lendas que tratavam da cultura eslava primitiva, autônoma, “vestígios do grande passado nos túmulos, nos costumes, na poesia e na memória do povo” incorporando-as à história como sua parte integral (SIEWIERSKI, 2000, p. 13). Tais construções culturais, anteriormente evidenciadas por Siewierski (2000), presentes nas narrativas míticas e literárias, também são percebidas a partir da estudiosa de eslavos e de cultura eslava, Matrioshka (2010), conforme a autora:

[...] o Sarmatismo, estilo de vida dominante, a cultura e a ideologia da *Szlachta* (classe social de nobres) na República das Duas Nações do século XVI ao século XIX. Juntamente com a Liberdade dourada formou o aspecto único da cultura da República. O historiador polaco do século XV, Jan Długosz, foi o primeiro a introduzir o termo que foi rapidamente utilizado por outros historiadores e cronistas como Marcin Bielski, Marcin Kromer e Maciej Miechowita. Outros europeus retiraram-no do “*Tractatus de Duabus Sarmatiis*” de Miechowita, um trabalho que na Europa

⁶⁴ O autor cita a definição de mito a partir do poeta Fernando Pessoa.

Ocidental era considerado a principal fonte de informação sobre os territórios e pessoas da República das Duas Nações. O nome deriva dos alegados ancestrais da *Szlachta*, os sármatas, uma confederação da maioria das tribos iranianas do Norte do Mar Negro, desalojadas pelos godos no século II, descritas por Heródoto de Halicarnasso no século V a.C. como os descendentes dos citas e das amazonas. Após muitas permutações, isto fez surgir a lenda de que os polacos eram os descendentes dos antigos sármatas, uma tribo guerreira originária da Ásia e que mais tarde se reorganizou no nordeste da Europa. Esta crença tornou-se uma parte importante da cultura da *Szlachta*, penetrou em todos os aspectos de sua vida e serviu para diferenciar a *Szlachta* polaca da nobreza ocidental (cuja *Szlachta* se chamava *Pludracy*) e seus costumes. O conceito sármata serviu de culto à igualdade entre todos os membros da *Szlachta*, as tradições, o costume de andar a cavalo, a vida rural provinciana, a paz e o pacifismo, popularizou o uso de vestimentas e visual oriental (*żupan, kontusz, pas kontuszowy, delia, szabla*), serviu para integrar a multi-étnica nobreza ao criar um sentimento quase nacionalista de unidade e orgulho da política de Liberdade dourada da *Szlachta*. Na sua forma inicial e idealizada o Sarmatismo pareceu ser um bom movimento cultural: incentivou a crença religiosa, a honestidade, o orgulho nacional, a coragem, a igualdade e a liberdade. Contudo como qualquer doutrina que coloca uma classe social sobre as demais acabou por modificar-se com o tempo. Por último, o Sarmatismo transformou a crença em intolerância e fanatismo, a honestidade em ingenuidade política, o orgulho em arrogância, a coragem em teimosia e a liberdade em anarquia. O Sarmatismo, que evoluiu durante o Renascimento e se fortificou durante o Barroco polaco, achou-se em oposição ao Iluminismo na Polónia. Quando na segunda metade do século XVIII a palavra Sarmatismo fez a sua reaparição, o seu significado era decididamente negativo. Sarmatismo funcionava como sinónimo de uma mente retrógrada e ignorante e como um rótulo desprezível para os adversários políticos de Stanisław August Poniatowski, o rei das reformas: a provincial e tradicionalista intolerante *Szlachta*. Tais significados surgiram primeiramente no jornalismo e depois em trabalhos literários. Os escritores do Iluminismo trataram as implicações políticas e culturais do sarmatismo como um conveniente alvo para críticas e escárnio. O “Jornal Monitor”, periódico de cunho reformista patrocinado pelo Rei Poniatowski, usava o termo de maneira pejorativa e assim fez Franciszek Zabłocki nas suas comédias, como na sua peça “*Sarmatyzm*” (Sarmatismo), de 1785. Uma reabilitação do Sarmatismo e da antiga *Szlachta* começou durante o romantismo polaco, um tempo de revoltas militares e recordações associadas a eles, que com isso ajudaram na reabilitação do Sarmatismo, com seu culto à coragem e à bravura militar. Isto ficou especialmente evidente durante e depois da Revolta de Novembro. O género de “*Gawęda szlachecka*” (A história de um nobre) escrito por Henryk Rzewuski está muito associado à reverência do espírito sármata. Visível no messianismo polaco e nas obras de grandes poetas polacos como Adam Mickiewicz “*Pan Tadeusz*”, Juliusz Słowacki e Zygmunt Krasiński, bem como escritores (Henryk Sienkiewicz e a sua “*Trilogia*”), em geral, o romantismo polaco está em dívida com a história da Polónia de uma forma não observada nos outros países europeus, onde o contraste entre o passado glorioso e a miséria presente não foi citado, ou não existiu de facto.

O sarmantismo presente nos mitos eslavo-poloneses, cujas narrativas são portadoras de discursos e sentidos ao longo da história polaca, estaria também na narrativa mítica de sua chegada à região da Europa, na formação da família nobre fundadora dos povoados formados pelos povos eslavos, a partir de tribos migrantes, cuja expulsão pelos godos, no século II é narrada por Heródoto. A chegada dos eslavos através do mito fundacional é narrada no trecho abaixo, por Ulisses Iarochinski. O autor desvela de forma lendária o surgimento de três povos eslavos que constituiriam nações, entre elas, a nação descrita pelo autor como “*Nação Polaca*”.

[...] eram três irmãos eslavos: *Lech*, *Czech* e *Rus*. Esses três aventureiros empreenderam uma longa viagem. Após exaustiva caminhada, resolveram descansar. Foi quando *Lech* avistou nas proximidades, um ninho com aguiotos brancos. Exclamou instintivamente: “Isso aqui é um sinal de que devo estabelecer-me por aqui com a minha família”. Seus dois irmãos prosseguiram a caminhada. *Czech* tornou-se pai dos Checos; e *Rus*, o pai dos Russos. *Lech*, porém com a sua comitiva preferiu fixar-se, definitivamente, a pequena distância do ninho das águias brancas, fundando a cidade de *Gniezno*. A palavra *Gniezno* deriva de *gniazdo* que quer dizer ninho. *Lech* escolheu para brasão de sua família a Águia Branca e passou a ser considerado o pai da Nação Polaca (IAROCHINSKI, 2000, p. 16).

A mesma lenda, acima retratada por Iarochinski (2000), é também citada por Siewierski (2000), Dill (2007), entre outros, sempre com algumas variações e adaptações. Siewierski (2000) destaca a transmissão oral dessas narrativas que perpassam séculos de não popularidade da escrita, até alcançar os primeiros cronistas. O passado das tribos recém-unificadas entre os rios Oder, Vístula e Bug era bem diferente daquele dos povos que faziam parte do império romano e a sua cultura, suas divindades, seus mitos gravados apenas na memória popular, porém, em comum, tinham a percepção de que a memória das próprias origens não podia se perder completamente. Através da transmissão oral, ela alcança os primeiros cronistas, reivindicando o seu lugar na história, na poesia e nos processos de formação da consciência e de identidades coletivas (SIEWIERSKI, 2000).

Os primeiros dois cronistas que registram a lenda estão referenciados durante a Idade Média. Estes trazem, através da forma escrita, *Lech*, *Czech* e *Rus* para o cenário, como pais fundadores dos três povos eslavos, tendo a águia como símbolo da Polônia: “um estrangeiro chamado Gallus Anonimus (séc. XII) e um bispo de Cracóvia, Wincenty Kadlubeck (séc. XIII)” (SIEWIERSKI, 2000, p. 9). Porém, isso teve maior repercussão, no século XV, quando, conforme Mazurek (2016, p. 30), foram publicadas as acima já referenciadas *crônicas* de Jan Długosz (1415-1480), “*uma História da Polônia desde os tempos pré-históricos e lendários*”, cuja obra foi escrita em latim.

Nestas narrativas lendárias, *Lech*, ao ser considerado o pai da nação polaca, lega aos seus descendentes o pertencimento, que articulado em uma “narração da origem” produz efeitos na cultura polonesa. Esta “é, assim, uma genealogia, isto é, narrativa da geração dos seres, das coisas, das qualidades, por outros seres, que são seus pais ou antepassados” (CHAUÍ, 1997, p. 32).

A partir destas narrativas que colocam *Lech* como “pai fundador”, as gerações que se seguiriam foram suas descendentes e, a Polônia como povo, nascia na cidade de *Gniezno*, o ninho das águias brancas e seu berço mitológico. A águia branca é o símbolo principal da

Polônia ainda hoje e está estampada em sua bandeira. Posteriormente, seu descendente *Popiel* seria o rei de *Gniezno*, sucedido pelo camponês *Piast*, origina a dinastia Piast, cuja sequência de reinados teve seu início.

Até o século XVIII, a pré-história lendária fazia parte integral da história da Polônia e a sua veracidade raramente era questionada. Mas mesmo na Época das Luzes quando a historicidade dos protoplastas eslavos chegou a ser contestada, não lhe faltaram defensores (SIEWIERSKI, 2000, p. 10).

Entre estes defensores, acima mencionados, estava Józef Aleksander Jablonowski, que situava “A chegada de *Lech* à Polônia por volta do ano 550”, e Augustyn Koludzki, cuja obra “começa a história da Polônia a partir do Jafet Bíblico, que após o dilúvio ocupou as terras da Europa e da Ásia Menor, e cujos descendentes tardios foram os irmãos *Lech* e *Czech*, príncipes eslavos” (SIEWIERSKI, 2000, p. 10).

A narrativa mítica de forma generalizante, além de outras questões já mencionadas, ressalta a ligação étnica com os demais povos eslavos e, também, as relações interétnicas. Estas questões estão presentes de forma explícita em narrativas como a mítica de Adam Mickiewicz⁶⁵, este, já sob as influências nacionalistas, patrocinado por um aristocrata polonês, viveu em Paris e participou da organização das legiões polonesas na Itália, durante o século XIX escreveu narrativas como a destacada na obra de Siewierski (2000, p. 14), através de trechos em que apresenta: ainda antes da dinastia Piast “uma mulher, que prefere morrer como uma vítima do amor pela pátria a desposar um alemão⁶⁶”. Em seguida, fala do rei Popiel, um rei mau que renegou seus ancestrais e foi devorado pelos ratos. Os “*Livros da nação e da peregrinação polonesa (1832)*” se tornaram um catecismo dos emigrantes poloneses, Adam propunha uma reza pela “guerra universal, pela liberdade dos povos” (SIEWIERSKI, 2000, p. 85).

Também no século XIX destaca-se o poeta do romantismo polonês Juliusz Slowacki, publica alguns poemas épicos. Slowacki é enviado pelo Governo Nacional Polonês para Londres e Paris, com o intuito de estar em articulação nacional junto com os emigrantes, e, assim como Adam, também colabora com o Comitê Nacional Polonês em Poznan (SIEWIERSKI, 2000, p. 88). Somado a muitos outros escritores, musicistas e artistas do

⁶⁵ Adam Mickiewicz publicou poemas como “A Mãe Polaca” que teria influenciado o brasileiro Castro Alves em “A Mãe do Cativo”, tomando em ambas as aspirações por liberdade.

⁶⁶ A relação conturbada com os germânicos acompanha os eslavos desde tempos imemoriais. Renan (1997, p. 168) relata que Wiltzes e Obotritas (tribos eslavas) foram vítimas de massacres e vendas em massa na dinastia dos imperadores otônianos do Sacro Império Romano Germânico, em meados do século X.

período, entre eles Frederic Chopin, todo esse trabalho literário e artístico tangiam a visão de seu papel em manter o nacionalismo e a cultura vivos. Para Siewierski (2000, p.89):

No espelho da história o mito perde as suas cores. Mas a história sem mito também é pálida. O mito ilumina as trevas do passado, mas ele pode também obscurecê-las ainda mais. Os românticos costumavam conciliar o mito com a história, sabendo que são como asas, indispensáveis para a viagem ao passado.

Porém, tais narrativas giravam em torno de uma supremacia da nobreza e de um passado heroico, cuja cultura específica era delineada pelo sarmantismo. Estas definições culturais delineavam aquilo que os congregava como povo e se revelavam conservadoras em muitas questões. Dessa forma, o sarmantismo fez parte dos “sentidos sobre a nação” (HALL, 2006, p. 51) adotados pelos poloneses. Conforme o autor, “Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”.

A doutrina dos sacerdotes era simbólica, no sentido em que nela coincidiam signo e imagem. Como testemunham os hieróglifos, a palavra desempenhava originariamente também a função de imagem. Essa função passou para os mitos. Tanto os mitos quanto os ritos mágicos visam à natureza que se repete. Ela é a essência do simbólico: um ser ou um processo que é representado como eterno, por dever sempre converter-se novamente em acontecimento, no perfazer-se do símbolo. Inesgotabilidade, renovação sem fim, permanência do significado, não são apenas atributos de todos os símbolos, mas seu verdadeiro teor. As narrativas da criação em que o mundo sai da mãe primígena, da vaca ou do ovo, são simbólicas em oposição à gênese judaica (HORKHEIMER & ADORNO, 1983, p. 99).

Temos, a partir de Anderson (2008), os sistemas culturais; nestes, os símbolos eram presentes nos ritos e nas imagens religiosas e dinásticas e, no caso da Polônia, o sarmantismo, como parte destes sistemas culturais e das representações discursivas. Assim, o sarmantismo - como uma cultura da nobreza pode se olhado em uma perspectiva evidenciada a partir de Martins (2007), em que “cultura é poder”. Dembicz & Kieniewicz (2001, p. 23), em relação ao mito que dava base ao sarmantismo, afirmam: “Nesse mito distinguia-se o sentimento da superioridade oriunda da condição estamental, mas não étnica ou religiosa”.

São demarcações que se seguiriam ao longo da história, ou de forma inquestionável pelo menos até o Iluminismo, quando se inseriram as ideias progressistas que tentariam dar mais amplitude e possibilidades de participação e intervenção política aos cidadãos, ao povo e à nacionalização das massas, e tratariam com desprezo o sarmantismo e seu viés conservador.

Diferente dos gregos e dos romanos, “a pré-história mítica da Polônia não originou nenhuma epopeia codificada”. Mas, “ela constitui um *epos* dividido nas inúmeras vozes de poetas e escritores que, ao longo dos séculos, testemunharam a necessidade de procurar

origens além da história, de ancorar o seu aqui e agora no chão sempiterno do mito” (SIEWIERSKI, 2000, p. 9).

Embora a distância do teor épico e mítico em relação às chamadas civilizações clássicas, não podemos desconsiderar a presença do mito na historiografia que trata do nascimento da Polônia como povo e como nação, cujo trabalho de poetas e literatos de uma camada letrada é efetivo nesta construção, evidenciando nesta memória das origens, traços simbólicos das identidades étnica, cultural e nacional imaginadas, e demais questões imbricadas à história da Polônia.

Hall (2013, p. 32), ressalta “o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado à nossas vidas e dar sentido à nossa história”. No entanto, não deixamos de atentar para o fato de que, para o autor:

Os mitos fundadores são, por definição, transistóricos: não apenas estão fora da história, mas, são fundamentalmente a-históricos. São anacrônicos e têm a estrutura de uma dupla inscrição. Seu poder redentor encontra-se no futuro, que ainda está por vir. Mas funcionam atribuindo o que predizem à sua descrição do que já aconteceu, do que era no princípio. Entretanto, a história como flecha do Tempo, é sucessiva, senão linear. A estrutura narrativa dos mitos é cíclica. Mas dentro da história, seu significado é frequentemente transformado.

Assim, a narrativa mítica, rememorada e emergida através da oralidade, repassada de geração em geração, associada a outros elementos que compõem as culturas eslavas e polonesas, reverbera-se como suporte de possibilidades de significação. Para os escritores do romantismo, uma espécie de ontologia da nação que está presente nos contextos coletivos, durante o período tido como pré-histórico⁶⁷ da Polônia e, posteriormente, retomada em outros momentos e contextos em que se reafirma como traços de cultura.

Não perdendo de vista o acima mencionado e retomando Siewierski (2000), a narrativa mítica possui “sua continuidade como parte da história que acompanha o povo polonês até hoje”, e foi retomada após as suas primeiras veiculações na Idade Média e, depois, nos movimentos culturais, políticos e filosóficos (na ordem), como o Renascimento, o Barroco, o Iluminismo, o Classicismo, o Sentimentalismo e o Romantismo. Estas narrativas foram retomadas fortemente com a perda da independência e, após a reunificação, fizeram parte de uma série de medidas relacionadas à ação didática relacionada à identidade nacional e sua popularização, geralmente no entendimento essencialista de manutenção da cultura e da narrativa nacional.

⁶⁷ A definição pré-história, na divisão histórica está alinhada ao período anterior à escrita. No entanto, autores como Siewierski (2000) se utilizam desta mesma definição para identificar o período anterior ao uso da escrita na Polônia.

Conceber o nascimento pré-histórico da nação através da narrativa mítica fez com que uma memória coletiva fosse reificada no decorrer dos séculos e que algumas simbologias obtivessem reconhecimento na diferença, perdurando como parte da imaginação e da cultura nacional ainda na contemporaneidade, entre elas, a águia branca. Este símbolo esteve presente em distintos espaços, tanto nas instituições polonesas, quanto naquelas criadas na diáspora, como demarcação de pertencimento.

Essencialmente, no processo histórico sobre o qual dissertamos neste capítulo, se sobressaem, entre as questões discutidas, o enfraquecimento gradual dos sistemas culturais e a divisão interna, cuja perspectiva: progressistas *versus* católicos, o primeiro caracterizado principalmente a partir do debate iluminista e progressista-liberal e, o segundo, como herança da comunidade religiosa e da identidade cultural da nobreza-sarmantismo. Com a territorialização e a ascensão do nacionalismo cultural, são gradualmente colocadas em prática delimitações da comunidade imaginada, que, configurada em um contexto cultural e etnicamente heterogêneo, busca construir definições culturais e narrativas da nação.

Qual a relação deste contexto histórico com nosso estudo? Anderson (2008) admite certa continuidade cultural em relação às culturas e identidades, mas, na imaginação e na adesão subjetiva. Na diáspora, a partir de (re)construções culturais e identitárias, a referência ao lugar de origem e às questões simbólico-culturais se manteve, em alguma medida, como autoatribuições territorializadas ligadas a uma comunidade imaginada nas representações, na dinâmica das formações culturais e de processos de sociabilidade, entre eles aqueles dados a partir da União das Sociedades *Kultura* e *Oswiata*, as quais são estudadas nesta construção.

3 – RESISTÊNCIAS E INSURREIÇÕES SOB O CONTEXTO DO IMPERIALISMO E NACIONALISMO OFICIAL NA POLÔNIA TRIPARTIDA, IDENTIDADE ÉTNICO-CULTURAL, DIÁSPORA E REUNIFICAÇÃO.

Neste capítulo, trataremos sucintamente das questões que envolvem o contexto da Polônia tripartida e dos conflitos de representações culturais em jogo nesses espaços dos distintos domínios. Estão entre estas, às questões de ordem econômica e demográfica, que, somando-se as demais, são motivações para que a emigração, assim como as subversões, as fugas, os movimentos culturais e os políticos populares, entre eles os camponeses, tratados por Mazurek (2016)⁶⁸, surjam como estratégias culturais e identitárias. Os poloneses empreendem a emigração em massa durante os séculos XIX e XX, cuja perspectiva migratória, situamos em uma abordagem teórica da diáspora, pensada a partir de teóricos como Tölölyan (2017), Cohen (2005) Hall (2006, 2013), Bauman (2005, 2012) Haesbaert e Porto-Gonçalves (2003, 2005), entre outros.

Com a tripartição e a convivência com diferentes culturas e nacionalismos, desvela-se entre os poloneses um contexto de acirramento de resistências culturais e étnicas e de atitudes nacionalistas que, no contexto do período, estão em plena ebulição e se processam com vigor em meio às imposições e submissões, as mais diversas, empreendidas pelos responsáveis pela tripartição da Polônia durante o século XVIII (Prússia, Áustria e Rússia) e suas políticas imperialistas. Neste processo, a partir de Hobsbawm, “o nacionalismo como uma das elaborações ideológicas da “idéia de nação”, é, desta forma, indiscutivelmente o promotor da etnicidade” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 54). Por parte dos invasores, pensava-se na subordinação cultural, econômica e territorial, com a fusão entre império e nação. Tais condições acentuam contradições e contrastes entre grupos étnicos e a natureza dinâmica da identidade étnica (BARTH, 1969).

O nacionalismo polonês uma vez conhecido pelo povo polonês, somado ao desenvolvimento do capitalismo e às mudanças empreendidas pelas reformas, levou à tomada de distintas atitudes por parte desse contingente então sob o domínio “estrangeiro” e a imposição do nacionalismo oficial pelos imperialismos invasores nos distintos domínios. Nesse viés, Anderson (2008) ressalta as estratégias do período, como a relação entre imperialismo e nacionalismo oficial.

⁶⁸ O autor justifica a necessidade de que estes movimentos sejam tratados na historiografia, até então mencionados de forma marginal, mas, cujos papéis foram relevantes tanto em relação à resistência cultural, quanto à emigração e a posterior “ação colonizadora”.

Sob este contexto, a diáspora é vista pelos poloneses como uma possibilidade de maior liberdade para exercer identidades e comunidades culturalmente imaginadas, além, de fugir da servidão e adquirir suas próprias terras. Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 287) destacam “as relações entre nacionalismo, imperialismo, imigração, e, mais especificamente, como determinadas circunstâncias culturais e políticas fomentaram a identidade étnica na América”.

Partindo destas questões, nossa narrativa histórica busca recuar e situar, a partir de uma visão mais ampla, como o contexto da exploração socioeconômica e a permanente resistência às imposições culturais e às políticas dos conquistadores, na perspectiva do imperialismo e do nacionalismo oficial, desvelaram-se resposta contrária às tentativas de inserção ideológica nacionalista e étnica e fomento à emergência de nacionalismo e das identidades. Ressaltando que, nesse processo, cada império dominante, e aí a região de dominação, possuía suas especificidades em relação à religiosidade, à cultura, à política, à economia e ao ensino escolar. Estas marcas são fatores importantes a serem considerados e produzem diferenças em relação aos traços de representações culturais e identitárias transportadas com os migrantes que chegaram ao Brasil entre os séculos XIX e XX.

3.1 IMPERIALISMO E NACIONALISMO OFICIAL, CULTURAS E IDENTIDADES NA POLÔNIA TRIPARTIDA.

Considerando os distintos povos reunidos sob os “tetos” dos imperialismos, Anderson (2008, p. 127) destaca:

No decorrer e, principalmente, na segunda metade do século XIX, a revolução filológico-lexicográfica e o surgimento de movimentos nacionalistas na Europa, frutos não só do capitalismo, mas da elefantíase dos estados dinásticos, foram criando várias dificuldades culturais, e, portanto, políticas para muitas dinastias. Pois, como vimos, a legitimidade fundamental da maioria delas não tinha nada a ver com uma condição nacional.

Tratou-se muito mais de uma construção desenvolvida relacional e situacionalmente de territórios étnicos e culturais. Para Wachowicz (1970, p. 12) entre os poloneses, há um contexto de autoconscientização da polonidade ameaçada, assim, “para defenderem-se da influência da cultura germânica e russa, os poloneses criaram um conceito de valores nacionais destinados a contrabalançar e neutralizar os valores estranhos à própria cultura” esta, conforme o autor, “grandemente ameaçada desde a perda de sua independência e consequente ocupação”.

Anderson (2008, p. 128) ressalta que, inicialmente, “essas dinastias, em ritmos variados, tinham instituído certos vernáculos impressos como línguas oficiais, para finalidades essencialmente administrativas”. Assim, a escolha da língua com a qual os grupos concentrados nos domínios do império se comunicariam foi ligada as suas conveniências ou heranças inconscientes. Essa condição, “criou e aos poucos difundiu a convicção de que as línguas (pelo menos naquele continente) eram, por assim dizer, propriedades pessoais de grupos muito específicos – seus leitores e falantes diários”. Desse modo, conforme o autor, “esses grupos, imaginados como comunidades, tinham o direito de ocupar uma posição autônoma dentro de uma confraria de iguais”. Porém, havia diferenças entre os distintos impérios, os povos a eles subordinados e as atitudes tomadas com o passar do tempo.

Durante o século XIX, Anderson (2008, p. 129) destaca que, “na medida em que todas as dinastias, na metade do século, estavam usando *algum* vernáculo como língua oficial”, associado também “ao prestígio que a idéia nacional vinha conquistando rapidamente em toda a Europa, houve uma tendência visível entre as monarquias euromediterrâneas de passar a adotar uma identificação que fosse atraente”. Sendo assim, “os Romanov descobriram que eram grão-russos, os Hanoverianos descobriram que eram ingleses, os Hohenzollern, que eram alemães”, “essas novas identificações escoravam legitimidades”.

[...] Sustentamos que, a partir dos meados do século XIX, dentro da Europa desenvolveram-se “nacionalismos oficiais”, na expressão de Seton-Watson. Esses nacionalismos eram historicamente “impossíveis” antes do surgimento de nacionalismos linguísticos populares, pois, no fundo, foram *reações* dos grupos de poder – sobretudo, mas não exclusivamente, dinásticos e aristocráticos – ameaçados de exclusão ou marginalização nas comunidades imaginadas populares. [...] Tais nacionalismos oficiais eram políticas conservadoras, para não dizer reacionárias, adaptadas do modelo dos nacionalismos populares, em larga medida espontâneos, que os precederam (ANDERSON, 2008, p. 128).

De modo geral, a escolha pelo vernáculo oficial em cada um dos domínios aconteceu, porém, com a possibilidade de que as línguas faladas pelas comunidades imaginadas que os compunham fossem mantidas, o que, aos poucos, foi dificultando a coesão nas tentativas de fundir império e nação, uma vez que a língua carrega consigo um sistema de representações.

Conforme Anderson (2008, p. 129), no caso do império Austro-Húngaro (Dinastia Habsburgo), o alemão era a língua oficial, porém, mesmo com a adoção da política de germanização por alguns dos imperadores, estas medidas não estavam voltadas para “nenhum ponto de vista nacionalista, e as suas medidas eram ditadas pelo objetivo de unificação e universalismo dos seus impérios”, mas, nem todos os seus imperadores eram falantes do alemão. Conforme Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 273): “Antes de existir o império

Austro-Húngaro, havia o império austríaco, no qual a dinastia Habsburgo controlava territórios de populações camponesas servis compostas por tchecos, Eslovacos, Húngaros, Alemães ou Austríacos”. Ressaltam que, “Com o insuflor dos ventos liberais das primeiras décadas do século XIX e com a vitória prussiana sobre a Áustria, esta foi obrigada a aceitar a Hungria como parceira do poder, o que deu origem à “Áustria-Hungria” em 1867”. “[...] Neste período, a monarquia foi levada a fazer concessões como igualdade civil, liberdade de expressão e educação secular” (ANDERSON, 1995).

A constituição de 1867, ao trazer concessões às múltiplas populações do império, rendeu à Galícia autonomia territorial e direitos aos poloneses, como um controle de facto da região e suas divisões. O sistema educacional mudou a língua de ensino do alemão para o polonês (incluindo a “polonização” das universidades de Lwów e Cracóvia); os poloneses detinham a maioria absoluta no recém-criado Galizischer Landtag (parlamento regional da Galícia), em Lwów. Foi consolidado o círculo polonês (Polenklub) no Reichsrat Federal em Viena, de forma que o ministro da Galícia foi sempre polonês, além de os deputados poloneses terem um papel destacado no Abgeordnetenhaus (câmara dos deputados) em defesa dos interesses da sua nacionalidade. A língua polonesa foi usada na administração e em todos os assuntos públicos, exceto para assuntos militares e na companhia ferroviária nacional. Anos depois, o polonês é introduzido nas cortes e departamentos civis (DVORAK, 2013). Uma das consequências de maior poder polonês na vida pública da Galícia foi, por outro lado, provocar o ressentimento dos ucranianos (LUKOWSKI, ZAWADZKI, 2002, p. 167).

Já na parte prussiana, conforme Anderson (2008, p. 129), “na segunda metade do século XIX, o alemão foi adquirindo cada vez mais uma dupla condição: “imperial-universal” e “nacional-particular””. Isso se deve à importância dada para as questões étnicas, linguísticas e raciais⁶⁹ que estavam sendo colocadas na relação com a nação. Sendo que os germano-prussianos também optaram pelo alemão e proibiram o uso da língua polonesa, as escolas e as práticas católicas. Nesse sentido, muitas crianças polonesas passavam a receber a alfabetização em casa.

Devido à condução diferenciada no domínio austro-húngaro, é comum na historiografia polonesa a afirmação de que a imposição nacionalista oficial teria tido efetividade mais branda neste território, o que facilitava o funcionamento de escolas polonesas com aulas em vernáculo e a existência de associações nacionalistas polonesas e entidades religiosas e recreativas, sobre as quais desenvolveremos no próximo subtítulo. Conforme Sirkis⁷⁰ (1983, p. 126):

⁶⁹ As raças inicialmente definidas a partir de questões biológicas, aos poucos, passaram a ser tratadas como construções culturais.

⁷⁰ Alfredo Sirkis é um repórter brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, filho de pais nascidos na Polônia, que emigraram para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Sirkis é repórter e escreveu o livro “Corredor Polonês” de forma a referenciar na narrativa, sua própria trajetória a partir de várias viagens à Polônia e narrativas de seus

A opressão mais benigna era a do sul, a dos austríacos instalados em Cracóvia e na Silésia. Os austríacos eram católicos, como os poloneses, e não reprimiam o uso do idioma polaco nem o culto apostólico romano. Quanto aos outros ocupantes, desde a partilha do Congresso de Viena se empenhavam em eliminar a própria identidade nacional polonesa, tratando quer de germanizar, quer de russificar a Polônia tanto em termos de idioma (proibição do ensino em polonês nas escolas etc.) quanto em termos de religião. Junto ao soldado prussiano vinha o pastor luterano, e nos calcanhares do cossaco, o *pope* ortodoxo. [...] Sobre o norte pomerano e báltico reinava o *Kaiser* alemão.

Já nos domínios prussiano e russo, estas afirmações diferem um pouco, mencionando que, aos poucos, as restrições e a *despolonização* foram se tornando cada vez mais severas. Anderson (2008) retrata que a política do czarismo russo contra os poloneses e a política da Prússia contra os mesmos acentuou o caráter “oficial” e revelou a conexão entre o reacionarismo e o nacionalismo oficial. Ao mesmo tempo, à medida que o nacionalismo oficial tentava ser imposto, tanto mais se acirravam as emergências dos movimentos nacionalistas culturais e populares por parte de uma população culturalmente polonesa, que se percebia afrontada. Em meio aos nacionalismos, fortaleciam-se as reivindicações culturais das comunidades culturalmente imaginadas.

Para Bauman (2012, p. 44), “não se pensa em identidade quando o “pertencimento” vem naturalmente, quando é algo pelo qual não se precisa lutar, ganhar, reivindicar e defender;” ou, conforme o autor, “quando se “pertence” seguindo apenas os movimentos que parecem óbvios simplesmente pela ausência de competidores”. Nesse sentido, a luta pelo pertencimento também se contextualiza a partir das condições históricas, culturais, políticas e econômicas. Para Liv Sovik (2013, p. 16), “a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada”. Ou seja, não se tratou de um essencialismo a ser mantido em meio a um contexto tão diverso, mas da afirmação da diferença que os unia como grupo.

O pertencimento nacional resulta das vinculações conscientes e subjetivas às comunidades imaginadas, desenvolvidas com a inserção da consciência nacional, acessada inicialmente pela sociedade letrada, ou seja, dessa forma, os conflitos no contexto de dominação relacionaram-se às imposições simbólicas e representativas do “outro” em detrimento daquelas que definem a comunidade imaginada. Então, não se trata, em essência, da efetivação de interesses comuns ligados, por exemplo, a disputas de classe ou de capital, embora essas questões também estivessem presentes e fossem motivações para movimentos

pais. Conforme o jornalista Alberto Dines (*In Memoriam*) no prefácio do livro: “Na vontade de entender o que não estava visível, mas é palpante, no impulso de buscar aquilo que não aparece, mas, está subjacente em cada um de nossos atos”.

populares e de emigração. Pensando a questão a partir de uma abordagem contemporânea:

La política de identidade há sido una de las estrategias prioritarias de los grupos y colectivos que se dedican a combatir estos sistemas de dominación. Consiste en una serie de acciones que buscan reafirmar una subjetividad contextualizada en los efectos de ecos históricos tales como la colonización y la esclavitud [...] (CURIEL, 2003 a, p. 1).

Embora não se trate necessariamente de uma política de identidade por parte dos poloneses, mas, de uma reação do direito à diferença, em relação às identidades modelares a eles impostas através do nacionalismo oficial. Assim estavam pautadas algumas ações que foram efetivadas, voltadas para a realidade em que se encontravam.

Neste processo, o nacionalismo oficial é a tentativa de naturalizar as dinastias. Anderson (2008, p. 131) cita como exemplo a russificação czarista. Conforme o autor,

Esses “nacionalismos oficiais” podem ser explicados como uma maneira de combinar a naturalização e a manutenção do poder dinástico, em especial sobre os imensos domínios políglotas amealhados desde a idade média, ou, dizendo de outra forma, de esticar a pele curta e apertada da nação sobre o corpo gigantesco do império. Assim, a “russificação” do conjunto heterogêneo de súditos do czar representava uma solda violenta e consciente de duas ordens políticas opostas, uma antiga, outra totalmente nova. [...] Os conquistadores culturais do império czarista do final do século XIX estavam agindo com um maquiavelismo autoconsciente [...]. A chave para situar o “nacionalismo oficial” – a fusão deliberada entre a nação e o império dinástico – é lembrar que ele se desenvolveu depois, e em reação aos movimentos nacionais populares que proliferavam na Europa desde os anos 1820.

Na parte de domínio russo, a perspectiva da russificação, a partir do nacionalismo oficial, veio de forma mais intensa no final do século XIX. Conforme Anderson (2008, p. 132), “foi apenas sob o reinado de Alexandre III (1881-94) que a russificação se tornou uma política dinástica oficial: muito depois do surgimento do nacionalismo ucraniano, finlandês, leto e outros dentro do império”, ou seja, a percepção dos movimentos populares e nacionais destes grupos fez soar o alarme para que investimentos fossem voltados nesse sentido e de forma mais efetiva.

Conforme destaca Hroch (2000, p. 97), a imposição do russo como língua oficial tinha o intuito de reelaborar as muitas questões ligadas à cultura e à identidade. Então, pensando na adesão à língua oficial, organizaram dicionários, escolas e gramáticas oficiais, poemas épicos, entre outros, no fortalecimento do mercado editorial. No entanto, nem sempre este movimento de tentativa de construção da consciência nacional por essa via funcionou efetivamente. No caso da Rússia, por exemplo, Anderson (2008, p. 118) destaca que “quase 98% da população era analfabeta, sendo que as “classes leitoras” consistiam em pessoas de certo poder”, conforme o autor, “para além das velhas classes dominantes da nobreza e da pequena nobreza

rural, dos cortesãos e dos religiosos, eram as novas camadas médias e plebeias de pequenos funcionários e profissionais liberais, e ainda a burguesia mercantil e industrial”. De modo geral, conforme Anderson (2008, p. 150) “as alavancas políticas do nacionalismo oficial” seriam,

[...] “O ensino primário obrigatório sob o controle do estado, a propaganda estatal organizada, a reescrita oficial da história, o militarismo – aqui mais como espetáculo do que como realidade – e os intermináveis discursos pela afirmação da identidade dinástica e nacional”.

Para Montserrat Guibernau (1997, p. 81), “do século XIX em diante, a difusão da educação foi fundamental na configuração da consciência nacional”. Assim, entre as medidas estabelecidas em prol da russificação e germanização, esteve o uso obrigatório do russo e do alemão nas escolas e universidades. Assim, foram comuns casos como o de Sara, destacado por Sirkis (1983, p. 31) ao falar da aldeia de Pinsk, pertencente à Rússia:

Quando do nascimento de Sara, o idioma oficial na cidadezinha era o russo, a autoridade religiosa o *Pope*, e os retratos na sala de aula, do Czar Nicolau II. O polonês, idioma da maioria dos habitantes, sobrevivia confinado à intimidade dos lares, aos sussurros nos bancos das igrejas. Mas Sara vinha de uma família judia, era filha de rabino. Em casa falava iídiche, russo na escola. Só aprenderia polonês depois da grande guerra [...].

Muitos judeus se tornaram etnicamente poloneses, sob a identificação hifenizada - judeu-polonês. O trecho acima emergiu tanto a desarticulação identitária por parte do invasor, quanto da resistência na subversão e do fato que o pertencimento não estava estritamente vinculado ao uso da língua polonesa, ao que segue: “a primeira filha de sara nasceria de seu casamento com Binek⁷¹, com traços eslavos, mas judeu, serviu no exército nacionalista do marechal Pilsudki e lutou pela independência do país contra alemães e russos, se considerava tão polonês quanto qualquer católico” (SIRKIS, 1983, p.32).

As simbologias ligadas à questão nacional foram definidas a partir de narrativas que continham representações culturais, sendo que a escola foi decisiva para a circulação e a subjetivação destas representações alinhadas na perspectiva do nacionalismo oficial. Guibernau (1997, p. 80) relembra que a:

⁷¹ Conforme Sirkis (1983, p. 33), em outro momento na campanha de Pilsudski, Binek viria a sofrer ofensas e acusações, culpando os judeus pela situação da Polônia, porém, ele se defendeu através da seguinte fala: “Me perdoe, senhor major, mas eu mesmo sou de confissão mosaica e essas feridas – abre a camisa – foram no campo de batalha, lutando pela Pátria”. Em seguida, destaca o pensamento do major “Também, como adivinhar que aquele senhor de aparência tão nobre, tão católico-polaca, com uma filha tão lourinha, pudesse ser um judeu?”.

[...] Prússia do século XIX, em que Bismarck expandiu o sistema escolar prussiano nas regiões polonesas de Poznan e Silésia, e só permitia a língua alemã como veículo da instrução. Ao mesmo tempo, os russos estavam procurando uma política semelhante, concentrada na igreja ortodoxa e até haviam se envolvido numa campanha de eliminar a língua e a cultura polonesas reprimindo ativamente a igreja católica, proibindo as escolas particulares e estabelecendo escolas do estado russo.

Conforme Kreutz (1991, p. 36-37), “já ao iniciar a segunda metade do século XVIII se começou a ver, em alguns setores da sociedade, a educação sob o prisma político-social”. O autor destaca que “foi na Alemanha que surgiu primeiramente esta perspectiva, em que se realçava a responsabilidade do estado na educação” e que esta deveria ser levada às massas. Sob as influências de pensadores como Fichte, Schiller e Pestalozzi, a Prússia reorganizou toda a educação, inserindo escolas públicas durante o século XIX. Kreutz (2001, p. 37) destaca que o “estado da Prússia incorporou as novas idéias pedagógicas e político-sociais do nacionalismo na formação dos professores para suas escolas elementares”. Ressalta ainda, que estabeleceu ações como, a “reforma de Humboldt, em 1809, correspondia a este ideal liberal e nacionalista”.

Sob o domínio imperialista, perpassados pelo nacionalismo oficial e, contrariando os objetivos destes, os poloneses, no geral, descobriam-se cada vez mais etnicamente poloneses e os movimentos nacionais populares foram organizados em bases diversas que apontavam para o fortalecimento de diferentes nações dentro dos impérios. O fato é que o nacionalismo oficial surgiu como uma máscara pronta, confeccionada para ser usada, mas “o nacionalismo oficial ocultava uma discrepância entre a nação e o reino dinástico” (ANDERSON, 2008, p. 161). Conforme Anderson (2008, p. 162), “essas nações também resistiam instintivamente ao domínio estrangeiro. Assim, a ideologia imperialista pós-1850 era um típico truque de exorcismo”.

A tentativa de exorcizar demandou, no entanto, o crescimento da máquina pública, pois, assim, podiam expandir o alcance do “oficial”. Conforme Anderson (2008, p. 118), “na metade do século XIX, a Europa presenciou um aumento acelerado nos gastos públicos e no tamanho das burocracias estatais (civis e militares), apesar de não se registrar nenhuma grande guerra local”. O autor ressalta que “entre 1830-50, os gastos públicos *per capita* aumentaram”, sendo que, em “44% na Rússia” e, em “70% na Áustria”. Isso significou a inserção de um representativo número de pessoas, com origens distintas, inclusive dos outros povos ali presentes em atividades, entre elas, burocráticas. Estas pessoas, na possibilidade de ter um trabalho, muitas vezes se renderam à adesão nacionalista, mesmo que, meramente formal.

Anderson (2008) alerta para o fato de que, adotando a autocracia, a ortodoxia e o nacionalismo, não podemos nos equivocar pensando que a russificação não teria, em alguma medida, atingido sua finalidade de trans(formar) parte dos povos submetidos em sujeitos culturalmente russos, considerando as vantagens oferecidas, entre elas, a do exercício de cargos públicos (funcionários, professores, entre outros). Já os autores abaixo mostram que, ao mesmo tempo, há o esforço ligado à manutenção de uma consciência nacional e a língua como portadora de sistemas simbólicos de cultura polonesa entre a população.

O processo de formação da consciência nacional estava ligado ao sentimento de distinção religiosa, linguística, cultural, e étnica, que, com o correr do tempo, mostrou-se mais forte face aos ocupantes do que entre os grupos antagonicos. O esforço educativo levado a cabo no seio das famílias, nas paróquias e nas escolas, reforçadas pela solidariedade despertada pela política do invasor, foi fato positivo para a formação da consciência nacional.... Os poloneses preservaram a sua identidade, apesar de não possuírem estado próprio, servirem em exército, aprenderem em escolas a trabalharem em repartições dos ocupantes (JAN KIENIEWIC, *apud* IARUCHINSKI, 2000, p. 23, grifo nosso).

Assim, “depois da perda da independência, a pintura, assim como a literatura, assumem um papel educativo, ensinando a história nacional” (SIEWIERSKI, 2000, p. 59) e demais narrativas nacionais. Somam-se a ópera, o teatro, a dança e a música, que serviram aos propósitos educativos da nação, refletiam o empenho de desenvolver aquilo que havia sido plantado em momento anterior como parte da modernização e popularização das questões culturais basilares à construção de identidades culturais.

Embora a república tenha sumido do mapa da Europa, as gerações consecutivas dos nossos ancestrais não abandonaram seus sonhos de ressuscitá-la, exigindo sua reconstrução e lutando contra os ocupando seja com armas, com arte ou árduo trabalho de cada dia. Havia também um debate constante sobre a forma em que a Polônia deveria ser reconstruída e, sobre a independência da pátria falavam não somente os ativistas patrióticos e sociais, também os nossos artistas mais notáveis dedicaram suas obras a este assunto: Adam Mickiewicz, Juliusz Słowacki, Zygmunt Krasiński, Jacek Małczewski, Jan Matejko, Stanisław Wyspiański e outros. É graças à cultura, a religião, a incrível capacidade de regenerar-se após uma derrota, enfim, graças ao trabalho diário persistente, mesmo nas condições da escravidão nacional, a Polónia existia, embora não estando nos mapas da Europa e do mundo. A história não conhece muitos exemplos de uma nação, que privada por tanto tempo do seu estado, conseguisse sobreviver, sem perder sua nacionalidade e preservando suas tradições. No caso da Polónia a tendência parecia até contrária, as condições difíceis estimularam uma explosão do patriotismo em todos os campos, em especial a arte e a literatura.⁷²

⁷² Texto Disponível em: <http://www.braspol.org.br/polonia/cronologia-historia-polonia/>. Acesso em: 20 mai. 2018.

Nas aldeias e nos povoados também aconteceram ações a partir da própria população, tendo em vista, a manutenção mesmo que subversiva de algumas possibilidades culturais no contexto de dominação. Conforme Dill (2007, p. 33), “contrariando a política dos invasores, surgiram sociedades científicas, editoras, bibliotecas, teatros e revistas”. Mesmo em locais de domínio russo, cujas proibições eram bastante severas. Além de escolas, entre as organizações associativas e culturais estavam os clubes de livro e bibliotecas itinerantes. Conforme Sirkis (1983, p. 38), sua personagem Anna relata que uma das suas maiores alegrias foi quando “papai organizou o clube do livro de Pinsk, e datando de lá começou a minha grande paixão pelos livros”.

No entanto, persistiam entre os poloneses os antagonismos culturais, sociais e até ideológicos, herdados do período anterior e que, junto às outras questões, culminaram na tripartição; sob estes, a luta pela retomada da independência e para acabar com as imposições culturais, identitárias e políticas não ficariam impunes. Embora tenhamos também encontrado inferências de que essa questão não atrapalhou e de que a retomada da independência unia a todos. Mazurek (2016, p. 36), ressalta “os profundos antagonismos sociais herdados da república das duas nações”, assim, para o autor, “o objetivo comum – a recuperação da independência – não unia a todos num esforço solidário”. Ressalta ainda, que “as diferenças os antagonismos eram tão consideráveis como eram profundas as diferenças de classe. Foi por isso que na luta pela libertação nacional, não se colocavam umas do lado das outras, mas, muitas vezes, umas contra as outras”. Estas questões, para ele, foram responsáveis pelos insucessos nas lutas pela reunificação, empreendidas com os ocupantes durante o século XIX.

Esse singular “biculturalismo” da vida pública em terras polonesas, em que coexistiam os mundos dos “senhores” e dos “rústicos”, funcionou praticamente até o final da II Guerra Mundial, quando as profundas reformas sociais (inclusive a reforma agrária) e o acesso à cultura mudaram o destino dos camponeses. Para impedir a libertação e reconstrução da Polônia, os ocupantes aproveitaram-se dos antagonismos sociais, em particular quando ao realizar as reformas sociais básicas, a concessão de terra aos camponeses e sua libertação da servidão, visavam enfraquecer ainda mais a classe da nobreza. Na parte da Ocupação prussiana esse processo teve início em 1848, sob a pressão dos movimentos libertários da Primavera dos Povos. O sistema agrícola baseado na servidão perdurou por mais tempo na parte da ocupação russa, porque só foi abolido em 1864. Os camponeses libertos da servidão podiam dispor livremente das terras recebidas, então dividiam entre os numerosos filhos, o que provocava uma contínua diminuição das propriedades e do número dos camponeses sem terra. A indústria em desenvolvimento não tinha condições de absorver os camponeses sem terra e donos de propriedades pequenas demais para a sustentação das famílias, estimados no final do século XIX em cerca de dois terços da população rural nas zonas de ocupação austríaca e prussiana e em um terço na parte da ocupação russa (MAZUREK, 2016, p. 36-37).

Em relação à situação econômica dos poloneses, esta foi, no geral, precária, tendo

grande parte de sua população trabalhando no meio agrícola, em péssimas condições e em terras que não eram suas, com exceção de uma pequena parcela da população que, ou estava favorável à ocupação russa, ou vinha de uma condição anterior um pouco melhor, ou, então, exercia atividades intelectuais de interesse e conseguia manter-se com mais estabilidade.

Os camponeses, no geral, tinham condições precárias de vida. Conforme Sirkis (1983, p. 37), em relação à parte do domínio Russo, “A população camponesa era extremamente pobre. Poucas terras serviam para a plantação de trigo, havia pântanos demais e terras não aráveis. A base da alimentação, além do pão, era a batata”. Destaca que, “Alguns possuíam uma vaquinha e a apicultura era primitiva, criavam as abelhas nos troncos de árvores”.

Essas dificuldades foram acentuadas também, devido à ligação do nacionalismo polonês com a opção religiosa católica, que os colocava em luta com a imposição da igreja ortodoxa como oficial, na proibição de outras manifestações, principalmente na região do domínio russo. Hobsbawm (2011, p. 141-142), também destaca a exploração semifeudal⁷³ e as perseguições étnicas, religiosas, políticas e culturais e ressalta que “a aliança entre o nacionalismo e a religião é óbvia o suficiente, especialmente na Irlanda e na Polônia”. Algumas das práticas religiosas foram mantidas, mesmo que subversivamente.

Talvez os poloneses tenham estabelecido relações como a de que, se na Idade Média aceitar o batismo cristão foi uma estratégia para congregar e estabelecer o estado de forma efetiva, evitando a perda de territórios e os domínios de outras culturas na condição atual, a reafirmação da vinculação católica também poderia ter sido vista como uma estratégia voltada para retomá-lo e reafirmá-lo no cenário mundial.

As práticas religiosas entre os poloneses, embora se considere a diversidade cultural e religiosa, foram, em sua grande maioria, definidas por aquelas ligadas à igreja católica de Rito Litúrgico Romano, tendo o papa como autoridade suprema. Contudo, se antes tais definições eram quase que dominantes, agora, nas regiões de ocupação, se tornou efetivo o contato com a diversificação de ritos e de estruturas organizacionais com números representativos de fiéis (luteranos, católicos de rito grego, e católico-bizantino grego – ortodoxos, entre outros) e a imposição destes por parte dos invasores.

A postura em relação à questão religiosa, especialmente católica, na região de ocupação prussiana, se embasou nos posicionamentos tomados com as reformas e o Iluminismo. Conforme Kreutz (2001, p. 32-33), na Alemanha do século XIX, o movimento da *Aufklärung* (ilustração) e do *Kulturkampf*, uma expressão regional prussiana de

⁷³ A obra *O Camponês Polonês no Brasil* de Ruy Wachowicz (1981) discorre sobre as condições de servidão na Polônia dividida e a necessidade de emigrar.

Aufklaerung, mais radical, nacional-liberal e anticlericalista, em contraposição a igreja católica com postura ultramontana. Wachowicz (1970, p. 15) também ressalta o *Kulturkampf* e a preocupação de Bismarck em extinguir manifestações católicas.

Nos anos de dominação externa, as práticas católicas polonesas de rito romano foram muito atacadas, de maneira mais acentuada no território de dominação russa, na tentativa de imposição dos ritos Oriental Católico Bizantino (igreja ortodoxa russa). Diferindo das partes austríacas e prussianas, os russos estavam empenhados na expansão da igreja ortodoxa e, neste propósito, atuavam firmemente através da fiscalização. Conforme destaca a narrativa autobiográfica do imigrante Jan Stawinski, cujas memórias de suas vivências no domínio russo são retratadas no livro *Primórdios da Imigração Polonesa*, escrito pelo Frei Alberto Victor Stawinski:

Papai era homem instruído. Além do idioma polonês, dominava, suficientemente, o alemão e o russo. Era funcionário público e, ao mesmo tempo, dirigia uma escolinha clandestina para crianças polonesas. Naquela época os russos tinham fechado as escolas polonesas de grau primário. Para eu poder frequentar o curso secundário, meu pai teve que enviar-me a Varsóvia. Os poloneses viviam então tempos de duríssima opressão. As igrejas estavam fechadas. Os Sacerdotes ou eram encarcerados e deportados, ou eram proibidos de administrar os sacramentos da igreja. Aos domingos fazíamos em casa todas as devoções, que costumavam ser feitas nas igrejas, mas sem a presença do padre (STAWINSKI, 1976, p. 106).

As práticas de imposição cultural e religiosa se deram pela desarticulação das costumeiras práticas, atuaram destituindo lideranças como religiosos e religiosas que foram proibidos do livre exercício destas. Algumas destas lideranças desenvolveram estratégias que permitiram a continuidade de Seminários e de Congregações, de igrejas e de sociedades religiosas clandestinas. Essa questão fica evidenciada na entrevista com o Cardeal Angelo Amato, veiculada pela página da Rádio Vaticano sobre a Beata polonesa Clara Ludovica Szczęсна⁷⁴, cuja beatificação se deu em 2015, o Cardeal destacou, inicialmente, alguns traços biográficos e, em seguida, relatou a atuação da religiosa na resistência.

[...] Ludovica Szczęсна nasceu em 18 de julho de 1863, em Cieszki, na diocese polonesa de Płock, a última de seis filhos de uma família pobre, mas piedosa. Sua mãe a levava sempre para rezar diante da uma imagem de Nossa Senhora milagrosa. Com 17 anos, rejeitou a proposta de casar. Em agosto de 1885, participou de um retiro em Zakroczym, pregado pelo capuchinho Frei Onorato Koźmiński, hoje Beato. No mês seguinte, entrou para a Congregação clandestina das Servas de Jesus. Em 1889, depois de um período de treinamento em Varsóvia, ainda noviça, foi enviada para Lublin como superiora da casa. *Oficialmente, dirigia uma alfaiataria,*

⁷⁴ Disponível em:

http://br.radiovaticana.va/news/2015/09/27/beatifica%C3%A7%C3%A3o_de_clara_ludovica,_v%C3%ADtima_do_regime_czarista/1175007. Acesso em: 20 jan. 2016.

mas, secretamente, exercia seu apostolado entre as jovens que buscavam trabalho. Durante uma inspeção da polícia do regime czarista, fortemente hostil à religião católica, foi encontrado um livro de catecismo. Por isso, sendo considerada culpada, foi obrigada a deixar imediatamente a cidade. Seu diretor espiritual, Padre Antônio Nojszewski, ao se despedir dela, a aconselhou a difundir, por toda parte, o culto ao Sagrado Coração de Jesus. Ao voltar para Varsóvia, vivia no temor de cair novamente sob o controle da polícia. Desta forma, Clara Ludovica experimentou, pessoalmente, discriminações e hostilidades do regime czarista contra os católicos poloneses, durante a ocupação russa. No entanto, o Bispo José Sebastião Pelczar, hoje venerado como santo, pediu ao Frei Honorato para enviar uma Irmã como diretora do asilo das empregadas domésticas, em Cracóvia. Clara Ludovica foi escolhida com uma noviça e uma postulante. Durante o trabalho, as religiosas tentaram formar espiritualmente as domésticas com muito proveito, a ponto de algumas se tornar consagradas. Clara Ludovica foi co-fundadora da Congregação das Servas do Sagrado Coração de Jesus, fundada em 15 de abril de 1894, da qual foi superiora por 22 anos, até falecer em Cracóvia, em 7 de fevereiro de 1916”.

De todo modo, conforme mencionado por Anderson (2008), Sirkis (1983), Montserrat-Guibernau (1997) e Mazurek (2016), os diferentes domínios das nações ocupantes inseriram diferentes políticas relacionadas à educação e à cultura, as questões étnicas e identitárias, sociais e religiosas, políticas e econômicas, vezes mais brandas, outras, mais ofensivas. Também nesse sentido, apresentaram-se as diferenças entre as regiões e suas ocupações em relação à opinião sobre a independência e a emigração. Para Mazurek (2016), a região do Reino da Polônia, que incluía a capital, Varsóvia, foi a região de maior repressão aos movimentos independentistas e também da emigração. Já na região da Galícia (Áustria-Hungria), foram obtidas maiores condições de liberdade, seguida da região de ocupação prussiana⁷⁵, entre as outras duas.

Nesse viés, a percentagem de analfabetos diferia, pois, nos diferentes domínios, houve diferenças de alcance e de adesão à alfabetização. Wachowicz (1970, p. 15-17)⁷⁶ destaca que, na Prússia, devido à imposição da língua através das escolas e o trabalho de interesse de *desnacionalização*, o índice de analfabetos era de apenas 3%, já no domínio russo era de 60% e, no austríaco, de 41%. As duas últimas estiveram ligadas a um contexto de miséria mais acentuado entre a população, o que fez diferença em relação às taxas de alfabetização.

Assim, a *desnacionalização* se deu em diferentes níveis, de acordo com a potência usurpadora de cada parte do território (entre 1795 e 1918). Na Áustria-Hungria, sobretudo após a constituição de 1867, havia maior liberdade para os diferentes grupos presentes no Império, incluindo os poloneses. A realidade aí vivenciada difere bastante da região ocupada pela Rússia, por exemplo, onde as práticas de cerceamento foram mais efetivas. Mesmo assim, evidenciamos a etnicidade e as vinculações culturais não essencialistas em processos

⁷⁵ Sobre o tema ver mais em Prussian Poland; East and West Prussia; Poland; Upper Silesia. Disponível em: Biblioteca Digital Mundial <https://dl.wdl.org/9193/service/9193>. Acesso em: 10 mai. 2018.

⁷⁶ Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa /Vol II/1970;

relacionais, durante a resistência e, levadas com os imigrantes para os distintos locais da emigração.

Vista sob o olhar do contexto das nações e das imposições dos nacionalismos oficiais, a emigração foi vista como uma das possíveis saídas em termos da diferença cultural para os poloneses. Isso se relaciona ao fato de que, na segunda fase migratória para o Brasil, a fase tratada como *febre brasileira*⁷⁷, as perseguições e as imposições aumentaram no contexto do reino e a emigração aumentou em contingente.

3.1.1 Movimentos culturais, políticos, sociais e nacionalistas poloneses e o nacionalismo oficial imperialista, organizações associativas culturais étnicas e a emigração.

Conforme Veiga (2007, p. 85), “o processo de mudanças sociais, políticas e econômicas” que efetivamente “repercutiram e levaram, no século XIX, à independência das colônias europeias nas Américas, à consolidação das formas constitucionais de governo, à consciência de nação e à afirmação do sistema capitalista”, foram também a base para as ideias e os “movimentos sociais que o questionaram”. No entanto, entendemos que, dentre as mudanças, as representações culturais estiveram amplamente articuladas a esse contexto político, econômico e social que se desvelou e às contradições aí fomentadas nas relações de poder, principalmente em contextos de dominação e de conflitos.

Neste processo, assumir este lugar cultural exige formular estratégias e maneiras de manter a diferença, para Anderson (2008), a comunidade culturalmente imaginada. Em outra perspectiva, mais voltada para o teor político Monserrat Guibernau, Miroslav Hroc, Lord Acton, entre outros, com visões distintas de Anderson (2008) chamaram, por exemplo, de “nação sem estado”. Segundo Guibernau (1997, p. 110), “não existia o estado polaco, somente a nação”. Conforme afirma Hobsbawm (2011), de todo modo, não conformava o *status* de estado-nação moderno, e as definições étnico-culturais estiveram sustentando um nacionalismo fortalecido nas disputas culturais, já que não possuíam um estado territorial moderno para legarem seu pertencimento nacional.

Dentre as estratégias culturais e identitárias empreendidas pelos poloneses nos distintos domínios, estavam: organização de movimentos de resistência e insurreições. Durante todo o período da emigração até a recuperação da independência, evidenciaram-se a atuação dos movimentos populares, dos partidos políticos e das tentativas de insurreição à

⁷⁷ Trataremos sobre essa questão no próximo capítulo.

dominação na Polônia dividida. Mazurek (2016, p. 36) ressalta que através destas organizações, a resistência foi permanente durante os 123 anos de dominação e, “apesar do terror e da discriminação, apesar da intensa germanização e russificação os ocupantes não foram capazes de aniquilar a nação polonesa”, mas, “tentaram eliminar qualquer identificação nacional com a polônia, mas houve grande resistência por parte do povo polonês enquanto lutavam para manter sua linguagem e cultura formando centros educacionais e sociedades secretas” (STELMASZUK, 1994: 224)”.

Sob este objetivo, “Trabalhadores sociais iniciais estavam ativos nesses esforços educacionais e também desempenharam um papel fundamental durante o início dos anos 1900 na organização da resistência à dominação” (Theiss, 1992: 47) (BRAINERD, 2001, p. 20, tradução livre). No entanto, Brainerd (2001) destaca que a resistência mudou de cara e estratégia com o passar do tempo. Conforme a autora, para esta questão, a atuação das mulheres neste processo foi muito relevante, identificando Helena Radlinska⁷⁸ como membro desse movimento, cuja atuação ocorreu também em período posterior à reunificação e na relação com seu trabalho social como assistente social, desenvolvido a partir da crença no potencial humano mesmo em condições de opressão.

Helena Radlinska, membro da intelligentsia e esposa polonesa de um médico, pertencia a várias organizações patriotas secretas que funcionou para educar o povo polonês sobre sua cultura e história (Theiss, 1992). As mulheres polacas desempenharam um papel importante nestas sociedades educativas secretas (Davies, 1984: 268) e também lutou em combate real contra os opressores (Davies, 1984: 186-7). O trabalho educacional das mulheres foi visto como uma parte essencial da resistência. Conforme observado por Davies (1984: 268), **"o típico polonês" O patriota em qualquer altura até 1864 tinha sido um homem jovem com um sabre ou revólver na mão, o típico patriota na virada do século era uma jovem senhora de boa família com um livro de texto sob o xale.** Isso contrasta fortemente com outros países, onde o trabalho social foi visto pelas mulheres como um meio de ter uma carreira, na qual, se poderia ser autoportante, independente e móvel ascendente (câmaras, 1986b; Graham, 1996: 143-4) (BRAINERD, 2001, p. 20, *tradução livre, grifo nosso*).

A atuação social das mulheres evidenciou-se bastante ampla, seus papéis foram fundamentais como articuladoras da resistência. Mazurek (2016) também destaca a atuação e a liderança de Helena Radlinska na União Camponesa (1879-1954), mas não somente ela foi

⁷⁸“Em 1925, Helena Radlinska fundou a primeira escola de trabalho social na Universidade Livre da Polônia em Varsóvia. Foi nomeado Escola de Educação de Adultos e Trabalho Social (*Studium Pracy Społeczno-Oswiatowej*) (Stelmazuk, 1994: 229)”. Então, “Isso marcou o início dos trabalhadores sociais como profissionais na Polônia. A orientação teórica da escola foi fundamentada na pedagogia social, uma disciplina científica que se ocupa da educação e do relacionamento entre o desenvolvimento humano e o ambiente social”. Ainda, “Seu trabalho como assistente social, desenvolvido a partir da crença no potencial humano mesmo em condições de opressão, foi considerado como desnecessário após a II Guerra Mundial e a pressão comunista (BRAINERD, 2001, p. 2, tradução livre)”; No entanto, contemporaneamente, seu trabalho é reconhecido em ambientes acadêmicos de vários países, entre eles, os Estados Unidos e a Alemanha.

por ele lembrada, muitas outras mulheres exerciam seus papéis nesse processo, como já destacamos neste texto, entre elas, intelectuais, professoras, líderes religiosas e políticas.

Conforme Mazurek (2016, p. 13), os movimentos populares na Polônia foram ativos, através de lideranças, dentre eles os camponeses e as agremiações partidárias, estiveram atuando inclusive em relação à questão emigratória, mesmo que permeados pelos antagonismos sociais. Ao referir-se a emigração para a América Latina, o autor destaca um contexto de efervescência do “movimento popular organizado, isto é, dos partidos, facções e organizações, diante da ação colonizadora camponesa”.

Dentre as organizações ligadas aos emigrantes e preocupadas com o problema emigratório, uma vez que a emigração massiva passou a ser percebida pelos nacionalistas como algo que merece atenção, Mazurek (2016) ressalta a criação da Sociedade Comercial e Geográfica de Lwów⁷⁹ - progressista/nacionalista, na Galícia - região de ocupação da Àustria-Hungria, reunindo intelectuais, líderes e políticos, com publicações, revistas e jornais sobre a comunidade polonesa, inclusive a emigrada. Essa preocupação é principalmente ligada à preservação da cultura, cuja discussão é ressaltada pelo autor como a motivação do III Congresso de Juristas e Economistas Poloneses em Poznan, em 1893, e no Congresso Católico de Cracóvia em 1894.

Embora, no caso do Brasil, houvesse, inicialmente, um entendimento geral de que os seus imigrantes tinham plena liberdade para exercer sua cultura, Mazurek (2016, p. 153) ressalta que, evidenciou-se entre tais lideranças a preocupação com as questões da emigração de modo geral e, a temida desnacionalização destes poloneses emigrados, somada à falta de uma estrutura de estado. Estas percepções fizeram com que algumas atitudes fossem tomadas, inclusive, interferências *in loco* do chamado “grupo de Lwów”. Entre eles, Kasimierz Warchalowski que esteve durante um tempo no Brasil e também no Peru. Conforme o autor:

Diante do enorme movimento emigratório e com a falta de instituições governamentais que prestassem assistência aos emigrantes, esse papel era assumido pelas organizações sociais. Entre as mais importantes devem ser mencionadas a Sociedade de Assistência aos Emigrantes, existentes no Reino da Polônia, e a Sociedade Emigratória Polonesa, que atuava na Galícia.

Tais articulações foram motivos para severas repressões no domínio russo. Conforme Mazurek (2016) os movimentos camponeses na região do domínio russo sofreu severas proibições, entre elas, a prisão de líderes e deportações para a Sibéria⁸⁰, no entanto, isso não

⁷⁹ Retomaremos nos próximos capítulos;

⁸⁰ Ver mais em: BEER, Daniel. **A casa dos mortos**: o exílio na Sibéria sob os Románov. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8554511158>. Acesso em:

foi o necessário para desarticulá-los. Para o autor, as organizações foram fortalecidas por ideais e movimentos socialistas e libertistas, através dos seus partidos. Estes e suas lideranças (homens e mulheres) tiveram importantes papéis, tanto nos territórios ocupados, quanto em relação aos emigrados. Dentre suas principais buscas, conforme Tomacheski (2014, p. 35), “sobre a planície polaca, surge uma grande fome social, representada por três grandes ideais que norteiam o processo de emigração: *terra, pão e liberdade*”. Conforme Mazurek (2016, p. 36): “dentro e fora da Polônia, os poloneses não aceitaram o domínio estrangeiro em seu território e lutavam pela liberdade”.

Colocava-se principalmente, a busca pela liberdade relacionada às possibilidades culturais. Rolnik (1997, p. 23), ao tratar das reivindicações identitárias, entre elas as étnicas, religiosas, nacionais, embora não deixe de mencionar que, para outras questões e/ou em outros momentos, essa possibilidade poderia deixar resultados não muito interessantes, dentre estes, os fundamentalismos, destaca, no entanto, a legitimidade e o fato de que, “estaria correto na medida em que movimentos coletivos desse tipo são, sem dúvida, necessários para combater injustiças de que são vítimas tais grupos”. Ou seja, quando não se mostrava possível uma convivência intercultural, ferindo então, princípios importantes da dignidade humana.

3.2 LEVANTES, INSURREIÇÕES E (IN) SUBMISSÕES, PARTIDOS POLÍTICOS E A REUNIFICAÇÃO.

Nos anos seguintes à tripartição, embora com severas restrições, ameaças, punições aos rebeldes, prisões e deportações, conforme já mencionamos, as lutas pela retomada da independência tomaram diversas formas e frentes e buscaram também o apoio externo. Ao exemplo do Levante de Kosciuszko (1794, antes da última partilha), já tratado no capítulo anterior, seguiram-se outras insurreições, dentre elas, a aliança das Legiões Polonesas organizadas na Itália, através de grupos poloneses com Napoleão Bonaparte.

Conforme Dill (2007, p. 33), “Na Itália⁸¹, organizaram-se legiões polonesas aliadas a Napoleão Bonaparte que, em 1806, conquistou Varsóvia. De 1806 a 1807, Bonaparte derrotou a Prússia, Áustria e Rússia”. Então, “pelo tratado de Tilzatz foi criado o Principado de Varsóvia cujo governo era polonês. O Código Civil e a Constituição foram introduzidos por

20 nov. de 2018.

⁸¹ Após conquistar parte do território que hoje corresponde à Itália, Napoleão buscava ampliar suas conquistas, para isso, se aliou as legiões polonesas, desejosas de libertar-se dos impérios que dividiam a Polônia.

Bonaparte”. Napoleão ambicionava ampliar sua conquista e os nacionalistas poloneses, obcecados por retomar a independência, aderiram a sua proposta. Após algumas batalhas na Rússia, a ambição se desfez com a derrota de Napoleão e, “Em 1815, durante o Congresso de Viena, o império napoleônico foi dividido e a Polônia mais uma vez foi distribuída entre os vencedores da guerra contra o monarca francês” (CASTILHO e WAACK, 1982, p. 12).

[...] o fracasso da expedição contra a Rússia (1812) e a derrota da França na batalha de Leipzig (1813) fizeram com que os poloneses perdessem este sucedâneo da independência que era o principado e acordassem do sonho da liberdade prometida por Napoleão. O Congresso de Viena (1815) determina a devolução de uma parte do Principado para a Prússia e a criação de um Reino da Polônia ligado à Rússia, da parte que restou. O rei deste Reino da Polônia passou a ser o czar Alexandre I (SIEWIERSKI, 2000, p. 57).

Durante as batalhas, lideradas por Jan Henryk Dabrowski, surgiu o Hino Nacional criado como canção das batalhas das Legiões Polonesas com Napoleão. Este foi oficializado após a reunificação, na Segunda República, como o hino nacional polonês. Segue trecho abaixo (tradução nossa).

Marsz, marsz, Dąbrowski
Z ziemi włoskiej do Polski
Za twoim przewodem
Złączym się z narodem

Przejdziem Wisłę, przejdziem Wartę
Będziem Polakami
Dał nam przykład Bonaparte
Jak zwyciężać mamy

Seguida da sua tradução:

Marcha, Marcha, Dabrowski
Das terras italianas a Polônia
Sob tua liderança
Nos reuniremos como nação

Passaremos o Vístula, passaremos o Warta
Seremos Polacos
Bonaparte deu-nos o exemplo
Dos caminhos para a vitória

O hino nacional é visto por Anderson (2008, p. 203) como uma manifestação de patriotismo e de efetiva simultaneidade. Para o autor, “Precisamente nesses momentos, pessoas totalmente desconhecidas entre si pronunciam os mesmos versos, seguindo a mesma música”, assim, esta prática “oferece a oportunidade do uníssono, da realização física em eco da comunidade imaginada”. Para as legiões polonesas e, depois, para a população polonesa, o hino estava retratando as muitas representações por eles vivenciadas que motivaram as

batalhas.

O Levante de Novembro de 1830 foi uma nova tentativa, quando elites políticas e militares se colocaram em batalha contra os invasores, esperando apoio de britânicos e de franceses, o que não veio a acontecer, e eles acabaram sendo derrotados pelos russos em 1831. Nesse levante, carregavam bandeiras com cruces vermelhas ao meio e a inscrição em polonês: “*W J Mie Boga Za Nasza i Wasza Wolność*” - “Pela Liberdade nossa e vossa” e no outro lado escrito em russo “Em nome de Deus”.⁸²

As tentativas de levantes se seguiram em 1830 e 1863, e os insucessos resultaram no acirramento das perseguições e das imposições, cuja resistência era fomentada nos diversos campos já discutidos e, também, sob a influência das teorias sociais e históricas que se colocavam no cenário, dentre elas, aquelas do iluminismo do século anterior, as produções de Karl Marx e marxistas, entre outras. Um contexto cultural e político fomentado ininterruptamente, tanto por ideias mais conservadoras, quanto por ideologias liberais e de esquerda.

Em 1863, as tropas imperiais russas sufocam com incrível violência um levante de nacionalistas poloneses. Contando com o aberto apoio de Bismarck, o czar proíbe a utilização da língua polonesa e estabelece o russo como idioma oficial nos territórios ocupados. A repressão contra os costumes nacionais se acentua entre 1885 e 1892, quando pela primeira vez os operários têxteis poloneses se rebelam. Durante o longo período de ocupação estrangeira, o espírito nacional polonês continuou vivo, mas clandestino. Por baixo da dominação alemã, prussiana, austríaca e russa, os poloneses mantinham sua língua, suas tradições e até mesmo sua vida política. De todos os povos europeus, o polonês é provavelmente o que tem a mais longa tradição de clandestinidade e resistência subterrânea (CASTILHO & WAACK, 1982, p. 12-13).

Ambas as resistências questionaram as imposições culturais e nacionais, as perseguições e os preconceitos em diversos setores sociais e a exploração econômica e humana. Assim, sob as influências mencionadas, surgiram movimentos clandestinos, anteriormente discutidos, e partidos políticos. Conforme Hobsbawm (2011, p. 141-142), além dos partidos socialistas, “existiam partidos camponeses orientados socialmente que desenvolveram naturalmente uma dimensão nacionalista”.

Estavam no cenário dos debates, influenciados pelo marxismo e pelas teorias socialistas, na fundação de sindicatos e nas questões dos operários e das massas, os intelectuais militantes, entre eles, a judia-polonesa Rosa Luxemburgo, nascida na Polônia em 1871. Sua participação na política iniciou cedo e, como residia com a família na região de

⁸² Fonte: Publicação patrocinada pela República da Polônia, através do Instituto de Memória Nacional, Ministério das Relações Exteriores, cujo título: *1050 Anos: Guia da História da Polônia de 966 a 2016*. O material traduzido está disponível em: https://issuu.com/msz.gov.pl/docs/guia_pela_historia_da_polonia. Acesso em: 15 dez. 2018.

domínio russo, logo passou a discordar da condição de dominação russa e da relação com os seus ideais ligados ao desejo de não opressão do capital e exploração dos operários.

Conforme Castilho e Waack (1982, p. 13), “Em 1882, em plena ocupação, os poloneses organizavam seus partidos, como o “Social Revolucionário”. Chegaram inclusive a integrar a direção da Primeira Internacional Socialista””. Em 1892, surgiu o Partido Socialista Polonês (PPS)”. O PPS foi criado na França – tratava-se da esquerda progressista e teve como membros o herói da reunificação e representante da Segunda República Polonesa, Marechal Józef Piłsudki e Rosa Luxemburgo - (Róża Luksemburg). Castilho e Waack (1982) destacam que parte dos quadros do PPS foram integrar posteriormente o Partido Bolchevique na Rússia e a esquerda revolucionária alemã. Conforme os autores, “Em 1905, foi criado o primeiro *soviet*, na cidade de *Lodz*, durante um levante operário”.

O clima liberal no domínio Áustro-Húngaro favoreceu a organização de uma resistência nacionalista. Segundo Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 275), “O ativismo do grupo de Lwów não pode ser dissociado do clima liberal da Galícia entre o fim do século XIX e início do século XX, onde, até o Partido Socialista Polonês podia existir legalmente, tendo logo atraído Józef Pilsudski, futuro líder da independência polonesa (Lukowski, Zawadzki, 2002: 171-172)”. Conforme Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 281):

Também na cidade de Lwów, foi criada, em 1896, a entidade SOKOL, o Falcão, cujo lema “Na unidade, a força” traduzia seus objetivos de preparar líderes para a provável futura reunificação da Polônia. Uma das atividades esportivas criadas foi a esgrima e, após a aquisição do primeiro fuzil, o tiro, carregando um sentido militar intrínseco (Oliveira, 2008), vinculado à luta pela independência da Polônia.

A historiografia indica que a participação dos poloneses na Revolução de 1905, no geral, esteve mais ligada às demandas sociais, porém, de acordo com Anderson (2008, p. 132), ““Seton Watson chega a arriscar a hipótese” de que esta foi “tanto uma revolução de não russos contra a russificação quanto uma revolução de operários, camponeses, e intelectuais radicais contra a autocracia”. Para ele, “as duas revoltas, evidentemente, estavam interligadas”, “a revolução social, de fato, foi mais aguda nas regiões não russas, tendo como protagonistas os operários poloneses e os camponeses letos e georgianos””.

Conforme Castilho e Waack (1982), com o passar do tempo, a ligação com a Internacional Socialista dividiria o PPS, isso ocorreu em 1908 e surgiram duas vertentes: uma direitista, ocupando uma posição intransigente em relação à independência, chefiada por Józef Piłsudki, e uma ideológica de esquerda, mais voltada para o socialismo em si. Essa divisão foi motivo de intensos debates entre os grupos políticos sobre a questão nacional, acirrados entre

os anos de 1910 – 1918.

A isso, somou-se a questão da ligação da burguesia ao regime imperial russo (que só se desfez em 1917 com a tomada dos bolcheviques⁸³) e o fato de que o Partido Nacional-Democrático, criado em 1897 – por uma direita nacionalista, hostil às minorias e antisemita – “admite uma aliança provisória com Moscou” e reúne “os interesses de proprietários agrícolas e pequenos comerciantes urbanos, descontentes com a forte influência dos judeus lituanos” (CASTILHO e WAACK, 1982, p. 13).

Rosa Luxemburgo, participante do Partido Operário Social-Democrata Russo, posicionou-se discordando da russificação e da dominação, então, posteriormente, lidera a fundação do Partido Social Democrata da Polônia (SADER, 1986). No entanto, para ela, assim como para outros militantes, a Internacional Socialista estava em primeiro plano. Com esse propósito, muda-se para a Alemanha, juntando-se à esquerda revolucionária alemã.

Os impérios acabaram aos poucos enfraquecendo em virtude das crises sociais e culturais e dos movimentos nacionalistas que se fortaleceram. Com a eclosão da I Guerra Mundial, o império da Rússia colocou-se em oposição a então Alemanha e a Áustria-Hungria. Inicialmente, perceberam-se soldados poloneses lutando para ambos os impérios e, com o passar do tempo, tendo como base as Legiões Polonesas, formaram, aos poucos, um exército polonês mobilizado por Piłsudki, que, nesse interim, criou a secreta Organização Militar Polonesa.

Quando a Rússia foi tomada pelos bolcheviques na Revolução de 1917⁸⁴, a atitude dos poloneses pautou-se na configurada divisão, ou seja, conforme Castilho e Waack (1982, p. 13-14), “comunistas e socialistas radicais que passam a preconizar um entendimento russo-polonês” e a direita, “setor do PPS liderado por Piłsudki adota o nome de Fração Revolucionária e mantém a bandeira de luta contra os russos, sem distinguir czaristas ou

⁸³ Em 1903 surge o Partido Social Democrata – PSD que se divide em duas facções: Bolcheviques e Mencheviques. A primeira, liderada por Martov, defendia a aliança com a burguesia e a passagem gradual para o socialismo, já a segunda, eram revolucionários liderados por Lênin e defendiam a passagem para o socialismo e a aliança entre camponeses e operários.

⁸⁴ A Revolução Russa representa uma das mais importantes experiências revolucionárias do século 20, resultando, como ápice da revolução, na implantação do socialismo pelos bolcheviques, liderados por Lênin, Trótsky e Stálin, o posterior nascimento de uma superpotência: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. As dificuldades econômicas, políticas e sociais enfrentadas pela Rússia, somadas aos envolvimento na Guerra Russo-Japonesa e na I Guerra Mundial, foram reforços para a eclosão da Revolução que uniu inicialmente setores burgueses liberais (mencheviques) aos operários e camponeses (bolcheviques e soviets) na luta contra a exploração e intransigência do regime czarista. Com o predomínio menchevique e a adoção de medidas liberais e burguesas, os bolcheviques, liderados por Lênin, depuseram o governo Kerensky em outubro de 1917, na denominada Revolução de Outubro. Travou-se uma sangrenta guerra civil e implantaram medidas de cunho socialista fortalecidas com a vitória bolchevique. Dá-se a partir daí, a polarização do mundo – capitalismo (liderança dos Estados Unidos) e Socialismo (liderança da União Soviética) que perdura por quase todo o século 20, até os anos 1991.

bolcheviques”.

Durante a Primeira Guerra Mundial, ao fim da qual a Polônia recuperou a independência, a ligação de lideranças de imigrantes poloneses com o consulado teve efeito divergente, refletindo os conflitos europeus. Na Europa, os poloneses estavam divididos entre a ala em favor das legiões polonesas comandadas por Pilsudski, e os apoiadores dos aliados, os quais visavam obter a independência da Polônia via diplomática e militar (Wachowicz, Malczewski, 2000: 56, 175). Os imigrantes poloneses aqui no Brasil dividiram-se entre partidários das legiões de Pilsudski e os vinculados ao cônsul August Haller, irmão do general Józef Haller, comandante das forças aliadas. Um dos focos dos atritos era o fato da Rússia, grande algoz do povo polonês, compor o grupo dos aliados, daí as críticas (“vassalos do czar”) (Wachowicz, Malczewski, 2000: 200, 368, 407). Jornais do Paraná e do Rio Grande do Sul tomam posição ante os acontecimentos na Europa; em Curitiba particularmente, as polêmicas foram acirradas (Gluchowski, 2005: 228) (WEBER E ZALESKI TRINDADE, 2016, p. 284-285).

Aliados a outros grupos, acabaram derrotando os russos e criando o Comitê Nacional Polonês em Poznan. Os emigrantes criaram também o Comitê Nacional em Paris e no Brasil - o Comitê Central no Brasil. Logo após, Piłsudski assumiu como chefe de estado provisório. No entanto, a independência polonesa só foi reestabelecida ao final da Primeira Guerra Mundial e formalizada pelos Aliados no Tratado de Versalhes. Após as eleições livres, Józef Piłsudski foi eleito, dando início a Segunda República Polonesa, em regime ditatorial.

Em relação à independência, se Anderson (2008) reforça a opinião de Seton Watson em relação à mobilização desse período como grandemente ligada à posição de não-russos contra a russificação, em um olhar mais voltado para a perspectiva da imposição cultural e do apelo nacionalista, no sentido que viemos conduzindo nossa discussão, já Hobsbawm (2011, p. 142) toma outra posição, para ele, “A combinação das reivindicações sociais e nacionais, como um todo, provaram ser bem mais efetivas como mobilizadoras da independência do que o puro apelo do nacionalismo”, o qual, para o autor, “se limitava às classes médias baixas descontentes, as únicas para quem ele substituíria – ou parecia substituir – um programa simultaneamente social e político”.

De acordo com Hobsbawm (2011, p. 142), “A restauração do país, depois de um século e meio de partilha, não foi conseguida sob a liderança de nenhum dos movimentos políticos devotados exclusivamente a esse fim, mas sob o Partido Socialista Polonês, cujo líder, o coronel Piłsudski, tornou-se o libertador do país”. O fato não dimensionado pelo autor, no entanto, é que, por trás de todo esse processo, há uma série de representações que embasam posicionamentos e com certeza, isso viria *a priori* de todas as posições tomadas. Para Cucho (2002, p. 2016) “Todo sistema político surge ligado a um sistema de valores e representações, ou seja, a uma cultura, característica de uma dada sociedade”.

Para Piłsudki, em sua visão reacionária, a responsabilidade pela reunificação esteve ligada muito mais a sua efetiva tomada de posição na Guerra, através de sua liderança. Isso foi reafirmado pelo seu posicionamento em seguida, pois, para este, com a reunificação, o Estado precisava fazer a nação, na condição de Estado-Nação (HOBSBAWM, 1988, p. 212). Então, para Hobsbawm, essas comunidades imaginadas precisaram ser articuladas ao e pelo Estado. Assim,

O Estado não só fazia a nação mas *precisava* fazer a nação. Os governos, agora, iam diretamente alcançar o cidadão no território de sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados das estradas de ferro.

O entendimento de Piłsudki, reafirmado por Hobsbawm (1988), aponta para uma construção verticalizada. Seu posicionamento revelou-se centralizador e autoritário, como foi o regime por ele conduzido e amparado pela constituição adotada em 1926, cuja dimensão textual aos poucos foi alterada, inserindo elementos de autoritarismo. Esta posição e constituição, a “Constituição Polaca”, foi adotada no Brasil pela ditadura do Estado Novo de Vargas em 1937, cujo posicionamento ocorreu sob o pretexto como a “ameaça comunista”.

Dentre as ideias propagadas por políticos e por intelectuais nacionalistas poloneses no pós-reunificação, estavam prospecções imperialistas empreendidas a partir de políticas de colonização ultramarina, com previsões para países, entre eles, conforme Mazurek (2016), Peru, Argentina, Bolívia e Brasil, a partir de ações de companhias privadas com o apoio do Estado, como a *Liga Morska i Kolonialna* (Liga Marítima e Colonial). Esta buscava áreas para tal objetivo na América do Sul e, também na África, onde as populações da diáspora facilitariam o processo. A formalização dessas colônias seria também uma forma de solucionar problemas internos como os debates sobre a questão da terra (movimentos camponeses).

Com a desintegração dos antigos impérios e a reunificação de estados como a Polônia, Hall (2006, p. 93-94) destaca que “Esses novos aspirantes ao status de “nação” tentam construir estados que sejam unificados tanto em termos étnicos quanto religiosos e criar entidades políticas em torno de identidades culturais homogêneas”. Então, se a partir dos sistemas culturais: comunidade religiosa e reino dinástico, as questões étnicas não foram colocadas em destaque, na imaginação da nação, o seriam.

Assim, embora a arqueologia destaque a existência de diferentes tribos que foram unificadas nos primórdios, entre elas a dos germanos, que se soma a uma variedade e uma constante circulação de migrantes, conforme ressaltamos no capítulo anterior, nas escritas da

elite intelectual polonesa em relação a esta questão, evidenciam-se reivindicações de sua anterioridade, unidade e legitimidade desde tempos remotos, a pretensão de afirmar que, em sua história milenar, as terras, desde o início, foram habitadas por polacos, que a população germânica chegou posteriormente. Iarochinski (2000, p. 17), ao citar Jan Kostrzewski⁸⁵, da Academia de Ciência da Polônia, destaca:

[...] Jan Kostrzewski, da academia de ciência da Polônia, antes da criação da nação polaca há mais de 1000 anos, quando os povos germânicos ainda não haviam nem se espalhado sobre as regiões do médio rio Elba (quanto mais ao seu curso superior), as terras eslavas já eram habitadas por inúmeras tribos eslavo-polacas. Há mais de 3 mil anos os pré-eslavos deixaram inúmeros cemitérios do tipo luzaciano nas diversas regiões polacas.

No excerto acima, Jan Kostrzewski afirma que as tribos unificadas eram essencialmente “eslavo-polacas”. Então, assim como nas narrativas míticas da história da Polônia, anteriormente discutidas em seu uso pelo romantismo e outros movimentos, a produção científica tentou reafirmar a existência étnica eslava como parte da constante luta pelo território polonês e a manutenção de uma negação em relação aos germanos e outras tribos. No entanto, a negação por si só colocou no cenário a evidência das relações interétnicas.

O problema destas atitudes nessas novas nações, conforme Hall (2006, p. 92-93), “é que elas contêm, dentro de suas “fronteiras”, minorias que se identificam com culturas diferentes”. No caso da Polônia, dentre outras, estão minorias lituanas, ucranianas e russas “étnicas”. Estas sofrem tentativas de apagamento, em virtude da intenção de “reconstruírem identidades purificadas, voltadas para o “fechamento” e a tradição, frente ao hibridismo e a diversidade”, isso se acentuou em âmbito mais amplo no decorrer do século XX, tendo como exemplos o ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e do fundamentalismo⁸⁶. Trata-se de uma ideia de recuperação e de reafirmação das raízes culturais, da cultura nacional (perspectiva essencialista) do nacionalismo.

Esses discursos voltados para a pretensa gradual unificação que se colocaram através das perspectivas de nações modulares constavam em seus conteúdos as questões étnicas e raciais e o entendimento de etnia como uma construção cultural fundacional. Para Hall (2006, p. 62), “A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhadas por um

⁸⁵ Teve atuação médica, científica, militar e política. Participou da Associação para Reconstrução da Comunidade Polaco-Lituana e Associação de Lutadores pela Liberdade e Democracia.

⁸⁶ Para Hall (2006, p. 94) o fundamentalismo é “outra forma importante de *revival* do nacionalismo particularista e do absolutismo étnico e religioso”.

povo”, embora seu uso seja tentador, foi aos poucos sendo desconstruída e “essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito”. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. Conforme Hall (2006, p. 62)

É ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno da raça. [...] a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. Há diferentes tipos e variedades, mas eles estão tão largamente dispersos no interior do que chamamos de “raças” quanto entre uma “raça” e outra. A diferença genética – o último refúgio das ideologias racistas – não pode ser usada para distinguir um povo do outro. A raça é uma categoria *discursiva* e não uma categoria biológica.

As percepções destas questões, por vezes, levaram a uma pretensa superioridade cultural etnocêntrica que, em seu uso instrumental, trouxe resultados desastrosos com as ideologias nacionalistas. Então, aqueles tidos como mais “puramente nacionais”, tiveram que levar aos demais a “cultura nacional” e excluir as etnias e raças tidas como exceções, às minorias nacionais.

Estas atitudes foram o prenúncio do que veio depois, naquilo que Anderson (2008, p. 163) define como a “última onda” do nacionalismo. Conforme o autor, além das línguas oficiais, “adotaram o ardoroso populismo próprio do nacionalismo linguístico europeu, e a orientação política russificante própria do nacionalismo oficial”, assim herança do nacionalismo oficial imperialista. Para ele,

É por isso que, nas políticas de “construção da nação” dos novos estados, vemos com tanta frequência um autêntico entusiasmo nacionalista popular ao lado de uma instilação sistemática, e até maquiavélica, da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das regulamentações administrativas, e assim por diante.

Nessa perspectiva da construção do moderno estado-nação, foram pensados moldes nos quais os “cidadãos nacionais” teriam que estar enquadrados. Conforme Horkheimer e Adorno (1983, p. 106), “Por meio das inúmeras agências de produção e de cultura de massa, os modos de comportamento sujeitos a normas são inculcados no indivíduo como os únicos naturais, decentes e racionais”, em cuja “onda” o Brasil esteve incluído a partir da política de nacionalização na década de 1930.

Nesse projeto de imaginação, as práticas educacionais escolares foram responsáveis por popularizar as narrativas nacionais e retomar heróis poloneses e o “espírito” nacional. Dentre eles, estava o próprio Piłsudki, que buscava construir uma imagem populista, ressaltando seu importante papel na luta pela reunificação. Seu nome estava presente nas escolas e associações, inclusive naquelas da diáspora, entre elas, as brasileiras.

Assim, o “herói Pilsudki” reverberou em locais públicos e privados, presente entre adultos e crianças. Sirkis (1983, p. 37), destaca essa presença populista e heroica na narrativa da garota polonesa Anna, filha do judeu-polonês Binek: “Quando eu tinha doze anos, dois fatos importantes marcaram minha vida: primeiro, o dia da morte do Mal. Pilsudski, chamado carinhosamente de Dziadeczek, “o vovozinho”, alvo de uma verdadeira veneração por ter libertado a Polônia”. As crianças tinham clara participação nesta memória coletiva enquadrada.

Em relação ao sistema educacional, não havia condições efetivas de se ter um sistema educacional de imediato, com amplo acesso a uma população com porcentagem altíssima de analfabetos e com diferenças nos mais amplos sentidos, como intuía a república que se pretendia Estado-Nação. Então, membros dos movimentos camponeses, populares e nacionalistas continuaram um trabalho⁸⁷ de apoio nesse sentido, entre eles, Helena Radlinska.

Após a Primeira Guerra Mundial, a Polônia foi reunificada e formou a Segunda República em novembro de 1918. Um terço da população adulta era analfabeta (Stelmaszuk, 1994: 225). O país estava recuperando-se da terrível destruição da guerra. As necessidades econômicas eram grandes e o potencial de conflitos sociais estava em todos os lugares. Durante este período, os assistentes sociais se concentraram na reconstrução e organizando a vida política e social. Isso foi realizado por trabalhadores sociais que se tornam instrutores, ensinando os fundamentos da cultura e economia (Theiss, 1992: 51-2). Radlinska escreve (1979: 230), "No campo, temos muitas pessoas que são talentosas e têm grande habilidade, mas a partir desses adultos e jovens talentosos muitos são desperdiçados porque não têm educação suficiente. Eles não têm domínio do idioma. Eles não conhecem certas frases de livros. Assim tornam-se demasiado tímidos e muito humildes, mesmo em seus mais básicos e direitos merecidos" (BRAINERD, 2001, p. 21, *tradução nossa*).

Neste contexto, a esquerda radical, conforme Castilho e Waack (1982, p. 15), em novembro de 1918, formou “o Partido Comunista Polonês, o KPP”. Este, por sua simpatia à revolução soviética e heresia antinacional, sofreu perseguições do regime e gerou um contexto

⁸⁷ Conforme Brainerd (2001, p. 23-24, *tradução nossa*) “Dentro deste modelo de trabalho social, os trabalhadores sociais frequentemente assumem o papel de educadores. Radlinska (1927) viu esse papel como fundamental para trabalhar com uma população oprimida”. Assim “Entre os poloneses havia uma necessidade de educação em todas as fases da vida, e Radlinska reconheceu que não era possível melhorar a qualidade da vida das pessoas sem aumentar o conhecimento geral da população. Sem educação, as pessoas não teriam a própria consciência eles precisavam melhorar suas vidas”. Além disso, “Eles também pensaram desesperadamente na necessidade de habilidades técnicas; sem essas habilidades, a maioria as pessoas não poderiam avançar. Ela viu trabalhadores sociais como educadores sociais ensinando habilidades em todas as fases da sociedade – da fábrica para a fazenda”. Então, “Em algumas situações, o ensino foi mais cursos de organização formal desenvolvida em escolas, creches e centros de assistência social. Em outras situações, era mais ensinando pelo exemplo e não como especialista [...] Dentro deste modelo⁸⁷, os trabalhadores sociais também assumiram o papel de facilitador e mobilizador comunitário”. Nesta perspectiva “Radlinska (1927: 6) enfatizou em seu trabalho, que os indivíduos precisavam ser reunidos em grupos para realizar plenamente a força humana coletiva. A assistente social facilitou esse processo formando grupos ou Equipes que trabalharam para melhorar as condições para todos”, no entendimento de que “Através do processo grupal, os trabalhadores sociais poderiam aumentar a consciência sobre necessidades e ideais e inflamar o desejo de mudar (Radlinska, 1928a: 7). Radlinska (1928a: 4) viu a reforma social em um nível nacional como o objetivo final dos serviços de trabalho social”.

interno de não aceitação, de convulsão social, de mobilização de operários e de criação de *sovietes*.⁸⁸

Estas questões, somadas ao contexto diverso sob uma agenda nacionalista e a coalização socialista de esquerda radical que não aderiu simpaticamente ao posicionamento de Piłsudki, geraram ainda mais dificuldades internas e a continuidade da emigração. Mazurek (2016) destaca debates políticos relacionados a diferentes opiniões sobre a emigração e as ideias de reforma agrária e a expulsão de minorias étnicas: ucranianos, lituanos e judeus, que foram vistas como problemas para a Polônia pós-reunificação, com a anunciação de possibilidades de desencadeamento da Segunda Guerra.

Outra questão conflituosa era, conforme Castilho e Waack (1982), o fato de que o acordo do Tratado de Versalhes não dava direito da Silésia, da Pomerânia e da Prússia Oriental à Polônia. Estes territórios permaneceram em domínio alemão, sendo que, em 1920, os Aliados estudaram repassar este território para a União Soviética, buscando frear os alemães. Os autores ressaltam que, diante disso, Piłsudki se revoltou contra a URSS e partiu para a luta com apoio da burguesia prussiana, mas foi derrotado pelo Exército Vermelho em Kiev. Soldados soviéticos chefiados por Trótski tentaram derrubar o governo polonês, o que acabou não acontecendo, pois, eles foram derrotados e o ataque soou como uma repressão à esquerda comunista polonesa e ao KPP, que passou a funcionar na clandestinidade. Ou seja, os interesses nacionalistas estavam presentes em relação à Rússia.

Conforme Castilho e Waack (1982), essas questões foram assumidas pelo Parlamento que se tornou resistência ao governo. Assim, em 1926, Piłsudki liderou um golpe de estado, organizado por oficiais anticomunistas, e fechou o Parlamento. Neste contexto, a igreja adotou uma posição dúbia em função de seu ódio à quaisquer influências externas (judeus, comunistas), mas, em 1937, a ala dos católicos liberais criou um partido antifascista e democrático, o Partido do Trabalho. Os autores destacam ainda que, em 1933, o KPP organizou a “Frente Nacional”, buscando aglutinar opositores, porém, Piłsudki morreu em 1935 e foi substituído por Edward Smigly-Rydz, que deu continuidade ao regime.

Embora o KPP da ala mais radical tivesse a certeza do apoio de Moscou, conforme Castilho e Waack (1982), a ortodoxia stalinista chamou as lideranças comunistas polonesas, objetivando dissolver o KPP, acusando-os, daquilo que denominou de “luxemburguismo”⁸⁹ e de desvios ideológicos. Este foi um duro golpe que veio seguido do ataque nazista em 1939, que perseguiu tanto os comunistas, quanto os judeus, acabando por unir os poloneses na

⁸⁸ Sovietes – conselhos e assembléias populares que atuam na mobilização dos grupos políticos;

⁸⁹ Referindo-se a atuação de Rosa Luxemburgo.

resistência antigermânica. O Governo Polonês colocou-se no Exílio, sediado em Londres.

À medida que a ofensiva alemã chegava a um impasse, principalmente depois das derrotas sofridas no *front* russo, reapareceram as velhas diferenças entre os combatentes comunistas e os oficiais que apoiaram a ditadura de Piłsudski. Estes formaram o chamado Exército Interior (em polonês, a sigla usada era A. K.). Este grupo estava ligado ao **Governo Polonês no exílio**, criado em Londres, o qual reunia, principalmente, elementos do Partido Polonês Agrário. Este Governo, surgido no outono de 1939, representava a grosso modo o sistema social e econômico vigente na Polônia no pré-guerra. Era essencialmente anti-socialista e anti-URSS (CASTILHO & WAACK, 1982, p. 17, grifo nosso).

De todo modo, no tocante às possibilidades culturais relacionadas ao período histórico que delinea um pouco da história da Polônia, sobre a qual tratamos até aqui, emergiu um ambiente interno que, de forma geral, sempre esteve sob a mira do panóptico, cujo direcionamento foi conduzido por elites aristocráticas e por intelectuais. Desse modo, a liberdade e o diálogo intercultural foram sendo limitados em diferentes momentos, em detrimento de pretensas formulações culturais unificadas na imaginação de identidades monolíticas. No entanto, conforme Bauman (2005, p. 23), nascido na Polônia do período:

Pouco antes de a última guerra mundial irromper, realizou-se um censo na minha Polônia natal, então uma sociedade multiétnica. Certas partes do país eram habitadas por uma inusitada mistura de grupos étnicos, credos religiosos, línguas e costumes. Dar uma nova feição a essa mistura, por meio da conversão e assimilação forçadas, numa nação uniforme ou quase uniforme segundo, digamos, o modelo francês, talvez fosse um objetivo energicamente perseguido por uma parte da elite política polonesa, mas de maneira alguma um propósito universalmente aceito e consistentemente apoiado, muito menos um projeto próximo de sua conclusão. Como seria previsível num Estado Moderno, os funcionários do censo foram, não obstante, treinados a esperar que para cada ser humano houvesse uma nação a que ele ou ela pertencesse. Foram instruídos a coletar informações sobre a autoidentificação nacional de todos os indivíduos do Estado Polonês (hoje se diria: “sua identidade étnica ou nacional”). Em cerca de um milhão de casos os funcionários falharam: os entrevistados simplesmente não entendiam o que era uma “nação” nem o que significava “ter uma nacionalidade”. Apesar das pressões – ameaças de multa combinadas com esforços verdadeiramente excepcionais no intuito de explicar o significado de “nacionalidade” –, eles se atinham teimosamente às únicas respostas que lhes faziam sentido: “somos daqui”, “somos deste lugar”, “pertencemos a este lugar”. Por fim, os administradores do censo tiveram de se render e acrescentaram “pessoas do lugar” à lista oficial de nacionalidades.

A prática do censo, destacada acima, foi, conforme Anderson (2008), parte da política de construção da nação, como *fac símiles* das categorias da identidade. Uma forma de identificar o que se sobressaía dentre os habitantes, para aplicar como parâmetro nas políticas empreendidas, denotando não considerar possibilidades de identificações múltiplas. Juntamente com o mapa e o museu, segundo Anderson (2008, p. 227), as três instituições de poder inventadas no século XIX “moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio – a natureza dos seres humanos por ele governados, a

geografia do seu território e a legitimidade do seu passado”.

Assim, “Na Polônia da era da construção nacional, as crianças costumavam ser treinadas a dar as seguintes respostas a perguntas sobre identidade: Quem é você? Um pequeno polonês. Qual é o seu signo? A Águia Branca” (BAUMAN, 2005, p. 33⁹⁰). Ou seja, nem a imaginada liberdade que seria o resultado da “Polônia livre” se efetivou, pois novamente colocam-se os discursos ideológicos, excludentes, autoritários, essencialistas e limitadores, em um contexto de antagonismo social e de diversidade, em que se buscava apenas “ser polonês por livre adesão” e diferença. Assim, a conquista da reunificação não significou, nesse momento, a liberdade cultural para as diferenças, em função de “uma identidade dominadora”, seria um tortuoso o caminho “em nome da identidade exclusiva” (CUCHE, 2002, p. 195).

As ideologias nacionais não conceberam a possibilidade da identidade cultural para além da monolítica, modelar. No entanto, “Cada indivíduo tem consciência de ter uma identidade variável, de acordo com as dimensões do grupo ao qual ele faz referência em tal ou tal situação relacional”, ou seja, o indivíduo pode identificar-se de diferentes maneiras em diferentes momentos, ligando a isso suas vinculações sociais (polonês, polonês camponês, polonês católico, polonês luterano, polaco, europeu, ocidental) e, “apesar de ser multidimensional, a identidade não perde sua unidade” (CUCHE, 2002, p. 195).

No entanto, as imposições artificiais acabaram não produzindo sentido real e subjetivação, então, estas propostas chegaram, em grande medida, ao insucesso. Para Bauman (2005, p. 25), “perguntar “quem você é” só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo; só se você tem uma escolha, e só se o que você escolhe depende de você”. Segundo o autor, isso só pode acontecer “se você tem de fazer alguma coisa para que a escolha seja “real” e se sustente”, não meramente imposta e esvaziada de sentido próprio.

Nesse contexto, a diversidade que compunha a Polônia reunificada esteve limitada para imaginar-se como parte de uma comunidade em que podia sentir-se culturalmente aceita e em convivência com identidades culturais com múltiplas dimensões e a partir de múltiplas referências culturais. Afastava-se do entendimento de que “o indivíduo que faz parte de várias culturas fabrica sua própria identidade fazendo uma síntese original a partir destes diferentes

⁹⁰O autor nasceu em 1925, filho de uma família judia-polonesa. Durante a Segunda Guerra Mundial enfrentou o nazismo como participante do exército polonês aliado ao Exército Vermelho. Na Polônia enfrentou o antissemitismo e o Partido Comunista como repressor dos movimentos dos estudantes poloneses, como resultado, em 1968 teve seus trabalhos proibidos de publicação, seu cargo de professor destituído, foi expulso da Polônia e destituído oficialmente de sua cidadania, mudando-se para a Inglaterra.

materiais”, “uma identidade sincrética e não dupla” (CUCHE, 2002, p. 193).

Para Hall (2006, p. 61), “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade”. Isso porque, “Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural”. Contrariando a ideia de grupo fechado, ligado a uma nação e uma cultura nacional, quando, no entanto, se tratam de comunidades diversas em situações e contextos diversos, cujas culturas nacionais serviram não para limitar e homogeneizar, mas “para costurar as diferenças numa única identidade” (HALL, 2006, p. 65).

3.3 A DIÁSPORA POLONESA - POSSIBILIDADES IDENTITÁRIAS E CULTURAIS PARA COMUNIDADES IMAGINADAS?

As migrações foram motivadas pelas crises sociopolíticas e econômicas que afligiam os países da Europa decorrentes das revoluções burguesas, da Revolução Industrial, das revoltas e insurreições que desencadearam mudanças profundas nos meios produtivos e industriais. Esses acontecimentos afetaram diretamente os modelos econômicos, sociais e de sobrevivência humana. Em termos políticos, a Rússia, a Polônia, a Alemanha, a Itália, entre outros, constituíam-se em territórios de lutas, de insurreições, de invasões que assolavam a Europa desde 1795 (ZEUS, 1970). Em termos sociais, havia crise agrária, excesso da força de trabalho para as indústrias, a rápida proletarização do pequeno agricultor. Estas crises políticas e sociais despertavam a imigração para as Américas, inclusive o Brasil (GRONIOWSKI, 1972) (SIKORA, 2014, p. 13-14).

Para Mazurek (2016), a passagem para o capitalismo moderno, cujo ritmo atrasado era dado a partir de estruturas semifeudais, baseadas na produção agrícola, deixou muitos camponeses em condição de total miséria, disputando a sobrevivência em terras superpovoadas. Isso teve continuidade com o agravante das diferentes formas de exploração econômica das potências usurpadoras.

Os emigrantes que partiram do território da Polônia dividida, o fizeram com algumas motivações que podem ser relacionadas como similares àquelas que caracterizam a imigração alemã e italiana. Por exemplo, as tidas, de modo geral, como a crescente demografia e as consequências de uma modernização capitalista e industrialização, as novas relações de trabalho e de propriedade, como a falta de terras, o desemprego, entre outras questões, as quais refletem as colocadas por Sikora (2014) e Mazurek (2016).

No entanto, diferente da emigração de outros países europeus, o caso da Polônia teve variáveis mais específicas, entre elas, a resistência às tentativas de imposição cultural nacionalista e a bifurcação que os dividiu, como um resultado não superado na democracia

nobilitária, entre outras questões. Parte dessa percepção é destacada por Almeida e Zanini (2013), em uma análise de pesquisa etnográfica, relacionada à migração polonesa, cuja pesquisa, “olha” mais especificamente os colonizadores da Linha Bom Jardim em Guarani das Missões – RS. Os autores destacam a relação da emigração polonesa com a opressão em suas próprias terras, tornando-os emigrantes e fugitivos.

Migrar é um movimento humano comum da humanidade que, muitas vezes, intuiu a sobrevivência. As migrações são estratégias para distintas possibilidades, relacionadas às questões climáticas, alimentares, culturais e políticas, catástrofes naturais, guerras, entre outras motivações. Anderson (2008) ressalta que, em reação às restrições e explorações nacionalistas imperiais, houve uma emigração especialmente intelectual, em massa. De toda forma, o colapso social e a forma como os poloneses se sentiram subjugados e destituídos de sua liberdade fez com que, dentre as possibilidades à vista, estivesse à emigração em massa.

As questões motivadoras acima mencionadas, conforme discutimos no capítulo e no item anterior a este capítulo, são resultados de uma transformação ampla nas questões ligadas à modernidade e às representações, o contexto de nacionalismo e de imperialismo que configurou disputas e representações culturais em conflito, relações de poder que abarcaram toda a dinâmica social em um processo histórico de rupturas.

Para Tomacheski (2014, p. 101; 137), “O imigrante polaco é um agente ativo que usa de estratégias para modificar a sua realidade, compreendemos isso quando percebemos que a imigração é uma grande aposta meticulosamente pensada”. O autor levanta estratégias de *fuga* e de suborno, além de trocas de favores aos guardas da fronteira russa, denotando não ser este um processo tradicional de emigração e considerando o processo de *despolonização* (“*germanização* e *russificação*”) como “um fator que permitiria receber a emigração como uma *fuga* e um ato de ativa resistência direcionada contra a situação de submissão gerada pelos processos de ocupação estrangeira”. Conforme Mazurek (2016, p. 37) a emigração foi uma forma de resistência, tendo como destinos principais, inicialmente, a Alemanha, a França e os Estados Unidos, vistos pelo autor como uma “quarta província da Polônia”, “um centro principal da diáspora”.

Para pensar a complexidade da migração polonesa, analisamos produções que tratam do conceito de migração, criando diferentes categorias relacionadas a uma “interpretação da situação migratória”, entre elas, “emigrantes políticos”, e “diáspora”, em contraposição aos contingentes de “emigrantes econômicos” (HAESBART, 2005, p. 67). Nesse sentido, dentre as leituras, estavam textos como a análise de Silva (2005, p. 64) em relação à emigração portuguesa anti-salazarismo, na qual devemos levar em conta que a imposição e o controle

cultural estariam para a (des)mobilização popular e imposição do patriotismo. Para o autor, os emigrantes anti-salazaristas “Não eram “imigrantes econômicos”, mas eram “diáspora” e “resistência”.

Considerando as questões colocadas como potencialmente diferenciadas, perguntamos: *como podemos pensar esta situação migratória? Podemos pensá-la em uma perspectiva migratória de diáspora?*

Alguns estudos atuais têm trazido a situação migratória de diáspora ligada a outras migrações em massa, que não somente a clássica diáspora judaica. Essa possibilidade de viés interpretativo e teórico se amplia com os estudos culturais, entre eles, destacam-se por sua relevância os de Stuart Hall (2006, 2013) e de Khachig Tölölyan (2017), saindo da circularidade do Estado-nação e da dispersão em si e voltando-se para a diáspora e a construção das identidades culturais diaspóricas, e Anderson (2008) na concepção de comunidade culturalmente imaginada.

Em relação aos poloneses, observamos que essas questões começam a ser tratadas com este olhar por alguns estudiosos da temática, entre eles, poloneses como a antropóloga Karolina Bielenin-Lencowska e a socióloga Renata Siuda-Ambroziak, ambas da Universidade de Varsóvia, Katarzyna Porada (pós-doutoranda - CONICET/Buenos Aires)⁹¹, o historiador Jerzy Mazurek (2016), entre outros, que em seus estudos referenciam a *comunidade da diáspora polonesa*: no Brasil, no Canadá, na Argentina..., considerando fatores como a dispersão e a (re)imaginação cultural e identitária em países como Brasil, Canadá, Argentina, Estados Unidos, entre outros.

A diáspora, conforme Haesbaert (2005), vinculada ao significado da palavra grega *speiro*, é inspirada primordialmente na diáspora judaica (dispersão de judeus pela Europa, expulsos da Palestina pelo Imperador Adriano e proibidos de entrar em Jerusalém). Conforme Hagger (2010, p. 56), “Todos os judeus da Diáspora viam a Palestina – sua terra natal, a Terra de Israel – como centro de sua religião e de sua vida cultural”, sendo assim, desejavam o retorno. O povo judeu tem sua trajetória ligada à mobilidade migratória, considerando as constantes perseguições sofridas em relação às definições religiosas, culturais, ideológicas e simbólicas. Assim, marcadamente, até os anos 1980, o termo diáspora, e sua utilização estiveram mais restritos aos judeus.

Em relação às perseguições e à continuidade da diáspora, conforme o judeu Flávio Rotman (2008, p. 153), estas se mantêm de forma mais tranquila através de algumas

⁹¹ Apresentações de suas pesquisas durante o Simpósio de Estudos Eslavos/2016 em Irati – PR.

conquistas como a emancipação do antissemitismo racial, que afasta as perspectivas assimilacionistas e de imposição religiosa do cristianismo e o medo de se assumir como judeu. Para o autor, estas conquistas estão ligadas à realização do congresso de 1897 com representantes judeus de diversos lugares do mundo, para discutir o futuro do povo judeu, marcando o nascimento do sionismo político⁹², porém não acatado por grupos que já haviam conquistado seus direitos, como aqueles localizados na França, na Alemanha e na Inglaterra. “Surge, portanto, entre os judeus, o sentimento geral nacionalista de ter como os demais povos sua própria pátria”. Desse modo, “Essa idéia a que chamamos sionismo, consiste no desejo do retorno a Israel, a terra eleita por Deus, por realizar ali a sociedade judaica que a Torá deseja”.

Para Rotman (2008), os judeus são uma nação. Conforme o autor, “Jamais abandonamos a terra, e é como se a terra jamais tivesse abandonado o povo judeu. A rocha à qual nós, judeus, somos presos é a nossa história, o nosso destino”, “começamos enterrados no Egito, perdendo tudo, exceto nossa identidade”. Para isso, colocando-se como membro do grupo, ressalta formas de preservar a identidade judaica, imbricando práticas culturais e religiosas: “O coletivo é um dos pilares do judaísmo que não pode ser vivenciado de forma isolada. O grupo é fundamental para o exercício das práticas judaicas”. Assim,

“Hoje, como ontem, é preciso juntar-se em comunidades, atualmente, talvez com igual ou maior premência, pois multiplicam-se as manifestações de anti-semitismo no mundo [...]. Qual deve ser nossa reação? Esconder nossa identidade para ser esquecidos? Nunca!” (ROTMAN, 2008, pp. 154-155).

No entanto, este ponto de partida em relação à diáspora é questionado por Hall (2013, p. 32) em relação ao seu potencial de fechamento, de exclusividade da pátria e da ligação ao território geográfico, de unicidade, imutabilidade, primordialidade e de fixação no nascimento das identidades culturais, de uma perspectiva de mito fundador, de tradição. Para o autor “É uma versão dessa concepção da diáspora judia e de seu enunciado “retorno” a Israel que constitui a origem da disputa com seus vizinhos no Oriente Médio, pela qual o povo palestino têm pago um preço tão alto, paradoxalmente, com sua expulsão de uma terra que, afinal também é sua”. Nesse sentido:

⁹² Conforme Rotman (2008, p. 198), foi fundado por Herzl em um manifesto chamado *O Estado Judeu*, publicado em 1896, em que ressalta que “a questão judaica não é religiosa ou social, mas nacional”. Também ressalta a fundação de três instituições: um Banco Colonial Judaico (1899), o Fundo Nacional Judaico (1907), encarregado de adquirir terras na Palestina e, o Keren Hayessod (1920) que reúne fundos na diáspora para sustentar a imigração.

O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém, as configurações sincretizadas da identidade cultural [...] requerem à noção derridiana de *différance* – uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial à cultura.

Com posicionamentos como o de Hall (2013), o conceito tem sido reavaliado e expandido em novas perspectivas e olhares, podendo ser utilizado para outros povos e situações, destituindo a ideia pela qual muitas populações das migrações são definidas como grupos unificados, com sua identidade étnica, cultural ou nacional essencializadas, cuja atitude nas novas comunidades é ligada à credulidade de manter a “pureza cultural” e o “retorno redentor”, relacionadas à questão da dispersão em si.

Essa transformação do conceito e seu uso, como categoria analítica, são evidenciados pelo editor da revista *Diaspora*, Khachig Tölölyan (2017), o qual ressalta o crescimento dos estudos no campo, mas que aumentam também o que ele chama de uso “promíscuo” e diluição do significado. No entanto, relaciona quatro eventos que contribuem para a ampliação do uso. O primeiro deles é pertinente ao empoderamento dos negros ex-escravos, dispersos nos Estados Unidos e a sua participação cidadã/política e social e movimentos culturais como o *Black Power* nos anos 1960, cuja eminência passa a ser vista pelos estudos culturais como diáspora. O segundo desenvolve-se trabalhando “muitas vezes explicitamente com o modelo judeu-isralense, mesmo quando este era inadequado”,

[...] a Guerra de Junho de 1967, em que Israel, um Estado fundado por pessoas nascidas na diáspora, derrotou espetacularmente seus oponentes árabes e galvanizou o já considerável apoio que tinha na comunidade judaica estadunidense, não só como um lobby político, mas como um movimento na vida intelectual. Um produto resultante do boom no discurso judaico estadunidense foi o que chamo de re-diasporização da etnicidade. [...] O terceiro evento que convergiu com os fatores acima citados foi a aprovação, pelo Congresso dos Estados Unidos, da Lei Hart-Celler de Imigração e Nacionalidade, em 1965, numa votação de 76 a 18. Essa lei, com emendas acrescentadas nos anos seguintes, anulou as quotas de imigração restritivas estabelecidas em 1923-24, ampliou o número de imigrantes e permitiu a imigração não europeia para os Estados Unidos em escala global. [...] o quarto desdobramento importante que, em minha opinião, preparou o terreno para a aceitação pelos intelectuais do conceito de diáspora foi a emergência e a valorização definitiva, dentro dos currículos universitários, das noções de identidade, diferença e diversidade como temas de investigação. Tomando mais uma vez os Estados Unidos como exemplo, depois do sucesso difícil mas extraordinário do movimento pelos direitos civis dos negros estadunidenses, emergiu uma série de lutas no final da Guerra do Vietnã pelos direitos das mulheres, dos homossexuais e outros. Dentro das universidades, a indispensabilidade da diferença como uma função que estabelece fronteiras e identidades e, no entanto, também cria heterogeneidades dentro delas, emergiu primeiramente em 1966, à medida que começaram a aparecer textos como os do suíço Ferdinand de Saussure, de teóricos franceses como Barthes e Benveniste e de filósofos

como Derrida. [...] do direito à diferença, que acabaria por facilitar a aceitação e a alta valorização da diáspora como conceito e como identidade. Esse movimento, que denunciava a exclusão e advogava pela inclusão sem homogeneização, impregnou o trabalho teórico e o empírico. Assim como foram rejeitados o racismo, a masculinidade e as normas heterossexuais intolerantes que silenciavam e excluía, também o foram as normas homogeneizantes da identidade nacional. Historiadores estabeleceram agendas de pesquisa a fim de preencher falhas e lacunas, de permitir que vozes silenciadas fossem ouvidas, para deixar falar os subalternos, na crença de que podiam, deviam e seriam ouvidos. Os estudos da diáspora se beneficiaram desse movimento mais amplo (TÖLÖLYAN, 2017, p. 26-29).

As questões acima destacadas ressaltam para um contexto não de assimilação, mas que se abre para a ampliação das heterogeneidades em convivência, complexidades, cidadania, diferença e mudanças de paradigmas, são questões que permeiam o posicionamento tomado por Hall (2013, p. 39), que reflete um olhar pós-colonial e pós-moderno, em que as identidades culturais diaspóricas são globalizadas, transnacionais e (des)localizadas, hibridizadas. “Essa nova fase “transnacional” do sistema tem seu “centro” cultural em todo lugar e em lugar nenhum. Está se tornando “descentrada””. Porém, “Isso não significa que falta a ela o poder ou que o Estado-nação não têm função nela”. De alguma forma, o local de origem se evidencia nos processos diaspóricos (Estado-nação ou não). O posicionamento do autor se define em muito pelas suas vivências enquanto intelectual diaspórico. Para Armani (2011, p. 26-27) o

[...] contexto intelectual de Hall, menos institucional, é justamente o contexto dos intelectuais diaspóricos, que saíram de suas nações de origem para habitar o mundo das ex-metrópoles, como é o caso, além de Hall, de autores como o indiano Homi Bhabha, o palestino Edward Said, o antilhano Frantz Fanon, entre outros. Há uma profunda relação do pensamento de Hall com sua própria situação histórica de migrante, de um sujeito pós-colonial que, ao se radicar na ex-colônia, teve de negociar sua própria identidade e se traduzir. Nesse sentido, não somente a sua identidade foi posta em questão, mas também a suposta autenticidade do *eu colonial* que sustentou o binarismo aqui/lá da autoridade colonial. O pós-colonialismo surgiu como um modo de pôr em questão as velhas dicotomias que legitimaram a supremacia do eu nacional imperial. Como sugere o próprio escritor jamaicano, o termo *pós-colonial* não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época, mas releer a colonização como parte de um processo global, essencialmente transnacional e transcultural, produzindo uma reescrita descentrada, diaspórica e mesmo global das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação (HALL, 2003, p. 109).

Isso significa uma ruptura com abordagens fechadas a partir de concepções evidenciadas pela relação com os estados-nações e os discursos identitários nacionais moldados e limitados. Essa postura é desconstruída a partir de análises conceituais e dos reordenamentos de ordem epistemológica e paradigmática, cujos encaminhamentos estão ligados principalmente aos movimentos culturais e teóricos dos anos 1960, como indica

Tölölyan (2017), mas também ligados à percepção empírica de que os resultados destas posições de exclusão e de fechamento podem ser prejudiciais, além de não contemplarem a dinamicidade social.

Nesse viés, Rogério Haesbaert (2000) também destaca os novos olhares para o conceito. Conforme o autor, ao lançar olhares mais atentos para o multiculturalismo, à diversidade cultural e o étnico-racial no campo das ciências sociais, seu uso passa a ser revisto e ampliado.

A crescente reflexão sobre a nova imigração, a etnicidade e o multiculturalismo limpou o terreno para a aceitação do conceito de diáspora, que tornou possível considerar os concidadãos com compromissos multilocais, com cidadania dupla e participação em redes transnacionais como algo diferente de pessoas perigosas com lealdades divididas, cujo descontentamento poderia algum dia fazer correr “rios de sangue” (TÖLÖLYAN, 2017, p. 29).

No entanto, Hall (2006, 2013) faz importantes alertas em relação a perspectivas que possam ser associadas a concepções, como grupo étnico e o próprio uso do termo “multiculturalismo”, entendido por ele como se existissem diversas unidades culturais purificadas e fechadas. Quando, na verdade, essas delimitações não podem ser vistas de forma efetiva. Bauman (2012, p.66) também faz este alerta e destaca que “A característica mais preeminente na vida contemporânea é a *variedade cultural* das sociedades, e não a *variedade de culturas* numa sociedade”.

Por isso “o referencial nacional não é muito útil. Os Estados-nação impõem fronteiras rígidas dentro das quais se espera que as culturas floresçam” (HALL, 2013, p. 38). Para Hall (2013, p. 33), “a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica”. “Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas”. Tölölyan (2017, p. 32), em uma postura ainda mais rígida, destaca que

Somente os roms (ou ciganos), como se tem ressaltado, constituem uma diáspora absoluta, sem nenhum olhar voltado para uma pátria, nenhuma memória dela, nenhum desejo de retornar àquela área do que hoje é a fronteira entre Paquistão e Índia que, supostamente, eles abandonaram por volta do século VIII. Os roms existem como uma diáspora que atravessa fronteiras porque seus líderes se reconhecem como fragmentos de um povo disperso e oprimido, fragmentos que eles trabalham incessantemente por reconectar.

Entre os grupos pensados em diásporas, podemos ressaltar os africanos trazidos escravizados para o Brasil, que imaginam suas culturas, identidades culturais e étnicas referenciadas à origem africana e às nações imaginadas e (re)imaginadas de onde pertencem

culturalmente, em um movimento de transnacionalismo (ex. *Jejes* na Bahia⁹³). Hall (2013) também retrata a diáspora de negros caribenhos para o Reino Unido e a imaginação de suas identidades culturais. Jeffrey Lesser (2008, p. 28), em *Uma Diáspora Descontente*, trata da presença de japoneses no Brasil, mais especificamente em São Paulo, e da etnicidade, a partir da diáspora, constituindo-se como nipo-brasileiros (dupla referência nacional e identitária).

A diáspora ligada a outras possibilidades que não somente às perspectivas nacional e transnacional, mas que, de qualquer maneira, indicam a manutenção de laços culturais invisíveis fundados nas questões e nas problemáticas pelas quais são perpassados os grupos, mantendo sua unidade na diversidade, principalmente ligada às possibilidades inauguradas com o quarto evento indicado por Tölölyan (2017) pode ser percebida em pesquisas como aquelas voltadas para o *Feminismo Negro Diáspórico*. Neste caso, definindo diferentes categorias de feminismo, Santos (2007) o trata como uma organização social e política dada, principalmente, a partir de elementos como a experiência de opressão. A autora define então Feminismo Negro Diáspórico:

[...] aqueles grupos cujas práticas políticas e intelectuais são produzidas e desenvolvidas por feministas e/ou ativistas afrodescendentes; e ainda, cujas práticas apresentem como característica marcante a propriedade de serem (ou terem sido) fundadas e forjadas a partir da articulação das categorias políticas de “raça”, gênero, classe e sexualidade, em resposta ao sistema de dominação que tem impactado as mulheres negras e que majoritariamente se caracteriza pela interseccionalidade do racismo, sexismo, classismo e heterossexismo. Assim, apesar das diferenças socioeconômicas, políticas, culturais e geográficas, este diversificado grupo de mulheres negras tem apresentado como ponto em comum em suas análises políticas e teóricas a questão das múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras com a opressão (SANTOS, p.11-12, 2007).

A autora evidencia uma ligação que se constitui tanto no afropertencimento, como qualidade cultural e etnovinculatória, quanto nos enfrentamentos sociais dos quais compartilham. Apesar de estarem separadas por fronteiras geográficas, socioculturais, econômicas e políticas, as mulheres afrodescendentes têm tido um papel secular e histórico de vanguarda no que se refere à sustentabilidade e à reorganização das estruturas socioculturais, econômicas e políticas, acerca da população afrodescendente (SANTOS, 2007, p. 19).

Assim, a diáspora não se resume somente à mobilidade territorial em sua dimensão concreta e à relação com a nação e as identidades fixas. Mas, sobre a qual a reflexão

⁹³Ver mais em: MATORY, J. Lorand. Jeje: Repensando nações e transnacionalismo. *Mana* [online]. 1999, vol.5, n.1, pp.57-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000100003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-9313. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131999000100003>. Acesso em: 30 mai. 2018.

considera as vinculações e as variáveis envolvidas nestas “bagagens”, retratando processos de (re)imaginação em contextos culturais múltiplos. Haesbaert (2005, p. 94-95) destaca que:

O fenômeno das diásporas, que originalmente referia-se apenas à experiência judaica, estendeu-se por todos os grupos de migrantes, que, com forte identidade cultural, foram forçados a deixar seus espaços de origem e reconstituir suas vidas em torno de uma densa rede de relações (ou um “território-rede”) através do mundo.

Retomando a perspectiva da territorialidade cultural das comunidades imaginadas desenvolvida por Anderson (2008), percebemos que essa dimensão aparece ligada à diáspora na construção dos teóricos do campo da geografia, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), os quais evidenciam territórios culturais na diáspora ligados a poderes não hierarquizados, relações de poder em territórios culturais. Para Lesser (2008, p. 28), “A geografia real e imaginada é de importância crítica para a construção da identidade étnica”; ressalta ainda, ao tratar da imigração japonesa, que “suas consequências criaram um espaço ímpar para a caracterização das grandes experiências de etnicidade no Brasil”.

Nesse sentido, Haesbaert & Porto-Gonçalves (2006, p. 12) destacam: “Como geógrafos, entendemos o território numa perspectiva social que integra tanto a sua dimensão concreta”, “político-econômica, mais tradicional, quanto sua dimensão simbólica, cultural-identitária”. Para os autores, “Entre estes espaços, encontramos as “redes regionais” e as “redes transnacionais” ou de “diásporas” consideradas aqui formas fundamentais de reterritorialização dos migrantes, ambas fortemente marcadas por laços de identidade cultural”. Neste mesmo viés, para Bonnemaïson e Cambrèzy (1996, p. 10):

O poder de laço territorial revela que o espaço está investido de valores, não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico, [...].

Em uma situação migratória de diáspora, os vínculos ao nacional são geralmente mais simbólicos e imaginados na articulação da etnicidade, neste caso, seria o ponto fundamentador da diáspora, pois, para Haesbaert (2005, p. 40), “A força da identidade entre muitos grupos migrantes é um dos principais fatores responsáveis pela coesão mantida pelo grupo, mesmo longe de seu território de origem”, processos de reterritorialização a partir de outras bases que não materiais, físicas, mas culturais. Segundo Haesbaert (2005, p. 43), em uma situação migratória de diáspora, importa “o peso da dimensão simbólica”. São constituições viabilizadas em organizações de caráter cultural vinculatório.

Robin Cohen (2008, p. 6, tradução nossa), em *Global Diasporas*, refere-se aos estudos de um dos teóricos da diáspora Willian Safran. A partir da proposta de expansão do conceito para além da diáspora judaica, o autor destaca que as pontuações abaixo, desenvolvidas por Safran, caracterizariam uma diáspora, desde que sejam atendidas algumas dessas características por uma comunidade minoritária de expatriados, e que provavelmente nenhum grupo venha a atender a todas elas.

- Eles, ou seus antepassados, foram dispersos de um "centro" original para duas ou mais regiões estrangeiras;
- Eles retêm uma memória coletiva, visão ou mito sobre sua pátria de origem, incluindo a sua localização, história e realizações;
- Eles acreditam que não são - e talvez nunca possam ser - totalmente aceitos suas sociedades de acolhimento e, portanto, permanecem parcialmente separadas;
- A sua casa ancestral é idealizada e pensa-se que, quando as condições são favoráveis, eles ou seus descendentes devem retornar;
- Eles acreditam que todos os membros da diáspora devem estar comprometidos com a manutenção ou restauro da terra natal original e à sua segurança e prosperidade; e
- Eles continuam de várias maneiras a se relacionar com essa terra natal e sua consciência etnocomunitária e solidariedade são de uma forma importante definida pela existência de tal relação;

No entanto, Cohen propõe Safran como ponto de partida no intuito da anunciada atualização do conceito, para isso, propõe alguns ajustes no mesmo. Destaca:

Eu alterei o primeiro recurso declarado adicionando. A dispersão de um centro original é muitas vezes acompanhada pela memória de um único evento traumático que fornece a memória folclórica da grande injustiça histórica que liga o grupo. Eu adaptei a penúltima característica para permitir o caso não apenas da "manutenção ou restauração" de uma pátria, mas é criação. Isto cobre os casos de uma "**pátria imaginária**" que só se assemelha a história original e geografia da natalidade da diáspora nos mais remotos caminhos (COHEN, 2008, p. 6, tradução nossa).

Para Bruneau (1995, p. 8), o conceito de diáspora deve incorporar “a consciência e o fato de reivindicar uma identidade étnica ou nacional; a existência de uma organização política, religiosa ou cultural do grupo disperso (riqueza da vida associativa); a existência de contatos de diversas formas, reais ou imaginárias, com o território ou o país de origem”. As características colocadas por Bruneau (1995) e Cohen (2008) acordam em alguns pontos com Haesbaert (2000, p.48) que, ao delimitá-las em um processo migratório classificado como diáspora, destaca os seguintes pontos:

- uma origem a partir de catástrofes, conflitos ou crises muito agudas;

- uma forte organização dos grupos dispersos em forma de rede;
- uma longa duração dos vínculos (várias gerações) na dispersão;
- uma identidade étnica ou nacional reivindicada pelo grupo (consciência identitária, mesmo quando integrados e aculturados – mas jamais assimilados);
- uma organização política, econômica, religiosa ou cultural (manifestando, assim, uma rica vida associativa);
- contatos reais ou imaginários com o território ou país de origem (que se transforma em um espaço de referência identitária).

Dentre as questões ressaltadas por Cohen (2008), reafirmando Safran (1991), está também a possibilidade de que grupos da diáspora mantenham contato e práticas de solidariedade com membros em diferentes países e que formem aspectos de coletividade dentro de um país em específico, em que se encontram como migrantes. No entanto, suas construções são pensadas no sentido de traçar definições mais objetivas e centradas na dispersão em relação aos territórios, à memória coletiva, à etnia e ao contexto, mais voltados para o passado, dando margem para certo isolamento “do grupo”. Já Hall (2013) não traça definições tão alinhadas e, embora não desconsidere a relação com os territórios (localização), desvela uma relação mais “ventilada” e situacional, voltada para as identidades culturais que são (re)imaginadas, considerando o processo histórico e as múltiplas forças na diáspora em si.

No mesmo sentido de Hall (2013), Tölölyan (2017, p. 30) ressalta para a imprescindível condição de subjetividade da diáspora. O autor cita um ensaio da crítica literária sino-canadense Lily Cho (Cho, 2007): “Ela escreve: [...] A diáspora emerge como uma subjetividade viva aos efeitos de globalização e migração, mas também sintonizada com as histórias de colonialismo e imperialismo”. Destaca ainda:

O subjetivo é real, embora num registro diferente do da materialidade do objetivo, e ele ajuda a construir o sujeito diaspórico individual que é atraído por outros que compartilham a mesma subjetividade mediada. Essa é uma razão pela qual o estudo da literatura e da cultura de massa, e das novas mídias digitais, deve ser trazido para mais perto do trabalho dos cientistas sociais.

O autor acima ressalta para a relevância do estudo da literatura e da cultura de massa, em detrimento das representações que aí circulam e que perpassam as subjetividades. Neste mesmo sentido, Anderson (2008) alertava para a importância da expansão da imprensa capitalista em relação aos nacionalismos. Nesse escopo, Braga (2010) propõe-se a pensar questões como a etnicidade, as negociações e as identificações culturais fluidas a partir da análise de produções literárias diáspóricas entre Brasil e Japão, como espaços diaspóricos.

Retomando a posição em relação ao passado, a partir dos critérios dispostos por

Safran, embora ele seja retomado como parte da subjetividade, como *elementos rastreadores básicos*, conforme Hall (2013, p. 33), “Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras”. Nesse processo, o *dispositivo discursivo* cultural que não deixa de estar referenciado é que se articula na dinâmica. Nesse sentido, o autor ressalta que percebeu, nas observações em sua trajetória de pesquisa com comunidades diaspóricas, “os mesmos *elementos rastreadores básicos (semelhança)*, junto com as formas pelas quais estes haviam sido *singularmente combinados em distintas configurações em cada lugar (diferença)*” (HALL, 2013, p. 35).

Em relação à etnicidade, tanto Cohen (2008), quanto Hall (2006, 2013), Haesbaert, Tölölyan (2017), Lesser (2008), entre outros, reconhecem essa ligação com a diáspora. Braga (2010, p. 48-49) ressalta para o alinhamento da importância sobre a questão entre as contribuições de Stuart Hall, Paul Gilroy e James Clifford⁹⁴.

Retomemos a análise de Stuart Hall (1992), um dos principais responsáveis pela reformulação do conceito de etnicidade e de seu uso nos estudos culturais: “O termo etnicidade reconhece o lugar da história, da língua e da cultura na construção da subjetividade e da identidade, bem como o fato de que todo discurso é localizado, posicionado e situado e que todo conhecimento é situacional” (HALL, 1992, p. 56). Tratar de etnicidade é, portanto, relativizar, ideologizar e contextualizar qualquer análise de grupos humanos. Contudo, qual seria, de fato, a distinção entre diáspora e etnicidade? Entre os estudiosos da diáspora, Tölölyan (2007) parece ser o que mais se preocupa em fazer a diferenciação. Para ele, “todas as comunidades diaspóricas são também comunidades étnicas, mas nem todas as comunidades étnicas são diaspóricas” (TÖLÖLYAN, 2007, p. 649). [...] diásporas seriam um tipo específico de grupo étnico: “uma comunidade étnica é diferente de uma diáspora porque à primeira falta o duplo comprometimento da segunda em manter conexões com sua terra natal e suas comunidades irmãs em outros Estados; falta a autorrepresentação continuada e também a perpetuação de diferenças significativas” (TÖLÖLYAN, 2007, p. 649). Tais fatores de diferenciação são oriundos da mobilidade que caracteriza as diásporas, mas que não se aplica, necessariamente, aos grupos étnicos. Apesar das diferenças, as discussões acadêmicas sobre a etnicidade enfatizam, frequentemente, a questão coletiva, assim como a teoria da diáspora. Por isso, muitos teóricos da etnicidade desenvolvem sua argumentação utilizando a expressão “grupo étnico”.

Conforme Tölölyan (2017, p. 28), “as diásporas são uma categoria especial de dispersão etnicizada”. No entanto, a questão do grupo étnico muitas vezes torna-se limitada em relação à concepção de identidade cultural da diáspora, tornando-a específico, ou seja, não

⁹⁴ Conforme Braga (2010, p. 48) “Entre os teóricos da diáspora, Paul Gilroy (1999, 2001) é o que mais investiga a relação entre diáspora e cultura, em publicações como *Atlântico negro: modernidade e dupla consciência* (2001)”. Destaca que “Trabalhando com a dispersão africana, Gilroy descreve uma cultura de diáspora diversificada, que se expressa por meio de várias formas culturais modernas”. Então, “Ao discorrer sobre o trabalho de Gilroy, Clifford (1994) comenta que “as culturas da diáspora operam no sentido de manter a comunidade, preservando e recuperando tradições de forma seletiva, adaptando-as e apresentando novas versões delas, híbridas e, frequentemente, antagônicas” (CLIFFORD, 1994, p. 230)”. Braga (2010) ressalta que conforme James Clifford “[...] Paul Gilroy (2001), estudioso da diáspora africana, que “projeta em profundidade histórica uma cultura de diáspora negra diversificada que não pode ser reduzida a nenhuma tradição nacional ou etnicamente alicerçada” (CLIFFORD, 1994, p. 229)”.

seria em hipótese alguma uma imitação ao que já existiu no contexto nacional e, por isso, nem todas as comunidades étnicas são diáspóricas. Já aquelas diáspóricas estariam ligadas a uma maior complexidade de forças e tessituras entrelaçadas e esgaçadas intermitentemente, tendo em vista diferentes localizações culturais e conexões em diálogo, não restritas a moldes nacionais.

Assim, o olhar a partir da diáspora tem sido mais amplamente utilizado em relação a outras migrações para além da judaica, tendo em vista as complexidades a ela inerentes e no entendimento de que os membros da diáspora possuem identidades múltiplas, que se (re)constróem como comunidades culturais imaginadas em novos espaços e sociabilidades. A diáspora é um processo cultural e não se trata de uma cultura nacional ou vinculada nos moldes do estado-nação. Conforme destaca Hall (2013, p. 28), a diáspora é capaz de lançar luz sobre as complexidades, “não simplesmente de se construir, mas de se imaginar a nação [*nationhood*] e a identidade”, seja ela étnica ou não, em uma referência a Anderson (2008), e às “comunidades imaginadas”.

Para finalizar, retomamos Tölölyan (2017, p. 36-37) que alerta estudiosos do campo para que tenham cuidados em relação à politização das diásporas, ou seja, quando estudos acabam por usá-las instrumentalmente a serviço de políticas globais, de investimentos da pátria ancestral no lar diaspórico, de criação de ministérios e secretarias da diáspora, com investimentos de ONGs, Banco Mundial, FMI, pecando em relação à dimensão de sua complexidade. Para o autor:

À medida que formações sociais diaspóricas se consolidam, suas próprias novas elites e empreendedores políticos aspiram a se tornar líderes, agentes influentes e intermediários das relações das diásporas com os governos de seus novos países de assentamento, bem como com os governos das pátrias originais. [...] Os estudos da diáspora podem tentar ser um antídoto à instrumentalização reducionista da complexidade social, cultural e afetiva das diásporas. Como pesquisadores dos estudos da diáspora, precisamos tomar a dianteira, lembrar a nós mesmos e aos outros essa surpreendente complexidade, que é o produto dos esforços diaspóricos por construir, representar e discutir a vida cotidiana de comunidades diaspóricas locais, enquanto também atentam para as demandas de engajamento com outras comunidades diaspóricas e com a pátria ancestral. A combinação paradoxal de localismo e transnacionalismo, o ardente desejo de alcançar o sucesso econômico e social e a disposição ao sacrifício pela comunidade e pela pátria original, a real oscilação entre lealdade e desprendimento cético que caracteriza a performance das vidas diaspóricas, tudo isso é, na minha opinião, um exemplo do modo como cada um, incluindo os naturais de qualquer país, terá de viver num mundo cada vez mais heterogêneo e plural. É um mundo em que as diásporas têm vivido por bastante tempo. Espero por estudos da diáspora que estejam à altura da complexidade das diásporas que são tanto os objetos quanto os co-sujeitos de suas análises.

A questão evidenciada acima tem sido uma problemática crescente, principalmente no

que tange a estudiosos ligados aos grupos étnicos de imigrantes (ascendência, parentesco), que buscam problematizar questões que são situadas somente no campo político e de interesse no contexto internacional. Entretanto, posicionamentos assim direcionados, como já alertou Hall (2013), podem, em certo prazo, trazer consequências não desejáveis em relação à convivência humana voltada para o reconhecimento do outro e do diálogo cultural.

Então, retomando Stuart Hall (2013, p. 28-30) “*Como podemos imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora?*” *Como imaginar sua relação com a terra de origem, a natureza de seu pertencimento?*

As formulações sobre a identidade étnico-cultural diaspórica exigem ter clareza do lugar ocupado pela identidade, primando pelo cuidado em relação ao essencialismo e ao etnocentrismo. Sovik (2013, p. 16) destaca que, ao pensar nos negros da diáspora, “Hall afirma o valor estratégico dos discursos de identidade negra diante do racismo, com suas múltiplas raízes nos diversos níveis da formação social: político, econômico, social, cultural”. Destaca ainda que o autor, “ao mesmo tempo, em um movimento que parece paradoxal, enfoca sempre o jogo da diferença, a *différance*, a natureza intrinsecamente hibridizada de toda identidade e das identidades diáspóricas em especial”.

“Na situação da diáspora, as identidades tornam-se múltiplas” (HALL, 2013, p. 27). Retomando o *dispositivo discursivo* de Hall (2006), as diferenças são tratadas a partir das categorias discursivas culturais. Olhar para o pertencimento deste ponto de partida, leva-nos a perceber que, em alguma medida, levam consigo a pátria de origem (*homeland*)⁹⁵ em suas comunidades culturais imaginadas, que não necessariamente se refere a ligação formalizada e delimitada geográfica e politicamente dos modernos estados-nações, que surgem após a queda dos antigos impérios na adoção de moldes e narrativas nacionais prontas para serem usadas.

Identidades étnico-culturais em diásporas são (re)construídas e as comunidades são (re)imaginadas. Esse processo ocorre a partir do contato com as dimensões culturais múltiplas vivenciadas no lar diáspórico (*home*)⁹⁶, assim como da reorganização de memórias, entre elas as de origem, pautadas em entendimentos que também se reformulam. Embora a pátria ancestral, neste caso, a Polônia, seja uma referência como ponto de partida (origem), as redefinições identitárias são efetivas em novos contextos.

⁹⁵ Tölölyan (2017, p. 31).

⁹⁶Idem.

3.3.1 Da Diáspora Polonesa: evidências iniciais.

Enquanto os impérios invasores da Polônia tripartida não aderiram de forma efetiva ao nacionalismo oficial, a dinâmica dos nacionalismos, das diferentes culturas e pertencimentos sob o “teto” dos impérios, era exercida com mais tranquilidade. No entanto, como tratamos anteriormente, esta fase chegou ao final, com o passar do tempo, acentuam-se os discursos voltados para tentativas de fundir império e nação, principalmente no domínio russo, e a diáspora se tornou efetivamente uma saída para um número cada vez mais amplo de pessoas.

Podemos pensar que, inicialmente, a perspectiva judaica do “retorno redentor” foi cogitada entre os poloneses migrantes, no entanto, com o passar do tempo, somaram-se motivações para dar continuidade ao processo migratório e o retorno, embora tenha ocorrido em alguns casos, na grande maioria não acontecia, pois, ao se estabelecerem em seus novos destinos, iniciavam a construção de seus novos lares diaspóricos. No lar diásporico (*home*), com possibilidade de paz social ou mesmo na falta de condições para retornar, permaneciam. Conforme Gardolinski (1956, p. 10, grifo nosso), em um primeiro momento,

Os emigrantes poloneses fugiam de seu país, com a esperança de que a situação iria melhorar, e então, poderiam regressar aos seus lares. É por essa razão que, a maior parte, não se distanciava muito da pátria; acomodava-se nos países vizinhos até o momento propício, para regressar mais facilmente. As nações preferidas para um refúgio temporário eram as seguintes: França, Bélgica, Suíça, Itália, Inglaterra, e, somente mais tarde, os Estados Unidos. Houve época em que foram suprimidas as liberdades e sufocadas todas as atividades patrióticas. Então *a imigração passava a desempenhar no exterior um papel ativo e importante na preservação de todas as tradições e sentimentos religiosos, morais e culturais* deste heróico povo.

Contrariando a ideia de retorno ou de estancamentos, durante o final do século XIX e início do XX, este movimento só aumentou. Conforme Joaquina Pires-O’Brien⁹⁷, autora que trata de cultura e de política na diáspora ibérica, “a instabilidade política mais a enorme repressão foi o motivo da emigração em massa dos poloneses não só para o Brasil, mas para outras partes da Europa e para as três Américas”. De acordo com Zdzisław Malczewski (2016)⁹⁸, “o contingente exato da colônia polonesa no país é desconhecido, pois não existem a esse respeito dados estatísticos exatos”. Sendo que “alguns autores estimam o grupo étnico polonês em 800 mil, outros em 1% da população do país, o que equivaleria a mais de um milhão e meio de pessoas. Os líderes polônicos apresentam até um número maior, que

⁹⁷Texto “A Diáspora polonesa no Brasil”, Disponível em: <https://jopiresobrien.wordpress.com/2011/10/10/a-diaspora-polonesa-no-brasil/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

⁹⁸Texto “Os poloneses e seus descendentes no Brasil: esboço histórico e situação atual da colônia polonesa no Brasil”, Disponível em: <http://www.polonicus.com.br/site/historia.php>. Acesso em: 01 set. 2018.

atingiria 2 a 3 milhões de pessoas”.

Conforme Michael Pieslak⁹⁹, atualmente existem cerca de 20 milhões de pessoas de ascendência polaca vivendo fora da Polônia, o que faz com que a diáspora polonesa seja uma das maiores e mais dispersas do mundo, causada por emigração política e econômica, perseguições étnicas e expulsões. Em relação à América Latina, esta questão é reiterada por Dembicz (2006, 2008), Mazurek (2016)¹⁰⁰, entre outros, cuja emigração em massa ocorre entre 1869 a 1939¹⁰¹.

A dispersão, então, estava ligada à percepção de fuga da realidade de crise cultural e social, fuga da *germanização* e de *russificação* e das imposições da igreja ortodoxa russa, buscando manter a liberdade da vivência cultural em diáspora. Estas questões estariam ressaltando as condições de fuga e de resistência, dimensionadas por Silva (2005) em relação à diáspora.

O documento: “*Raport o sytuacji polonii i polaków za granicą*” (o relatório oficial sobre a situação dos polacos e da Polónia no estrangeiro, tradução nossa)¹⁰², disponibilizado em 2009 pelo Ministério das Relações Exteriores da Polónia¹⁰³, desenvolvido com informações diplomáticas e consulares da diáspora polonesa coletadas pelo ministério, situa a presença polonesa em 30 países com contingente emigratório significativo, cuja dispersão massiva está situada nos séculos XIX e XX. Conforme o Relatório do Ministério, os países estão localizados nos continentes: Europeu, Americano, Africano e Asiático, entre eles estão: Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bielorrússia, Brasil, República Checa, Dinamarca, França, Grécia, Espanha, Irlanda, Islândia, Canadá, Cazaquistão, Lituânia, Letônia, Moldávia, Reino dos Países Baixos, Alemanha, Noruega, República da África do Sul, Rússia, Romênia, Estados Unidos, Suécia, Turquia, Ucrânia, Reino Unido e Itália.

Nesses distintos locais da diáspora, evidenciamos, entre as produções citadas, a presença ativa de organizações de obras polonesas, educacionais, bibliotecas, clubes,

⁹⁹Texto do Blog: *Poloneses ao redor do Mundo*. Disponível em: http://www.nasza-gazetka.com/Menu_Polonia/DIASPORA/DIASPORA.HTM. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹⁰⁰Jerzy Mazurek é uma referência para o campo. O historiador e pesquisador sobre a emigração polonesa, principalmente relacionada à América Latina, nascido na Polónia e formado na Universidade de Varsóvia, possui reconhecido envolvimento com a temática em sua atuação docente e produção atual e na perspectiva acadêmica.

¹⁰¹Sobre as distintas fases migratórias, trataremos no próximo capítulo.

¹⁰²O relatório oficial sobre a situação dos polacos e da polónia no estrangeiro “*Raport o sytuacji Polonii i Polaków za granicą*” (tradução nossa), Varsóvia: *Ministerstwo Spraw Zagranicznych (Ministério das Relações Exteriores da Polónia)*, 2009. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120721162143/http://www.msz.gov.pl/files/docs/polonia/Raport_PPG.pdf.

Acesso em: 01 set. 2018.

¹⁰³ Remetemos esta questão à crítica estabelecida a esta prática, acima ressaltada por Tölölyan (2017).

sociedades, associações, entidades e instituições oficiais, como os institutos culturais¹⁰⁴, organizações culturais, de ajuda mútua, recreativas e religiosas de seus emigrados, localizados no período delimitado pela pesquisa, mas, também na contemporaneidade.

Além de religiosos e camponeses, foram muitos os intelectuais e pessoas de profissões diversas que, principalmente após tentativas sucessivas e frustradas de converter a submissão polonesa, emigram para outros países, levando consigo a herança da resistência ativa aos processos de submissão e, mesmo após a reunificação, a emigração é evidenciada.

As questões acima apontadas são explicitamente decisivas para pensarmos esta situação migratória, considerando não só o aspecto de dispersão por diversos países, característico das diásporas, como apontado pelo relatório do ministério e pela historiografia. Aliado a isso, desvela-se a complexidade social e cultural na Polônia dividida, a resistência à imposição cultural e nacionalista que representava relações de poder conflitivas e de trauma, principalmente nas áreas de domínio russo. Assim, podemos afirmar não se tratar somente de uma emigração econômica, embora esta questão, somada a outras já evidenciadas, seja parte do processo.

No período de maior contingente migratório, o Brasil como país de destino ou lar diaspórico, assim como a Polônia como local de origem, ambos não configuravam estado-nações, então, o ponto de partida das identidades articuladas pelos migrantes em organizações associativas na diáspora, a partir de discursos identitários, não pode ser o Estado Nacional, mas, referências discursivas de identidades étnico-culturais, constituídas no processo pelo qual estão sendo perpassados, articulando-se a uma comunidade imaginada.

Para Mazurek (2016), no pós-reunificação, o fluxo migratório polonês irá apontar para a gradual diminuição da leva no entreguerras. Para o autor, isso se relaciona com as melhores condições da nação e a inserção de políticas nacionalistas. No entanto, esse período não está ligado a uma perspectiva de diáspora em inexistência do Estado-Nação, mas com a reunificação surgem outros objetivos para a diáspora, que agora passa a ser de interesse da Polônia ressurgida. No entanto, mesmo com algumas intervenções na dinâmica cultural e identitária entre migrantes, não há efetivamente como controlar com rigor tais processos.

Embora a emigração polonesa não possa ser somente enquadrada a partir da visão de uma emigração somente política, como no caso dos anti-salazaristas, ela configurava processos de resistência contra a imposição cultural e a (des)mobilização popular em

¹⁰⁴Texto “Institutos Poloneses” na página do Ministério das Relações Exteriores do governo Polonês. Disponível em: https://www.msz.gov.pl/en/p/msz_en/foreign_policy/public_diplomacy/polish_institutes/polish_institutes/_rp0x2Content!13229@125603_pageNo/1. Acesso em: 15 ago. 2018.

detrimento da adesão aos discursos nacionalistas imperiais. Haesbaert & Porto-Gonçalves (2006, p. 11) apontam que, quando a exclusão socioespacial se acentua, surgem resistências. Para os autores, “Resistências que não acontecem apenas pela defesa de territórios culturais próprios, muitas vezes opressivos”; surge também a “organização de novas redes – ou novos “territórios rede””. Assim, a dispersão pode ser uma saída importante para exercer as estratégias não possíveis no contexto de dominação. Conforme Siuda-Ambroziak (2017, p. 11),

[...] os fluxos migratórios em massa foram desencadeados desde os finais dos anos 80 do século XIX até a primeira década do século XX por um mecanismo chamado “imigração de corrente” ou “redes migratórias”, em que as sucessivas ondas apareceram graças a relações mantidas entre os emigrados e seus familiares e amigos nas aldeias polonesas (PRASZAŁOWICZ, 2002, p. 28).

Apoiando-se nas reflexões já apresentadas, compreendemos que, ao pensarmos a dispersão de populações polonesas em distintos locais pelo mundo, considerando o contexto da emigração e o período delimitado, as questões de tangência cultural e a historiografia, torna-se plausível agregar a categoria diáspora como instrumento teórico que percebe como decisiva, a (re)construção de identidades diasporicas.

No entanto, embora tenhamos evidenciado alguns dos aspectos que se relacionam com a perspectiva da situação migratória de diáspora, as questões de tangência cultural e a convergência com fenômenos sócio-históricos na historiografia, não discutimos até aqui a etnicidade articulada na imaginação das identidades étnico-culturais e a comunidade imaginada entre migrantes poloneses no Brasil, questão esta da qual buscaremos nos próximos capítulos, encaminhar respostas de maneira mais focalizada ao estudar a (re)construção das identidades étnico-culturais entre a comunidade polonesa no Brasil, articuladas nas sociabilidades das Uniões das sociedades *Kultura* e *Oswiata*, situadas em Curitiba, no Paraná.

4 MIGRAÇÕES E COLONIZAÇÃO NO BRASIL - SÉCULOS XIX E XX, A DIÁSPORA POLONESA E A COMUNIDADE POLONESA NO PARANÁ.

O período histórico apresentado neste capítulo, demarcado entre os séculos XIX e XX, localiza os movimentos migratórios em massa, ligados a populações europeias que adentraram o Brasil nesse período. Estas populações são destinadas para distintos espaços com o acompanhamento do Estado, através da legislação e da política imigratória e de colonização (imperial, republicano, provincial e estadual), que, juntamente com as companhias colonizadoras e de navegação, foram responsáveis pela inserção de imigrantes no território brasileiro, com diversas intenções. Tais séculos foram permeados por transformações na ordem das representações e das questões nacionais em nível internacional; No Brasil, localizam as décadas finais do Império e o início da República e ações voltadas para a política interna e externa, a modernização, o comércio e os serviços especializados, a diversidade cultural e produtiva.

As transformações externas que vieram a resultar na inserção de imigrantes europeus no Brasil se desenharam ainda no século XVIII com as mudanças culturais, ascensão da burguesia, questões políticas e tomadas imperialistas, novas relações de trabalho e propriedade, crescimento demográfico e expansão de uma modernização capitalista. Esse contexto foi responsável pelas condições externas que possibilitaram os deslocamentos de contingentes populacionais alemães¹⁰⁵, italianos¹⁰⁶, poloneses, entre outros. Mas se falava ainda no fim das proibições (“liberdade de partir”) e na emancipação dos camponeses, decorrentes do fim da servidão e da invenção do passaporte (Torpey, 2000) *apud* Oliveira (2009, p. 219). Conforme Nadalin (2001, p. 53):

A palavra de ordem é a “liberdade”: dos indivíduos (individualismo), inclusive de migrar; das nações (nacionalismo); de trabalho (nas fábricas). Impõe-se um estatuto de direito, um código burguês, modelado pelo Código Napoleônico. Constrói-se de modo gradativo um Direito Internacional – e nele inserido, um Direito Marítimo – que deveria reger as relações entre as nações.

Neste capítulo, buscamos contextualizar, mais especificamente, a dinâmica das migrações e colonização no Brasil - séculos XIX e XX - e a emergência da diáspora polonesa e da comunidade polonesa no Brasil e no Paraná. No entanto, objetivando esta construção,

¹⁰⁵ Aqui nos referimos aos imigrantes vindos do Império Prussiano, que depois se torna Alemanha.

¹⁰⁶ Imigrantes advindos do recorte territorial do Continente Europeu na época definido como Península Itálica, responsável pelo envio de um dos maiores contingentes populacionais durante os séculos XIX e XX. Posteriormente, esse recorte passa a ser a hoje Itália. Desta forma, optamos por usar a atual definição ao tratar desses, de modo a facilitar a localização geográfica e definições étnico-culturais ao leitor.

como parte da contextualização da temática de pesquisa e de nosso objeto, e não sendo este o foco principal desta pesquisa, não nos utilizamos de documentos, legislação e fontes históricas. Nossa reflexão embasa-se a partir de produções existentes sobre as migrações e colonização no Brasil, bem como a diáspora polonesa e a colonização polonesa no Brasil e no Paraná. Dentre essas produções destacamos: Giron & Bergamaschi (1996), Iotti (2010), Roche (1969), Nadalin (2001), Gluchowski (2005), Mazurek (2016), Oliveira (2015, 2009), Stawinski (1976), Trindade e Malikoski (2018).

Contextualizar os processos migratórios e a diásporas se faz necessário em relação às imbricações com a construção social da realidade, das organizações e dos processos de sociabilidade étnica na criação das organizações associativas étnicas, na construção e (re)imaginação das identidades polonesas na comunidade de acolhida, no entendimento de que tais construções são possibilidades culturais, assim como a decisão por migrar. Chartier (1990) entende a cultura como prática, um conjunto de significações comunicadas pelos indivíduos de um determinado grupo, por meio de suas interações. Este conjunto de significações se evidencia nas ações e instiga a tomada de tais decisões. Conforme Nadalin (2001, p. 8):

Em outros termos, uma história de migrações, de deslocamentos de população, revela comportamentos, padrões de relações sociais, momentos de crise... Traduz fenômenos culturais e, nesses e outros aspectos, as migrações permitem-nos compreender os fatos humanos – entre outros, políticos, religiosos e econômicos.

Ressaltamos através da historiografia visitada a percepção de uma mudança de olhares para estes “migrantes”, ligadas a perspectivas teórico-metodológicas que vêm sendo utilizadas pelos pesquisadores desse campo, dando-lhes “caras e atitudes”. Neste sentido, ao tratar mais especificamente da comunidade polonesa no Paraná, na última parte deste capítulo, fica clara a percepção de que nessas dinâmicas, não prevaleceram somente políticas verticalizadas, houve espaços de negociação, intermitentes relações de poder, trocas simbólicas e representações (CHARTIER, 1990). Assim, os imigrantes foram destituídos das narrativas muitas vezes epopeicas e/ou destituídas de negociação e colocados na condição da realidade, cheia de intencionalidades, estratégias políticas – redes de relações e inserção social e política (WITT, 2015), culturais, nacionais (CUNHA, 2003), de imprevisibilidades e de brechas.

4.1 MIGRAÇÕES, COLÔNIA E COLONIZAÇÃO NO BRASIL - SÉCULOS XIX E XX: CARACTERÍSTICAS E JOGOS DE MOTIVAÇÕES E INTERESSES.

Durante os séculos XIX e XX, foram contínuas as políticas de imigração e de colonização no Brasil, as quais fizeram parte de, conforme destaca Cunha (2015, p. 83), um “projeto planejado e um processo intencional de modernização capitalista do Brasil”. Embora com alguns curtos intervalos e ajustes relacionados à responsabilização na gestão, tanto no período imperial, quanto, posteriormente, na república, estes propósitos foram uma preocupação governista voltada para o cenário nacional e internacional. Dessa forma, até a metade do século XX, a entrada de imigrantes de distintos locais foi bastante significativa, principalmente aqueles que migram do continente europeu, destinados para as áreas de inserção imigrantista e/ou de colonização. Conforme Nadalin (2001, p. 17), a “Grande Imigração”, de 1850 até 1939, significou o ingresso de cerca de 48 milhões de imigrantes no país.

No caso da Alemanha, no século XIX eliminou-se a servidão da gleba, considerado um entrave para a mecanização, colocando, assim, os servos emancipados à margem da terra, resultando em trabalhadores sem terras, mendicância, vagância e pequenos furtos, levando-os a migrarem (informação verbal)¹⁰⁷. No meio urbano, a indústria existente não absorvia a mão de obra disponível, somado ao excedente populacional e ao descontentamento com as questões políticas. Conforme Kreutz (1991, p. 13), “não havia colônias para repassar os excedentes populacionais” isso, associado a “uma expansão industrial relativamente tardia para absorver os egressos do campo”.

Na Itália¹⁰⁸, com a crise camponesa a partir de 1870, a migração para países como o Brasil era uma boa solução, tendo na possibilidade da posse de terras, um importante atrativo. Nesse contexto, os imigrantes italianos no Brasil, em sua maioria, vieram das regiões do norte da Itália, motivados por não acompanharem as mudanças exigidas pela introdução de relações de produção capitalistas no campo. De acordo com Bertonha (2011), a partir da década de 1870, mais de 1 milhão de imigrantes advindos da Península Itálica chegaram ao Brasil e se instalaram no Norte, no Noroeste e em províncias do Sul, como pequenos proprietários.

¹⁰⁷ Palestra apresentada por Martin Dreher no II Seminário Internacional Diálogos Interculturais. Brasil e Países de Língua Alemã, Santa Maria, 17 de outubro de 2013.

¹⁰⁸ Os migrantes ditos italianos saíram do recorte territorial do Continente Europeu, na época definido como Península Itálica, responsável pelo envio de um dos maiores contingentes populacionais, principalmente, para o sul do Brasil. Após a unificação, esse recorte passa a ser a Itália. Desta forma, optamos por usar a atual definição, de modo a facilitar a localização geográfica do leitor.

Os movimentos migratórios desse período foram contemporaneamente tratados pela historiografia como migrações históricas¹⁰⁹, colocadas em relação às migrações atuais e aos refúgios. Migrar, no entanto, é um movimento humano reconhecido e naturalizado desde os primórdios, com motivações e “bagagens” reconhecidamente diversas.

Neste movimento humano, tanto os países dos quais emigram, quanto os distintos grupos humanos emigrantes, o país receptor, os estados e as regiões, foram representados por pessoas e contextos com diferentes características culturais e históricas, motivações e interesses colocados em jogo nos processos sociais e históricos. Buscamos neste subtítulo, tratar de forma bastante sintética, algumas questões presentes, principalmente em relação ao contexto brasileiro, de como a chegada destas populações migrantes, e a inserção imigrante e de colonização, no período anunciado, vem sendo percebidas na historiografia ligada à temática.

Em uma publicação clássica sobre “*A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*”, Jean Roche (1969, p. 117) ao tratar da colonização do território brasileiro, considerando um período de significativa entrada de estrangeiros através da colonização dirigida, a divide em duas fases distintas: a Primeira (1824-1889) sob a competência do Império e a Segunda, durante a República (1890-1914) - sob a competência de governos central e local. Durante a primeira fase, fundaram-se as chamadas Colônias Velhas e, na primeira metade do século XX - segunda fase, as Novas Colônias. Em ambas as fases, Oliveira (2009) identificou a presença de políticas de atração, empregadas aos distintos grupos de imigrantes, tanto pelo Império, quanto pela República, pelas províncias e depois estados.

No período Imperial, após a independência de Portugal, o imperador D. Pedro I ocupou-se com a imigração e a colonização, identificando necessidades internas e buscando intensificar esse processo de imigração, seguindo a política de abertura já iniciada. Conforme Iotti (2010, p. 42), “D. Pedro I deu prosseguimento à política de criação de núcleos coloniais praticada por seu pai D. João VI”. Sikora (2014, p. 13), destaca que “Com a vinda da Família Real ao Brasil, no início do século XIX, foram instituídas políticas por meio da Carta Régia de 1808, que tratava da abertura de portos aos estrangeiros, comércio e concessão de terras”.

Com a abertura dos portos, chegaram imigrantes alemães e austríacos no Rio de

¹⁰⁹ Esta definição tem sido evidenciada tanto em publicações acadêmicas em outros espaços, e em eventos como o *XIII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras e Seminário Nacional: Migrações históricas e recentes*, promovido pela Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, realizado no Rio Grande do Sul em 2017.

Janeiro, em meio a estes, também estavam alguns poloneses, devido à ocupação austríaca na Polônia. Chegaram também açorianos na região da feitoria do Linho Cânhamo, hoje São Leopoldo-RS. Segundo Jean Roche (1969, p. 93):

Foi o Governo Brasileiro que atraiu os emigrantes europeus, oferecendo-lhes diversas vantagens em dinheiro ou em espécie. Por resolução imperial introduziu-se essa colonização. O Imperador D. Pedro I interessou-se, pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil por brancos não-portugueses. Quer tenha sido movido por uma presciência intuitiva da importância própria da colonização, quer a tenha ligado, no seu espírito, a outras questões de política interna ou externa [...].

A referência feita por Roche (1969) em relação à opção de atrair os migrantes europeus não-portugueses é encontrada em distintas produções e, tal atitude é atribuída à influência da Imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I e filha da família Habsburgo do Império da Áustria. Em algumas produções historiográficas há indícios de que isso se deve a atribuições culturais e intelectuais notáveis de Leopoldina, que apontavam não somente para a importância das parcerias econômicas e relações políticas, mas, também, para a sua percepção sobre a importância de atrair para o Brasil pessoas do centro da cultura ocidental.

Porém, neste caminho, D. Pedro I enfrentou a resistência da classe latifundiária e até então escravista, que, até então, acostumada a dispor livremente do uso e posse das terras, era contrária ao investimento na implantação de núcleos coloniais. Mesmo assim, conforme Martin Dreher (2011, p. 76-77), Jorge Antônio Von Schaeffer foi enviado à Europa, em nome de José Bonifácio e Dom Pedro I, para o recrutamento de colonos antes da Proclamação da Independência. Então, conforme o autor:

Von Schaeffer recrutou-os em presídios e casas de correção. Os primeiros imigrantes chegados em São Leopoldo, em julho de 1824, foram egressos do presídio de Hamburgo. Nas levas que se sucederam, encontramos um grupo cerca de 350 pessoas retiradas de casas de correção e de presídio do Estado de Mecklenburg-Schwerin, estado localizado no mar Báltico.

No ano de 1824, logo após a Proclamação da Independência do Brasil, chegam os primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo – RS, tido por Roche (1969) como o berço da colonização alemã, e os suíços em Nova Friburgo no Rio de Janeiro. Conforme Nadalin (2001, p. 66), chegam alemães também em 1829, estes, são destinados a Três Forquilhas, Torres e São João das Missões, ainda, Itapecerica e Santo Amaro em São Paulo. No mesmo ano, conforme o autor, “foram fixadas em Santa Catarina e no Paraná, respectivamente, as colônias de São Pedro de Alcântara e Rio Negro, na mesma região onde antes já haviam sido instaladas 50 famílias açorianas”. Neste período, o “recém-instalado governo brasileiro passa

a organizar colônias de estrangeiros, para ocupar e defender o território brasileiro e para garantir a posse de terras” (GIRON & BERGAMASCHI, 1996, p. 66).

No processo que se delineia até 1850, o domínio de territórios se fez mais importante que os objetivos econômicos, então, a estratégia de povoamento das fronteiras passou a ser providência imediata para a manutenção de territórios após a Proclamação da Independência. Por isso, conforme Roche (1969, p. 10-17), a imigração alemã iniciou logo depois da Proclamação da Independência e da vitória do Brasil sobre Buenos Aires e Montevideu na primeira Guerra Cisplatina¹¹⁰, fato este que, encerrado em 1821, se deu em meio às disputas pela ocupação e pela posse territorial. Principalmente no sul do Brasil, a imigração fez parte da política de povoamento do extremo sul fronteiro com os países da Bacia do Prata¹¹¹, por tratar-se de uma região altamente estratégica em termos geopolíticos (ZARTH, 1997, p. 52-53).

Como uma forma de garantir a posse das terras, não foram introduzidos colonos súditos dos países que possuíam colônias na América. Posteriormente aos alemães, chegaram os imigrantes italianos e poloneses¹¹², entre outros. Assim, no pós-independência, o Brasil não era mais uma colônia e esta denominação passou a ser usada para as áreas de povoamento e de fixação de estrangeiros (GIRON & BERGAMASCHI, 1996).

Outro fator levou ao declínio geral do mercantilismo e desta fase do colonialismo, fator que foi engendrado pela própria evolução das atividades econômicas. Um dos sintomas dessas transformações foi a passagem da fase das “**colônias comerciais**”, características dos primeiros momentos das Grandes Navegações, para a constituição de “**colônias de povoamento**”, a partir principalmente do século XVIII (NADALIN, 2001, p. 55, grifo do autor).

Sendo assim, trata-se de um processo de declínio do colonialismo mercantilista, ligado ao processo de evolução capitalista e de um contexto propício para a concretização das independências e o desenvolvimento em sentido econômico, mas também demográfico dos países independentes. Então, os migrantes, predominantemente camponeses, saídos das regiões agrícolas europeias, tiveram possibilidades de constituir suas vidas em outro país, adquirindo lotes que eram parte de uma “colônia”.

¹¹⁰Conforme Roche (1969, p. 16), representou a guerra pela incorporação da Província Cisplatina ao reino luso-brasileiro.

¹¹¹Por países da Bacia do Prata compreende-se: Uruguai, Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia.

¹¹²Neste período, as imigrações alemã, italiana e polonesa representaram o maior salto quantitativo na entrada de estrangeiros no Brasil. Os três grupos representaram as levas mais numerosas.

A discussão em torno do conceito de *colônia* é perpassada por uma dialética que descortina uma amplitude muito maior do que um simples espaço geográfico destinado a imigrantes colonizadores: configura-se num contexto de vivência que sofreu formulações e (re)formulações, conforme as condições pelas quais foi permeada e objetivada.

Em um primeiro momento, todas as áreas disponíveis foram de domínio do Império, tendo em vista que iniciou aí um período de reestruturação política e, dentre as ações, foi outorgada a Constituição de 1824, documento este, em que os legisladores decidiram que seu território seria dividido em províncias, passando estas ao desígnio do Poder Executivo Imperial, sem qualquer autonomia administrativa (GIRON & BERGAMASCHI, 1996, p. 15-20). Porém, devido à contraposição dos latifundiários, houve uma paralisação no processo de imigração e de colonização, quando em 1931, D. Pedro I abdica do trono, iniciando-se o período regencial, em que “a imigração subsidiada pelos cofres públicos foi abandonada” (IOTTI, 2010).¹¹³

A retomada da política de imigração e de colonização imperial implicou, posteriormente, a partir de 1848, na divisão da responsabilização de administração sobre a colonização com os estados, que passaram a ter domínio sobre suas terras devolutas, através das colônias provinciais. Conforme Iotti (2010, p. 46), “a falta de recursos dos governos provinciais fez com que se associassem à iniciativa privada, estimulando a criação e a atuação de companhias de colonização” assim, para a autora, “passaram a atender mais aos interesses regionais do que até então”.

A inserção da iniciativa privada se ampliou com a Lei de Terras, que, regulamentada em 1850, resultou em exploração capitalista, principalmente através das empresas colonizadoras, das agências de propaganda e das companhias de navegação. Conforme Zarth (1997, p. 43), a partir da Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, todas as terras tidas como devolutas tornaram-se objeto de venda pelo governo.

Para Cunha (2015, p. 89), “Em resumo, a Lei de Terras dificultava o livre acesso às terras, por meio de posse”, ou seja, a ocupação de terras não mais pode ser “mansa e pacífica”, na expressão usada na época, mas realizada através da compra. Conforme a lei, “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetua-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de dez léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente” (ZARTH, 1997, p. 43).

¹¹³ Luiza Horn Iotti (2010) visita o processo de imigração e colonização a partir de documentos oficiais, relatórios e análise da legislação. Nosso objetivo é contextualizar o processo e, desta forma, tomaremos como ponto de partida as produções relacionadas à temática e reconhecidas atualmente.

A partir da Lei de Terras, conforme Giron & Bergamaschi (1996, p. 67), tal processo “adquire nova conotação” e o interesse econômico passou a sobrepor o político; “o Estado dirige e participa do processo, financiando e apoiando a iniciativa privada”. Em tal fase, a *colônia* passou a ser um “empreendimento econômico”, uma exploração imobiliária, e surgiram diversas companhias colonizadoras.

A regulamentação em lei quanto à valorização da terra resultou no incentivo à entrada de trabalhadores estrangeiros e na captação destes por parte das empresas colonizadoras, cuja atividade foi fortalecida com as leis que, aos poucos, buscaram extinguir a escravidão. As regiões e as terras devolutas e com pouca população, até então, passaram a ser comercializadas para empresas colonizadoras, estas, por sua vez, tinham como proprietários muitos latifundiários, escravistas, empresários, estrangeiros e políticos, que as loteavam e vendiam, tornando-se este um negócio altamente lucrativo.

Da forma como foi pensada a lei, o acesso às terras ficou bastante limitado para as camadas pobres da população camponesa, indígenas, nômades, posseiros, imigrantes trabalhadores das fazendas e, posteriormente, ex-escravos, homens livres, porém pobres e sem instrução. Este foi o caso da maioria dos nacionais que residiam em locais de colonização como posseiros ou que trabalhavam como peões de fazenda. Porém, a lei facilitou para as elites, que, além de regularizarem suas propriedades, procuraram avançar ou incorporar novas áreas, concentrando, assim, recursos econômicos e terras e gerando conflitos e manutenção da exploração, dada a dependência.

As pressões pela libertação dos escravos no país se ampliaram não somente no contexto interno, mas também, movidas pelas configurações externas que, aos poucos, se inseriam. No contexto mundial, a Revolução Industrial¹¹⁴, que se deu a partir do século XVII na Inglaterra, com desenvolvimento tecnológico na indústria, propiciando uma maior produção, “acumulação de capital, e acesso a reservas de recursos naturais” (MARIN, 1999, p. 8) deu ao país o domínio no mercado internacional.

Interessada em ampliar o mercado consumidor dos produtos que industrializava, a Inglaterra passou a fazer pressões para suprimir o tráfico de escravos para o Brasil. Com isto queria forçar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, garantindo assim mais compradores para os seus produtos no Brasil (MARIN, 1999, p. 16).

¹¹⁴A Revolução Industrial foi um longo processo ocorrido durante os séculos XVII e XVIII, pelo qual a Inglaterra passou de uma estrutura fundamentalmente agrícola e artesanal para outra, urbana e industrializada (MARIN, 1999, p. 8).

Marin (1999, p. 13-17) destaca também, que, além da necessidade inglesa de vender seus produtos e de expandir o comércio internacional, o Brasil estava em dívida com os bancos ingleses, devido aos “empréstimos para investimentos na lavoura, maquinário e transportes”, além de empréstimos para Portugal, inclusive para “a “fuga” da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808”. O Brasil do período, embora possuísse muitas riquezas e potencialidades econômicas, não tinha como explorá-las suficientemente. Nessas condições, acabou dependendo dos abusivos valores dos maquinários adquiridos na Inglaterra. Essa dependência aumentou com a libertação dos escravos e a diminuição da disponibilidade de mão-de-obra.

Tais fatores, reforçados pela promulgação da Lei Bill Aberdeen¹¹⁵ no Parlamento Inglês, foram determinantes para que a pressão Inglesa quanto à libertação dos escravos no Brasil, surtisse efeitos, somando-se ideias liberais da Revolução Francesa trazidas por alguns intelectuais do país, que voltavam de seus estudos no exterior. Então, a Inglaterra inicia uma verdadeira “cruzada” na intenção de fiscalizar navios que realizassem tráfico ilegal e promulga-se, no Brasil, “a Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, que extinguiu definitivamente o tráfico internacional de escravos” (MARIN, 1999, p. 22).

Conforme Giron & Bergamaschi (1996, p. 25-26), iniciou-se a “busca de mão-de-obra livre para a lavoura cafeeira e a agricultura nacional”. Posteriormente, em 1879, de acordo com Marin (1999, p. 6), criou-se a “Lei de Locação e Serviços que, voltada principalmente para os imigrantes, regulamenta o trabalho livre”. São definições que tornaram a “*colônia* como o espaço de transição entre o sistema escravista e o trabalho livre e o sustentáculo do latifúndio” (GIRON & BERGAMASCHI, 1996, p. 67). Neste sentido, o incentivo à imigração para o país, no período, tem implicações que, dentre seus fatores, nasceram também de um processo que resultou da gradual libertação dos escravos e da necessidade de mão de obra barata para, por exemplo, as fazendas de café.

Porém, os fazendeiros não aceitavam extinguir de uma vez por todas a escravidão, então esse processo foi efetivando-se aos poucos; criou-se a Lei do Ventre Livre (1874) e a Lei dos Sexagenários (1885). Porém, conforme já mencionamos, a forma como foi efetivada a Lei de Terras em sua aplicabilidade, facilitou a continuação da dependência dos escravos, uma vez que o acesso às terras havia sido limitado aos que tivessem condições aquisitivas, possibilidade quase intangível a ex-escravos, no entanto, acessível a muitos dos estrangeiros, brancos. Então, os ex-escravos, por não terem condições de sustentarem-se, local onde residir,

¹¹⁵Lei promulgada em 1845, no Parlamento Inglês. “Daí em diante o tráfico seria tratado como pirataria, e a apreensão de qualquer navio utilizado neste comércio seria um ato legal” (MARIN, 1999, p. 21).

outra profissão a exercer, em sua grande maioria, continuaram trabalhando para os proprietários das fazendas, garantindo disponibilidade de mão-de-obra barata.

A substituição de mão-de-obra escrava, embora tenha encontrado correspondência em distintos estados brasileiros, ocorreu mais fortemente no estado de São Paulo, onde as fazendas cafeeiras necessitavam cobrir, a partir do estabelecimento de parceria e de inserção imigrantista nas propriedades, a carência desses trabalhadores. Oliveira (2009, p. 219) destaca que, “No lugar de imigrantes colonos, o estado de São Paulo, por exemplo, passou a privilegiar a vinda de trabalhadores agrícolas. A edificação, em 1887, pela Sociedade Promotora de Imigração, da Hospedaria do Imigrante na cidade de São Paulo, confirmou essa tendência (ALVIM, 2000)”.

Conforme Truzzi (2016, p. 9), em São Paulo, a mão-de-obra da imigração italiana vinha substituindo os escravos nas fazendas “graças à imigração financiada, custeada primeiramente pelo governo central e, posteriormente, pelo governo paulista”. Com o tempo, muitos mudaram para os centros urbanos e, conforme o autor, “Nesse sentido eles podiam ser considerados um fator de modernização”, já que ocupavam setores de comércio, indústria e profissões ainda não desenvolvidas. A inserção de imigrantes no contexto urbano pode ser observada também em outras capitais brasileiras e se relacionou com o desenvolvimento urbano, a industrialização e o comércio.

A colonização e a inserção de imigrantes estão associadas a distintos conceitos de colônia entre 1850 e 1889, desenvolvidos por Giron & Bergamaschi (1996): *particulares*, *imperiais*, *provinciais* e *colônias de proprietários* - empresas colonizadoras. As imperiais, as provinciais e as colônias de proprietários - empresas colonizadoras se encaixaram no sistema de colonização, já as colônias particulares estiveram mais para um processo de inserção de imigrantes, e assim se subdividiram: de parceria¹¹⁶, mistas e de proprietários e previram acordos entre imigrante e proprietário, que na maioria das vezes, excluiu a posse, cada uma delas estava organizada de acordo com as relações de produção e de fluxo de capital pré-estabelecidas.

Assim, percebemos as diferenças regionais e provinciais (depois estaduais) deste processo de colonização e de inserção de imigrantes. Se no sul do Brasil a adesão à propriedade nos núcleos coloniais foi efetiva, na maioria das vezes, em outras regiões como a

¹¹⁶Para Marin (1999, p. 34), a parceria era o “contrato de trabalho no qual o proprietário da terra cedia uma parte desta ao trabalhador para ser cultivada. Os lucros eram repartidos conforme fosse estipulado previamente”. A autora cita como exemplo a experiência efetivada na Fazenda Ibicaba em São Paulo, cujo proprietário fora o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, onde o tratamento era de exploração semelhante ao dispensado aos escravos.

região sudeste, ao contrário, na maioria das vezes, foi ilusória. As colônias de parceria serviram para atrair imigrantes para o trabalho livre nas fazendas e, muitas vezes, a promessa de posse futura de parte do lote nunca se efetivou, considerando a relação de dívidas e de dependência.

No caso das colônias de proprietários - empresas colonizadoras, Giron & Bergamaschi (1996, p. 34) destacam que estas aproveitaram “as vantagens oferecidas pela Lei de Terras” para negociar a compra e venda destas. Dentre alguns benefícios citados, podemos destacar que terras e regiões despovoadas puderam ser adquiridas pelas empresas e por particulares por preços acessíveis, com prazos de cinco a dez anos de carência em relação ao pagamento total. Para medir as terras e demarcar os lotes, havia subsídio do governo através da hipoteca das terras ou de empréstimos, além do fato de não estarem obrigados a oferecer infraestrutura aos colonos, tais como: estradas, escolas, médicos, entre outros. Para Giron & Bergamaschi (1996, p. 37), “as empresas colonizadoras objetivavam o lucro com a comercialização dos lotes e a valorização das terras que possuíam”.

Já as colônias ditas oficiais (imperiais e provinciais), apesar das limitações do sistema de colonização oficial, “ofereciam melhores condições de infraestrutura do que o de colonização particular”. Estas “tinham as picadas abertas pela administração, trabalho que era realizado pelos colonos em troca de pagamento da jornada, ou na redução das suas dívidas” (GIRON & BERGAMASCHI, 1996, p. 39-41).

O estado partiu do princípio de que, com condições de escoar a produção, aumentaria rapidamente a mesma e, conseqüentemente, a renda dessas colônias, retratado em Giron & Bergamaschi (1996) como interesse de promoção da prosperidade nas colônias. Em curto prazo, essa mesma renda foi suficiente para cobrir os custos das obras. Porém, nem todas receberam esta atenção, foram poucos os investimentos e o crescimento da colonização foi lento, sendo que o número das particulares foi bem maior. “De 1850 a 1889 foram criadas 250 colônias no Brasil, sendo que, destas, 197 (78,8%) eram particulares, 50 (20%), imperiais e 3 (1,2%), provinciais (GIRON & BERGAMASCHI, 1996, p. 20)”.

Embora até 1891 se dê continuidade à política imperial, a partir da Proclamação da República, na Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, nas atribuições em matéria de colonização, destacou-se a suspensão do caráter meramente administrativo e a transferência total das terras públicas aos estados da federação:

O movimento pendular que, periodicamente, fez passar a administração da colonização do governo central para o governo local parece estar definitivamente suspenso pelo texto do artigo 64 da Constituição Federal, que transferia aos Estados, membros da Federação, a propriedade das terras públicas situadas em seus

respectivos territórios. O governo local podia, enfim, dispor dessas e fixar as modalidades de utilização ou cedência delas (ROCHE, 1969, p. 118).

Esse marco de emancipação das colônias oficiais liberou aos Estados e às empresas colonizadoras a coordenação e gestão desse processo, como lhes interessasse.

[...] durante os “anos 1890, multiplicam-se as intervenções visando a retirar do governo federal a prerrogativa de agir e de legislar em matéria de imigração” (Ramos, 2004:78). Rigorosamente falando, assistiu-se, nestes primeiros anos, a um vai-e-vem entre a União e os estados em relação às competências legais em matéria de imigração. Pelo Decreto 528 (de 28 de junho de 1890), o governo republicano se dispôs a reembolsar de forma “total ou parcial” o valor das passagens de navio da Europa ao Brasil. Por sua vez, a Constituição de 1891 transferiu aos estados o controle das terras públicas, ditas “terras devolutas”, e estabeleceu que a entrada de “estrangeiros válidos, aptos ao trabalho e não perseguidos pela justiça de seus países de origem” era livre. Em 1894, a imigração e a colonização tornaram-se competências exclusivas dos estados, e o papel da União ficou limitado ao controle dos portos e fronteiras e à primeira triagem dos imigrantes. Ainda assim, em alguns casos, foi a União quem encaminhou os imigrantes aos estados. Já em 1896, a União decidiu interromper suas ações de subvenção. É difícil avaliar, portanto, o impacto dessas medidas nos estados. Segundo Petrone (1978: 98-99), apenas São Paulo teria se beneficiado dessas medidas. E isso duraria até 1906, quando a União finalmente modificou sua política de imigração (OLIVEIRA, 2009, p. 225).

Conforme Giron & Bergamaschi (1996, p. 53),

A *colônia* como empresa particular através das empresas colonizadoras, se apresenta de duas formas: as particulares e as associadas ao Estado; deixa de ter fins estratégicos para o país, visando à valorização das terras através do povoamento de regiões despovoadas, vendendo lotes com em média 25 há, à vista, com desconto ou no prazo em prestações.

Com a responsabilização do governo do Estado para a gestão da colonização, criaram-se cargos de funcionários locais: agentes incumbidos de receber os imigrantes, diretor e uma comissão na sede de cada colônia, além de um agrimensor para demarcar os lotes nos núcleos. Isso acabou onerando custos aos Estados, que mais e mais passaram a ceder espaço para as empresas privadas. Assim, “o período de 1889 a 1914 caracterizou-se pela crescente participação do setor privado no empreendimento colonial. Tanto que, nesses anos, foram criadas 102 colônias, sendo que 84 (83%) eram particulares, 16 (15%), federais, e 2 (2%), estaduais” (GIRON & BERGAMASCHI, 1996, p. 51).

Em relação ao período republicano (1889-1914), a política de imigração e colonização adotada pelo governo federal pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, de 1889 a 1891, quando a recém-instalada República deu continuidade à política imperial, mantendo algumas concessões para o transporte e instalação de imigrantes. A segunda, de 1891 a 1907, quando o Poder Público transferiu para os estados a tutela dos negócios ligados à imigração e à colonização. A terceira de 1907 a 1914, quando a União voltou a intervir no processo de atrair imigrantes e criar núcleos coloniais, promulgando uma série de medidas, [...] (IOTTI, 2010, p. 54).

Com a falta de responsabilização efetiva de muitas empresas privadas, passou a surtir efeitos negativos entre os imigrantes e muitas reclamações chegavam aos países de origem, então, novamente foi preciso reformular as responsabilidades. Desse modo, as medidas de apoio por parte do estado para a imigração e a colonização, adotadas com a volta da intervenção da União através da publicação de decretos, movimentou novamente a corrente imigratória (IOTTI, 2010).

De toda forma, entre diferentes responsabilizações de gestão da colonização e da imigração, políticas e formatos, de maneira espontânea ou subvencionada pelo estado, não há de se negar que atrair imigrantes para o país foi um propósito atingido com sucesso, tanto no império, quanto na república, nos diferentes estados brasileiros, principalmente, a partir da Lei de Terras que veio garantir o direito de posse aos estrangeiros, antes, um entrave para a imigração. Assim, “Na conjuntura do início da segunda metade do século, iniciou-se o que ficou generalizadamente conhecido como a “Grande Imigração”, período em que ingressaram, até 1939, cerca de 4,8 milhões de imigrantes” (NADALIN, 2001, p. 17).

[...] os imigrantes alemães, poloneses ou ucranianos, e mesmo italianos, que, em sua grande maioria, se instalaram nos estados da região Sul desde os anos 1820 até as primeiras décadas do século XX, são considerados verdadeiros colonizadores. Contudo, suas diversas trajetórias e objetivos, ou ainda a forma como foram incorporados à paisagem social local, demonstram que o mesmo modelo de atração encobre realidades muito distintas (OLIVEIRA, 2009, p. 219).

Em relação às perspectivas regionais ou, então, dos estados, ou ainda dos distintos grupos de imigrantes, embora, encontramos em algumas produções historiográficas a presença de discursos generalizantes, tanto as realidades, quanto os objetivos eram muito diversos, há que contextualizar as diversidades.

No entanto, de forma geral, os discursos de atração que buscaram a adesão de imigrantes geralmente estiveram relacionados à abundância de terras férteis ligadas à possibilidade de acesso, custeio da viagem e disponibilidade de estrutura inicial, liberdade, às riquezas naturais e à perspectiva de sucesso no Brasil, através de construções que idealizaram o Brasil como o “*El Dorado*” (OLIVEIRA, 2009). Porém, nas diferentes regiões e contextos, as condições eram diversas e o cumprimento das promessas também. Dentre as adversidades encontradas estavam às questões relacionadas aos direitos e à estrutura de serviços básicos como saúde e escola.

Mudanças relacionadas aos direitos civis viriam a ocorrer sobre a influência das ideias liberais contra o absolutismo monárquico e de direitos individuais (igualdade de direitos),

repercutidas a partir das Revoluções burguesas na Europa. Os direitos individuais, somados a outras questões como a propriedade da terra, já mencionada, foram questões determinantes para aumentar a entrada de imigrantes. Com a instauração da república, conforme Cunha (2003, p. 28), “outra medida importante foi a naturalização automática e imediata de todos os estrangeiros residentes no país, desde que não manifestassem oficialmente às autoridades brasileiras que não desejavam tornar-se cidadãos brasileiros”, conforme o autor, “A imigração, entre os anos 1890 e 1914, desempenhou um papel importante. Nos primeiros 25 anos da República, entraram no Brasil, 2.524.504 imigrantes estrangeiros”, destaca que o número retrata “Um crescimento significativo em relação aos últimos 25 anos do império (1865-1889), quando entraram, ao todo, 771.609 imigrantes”.

Se na fase imperial, o objetivo inicial da entrada de imigrantes no país era, principalmente, uma estratégia voltada para povoar as fronteiras, substituir a mão-de-obra escrava, reforçar o exército e as forças armadas, posteriormente, a imigração e a colonização busca trazer um contingente ainda maior de imigrantes que complementariam a mão de obra para maximizar a produção nas fazendas e nas extensões territoriais sem populações, de modo a potencializar a exploração capitalista, decorrente tanto da negociação de lotes pelas empresas colonizadoras ou pela colonização oficial, quanto pelo fato de tornar esses lotes responsáveis pela diversificação econômica, produção de alimentos e consequente fortalecimento do mercado nacional.

Porém, não podemos perder de vista que o interesse para a entrada de estrangeiros no Brasil também esteve atrelado às questões já mencionadas, de uma perspectiva cultural eurocêntrica e etnocêntrica, positivadas com as influências das teorias raciais europeias - Eugenistas¹¹⁷ e Darwinistas¹¹⁸ em torno do melhoramento genético e do branqueamento da população. Os requisitos visados para o bom imigrante eram ser da raça branca, trabalhador e dotado de moral (SEYFERTH, 2003), cuja efetividade foi observada de forma mais objetiva a partir da Primeira República.

¹¹⁷Conforme Veiga (2007, p. 212), o termo *eugenia* foi cunhado pelo inglês Francis Galton (1822-1911), que investigou a transmissão de caracteres hereditários e por meio dela exprimiu sua visão sobre as sociedades dos “bem nascidos”. Os “bem nascidos” é uma referência aos que possuíam corpo e mente são, além de, não pertencerem às “raças nocivas” à sociedade, referindo-se aos não brancos, fortalecendo o racismo. [...] decorrente da perspectiva evolucionista da biologia, destacou-se a eugenia como saber que se preocupou em melhorar a espécie humana a partir dos estudos sobre hereditariedade genética. Tais estudos indicaram, entre outras coisas, para a caracterização das distinções raciais, estabelecendo hierarquias a partir das competências e insuficiências embutidas nas cores [...] (VEIGA, 2007 p. 9).

¹¹⁸Veiga (2007, p. 211) destaca os estudos de Charles Darwin (1809-1882) em função de sua teoria da evolução das espécies na biologia.

Então, a escolha de “imigrantes ideais” foi perpassada por questões ideológicas amparadas legalmente, em prol de um ideal de desenvolvimento social e, sendo assim, de exclusão. Tais orientações legais trataram de disciplinamento da entrada de imigrantes e de possíveis expulsões, publicadas através do Decreto 1.566 de 1893¹¹⁹, que regulou a entrada de estrangeiros no governo ditatorial de Floriano Peixoto.

Dentre as questões discutidas no texto que organizaram a entrada de imigrantes nesse período, no prefácio do livro de Zanini (2006, p.11), o antropólogo João Baptista Borges Pereira também ressaltou os sistemas de imigração e colonização, a perspectiva da defesa de fronteiras e dos “vazios demográficos” e o branqueamento, sendo que para o autor, o sistema de imigração foi adotado, principalmente, nas regiões de substituição da mão-de-obra escrava, já o de colonização foi,

[...] instalado nos estados meridionais brasileiros, exibe como símbolo as pequenas propriedades, que, contíguas umas às outras¹²⁰, compunham, no seu conjunto compacto – quase sempre amplo – territórios étnicos homogêneos, ocupados e construídos por correntes migratórias da mesma procedência. Diferentemente do que ocorreu no Sudeste, a imigração nessas paragens teve como função, além de suas metas gerais (“branquear” e recatolicizar o Brasil), alcançar objetivos geopolíticos que consistiam em defender fronteiras em tempo real e ocupar áreas baixa densidade populacional e, por isso, consideradas falsamente “vazias” pelo poder nacional.

Acima, Borges Pereira (2006) resalta também o interesse relacionado à recatolicização. Considerando a percepção de uma inflexão no propósito de expansão do catolicismo a partir de questões como a adesão ao liberalismo, o estado laico e os direitos civis, estrategicamente, muitas organizações religiosas acompanharam a vinda de imigrantes e se instalaram em diferentes locais de colonização com a justificativa simples de “prestar assistência espiritual aos imigrantes”. Porém, sua atuação nos contextos coloniais foi muito além, mediando construções e processos simbólicos na organização de sociedades escolares com professores paroquiais, entidades assistenciais, assembléias e se infiltrando nas diversas formas de articulação social, percebendo o campo educacional como imprescindível para os princípios desenvolvidos no Concílio Vaticano I, voltados para o retorno dos valores greco-cristãos (KREUTZ, 1991).

O movimento iniciou no contexto europeu e, conforme Kreutz (1991, p. 25):

¹¹⁹ Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1566-13-outubro-1893-541181-publicacaooriginal-43940-pe.html>. Acesso em: 13 fev. 2018.

¹²⁰ Aqui relembro a fala da historiadora e educadora Marilú Favarin Marin (*In Memoriam*), que durante a banca de defesa da nossa dissertação de mestrado referia-se a estas regiões de colonização e de pequenas propriedades para culturas variadas, como “*colchas de retalhos*” na paisagem. Tal definição soou muito adequada, pois encontra ressonância no real, quando relembramos a configuração destes contextos rurais.

Foi no contexto e na base do Conservadorismo Romântico que a Igreja Católica, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, começou uma forte reação ao movimento liberal. Opondo-se à formação crescente das nacionalidades, com a qual só tinha a perder, a Igreja Católica se confrontava com diversos governos. O capitalismo crescente abalava estruturas arcaicas e milhões de camponeses deixavam o campo em busca de trabalho nas indústrias e, enquanto massa operária, abandonavam uma religião de cunho agrário. Era uma perda significativa para a Igreja Católica que ensaiou então uma forte reação, conhecida como *Restauração Católica*. Esta vinha marcada especialmente com os objetivos de uma ampla condenação do mundo moderno e seus valores e por uma tentativa de reafirmação eclesial e católica a partir de um prisma romântico e por um reordenamento espiritual, centralista e hierárquico da sociedade.

A Restauração Católica percebe nesses contextos rurais, agrários das colônias, a chance efetiva de manter as perspectivas conservadoras em contraposição às ideias liberais, através da presença ativa e comunitária, em que o espaço destinado à religiosidade é um dos principais meios de sociabilidade.

Em relação aos “vazios demográficos” e ao branqueamento, Nadalin (2001, p. 10, grifos do autor), no livro *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*, traz algumas reflexões. O autor destaca que:

[...] considera-se que os termos **ocupação** traduzem **povoamento**, e este implica uma forma de conquista do território. Um território que não era “virgem” e, ou, “vazio” do ponto de vista demográfico [...] Na realidade, conquista, desbravamento, **pioneirismo** - e o conseqüente **heroísmo** de certos personagens de nossa história – que tem muito mais a ver com a **colonização** e com a história que justifica e legitima esse processo. A colonização fazia-se por meio de migrações – e elas teriam sido “espontâneas”, “dirigidas”. Em última instância, sob o olhar interesseiro da metrópole portuguesa e, mais tarde, do novo Estado brasileiro. Nunca é demais frisar, em detrimento dos antigos habitantes da região e seus descendentes. Nessa mesma linha, os termos **migração** e **migrações** referem-se igualmente ao processo de conquista e ocupação/povoamento do território por uma determinada população “**branca**”, isto é, constituída no âmbito de uma civilização colonial, luso-brasileira.

Assim, os “vazios demográficos” nem sempre representaram vazios reais, trataram-se muito mais das necessidades de inserção de um tipo específico de população capaz de cobrir objetivos estratégicos. As teorias sociais e biológicas, aplicadas à realidade brasileira, apontaram algumas conclusões que a população imigrante europeia trouxe ao país uma população mais branca e passível de civilidade, colocada em contraste com a população existente, em grande maioria indígena, negra e portuguesa, percebida como não civilizada – em bases europeias.

Este entendimento encontra correspondência de sua efetividade na inserção de populações europeias em regiões, como, por exemplo, o Planalto Gaúcho, onde já residiam populações indígenas, negras (escravos de fazendas), fronteiriças (refugiados e perseguidos de

guerras em países como Uruguai e Argentina) e “nacionais”. Estas ocupavam os ditos “vazios” e sobreviviam realizando atividades como a exploração de madeira e o extrativismo de erva-mate.

Outra questão importante a ser mencionada em relação ao processo de imigração e de colonização brasileira do período foi o fato de que, se até o início do século XX os migrantes que povoaram as primeiras colônias, principalmente as do Sul do país (núcleos coloniais), mas também, em São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros locais, estiveram em colônias agrupadas por uma maior homogeneidade étnico-racial, tendo pouco contato com outros agrupamentos étnicos, a partir daí, a colonização já se compõe de forma mais mista etnicamente. Essa configuração mais mista ocorreu através daquilo que Roche (1969), relacionando os núcleos de colonização alemã no Rio Grande do Sul, denominou de enxameamento, um momento de grande movimentação pautado em uma migração interna, liberando populações excedentes das antigas colônias para as novas.

Este processo de migração interna veio a calhar diante do espírito da república e das mudanças políticas e culturais que, neste interim, se articularam nos propósitos dos estados nacionais, aos poucos, sendo construídos, embasados na gradual nacionalização e idealização de uma identidade nacional. Estas aspirações forjaram novos propósitos de uma sociedade brasileira voltada para a homogeneização cultural, onde toda a diversidade, inserida através da imigração, precisou ser ajustada a partir de políticas de nacionalização¹²¹, o que Seyferth (1997) identificou como justificativas de assimilação voltadas para a perspectiva de nacionalização.

Mas, para além, tais ações também estiveram pautadas na repercussão negativa dos regimes totalitários pautados no nazismo e no fascismo, presentes no contexto das Guerras Mundiais. Então, empreendeu-se a formação de colônias mistas em prol da desarticulação dos “quistos étnicos”. Essa visão foi direcionada para os distintos grupos, porém, no tocante aos alemães, conforme Cunha (2003, p. 47):

O assim chamado “Perigo Alemão” popularizou-se. O temor de uma expansão econômica e mesmo política dos alemães (que se tornaram suspeitos por terem, durante décadas, se mantido fiéis a sua língua, usos e costumes e por terem resistido à assimilação na sociedade brasileira) foi fortalecido entre a população luso-brasileira pelo apoio que a igreja e as escolas, nas colônias alemãs do sul do Brasil, recebiam da Alemanha. [...] A única salvação contra o “Perigo Alemão” era, segundo a opinião dos chauvinistas, no lugar da criação de colônias com imigrantes de uma única nacionalidade, a fundação de colônias mistas; além disso, as colônias já estabelecidas deveriam ter sua composição étnica modificada. Desta forma, esperava-se no futuro, evitar a “perigos” concentração de população de origem alemã em uma única região.

¹²¹ A temática será desenvolvida no último capítulo.

De todo modo, a recepção de imigrantes nos diferentes modelos de Brasil possibilitou que, conforme Kreutz (2011, p. 347; 350), “a partir do século XIX, um expressivo número de imigrantes de diversas etnias contribuiu para a formação de um pluralismo étnico e cultural mais visível nas regiões Sul e Sudeste do Brasil”. Para o autor, “as características e estrutura fortemente étnico-culturais lhes deu maior visibilidade” e a manutenção das fronteiras foi efetiva.

Por fim, é importante destacarmos que o que foi inicialmente pensado pelo governo imperial como propósitos de tornar esses locais “desocupados” de populações e improdutivos para o país, a partir de então, ocupados por pessoas que viessem a constituir suas famílias e preencher essas lacunas demográficas, representando presença em locais despovoados e fronteiriços, transformou-se também, em um dos maiores “negócios de exploração capitalista” através das empresas colonizadoras, amparadas pelo Estado.

Embora as questões culturais e civilizatórias tenham sido vistas de forma errônea na perspectiva etnocêntrica, podemos inferir que, em relação à modernização capitalista, há que se considerar e reconhecer seu estágio mais avançado no contexto europeu. Assim, as influências da inserção de imigrantes não deixou de cumprir com tais propósitos, com serviços especializados para as regiões de colonização, ampliação e diversificação da produção, moinhos, vendas, ferrarias, alfaiatarias, marcenarias, sapatarias, bodegas, pedreiros, marceneiros, profissionais liberais, crescimento da urbanização e da industrialização.

O final do século XIX e a primeira metade do século XX demarcaram significativas mudanças nos rumos do país, tanto econômicas, quanto sociais e culturais, que não se devem apenas à nova realidade da República e suas mudanças políticas e organizacionais, mas também à inserção de diferentes culturas e olhares, que, somados aos reflexos tardios da Revolução Industrial na Inglaterra e à ocorrência contemporânea das duas grandes Guerras Mundiais, impulsionaram o desenvolvimento de indústrias e das atividades agropecuárias que, passaram a ter a responsabilidade de abastecimento do mercado interno e, em alguns casos, até mesmo do mercado externo.

Em relação às questões culturais, de sociabilidade e de educação formal (ainda inexistente nas regiões de colonização), foram articuladas entre os migrantes através das escolas étnicas – iniciativas associativas, sociedades étnicas e instituições culturais, clubes de tiro, clubes de leitura e de livro, teatros, entre outros, dando margem à imbricação com a complexidade cultural dessas constituições, no limiar das questões e dos contextos que as perpassam.

4.2 A DIÁSPORA POLONESA E A COMUNIDADE POLONESA NO BRASIL (1869-1939) – FASES E MOTIVAÇÕES.

Dentre as migrações históricas europeias não-portuguesas que se destinaram ao Brasil entre os séculos XIX e XX, a polonesa é apontada pela historiografia mais atual pelo seu contingente significativo, cujas dimensões pensadas em termos quantitativos, se posicionam logo após o contingente de italianos e de alemães. Consideramos, porém, o fato de que, entre os imigrantes tidos como poloneses, somam-se e subtraem-se outros povos eslavos como os pomeranos¹²², ucranianos, russos, bielorrussos, lituanos, e não eslavos, entre eles, judeus e austríacos. De todo modo, é uma questão que evidenciamos e que, a partir do olhar teórico específico, as adesões étnico-culturais e identitárias ligaram-se à manutenção da diferença, de fronteiras definidoras de “nós e eles”, “identidades como categorias de auto-atribuição” (BARTH, 1969; 2000). Para Weber (2011, p. 1):

A existência de estados territoriais, com limites definidos e língua nacional padronizada, tende a facilitar os estudos sobre imigração, pois, aumenta a probabilidade de haver sobreposição entre os registros oficiais de entrada de estrangeiros e as identidades nacionais destes indivíduos, que, nas representações do senso comum, são associadas a identidades étnicas, ainda que estas, como se sabe, são muito mais complexas.

Reportando-se à condição política de divisão e de não existência de um Estado-Nacional Polonês (até 1918), durante a maior parte do período da emigração massiva, Weber & Wenczenowicz (2012, p. 2) destacam que “Essa condição histórica deixa os estudiosos da

¹²²Os pomeranos são vistos por vezes como alemães em comunidades de imigrantes entre elas, no Rio Grande do Sul, mas, também, são vistos como um grupo étnico específico (destacamos as pesquisas relacionadas aos Pomeranos de São Lourenço do Sul – RS). Em relação aos do Espírito Santo, para Pires-O’Brien (2011) “A imigração pomerana no Espírito Santo em 1873 consistiu de 60 famílias descritas como ‘cidadãos alemães oriundos da Prússia, da Pomerânia e da Silésia’. Um dos motivos que levou os pomeranos a emigrar foi à perseguição que sofreram devido à sua condição de grupo étnico minoritário”. Conforme a autora, “Os pomeranos (em língua pomerana *Pommerer* ou *Pomerisch*, palavra derivada do alemão que significa ‘habitante da terra das maçãs’) vivem na região histórica da Pomerânia ao longo da costa do Mar Báltico entre os rios Oder e Vístula e formam uma etnia descendente de tribos eslavas e germânicas”. Ainda, “O pomerano é uma língua baixo saxônica contendo diversos dialetos. Os pomeranos que imigraram para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, eram todos falantes do pomerano ocidental”. Outra questão relevante por ela ressaltada é o fato de que “Embora hoje em dia a Pomerânia encontre-se quase inteiramente na Polônia – uma pequena área se adentra para a Alemanha –, não era assim na época da imigração, quando parte da Polônia era governada pela Rússia, pela Prússia e pela Áustria”. Afirma ainda que “Independentemente do país-estado onde a Pomerânia se situa é inegável a influência germânica sobre a mesma. Tal influência é também percebida pela religião: os pomeranos, assim como os alemães, tendem a ser luteranos, enquanto que os poloneses são em geral católicos”.

imigração polonesa dos séculos XIX e XX com a espinhosa tarefa de distinguir entre poloneses, lituanos, pomeranos, ucranianos, rutenos e eslavos”, além de, conforme as autoras, “sondar, entre os números dos imigrantes alemães, russos e de outros grupos, porcentagens que corresponderiam a imigrantes etnicamente poloneses”, ou seja, a maior aproximação ocorre a partir da autodeclaração de adesão ao pertencimento, ou seja, muitos se entendem étnico-culturalmente como poloneses, embora, na perspectiva da cidadania legal, sejam emigrados como russos ou alemães e vice-versa. Neste mesmo sentido, conforme Mazurek (2016, p. 66),

Estabelecer o número exato dos poloneses que nos anos 1890-1914 vieram ao Brasil é extremamente difícil. Convém lembrar que a população emigrava das três zonas de ocupação. As estatísticas imigratórias brasileiras registravam com frequência os poloneses como súditos russos, austríacos ou alemães.

Definir quem pertence à comunidade polonesa no Brasil neste período, não é uma tarefa simples ou que pode ser elaborada com clareza estatística ou somente com análises quantitativas. A dificuldade de definição estatística associa-se ainda ao fato de que, quando da reunificação e da instalação do consulado em Curitiba no ano de 1920, o aviso veiculado no intuito de divulgar o registro de poloneses que emigraram para o Brasil não chegou a todas as distantes colônias, prejudicando, assim, a contabilização de tais números (TOMACHESKI, 2014).

Por parte das instituições representativas do estado da Polônia reunificada, houve o interesse de que seus patrícios a reconhecessem, e isso foi motivo de propaganda e de empenho dos órgãos governamentais como o consulado, buscando a efetiva divulgação destes para as organizações associativas nos mais remotos locais do país, porém, em muitos casos, questões de distância, saúde, de perfil do trabalho consular, econômicas e até relacionadas a fatores psicológicos e esquecimentos, também foram impossibilidades deste processo.

Estas questões, relacionadas às dificuldades acima mencionadas, também são evidenciadas por Iotti (2010, p.98) em relação ao trabalho dos cônsules italianos entre os imigrantes no Brasil e a relação com a Itália recém-unificada. Este trabalho, na maioria das vezes, respondeu por uma grande extensão territorial e o relacionamento com os imigrantes se deu de forma rápida e superficial. A autora ressalta ainda as diferenças econômicas, sociais e culturais entre os envolvidos. Para os cônsules os imigrantes eram tratados muitas vezes com indiferença e má vontade, pois os reconheciam como camponeses miseráveis e

ignorantes, enquanto os cônsules se destacavam por suas capacidades na carreira diplomática e pertenciam às altas camadas sociais da sociedade italiana. Assim como no caso dos poloneses, a autora, em outro momento, identificou também as dificuldades em relação às diferenças culturais das distintas regiões unificadas.

A presença polonesa é percebida pela historiografia com maior destaque quantitativo em regiões principalmente no sul do Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, onde, o Paraná tem uma representatividade mais ampla. Os referidos estados possuem regiões ocupadas também por imigrantes por italianos e alemães, entre outros. Os imigrantes poloneses tem importante representação de sua presença quantitativa também na Bahia, no Mato Grosso, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, Rondônia, em São Paulo, entre outros estados.

Conforme Mazurek (2016, p. 76), “Os poloneses constituíam cerca de 4% de todos os imigrantes vindos ao Brasil nesse período, o que os torna um dos maiores grupos étnicos dentro dos que participaram do povoamento desse país”. Entre eles estavam camponeses, burgueses (industriais e comerciantes), profissionais liberais, profissionais do ramo da prostituição, intelectuais e operários (das minas de carvão e indústria têxtil).

As produções historiográficas relacionadas à presença da imigração polonesa no Brasil, nas quais nos embasamos, entre elas, Mazurek (2016) e Gluchowski (2005) Oliveira (2009), ressaltam seu início de forma massiva após a Lei de Terras e o surgimento das companhias colonizadoras. Assim, nos anos de 1869, chegou ao porto de Itajaí o primeiro grupo de emigrantes da Alta Silésia, encerrando esta migração massiva em 1939, com a II Guerra Mundial. Estas questões também foram evidenciadas por Trindade e Malikoski (2018, p. 258):

A imigração polonesa é iniciada no Brasil em 1869, ocupando diversas regiões no sul do país. Os principais núcleos formados foram, sobretudo, no sudeste paranaense e no entorno de Curitiba, no Paraná. No Rio Grande do Sul, na serra e depois no noroeste gaúcho, concentrando-se também em regiões urbanas, como Rio Grande e Porto Alegre, onde no Quarto Distrito ¹²³se formou um considerável núcleo imigratório. Em Santa Catarina, os núcleos concentraram-se no norte do Estado (outras regiões e estados também tiveram importante, ainda que menor, presença de poloneses).

No entanto, assim como ocorreu com outros grupos imigrantes no Brasil, a migração polonesa também pode ser definida por etapas ou fases. Sendo que, conforme tratam Mazurek (2016), Kula (1981), Gluchowski (2005) e Paradowska (1984), - a primeira se deu

¹²³ O Quarto Distrito abrigou um número significativo de imigrantes poloneses que se tornam parte da classe operária - trabalhadores da indústria portoalegrense. Essa questão é amplamente desenvolvida da Tese de Doutorado de Alexandre Fortes (2001), focalizando a “Era Vargas” e movimentos operários.

de 1869 a 1890, contemplando processos de imigração e de colonização, - a *febre brasileira* (1891 – 1895), seguindo-se em 1896 a 1914, trata da imigração da Galícia Oriental e depois da região do Reino. Por último, aquela que foi concebida por eles como a colonizadora do Estado polonês – a qual se situou entre os anos de 1918 e 1939. Essa divisão em três fases, definidas por características distintas, também é desenvolvida por pesquisadores em relação à imigração polonesa no Peru, por exemplo. Conforme Nalewajko (2018, p. 74):

[...] cada uma de las três oleadas polacas representaba características distintas, las formaban, según el caso, los emigrantes, sobre todo los de la primera y la segunda oleada, personas com formación professional, contribuyeron a la construcción de la infraestructura y desarrollo de ciências em Perú.

A primeira fase ou etapa é dimensionada nos estudos de Gluchowski (2005), com predominância de emigrantes que saem da região ocupada pela Prússia (Prússia Ocidental e Grande Polônia – atual Poznan, berço do Estado polonês), pela Galícia Ocidental (região de ocupação austríaca) pela Gdansk e pela Alta Silésia. Gluchowski (2005, p. 19) faz destaque também para a presença da migração ucraniana, uma vez que “naquela época a parte da Ucrânia de onde provinham os emigrantes (a chamada Galícia, situada a oeste do rio Dnieper¹²⁴) fazia parte da Polônia ocupada e, posteriormente – por força do Tratado de Riga (1921) – passou a fazer parte da Polônia independente”.

Hempel (1973: 85) afirma que a chegada dos primeiros poloneses ao Brasil foi obra da Sociedade Colonizadora Pereira, Alves & Bendaszewski, igualmente responsável pela emigração de um incontável número de poloneses e alemães para os EUA. Esse primeiro grupo havia partido da região da Silésia (sob ocupação prussiana). A Prússia não colocava obstáculos à emigração e concedia passaporte aos que desejavam partir. Contudo, apesar dos pedidos nesse sentido, o governo imperial brasileiro se recusou a pagar os custos da viagem (400 francos por cabeça) alegando tratar-se de “imigração espontânea”. Desembarcados no Brasil, e munidos de passaporte emitido pela Prússia, os poloneses foram imediatamente enviados às “zonas de colonização alemã”, as colônias de Blumenau, Itajaí e Brusque, todas em Santa Catarina (OLIVEIRA, 2009, p. 222)¹²⁵.

No mesmo sentido, Mazurek (2016, p. 66) destaca que, “Até 1890, os poloneses que vinham ao Brasil eram, sobretudo, da zona de ocupação prussiana e austríaca. Não eram grupos grandes”, intensificando-se somente em 1890 “com o episódio que na literatura

¹²⁴ Conforme o autor, “Somente a partir do término da II Guerra Mundial essa área voltou a fazer parte da Ucrânia, que, no entanto, transformou-se numa República da URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” (GLUCHOWSKI, 2005, p. 19).

¹²⁵ Trata-se do artigo “*Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914*”, no qual Marcio de Oliveira, a partir de fontes como os relatórios provinciais, relatórios de viagens e cartas de imigrantes, dimensiona, para além da contextualização geral, pautada também nos relatórios provinciais, algumas representações da emigração a partir dos relatórios de viagem e cartas. Texto disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1553/1002>. Acesso em: 15 mai. de 2018.

histórica é definido como a primeira “febre brasileira””. O período da segunda fase, ou seja, da “febre brasileira” é apresentado pelos autores com uma divisão determinada pelo corte da Revolução Federalista, reiniciando-se somente com fim deste conflito, em 1896 se estendendo até 1914, representando o período de maior fluxo, conforme destaca Mariano Kawka.

O maior afluxo de imigrantes poloneses ocorre no período compreendido entre 1890 até a Primeira Guerra Mundial. Nesse período, o surgimento de escriturários de recrutamento de imigrantes e a propaganda dos chamados ‘agentes’ de colonização, que prometia passagem gratuita e terra no Brasil, país que era descrito com cores exageradas como um fantástico paraíso, agitou as aldeias polonesas e levou tanta gente a emigrar ao Brasil que esse período chegou a ser chamado de “febre brasileira” (Kawka, 1982, p. 13).

Na medida em que se acentuaram as questões nacionais no final do século XIX e, conseqüentemente, as imposições culturais nos domínios, principalmente russo, a emigração passou a ser uma alternativa bastante atrativa, pois, os discursos de atração que circulavam, veiculavam, entre outras questões, a possibilidade de liberdade para estabelecer-se socialmente, organizar associações e igrejas católicas e comunicar-se pela língua materna.

Conforme Weber e Trindade (2016, p. 271), “esta dominação era, justamente, um fator que impelia à emigração, mobilizando desde camponeses que se sentiam sobreexplorados, quanto nacionalistas perseguidos por defenderem ideias de independência”. Além da falta de liberdade, a região de domínio russo não facilitava permissões para a emigração e submetia-os às condições de servidão e miséria. Conforme Hempel (1973)¹²⁶, muitos emigrantes subornavam a fiscalização da fronteira russa.

As razões do aumento no fluxo migratório nesse novo período não devem ser procuradas nas ações empreendidas pelos governos republicanos, mas à situação nos países de partida, ainda que nem sempre favoráveis à emigração. A título de exemplo, o Império da Rússia, ao contrário da Prússia, tentaria em vão dificultar a emigração. Assim, para partir, muitos poloneses tiveram de se dirigir aos portos de Hamburgo e Bremen e aí emigraram munidos de passaportes alemães [...] (Oliveira, 2015, p. 804).

¹²⁶ Relatos de Antônio Hempel em: Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, volume VII de 1973. Conforme Oliveira (2015, p. 805), “Além das cartas, contamos ainda com testemunhos oculares desse período, cujos relatórios e as narrativas revelam a tensão que ainda existia entre favoráveis e opositores da imigração”. Destaca “Dentre os últimos, os relatos de Hempel (1973) e de Klobukowski. Ironicamente, as cartas censuradas tornaram-se valioso material documental de pesquisa. Ao final de muitas delas, o censor escrevia “*zadiert*”, resumindo em seguida seu conteúdo”. Então, “A título de exemplo, na carta censurada de número 40, o remetente escreve que se o “moscovita” permitisse, ele escreveria novamente. Em sentido inverso, as cartas “negativas” chegavam a seus destinatários e assim seu conteúdo perdeu-se no tempo”. Assim, “Alguns remetentes comentavam ainda a dificuldade que tinham em enviar remessas de dinheiro aos territórios russos. Após muitas reclamações, o correio brasileiro cancelou o envio dessas remessas. Ambos fizeram parte da mesma expedição enviada ao Brasil e à Argentina pela Associação Comercial de Lvov, para verificar em detalhe as condições de vida dos imigrantes poloneses”. Conforme o autor, “Seus relatórios afirmam que, em contraste com os Estados Unidos, o Brasil, em especial seus estados sulinos, não deveriam ser vistos como um país imigrantista”.

Oliveira (2009) destaca que nesse período, os imigrantes poloneses no Brasil enviaram muitas cartas para suas famílias na Polônia, constando relatos otimistas e pessimistas¹²⁷. De acordo com o autor, aquelas enviadas para a região de domínio russo eram passadas por práticas de triagem e de censura, ou seja, as narrativas otimistas (evidenciando questões como a ausência da servidão, a disponibilidade de terras e vida social), não eram entregues às famílias, no intuito de frear a emigração para regiões de domínio prussiano e para o Brasil e EUA. Já as cartas com mensagens negativas chegavam aos destinatários, liberadas pelos censores russos, com o intuito de desarticular a emigração, dando continuidade a servidão e exploração.

Para Gluchowski (2015), a primeira parte da *febre brasileira* (1891 – 1895) trouxe uma emigração quase que homogênea em relação a sua origem: O Reino da Polônia (Reino do Congresso), cujo território do antigo Ducado de Varsóvia era uma região de dominação Russa. “A partir de 1890, registrou-se um êxodo em massa de poloneses para o Brasil, dada a situação política da Polônia. Eles vinham muitas vezes munidos de passaportes russos, austríacos ou alemães, de acordo com a região em que estavam fixados” (DILL, 2007, p. 80). Essa percepção também é evidenciada por Mazurek (2016, p. 66):

Calcula-se que durante a primeira “febre brasileira” (1890-1892), apesar dos obstáculos que lhes eram impostos pelas autoridades imperiais russas, viajaram para o além-mar – ao que parece – 60 mil camponeses minifundiários e sem terra do Reino¹²⁸. Um pouco mais tarde, a partir do outono de 1894, a “febre” se espalhou pela Galícia, atingindo cerca de 25 mil pessoas, entre as quais uma boa parte de ucranianos.

O período mencionado como “*febre brasileira*” retrata então, uma emigração contingencialmente mais ampla desses europeus migrantes para o Brasil e, tem seu ápice de contingente da primeira parte da febre, até o ano de 1893, quando, eclode a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e se espalha por Santa Catarina e Paraná. O envolvimento dos imigrantes poloneses foi notável e com muitas perdas neste grupo que está articulado principalmente no Paraná, nas colônias de São Mateus do Sul, Marechal Mallet e arredores de Curitiba. Estavam organizados através do “Batalhão Polaco”, liderado pelo Coronel Antônio Bodziak e outros representantes como: Edmundo S. Vos Saporski (agrimensor de

¹²⁷ O autor refere-se à análise das cartas feita por Kula, cujo texto “*Cartas dos Emigrantes do Brasil*” encontra-se disponível no volume VIII de (1977) dos Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa.

¹²⁸ Conforme Mazurek (2016, p. 39), “No Reino da Polônia, por força dos decretos imperiais de distribuição de terras, apenas uma parte dos camponeses teve acesso a terra. Aqueles que não ganharam terra – pelo menos 220 mil – transformavam-se em trabalhadores assalariados nas aldeias ou nas cidades”. Ainda, “O número dos sem-terra subiu no final dos anos noventa do século XIX para cerca de 1,2 milhão e aumentava continuamente”.

terras e líder da colonização no Paraná), Francisco Grabowski e Alexandre Naldony, como relata Souza (2016).

Para Souza (2016), o envolvimento do Batalhão Polaco na Revolução Federalista estava alinhado à tomada de posição, definida a partir de disputas políticas e étnicas entre imigrantes poloneses, políticos brasileiros e imigrantes alemães, fortalecidas por aspectos como o não cumprimento de promessas do estado em relação à estrutura das colônias. De acordo com o autor, a atuação política do Coronel Antônio Bodziak foi motivada também pelo estabelecimento de uma oposição ao Governador do Paraná na época, o Sr. Vicente Machado (era vice e assumiu o governo em função da Revolução Federalista). O Coronel Bodziak criticava Vicente Machado e sua declarada falta de apoio e estrutura à colônia polonesa no Paraná. Havia o entendimento entre o grupo de que, em caso da tomada pelos revoltosos e destituição de Vicente Machado, o estado seria assumido por João Menezes Dória, cuja relação de amizade com o líder dos poloneses e outros membros da colônia já vinha de longa data.

Porém, devido à duração da revolução, os prejuízos no interior da colônia e as baixas entre o Batalhão Polaco ecoavam más notícias na Polônia¹²⁹. Como resultado, Dill (2007, p. 36) destaca que, durante a Revolução Federalista, observou-se a “suspensão do transporte oceânico gratuito para os imigrantes e a contrapropaganda à emigração para o Brasil pela imprensa e pelas classes conservadoras”. Então a Revolução Federalista “tendo durado mais de um ano e tendo envolvido os três Estados do Sul do Brasil mais interessados com a afluência de emigrantes poloneses, influiu seriamente para a propaganda no exterior” (GLUCHOWSKI, 2005, p. 35-36).

Durante a “febre brasileira” os grupos de imigrantes poloneses foram direcionados para distintos estados e não somente os do sul do país, entre estes, estavam Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, entre outros, e, mesmo assim, o fluxo emigratório não ficou impune à contrapropaganda. Conforme Gluchowski (2005, p. 34), “Esse período, que forneceu ao Brasil mais de 60.000 poloneses, que no nosso movimento colonizador tem o maior significado, que pela primeira vez despertou na Polônia um interesse mais profundo pelo problema da Emigração”.

Quando a afluência de poloneses começa a diminuir, Gluchowski (2005) dimensionou o que chama de “terceiro período”, ou seja, a segunda parte da “febre brasileira”, a partir de 1896, cuja emigração foi composta de famílias isoladas do Reino, uma parte de poloneses da

¹²⁹ Referimo-nos a Polônia dividida.

Galícia Oriental e um grande número de ucranianos. Segundo o autor, esse período representou a entrada quase massiva para colônias do estado do Paraná, com a presença bastante notável de intelectuais, comerciantes e agricultores entre eles, lideranças que aparecerão em seguida nessa construção.

Por fim, temos a fase que Gluchowski (2005, p. 37) evidencia como o “último período colonizador”. Conforme o autor, “O governo federal do Brasil, sob a presidência de Afonso Pena, renova a política colonizadora em larga escala”, fundando colônias federais, alinhando-se à necessidade de mão-de-obra para a construção da ferrovia São-Paulo – Rio Grande do Sul, cortando quase todo o Paraná. Destaca então, que “Na Galícia surge um agente da firma, o famoso conde Le Hon”, este atuava na captação de migrantes, em favor da empresa ligada a ferrovia, com o intuito de destiná-los para esta região.

As terras federais doadas pelo presidente Afonso Pena à empresa ferroviária dos Estados Unidos – *Brazil Railway Company*, responsável pela construção da ferrovia, resultou na exploração de madeira dessa faixa de terras e na compra de mais terras para a empresa colonizadora *Lumber - Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, que as utilizou para a fundação de diversas colônias, além da exploração da madeira. De acordo com Gluchowski (2005, p. 38), a companhia fundou várias colônias, tanto no Paraná, quanto em Santa Catarina.

Nesse período, iniciaram-se litígios entre camponeses, imigrantes, sertanejos e caboclos contra o governo na região do Contestado ¹³⁰(território entre Paraná e Santa Catarina, já muito disputado entre estes estados). Tratou-se de um conflito de grandes proporções, que colocou em jogo questões como a disputa entre os dois estados, o abandono dos migrantes colonizadores pela empresa e pelo governo nas áreas colonizadas e, a destituição das terras dos posseiros pelos donos dessas empresas, sem o devido reordenamento. Os posseiros exigiam por direito as terras que já residiam, habitavam e exploravam a erva-mate e madeira. De parte do governo e dos coronéis da região, acusaram os revoltosos locais de saqueadores, de monarquistas e de movimento messiânico, pois, liderados pelo profeta João Maria, foram tidos como “fanáticos”. O conflito, ao longo de sua duração, motivou intensos embates, com muitas mortes de ambos os lados, mas, principalmente, do lado dos revoltosos.

Fatos como este nos direcionam para aquilo que ressaltamos na primeira parte do capítulo em relação às práticas de colonização que estiveram associadas à concepção de

¹³⁰ O conflito foi chamado de Guerra do Contestado e ocorreu entre os anos de 1912-1916.

preencher os ditos “vazios demográficos”, neste caso, então, falsamente vazios. Gluchowski (2005, p. 38) destaca que colônias como a Rio das Antas, no território do Contestado, foram destruídas e “Aqueles que quiseram permanecer na terra foram transferidos pela companhia ao Paraná, a pouca distância da Estação de Rebouças, perto de Irati”. Para o autor, “Nessas colônias estabeleceram-se poloneses do Reino da Polônia, bem como poloneses e ucranianos da Galícia Oriental”.

Esta última fase também ficou conhecida entre os autores mencionados como fase “colonizadora”, cuja definição deve-se ao fato de que após a reunificação, houve entre algumas lideranças intencionalidades de fortalecer relações econômicas e estabelecer colônias polonesas ultramarinas em países como o Brasil (*Nowa Polska*) ou Nova Polônia, cuja ideia, surge ainda durante a “febre brasileira” (GLUCHOWSKI, 2005). A ideia seria colocada em prática com a liderança de, entre eles, Dr. Estanislau Klobukowski e Casimiro (Kasimierz) Warchalowski, cuja ambição resulta, por fim, em uma tentativa frustrada. Nesse período, alguns destes líderes especulam também a possibilidade de estabelecer colônias de povoamento no Peru, na Argentina, na África, entre outros locais. Conforme Mazurek (2016, p. 66, grifo nosso):

A terceira onda emigratória, contando cerca de 10 mil pessoas, fluiu nos anos 1911-1912, principalmente da região de Podlasie e de Lublin. No início dos anos vinte do século XX o cônsul polonês em Curitiba, **Kasimierz Gluchowski** (1885-1941), calculava o grupo étnico polonês no Brasil em 102.096 pessoas, dos quais cerca de 42 mil teriam se estabelecido no Paraná, 32,3 mil no Rio Grande do Sul, 6,75 mil em Santa Catarina e 21,5 mil em São Paulo e outros estados.

Os números acima listados, a partir do levantamento do Cônsul Gluchowski, ressaltam que, embora tenha sido em menor número, a terceira onda teve também um relevante contingente. Os autores aqui mencionados ressaltam também a particularidade da emigração desse período, cuja diferença no perfil social e cultural emigrante, mais intelectualizado e alinhado com as motivações pelas quais migra.

O perfil distinto e a ligação com as motivações são questões que ficaram evidentes em relação às três fases aqui discutidas. Evidenciamos também a percepção de muitos pontos de convergência com a tendência geral da emigração polonesa para a América Latina, principalmente, em relação à emigração de viés econômico cultural e político e ao projeto colonizatório pós-reunificação, na definição dos distintos perfis dos emigrantes, cujas questões são enfatizadas por Mazurek (2016) e por Nalewajko (2018, p. 74), esta destaca:

Lo que em certo grado corresponde com la tendència general, pues em 1825-1870 los pocos polacos que emigraron a América Latina, em su mayoría representantes de la inteligencia de origen noble, lo hicieron por motivos políticos. Em cuanto al segundo período, de 1870 a 1914, se puede hablar de la emigración polaca masiva, sobre todo de campesinos pobres – y esta oleada omitió el Perú. Recuperada la independencia por Polonia em 1918, hasta la Segunda Guerra Mundial, continuaba la emigración masiva y económica, esta vez apoyada por el Estado polaco (Lepkowski, 1978, pp. 222-223). Dentro de esta tercera oleada cabe, entre otros, el proyecto de colonización que iba a ser realizado em Perú.

A autora ressalta ainda, que em uma relação entre Brasil e Argentina, esta recebeu no total, um número mais representativo de imigrantes poloneses. Segundo Nalewajko (2018, p. 74) *apud* Nalewajko (2014, p. 131), “Entre 1869 y 1939 Brasil recibió 142-145 mil emigrantes polacos, y Argentina 170-190 mil”. O período pós-reunificação, a partir do apoio do governo polonês para a emigração, acima mencionado, tratado por Mazurek (2016) como o período entreguerras, registrou a entrada de mais de 41 mil poloneses, sendo que, as motivações estavam ligadas à intenção de fortalecer a Polônia ressurgida.

Então, a terceira fase trouxe a perspectiva da emigração ligada ao fortalecimento da Polônia ressurgida, ou seja, os emigrantes foram impulsionados a emigrar em prol de ousados objetivos: a efetivação de colônias ultramarinas - para isso, receberam apoio do governo polonês em relação à estrutura da colônia no Brasil e também tiveram deveres a cumprir, voltados para esse objetivo. Ainda, as lideranças, agentes étnicos, intelectuais e consulares, no pós-reunificação exerceram, no Brasil e nos outros locais de colonização na América Latina, um trabalho voltado para a manutenção dos vínculos culturais, religiosos e nacionais dos emigrantes com a Polônia já reestabelecida.

A emigração do período de entre guerras tinha também um caráter diferente da emigração da época anterior. Geralmente foi uma emigração organizada e dirigida por instituições particulares e estatais, que surgiram na Polônia no âmbito do movimento colonial. A esse respeito escreve Marek Krasicki: “Teoricamente esse movimento visava à conquista de um território ultramarino, política e administrativamente ligado com a Polônia, mas na prática, apesar dos esforços, isso nunca foi realizado e, até, não havia as mínimas chances para a Polônia conquistar colônias” (MAZUREK, 2016, p. 73).

De toda forma, agentes da emigração atuaram com propósitos e intencionalidades bem definidas e articuladas a pretensos fluxos culturais e capitais alinhados ao projeto de recuperação de uma Polônia que se pretendia moderna e fortalecida, pautada em uma visão nacionalista do governo ditatorial de Piłsudki e, daquele que deu continuidade ao projeto após sua morte, em 1935.

A manutenção dos laços culturais em proveito dos interesses políticos e econômicos e de colonização também é evidenciada por Cunha (2003), em relação aos imigrantes alemães

no Brasil através de lideranças étnicas. Na migração polonesa, já no período da “febre brasileira”, ainda antes da reunificação, algumas articulações neste sentido já aconteciam e as intenções eram fomentadas. Entre as ações efetivadas, estavam expedições científicas que fizeram a análise *in loco* da questão migratória, disponibilizando relatos a partir de suas concepções sobre a continuidade desta e as potencialidades do processo, mas, atuando também na busca de apoio das lideranças polonesas, principalmente as paranaenses em relação ao projeto de colonização e, melhores condições para este projeto.

Em relação às expedições científicas¹³¹, Weber e Trindade (2016, p. 275), destacam seu financiamento pela Sociedade Polonesa Comercial e Geográfica da cidade de Lwów, na Galícia austríaca, e teve entre seus membros intelectuais e nacionalistas, representantes do chamado “grupo de Lwów”. Ressaltam que “Entre os intelectuais ligados a esse grupo estavam: Stanislau Klobukowski, Antônio Hempel¹³², José Siemiradzki, Antônio Z. Bodziak, Stanislau Zielinski, José Okolowicz”. Havia, por parte da Sociedade e Geográfica de Lwów, a preocupação em manter publicações com dados sobre a emigração e suas condições e contextos, entre estas, produziram materiais impressos como o *Jornal Comercial e Geográfico*¹³³ e revistas como a *Przegląd Emigracyjny* (Revista da Emigração), fundada por Klobukowski e Ungar. Conforme Mazurek (2016), Klobukowski e Siemiradzki fizeram parte da administração da SPCG¹³⁴. Nesse sentido, Oliveira (2009, p. 230) destaca parte dos relatos de viagem:

[...] sob a forma de relatos de viagens ao Paraná – realizados no contexto dos debates que, nos territórios poloneses ocupados, opuseram partidários e não-partidários da emigração. Entre estes últimos sobressaíam-se os de Hempel (1973) e Klobukowski (1971), membros da mesma expedição científica enviada ao Brasil e à Argentina no começo dos anos 1890 a fim de conhecer em detalhes as condições de vida e de trabalho dos emigrantes poloneses. Os dois relatos concordam que, diferentemente dos Estados Unidos, o Brasil, particularmente seus estados meridionais, não deve ser visto simplesmente como um país de destino. Hempel tornou-se partidário da emigração por que viu aí as melhores condições de “sobrevivência da vida polonesa”, então ameaçada (Hempel, 1973: 16). Klobukowski, um intelectual que se havia

¹³¹ Entre as expedições científicas destaca-se também Tadeusz Chrostowski. Conforme Straube, Urben-Filho e Kopij (2007) “Entre os anos de 1910 e 1924, o naturalista polonês Tadeusz Chrostowski empreendeu três expedições científicas para o estudo das aves silvestres do Paran. Por seu esforço e resultados incalculáveis, foi consagrado “Patrono da Ornitologia” desse Estado brasileiro”. Artigo disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286441724_A_IMIGRACAO_POLONESA_E_SUAS_COLONIAS_N_O_PARANA_SEGUNDO_TADEUSZ_CHROSTOWSKI. Acesso em: jan. 2018.

¹³² Ver mais sobre em: “Os Poloneses no Brasil”, os relatos de Antônio Hempel em: Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, volume VII de 1973.

¹³³ Entre as publicações do *Jornal Comercial e Geográfico*, estavam documentos como o Mapa da Colonização agrícola - *Polska Kolonizacya Zamorska/Colonização Polonesa Ultramarina nos três estados do sul do Brasil*, publicado em 1899.

¹³⁴ Sociedade Polonesa Comercial e Geográfica.

interessado pelo problema da emigração, foi mais longe. Tendo em vista as condições e o número de poloneses residentes no Paraná, afirmou que estavam reunidas ali condições para o nascimento de uma “sociedade neopolonesa” (Klobukowski, 1971: 15).

Em relação ao projeto colonizatório polonês, Nalewajko (2018, p. 110) destaca que “En el período 1918-1939 el Estado polaco emprendió la acción de organizar la emigración campesina al ultramar y adoptó el papel activo em la promoción de la colonización en Brasil, y también Argentina” assim, atuou, “intentando ampliar las colônias existentes em Paraná y creando um nuevo centro de asentamiento em Espirito Santo”. Para este projeto, conforme a autora, utilizou-se de “la propaganda gubernamental (folletos, volantes, prospectos, guías) iba la prensa y la literatura: artículos, reportajes, novelas de aventuras, relatos de viajes (Napiontkówna, 2007, pp. 317-319)”. Destaca ainda, que “Buscó también otros destinos para los emigrantes, entre otros el Perú, donde se iba a organizar la colonización em la Montaña”.

No entanto, embora a entrada de imigrantes poloneses no Brasil esteja demarcada a partir de três fases distintas aqui discutidas e localizadas temporalmente pelos séculos XIX e XX, tratando-se de uma entrada mais significativa em proporções quantitativas, Gluchowski (2005), Gardolinski (1956), Mazurek (2016), entre outros autores, destacam a presença de poloneses no país ainda em períodos anteriores. Os autores mencionados fazem alusão ao fato de que, nos séculos XVII e XVIII, já aportavam no Brasil alguns engenheiros e soldados poloneses, os quais Gluchowski (2005, p. 27) chamou de “primeiras andorinhas”. O autor destaca:

A história do nome polonês no Brasil é modesta, embora não deixe de ter o seu brilho. Não foi a bandeira polonesa que por três vezes conduziu até o litoral da “Terra Nova” o oficial da armada polonesa Cristovão Arciszewski, defensor de Lvov contra as hordas de Chmielnicki. Nos anos 1629-1639, à frente de regimentos holandeses, como almirante e comandante, ele deu muito trabalho aos portugueses e espanhóis que defendiam as colônias de Sua Majestade.

Mazurek (2016) ressalta que Cristovão Arciszewski realizou trabalho de pesquisa sobre a vida e os costumes dos índios, também desenvolveu trabalhos cartográficos, mapas que deram maior conhecimento geográfico e etnográfico do Brasil. Além disso, há indicações de que, quando da entrada de levas de imigrantes alemães no Brasil meridional, a partir dos anos 1824 e em períodos posteriores, em meio a eles, estavam também imigrantes poloneses (GLUCHOWSKI, 2005), embora estes não tenham sido oficialmente registrados como poloneses, quando emigraram, devido à inexistência da Polônia.

Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram os primeiros estados brasileiros a receberem grupos maiores de imigrantes poloneses. Posteriormente, estes chegam ao Paraná,

Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Da mesma forma que os demais grupos de imigrantes, os poloneses também estiveram atrelados tanto ao sistema de inserção imigrante, quanto o de colonização, sendo que, o segundo é mais visível na região sul do país. Já nas capitais, entre elas, Rio de Janeiro e São Paulo, ocorreu a inserção de imigrantes, com profissões como: musicistas, militares, profissionais liberais, comerciantes, operários, prostitutas, entre outros.

No Rio Grande do Sul, com um contingente de imigrantes poloneses que se aproxima ao do estado do Paraná, a historiografia mostra distintos perfis de imigrantes, entre eles, camponeses, intelectuais, religiosos, comerciantes, entre outros, os quais estiveram distribuídos pelo estado, tendo como núcleos principais Caxias do Sul, Erechim, Àurea, Rio Grande, Guarani das Missões e Porto Alegre. Os camponeses eram em maior número, embora tenha nos distintos núcleos a presença de diversos perfis. Gardolinski (1956, p. 101) destaca que “a totalidade dos imigrantes letrados ou cultos, naquela época, preferia o Paraná, onde se radicava, de preferência em Curitiba”. Em relação ao RS, Stawinski (1976) destaca a presença do clero e a migração para as novas colônias, o clero, com o intuito de manter os migrantes ligados ao catolicismo.

Gluchowski (2005, p. 27-28) evidencia que muitos imigrantes chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX com intenções de trabalho em centros urbanos, atuação militar, engenharia, entre outros. Entre eles, o autor destaca os engenheiros Rymkiewicz e Brodowski, que trabalharam na obra da estrada de ferro São Paulo-Santos, o engenheiro Babinski, autor do primeiro mapa geológico do Brasil, Florestan Roswadowski e seus dois filhos, sendo que ele alistou-se como major de engenharia do exército brasileiro e realizou o primeiro levantamento topográfico da bacia do Amazonas, e ainda o engenheiro André Przewodowski, cujo filho, Estanislau foi capitão de uma corveta brasileira e distinguiu-se na Guerra do Paraguai. Alguns dos nomes citados, para Mazurek (2016, p. 63), “aparecem no Brasil após a queda de Napoleão e os fracassados levantes nacionais¹³⁵, quando muitos oficiais poloneses assumiram o serviço nos exércitos dos países latino-americanos”.

No tocante à relação entre a imigração polonesa e a prostituição, podemos mencionar Soares (1992), que trata da prostituição no Rio de Janeiro a partir do século XIX, evidenciando um contexto populacional com número superior de homens em relação ao número de mulheres, homens ligados a profissões, entre elas, exército e marinha. O autor ressalta a presença de imigrantes-prostitutas, dimensionando-as numericamente a partir de

¹³⁵ O autor está referenciando-se as Legiões Polonesas que se aliaram a Napoleão na Itália, na promessa de recuperar a Polônia, derrotando os usurpadores.

dados oficiais, destando entre elas, as “polacas”.

No livro acima mencionado, o autor, com base em documentos e fontes do estado, trata da visão da prostituição no Rio de Janeiro como uma epidemia a ser controlada, atendendo a uma necessidade de moralização e de higienização do contexto da prostituição a partir da ação de médicos, juristas e autoridades policiais. Esta ideia foi vista com possibilidade de ser mais efetiva quando se trata de prostitutas brancas, europeias. Conforme Soares (1992, p. 57, grifo nosso):

A importação das prostitutas europeias, sobretudo daquelas provenientes dos países da Europa Centro-Oriental (Polônia, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria etc.), era organizada pelos “caftens”, quase todos de *origem judaica*, que exploravam as prostitutas e à prostituição, obtendo avultados lucros e fomentando o tráfico das “**escravas brancas**”. Em 1880, as autoridades policiais da Corte conseguiram que 26 desses “caftens”, todos de origem judaica, fossem expulsos do país. A “chaga dos “caftens” era considerada pelas autoridades um dos principais anuladores da “concorrência de **meretrizes estrangeiras**”, **que era “até certo ponto benéfica”, levando-se em consideração “a moralidade relativa que [deveria] existir nas capitais”**”.

Então, se a substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes nas fazendas, tratada anteriormente, foi efetiva, na perspectiva em que foi olhada a prostituição urbana do Rio de Janeiro nesse período, podemos entender que as imigrantes tinham, neste sentido, o mesmo papel, porém, articulado a outro setor da sociedade. Além desta questão, podemos perceber que o entendimento das autoridades em relação a esta substituição, dá indícios de sua imbricação aos princípios do branqueamento.

Nas regiões onde ocorreu a colonização polonesa durante as três fases distintas, assim como dos outros grupos migrantes, a responsabilidade da gestão da imigração perpassou a perspectiva de colonização dita oficial (União e províncias e depois estados), como responsáveis pelo financiamento/subvenção do transporte e pela organização de estrutura, mas, também, as empresas privadas (companhias colonizadoras). Na emigração após a reunificação, destinada a locais previamente selecionados, a partir de um projeto efetivado pelas lideranças polonesas, a subvenção ocorreu por parte do estado polonês – Segunda República, a partir de motivações já discutidas. Conforme Oliveira (2009, p. 220), “muitos dos imigrantes instalados no Paraná¹³⁶ se viram assim às voltas com interesses nacionalistas e mesmo neocolonizadores, tendo seu papel migrado, em termos simbólicos e políticos, de colono-imigrante para emigrante-colonizador”.

¹³⁶ Embora o autor se refira ao Paraná por tratar-se da delimitação de sua pesquisa, esse não seria o caso somente do Paraná.

Por fim, os migrantes que partiram do território da Polônia dividida, o fizeram com algumas motivações que podem ser relacionadas como similares àquelas que caracterizaram a imigração alemã e italiana, por exemplo, tidas, de modo geral, como reflexos da Revolução Industrial, a crescente demografia, a falta de terras, propriedades inviáveis, dívidas, desemprego, más colheitas, diminuição da exportação, entre outras questões, disparadas pelas novas relações de trabalho e de propriedade. São questões evidenciadas por Mazurek (2016) como relacionadas à emigração econômica, mas, para além, dentre as questões tratadas, se evidenciam fatores como, as questões políticas e culturais no contexto das relações sociais, permeadas pela condição de submissão às potências invasoras e, a compreensão de pertencimento nacional, associado à ideia de reunificação.

A relação destas questões como motivações para a emigração e, as atitudes tomadas no contexto das colônias podem ser pensadas a partir da compreensão de que, além de religiosos com boa formação e camponeses com condições, foram muitos os emigrantes intelectuais com boas condições econômicas, comerciantes e profissionais liberais, que, principalmente durante o período da chamada “febre brasileira”, acompanhando as tentativas sucessivas e frustradas de converter a submissão polonesa através de levantes e insurreições, emigraram para outros países, entre eles, os Estados Unidos, Canadá, Uruguai, Peru, Argentina, França, México, Bolívia, Inglaterra e Brasil.

Porém, precisamos considerar que muitos poloneses conviviam tranquilamente naquele contexto, ou seja, sem grandes questionamentos sobre as questões relacionadas à perda da independência, entre eles, estava parte da aristocracia e da nobreza que defendia a ocupação russa. Para Oliveira (2009, p. 231),

Sob um ou outro ponto de vista, o fato é que a ideia de uma imigração orquestrada apenas pelo país de destino ou ainda a clássica dicotomia entre imigração espontânea e imigração oficial, por si sós, são incapazes de compreender as redes que se formam a partir dos fluxos migratórios.

4.2.1 Traços da (re) imaginação diaspórica: Comunidade polonesa no Paraná.

Neste subtítulo, iremos desenvolver de forma sucinta, a contextualização da colonização polonesa no estado do Paraná, buscando ressaltar aspectos que estão imbricados a nossa problemática, entre eles, as estratégias e as negociações voltadas para a (re)imaginação da comunidade na diáspora. Dentre tais estratégias, a gradual constituição de uma

comunidade polonesa no Paraná. Para tanto, utilizaremos a historiografia da imigração e da colonização polonesa no Brasil e no Paraná, entre esta, estão os seguintes autores: Mazurek (2016), Nadalin (2001), Gluchowski (2005), Oliveira (2009, 2015), além, das memórias de Saporski e outros textos sobre a colonização polonesa nos Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, organizados por Ruy Cristovam Wachowicz.

Conforme apresenta Nadalin (2001), o estado do Paraná até o século XVIII, teve seu território como espaço permeado pela presença de jesuítas, pela criação de gado, exploração de veios auríferos, de população portuguesa, aldeamentos indígenas, escravização indígena e exploração bandeirante. Para o autor, “A constituição de Curitiba enquanto vila (1693) assinalou o início da definição de uma identidade regional, fundada na pecuária”, tornando-se, até o século XVIII, o centro administrativo e comercial. Então, no caminho do gado e dos tropeiros que tinham Sorocaba como destino, formaram-se aos poucos os povoados e as vilas. A inserção de imigrantes europeus não-portugueses foi iniciada somente no século XIX, primeiro com imigrantes alemães, depois com italianos, poloneses, franceses, ucranianos, russos, entre outros.

De todo modo, conforme tratamos na primeira parte deste capítulo, é importante ressaltarmos que existem diferenças entre os objetivos de ambos os grupos de imigrantes e, que também diferem das políticas de atração relacionadas às distintas regiões e estados brasileiros, onde ocorre a inserção de imigrantes e a colonização. Da mesma forma, há distintas motivações que levaram os imigrantes a acolher ou não, os locais para os quais foram destinados além de, estimular a vinda de outros imigrantes, exercendo um papel ativo. No estado do Paraná, o estado com maior número de imigrantes poloneses, este processo também possuiu suas especificidades. As diferenças e motivações estiveram também ligadas às representações e às questões culturais colocadas em jogo. Segundo Oliveira (2009, p. 220):

Entre os casos particulares, a imigração para o estado do Paraná é um exemplo emblemático. Isso ocorre porque desde sua origem ela se encontra a meio caminho entre os dois modelos descritos, ou seja, apresenta-se como uma resultante de ações públicas locais e federais e dos próprios imigrantes. Além disso, tendo se iniciado antes que o Paraná se emancipasse do estado de São Paulo, a imigração (e as imagens positivas que lhe foram sendo associadas) tornou-se uma das questões-chave na trajetória de ocupação e colonização do território, e na própria definição da identidade cultural do estado (Oliveira, 2007) *apud* (OLIVEIRA, 2009, p.220).

A identidade cultural do estado, anteriormente ligada à pecuária, traduziu-se no processo em que passou a contemplar a dinâmica social de um contexto de inserção de imigrantes, pois, a complexidade se ampliou e coexistiram outras maneiras de pensar e de produzir. Colocam-se em jogo, nestas construções simbólicas, os interesses de ambos os

lados, imigrantes e entes públicos, que, somados às empresas privadas, passaram a fomentar a reordenação do espaço em seu amplo sentido.

A emancipação do Paraná ocorreu em 1854, ou seja, logo após a Lei de Terras. Conforme Nadalin (2001), até então, existiam apenas três colônias no estado, o que representava em torno de 420 imigrantes (não poloneses). Porém, a partir dos anos 1870, gradualmente foram inauguradas muitas outras. Nesse período, o presidente da província Sr. Frederico Abranches, acatou a chegada do primeiro grupo de imigrantes poloneses, cuja origem era do domínio da Prússia, estes, já haviam sido instalados em Santa Catarina, e resolveram migrar para o Paraná. Neste sentido, o período que se seguiu demarcou ações provinciais para a política imigratória como: financiamento provincial da viagem, criação de hospedaria, entre outras questões, através de uma atitude mais efetiva da província em relação à imigração. Esta atitude efetiva é evidenciada, principalmente a partir de 1875, com o governo de Lamenha Lins.

O estímulo à imigração foi percebido como fator imediato de desenvolvimento da vocação agrícola, da diversificação da produção e de estímulo à economia e à demografia do recém-emancipado território. Conforme Oliveira (2009, p. 221), “Comparando o Paraná com seus estados vizinhos do Sul, tratava-se do menos populoso”, sendo que, “Em 1872, tinha apenas 127 mil habitantes, contra 159 mil em Santa Catarina e 446 mil no Rio Grande do Sul (Recenseamento do Brasil, 1872)”.

A preocupação com a questão imigratória é evidenciada nos relatórios provinciais analisados por Oliveira (2009), o autor afirma que a imigração passou a ser frequentemente elogiada nos relatórios da província como algo fundamental, com inúmeras vantagens, ressaltando a necessidade de apoio da colonização oficial imperial, inclusive em relação à disponibilização de terras devolutas para a província, relatando ainda, as dificuldades da compra de lotes pelos imigrantes a partir da Lei de Terras de 1850.

No entanto, com a atenção dada em nível provincial, durante o período imperial os números não foram tão expressivos. No caso da imigração polonesa, essa questão também esteve relacionada às questões do contexto da emigração, que resultaram em um fluxo menor na primeira fase, tendo em vista tratar-se de uma emigração de base mais cultural, política e autofinanciada que a segunda, esta, mais ligada ao campesinato e aos movimentos populares camponeses. De todo modo, inicialmente, “Foi na região de Curitiba que melhor se desenvolveu a atividade colonizadora, compreendendo o estabelecimento de alemães e suíços, italianos e poloneses, secundados em importância por franceses, ingleses e escandinavos” (NADALIN, 2001, p. 77).

Ressaltando o perfil emigratório, Oliveira (2009) indica o protagonismo dos próprios imigrantes na organização desse processo, quase que em todo o período imperial, tendo somente no Governo de Adolpho Lamenha Lins (1875-1877) um apoio mais perceptível. O protagonismo entre os poloneses se evidencia, principalmente, através da mediação e atuação de lideranças, fato este, que também pode ser associado aos objetivos diferenciados ligados à emigração e a um perfil imigrante. Oliveira (2009) aponta para a definição de “imigração espontânea”, ou seja, muito ligada ao fato do contexto histórico, cultural e político de uma Polônia inexistente efetivamente como estado.

A concepção de “imigração espontânea” pode ser justificada pela iniciativa de partir do próprio emigrante, com a disposição de pagar as despesas da viagem sem depender de subvenção. Essa atitude foi bastante comum entre os poloneses que, nos distintos domínios, fugiram do serviço militar russo, prussiano, das imposições culturais ligadas às construções nacionais, religiosas, linguísticas, exploração do trabalho, entre outras questões. Este perfil talvez se relacionasse com o fato de que, entre a inserção dos imigrantes poloneses dispersos por distintos locais e em meio a relações interétnicas e a colonização no Paraná, sendo que, a segunda ocorreu quase que predominantemente na formação de colônias em grande medida etnicamente homogêneas.

Conforme já mencionado em outro momento deste capítulo, ao chegarem às regiões de colonização no sul do Brasil, os imigrantes poloneses foram instalados em regiões geralmente já ocupadas por grupos etnicamente autodefinidos como italianos e alemães, seguindo uma organização a partir de colônias mistas em contraposição à colonização de caráter mais homogêneo. Isso diferiu um pouco em relação ao estado do Paraná. Ao tratar da Colônia Polonesa, especificamente do Paraná, aos arredores de Curitiba, a historiografia mostra que, embora também compartilhassem a existência de outros grupos, o número de imigrantes poloneses foi maior que aquele direcionado para outros estados brasileiros, esta particularidade propiciou a formação de comunidades mais homogêneas. Tais questões são evidenciadas por autores como Oliveira (2009).

Inicialmente, o interesse pela colonização do Paraná estava ligado à colonização oficial, com tratativas de colonização entre o governo imperial e o presidente da província na política imigratória de criação de núcleos coloniais, com objetivos como, de preencher os ditos “vazios demográficos”. Mas, aos poucos, atraiu também iniciativas privadas, estas, voltadas para os empreendimentos econômicos, começaram a se articular através dos agentes de colonização no Brasil e no exterior, entre eles, aqueles ligados à Sociedade Colonizadora Pereira, Alves, Bendaszewski & Cia, que já atuava na Polônia e também na Alemanha e tinha

sido responsável pela vinda do primeiro grupo para Santa Catarina.

O início da colonização polonesa no Paraná foi articulado, conforme Gluchowski (2005, p. 28-29), pela liderança de Edmundo Sebastião Wós Saporski em Santa Catarina. Saporski mobilizou a primeira leva que chegou ao porto de Itajaí, em 1869, para serem os “peregrinos” que vieram a fundar a colônia polonesa em Curitiba e seus arredores. Conforme Mazurek (2016), Saporski trocou de nome e emigrou para o Brasil fugindo do exército prussiano, então, chegou em 1867 e, se deslocando para Santa Catarina, pode presenciar a inserção de imigrantes poloneses em meio aos já instalados alemães¹³⁷. Já tendo passado por Paranaguá e conhecendo um pouco da região, resolveu articular a organização da comunidade polonesa centralizada no Paraná. Conforme Gluchowski (2005, p. 28):

Foi então que, em 1867, no veleiro “Ema”, seguindo a rota pela qual mais de cinquenta anos depois viria ao litoral do Brasil o primeiro navio polonês, o “Lwów”, desembarcou em Paranaguá, a caminho de Buenos Aires, **Edmundo Sebastião Wós Saporski**, o “Pai da colonização polonesa no Paraná”, o homem a cuja iniciativa a colônia polonesa da “Terra dos pinheirais” deve a sua existência. Depois de passar um ano em Montevideú, Saporski voltou a Santa Catarina, estabelecendo-se na colônia Blumenau.

Com a chegada de Saporski em Santa Catarina, iniciou-se um trabalho de estratégias para a colonização polonesa, buscando, entre outras questões, um espaço específico para esta, contrariando a forma como vinha sendo organizada ao instalarem-se, em meio aos espaços colonizados predominantemente por imigrantes alemães. Conforme Mazurek (2016, p. 138) “Os projetos de concentrar a emigração num único território já haviam surgido bem mais cedo, juntamente com a onda emigratória política após os levantes do século XIX”. O autor destaca que, “Já naquela época os autores desses projetos não se guiavam unicamente pelo receio de desnacionalização dos emigrantes”, ou seja, o autor refere-se também a ideia de fundar colônias polonesas no exterior, de forma a garantir distintos objetivos.

Na colônia de Blumenau, Saporski conheceu o Pe. Antônio Zielinski. Conforme Gluchowski (2005, p. 29), “Por caminhos intransitáveis, em segredo, escondendo-se dos alemães receberam ali a visita de Saporski, que os convenceu a fazer um requerimento pedindo a transferência ao Paraná”, o que não aconteceu sem relutância, considerando que, destaca: “A administração da colônia não queria ouvir falar de semelhante autorização”. Ressalta ainda, que “O Pe. Zielinski, participante da expedição do arquiduque Maximiliano ao México, tinha um bom relacionamento com a corte de D. Pedro no Rio de Janeiro. Ardente

¹³⁷ Conforme já evidenciamos, o envio destes imigrantes para esta região pela colonização oficial imperial pode ter sido motivado a partir do registro de origem, pois, quando da emigração, tais imigrantes eram residentes na ocupação prussiana e, com o intuito de facilitar o processo, declararam-se como prussianos.

patriota polonês, não era bem visto pela administração alemã da colônia”. Porém, o autor complementa que “Diante disso, Saporski viajou pessoalmente ao Rio e, tendo conseguido uma audiência com o imperador através do relacionamento com o Pe. Zielinski, obteve a promessa de que o pedido dos colonos seria ouvido e atendido”. Dessa forma, conforme Gluchowski (2005, p. 29),

Das conversas dessas duas pessoas surgiu a idéia de, a exemplo dos alemães, conseguir áreas apropriadas e estabelecer nelas colonos poloneses. Escolheram para esse objetivo o Paraná, a respeito do qual o famoso engenheiro brasileiro A. Rebouças, que estava explorando a estrada de Antonina a Ivaí, havia nessa época escrito um interessante trabalho. O necessário requerimento foi apresentado por ambos ao governo imperial em 1869.

Dentre as razões que motivaram a migração de Santa Catarina para o Paraná, ressaltam-se questões como, culturais, relações interétnicas e a não adaptação às terras e ao relevo de Santa Catarina e, mais especificamente, do lugar para onde foram destinados, considerando que os imigrantes alemães os antecederam e, sendo assim, puderam escolher as melhores terras, deixando muitos poloneses na condição de trabalhadores em dependência dos alemães. Assim, dentre as razões que motivaram a escolha pelo Paraná, estava, primeiramente, a possibilidade de uma pretensa colonização predominantemente polonesa - mais homogênea polonesa, destoando da condição de diluídos em meio aos colonizadores alemães de São Francisco, Brusque e Itajaí.

Tais atitudes não estiveram desvinculadas das relações interétnicas muitas vezes conflituosas com os colonizadores alemães, e, as pretensões dirigidas a partir de lideranças ditas “étnicas”, como o “pai” da colonização polonesa, incentivadas pelo claro interesse do Estado do Paraná e das Companhias Colonizadoras. No entanto, Oliveira (2009, p. 222) destaca que a atitude de migração interna não foi bem vista pela província de Santa Catarina, que não gostou de perder seus imigrantes, mas, conforme o autor, “contou com o apoio do governo do Paraná, que custeou a viagem até Curitiba” e disponibilizou lotes para venda em seus arredores.

Assim, a partir de 1873, Malczewski (2008, p. 38) ressalta, que “graças aos empenhos do Pe. Antonio Zielinski e de Sebastião Edmundo Wós Saporski, 32 famílias polonesas (164 pessoas) estabeleceram-se em Pilarzinho, na região de Curitiba”. Ou seja, boa parte daquele primeiro grupo que havia chegado da Alta Silésia no porto de Itajaí, a bordo do navio “Vitória” e se assentado na colônia Brusque, era então, os “peregrinos” no Paraná (GLUCHOWSKI, 2005). Assim,

Nasceu então a primeira colônia polonesa do Paraná, a colônia do Pilarzinho, hoje um bairro de Curitiba. No mês de setembro de 1873, 258 outros poloneses (64 famílias), originários da colônia de D. Francisca (SC), se instalaram espontaneamente em Curitiba e pediram à Câmara Municipal a demarcação de lotes de terra. Os lotes foram demarcados em uma área contígua à recém-criada colônia do Pilarzinho, perfazendo um total de 720 hectares. Em homenagem a Frederico Abranches, presidente da província entre 1873 e 1874, a nova colônia recebeu o nome de Abranches, e também é hoje um bairro de Curitiba (OLIVEIRA, 2009, p. 222).

A década de 1870 está demarcada por um período bastante significativo no crescimento e no empenho da província do Paraná, no tangente à organização e à ampliação da imigração, destacando-se, entre as lideranças políticas, o presidente da província Lamenha Lins pelas políticas neste campo.

Em termos práticos, Lins custeou a viagem dos novos imigrantes dos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco (SC) até Curitiba, estimulou a criação de novas colônias nos arredores da capital e cuidou de sua infraestrutura e acesso. Em termos demográficos, ao final de sua presidência, durante a qual foram criadas as colônias Santa Cândida, Orleans, Santo Inácio, D. Pedro, D. Augusto, Rivière, Muricy e Lamenha (a mais importante em número de colonos), aproximadamente 6 mil imigrantes poloneses viviam nos arredores de Curitiba (Relatório, 1877: 81-85). Por tudo isso, Lins foi de fato o primeiro presidente de província a estabelecer, em termos econômicos e políticos, uma relação positiva entre colonização do território, desenvolvimento rural e imigração. Mas não seria exagero dizer que sua ação ideológica e prática rompeu, ainda que brevemente, com a dicotomia entre “imigração espontânea” e “imigração oficial”(OLIVEIRA, 2009, p. 223).

Os primeiros grupos foram se estabelecendo nos arredores de Curitiba e se articulando à comunidade local. Conforme Oliveira (2009, p.220), “tecendo relações comerciais e sociais com os moradores da capital”. Ou seja, estabelecendo relações amplas, interétnicas, mas, também políticas. A atitude pró-ativa destes imigrantes seria imprescindível para o apoio à colônia.

Muitos imigrantes logo se inseriram na política local, dentre eles, o próprio Saperski, Antônio Bodziak, entre outros. No caso de Saperski, de acordo com Mazurek (2016), após desenvolver trabalhos relacionados à comunidade polonesa e paranaense, esteve atuando na fundação de sociedades polonesas, demarcação de estradas, construção da estrada férrea da Serra do Mar, construção de linhas telefônicas e telegráficas, cargos na Comissão de Obras Públicas e de Polícia Militar, entre outros, e, em 1912, foi eleito como o primeiro deputado polonês para a assembleia legislativa do estado do Paraná.

Mesmo o governo local estando motivado a expandir a colonização, conforme já destacamos, devido à falta de recursos, Nadalin (2001) ressalta que, a partir de 1880, praticamente se extinguiu a colonização oficial e a participação financeira do governo provincial, diminuindo, assim, a imigração e abrindo espaço para as empresas colonizadoras,

colocando a imigração em maior relação com os próprios imigrantes, na perspectiva da “imigração espontânea”. Então, o processo continuou, embora em contingente não muito significativo em comparação as demais fases que se seguiriam.

Mazurek (2016) ressalta que, nesse período, muitos daqueles que emigraram tinham boas condições e conseguiam pagar as despesas da viagem e, até mesmo, adquirir terras. Nesse sentido, articulado a companhias colonizadoras, conforme Oliveira (2009), o papel das políticas de atração de imigrantes no exterior foi bastante relevante, embora as políticas públicas locais para atrair imigrantes tenham sido limitadas.

A partir da chegada da república, o então governo do estado passou a acompanhar de forma mais atuante as questões da imigração. Oliveira (2009) destaca que, nas mensagens enviadas ao Congresso Legislativo do Paraná, os governos da década de 1890, principalmente após 1896, ano em que a União disponibilizou as terras devolutas para o estado, incentivaram o fomento à propaganda na Europa, através da imprensa e dos folhetos, destacando a disponibilidade de terras, a liberdade religiosa e os direitos civis. Porém, a condição das políticas públicas não havia mudado, não dispunham de recursos para financiar a imigração, mas concluíam que não seria necessário retomar a subvenção, em função das condições vantajosas oferecidas.

Sem o incentivo oficial, o estado constatou que os números de imigrantes que chegavam, ainda eram pouco representativos. Assim, o entendimento quanto a essa questão mudou e algumas atitudes foram tomadas. A partir de 1906, Oliveira (2009) destaca que o estado efetivou a disponibilização de linha de crédito para subsidiar o transporte dos imigrantes, para isso, estabeleceu uma parceria com a União no contexto da criação Ministério da Agricultura e, em 1908, procedeu à devolução das terras públicas à União. Para Oliveira (2009, p. 227), assim, “o poder local se alinhava definitivamente ao Decreto 6.455 (19 de abril de 1907), através do qual a União criava o Serviço de Povoamento do Solo Nacional, inscrevendo a imigração em sua política de ocupação e de desenvolvimento”. Então,

[...] o Presidente do estado firmara contrato, pelo prazo de um ano, com as Companhias Loyd Austríaco e Real Húngara de Navegação Marítima (Mensagem de 1906: 43-44). Em 1907, o estado decidiu criar uma Comissão de Colonização incumbida da verificação de lotes devolutos e condições de efetivo aproveitamento; de examinar as melhores terras públicas e privadas indicando a nacionalidade e aptidões dos colonos que as devem ocupar, devendo ainda o Chefe desta comissão previamente entender-se com os Poderes da União a fim de estabelecer bases para um serviço comum entre os Governos Federal e estadual. (Mensagem de 1907: 19) (OLIVEIRA, 2009, p. 226).

A chegada da república presenciou o início da “febre brasileira” e o aumento do fluxo. As questões externas, associadas às atitudes tomadas pelo governo local e a União, trouxeram um contexto de fomento na questão imigratória, aumentaram o número de imigrantes e o número de colônias, expandiram-se em dimensões quantitativas e territoriais e multiplicaram a formação de núcleos urbanos. Se na primeira fase, os objetivos da imigração estiveram ligados quase que somente à produção agrícola, na segunda, voltaram-se também para a necessidade de mão-de-obra para a construção de ferrovias, linhas telefônicas e telegráficas, além de uma nascente indústria que foi, aos poucos, sendo consolidada. Dentre as novidades do Decreto 6.455 estava o disciplinamento dos imigrantes a serem recebidos, conforme Oliveira (2009, p. 227, grifo nosso):

[...] a União financiaria tanto as passagens internacionais e os deslocamentos do porto do Rio de Janeiro aos estados, quanto a aquisição dos lotes, cuja cobrança de dívidas e remissão de títulos de propriedade (provisórios ou definitivos) ficaria a cargo dos funcionários federais. O decreto previu ainda formas de articulação entre as esferas federal e estadual tais como auxílio local na escolha e na transferência de terras para a União, recepção dos imigrantes, quando não desembarcassem no Rio de Janeiro, assentamento, definição de espaços reservados às escolas e igrejas no interior dos núcleos, entre outros. **Previu finalmente que a venda de lotes aos “nacionais”, nos núcleos coloniais fundados ou mantidos pela União, não poderia exceder 10% do total.** Em relação ao Paraná, a ação do Serviço foi muito importante. Entre 1908 e 1914, de um total de 12.330 poloneses que se haviam estabelecido no estado, 9.880 residiam em colônias criadas ou mantidas pela União.

Conforme o grifado acima, entre as questões previstas no Decreto, estava a preferência pelo estabelecimento de colônias preenchidas preferencialmente por imigrantes europeus, restringindo a venda de lotes aos nacionais. Esse direcionamento foi efetivo e, associado ao financiamento, facilitou a entrada e a aquisição de lotes por imigrantes europeus, entre eles, os poloneses. Malczewski (2008, p. 38) destaca que “até a eclosão da I Guerra Mundial residiam no Paraná 60 mil poloneses”.

Logo em seguida, iniciou-se a emigração mais voltada para a perspectiva colonizadora, a última fase emigratória. Os poloneses entendiam que a reunificação criou um contexto mais propício à efetivação de uma ideia que há muito vinha sendo desenvolvida. Conforme Mazurek (2016, p. 138), ainda no século XIX, lideranças como Kasimierz Kazmierowicz viram “uma oportunidade para a nação polonesa na utilização da emigração política para a formação de núcleos coloniais compactos em diversas partes do mundo”. O Paraná foi visto como o principal núcleo em potencialidade para este projeto, tendo em vista a ocupação dispersa por todo estado, percebida pelas comissões polonesas da emigração e o

consulado. Conforme Mazurek (2016, p. 66):

A partir de 1869 até a primeira década do século XX, o elemento polonês já tinha em sua posse as áreas em volta de Curitiba e todos os atuais municípios paranaenses de Araucária, São José dos Pinhais, Palmeira, São João do Triunfo, São Mateus do Sul – deslocando-se aos poucos em direção a Palmas. [...] Nas vésperas da I Guerra Mundial começaram a ser ocupadas as colônias Cruz Machado, Guarapuava e a bacia do Ivaí.

Segundo Balhana e Pavão (1985), entre os anos 1870 a 1908, foram criadas 19 novas colônias polonesas nos arredores de Curitiba. Araújo Filho (2003, p. 39) destaca, que, “além de ‘camponeses’, outras categorias sócio-profissionais compuseram o rol dos imigrantes poloneses. Eram operários, artesãos, comerciantes, intelectuais e religiosos”. Conforme o autor, estas categorias, “evidentemente, compunham um contingente bastante menor que o camponês, no entanto confirmaram sua importância por dar uma característica particular à imigração, já que se instalaram primordialmente nas cidades”. Seguindo nos anos 1930,

Nessa época numerosos grupos de camponeses da Polônia estabeleceram-se no longínquo interior do Paraná, na bacia do Ivaí e no recém-fundado município de Londrina. Estimados em cerca de 1.500 famílias, no Sudoeste do estado os colonos poloneses deram origem às colônias como Cândido de Abreu (1921-1924), Palmital, Teresina, Ervalzinho, São Miguel (a partir de 1931) e Morska Wola (1936-1937). No Norte do estado, colonizado pela companhia inglesa Paraná Plantations Ltda. (mais tarde Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), famílias polonesas se estabeleceram em Warta (1934) e em Gleba Orle (1937), na região de Londrina, bem como, a partir do início da década de 1930, nos núcleos que dariam origem às futuras cidades de Londrina, Apucarana e Arapongas (MAZUREK, 2016, p. 71).

Na perspectiva colonizatória, de acordo com Mazurek (2016, p. 73), no período “entre guerras chegaram ao Brasil mais de 41 mil poloneses”. Para o autor, a migração para o Brasil não atingiu mais o contingente dos períodos anteriores e, sem as políticas oficiais, o emigrante teve que se autocustear. O autor destaca ainda, que essa emigração foi organizada por instituições particulares e estatais na Polônia, como a Sociedade Colonizadora de Varsóvia, com intenções ligadas às colônias ultramarinas.

Mazurek (2016, p. 73) ressalta, porém, que as pretensas colônias no exterior acabaram não se efetivando, mas, que as tentativas ocorreram no Espírito Santo - colônia Águia Branca, com famílias vindas da Polônia e do Peru, e com a doação de 50 mil hectares de terra pelo governo local e, no Paraná, através da ação da Liga Marítima e Colonial que comprou mais de 30 mil hectares (colônia *Morska Wola*) e a Sociedade Colonizadora S.A, fundada por poloneses de Curitiba que compraram 63.004 hectares (colônia *Jagoda*) e 718 hectares (colônia *Nowa Wola*). Com a política de nacionalização durante o Estado Novo, essas pretensões foram abortadas, dada a intensa fiscalização e restrições legais, implementadas em

relação aos imigrantes, suas ações e articulações com a Europa, e, a entrada de novos imigrantes. Conforme Siuda-Ambroziak (2017, p. 11),

A iniciativa não implementada era também a ideia de formar um núcleo colonizador chamado de Nova Polônia na região do ex-Contestado. [...] Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, vieram ao Paraná mais alguns milhares de imigrantes poloneses, fixando-se, na maioria, nos centros urbanos. As estatísticas falam da entrada de até 25 mil emigrantes poloneses nesse período (WACHOWICZ, 1999, p. 14).

Ao longo das distintas fases, a comunidade polonesa no Brasil configurou um número bastante representativo de imigrantes, articulados aos processos de imigração e de colonização, colocando em primeiro patamar, em termos de contingente, o estado do Paraná. Neste estado ocorreu uma concentração da imigração polonesa, ocasionando inclusive uma migração interna dos outros estados, iniciada a partir de Santa Catarina. Para Budakowska (2014, p. 111) “a concentração de toda a afluência migratória praticamente na mesma zona permitia manter a polonidade com eficácia”.

Segundo Mazurek (2016, p. 75), o recenseamento realizado nos anos trinta do século XX, pela União Mundial dos Poloneses no Exterior, organizações polônicas e Consulado Geral de Curitiba, mostrou que a população da comunidade polonesa no Brasil chegou a 200 mil, sendo que, o equivalente a 88.605 pessoas residiam no Paraná, seguido do Rio Grande do Sul, com mais ou menos 80 mil pessoas. Deste contingente, o autor destaca que o “elemento burguês-operário-intelectual” constituía cerca de 10 mil em Curitiba, e, somava-se aos das outras cidades menores e outros estados brasileiros.

Então, as colônias foram se espalhando pelo país e pelo estado do Paraná inteiro, desenvolvendo suas sociabilidades, criando escolas, igrejas, sociedades esportivas e recreativas, em uma compreensão cultural, identitária e de sociedade, dadas em diáspora. Conforme relatório sobre a emigração polonesa, desenvolvido a partir dos testemunhos oculares de Hempel e Klobukowski, “É interessante observar, porém que Hempel (1973: 97), mesmo não tendo se tornado um adepto da emigração, não procurou impedi-la, considerando que, no Paraná, a “nossa vida nacional amplia-se, alarga-se, universaliza-se”” (OLIVEIRA, 2015, p. 805). Sobre o exposto, Oliveira (2015, p. 805) questiona: “*Mas seria possível debitar do cotidiano ou das organizações sociais típica ou exclusivamente polonesas, o teor dessas análises?*” em uma referência aos processos de imaginação da comunidade na diáspora, culturais e identitários. Nessa direção, continuaremos no capítulo seguinte, no intuito de expandir a reflexão, focalizando nestas dinâmicas sociais.

5 - UNIÃO DAS SOCIEDADES POLONESAS *KULTURA* E *OSWIATA* - A REUNIFICAÇÃO E A COMUNIDADE IMAGINADA NA DIÁSPORA: ANTAGONISMOS E POLONIDADE (ES).

A historiografia que trata da entrada de imigrantes europeus no Brasil e do seu posterior direcionamento para distintas regiões do país, durante os séculos XIX e XX, emerge dimensionamentos de contextos de inserção que, de modo geral, são permeados pela falta de estrutura básica necessária e, ao mesmo tempo, destacam a importância das iniciativas de sociabilidade ligadas à etnicidade e aos grupos étnicos. Nesse sentido, a não existência de instituições como igrejas e escolas possibilita que estas iniciativas se desenvolvam entre imigrantes a partir de demarcações identitárias étnicas, processos de sociabilidade diversos, tidos como importantes pelos imigrantes na manutenção das fronteiras a partir de traços culturais (BARTH, 1969). Estas demarcações foram relevantes na formação dos grupos étnicos como comunidades imaginadas, cujas fronteiras são dadas na etnicidade em constante reelaboração, em contextos de migrações, diásporas e fenômenos de colonização.

No caso dos imigrantes poloneses, tais articulações não diferiram dos demais grupos de imigrantes, entre eles, os italianos e os alemães, entre os quais, os processos de sociabilidade se deram a partir de uma riqueza associativa étnica na organização de capelas, de igrejas, de associações e de sociedades culturais, escolares, recreativas, esportivas, de apoio mútuo, entre outras, articuladas a definições de cunho étnico-identitário, cultural, religioso, econômico e político. Para isso, contaram também com a articulação de lideranças étnicas e religiosas, imprensa étnica, discursos e representações.

Os estudos relacionados à sociabilidade étnica entre grupos de imigrantes têm evidenciado que as práticas de sociabilidade étnica foram importantes iniciativas que transformaram tais contextos e se tornaram comuns entre os imigrantes no Brasil. Dentre estes estudos, podemos citar: Dewes (2017), Almeida (2014), Malikoski (2014), Zaleski Trindade e Malikoski (2018), Silva (2014), Slodkowski (2013), Araújo Filho (2002), Silva e Trindade (2017), Seyferth (2012), Siuda-Ambroziak (2011, 2017), Zanini (2006), Truzzi (2016), Truzzi e Zanini (2018), Gardolinski (1976), entre outros.

Dentre as produções bibliográficas e fontes significativas para este capítulo, estão os *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*, produzidos para as comemorações do Centenário da Imigração Polonesa, sendo que, dentre as produções textuais publicadas nos Anais, destacamos a pesquisa de Ruy C. Wachowicz (volume II de 1970), que trata das *Escolas da Colonização Polonesa no Brasil*, retratando a situação escolar na Polônia dividida e a

organização da educação escolar no Brasil, através das sociedades escolares, mais especificamente no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, e as orientações efetivadas a partir da União das Sociedades *Kultura* e *Oswiata*, as disputas e competições entre ambas. Nesse mesmo sentido, está o livro *75 Anos de Presença dos Padres Vicentinos* (1978) - Gelinski et al. (1978). Como demais fontes, discutiremos a partir das produzidas no contexto do período, ligadas às sociabilidades étnicas e disponíveis nos acervos da Sociedade Polônia em Porto Alegre – RS e da Congregação da Missão São Vicente de Paulo em Curitiba – PR.

Em relação aos estudos da polonidade e, entre os acima mencionados, as produções tratam destes processos nas sociabilidades em cidades do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Guarani das Missões, nas Escolas Étnicas no Rio Grande do Sul, polonidade e religiosidade no Rio Grande do Sul, polonidade e brasilidade na nacionalização no Paraná, historiografia polonesa e polonidade no Paraná. No entanto, como já mencionamos na introdução desta tese, aqueles mais focados na comunidade polonesa do Paraná e na polonidade na sociabilidade articulada à União das Sociedades *Kultura* e *Oswiata*, anteriores à nacionalização, não são evidenciados, assim como notamos lacunas de produção em relação à sociabilidade e polonidade em outros estados, entre eles o de Santa Catarina. Nesse sentido, o capítulo busca situar as Associações: União das Sociedades *Kultura* (político-ideológica) e *Oswiata* (católico-clerical) e seus direcionamentos que visam à orientação das organizações associativas a elas filiadas, articulando-se a discursos de polonidade.

Em meio aos migrantes e os distintos contextos experienciados, as grandes mudanças do século XIX, como o florescimento das perspectivas liberais, laicizadas e progressistas, aliadas à expansão das bases de racionalidade, do pensamento iluminista e dos ideais da Revolução Francesa, não foram deixadas totalmente para trás, serviram perfeitamente para explicar e justificar as mudanças pelas quais lutavam, dentre elas, a recuperação de sua liberdade, a retomada da independência e a preocupação com a educação. Entre os anticlericais, a perspectiva da laicidade, mais especificamente, estava aliada ao pensamento iluminista de que a condição de “sujeito culto” (ilustrado) - “intelectual étnico” estava em separado da religião.

Porém, também é importante destacar que houve, nesse período, uma clara preocupação em contornar a crise pela qual a igreja católica e o cristianismo passavam, tendo em vista a expansão da racionalidade e a amplificação de teorias como a teoria da evolução das espécies/darwinismo, Allan Kardec e o espiritismo kardecista, a maçonaria, o positivismo e o cientificismo. Assim, a presença de instituições religiosas católicas trazidas com a

imigração caracterizou-os fortemente e esteve presente de maneira muito expressiva entre os grupos de imigrantes de origem europeia.

São pontuações importantes para situar o contexto macro no qual, vertentes distintas emergiram e, nas quais as Associações estiveram ligadas, além de, como isso definiu a forma como atuaram na orientação das Sociedades, principalmente as escolares étnicas, vistas como decisivas em relação à identidade em um contexto de identidades múltiplas. Para isso, evidenciaram articulações e estratégias como: práticas educacionais escolares com ensino em língua polonesa, ensino de História e Geografia da Polônia, além de práticas religiosas e culturais, imprensa étnica, pedagógica e bibliotecas, com circulação de ideias e de representações, cujas particularidades trataremos no capítulo.

5.1 ETNICIDADES E CULTURAS NAS SOCIABILIDADES MIGRANTES.

Dentre os fenômenos étnicos, os grupos étnicos e as iniciativas associativas étnicas receberam olhares de pesquisadores de distintas áreas, entre elas, a história, a história da educação, a sociologia, a antropologia, as relações internacionais, entre outras. Etnicidade e cultura dos imigrantes estão cada vez mais presentes nas pesquisas que tratam de processos sociais e históricos humanos na definição de localizações e vinculações sociais. A partir de abordagens relacionais, emergiram o reconhecimento de seu potencial de alteridade e de relações interculturais na articulação da diferença, embora o contrário também possa aparecer. Essas questões são de grande importância em sociedades de migrantes e de complexidades étnicas e culturais, como a brasileira.

A questão da identidade cultural remete, em um primeiro momento, à questão mais abrangente da identidade social, da qual ela é um dos componentes. [...] A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. Mas a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural (CUCHE, 2002, p. 176-177).

A partir das construções teóricas já evidenciadas no primeiro capítulo, embora

tenhamos a compreensão de que o sujeito migrante foi condutor de especificidades culturais inegáveis, ele não foi impermeável no seu contexto de inserção. Para Cuche (2002, p. 232) “os imigrantes fazem uma resistência cultural na medida de suas possibilidades. No entanto, queiram ou não, seu sistema cultural evolui. Mesmo quando eles se consideram totalmente fiéis à sua tradição, mudanças são produzidas nas suas referências culturais”. Dessa forma, “as culturas dos imigrantes não podem então ser confundidas de maneira redutora com suas culturas de origem. São culturas vivas e dinâmicas que animam os grupos de imigrantes”. A relação entre cultura e identidade é evidenciada por Cuche (2002, p. 176):

[...] a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.

Para Barth (2011) muitos aprendem sua identidade de forma inconsciente, como parte do grupo. No entanto, a etnicidade depende da representação, articulada em grande parte de maneira consciente nos processos sociais, na articulação da diferença, mesmo nas instituições étnico-culturais que são espaços identitários e culturais do grupo étnico, pois, mesmo assim, não estão isolados, são perpassados por distintas variantes culturais no contexto social amplo, múltiplo, em que o sujeito está inserido.

A *polonidade*, dentro do que afirmam Almeida e Zanini (2013, p. 163), define-se tal como um “pertencimento ao mundo polonês, vislumbrado por meio de narrativas, símbolos e uma série de elementos” culturais envolvidos nesse sentimento de identidade polonesa. Porém, estes elementos culturais, como já alertamos, são passíveis às múltiplas interações, às transformações sociais, culturais e humanas, pois, “Tomadas globalmente, como sistemas, as culturas dos imigrantes não param de evoluir, mesmo que certos elementos particulares possam ser conservados em um estado quase inalterado” (CUCHE, 2002, p. 233).

Siuda-Ambroziak (2017, p. 33), ao tratar sobre a identidade dos poloneses do sul do Brasil, afirma que o esforço de reflexão sobre a questão identitária dos polono-brasileiros é uma questão que, além de arriscada, impõe muitas dificuldades. Destaca a assimilação e a integração à sociedade brasileira entre os primeiros grupos, como acontecimentos tardios. Para a autora, “O adiamento na formação da identidade étnica polono-brasileira, em vez de polonesa, e a resistência dos poloneses às influências culturais de fora das comunidades se deviam a muitas causas internas e externas”. Sendo que, conforme a autora, entre essas causas está “o tradicionalismo do grupo camponês, as dificuldades passadas pelos colonos no início

da colonização, a formação dos núcleos fechados no interior, à vontade de recriar a Polônia” e “o receio frente à mestiçagem étnica”. Além disso, ressalta haver diferenças em relação ao meio urbano e o rural e a passagem para uma identidade polono-brasileira, pois, o meio urbano com relações mais diversas e o envolvimento nas questões sociais, políticas e culturais brasileiras, criavam condições para que isso ocorresse mais rapidamente.

Para Bauman (2009, p. 80), “por inúmeros motivos, os imigrantes tornaram-se os principais portadores das diferenças que nos provocam medo e contra as quais demarcamos fronteiras”. Entre os símbolos, as tradições culturais como resistências são acionadas como diferença. No entanto, em relação à consciência da diferença e sua importância na vivência social dos imigrantes, neste caso, poloneses, ela não se resume a distinção cultural dos grupos, ou seja, há que se considerar a cultura como relevante, mas, a partir de Barth (1969), importam as fronteiras.

No caminho das múltiplas identidades, Siuda-Ambroziak (2017) menciona também a dupla identificação, a partir da fusão com a brasilidade, que se processou em período posterior à chegada dos imigrantes. Para este enquadramento, a antropóloga e historiadora Giralda Seyferth (2011), ao refletir sobre a *dimensão cultural da imigração* de teuto-brasileiros, baseada em Hannerz (1996), traz como ponto de partida o transnacionalismo. Destaca ser este um fenômeno mais modesto que a globalização, mas, que compartilha “a característica de não estar contido num único Estado”, quando “apontam para uma dinâmica transnacional envolvendo atores sociais que, de alguma forma, “transitam” entre dois Estados nacionais, desempenhando papel importante na definição da etnicidade”, isso só pode ser pensado com a existência da Polônia como estado-nação, o que não se aplica durante boa parte da diáspora.

Além de Seyferth (2011) e Siuda-Ambroziak (2017), Dembicz (2001), Malczewski (2007) também já se utilizaram da definição identitária hifenizada. No entanto, ela pode ser pensada a partir do olhar da comunidade culturalmente imaginada e diasporica, não se atendo a perspectiva do estado-nação como definição muitas vezes ideológica e política, ligada ao transnacionalismo.

Referindo-se a migrantes japoneses em São Paulo, no período posterior à nacionalização, o pesquisador e historiador Jeffrey Lesser¹³⁸, ressalta que os processos de constituição das identidades culturais no Brasil, são dados não no isolamento ou na segregação de pessoas de ascendência imigratória, mas no contato com a por ele chamada de brasilidade. Para pensar nesta intersecção, o autor considera as culturas que se atravessam em

¹³⁸ Entrevista de 2015 com Jeffrey Lesser sobre seu livro: “A invenção da Brasilidade”, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B-XJBq3XJKs>. Acesso em: 20 jun. 2018.

produções filmicas, literárias, entre outras. Porém, a brasilidades se trata de uma invenção da primeira metade do século XX. Mesmo assim, no período anterior, há múltiplas culturas que perpassam tais construções. Conforme Siuda-Ambroziak (2017, p. 19-20)

As identidades culturais são híbridas, o que se percebe muito bem no Brasil. Mas elas são assim em todo o mundo porque sempre houve deslocamentos, trocas, encontros nos quais as culturas se misturavam, ficando poluídas, impuras. Sempre nos deparamos, nos estudos migratórios, com mudanças na identidade das pessoas, e isso se aplica, obviamente, também a comunidade polônica do Brasil, com a consciência da própria identidade étnica dos descendentes dos poloneses da “velha onda” caracterizando-se por diversos graus de intensidade, passando, em um certo momento, pela fase da biculturalidade, mas chegando sempre a plena integração na sociedade brasileira.

Importante perceber que as identidades não são desvinculadas de pertencimentos e mudam como as sociedades em que estão envolvidas, e, caso os interesses envolvidos em relação a estas também mudarem. Para Siuda-Ambroziak (2017), a identidade individual e coletiva, desde a vinda dos polono-brasileiros ao Brasil, pode ser dividida em ao menos três etapas. Entendemos que estas etapas podem estar delineadas, além de outros fatores, de acordo com estratégias e interesses no lar diásporico, em transformação. Conforme a autora:

[...] a primeira durou desde o início da colonização até a nacionalização promovida pelo governo Vargas em 1938. O objetivo principal dos imigrantes poloneses naquela época era preservar a identidade polonesa da forma mais original possível por meio da “pureza de sangue”, da religião católica, do conhecimento da língua, das tradições polonesas, da culinária e até da arquitetura típica do país de origem, transmitindo-as intactas, sem modificações, às novas gerações. Na primeira etapa, floresceram as escolas polonesas e fundaram as capelas, que começaram a agrupar toda a comunidade em volta da imagem da Nossa Senhora e do culto (incluindo, claro, festas religiosas) (SIUDA-AMBROZIAK, 2017, p. 24).

Nesta etapa, a autora ressalta a forte e perceptível vinculação da polonidade com as tradições, a religião católica, os rituais religiosos, sociais e culturais, que eram realizados conforme costumes do local de origem, na língua polonesa, casamentos entre poloneses e descendentes, menor abertura e diálogo social - a língua era limitante. Mesmo assim, eram perpassados em alguma medida pelas culturais de seus contextos. Surgiram escolas polonesas, sociedades, aos poucos, foram chegando padres poloneses, pois, anteriormente, estes eram raros e geralmente de outros grupos étnicos. As mudanças neste período chegam com a nacionalização, o fechamento das escolas e a proibição da língua, entre outras limitações. Esse é o período delimitado pela pesquisa aqui desenvolvida.

Nesta etapa, o processo identitário foi permeado por questões fortemente tradicionais e nacionalistas, articuladas por lideranças polonesas na diáspora, contemplando o contexto de dominação e a posterior reunificação, além, da ideia de restauração católica - a busca pelo

fortalecimento na ligação com a questão católico-identitária, por uma parcela dos atores sociais. Já a segunda etapa foi demarcada por uma ruptura, visto que, situou o período em que a nacionalização se desenvolveu no Brasil, acentuaram-se os processos de urbanização e participação na cultura, política e sociedade nacional, e, na Polônia, refletiram-se os resultados de destruição da Segunda Guerra Mundial e a interferência política da União Soviética. Siuda-Ambroziak (2017) situa outras questões:

Na segunda etapa, com os processos de urbanização, modernização e industrialização acelerados dos anos 40-70 do século XX e com a “revolução cultural” provinda dos Estados Unidos, extinguiram-se os lemas nacionalistas e a juventude se encontrou em uma situação de facilidade de sair da casa nas colônias para procurar emprego nas grandes cidades. As gerações dos poloneses nascidos depois dos anos 40 já não davam tanta importância ao conhecimento da língua polonesa. Alguns até ocultavam suas raízes étnicas para se enquadrar melhor ao ambiente brasileiro, afastando-se das tradições e costumes dos seus antepassados e não transmitindo-as aos seus filhos [...] (SIUDA-AMBROZIAK, 2017, p. 27).

Em relação à terceira etapa, algumas mudanças na Polônia foram decisivas para os processos identitários, principalmente voltados para bases religiosas e nacionalistas se fortalecerem novamente. “Os processos identitários da terceira etapa começaram com a escolha do Papa polonês, JP II, em 1978 (sem o qual os demais acontecimentos dos anos 90 não teriam lugar), culminando com as mudanças políticas, sociais e econômicas da Polônia em 1989 e a sucessiva entrada na União Européia em 2004 [...]” (SIUDA-AMBROZIAK, 2017, p. 27).

A vinculação da polonidade com a questão religiosa católica é também evidenciada na contemporaneidade por Siuda-Ambroziak (2017), principalmente, na relação de repolonização após a eleição do Papa polonês João Paulo II, quando, foram tomadas uma série de atitudes inclusive na diáspora, voltadas para esta vinculação. Assim, em relação à vinculação da Polônia com a questão religiosa católica, esta continua presente, por vezes, em uma perspectiva conservadora de retomada das raízes culturais.

Dentre tais retomadas que afirmam a estreita relação da nação e sua identidade cultural, com a religiosidade católica, estão atos em que é lembrada, por exemplo, na relação com o surgimento do estado. Em 2016, o atual presidente Andrzej Duda comemorou o batismo polonês ¹³⁹em uma missa de ação de graças com a presença de representantes poloneses pelo mundo, momento este, em que reiterou a ligação do batismo católico em 966,

¹³⁹Essa questão é reafirmada pelo posicionamento de direita, nacionalista do presidente e em uma publicação patrocinada pela República da Polônia, através do Instituto de Memória Nacional, Ministério das Relações Exteriores, cujo título: *1050 Anos: Guia da História da Polónia de 966 a 2016*. O material traduzido está disponível em: https://issuu.com/msz.gov.pl/docs/guia_pela_historia_da_polonia. Acesso em: 15 dez. 2018.

com a identidade e a nação polonesa. Conforme publicação na página da rádio vaticano¹⁴⁰, o pronunciamento destacou que “o batismo do Duque Mieszko I é o mais importante evento em toda a história do estado e da nação poloneses”, citou também, a frase do papa polonês João Paulo II: “sem cristo, não se pode compreender a história da Polônia”. Além disso, afirmou que a “adoção do cristianismo romano, definiu a identidade polonesa” e que “nos momentos mais obscuros, quando nossos inimigos tentaram destruir a igreja para demolir a base da identidade polonesa, o povo polonês desafiou esta intenção e abarrotou os templos em busca de seu sentido de comunidade”.

Conforme publicação da Rádio Vaticano, na conclusão da 372ª Plenária dos bispos poloneses, estes ressaltaram no comunicado de imprensa emitido na conclusão do evento, que, “Onde há batismo, há esperança”, esta frase se tornou o título do lema das comemorações dos 1050 anos da cristianização da Polônia, em Gniezno e Poznan, de 14 a 16 de abril.¹⁴¹

A religiosidade também é relacionada à italianidade em pesquisas como a de Zanini (2006, p. 137). Para a autora, “Foi a vivência religiosa que permitiu a manutenção cultural e moral dos italianos, bem como a sensação de que entre os emigrados e a terra natal, havia ainda muitos vínculos, pois italianidade e catolicismo, nos primeiros tempos da colonização, andaram juntas”. Essa vinculação define uma série de elementos simbólicos que na etnicidade configuram fronteiras.

Conforme Zygmunt Bauman (2009, p. 75-76), para Fredrik Barth, as fronteiras não são traçadas para separar diferenças, mas o fato é que, ao se demarcar fronteiras, as diferenças emergem, então, as percebemos e nos tornamos conscientes delas: “(...) vamos em busca de diferenças justamente para legitimar as fronteiras”, assim, conforme o autor, “não importam quais sejam estas diferenças, o que as determina é a natureza das fronteiras que traçamos, cada fronteira cria suas diferenças que são fundamentadas e relevantes” para seus atores. Conforme Zanini (2006, p. 249, grifo nosso):

A italianidade, como sentimento de pertencimento, passou por diferentes formas de elaboração e expressão, conforme os diferentes momentos históricos nos quais os emigrados italianos e, posteriormente, seus descendentes interagiram com o Estado e as sociedades nacionais. *Não há, portanto, uma italianidade genérica e nem única, há, sim, formas distintas de expressar o sentimento de pertencimento que é, por sua vez,*

¹⁴⁰Disponível em http://br.radiovaticana.va/news/2016/04/22/presidente_polon%C3%AAs_destaca_f%C3%A9_cat%C3%B3lica_do_pa%C3%ADs/1224748. Acesso em: 12 dez. 2016;

¹⁴¹ Disponível em: http://br.radiovaticana.va/news/2016/04/19/bispos_da_pol%C3%B4nia_notas_ap%C3%B3s_ritos_cristianiza%C3%A7%C3%A3o_do_pa%C3%ADs/1223869. Acesso em: 19 abr. 2016.

penetrado por clivagens de classe, gênero, status, entre outras. As italianidades, situacionalmente construídas, representam o vínculo da origem, transmitido pelo sangue e pela valorização das coisas do “mundo italiano”.

Para Zanini (2006, p. 249), trata-se, no entanto, de “uma recriação de um determinado universo simbólico de origem italiana em terras brasileiras. Em suma, é um mundo ítalo-brasileiro”, uma vinculação que não necessariamente se trata da cidadania de vínculo jurídico ou nacional, mas enquanto *lugar de origem*, pensada na dimensão da representação e das narrativas de origem.

As representações - do mundo simbólico estão no limiar da realidade como construção social. Dewes (2017, p. 15), ao averiguar representações discursivas sobre polonidade em suas dimensões educativas, a partir de memórias nos relatos de membros da Sociedade Polônia, uma instituição mutualista étnica que agrega parte da comunidade polonesa na cidade de Porto Alegre - RS, ressalta a percepção de uma “oscilação entre diferentes discursos de polonidade dentro da comunidade étnica e desgaste de sentidos nas reflexões dos sujeitos narradores a respeito das contradições entre discursos”. Estas contradições são evidenciadas também devido aos distintos domínios de origem dos imigrantes poloneses e as culturas que os perpassam.

Assim, sob as variações identitárias, entendemos que aquelas formulações modelares pensadas no propósito de se apresentar veiculadas em discursos de uma polonidade coesa, estruturada e previsível, como muito se buscou fazer nas construções das nações e das identidades nacionais, mas também através de sociedades e fundamentações geralmente religiosas, tornaram-se, na prática, fragilizadas e inatingíveis. Neste sentido, Araújo Filho (2003) questiona a polonidade anunciada como unificada, veiculada através de alguns discursos, denunciando:

[...] imparcialidade na construção do discurso historiográfico e da assimilação de um mesmo sentimento por parte de grupos tão diferenciados culturalmente. Este debate está embasado em estudos de fontes que revelam as pretensões das camadas urbanas comerciais e intelectuais nacionalistas em estabelecer vínculos entre as diversas categorias imigrantes com o intuito da uniformidade étnica de elementos possuidores de um suposto passado em comum. Tudo isso agindo na convergência para a construção do discurso em prol da ‘polonidade’.

Truzzi (2016, p. 15), ao tratar da italianidade, retoma Fredrik Barth e afirma que a identidade étnica “é essencialmente uma fronteira social interposta entre um determinado grupo e “os outros””. Conforme o autor, “Tal distinção é tipicamente contextualizada numa variedade de diferenças culturais e sociais entre grupos que leva indivíduos a pensar algo do tipo “eles não são como nós””. Em contextos geralmente multiétnicos, as diferenças são em

processo.

Nesse mesmo sentido, Kreutz (2003, p. 82), ressalta que cultura e identidade não podem ser pensadas como um produto dado ou como um sistema fechado e dentro de certo espaço temporal, mas como um elemento dinâmico que agrega significados que não são fixos, entendidos como processo. São processos identitários étnicos, e estão “em caráter mais dinâmico que estático” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 124).

Para Barth (1969, p. 213), esse movimento “não se manifesta nas condições de isolamento e sim nas *relações interétnicas*”, então, para o autor, “a persistência da unidade étnica depende da persistência das diferenças culturais a ela intrínsecas”. A identidade étnica e cultural não é algo fixo e imutável. A identidade não deve ser entendida como algo constituído, naturalizado, ainda, “as identidades são sempre construídas, devendo por isso ser definidas histórica e não biologicamente” (KREUTZ & LUCHESE, 2011, p. 183).

Como tratamos no primeiro capítulo, a hibridização, a partir de Burke (2013), trata das trocas culturais dadas nos encontros, nas interações culturais e em situações como diásporas. O autor também desenvolve, em suas teorias relacionadas a estes processos de intercâmbio cultural, o conceito de tradução cultural, como um duplo processo de “descontextualização e recontextualização”. Um processo que implica “negociação”, “envolvendo perdas e renúncias e deixando o caminho aberto para uma renegociação” dos significantes culturais em vários âmbitos e na vida cotidiana (BURKE, 2009, p. 14-17).

Para Zanini (2006, p. 252), “A ítalo-brasilianidade é uma hibridização, sem dúvida, contudo, conforme a ótica que se processe sobre ela, ou mesmo conforme a vontade dos revivificadores da italianidade, ela possui uma continuidade e uma legitimidade”. Nesse sentido, Slodkowski (2013) discute a (re) construção da polonidade em Guarani das Missões-RS na contemporaneidade e, a relação com a cultura de origem, admitindo as negociações e transformações. Ressalta a resistência cultural e a importância desta cultura para os descendentes e para esta comunidade e destaca alguns marcadores: a construção de monumentos, de sociedades, casas de artesanato, a gastronomia, a língua.

Em outra perspectiva, olhando para as estratégias da identidade, Trindade e Malikoski (2018, p. 256-258), constatando a inexistência do estado e da nação polonesa no período da emigração, situam-nos no que diz respeito a “como a formação de uma Polonidade ou o devotamento étnico pela nacionalidade polonesa e seus conflitos étnicos identitários foram importantes para o engajamento da imigração polonesa no Rio Grande do Sul, em prol da independência da Polônia, no cenário da Primeira Guerra Mundial”, identificando a “ação étnica” vinculada à ideia da restituição da Polônia. Para os autores, a constituição de uma

polonidade “foi importante para estabelecer vínculos ação em pró da idealização de uma Polônia, nos diferentes grupos ideológicos, como o clero e os conjuntos progressistas de intelectuais”. Ao mesmo tempo, a polonidade os possibilitou “serem vistos” e tornar conhecidas suas causas. Conforme os autores, ao realizar a análise de, entre outros documentos, o relatório da “Missão Polaca”,¹⁴² perceberam “o engajamento dos imigrantes com os aliados, então apoiados oficialmente pelo Brasil”.

Para Brumer (1994, p. 30), a etnicidade trata-se de “uma forma de organização social (que configura os modos de auto-atribuição e de atribuição pelos outros da identidade étnica)”, uma dinâmica que gera novas reordenações.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (HALL, 2000, p.11).

As identidades são seleções e negociações dadas na dinâmica social em que a mobilização das significações do grupo se dá através da etnicidade, “uma forma de organização social, validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p.141). Para Chartier (1988, 112), “a construção da identidade de cada indivíduo situa-se no cruzamento da representação que ele dá de si mesmo e da credibilidade atribuída ou recusada pelos outros a essa representação”. Assim, eslavos, ucranianos e poloneses, “foram imigrantes poloneses, por convicção ou por pertencimento étnico” (MALIKOSKI, 2013, p. 591-592).

Segundo Meyer (2000, p. 58), “todas as práticas de significação e os processos simbólicos através dos quais os significados são construídos envolvem relações de poder: o poder de nomear, de descrever, de classificar, de identificar, de diferenciar – o poder de definir quem está incluído e quem está excluído de quais grupos /posições sociais”. Nesse sentido, a definição de grupos étnicos é essencialmente mediadora e mediada por relações de poder. Estas práticas são abordadas da mesma forma nas Teorias da Etnicidade, como relações de poder que podem partir tanto de dentro do grupo étnico, quanto de fora dele.

¹⁴²Trindade e Malikoski (2018, p. 256-258) ressaltam o “[...] relatório da “Missão Polaca” produzido por Miguel Chmielewski, enquanto juiz distrital da sede do município de São Leopoldo-RS em 30 de março de 1918, ao então governador do estado, Borges de Medeiros”. Para os autores, “Existiam múltiplas vinculações entre os poloneses emigrados, durante a emergência do conflito mundial em referência à possibilidade de retorno da independência polonesa após mais de um século de dominação estrangeira”.

Fishman (1977) realça igualmente que imigrantes que se identificaram primeiramente com sua aldeia ou sua comunidade local descobriram depois de sua chegada na América, que eram poloneses ou eslovacos. Pior ainda, observam Stein & Hill (1973), etiquetas pejorativas e englobantes como “hunkie”, “pollack” ou “wop” eram aplicadas indiferentemente a pessoas provenientes do conglomerado geopolítico austro-húngaro, sem preocupação com sua verossimilhança étnica ou geográfica (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 145).

Os estigmas e os preconceitos nos contextos de inserção migrante são maneiras de estabelecer a diferença, principalmente, pelo olhar do outro. Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 145) mostram que, “ao serem coletivamente nomeados acabou por produzir uma solidariedade real entre as pessoas assim designadas”, resultando em agrupamentos, onde “o que põe em evidência a diferença (em relação aos “outros”) é o embasamento da identidade” (SEYFERTH, 2011, p. 51).

A relação interétnica é um contato necessário na definição e na afirmação de traços culturais diferenciadores dos grupos étnicos. Para Barth, “a *etnicidade* é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta e se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 141). Esses signos, por sua vez, são parte das identidades.

Permeadas por relações interétnicas nas sociabilidades no contexto brasileiro das migrações, as definições identitárias são evidenciadas por algumas produções, estando ligadas a estigmas e a preconceitos. No caso dos poloneses, principalmente daqueles pautados no questionamento à honra e ao orgulho em relação ao pertencimento nacional, considerando o fato da inexistência da Polônia como estado durante maior parte da emigração. Nessa perspectiva, Gritti (2004, p. 61) ressalta que “Os estereótipos “como polaco sem bandeira”, polaco burro, polaco e colarinho não se quadram”, levaram alguns descendentes de poloneses a adquirirem um “complexo de inferioridade” em relação a sua origem étnica””. Conforme Siuda-Ambroziak (2017, p. 23):

Infelizmente, além dos estereótipos negativos que vieram ainda da Europa e foram difundidos facilmente entre os ambientes imigratórios desfavoráveis a imigração polonesa, outros apareceram já no solo brasileiro (por exemplo, o apelido “polacas” para as mulheres e “polacos burros” para os homens), provindo geralmente das camadas mais pobres da sociedade brasileira, para quem o trabalho pesado na roça era, no sistema pós-escravista, diretamente associado com a escravidão.

Nesse mesmo sentido, Seyferth (2005, p. 28) amplia a reflexão sobre o preconceito imbricado ao termo *polaco* e destaca que “Os poloneses adjetivados pela categoria polaco, foram mais estigmatizados, não só pela condição camponesa, mas sobretudo por serem considerados sem bandeira (apátridas) e substitutos do negro”. Esta referência também esta

muito ligada à condição dos imigrantes que se destinaram a grandes propriedades de proprietários ou de parceria para substituir a mão-de-obra de escravos. Iarochinski (2010, p. 31) destaca que o termo *polaco* “sofre há mais de 90 anos, campanha sistemática pela sua eliminação da língua falada no país”, ressalta ainda, que “As gerações mais antigas abominam o termo, não o aceitam”.

Em relação às produções relacionadas ao grupo, assim como nas práticas e nas vivências culturais nas associações e sociedades, a identificação através do termo *polaco* é motivação de muitas discordâncias e embates, devido à significação que a palavra carrega. Nesse viés, o preconceito, muitas vezes, associa-se à expressão: “polaco”, cuja dimensão estigmatizada é evidenciada ainda na contemporaneidade, conforme ressalta Iarochinski (2010) na dissertação: *Polaco – Identidade Cultural Do Brasileiro Descendente De Imigrantes*.

No entanto, para o autor acima, a definição - “*Polaco*” deve ser assim tomada, justificada através de uma retomada das raízes linguísticas e da etimologia da palavra, questões sociológicas e antropológicas, mostrando, através da pesquisa acadêmico-científica, que o termo *polonês* fora erroneamente apropriado por uma elite imigrada, principalmente após a reunificação, em contraposição ao termo *polaco* que soava pejorativo e preconceituoso por lembrá-los de questões, como, por exemplo, das prostitutas judio-polonesas, emigradas da Europa Central para o Rio de Janeiro, as quais são, pejorativamente, chamadas de “polacas”.

Esta questão é retomada por Siuda-Ambroziak (2017, p. 24), que ressalta o autor acima, ao evidenciar que, após a reunificação,

[...] no Brasil foi criado o termo gentílico “polonês” (GARDOLIŃSKI, 1977, p. 164). Aliás, o termo é bastante criticado por alguns pesquisadores polono-brasileiros, que acham essa expressão “politicamente correta” um abuso e postulam o retorno a denominação “polaca/o” como meio para enfrentar preconceitos étnicos (IAROCINSKI, 2010) hibridizações culturais e linguísticas.

Doustdar (1990, p. 44) indica, no entanto, a ligação do preconceito também estabelecido nas relações interétnicas com os alemães, a retomada do germanismo antipolonês surgido devido à tentativa de despolonização na Polônia dividida. Além disso, é também colocado na ligação do sujeito polonês com a bebida alcoólica e com o trabalho no campo, associado ao camponês polonês, que se trata da maior parte da população.

Em relação ao Paraná, “os imigrantes poloneses sofreram preconceitos por parte da elite local, mas também dos imigrantes alemães que os consideravam um povo “sem pátria” ou “sem nação”” (OLIVEIRA 2015, p. 810). A estigmatização também foi levantada pela

pesquisa realizada nos anos 1950, sobre o preconceito racial no Brasil, referindo-se principalmente aos afrodescendentes e ex-escravos, na relação com os imigrantes. O estudo se desenvolveu a partir de um programa coordenado por Roger Bastide e Florestan Fernandes, quando, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, ficaram responsáveis pela pesquisa na parte sul do Brasil (capitais).

“Ao analisar os diversos grupos de imigrantes em Curitiba, Ianni rapidamente percebeu que os poloneses e seus descendentes sofriam muito mais preconceito e atitudes discriminatórias do que qualquer outro grupo étnico”. Essa constatação do pesquisador se deve à percepção de que, “durante suas entrevistas, ele ouviu diversas vezes, de homens e mulheres indistintamente, que eles nunca se casariam com um “polonês” ou que eles dificilmente aceitariam que alguém de sua família se casasse com um imigrante ou descendente de polonês” (OLIVEIRA 2015, p. 806). Conforme Oliveira (2015, p. 801-802), ao mostrar resultados sobre Curitiba, Ianni destacou que:

[...] um fato imprevisível surgiu da investigação realizada em Curitiba: um conjunto original e inesperado de resultados – atitudes discriminatórias e testemunhos orais negativos contra descendentes de poloneses – apareceram para além dos preconceitos contra afrodescendentes¹⁴³. [...] Contudo, mesmo aqui, afrodescendentes ocupavam posições secundárias e os processos de ascensão social e de integração eram menos efetivos entre os últimos em comparação aos descendentes de imigrantes europeus. Em perspectiva histórica, a tese sugeria que o padrão da escravidão – forte preconceito racial aliado à obstrução da mobilidade social – permanecia forte nas relações sociais cotidianas.

No entanto, Wachowicz (1974) destaca que essa questão do preconceito teria mudado um pouco com a chegada de intelectuais e dos agentes étnicos, a reunificação da Polônia, a criação do consulado e a inserção de poloneses no comércio e nas atividades urbanas. Conforme o autor, a tais questões, soma-se a criação das associações *Kultura* e da *Oswiata*, que possibilitam a ampliação e o desenvolvimento cultural na comunidade polonesa no Brasil e a visibilidade da presença também urbana e não somente “isolada” no meio rural, assim como a perceptível melhora do nível de instrução.

Gritti (2004) ressalta que, como já discutiram Ianni, Doutsdar e Wachowicz, o preconceito é fato e também se evidencia entre os documentos por ela estudados, os processos-crime de uma região de colonização polonesa no norte do Rio Grande do Sul. Estes documentos pesquisados pela autora mostram a inferiorização de poloneses e de negros nas

¹⁴³ Ao discorrer sobre a pesquisa tratada no artigo, Oliveira (2015, p. 808) cita um trecho do texto onde Ianni faz destaque para uma fala de um dos seus entrevistados: “Aqui, afirmou, não há negros”. “O negro do Paraná é o polaco”. Em relação ao trecho, embora não seja nosso foco aqui, achamos importante pensar também na invisibilidade do negro na comunidade de Curitiba da época, uma vez que, as estatísticas mostram sua presença.

relações sociais e de trabalho. Assim, a etnicidade também é perpassada por fortes dimensões de estereótipos e de preconceitos.

Identificar-se polonês no Brasil e/ou polono-brasileiro, polaco e/ou polonês, polônico, são diferentes definições identitárias que indicam a adesão a determinadas práticas e significações na etnicidade, nas relações interétnicas e nas intraétnicas, significações dadas nos processos de sociabilidade. Nas Teorias da Etnicidade, Poutignat & Streiff-Fenart (2011), assim como Barth (1969), fazem destaque para a necessidade do contato interétnico e da reelaboração simbólica da identidade étnico-cultural.

Nas produções acadêmicas e de memorialistas, encontramos definições ligadas aos poloneses migrantes de todas as formas mencionadas anteriormente, sendo que, no tangente ao termo “polonês¹⁴⁴”, este tem sido usado mais comumente atualmente, seguido do termo polono-brasileiro, no entendimento de que as identidades são processuais, traduzidas e hibridizadas e que, assim sendo, os imigrantes, que já não são mais somente polacos e/ou poloneses, são polacos e/ou poloneses no Brasil.

A dimensão étnico-cultural é construída e reconstruída constantemente num processo relacional em que os grupos e os indivíduos buscam, selecionam ou refutam, em função do significado que fenômenos e processos têm para eles (KREUTZ, 2001, p. 123). Nesse sentido, tanto na Polônia dividida, quanto, em território brasileiro, a emergência do grupo étnico e definições identitárias e manifestações culturais, ocorre permeada pelos contatos interétnicos, as estratégias, as negociações, os interesses, os tensionamentos e os conflitos.

Na Polônia tripartida, com os grupos invasores que buscavam uma imposição cultural e étnica, conforme Barth, “a pressão exercida no interior de um grupo para a manutenção ativa da fronteira é máxima nas situações políticas em que a violência e a insegurança dominam as relações interétnicas” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 158).

No Brasil, colocam-se em contato com os demais grupos de imigrantes e os ditos *nacionais*. No caso destas construções em migrações, leva-se em conta que “migrações por si só são sempre rupturas, reordenamentos de caráter cultural, biológico, socioeconômico e

¹⁴⁴ Podendo citar como exemplo o artigo de Oliveira (2015, p. 806), que destaca: “O termo “Polonês” referia-se aos imigrantes, aos filhos e aos netos de poloneses. Em seus artigos, Ianni também utilizaria esse termo para referir-se aos descendentes de imigrantes de primeira, segunda ou terceira gerações, ou seja, ao polonês no exterior, a seus filhos e a seus netos”. Posteriormente, Ianni teve contato com “o livro Vale do Itajaí. Jornadas de civismo, escrito no final dos anos 1930 pelo jovem oficial do exército, Hugo Bethlem, que, renunciando a “campanha de nacionalização”, onde, “acusava as comunidades de imigrantes em geral, e não apenas de imigrantes poloneses, de desnacionalizar o Brasil. Com tais evidências, Ianni findou por tomar a si a expressão “polacos”, largamente utilizada para denominar os imigrantes poloneses, como nova evidência do preconceito” (OLIVEIRA, 2015, p. 809).

existencial” (CUNHA, 2016¹⁴⁵) e “A manutenção das fronteiras baseia-se no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no decurso das interações sociais” (BARTH, 1969).

A etnicidade se articula a partir de grupos étnicos com certa coerência, vivenciada nos processos de identificação coletiva e evidenciadas no contato, através de relações sociais e culturais complexas, na articulação de distinções consideradas relevantes pelos membros do grupo étnico, nas condições de relações interculturais e efetivos reconhecimentos, mas, também, vinculadas a ideologias étnicas, a preconceitos e estigmatizações por parte de outros grupos da coletividade em que estão inseridos. No caso dos preconceitos como fenômenos sociais de ordem cultural, há relação com questões como a falta de consciência da singularidade de quem o sofre e a pretensa superioridade de quem profere ou então a falta de entendimento do consciente valor da diferença.

5.2 AGENTES E INTELLECTUAIS ÉTNICOS, ETNICIDADE E DISCURSOS NA COMUNIDADE IMAGINADA E ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS CULTURAIS.

Este subtítulo não tem o intuito de aprofundar a temática e os distintos intelectuais étnicos poloneses, mas, de situar como esta categoria tem se evidenciado em sua articulação em relação aos processos de sociabilidade e às imbricações discursivas culturais e identitárias. Para tanto, para pensar tais definições conceituais, amparamo-nos, principalmente, nas proposições teóricas da estudiosa dos poloneses no sul do Brasil, a historiadora Regina Weber (2014, 2015, 2016) e suas definições em relação àqueles que ela denomina *agentes e intelectuais étnicos*, em suas atuações na diáspora.

Nas fontes e nas produções bibliográficas do Arquivo dos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, encontramos biografias, autobiografias e uma vasta gama de anotações (escritas ordinárias) e escritos sobre esses sujeitos e suas articulações sociais, culturais e étnicas. Entre estas, destacam-se aquelas articuladas à produção do professor Ruy C. Wachowicz, no formato de manuscritos e de anotações doadas por sua família (Pasta Wachowicz), nas quais, não nos aprofundaremos aqui em suas especificidades, pois, são materiais suficientes para uma extensa pesquisa. Relacionado a estas questões estão presentes também materiais bibliográficos, como os *Anais da Comunidade Polono-Brasileira* (década de 1970), a publicação *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* (1976 – Vol XXVIII) e publicações como, o livro “*Perfis Polônicos no Brasil*” de Zdzislaw

¹⁴⁵ Definição verbalizada em aula presencial pelo professor Dr. Jorge Luiz da Cunha na disciplina *Migrações e Cultura* (PPGH/UFSM/2015).

Malczewski SChr e Ruy C. Wachowicz (2000) e a Biografia *Caneta e ação: Kasimierz Warchalowski* (1872-1943) – Pioneiro dos Assentamentos Poloneses no Brasil e no Peru, entre outros. Nesse sentido, conforme Weber (2014, p. 723):

Muitos dos estudos sobre lideranças, representações e intelectuais étnicos podem ser conduzidos porque os agentes deixaram suas ideias grafadas em periódicos, desde simples panfletos até jornais que, em alguns casos, alcançam regularidade e grande quantidade de exemplares impressos e distribuídos.

Ao tratar sobre as categorias, Weber (2015, p. 253-254) destaca “diferentes modos de ação étnica” e a presença de “agentes étnicos” e “intelectuais étnicos” no Brasil entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, dentre estes, estão representantes de “instituição religiosa (os Vicentinos)” e de instituições estatais (representantes consulares). A autora toma o conceito de intelectual étnico a partir de Gimenez (1997, p. 14), o qual destaca que:

Reunindo contribuições de diferentes vertentes, pode-se pensar nos intelectuais étnicos como indivíduos engajados na formulação e transmissão de representações, expressas por meio de imagens, memórias, discursos, às quais dão base à identidade de grupos, contribuindo para a composição do complexo simbólico-cultural que funciona como emblema de um grupo social.

O conceito acima é potencialmente enriquecedor para pensar a forma como estes sujeitos se articulam nas sociabilidades, pois, nos alerta para o papel exercido em termos discursivos e de representações étnicas e culturais, enquanto liderança agregadora em relação à etnicidade. Conforme Weber (2014, p. 723), “alemães, italianos e poloneses que emigraram antes da consolidação nacional de seus países de origem, precisaram operar discursos que superassem o regionalismo”, considerando a condição de não unificados. Assim, entendemos que sua atuação se articula na (re)construção identitária.

Nesse viés, Zaleski Trindade e Malikoski (2018, p. 266), em reflexão sobre as lideranças étnicas, sua atuação e a identidade, colocam estas na posição de “Agentes de identidade”, assim, ressaltam o

[...] papel central dos “líderes com propostas unificadoras. Estes entendidos como os notáveis do grupo, sejam intelectuais, padres, entre outros personagens, os quais através de “ações étnicas”, como a condução e organização de instituições (sociedades recreativas e culturais, igrejas, grupos de dança, escolas, associações esportivas, periódicos etc.) mobilizam fazeres e valores culturais específicos. Dentre estes fazeres, estão prescrições culturais, promovidas pela produção de características que preservam ou definem a etnicidade polonesa, como a linguagem ou a religiosidade, dentre outros, ligados aos pressupostos de nacionalidade ou de origem migrante.

No entanto, a noção da atuação intelectual em uma relação progressista de articulação não se desenrola somente a partir de então, mas recebe importância ainda na Polônia do Iluminismo, quando, assim como no restante da Europa,

[...] “com diferentes matizes e resultados quase todos os intelectuais iluministas assumirão conscientemente este papel sociopolítico progressista, de inovadores e idealizadores de planos mais ou menos orgânicos de reformas [...]”. O intelectual torna-se mediador de entre sociedade e poder, adquire maior autonomia, sua presença é ativa no âmbito social, muito ativa até, ele se põe como consciência crítica de toda a vida social e sua produção cultural adquire uma função de guia em toda a sociedade civil e até mesmo em relação ao Estado, nos momentos mais favoráveis. Nasce o intelectual contemporâneo, com seu papel decisivo e central na sociedade, com a sua função educativa: de promotor do progresso, mas também de amortecedor dos conflitos sociais, dos contrastes de grupos ou de ideologias. A sua função educativa, de fato, mostra-se dupla: estimula ao novo, difunde suas sementes ideais, promove seus mitos, modelos, *slogans* etc; como também faz convergir as massas *para* o poder, assumindo o papel um tanto paternalista da educação social (CAMBI, 1999, p.325).

Pensado a partir do excerto escrito por Franco Cambi, acima exposto, entendemos a potencialidade destes sujeitos nas relações culturais e de poder, porém, entendemos essa relação não como emanção a partir de um centro, mas sim, articulados nas distintas possibilidades da dinâmica social.

Em diferentes momentos da diáspora, “intelectuais étnicos” e “agentes étnicos” saíram da Polônia, migrando para os distintos destinos possíveis, tendo entre eles, o Brasil. Dembicz (2001, p. 103) destaca que, a partir de 1870, se define como o “início do interesse pelo Brasil da parte dos intelectualistas, políticos e empresários”, ainda, para o autor, entre 1914 a 1918, define-se como momento de “mobilização patriótica entre os imigrantes poloneses e seus descendentes, em favor do apoio à pátria em renascimento”.

A questão evidenciada por Dembicz (2001) encontra ressonância na contribuição de Dill (2007, p. 36), em relação à migração no período da *febre brasileira*:

No III Congresso de Advogados e Economistas Poloneses, em Poznan (Wachowicz, 1970, p. 40-41¹⁴⁶), em 1893, foi constatado que o Paraná tinha condições de receber imigrantes poloneses, conservando suas características originais. Portanto, foi reforçada a imigração. Devia-se impedir a saída de imigrantes intelectuais para o interior da Rússia e encaminhá-los para o Paraná, pois havia carência de líderes. Eles participariam da política e da sociedade local. Era necessário, também, enviar padres e professores para o Paraná e fundar uma sociedade que mantivesse o intercâmbio econômico entre a Polônia e estas colônias.

No III Congresso de Advogados e Economistas, em 1893, ligados à Sociedade Comercial e Geográfica e ao grupo de Lwów, “houve claro posicionamento a favor da

¹⁴⁶ Ver Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa (1970);

imigração, principalmente para o Paraná, com incentivo à ida de intelectuais, para que a colonização “deixe de ser um corpo sem cabeça” de padres e professores poloneses” (Wachowicz, 1970: 41) (WEBER E ZALESKI TRINDADE, 2016, p. 276). Conforme os autores, além das condições dos emigrantes, das questões nacionalistas e de manutenção da nacionalidade, estes interesses também estavam ligados às possibilidades de expansão de mercados ¹⁴⁷ e à reunificação da Polônia e estabelecimento de colônias ultramarinas. Para Wachowicz (1970), as ideias de uma Nova Polônia, centralizadas por membros deste grupo, estavam alinhadas à possibilidade de se ter um território para viver com liberdade.

A partir de 1900, vieram para o Brasil os chamados cônsules austríacos, etnicamente poloneses, com intuítos de estabelecer algumas orientações de viés nacionalista entre os emigrados. Estes “ativistas podem ser associados: a instalação de um Consulado Austro-Húngaro em Curitiba; incentivos à colonização; educação dos emigrados; divulgação de ideias nacionalistas por jornais e visitas aos núcleos de imigrantes”. Assim, após o início do funcionamento em 1896, “teve vários significados: 1) foi resultado de ações políticas de líderes poloneses no Brasil e na Europa (em Viena e na Galícia austríaca); 2) consolidou institucionalmente funcionários etnicamente poloneses; 3) serviu de referência para os imigrantes” (WEBER E ZALESKI TRINDADE, 2016, p. 276-282).

Conforme destacado acima, os intelectuais étnicos exerciam um papel importante em relação à questão cultural e política entre os poloneses da diáspora. No caso do estado do Paraná, passou ser visto como um espaço propício para fortalecer essa dinâmica em redes. Então, o papel destes sujeitos era visto no intuito, tanto de atuar nas relações locais, mediando relações culturais e interétnicas, questões de cunho político e econômico em relação às demandas da diáspora, burocráticas na organização do aparelhamento necessário para a

¹⁴⁷ Dentre os interesses em jogo, estava o comércio de erva-mate. Conforme Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 284), “Um produto nativo do Brasil, de cultivo indígena, pôs em tela a condição dominada dos poloneses ante o governo austro-húngaro, uma vez que afetava as chances de desenvolvimento econômico dos imigrantes e suas relações comerciais com os poloneses da Europa”. Ressaltam que assim, “Tanto a Sociedade Geográfica e Comercial quanto a Gazeta Comercial Geográfica de Lwów indicaram representantes para uma reunião dos poloneses em Curitiba em 1898, os quais deveriam encaminhar a proposta de “provocar um pedido ao governo brasileiro a fim de que intervenha junto ao governo austro-húngaro, com o fim de que sejam eliminados os impostos de importação sobre a ervamate”” estes, “ênfatizavam que “o governo brasileiro deveria ameaçar represálias alfandegárias semelhantes sobre os produtos austríacos”. A ideia, exposta em correspondência datada de 1912, era que a erva-mate, produto cultivado principalmente por poloneses no Paraná, fosse consumido na Galícia (Wachowicz, 1972: 106, 110)”. Conforme os autores “Em uma fase anterior, na década 1880, quando o “chá polonês” fora distribuído na área russa, a propaganda destacara justamente a produção do mate por imigrantes poloneses no Paraná”. Assim, destacam que “A promissora exportação viu-se solapada pelo importador de chá preto da Índia (Orlow), que conseguiu que o governo tributasse fortemente a erva-mate (Wachowicz, 2000: 131)”. “Assim é compreensível que, uma década e meia depois, os entusiasmados líderes galicianos tentassem interferir nas relações diplomáticas entre o Brasil e a potência austríaca que dominava uma parte da Polônia, visando garantir o comércio internacional do mate” (WEBER E ZALESKI TRINDADE, 2016, p. 284).

garantia da construção de suas instituições e propagação destas para outros espaços, quanto, no intuito de manter, através destas, redes de apoio mútuo.

Durante a pesquisa no Arquivo dos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, percebemos, além das biografias de alguns destes sujeitos, questões que ressaltam de forma palpável e observável, o que já nos indicavam algumas produções bibliográficas em se tratando da atuação intelectual étnica e da relação que podemos estabelecer com uma construção de uma cultura diaspórica. Nesse sentido, o acervo dos Vicentinos e a sede da União *Oswiata* dispunham, durante o período delimitado pela pesquisa, mas, que se mantém até os dias atuais, de muitas obras clássicas da literatura e da História da Polônia, gramáticas e dicionários em polonês, russo e outras línguas, documentos, jornais da imprensa internacional: Alemanha, França, Argentina, Uruguai, entre outros. Uma ampla variedade de suportes culturais dotados de representações simbólicas, por eles manuseados, além, das produções na diáspora, em distintos estados, com variantes culturais em circulação, ligadas tanto ao campo religioso, quanto, ao campo da educação escolar, imprensa pedagógica e imprensa étnica.

O acervo de livros clássicos, partituras, peças de teatro e demais publicações, algumas localizadas ainda no século XVIII, guardados cuidadosamente no Arquivo dos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, tratam de discursos que podem ter se evidenciado na materialidade histórica, nas relações sociais culturais, lugares de memória dispostos em um lugar onde se pode olhar e lembrar ou, não esquecer, de que tudo aquilo os acompanha como etnicamente poloneses que trazem consigo um pouco da Polônia multicultural, que poderia, então, ser imaginada.

No entanto, entre os intelectuais e os agentes étnicos, seguem os antagonismos da Polônia do iluminismo, com os clericais e, com a formação da esquerda socialista e progressista durante a tripartição, e, também, os progressistas nacionalistas do Grupo de Lwów. Ao tratar sobre estes, Weber (2015, p. 254) destaca a presença de “laicos e religiosos entre a comunidade emigrada”, cujo contingente aumentou após a Revolução de 1905.

[...] já no início do século XX, a ampliação da imigração polonesa dirigida ao Paraná e aos outros estados da Região Sul, ensejou a chegada de imigrantes intelectuais, que se dirigiram ao Brasil após o fracasso da Revolução ocorrida em território polonês ocupado pela Rússia, em 1905 [...] esses intelectuais possuíam sólida formação intelectual e defendiam tendências socialistas e anticlericais. Por sua **posição, este grupo seria considerado mais tarde, de “esquerda”, “progressista”. Sua posição se opunha ao grupo “clerical”** representado por três congregações religiosas, oriundas da Polônia, que se dedicaram ao ensino, fixando-se no Brasil nos primeiros anos do século XX: padres da Missão de São Vicente de Paulo (1903), Irmãos de Caridade de São

Vicente de Paula (1904) e Irmãs da Sagrada Família (1906). [...] Esse panorama reflete posicionamentos oriundos das correntes filosóficas em debate na Europa na segunda metade do século XIX (LUPORINI, 2011, p. 175, grifo nosso).

Além desses apontados acima, entre os religiosos foram evidenciados também a “Sociedade de Cristo para os poloneses emigrados, cujos primeiros sacerdotes chegaram ao Brasil em 1958” (75 ANOS, 1978; MALCZEWSKI SCHR, 2000). Dados os antagonismos, identificamos dois distintos discursos articulados na etnicidade entre os intelectuais e os agentes étnicos: o religioso/clerical e o progressista/laico, cada um deles pautado em representações culturais que se aproximam e se distanciam. O segundo, mais alinhado à atuação dos intelectuais e dos agentes étnicos do Grupo de Lwów, ativistas nacionalistas da Galícia austríaca, aproveitando o clima liberal e atuando com repercussão, principalmente, entre os imigrantes poloneses no Brasil e, sobretudo, no Paraná (WEBER & ZALESKI TRINDADE, 2016).

Para Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 285), “Por intermédio dos imigrantes poloneses, a maior parte deles composta por camponeses pobres, o Brasil participa de determinados aspectos da geopolítica mundial das primeiras décadas século XX”. Para isso, ressaltam que “Intelectuais mobilizados por ideias que fervilhavam em cidades urbanizadas da Galícia austríaca, como Lwów, atravessaram o Atlântico e buscaram, entre a população emigrada, o suporte aos seus ideais nacionais”. Conforme os autores, embora não existisse de fato, “Os poloneses no Brasil, distanciados das origens regionais na Europa, formariam um conjunto que refletiria um ideal de Polônia una”.

Além de Weber (2015), Zaleski Trindade (2016) também faz destaque para os “intelectuais étnicos”, tidos como membros do clero, cônsules austríacos, ativistas, lideranças e agentes educacionais. Em relação à presença e à atuação dos cônsules austríacos (vindos da região ocupada pela Áustria), Weber (2015, p. 255) destaca que, “Antes da independência da Polônia, os cônsules austríacos, em geral etnicamente poloneses, atuaram como agentes étnicos poloneses”. Tomacheski (2014) também referencia intelectuais polacos, mas se refere àqueles que produziram boa parte dos escritos sobre a comunidade de imigrantes poloneses no Brasil a partir de suas próprias visões, geralmente, sem considerar o testemunho dos imigrantes.

Dill (2007, p. 46-48) trata sobre “O papel do intelectual”, tido pela autora como “bastante fecundo no pensamento coletivo” dos imigrantes. Para a autora, o papel destes sujeitos foi decisivo no campo da cultura e na inserção de um estilo de vida que incluía o gosto pela música e pelas artes. Desse modo, ressalta o papel dos professores, dos

profissionais liberais e dos políticos, cujo envolvimento na Revolução Federalista, indica também, uma estratégia para conseguir espaço na política brasileira. Neste sentido, relembra que em 1912, ocorre a eleição do considerado líder da comunidade polonesa do Paraná - Saporski (lutou na Federalista juntamente com o *Batalhão Polaco*), e, posteriormente a inserção deste como deputado estadual pelo Paraná.

Como evidenciamos em capítulo anterior, Saporski atuou como liderança na formação da comunidade polonesa do Paraná, através da migração dos “peregrinos” de Santa Catarina e como agrimensor em colônias do Paraná; neste processo destacou-se como um importante líder intelectual e político entre os colonos. Também, participou da fundação da primeira sociedade étnica em Curitiba – PR, a Tadeusz Kosciuszko – 1890, além de jornais (*Gazeta Polska w Brazilji* – *Gazeta Polonesa no Brasil*). Sua participação na Revolução Federalista e o reconhecimento de políticos brasileiros foram o caminho natural para que se tornasse o representante político da colônia polonesa no estado do Paraná. Seu trabalho como liderança é lembrado ainda nos dias atuais com lugares de memória, conforme a figura 3.

Figura 3 – Homenagem a Edmundo Sebastião Vós Saporski como organizador da imigração polonesa no Brasil.



Fonte: Acervo Sociedade Polônia (Porto Alegre/RS)

Este papel aglutinador e estratégico, ligado à cultura e a identidade evidencia-se no

próprio direcionamento da colonização em massa para o Paraná, pensada a partir de lideranças étnicas polonesas e não a partir de uma definição que parte do estado, como centralizador de poder, evidenciando a atuação intelectual do então agrimensor Vós Saporski e do Pe. Zielinski (através de suas boas relações com o imperador, conforme evidenciado no capítulo anterior) como intelectual religioso, expatriado da Polônia por sua resistência à igreja ortodoxa.

Siuda-Ambroziak (2017) também ressalta a atuação dos religiosos em relação à polonidade. Neste mesmo sentido, Zanini (2006) ressalta o papel intelectual dos religiosos entre imigrantes italianos em comunidades no Rio Grande do Sul e Kreutz (2001, 2008) ressalta tal atuação entre teuto-brasileiros. Para Weber (2014, p. 716), “A ação do clero junto aos grupos étnicos, extrapolando a esfera propriamente religiosa e estendendo-se a vários âmbitos sociais, não deve ser negligenciada, considerando que eles foram, em vários contextos, os primeiros líderes e intelectuais étnicos”. Conforme o Pe. Pitón (1970¹⁴⁸), entre 1865 a 1921, chegaram ao Brasil (na ordem) padres seculares poloneses, também os de São Vicente de Paulo e do Verbo Divino, os quais foram perceptivelmente atuantes em relação às questões culturais e identitárias.

Esses padres fundaram inúmeras paróquias pelas colônias polonesas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, contribuindo para aglutinar em torno da igreja a vida comunitária polonesa. Ao mesmo tempo, a vinda de membros de congregações religiosas femininas da Polônia, como as irmãs de S. Vicente de Paulo em 1904 e as irmãs da Sagrada Família em 1906, veio reforçar a atuação do clero polonês nas colônias (Kawka, 1982, p. 23).

Também pertencente ao *Batalhão Polaco* (considerado como liderança deste grupo militar) e agente étnico entre os colonos no Paraná, o Coronel Antônio Bodziak, destacou-se por suas relações de amizade e política com o governador do Estado, João Menezes Dória, uma das formas de reforçar sua liderança. Bodziak teve atuação singular entre os poloneses de São Mateus do Sul e arredores, organizando sociedades (entre elas, a *Sokół*¹⁴⁹, inspirada em Lwów) e igrejas. Além de São Mateus do Sul e arredores, Bodziak destacou-se também em Curitiba e São Paulo, onde residiu em alguns momentos de sua vida. O coronel mantinha relações ativas com a Polônia e atuava como correspondente para a Revista da Emigração de Lwów. Ainda na Polônia tripartida teve experiências de trabalho no cartório e no serviço militar, sabia tocar violino e era reconhecido pelas suas capacidades intelectuais. Ao chegar ao Brasil, retomou seu trabalho no cartório de São Bento do Sul e depois migrou para São

¹⁴⁸ Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa – 1970.

¹⁴⁹ Sociedade de jovens voltada para preparação física e militar;

Mateus do Sul, reassumindo o serviço militar.

Além da atuação ligada a questões como a cultura e a identidade, vistas como prioritárias entre os intelectuais, essa atuação de caráter mais voltado para o teor político, conforme acima mencionado, também é bastante evidente e importante, tanto em relação às demandas mais específicas da diáspora, quanto, em relação ao apoio para a reunificação da Polônia. Conforme Malczewski SChr e Siuda-Ambroziak (2013, p. 8):

Foi por isso que no dia 3 de outubro de 1916 os poloneses residentes na América do Sul dirigiram-se a Rui Barbosa numa mensagem especial na qual pediam que ele apoiasse com sua autoridade a justa reivindicação da independência da Polônia. O mencionado pedido encerrava-se com a frase: “Entregamos nas mãos de Vossa Excelência o destino da nossa Pátria, que é também o nosso destino pessoal”. Naquele mesmo ano a Sociedade Polonesa da Assistência Mútua e da Educação, no Rio de Janeiro, enviou a ele uma petição semelhante. Os autores desse memorial eram Venceslau Teodorkowski e os irmãos Przewodowski, já nascidos no Brasil. Em resposta às solicitações a ele dirigidas, em seus pronunciamentos políticos no Senado brasileiro Rui Barbosa pronunciava-se sempre em favor da devolução da independência da Polônia. Por exemplo, no dia 13 de maio de 1917 ele afirmou em público: “A Polônia – condenada para sempre – já não é a Polônia da famosa definição *Finis Poloniae*. A pátria de Sobieski levanta-se do seu túmulo para ocupar o lugar que lhe cabe na família das nações”, concedendo o seu explícito apoio às organizações dos poloneses surgidas em 1917 no Brasil: ao Comitê Nacional da Polônia no Rio de Janeiro, presidido por Tiago Kosinski, e ao Comitê Polonês Central no Brasil¹⁵⁰, de Curitiba, presidido por Casimiro Warchalowski.

Conforme Malczewski SChr e Siuda-Ambroziak (2013, p. 9), esta questão já era de conhecimento da elite política brasileira, em função de seus contatos com ambientes culturais e políticos na França, onde, conforme os autores, “se estabeleceu a fina flor da emigração intelectual polonesa engajada”. No entanto, os autores atribuem a Rui Barbosa¹⁵¹ o fato de o Brasil ter sido o primeiro país da América do Sul a reconhecer formalmente a existência do Estado polonês e a estabelecer relações diplomáticas. A motivação para solicitar o apoio de Rui Barbosa pelos líderes poloneses também esteve ligada à percepção de seu desempenho no cenário internacional, que se evidenciou na II Conferência Internacional pela Paz em Haia¹⁵²(1907)¹⁵³.

¹⁵⁰ Durante a Primeira Guerra Mundial, ocorreram articulações de apoio em amplo sentido a partir de organizações como o Comitê Polonês Central no Brasil (Curitiba – PR) e o Comitê Nacional Polonês em Paris.

¹⁵¹ Malczewski SChr e Siuda-Ambroziak (2013) evidenciam as muitas homenagens a Rui Barbosa, em distintos locais da diáspora e na Polônia contemporânea.

¹⁵² Durante a Conferência, nas correspondências telegráficas trocadas entre Rui Barbosa e o Barão do Rio Branco, Rui Barbosa pede a nomeação do coronel Trompowski como delegado técnico da Comissão. Este documento está disponível em PDF na página da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG (biblioteca digital), publicação II Conferência da Paz - Haia, 1907, Disponível em: funag.gov.br/loja/download/II-conferencia-da-paz-daia-1907.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

¹⁵³ Neste evento fora reconhecido como o “Águia de Haia”.

Jerzy Mazurek ¹⁵⁴ (2010, p. 2) destaca que o Brasil imediatamente reconheceu o Estado Polonês, estabelecendo, com ele, relações diplomáticas. Conforme o historiador, “o Brasil, desde o período imperial (D. Pedro I), sempre declarou apoio à reunificação da Polônia”. Entendemos que as articulações dadas a partir da etnicidade fortaleceram a busca de apoio pela reunificação. Entretanto, a simpatia do Brasil à causa polonesa foi inaugurada ainda no século XIX, conforme Dembicz (2001, p. 104):

No século XIX, particularmente na sua primeira metade, funcionava no mundo a imagem da Polônia como nação que lutava heroicamente pelo renascimento de sua existência como Estado. Segundo se sabe, durante sua estada em Paris, o Imperador do Brasil, Pedro I, ao se encontrar num teatro, num espetáculo encenado em prol da ajuda dirigida a refugiados poloneses, combatentes da Revolta de Novembro 1830/31, fascinado pela situação, bradou espontaneamente: *Vive la Pologne!* Em 1877, Pedro II foi agraciado com o título de membro da *Societé Nationale Polonaise et des Amis de la Pologne*, com sede em Rappersville, na Suíça¹⁵⁵.

O apoio acima destacado também está reiterado em um texto na página do Ministério Brasileiro das Relações Exteriores¹⁵⁶ e, igualmente, na página da Embaixada da República da Polônia em Brasília¹⁵⁷, cujo texto de Jerzy Mazurek ressalta os 90 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Polônia, comemorados em 2010.

[...] o Brasil foi o primeiro país da América Latina que proclamou “o reconhecimento da criação da Polônia unificada e independente”. Esta posição foi apresentada em 17 de agosto de 1918, em uma nota do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Nilo Peçanha, ao legado francês no Rio de Janeiro, Paul Claudel. Neste documento também se encontra a afirmação de que o Brasil reconhece “juntamente com os outros países aliados, seu [isto é, da nação polonesa] órgão legítimo, o Comitê Nacional em Paris, dando ao Comitê Central no Brasil, escolhido pelos poloneses em eleições livres, a autoridade para representar a nação polonesa e para emitir certificados de nacionalidade” (MAZUREK, 2010, p. 2).

Tais relações vinham de longa data e se deram sempre no sentido de apoio político e diálogo cultural, conforme destacam algumas pesquisas já publicizadas no meio acadêmico. Entre estas produções, podemos citar pesquisadores como Marcin Kula e Dorota Ostrowska, Renata Siuda-Ambroziak e Andrzej Dembicz, entre outros, disponíveis na série Polônia e o mundo Ibero-Americano, veiculada através do Centro de Estudos Latino-Americanos em

¹⁵⁴ Disponível em: <http://www.brasilia.msz.gov.pl/pt/cooperacao_bilatera/90_anos_relacoes_diplomaticas/> Acesso em: 20 abr. 2018.

¹⁵⁵ Conforme o próprio Dembicz (2001, p. 104) “O diploma original encontra-se no Instituto Brasileiro de História e Geografia”.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5668-republica-da-polonia>. Acesso em: 13 jan. 2017.

¹⁵⁷ Disponível em: http://www.brasilia.msz.gov.pl/pt/cooperacao_bilatera/90_anos_relacoes_diplomaticas/. Acesso em: 13 jan. de 2017.

Varsóvia – CESLA¹⁵⁸.

Antes da reunificação, no início do século XX, com a migração intelectual após a Revolução de 1905, Casimiro Warchalowski (intelectual e membro da maçonaria)¹⁵⁹ e Stanislaw Klobukowski distinguem-se ligados a sua atuação cultural e étnica entre os poloneses no Paraná, em articulações como a formação de associações, ambos, eram membros da Sociedade Comercial e Geográfica em Lwów na Polônia. Weber (2015) ressalta a atuação de Klobukowski como um dos mais notáveis agentes étnicos poloneses. Klobukowski possuía formações de economista e de estatístico em Paris, Genebra, Bonn e Viena, além de especialização na Universidade de Cracóvia e Lwów, viajou pelo Brasil, Argentina e Paraguai¹⁶⁰ entre os anos de 1895 a 1897.

Conforme Oliveira (2015, p. 805), “Klobukowski, um intelectual que tinha se interessado pelo tema da imigração, foi mesmo mais longe, quando afirmou que estavam aí (no Paraná) reunidas as condições para a emergência de uma “sociedade neopolonesa” (Klobukowski, 1971: 15)”. É nesse contexto que estes intelectuais (Klobukowski e Warchalowski) se articulam à ideia de colônias ultramarinas, questão discutida no capítulo anterior. Para isso, além do Brasil, Warchalowski¹⁶¹, assim como Klobukowski o fez em outros países, trataria dessa possibilidade no Brasil e no Peru, organizando assentamentos com o intuito de consolidar colônias que nunca se efetivaram.

Conforme Weber (2015), após a reunificação, dentre os intelectuais étnicos, destaca-se Kasimierz Gluchowski - primeiro cônsul da Polônia em Curitiba, a partir de 1920, já na Segunda República Polonesa. Trata-se de uma figura política e intelectual articuladora na diáspora e na reunificação polonesa, esteve atuando no exército polonês, como jornalista nos Estados Unidos, onde foi redator de vários jornais poloneses nos estados de Detroit, Massachusetts, Chicago, Cleveland e, também, no Canadá. Era definido em sua atuação transnacional como “progressista”, liberal e anti-clerical e lutava pela importância da presença dos “intelectuais étnicos”, vendo-os como lideranças necessárias, tendo em vista a polonidade.

No entanto, para Gluchowski (1981, p. 11-12), a definição da polonidade era o

¹⁵⁸Página do Centro de Estudos Latino-Americanos em Varsóvia – CESLA, cujo fundador é Dembicz: Disponível em: <http://www.cesla.uw.edu.pl/cesla/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

¹⁵⁹ Emigração política de 1905, conforme *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1976 – Vol XXVIII)*.

¹⁶⁰ Conforme *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1976 – Vol XXVIII)*.

¹⁶¹ Este tema ligado a Warchalowski foi explorado em publicação de Jerzy Mazurek. Trata-se do Livro *Biografia: MAZUREK, Jerzy. Piorém i Czynem: Kasimierz Warchalowski (1872-1943) – pionier osadnictwa polskiego w Brazylii i Peru* (Caneta e ação: Kasimierz Warchalowski (1872-1943) – Pioneiro dos Assentamentos Poloneses no Brasil e no Peru, tradução nossa). Editora *Biblioteka Iberyjska*, Varsóvia, 2013.

“patriotismo polonês” ou o “nacionalismo polonês”. Porém, nessa perspectiva, estava mais alinhado a uma concepção mais político-ideológica nacionalista, pautada em moldes e que poderia ser definida como polonismo, quando, a polonidade, atrelada à cultura e à identidade, trata-se mais especificamente de uma construção ininterrupta dada nas relações sociais e na diferença. Para Weber (2015, p. 255)

Uma noção de “polonidade” com conotações menos messiânicas e mais políticas permeava a atuação de Kazimierz Gluchowski, [...] o qual era aliado aos “progressistas” que se opunham ao ensino religioso (ver abaixo), e aos promotores da Liga Marítima e Colonial, em geral militares, cujos sonhos de uma colônia marítima ultramarina tiveram fim com o regime nacionalista do Estado Novo brasileiro (75 ANOS, 1978: 216; WACHOWICZ, 2001: 55-57). Gluchowski é o autor do primeiro grande texto clássico da imigração polonesa para o Brasil, publicado em 1927 em Varsóvia e só traduzido após oitenta anos. Neste livro ele é enfático quanto à necessidade de “intelectuais” para evitar que os poloneses sejam destinados a um “papel de párias” (GLUCHOWSKI, 2005: 194). O termo “intelectual” é empregado por Gluchowski (2005: 244-247) num sentido “liberal”, incluindo membros do clero, professores, médicos, redatores de jornais, e também cônsules austríacos ou comerciantes os quais a vida colocou “numa posição de liderança, fazendo com que desempenhem o papel de intelectuais”.

Para Gluchowski (2005, p. 11-12), o “patriotismo polonês” ou o “nacionalismo polonês” possuía importância elevada para seus descendentes devido ao fato de que estiveram por longos anos perpassados por uma trajetória de exploração e de *desnacionalização*, resultantes da partilha de seu território. Para Rodrigues (2016)¹⁶², o nacionalismo é uma ideia que ultrapassa as fronteiras políticas estatais tendo a mesma base de experiências vividas e seu recorte geográfico ditado por questões de cunho sociocultural ligadas à vivência cotidiana, sem necessariamente depender de uma nação soberana já estabelecida para existir. Na obra destacada acima por Weber (2015), assumindo-se etnicamente polonês, o autor destaca o seguinte:

No momento histórico em que, juntamente com o renascimento de nossa nacionalidade, estamos enveredando por novos caminhos, quando o pensamento político polonês deve ampliar os seus horizontes, quando a bandeira polonesa surge nos mares e nos oceanos, *é tempo de pensar seriamente nos milhões afastados do tronco materno, espalhados pelo vasto mundo; é tempo de fazer um balanço da nossa força nesse campo, de nos orientarmos quanto ao material de que dispomos, de avaliar o valor das áreas para onde até agora se dirigiu a nossa emigração, de lhe apontar finalmente novos caminhos, de conformidade com nosso interesse nacional político e econômico. [...] o que fazer com os milhões que já vivem distantes da Terra-Mãe, construindo novas sociedades, mas desejando permanecer poloneses [...]* (GLUCHOWSKI, 2005, p. 25).

Mazurek (2016) ressalta que a atuação e a relação entre os intelectuais emigrados e o

¹⁶² Dissertação de Mestrado de Icles Rodrigues, defendida na UFSC, em 2016.

Estado polonês se desenvolveu consideravelmente no pós-reunificação. Nesse sentido, voltado para o atendimento de solicitações dos poloneses na colônia de Erechim – RS, o presidente do Estado - Borges de Medeiros, nomeou como intendente o Sr. Miguel Chielewski. Para este,

Seu desejo era a formação de uma intelectualidade polonesa própria. Acordos de estudos entre a Polônia e o Brasil deveriam ser reconhecidos. A equivalência dos cursos, em ambos os países, com certeza, facilitaria a formação da juventude de ambos os países. O intercâmbio cultural poderia acontecer de diversas maneiras, com visitas artísticas, filmes, palestras, cursos, entre outros, quais contribuiriam para despertar o desejo de conhecer a cultura de outros países (DILL, 2007, p. 47).

Dill (2007) destaca a fecundidade do papel do intelectual no pensamento coletivo. Para a autora, “Distantes da pátria, os imigrantes poloneses sentiam empalidecer o seu polonismo”. Ressalta que “A intelectualidade tinha grande tradição”. Conforme Gluchowski (2005) o intelectual e o colono efetivaram relações culturais através da educação e no contato com profissionais como o agrimensor, para ele, o trabalho do intelectual estava em todas as dimensões sociais.

Assim como Helena Radlinska (capítulo anterior), entre outras, na Polônia, o papel intelectual e cultural das mulheres também é evidenciado por Zdzislaw Malczewski SChr. e Ruy C. Wachowicz (2000), entre elas se destacam Helena Lesinski, fundadora da Sociedade Feminina Maria Konopnicka em Porto Alegre – RS, Halina Marcinowski, atriz e professora, membro do PPS de Pilsudki na Polônia, filha de família ativista da resistência, professora do magistério e de dança no Grupo Folclórico União Juventus e Grupo Folclórico Polonês do Paraná. As atividades das mulheres eram variadas, mas, tiveram singular relevância em relação às questões culturais. Neste sentido, “Um tipo peculiar de intelectual étnico são os que se expressam de modo literário e artístico, pelo romance ou pela poesia e por meio da música, instrumentos que podem ser tão ou mais poderosos que os artigos de jornalistas ou textos acadêmicos” (Weber, 2014, p. 726).

Zaleski Trindade (2017)¹⁶³ destaca o papel de intelectuais como Júlio Szymanski (emigra inicialmente para o Japão e Estados Unidos) – oftalmologista, fundador da Universidade Popular Polonesa - EUA, membro da Associação dos Pensadores Livres Poloneses, com vasta produção intelectual, redator de jornais em Chicago, casado com uma redatora do *Zgoda* (em Chicago); tais publicações com vínculos ao PPS, voltados para a libertação da Polônia. Szymanski emigra para o Brasil (Curitiba-PR), juntando-se com uma

¹⁶³ Boletim *Tak*. Disponível em: <https://kurytyba.msz.gov.pl/resource/16cab2e-8abb-45aa-803b-495398af4c0c:JCR>. Acesso em: 29 dez. 2017.

série de pensadores e de intelectuais na luta pela libertação da Polônia, assim, participa do Comitê de Defesa Nacional ligado a Pilsudki e, em 1912, juntamente com outros intelectuais, participa da fundação da Universidade Federal do Paraná¹⁶⁴. Em 1920 retorna a Polônia, onde terá cargo político (em 1928, eleito como senador e depois presidente do senado até 1930). A sua atuação diaspórica se evidencia em suas distintas atuações e na criação, na Polônia, da Sociedade Brasileiro-Polonesa Rui Barbosa¹⁶⁵.

Intelectuais como Júlio Szymanski, Casimiro Warchalowski, Kasimierz Gluchowski, Klobukowski, entre outros, podem ser pensados como perfis diaspóricos a partir do referencial da diáspora, embora, principalmente após a reunificação, se tenha evidente a ligação à questão nacional e seus posicionamentos por vezes conservadores em relação às identidades, mas, tendo em vista sua circulação, seus contatos culturais, sua articulação e suas relações étnicas e culturais com membros da diáspora em distintos locais (contatos culturais e representações), relembremos então, de Stuart Hall, Hommi Bhabha, Paul Gilroy, entre outros, como intelectuais diaspóricos.

De todo modo, a atuação destes agentes e intelectuais étnicos se evidencia em distintas produções em relação à diáspora e à identidade étnico-cultural. No entanto, ressaltamos que embora a atuação destas lideranças ocorra no intuito de articular representações e identidades, discursos de polonidade, estas não estão desvinculadas dos processos sociais reais, dos contatos e das trocas, das significações múltiplas que se interpenetram. Mesmo assim, isso não destitui sua importância em relação à liderança e à mediação, na fecundidade da articulação na sociabilidade e na imprensa étnica e nas relações de poder, tendo em vista a potencialidade destes contatos, estranhamentos e diferenças.

O papel de “mediadores culturais”, desenvolvido pelas ciências sociais, tomando Weber (2014, p. 718), refere-se àqueles que são responsáveis pela “consagração de estilos de vida, práticas sociais e valores culturais empreendidos dentro de diferentes esferas, como a intelectual, a acadêmico-científica, a artística, a político-burocrática e a religiosa”.

São personagens presentes em entidades associativas ou grupos de mobilização, responsáveis também pela expressão verbal da visão simbólica que delineia o que se supõe seja o conjunto abrangido por estas representações. Movem-se num âmbito de manifestações culturais, possuindo um nível de educação maior que seus correligionários ou um trânsito maior pelo universo letrado. Mesmo que detenham uma posição incomum em seu grupo, não têm seu poder calculado prioritariamente no poder econômico ou político – próprio do “dirigente” –, não raro precisando disputar

¹⁶⁴ Primeiro professor catedrático de oftalmologia da faculdade de Medicina da UFPR em 1916.

¹⁶⁵ Retorna ao Brasil após o final da Segunda Guerra Mundial e quando a opressão da União Soviética reduz um pouco, retorna para a Polônia (1956).

sua liderança com outros concorrentes. Como sujeitos históricos, mesmo que haja indivíduos notáveis, não se pode desconhecer o elemento coletivo que está presente no dia a dia das associações e nas redes de trocas intelectuais. Agentes e intelectuais étnicos vão refletir também as circunstâncias do grupo do qual são egressos, podendo assumir posições conservadoras, quando o grupo está se configurando como uma elite local, ou combativas, quando visam reverter situações adversas. Para o estudo da mudança e da agência sociais, estas últimas são mais significativas (WEBER, 2014, p 728).

Embora de forma bastante sintética, percebemos a importância de destacar algumas das questões ligadas ao papel dos agentes e dos intelectuais étnicos, que permearam a diáspora. A posição mencionada acima em relação ao contexto de que são egressos desvelou, muitas vezes, a ideia de resistência no mais amplo sentido e impulsionou a efetividade política entre emigrantes da diáspora que buscavam apoio e aliados para suas causas¹⁶⁶, que não deixaram de ser também econômicas. Além da exploração e da comercialização da erva-mate, conforme Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 286),

[...] havia mais ideias em circulação entre um continente e outro: empresas de colonização buscando operar no ramo de instalar imigrantes em busca de terras; empresas interessadas em exportar, para a Polônia, produtos cultivados por colonos poloneses, aqui donos de porções de terras mais amplas. Estas manifestações mostram uma classe média imigrante que buscava atuar economicamente, e em sintonia com interesses de poloneses os quais vislumbravam intercâmbios econômicos entre uma Polônia independente e as regiões brasileiras onde os emigrados estavam produzindo riquezas.

Estas questões fazem parte da bagagem dos migrantes, cuja experiência, como articulação comunitária, social e cultural na inexistência do estado seria de grande valor nos seus destinos a partir de então. Com a reunificação, essa relação tornava-se ainda mais necessária, tendo em vista a necessidade de uma (re)construção que permeava todos os campos sociais, articulando memórias, culturas e identidades coletivas.

Conjugando práticas (“ações”) com representações, os agentes fundamentam, reforçam e propagam identidades étnicas, as quais, se possuem um elemento de criação e invenção, não operam no vazio, pois o passado e a história foram chamados a serem fiadores da memória (WEBER, 2014, p.727).

Estes sujeitos colocam-se articulados a processos em que as bagagens histórica, cultural e religiosa, em bases imateriais-identitárias, são (re)construídas na etnicidade. Dentre estes intelectuais e agentes étnicos estavam profissões como editores de jornais, professores, agentes consulares, membros do clero, advogados, médicos, agrimensores, dentistas,

¹⁶⁶ Publicação patrocinada pela República da Polônia, através do Instituto de Memória Nacional, Ministério das Relações Exteriores, cujo título: *1050 Anos: Guia da História da Polônia de 966 a 2016*. O material traduzido está disponível em: https://issuu.com/msz.gov.pl/docs/guia_pela_historia_da_polonia. Acesso em: 15 dez. 2018.

engenheiros, artistas, musicistas, religiosas, escritores, químicos, trabalhadores camponeses, da indústria e do comércio, entre outros, mas, também pessoas que ainda não estavam definidas profissionalmente e que mesmo assim, se articulavam aos processos sociais. Assim, embora a historiografia ressalte que os imigrantes poloneses que chegaram ao Brasil nesse período eram massivamente camponeses sem escolarização, e, embora muitos deles assim estivessem enquadrados, havia particularidades importantes a ser destacadas.

Algumas produções historiográficas ditas “reprodutoras de ideologias nacionalistas”, por seus posicionamentos teóricos evidenciam a relação da atuação de um grupo mais abastado na articulação da polonidade, com pretensões de uniformidade, o que denota, conforme Araújo Filho (2003, p. 9), que as “camadas polonesas mais abastadas que passaram a se destacar pelas suas dinâmicas sociais enquanto lideranças da etnia”. Questões como essa nos remete a observação de Bhabha em relação à teoria, para ele, “Existe uma preposição prejudicial e autodestrutiva de que a teoria é necessariamente a linguagem de elite dos que são privilegiados social e culturalmente”. No entanto, essa postura retrata uma historiografia na *en-clausura*¹⁶⁷ e uma cultura na *en-clausura* que não considera a dinamicidade do processo histórico e cultural da etnicidade, na “existência de valores e interesses díspares entre os poloneses e o envolvimento em múltiplas frentes” (ARAÚJO FILHO, 2003, p. 9). O autor retrata ainda, as disparidades entre os imigrantes e a ação étnica e a realidade imigrante composta por “padrões valorativos¹⁶⁸”, bastante divergentes.

No entanto, como destaca Weber (2014), não se trata de uma distinção profissional ou de classe. Sua dimensão de liderança não pode ser vista em uma interpretação marxista neste sentido ou então instrumentalista, mas, no campo cultural das representações e de discursos de polonidade em produção. Em relação à identidade étnica e à distinção de classe, Kreutz (2011, p. 352) ressalta:

Ela é uma das instâncias fortes do engendramento do processo histórico, mesmo quando marginalizada no imaginário nacional. Em cada grupo étnico há uma história de lutas pela determinação de metas e valores. Nesse sentido não se entende o étnico como algo constituído e estável, mas fundamentalmente um processo, um eixo desencadeador de conflitos e interações. Entende-se que a etnia perpassa os símbolos de uma sociedade, sua organização social, como da mesma forma em relação ao gênero. Isso significa que o processo histórico é etnicizado, atravessado pela etnia. Ao longo do processo histórico, a sociedade caracteriza, classifica e decide sobre o espaço dos grupos étnicos, fazendo-o em disputas e conflitos. Isso quer dizer que as estratificações e divisões feitas em termos de divisão étnica são, por vezes, mais fundantes que as de classe.

¹⁶⁷ Termo usado por Bhabha (2013);

¹⁶⁸ O autor se apoia em (BARTH, 1969);

Embora tenhamos destacado somente alguns dos agentes e dos intelectuais étnicos, os materiais mencionados no início deste subtítulo relacionam um expressivo número de sujeitos enquadrados nestas categorias e sua relevância e atuação no que tange aos processos culturais e de sociabilidade. No entanto, conforme já ressaltamos, mesmo que tais lideranças tenham se articulado em bases ideológico-nacionalistas, a polonidade como representação não está à margem da realidade complexa e difusa da dinâmica social, onde as significações são múltiplas.

Por fim, o trabalho dos intelectuais e dos agentes étnicos foi efetivo e se evidenciou como uma articulação que estava para além dos interesses do contexto de imigração. Suas atividades estavam entre a Polônia dividida e os distintos núcleos comunitários da diáspora, estando entre eles, aqueles no Brasil, sendo que o Paraná e Curitiba definiam-se como centro de articulação das lideranças. No pós-reunificação seu trabalho ganhou força em relação à articulação nas sociabilidades da comunidade imaginada e da polonidade perpassada pelo contexto de inserção, mas, também, em diálogo com uma Polônia ressurgida. Além das questões de viés político e econômico, já mencionadas acima.

5.3 CENÁRIOS DA SOCIABILIDADE DA COMUNIDADE POLONESA ANTERIOR À REUNIFICAÇÃO E IMINÊNCIAS DA *KULTURA* E *OSWIATA*: PRIMEIRAS SOCIEDADES, IMPRENSA, ANTAGONISMOS E TENTATIVAS DE UNIFORMIZAÇÃO.

Os processos de sociabilidade através de iniciativas culturais étnicas se organizaram logo nos primeiros anos, ou seja, assim que chegaram ao país e se instalaram nas regiões de colonização, logo surgiram sociabilidades articuladas à polonidade(s). Eram iniciativas associativas de ajuda mútua, recreativas e esportivas, religiosas e escolares polonesas, associadas à imprensa étnica. Aqui trataremos deste contexto de sociabilidades anterior a reunificação da Polônia, em que já se delineavam antagonismos, disputas e tentativas de unicidade de atuação das sociedades.

Foram criadas associações com distintos objetivos e, de modo geral, a partir do esforço e da união dos próprios imigrantes. No entanto, se inicialmente se tratavam de entidades configuradas de maneira simples, em instalações improvisadas, sem um planejamento efetivo e pensado para longo prazo ou, articulado a instâncias e/ou objetivos mais amplos, com o passar do tempo e, principalmente, com a chegada de lideranças étnicas, outras questões começaram a surgir no debate. Assim, o que era inicialmente voltado para

problemas locais das colônias, logo passou a ser visto de maneira mais atenta por sua relevância em dimensões culturais e identitárias.

De modo geral, no contexto das migrações dos séculos XIX e XX, segundo Giralda Seyferth (1981), “as associações exerciam funções fundamentais para os imigrantes e seus descendentes, pois, em alguns casos, substituíam funções que o Estado não oferecia, como auxílio médico, financeiro (em caso de doença, acidente ou morte) entre outros”, estavam presentes em todos os locais de colonização e de inserção de imigrantes. Sob o império e depois a república oligárquica, os imigrantes viam-se, muitas vezes, abandonados e, ao mesmo tempo, livres para se organizarem socialmente. Conforme Wachowicz (s/ano, p. 5)¹⁶⁹

Os imigrantes poloneses, uma vez estabelecidos em suas colônias ou nos centros urbanos, deparavam-se com sérios problemas: não havia escolas para seus filhos. [...] Como poderia o governo, que ainda lutava com falta de professores competentes para as próprias crianças brasileiras, proporcionar professores para os estrangeiros?

De acordo com Wachowicz (1970, p. 13)¹⁷⁰,

Essa falta de recursos ou o próprio desconhecimento/do problema por parte do governo, levou os imigrantes a procurarem resolver seus próprios problemas. Os colonos, eles mesmos em parte analfabetos, esforçaram-se para proporcionar a seus filhos os conhecimentos das primeiras letras e de aritmética. Tal situação levou as comunidades polonesas a procurarem uma solução para o problema. A encontrada pelos colonos foi a da Escola Sociedade, que reunia numa só instituição o útil ao agradável. Esta foi instituição escolar-recreativa, é a primeira manifestação/ coletiva da aculturação do imigrante polonês no Brasil. Os mais competentes criaram para estas escolas, que funcionavam em língua polonesa, suas próprias cartilhas e material escolar necessário.

Com cartilhas próprias, poderiam dar garantia da continuidade do uso cotidiano da língua polonesa. Para Renk (2009, p. 72), “A língua materna era o elemento essencial de manutenção da identidade étnica, pois ela expressa a cultura e as formas de ver o mundo”. Conforme um dos pesquisadores dessas organizações associativas, o professor Lúcio Kreutz,

Para favorecer a dinâmica comunitária nos núcleos de imigrantes, organizava-se um conjunto de 80 a 100 famílias, aproximadamente, com suas pequenas propriedades, em torno de um centro para a comunidade, com infraestrutura de artesanato, comércio e atendimento religioso-escolar. Era uma estrutura física indispensável para a rede de organizações socioculturais e religiosas a animar toda a dinâmica da vida comunitária (KREUTZ, 2000, p. 159).

Segundo Wachowicz (s/ano, p. 2¹⁷¹), em suas anotações “*Wsród osadnikow polskich*”

¹⁶⁹ Texto *Contribuiu a Imigração Polonesa no Paraná à Modernização do País?*/Pasta Wachowicz/Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo.

¹⁷⁰ Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa/1970/Volume II.

¹⁷¹ Anotações de Ruy C. Wachowicz, encontradas na pasta Wachowicz, no Acervo dos Padres da Missão São

(Entre colonos poloneses, tradução nossa), em que constam trechos do Bispo polonês Teodor Kubina, este ressalta que a possibilidade da liberdade encontrada no Brasil facilitou a preservação do “espírito polonês” para moldar a vida, a construção de uma “Nova Polônia”, complementa ainda: “antes que a Polônia existisse como livre e soberana: construíram igrejas próprias polonesas, escolas, sociedades, casas do povo, conservaram seus costumes e tradições, conservaram a fé e o idioma”. O Bispo destaca, no entanto, a necessidade de se investir na educação e na sua padronização e uniformidade, seu planejamento, destituindo a diversidade de orientações, tornando-a somente católica, justifica que ao saírem da Polônia católica, deveriam carregar consigo e fazer jus a esta herança da pátria.

Assim, estas iniciativas estavam articuladas não somente à resolução de questões materiais-objetivas, mas a processos complexos dados nas representações e nas disputas. Tratava-se de iniciativas associativas étnicas e culturais identitárias, pautadas no grupo étnico como comunidade imaginada. Neste sentido, Fortes (2004, p. 147) reflete sobre a criação de associações como meio de articulação e de expressão das identidades e, ressalta a importância do estudo ligado às identidades relacionadas aos processos de sociabilidade e ao desvelamento das diversas questões que as perpassam em contextos migratórios. O autor destaca:

As formas de articulação e expressão de identidade coletiva por parte dos povos do Leste Europeu, tanto no seu contexto de origem quanto fora dele, estão profundamente marcadas pelas complexas diferenciações e interpenetrações entre diferentes matrizes culturais (linguísticas, religiosas, folclóricas, etc.). Por outro lado, elas refletem o impacto exercido na região pelas disputas entre diferentes Estados nacionais, impérios e projetos político-ideológicos, assim como o estabelecimento de alianças variadas, dependendo da natureza dos conflitos colocados em cada conjuntura. O estudo do processo de criação de associações, por parte de grupos específicos de imigrantes de uma dada nacionalidade oriunda dessa região, ou de grupos que se definem como parte de um conjunto mais amplo de povos articulado em torno de conceitos *étnicos* como o de *eslavo*, é particularmente significativo para a análise desse fenômeno.

A organização de sociedades étnicas polonesas no Brasil, desde a chegada dos primeiros grupos de poloneses pode ser vista como um processo ininterrupto e fértil de atividades. Zdzisław Malczewski no livro *Slady Polskie w Brazylii*¹⁷²: Marcas da Presença Polonesa no Brasil, como o próprio título destaca, busca retratar esta presença em nosso país através de um levantamento das organizações polônicas, dentre elas, associações, sociedades, clubes, museus, cemitérios, portais e monumentos de importantes personalidades, como João

Vicente de Paulo – Curitiba-PR.

¹⁷² Publicado em Varsóvia em 2008, traduzido para o português por Mariano Kawka.

Paulo II, Nicolau Copérnico e Chopin, festas, igrejas, capelas, congregações e missões, periódicos polônicos, parques, orquestras, grupos de dança instituições diversas.

Em relação às iniciativas associativas étnicas particulares e/ou confessionais ligadas à educação escolar, estavam dentre as mais expressivas em relação ao número de sociedades, permanência e atuação ativa, pois, a educação era uma preocupação clara entre os imigrantes, considerando, que no contexto de emigração, devido à submissão, como vimos anteriormente, esta não era uma possibilidade exercida livremente e de maneira igual nos diferentes domínios. Conforme Gardolinski (1976), a Polônia contava com a maior percentagem de analfabetos da Europa devido à falta de interesse das potências usurpadoras quanto ao aprimoramento do nível cultural dos seus súditos, ou seja, dificultavam o processo escolar polonês com vistas a fortalecer a *desnacionalização*.

Em relação à organização de sociedades escolares, Luporini (2011) destaca que “na Polônia era proibido este tipo de associação”. Porém, conforme evidenciamos no capítulo anterior, existiram formas de educação elementar em casa e escolas na subversão, iniciativas que foram bastante relevantes, principalmente, por estar voltadas para a manutenção da educação escolar em língua polonesa. Evidenciamos ainda, que somente na Galícia austríaca existia maior liberdade em relação a essas questões.

De todo modo, essas experiências serviram de base para que se pudesse organizar a continuidade e/ou a organização da educação escolar polonesa em distintos lugares na diáspora. No âmbito geral das regiões de colonização brasileiras, assim como acontece com outros grupos de migrantes, ao redor da igreja e da escola se articularam, além destas, outras possibilidades de sociabilidade. Nas sociedades geralmente reuniam-se, como ressalta Renk (2009, p. 52), “a escola e a biblioteca, realizavam-se reuniões e bailes, e também se fazia a difusão da cultura (com a criação dos grupos de dança folclórica, a formação dos clubes de senhoras, de ensaio do canto coral e outros)”, sendo que, em espaços rurais, colocavam-se também questões de interesse das práticas agrícolas, como seminários e disseminação de materiais de orientação.

Nawroski (2017, p. 260) ao pensar a educação escolar entre os imigrantes poloneses no meio rural, evidencia a percepção dos imigrantes em relação a uma íntima ligação da escola com a identidade polonesa, para a autora, “Escolas e igrejas são instituições que têm grande visibilidade nas comunidades de colonos imigrantes e se revelam como potenciais objetos de investigação acerca do desenvolvimento de espíritos e mentalidades”, assim, culturas e identidades. As instituições religiosas, culturais, intelectuais, comerciais, financeiras, entre outras, organizadas pelos migrantes e seus descendentes, configuraram-se

em forma de manutenção de vínculos identitários (HAESBAERT, 2000), tendo em vista a “importância social e política das representações” (CATROGA, 2015, p. 74).

As organizações educacionais ou Sociedades Escolares Étnicas são assim definidas por Lúcio Kreutz e Terciane Ângela Luchese – para estes, eram iniciativas de educação escolar desvinculadas de instâncias públicas, assim, os próprios interessados atuavam na construção de espaços escolares, vinculadas à organização comunitária ou a congregações religiosas, na contratação de professores comunitários e paroquiais. “Eram escolas étnicas porque retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes” (KREUTZ, 2005, p. 72). Conforme Kreutz (2000), as iniciativas escolares étnicas polonesas só perdiam em quantidade para escolas alemãs e italianas. Na definição de Renk (2009, p. 12), escolas étnicas se tratavam de:

[...] escolas que ministravam aulas em língua estrangeira ou de forma bilíngue. Essas escolas eram denominadas pelo governo estadual como escolas de estrangeiros. Não eram escolas nos moldes dos países de origem, mas escolas que aqui foram criadas pelos grupos étnicos e poderiam ter elementos de manutenção da identidade étnica, principalmente a língua e a cultura de origem, mas que certamente haviam incorporado elementos da cultura nacional ou mesmo prescrições legais brasileiras.

Importante ressaltar que aos poucos as Sociedades Escolares polono-brasileiras se espalharam pelas regiões de colonização, estando em maior concentração nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Conforme Malczewski e Wachowicz (2000, p. 82-84) “Um dos primeiros poloneses a se estabelecer no Paraná foi Jerônimo Durski¹⁷³, que veio ao Brasil ainda em 1851”, tornou-se professor de língua polonesa e foi reconhecido como o “pai das escolas polonesas no Brasil”, fundou a primeira Sociedade Escolar na colônia de Orleans em 1876. Buscando tornar mais tranquilo o processo de vivência dos poloneses no Brasil, “preparou a primeira Cartilha para as escolas polonesas no Brasil em língua polonesa e portuguesa, publicada em 1893” (MALCZEWSKI, WACHOWICZ; 2000, p. 82-84).

[...] uma grande parte deles [os poloneses] era analfabeta. Porém, no Brasil, somaram imediatamente esforços para organizar o processo escolar, construindo escolas e formando uma estrutura de apoio, tanto para o treinamento dos professores quanto para a produção de livros didáticos. Já em 1891, Jerônimo Durski publicou o Manual para escolas polonesas no Brasil, e em 1905 os imigrantes fundaram a Sociedade das Escolas Polonesas no Brasil como instância de promoção e organização de seu processo escolar

¹⁷³ Nascido na Polônia, na região de domínio prussiano, formou-se músico e professor. Sobre a vida de Jerônimo Durski, além dos materiais impressos, o vídeo “O Dono da Rua” de 2009 traz um apanhado importante sobre o personagem e a fala do Pe. Lourenço Bienarski (Congregação da Missão) em uma análise sobre seus diários e sua atuação docente e articulada na etnicidade. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=16PvFe7XtaE>. Acesso em: 22 jun. 2018.

(KREUTZ, 2011, p. 361).

Esta primeira cartilha foi impressa em Poznán em 1893, na Polônia dividida, posteriormente, foi comercializada para os poloneses no Brasil, propiciando maior facilidade na comunicação e ampliando as possibilidades de sucesso na adaptação. Seria a primeira cartilha a ser utilizada nos processos escolares dos imigrantes, mas, não somente nestes. Conforme Wachowicz (1970), tratava-se de um material bastante completo, que servia para crianças e adultos aprenderem noções fundamentais do português, caligrafia, pontuação, conversação elementar, catecismo, medidas utilizadas no Brasil, sistema monetário brasileiro, nomes de aves, árvores e frutas, lições e leituras, entre outras questões.

A partir daí, aos poucos foram evidenciando-se outras organizações em distintos estados brasileiros. Wachowicz (s/ano, p. 8)¹⁷⁴, em a *História das Organizações Polonesas*, ressalta que estas inicialmente eram mais ligadas à igreja e tinham caráter religioso, a primeira sociedade a se desviar desta ligação e ter uma estrutura mais organizada foi a “Sociedade Tadeusz Kosciuszko”, fundada em Curitiba em 1890, esta, serviu de exemplo para o surgimento de outras. Nesse mesmo ano, foi criada a Sociedade Concórdia no Rio de Janeiro. Conforme o autor,

Até o ano de 1898 surgiram cerca de 30 sociedades mas, fundadas sem planificação e muito fracas, não tinham maior expressão. Tinham por finalidade a manutenção de escola, além da comemoração de datas nacionais, organização de apresentações teatrais e com menor frequência a manutenção de uma biblioteca e atividade extra-escolar.

Oliveira (2009, p. 231), ressalta que “no seio das colônias, os imigrantes começaram a fundar suas primeiras formas de organização social, particularmente as escolas bilíngues, os órgãos de imprensa e as associações civis”. Segundo o autor, “Entre as últimas, é de se notar a Sociedade Polono-Brasileira Tadeusz Kosciuszko, fundada em 1890 a partir da constatação de que os imigrantes haviam se isolado demais do “mundo civilizado””. Destaca ainda, que além destas surgiam outras formas de organização como “A Sociedade de Ginástica Falcão (1898), o Círculo da Mocidade Polonesa (1901), a Sociedade Santo Estanislau (1906), a Sociedade União Polonesa (1920), a Sociedade de Educação Física Junak (1923) e a Associação de Estudantes Sarmatia (1926)”.

Oliveira (2015, p. 805) destaca que a Sociedade de Ginástica Falcão “mal disfarçava

¹⁷⁴ Anotações de Ruy C. Wachowicz, encontradas na pasta Wachowicz, no Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo – Curitiba-PR.

em práticas desportivas suas atividades paramilitares em vista da reconquista da independência polonesa”. Aos poucos as sociedades se espalharam, não somente as escolares, a partir de representações de polonidade(s). Conforme afirma Wachowicz (s/ano)¹⁷⁵, os principais objetivos eram rememorar os feitos grandiosos da Polônia e o espírito de polonidade entre os imigrantes e os seus descendentes.

No início do século XX, associações como o Círculo da Mocidade Polonesa, funcionando inicialmente na sede da Sociedade Tadeusz Kosciuszko, possuíam orientações voltadas para as questões culturais e históricas da Polônia articuladas por, entre as demais participações, intelectuais e agentes étnicos. Conforme Wachowicz (s/ano)¹⁷⁶, esta sociedade foi criada com os seguintes objetivos: “a) a difusão da cultura polonesa; b) promoção de reuniões educativas, conferências e etc; c) comemoração de datas cívicas e feitos da história da Polônia e d) auxílio mútuo entre os associados”. Consta nas anotações do professor Wachowicz, que a Tadeusz Kosciuszko em sua sala de leitura logo estava com uma biblioteca com mais de 1200 volumes e, que a sociedade assinou três jornais produzidos nas três distintas regiões de ocupação na Polônia: “*Polak* (O Polonês) de Cracóvia; *Praca* (O Trabalho) de Poznán; *Tygodnik Ilustrowany* (Semanário Ilustrado) de Varsóvia”.

Estas referências que não cessam de ser colocadas nos processos de sociabilidade, fazem parte do complexo processo de vinculação e de pertencimento étnico. Para Siuda-Ambroziak (2011, p. 94), a manutenção dos vínculos a uma “comunidade polônica” está intimamente relacionada com a etnicidade. Um conceito “no qual em regra estão contidos certos elementos definidores essenciais, como p. ex. a origem, a preservação de elementos do estilo de vida, das tradições e dos costumes dos antepassados, algumas vezes o conhecimento da língua e a tradição religiosa dominante”, “(no caso, o catolicismo)”. Destaca, ainda, que “É importante também a própria consciência da origem, o sentimento da lealdade e dos vínculos sociais com outras pessoas com as mesmas raízes, a profissão de valores comuns”.

Schirlei Mari Freder & Denise Sielski (2015) destacam a Sociedade Tadeusz Kościuszko como a mais antiga sociedade da imigração polonesa no Brasil e na América Latina. O nome indica a atitude de exaltação ao herói polonês Tadeusz Kościuszko, cuja liderança esteve presente na insurreição contra os russos em 1794. Posteriormente, foram fundadas em estados como o Rio Grande do Sul associações com nomes de outros heróis

¹⁷⁵ Anotações da pasta Wachowicz, cujos dados teriam sido coletados da documentação da associação, encontrados no Acervo dos Padres da Missão de São Vicente de Paulo.

¹⁷⁶ Anotações da pasta Wachowicz, cujos dados teriam sido coletados da documentação da associação, encontrados no Acervo dos Padres da Missão de São Vicente de Paulo.

nacionais, como o Marechal Józef Piłsudki¹⁷⁷ (Porto Alegre), cuja liderança evidencia-se ainda na Polônia tripartida. A retomada da independência e o ressurgimento da Polônia é atribuída a Piłsudki que tornou-se o primeiro chefe de estado da Segunda República Polonesa. Em relação à Sociedade Polono-Brasileira Tadeuz Kosciusko, conforme mencionamos em outro momento, sua fundação ocorreu articulada à liderança de Saporski.

A sociedade abrigou uma escola fundamental, um coral e uma banda de música. Sua atuação foi importante na organização do Primeiro Congresso Polonês, cujo objetivo era reunir imigrantes poloneses que residiam na América do Sul para planejar ações políticas que levassem a reconquista da independência da Polônia (OLIVEIRA, 2015, p. 805).

O fortalecimento das sociedades já existentes e a criação de outras nos distintos estados brasileiros foi impulsionado por fatores como a chegada de congregações religiosas e de intelectuais e agentes étnicos, destacando-se mais alguns membros da Sociedade Polonesa Comercial e Geográfica de Lwów ao Brasil, entre eles, Klobukowski e Casimiro Warchalowski. O segundo, conforme destaca Mazurek (2016, p. 140), chegou ao Paraná em 1895, “visitou as antigas colônias polonesas nos arredores de Curitiba e as novas, surgidas durante a última “febre””. Destaca também, que “Durante essa viagem ele contribuiu para a fundação de algumas sociedades polonesas e para que a administração municipal de Curitiba demarcasse um amplo terreno para a construção da sede da já existente, Sociedade Tadeusz Kosciuszko”.

Nesse período, a Sociedade Polonesa Comercial e Geográfica de Lwów e o Departamento de Educação (vinculado a esta), a partir de compreensões nacionalistas, buscavam articular maneiras de intervenção nas sociedades escolares, fornecendo materiais didáticos e professores, fundando escolas e dando assistência e apoio voltados para a perspectiva da (re)construção da polonidade. Nesse sentido, incentivavam também a expansão destas iniciativas em terras brasileiras.

O surgimento de novas sociedades esteve acompanhado pelo crescimento da imprensa étnica que se mostrou bastante presente em distintas regiões brasileiras. Conforme Wachowicz (2010), a imprensa migrante, colocou-se em intercâmbio com a imprensa na Polônia. Regina Weber (2015) chama atenção para a presença de um grande número de fundações, associações, além, de iniciativas editoriais veiculadas desde o início da diáspora, ainda no

¹⁷⁷ Filho de família da nobreza empobrecida, Piłsudki nasceu na região que pertencia a Rússia, estranhou a imposição cultural e a questionou. Tornou-se importante liderança revolucionária e insurgente à dominação, filiou-se ao Partido Socialista Polonês - PPS, tornando-se militar polonês, no posto de marechal. Assumiu o poder em 1918, tornando-se, posteriormente, em um ditador.

século XIX, e, em lugares diversos e distantes do país. Embora muitas delas tenham sido formalizadas somente após a independência (devido às questões formais e burocráticas pela não existência da condição política de estado e do consulado), suas atuações ligadas à etnicidade já eram realidade.

As sociedades e a imprensa polonesa colocaram nestes cenários, questões novas, até então não existentes de maneira tão contundente no contexto brasileiro, questões estas, que estavam atreladas ao contexto europeu anterior à migração, como, por exemplo, os movimentos operários, movimentos feministas, esquerdistas e militares. Para Wachowicz (s/ano, p. 6)¹⁷⁸:

Além das entidades tradicionais de cunho social-político e recreativo, dentro da imigração polonesa no Paraná, destacaram-se nas primeiras décadas do século XX e antes da Primeira Guerra Mundial, duas organizações que refletem a transposição da problemática de modernização da Europa para o Paraná, sem no entanto, encontrar as mesmas condições de maturação do velho continente. Em 1907 sob influência do movimento feminista que desenvolvia-se na Europa, foi criada em Curitiba a União das Mulheres Polonesas (*Zwiazek Polek*). Era a única entidade feminina polonesa no Paraná, já que existia uma similar em Porto Alegre. Esta entidade feminina em Curitiba teve pouca duração, ignorando-se quando foi extinta. Por outro lado, em 1913, em consequência do desenvolvimento industrial que Curitiba ia manifestando, surge a União dos trabalhadores poloneses, a qual, por cerca de um ano possuía seu próprio jornal de divulgação o: *Ogniwo* (O Elo), circulando com a edição de 300 exemplares. Esta iniciativa, de cunho sindicalista-social, surgiu devido à influência de líderes considerados esquerdistas. Sua não continuidade deve-se ao fato do advento da Primeira Grande Guerra e seus membros passaram a dedicar-se à causa da independência da Polônia.

De acordo com Gluchowski (2005, p.145-150), em Curitiba, além das organizações femininas “União das Polonesas” e da “União Operária Polonesa”, com objetivos mais voltados para questões econômicas e agrícolas também foram criados através de lideranças étnicas como Warchalowicz, os “Círculos Agrícolas” e, nas questões mais nacionalistas, políticas e culturais, os “Círculos de Cantores” e o “Partido Polonês”, dando maior amplitude às possibilidades sociais de inserções étnicas.

No entanto, mesmo com tentativas frustradas, permanece o entendimento sobre a necessidade de tangenciar uma pretensa uniformidade de atuação em relação aos processos identitários a partir de objetivos a serem compartilhados pela comunidade polonesa no Brasil. Essa pretensão foi vista como algo possível, somente se conseguisse desenvolver certa centralização de atuação, com vista à ação articulada das sociedades, das lideranças e da imprensa étnica.

¹⁷⁸ Anotações de Ruy C. Wachowicz, encontradas na pasta Wachowicz, no Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo – Curitiba-PR.

Logo também surgia a necessidade de continuidade da formação de estudantes através do ensino secundário, era preciso formar novos professores e atualizar aqueles já existentes, muitos deles, com formações quase elementares. Assim, os estudantes teriam a possibilidade de formações profissionais, inclusive voltadas para a docência, entretanto, o ensino secundário era inexistente até então. Em relação às escolas secundárias, conforme Malikoski (2014, p. 153):

Somente em 1911 será fundada em Marechal Mallet, no Paraná, a Escola Nicolau Copérnico, que, em seguida, foi transformada em Escola Média, a qual, conforme avalia Gluchowski (2005), era a escola média polonesa em melhor situação no Brasil e uma importante instituição educacional no início da década de 1920. Muitos alunos que frequentaram essa escola no Paraná serão os futuros professores que atuarão no ensino elementar [...].

Todavia, as tentativas de unificação não obtiveram sucesso em detrimento das discordâncias e da diversidade de interesses partidários e ideológicos, entre outras questões. Assim, as escolas e as sociedades permaneceram atuando de maneira isolada, o que foi visto por algumas lideranças como prejudicial à manutenção e à continuidade de uma animosidade e intensificação das atividades nessas organizações. Muitas delas também foram, aos poucos, sendo desarticuladas por falta de estrutura e maiores investimentos ou pela perda de sócios e, no caso das escolares, pela perda também de professores.

Devido às precárias condições econômicas em relação ao que recebiam por suas aulas, os professores viam-se obrigados a trabalhar em outras atividades ou, então, a dar aulas em mais de uma sociedade escolar e, até abandonar aquelas fixadas em colônias que tinham poucos estudantes para residir em outras onde o retorno financeiro poderia ser melhor. Neste sentido, retomando a questão discutida no início deste capítulo em relação aos intelectuais étnicos e sua posição de articulação, então desconstruída em relação a uma posição de classe elitista, é importante ressaltar que os professores das escolas étnicas, muitos deles considerados membros da intelectualidade, na maioria das vezes não possuíam residência própria, muitos residiam na própria escola, em um quartinho improvisado, ou, de favor com alguma família.

A falta de uma formação continuada ou de atualização dos professores também se desvelou prejudicial à pretensa unificação da formação e da atuação na educação escolar. Nesse sentido, aos poucos se organizaram associações de professores voltadas para a ideia de organizar formações em períodos de recesso das aulas. No entanto, as dificuldades de deslocamento, tendo em vista a distância e a precariedade de transportes, também limitaram um pouco a adesão a estas possibilidades.

As discordâncias políticas e ideológicas também foram vistas como um imperativo desagregador e se acirraram mais no campo social. Segundo Wachowicz (s/ano, p. 8)¹⁷⁹, a partir do ano 1900, “nota-se uma clara divisão da comunidade em dois blocos “progressistas e clericais””. Porém, com o passar do tempo, as disputas entre estes dois blocos também puderam ser percebidas como positivas, no sentido de que as disputas propiciaram fortalecer a organização de mais sociedades.

A divisão destes dois grupos se acentuou com a chegada de imigrantes e de intelectuais pós-revolução de 1905 (parte russa). De acordo com Wachowicz (1970, p. 27), “Entre esses intelectuais, predominavam indivíduos de formação anti-clerical e ideologia socialista”, assim, “Com o correr do tempo, vieram a formar um grupo de esquerda, que na linguagem corrente tornou-se conhecido como “progressista””. Para o autor, “Coincidindo com a vinda desse grupo de “progressistas”, aportaram também no Brasil, em 1903”, os grupos de religiosos já citados, que formariam o “grupo oposto aos “progressistas”, denominado “clerical””. Assim, “A formação dessas duas correntes filosófico-religiosas, nada mais era do que a extensão, para o Brasil, da situação ideológica predominante na Europa, na segunda metade do século XIX”.

As duas posições dadas na oposição reanimaram as configurações binárias delineadas durante a Polônia do Iluminismo, sob o contexto do governo de Stanislas Poniowski, quando, progressistas opunham-se a interferência e ao domínio da comunidade religiosa, em detrimento do nacionalismo na comunidade imaginada. Conforme Wachowicz (2010, p. 3),

Praticamente todo o espectro político-ideológico existente na sociedade polonesa, refletir-se-ia no Brasil:

2-grupo de intelectuais nacionalistas que se agruparam em torno da revista “Przegląd Emigracyjny”, editada pela Sociedade Comercial e Geográfica. Esta revista depois foi chamada de “Gazeta Handlowo-Geograficzna” e finalmente “Polski Przegląd Emigracyjny”. A sede do grupo era em Lwów (atual Lemberg).[...] Estiveram ligados a esse grupo: Stanislaw Klobukowski, Antônio Hempel, José Siemieradzki, Antônio Z. Bodziak, Stanislaw Zielinski, José Okolowicz (este último fundador do “Przegląd Emigracyjny” e, a partir de 1900, responsável pela redação da “Gazeta Polska”, em Curitiba);

3- grupos de intelectuais de formação esquerdista. O surgimento desse segmento no Brasil, foi liderado por Casemiro Warchalowski, chegando ao país em 1901. Em 1904, começava a funcionar em Curitiba o jornal “Polak w Brazylii” sob sua orientação. Esse grupo deu início ao “Tow Szkoły ludowej” (Soc. Escolas Populares), Warchalowski esteve ligado à maçonaria e conseqüentemente próximo do governo brasileiro da época. Foi reconhecido oficialmente como representante da Polônia durante a Primeira Guerra Mundial. A esse grupo pertenceu o médico Simão Kossobudzki, professor da jovem Universidade do Paraná e fundador do jornal “Swit”, considerado o mais progressista dos jornais em língua polonesa no Brasil;

4- grupo dos padres católicos. [...] Evidentemente era esse grupo que exercia maior

¹⁷⁹ Anotações de Ruy C. Wachowicz encontradas na Pasta Wachowicz, no Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo.

influência sobre os imigrantes e seus descendentes no Brasil. Paralelamente a essas organizações eclesíásticas masculinas, chegaram também às femininas, destacando-se as irmãs de São Vicente de Paulo e as da Sagrada Família.

Esse “espectro político-ideológico” foi amplamente articulado no contexto paranaense. Como discorremos no capítulo anterior, o estado do Paraná e sua capital (Curitiba) foram escolhidos pelos poloneses como a centralização de uma comunidade de imigrantes poloneses entre os séculos XIX e XX, inclusive, a partir de atos de migração interna de estados como SC e RS, que então se instalaram no meio urbano, mas, também nos núcleos agrícolas do meio rural. Dessa forma, buscaram desenvolver em Curitiba e arredores, uma concentração de instituições étnicas que se articularam a partir da presença e da forte atuação do clero e das demais instituições religiosas, de agentes consulares e étnicos e de intelectuais étnicos, além de comerciantes, políticos, profissionais liberais e empresários.

A partir das sociabilidades, principalmente após a reunificação da Polônia na I Guerra Mundial, estes sujeitos ligados a ambas as vertentes, lideraram aspirações tanto ligadas à (re)construção da polonidade, com seus discursos e representações, quanto, ao fato de levar ao conhecimento geral a reunificação e a independência, imbricadas à necessidade de fortalecimento do pertencimento na ideia da Polônia ressurgida. Essa questão combinou diversos interesses articulados aos propósitos da Segunda República em relação aos seus emigrantes.

O estado do RS estaria, segundo a literatura existente, em segundo lugar em relação à presença e à atuação da intelectualidade polaca, sendo que, aí se destacou a presença e atuação dos “progressistas” nas sociedades escolares, de ginástica, de tiro, de apoio mútuo, entre outras. As cidades de Rio Grande, Porto Alegre e Guarani das Missões se destacaram com suas sociabilidades étnicas polonesas e Guarani das Missões chegou a ter um centro de formação de professores.

Entre as formas de vinculação e de apoio para estes processos, tentativas de reorganização escolar e unificação da atuação na comunidade polonesa no Brasil no período anterior à reunificação, Gluchowski (2005) afirma que, além do Departamento de Educação em Lwów, foram criadas em Curitiba – PR, organizações como a Sociedade da Escola Polonesa (1902), depois Matriz Escolar (1904), Sociedade da Escola Popular (fundada por Casemiro Warchalowski em 1905), União dos Professores (1913), União Nacional Polonesa (1910), Escolas das Irmãs. Ambas as tentativas de uniformização eram empatadas pelas divergências.

Em relação às sociedades diversas, não só as educacionais escolares, Gluchowski

(2005) ressalta que houve tentativas de criar uniões mais amplas que coordenassem as atividades das sociedades não só no Paraná, mas também nos outros estados. Entre as tentativas, a Sociedade União e Concórdia, constantemente envolvida em disputas e desacordos com a Sociedade Tadeusz Kosciuszko, propõe a realização da Primeira Assembléia Polonesa em 1898, com o intuito de fundar a Liga Polonesa na América do Sul. Porém, devido às intrigas, não resistiu à mera tentativa de fundação. Outra tentativa fracassada neste sentido ocorreu em 1900, com a “*Gmina Polska*” - Comunidade Polonesa. Conforme Wachowicz (s/ano, p. 8)¹⁸⁰

Os esforços das sociedades não eram coordenados e por falta de união não podiam desenvolver uma atividade em maior escala. Com o intuito de uniformizar e unificar as atividades das sociedades polonesas e oferecer-lhes à vida organizacional polonesa um sentido sólido, foi deliberado em 1898, convocar um encontro de todas as sociedades polonesas com vistas à formação de uma Organização Central dos Poloneses no Brasil. Apesar do grande esforço e do programa bem delineado não trouxe os resultados esperados [...].

Com os prenúncios e o início da I Guerra Mundial, a criação de uniões mais amplas esteve especialmente voltada para objetivos ligados ao conflito, na captação de auxílios materiais, humanos e econômicos e, com a possibilidade de retomar a independência. Conforme Wachowicz (s/ano, p. 8)¹⁸¹, no período anterior a Primeira Guerra foram criados: o “Comitê de Defesa Nacional” em Curitiba, a “Comissão Militar Polonesa no Paraná” em Ponta Grossa, esta, se filia à organização “União dos Atiradores” - ambos em 1913. Posterior a isso, surge a “Comissão Militar Polonesa na América do Sul” que em 1916 se transformou em “Associação das Organizações pela Independência no Brasil” e, em 1918 se tornou a “União dos Democratas Poloneses na América do Sul”.

No entanto, mesmo voltados neste momento para o objetivo dito “comum” à comunidade imaginada, as relações conflitivas entre os grupos e as já evidenciadas divisões foram recolocadas neste cenário pró-independência. Ou seja, o posicionamento sobre a I Guerra Mundial, reposicionou entre os poloneses migrantes no Brasil, um cenário de conflitos étnico-identitários e de múltiplas vinculações. Essa questão em relação ao conflito é discutida por Zaleski Trindade e Malikoski (2018, p. 257), em relação à colônia polonesa do Rio Grande do Sul. Mesmo assim, os autores destacam o fato de que “a constituição de uma polonidade foi importante para estabelecer vínculos de ação em pró da idealização de uma

¹⁸⁰ Anotações de Ruy C. Wachowicz, encontradas na pasta Wachowicz, no Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo – Curitiba-PR.

¹⁸¹ Anotações de Ruy C. Wachowicz, encontradas na pasta Wachowicz, no Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo – Curitiba-PR.

Polônia, nos diferentes grupos ideológicos, como o clero e os conjuntos progressistas de intelectuais”.

Zaleski Trindade e Malikoski (2018, p. 259-273) entendem que ocorreram divisões “tal e qual na Europa, entre os poderes centrais (Tríplice Aliança) e os aliados (Tríplice Entente)”. Para os autores, “Estes conflitos expunham as desavenças entre *clericalis* e *anticlericalis*, as quais desde o século XIX permeavam a colonização polonesa e se fundiram às disputas entre os pró-impérios centrais e pró-aliados”. Ressaltam ainda, que, assim a “comunidade polonesa” a partir de lideranças e de discursos de recuperação da independência, se dividiu em dois blocos:

- O primeiro grupo, liderado por Simão Kossobudzki, de postura esquerdista e anticlerical, ligado à maçonaria – colocou-se alinhado ao grupo liderado por Pilsudski - Legiões Polonesas na Galícia (Áustria-Hungria), estava ao lado dos impérios centrais, e representados no Comitê de Defesa Nacional (Paraná), no Comitê Nacional Central em Cracóvia e na União das Organizações Polonesas pela Independência e a Comissão Militar Polonesa. Este grupo atuou apoiado “pelo mais antigo jornal polonês publicado no Brasil, o jornal *Gazeta Polska w Brazylii* (Gazeta Polonesa no Brasil), então, sob a organização dos padres verbistas¹⁸² conhecidos por serem “germanófilos””. Mas, também, por semanários como “O semanário *Ogniwo* (O Elo), que em 1916 se transformou em *Pobudka* (Toque de Alvorada) e, a seguir – a partir de meados de 1918 começou a ser publicado como *Świt* (Alvorecer), este, era a principal publicação de divulgação deste grupo, pejorativamente chamado de “germanófilos””, além, de outros jornais do Rio Grande do Sul ¹⁸³(ZALESKI TRINDADE & MALIKOSKI, 2018, p. 261).

- O segundo grupo, sob a liderança de Casimiro Warchalowski, um ativista cultural, também anticlerical e ligado à maçonaria, estava singularmente apoiado pela comunidade polonesa do Rio Grande do Sul e pelo próprio Borges de Medeiros. Articulado ao Comitê Nacional Polonês, no Rio de Janeiro, apoiava à “Missão Polaca¹⁸⁴” e o “exército polonês” na França, liderado pelo General Haller, definido na perspectiva do antigermanismo e em apoio à Rússia e acordo com os aliados. As questões ligadas a este grupo eram publicadas no jornal dirigido

¹⁸² Não eram de origem polonesa, mas, alemã e holandesa.

¹⁸³ Conforme Zaleski Trindade e Malikoski (2018, p. 260): “[...] por exemplo, a publicação quinzenal *Kolonista Polski* (O colono polonês), editada pelo Pe. Antoni Cuber em Ijuí, o *Tygodnik Zwiqzkowy* (Semanaário da União), editado pelo professor Franciszek Hanas em Guarani das Missões” ainda, “a publicação satírica, publicada em Curitiba, por Witold Żongołłowicz, *Człowiek Leśny* (O homem do mato), todas veiculadoras de apoio à Aliança, pelo menos até 1917”.

¹⁸⁴ A passagem da “Missão Polaca” foi marcada igualmente por um forte posicionamento antigermânico e contra os Impérios Centrais, demonstrado em seus discursos e práticas ao longo da visita dos núcleos poloneses pelo Rio Grande do Sul (ZALESKI TRINDADE & MALIKOSKI, 2018, p. 263).

por Warchalowski, o *Polak w Brazili* (O polonês no Brasil). Conforme os autores, “a partir de abril de 1917, quando o Brasil toma posição em apoio aos aliados, rompendo relações diplomáticas com a Alemanha, foi um fator determinante para a proeminência deste segundo grupamento” (ZALESKI TRINDADE & MALIKOSKI, 2018, p. 263). Malikoski (2014, p. 161) ressalta:

Compreendo que nessas disputas havia duas ideologias presentes. Uma organização mais progressista, da qual o jornalista que fazia parte da missão, Casimiro Warchalowski, representava, por ser o redator do jornal bisemanário anticlerical *Polak w Brazili*; já a outra ideologia era 161 representada pelo *Gazeta Polska*, de ideologia mais religiosa, e muitos dos colaboradores eram padres católicos que atuavam em Curitiba.

Conforme Wachowicz (s/ano, p. 8)¹⁸⁵ “Nesse interím, como o Comitê de defesa Nacional, fez coletas para o tesouro militar polonês e para as Legiões, e mais tarde a União dos Democratas Poloneses – para o fundo J. Pilsudski”, também “começaram a surgir em 1915 os Comitês de Socorro e Ajuda para as vítimas da guerra e para os famintos na Polônia”. Ambos percorrem os estados brasileiros da colonização polonesa representando estes grupos e buscando voluntários migrantes (inclusive professores e ex-militares), que pudessem se juntar ao exército polonês na França e as Legiões Polonesas na Galícia.

Em relação à “Missão Polaca”, Malikoski (2014, p. 157) salienta que “O importante dessa missão é que, por meio da visita do coronel polonês¹⁸⁶, o governo brasileiro, no Rio de Janeiro, passou a reconhecer a nacionalidade polonesa, como organização política autônoma”. Com a restituição da independência, os órgãos oficiais e Comitês de Curitiba¹⁸⁷ e Rio de Janeiro, discutidos no capítulo anterior, passaram a emitir documentos poloneses para os imigrantes, muitos deles, até então com registros ligados aos distintos domínios. Conforme Malikoski (2014, p. 158), “também foi formado um comitê com a aprovação de uma resolução pela unificação e restauração do Estado Polaco na Europa”, atitude liderada por Casimiro Warchalowski.

Warchalowski, entre outros, para além da reunificação, preocupou-se com o destino de seus negócios na diáspora e se articulou em posicionamentos e relações políticas. Para Barth (2006, p. 24),

É importante reconhecer que a dinâmica da mobilização política em direção ao

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ O autor refere-se ao Coronel Henrique Abczyński da “Missão Polaca”.

¹⁸⁷ Comitê de Defesa Nacional (*Komitet Obrony Narodowej* – KON) (ZALESKI TRINDADE & MALIKOSKI, 2018).

conflito com base étnica não é a expressão de sentimentos populares coletivos, mas resulta de ações estratégicas feitas por agentes políticos. [...] Cruamente, diria que os conflitos que vemos hoje em dia resultam da ação de políticos de médio escalão que usam a política da diferença cultural para avançar suas ambições por liderança.

No entanto, estas lideranças articularam discursos mobilizadores. Essas questões reanimaram a perspectiva da nacionalidade entre os migrantes, bem como, as questões culturais nas sociabilidades. Assim, a polonidade que muitas vezes fora forjada grandemente pelo estigma evidenciado nas relações interétnicas, agora, constando o ressurgimento efetivo no cenário internacional da pátria imaginada que para eles sempre existiu, se dava em novas intersecções, motivadas no orgulho e na satisfação da condição política.

Nesse mesmo sentido, Trento (2016)¹⁸⁸ ao tratar da italianidade entre os imigrantes italianos no Brasil, evidencia que com a Primeira Guerra Mundial há convicção de que a Itália havia entrado no grupo das grandes potências, isso motivou novo impulso à retórica patriótica entre as associações e imprensa étnicas, envolvendo também as classes populares e, assim, fortalecendo a dinâmica e os conteúdos das identidades étnicas nestas sociabilidades.

Em 1918, após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Polônia é reestruturada no cenário político após 123 anos de partilhas, revoluções e tentativas de construção de uma nacionalidade polonesa no contexto europeu. No entanto, o renascimento nacional se dá ao fim, sob a égide do movimento liderado por Pilsudski, até então aliado do lado Austro-húngaro (ZALESKI TRINDADE & MALIKOSKI, p. 277).

Conforme ressaltamos no capítulo anterior, ao estabelecer a Segunda República Polonesa, Pilsudski colocou a imaginação nacional como prioridade. Essa prioridade iniciou-se através de ações de maneira mais efetiva e ordenada sob o teto do estado em 1920, após o Tratado de Versalhes. Com isso, foram criadas instituições oficiais nacionais internas, mas, também, inseridas e ativas na diáspora. Entre estas instituições oficiais na diáspora estava o consulado. A chegada de um cônsul em Curitiba, efetivamente ligado ao estado polaco, reanimou toda a dinâmica étnica e cultural.

No pós-guerra, as organizações mais amplas que reuniram distintas sociedades de migrantes da diáspora, constituídas no período anterior e durante a guerra, foram o ponto de partida para que pós-reunificação, complementadas pelo estímulo da nova condição, se justificassem novas tentativas de unificação das orientações e dos direcionamentos culturais das organizações associativas, voltadas para o fortalecimento da “comunidade polonesa” e sua coesão como grupo étnico. Isso se fortaleceu voltado também para uma pretensa blindagem à ameaça real de proibição do ensino escolar em polonês que se colocava com a gradual

¹⁸⁸ Prefácio do livro “*Italianidades no interior Paulista*”;

inserção de subvenções para as escolas nesse período, fortalecida ainda, pelos discursos anticulturais e antiétnicos em relação aos imigrantes, que aos poucos se colocaram no contexto brasileiro.

No decurso da guerra surgiram inúmeras sociedades, com a finalidade de auxiliar os poloneses que lutavam na Europa pela libertação de sua Pátria. Uma delas era a “Comissão Polonesa Militar na América Latina” que após modificações transforma-se em 1920 em “*Kultura*” entidade cultural-instrutiva. Em 1922 surgiu a União das Escolas Católicas “*Oswiata*”. Nestas duas entidades “*Kultura* e *Oswiata*” encontram-se os expoentes dos “progressistas” e “clericais” (WACHOWICZ, s/ano, p. 9)¹⁸⁹.

Nas publicações existentes evidenciaram-se diferenças nos nomes destas organizações que dariam a base para a criação da *Kultura*. Conforme Gluchowski (2005, p. 147), a Comissão Militar Polonesa na América do Sul, já citada anteriormente, depois se transformou em Associação das Organizações pela Independência no Brasil (1916) e União dos Democratas Poloneses na América do Sul (em 1918), veio a tornar-se “União das Sociedades Polonesas “*Cultura*¹⁹⁰””. De todo modo, a União das Sociedades *Kultura* (progressistas) teve seu início anterior ao surgimento da *Oswiata* (clericais), no contexto do pós-guerra.

5.3.1 A imprensa étnica entre progressistas e clericais: palco de conflitos e polonidade(s): a inserção da *Kultura* e da *Oswiata* através da imprensa.

Desde a chegada dos primeiros migrantes poloneses, a imprensa foi fomentada tanto no intuito comercial (como atividade lucrativa)¹⁹¹, quanto, no viés informativo, religioso, educacional, político e cultural, na circulação de representações para o público leitor polonês imigrante, como um importante instrumento coletivo. Durante os primeiros anos as publicações eram exclusivamente em polonês, depois, parte delas passou a ter formato bilíngue. Com a nacionalização, aquelas que conseguiram persistir ou, então, ressurgir, passaram a ser publicadas somente em português. Para Araújo Filho (2003, p. 42), “Os periódicos eram a expressão mais viva da existência de uma camada intelectualizada e nacionalista em Curitiba”. Era o palco dos debates e dos conflitos da comunidade imaginada

¹⁸⁹ Anotações de Ruy C. Wachowicz encontradas na Pasta Wachowicz no Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo.

¹⁹⁰ O autor traz no texto a versão traduzida de *Kultura* (polonês) para o português.

¹⁹¹ A gradual inserção dos poloneses no comércio em Curitiba é observada por escritores como Ruy C. Wachowicz (sem ano, p. 5) Pasta Wachowicz/Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo. Isso se evidencia principalmente após a reunificação. Conforme o autor “o comércio varejista e, em grande parte atacadista nas colônias, foi caindo nas mãos dos poloneses”. Destaca ainda que “K. Gluchowski, registra, em 1922, 201 firmas comerciais de poloneses no Paraná” e que, “Em 1921, realizou-se em Curitiba, sob o patrocínio do primeiro cônsul polonês em Curitiba a primeira tentativa de se organizar um Banco Polonês e uma Câmara de Comércio Polono-Brasileiro”.

da diáspora, onde circulavam discursos e representações identitárias.

A historiadora Maria Helena R. Capelato (1988, 1991), entre outros, tem singularmente evidenciado a relação forte entre história e imprensa no Brasil. Conforme algumas de suas publicações, a imprensa desvelou-se palco de embates político-ideológicos e culturais e, por isso, tornou-se potencialmente importante na escrita da história. Se pensarmos em relação ao período analisado, a imprensa jornalística foi um dos principais meios de comunicação e de circulação de representações, tendo em vista, que opções como o telégrafo eram de uso bastante limitado. O rádio só se tornou mais acessível durante a Segunda Guerra e, mais popular no contexto brasileiro na década de 1950, já em relação à televisão, isso ocorreu bem mais tarde. Nesse sentido, Maria Helena Capelato destaca:

O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO, 1988, p.21).

Estes materiais eram produzidos e veiculados a partir das associações e suas lideranças, no caso das clericais, ligadas aos religiosos. A imprensa étnica circulou não somente notícias de distintos lugares e comunidades da diáspora, mas, também, receitas (muitas delas já adaptadas ao contexto brasileiro), questões da vida nas colônias, turismo, dicas de saúde e beleza, propagandas do comércio étnico, produções poéticas, literárias, teatrais, danças, crônicas, questões políticas relacionadas ao Brasil, manifestações e partidos políticos da Polônia tripartida e internacionais, entre outras questões. Nestes processos, aos poucos se produziu uma “literatura étnica” dada na intersecção de diferentes referências e representações diasporizadas.

Para a pesquisadora polonesa Elzbieta Budakowska (2017, p. 1¹⁹²), “Na perspectiva sociológica, a questão da literatura étnica situa-se entre o que foi e o que é, ou seja, entre o ponto de partida, que foi no processo histórico migratório de um grupo a um determinado país, e o que é atualmente, ou seja, a realidade sociocultural dos descendentes desse grupo”. Conforme a autora, “Os sociólogos chamam tal situação da literatura étnica como a que se encontra entre a essência imigratória dos pioneiros e o simbolismo das gerações subsequentes dos seus descendentes, já elaborado no processo das mudanças socioculturais da nova sociedade”. Esta literatura foi, então, perpassada pelas condições dos novos contextos e

¹⁹² Texto: *O papel da Literatura Étnica Polonesa na opinião dos Entrevistados*. Trata-se de Material de pesquisa produzido e entregue em impresso pela pesquisadora Profª. Dra. Elzbieta Budakowska da Universidade de Varsóvia – Polônia, durante a *Vitrine Literária Polônica* em Curitiba no ano de 2017.

anseios sociais em jogo, ao que destaca a autora, “submetida a um contínuo dinamismo e a um embate entre o esquecimento e a memória”. Para Budakowska (2017, p. 1), a etnicidade envolve diversos fenômenos sociais, entre os quais:

- a criação e o funcionamento de grupos étnicos;
- o surgimento do vínculo étnico como um tipo especial de vínculo social;
- o surgimento de diversas formas de identificação étnica;
- o funcionamento de movimentos sociais e políticos de base étnica, mas também
- o funcionamento e a recepção social dos modelos coletivos de identidades étnicas.

Para a autora:

E é justamente a dimensão identificadora da literatura étnica que cumpre uma função essencial no processo do conhecimento e da vivência de um determinado espaço da realidade, mas também contribui para o autoconhecimento das pessoas da mesma origem étnica. [...] A pessoa que escreve realiza o seu trabalho literário encontrando-se na sociedade integral, mas ao mesmo tempo é a transmissora de idéias que induzem o leitor a uma reflexão e a olhar para a sua herança étnica de uma perspectiva própria.

Por isso os espaços literários étnicos na imprensa étnica ou em outros meios e sua dimensão identificadora foram vistos com tamanha importância. Sua circulação foi percebida nos mais longínquos locais, através das bibliotecas ambulantes ou fixas e clubes de livro, dos jornais, almanaques¹⁹³, calendários, boletins, semanários, revistas, panfletos, cartas e a chamada imprensa pedagógica, responsável pela publicação de materiais ligados à educação escolar étnica, como: jornais, folhetos, revistas, livros, cartilhas, catecismos, entre outros.

A circulação, acesso e uso destas narrativas foram pontos evidenciados em produções como a de Dill (2007, p. 52). A autora destaca que, “No grupo de imigrantes poloneses, havia pessoas instruídas que assinavam jornais como a *Gazeta Polska*, o *Lud* e outros”, em relação aos ditos *nacionais*, a mesma ressalta que “O imigrante polonês introduziu um estilo de vida

¹⁹³ Para Malczewski (2012, s/p), “Ao escrevermos sobre a imprensa polônica no Brasil, não podemos deixar de mencionar os almanaques publicados em língua polonesa. Esses almanaques contêm muitas informações valiosas a respeito da colonização polonesa nesse país”. O autor faz uma relação dessas publicações: - *Kalendarz Polski* (Almanaque Polonês) – editado por Bernardo Zdanowski, em Porto Alegre, nos anos 1898, 1900 e 1901; - “*Kolonista – Kalendraz Polski*” (O Colono – Almanaque Polonês); - uma publicação de Adão Zgraja (1910 e 1911), como suplemento do jornal “*Kolonista*”, publicado em Ijuí, no Rio Grande do Sul; - “*Kalendarz Przyjacieli Rodziny Polskiej w Brazylii*” (Almanaque Amigo da Família Polonesa no Brasil), publicado em 1914 como suplemento da “*Gazeta Polska w Brazylii*”, em Curitiba; - “*Kalendarz Katolicko-Polski*” (Almanaque Católico-Polonês), igualmente um suplemento da “*Gazeta Polska w Brazylii*”, publicado no período 1917-1940; - “*Kalendarz Polski w Brazylii*” (Almanaque Polonês no Brasil), publicado pela livraria polonesa de Casimiro Warchałowski, em Curitiba, nos anos 1917-1920; - “*Kalendraz Polskich Demokratów*” (Almanaque dos Democratas Poloneses), publicado em 1920 como suplemento do jornal “*Świt*”, editado em Ponta Grossa, no estado do Paraná; - “*Kalendarz Polski Przyjacieli Rodziny*” (Almanaque Polonês Amigo da Família), um suplemento do jornal “*Lud*”, editado nos anos 1922-1926 pelos padres vicentinos em Curitiba; - “*Kalendarz Ludu*” (Almanaque do “*Lud*”), igualmente editado como suplemento do jornal “*Lud*”, circulou nos períodos 1933-1940 e 1948-1973, também publicado como suplemento do jornal “*Lud*”; - “*Kalendarz Ilustrowany*” (Almanaque Ilustrado); - “*Kalendarz Echo Polskie*” (Almanaque Eco Polonês); - “*Kalendarz Odrodzenie*” (Almanaque Renascimento).

diferenciado daquele que vivia o nativo”. Despertando para as diferenças culturais, tal inserção, observação, evidenciou-se também, em relação à presença de outros grupos de imigrantes e suas respectivas imprensas e, o contraste do “estilo de vida diferenciado daquele que vivia o nativo”, considerando que a imprensa e seu uso, assim como, a cultura dita “letrada” no contexto europeu deste período, estavam à frente em relação a países como o Brasil.

No caso da comunidade polonesa no Brasil, a imprensa teve papel bastante ativo, sendo que sua efervescência se ampliou nos anos que antecederam a reunificação e, nos anos posteriores a esta, até a nacionalização. Nas comunidades polonesas da diáspora em estados brasileiros ou em outros países da América do Sul, ou, ainda, nos Estados Unidos, França, entre outros destinos ou lares diasporicos, no período anterior e durante a Primeira Guerra Mundial, a imprensa étnica polonesa esteve singularmente fomentada pela expectativa de existir uma grande possibilidade de se efetivar a reunificação.

Segundo Zaleski Trindade e Malikoski (2018, p. 259), a aproximação da I Guerra Mundial “e o contexto anterior de mobilizações independentistas polonesas ao longo do século XIX, provocaram entre os membros da diáspora, sobretudo na intelectualidade imigrada e lideranças locais, atividades voltadas para recuperação da independência do país”, além das sociabilidades acima destacadas, muitas das atividades de mobilização estavam articuladas à imprensa étnica como meio de circulação. Com a reunificação, o “espírito” de renascimento se evidenciou.

Em relação aos anti-salazaristas, migrantes em diáspora, e a questão da imprensa em relação à imaginação da nação, Silva (2005, p. 77) destaca que as “lideranças migrantes” sistematizaram “um ideário de nação e de um sistema ético”, que ganhou significação “a partir da experiência do exílio e da circulação em redes internacionais de trocas”. Para o autor, “Esses posicionamentos, que dizem respeito a maneiras de se representar enquanto nação, demonstram o vínculo orgânico entre exílio e imaginação da nação”. Estas concepções circularam, principalmente, a partir do jornal confeccionado pelo grupo, envolvendo resistências culturais e políticas. Da mesma forma, foram muitos os impressos veiculados pelos migrantes poloneses, através da imprensa polonesa no Brasil e na diáspora. Para Pitón (1971, p. 71), a imprensa era “porta- estandarte e veículo de idéias e ações sócio-nacionais”.

Os signos da “resistência” habitam as coisas, materiais e simbólicas, produzidas por este núcleo, manifestam-se em situações rituais e põe em circulação tais significações. Essas significações são resultantes de um processo histórico, profundamente marcado na experiência individual e coletiva dessas pessoas [...] O nacionalismo, embora seja, como se costuma

dizer, algo “construído” ou “imaginado” historicamente, deve ser tomado por nós, cientistas sociais, como algo sério por parte daqueles que o praticam. Nesse sentido, é que pretendo afirmar que tais significações trazem consigo não só uma maneira de se representar enquanto nação, que se atualiza ao longo do tempo, mas também, significa um modo de se pensar como pessoa, remetendo à identidade tanto no nível do “eu” quanto coletivamente (SILVA, 2005, p. 78).

Assim, evidenciamos sua relação direta com as identidades coletivas e processos identitários da comunidade imaginada na diáspora. Na figura 4 - a capa da Revista Polônia, produzida no Rio de Janeiro, vemos uma homenagem a Casemiro Warchalowski, como liderança polonesa e presidente do Comitê Central Polaco no Brasil, com sede em Curitiba-PR, mas, também, ao presidente dos Estados Unidos do Brasil que reconheceu imediatamente a independência da Polônia, o Sr. Venceslau Braz Pereira Gomes.

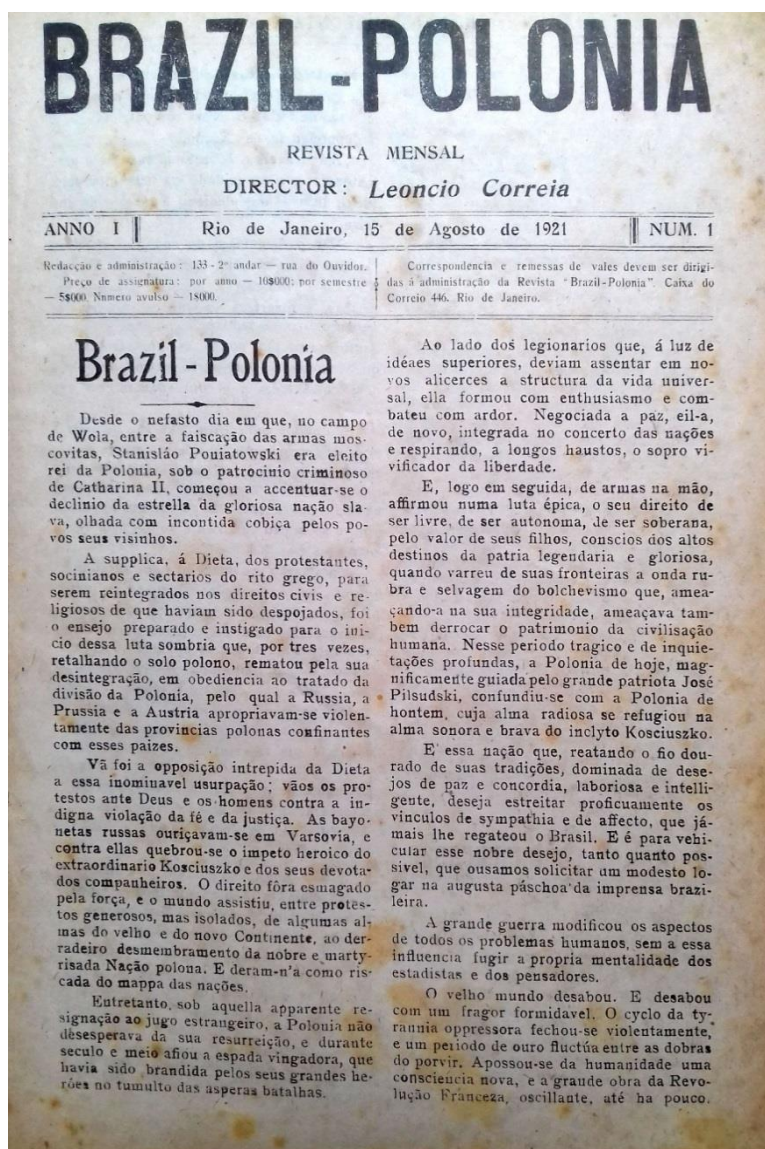
Figura 4: Edição comemorativa do reconhecimento da independência da Polônia pelo Brasil (Número Especial) da Revista Polônia de 1918.



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia (Porto Alegre – RS).

Conforme Malczewski (2012, s/p), logo após, em 1921, surgiu no Rio de Janeiro, ligada à Sociedade Polono-Brasileira Kościuszko, filiada à *Kultura*, a revista mensal “Brasil-Polônia” (figura 5), cuja principal característica era seu caráter nacionalista e a propaganda da Polônia, tendo como redator Leôncio Correia, um conhecido poeta e intelectual brasileiro. Nesta revista estavam também publicações de distintos literatos e de poetas brasileiros, em diálogo com literatos e poetas poloneses, retratando as peripécias e as superações da Polônia. Na edição abaixo (figura 5), podemos apreciar o tom épico da narrativa ao usar expressões como: pátria legendária e gloriosa nação, liberdade e nomes de heróis nacionais, além de afirmar relações afetuosas e harmônicas com o Brasil.

Figura 5: Edição número 1 da Revista Brazil-Polônia.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Conforme Malczewski SChr. (2008, p. 221), “A imprensa polonesa, com publicações em polonês e português, era editada nas seguintes cidades: Ijuí, Curitiba, Ponta Grossa, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo”. Malczewski SChr. (2012, s/p) destaca, que “no período que abrange os anos 1892-1966 circularam no Brasil cerca de cem periódicos polônicos de vários tipos. A vitalidade desses periódicos foi variada”. Conforme o autor, “De acordo com o Pe. João Pitoń CM, por muitos anos Reitor da Missão Católica Polonesa no Brasil e destacado pesquisador da história dos poloneses no Brasil, até 1937 foram publicados: 19 semanários poloneses, 64 periódicos mensais, 10 boletins informativos diversos”. No início de 1900 até os anos 1939, a imprensa polonesa no Brasil intensificou consideravelmente a circulação de materiais produzidos.

Malczewski SChr. (2012, s/p) destaca que o jornal *Gazeta Polska w Brazylii* (Jornal polonês no Brasil) foi o primeiro periódico publicado nos anos 1892-1941 em Curitiba, fundado por Karol Szulzc, um comerciante originário de Poznań. “Em 1893 a publicação do semanário foi assumida por uma sociedade editorial composta dos seguintes sócios: Edmundo Saporski, Antônio Bodziak, Aleixo Waberski, Jurgielewicz e os padres André Dziadkowicz e Ladislau Smołucha”. Após passar por outros, conforme o autor, em 1912, o jornal “foi comprado pelo Pe. Estanislau Trzebiatowski, verbita e grande líder da colônia polonesa em Curitiba”.

O *Gazeta Polska w Brazylii* (figura 6) surgiu inicialmente vinculado ao Grupo de Lwów. Ao analisar a duração dos jornais como publicação efetiva e a ascensão de novas publicações, Oliveira (2009, p. 231) destaca também a relação das publicações com a continuidade da imigração, assim, “entre 1892 e 1914, 19 jornais foram fundados em Curitiba. Alguns tiveram vida curta, mas outros apareceram regularmente, como foi o caso do jornal *Gazeta Polska w Brazylii*”. Referindo-se principalmente ao Grupo de Lwów, o autor ressalta que “A intensidade da vida social parece ter sido de tal monta que mesmo a imprensa estabelecida nos antigos territórios, quase que totalmente contrária à emigração, também enviou “seus” correspondentes ao Brasil e à Argentina”. Assim, mesmo com publicações por vezes desfavoráveis, salienta que “A despeito das reportagens desfavoráveis, o fluxo migratório não foi interrompido e a ideia de que a emigração poderia defender os interesses do “país” no estrangeiro acabou por se impor também nesse campo”.

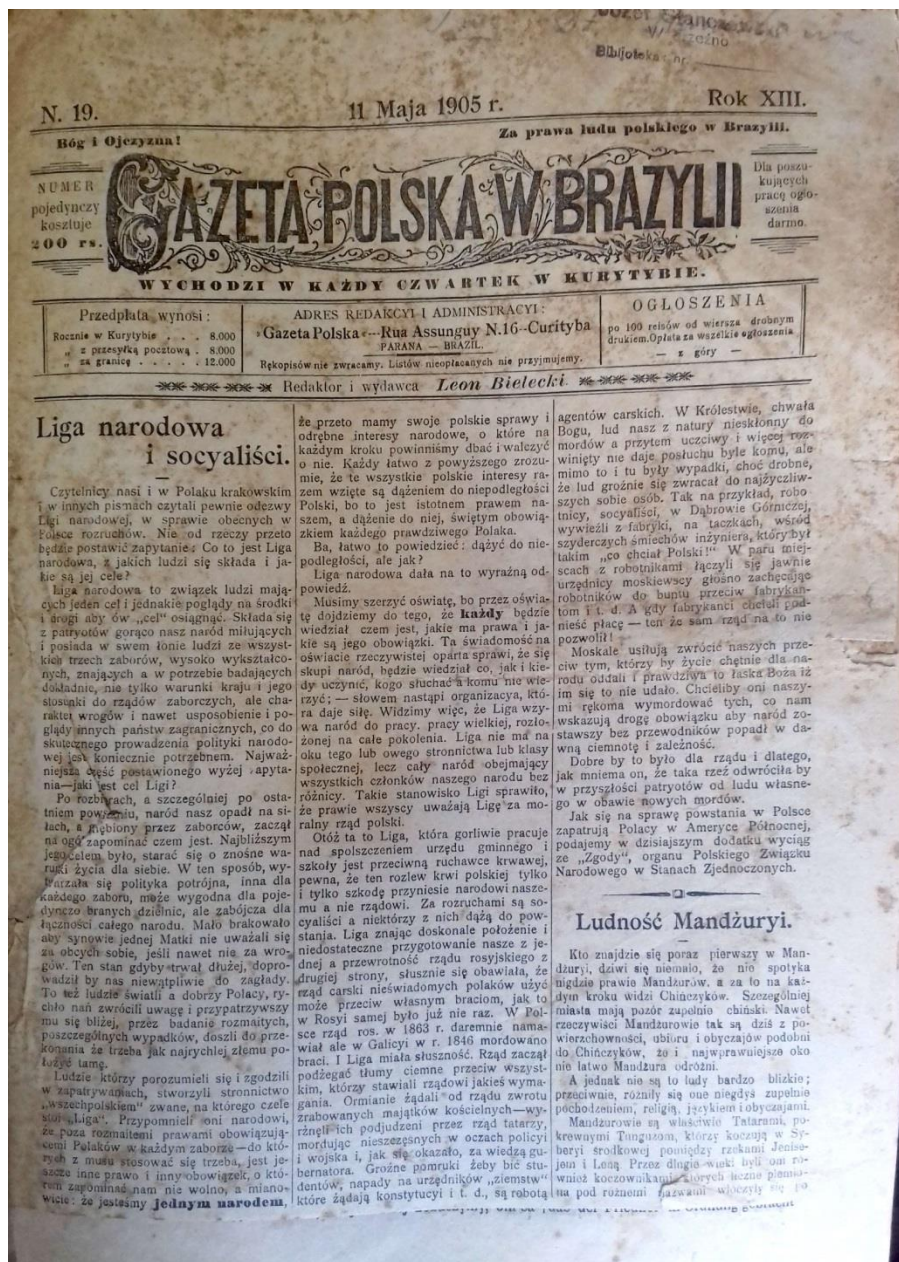
Figura 6: Jornal *Gazeta Polska w Brazylii* (*Gazeta Polonesa no Brasil*), edição de 1904 (Curitiba – PR).



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR)

Na figura 7, no contexto da Revolução Russa, a edição do *Gazeta Polska w Brazylii* de 1905 trouxe o texto “*Liga narodowa i Socyalisci*”(Liga nacional socialista, tradução nossa), fato que representava simbolicamente a presença ativa na imprensa da intelectualidade política e nacionalista e sua atuação em relação à comunidade polonesa. Estas questões se relacionam com o papel exercido pelos membros do Grupo de Lwów e a perspectiva de “defender os interesses do “país” no estrangeiro” que acabou por “se impor também nesse campo”, conforme bem destacou Oliveira (2009, p. 231).

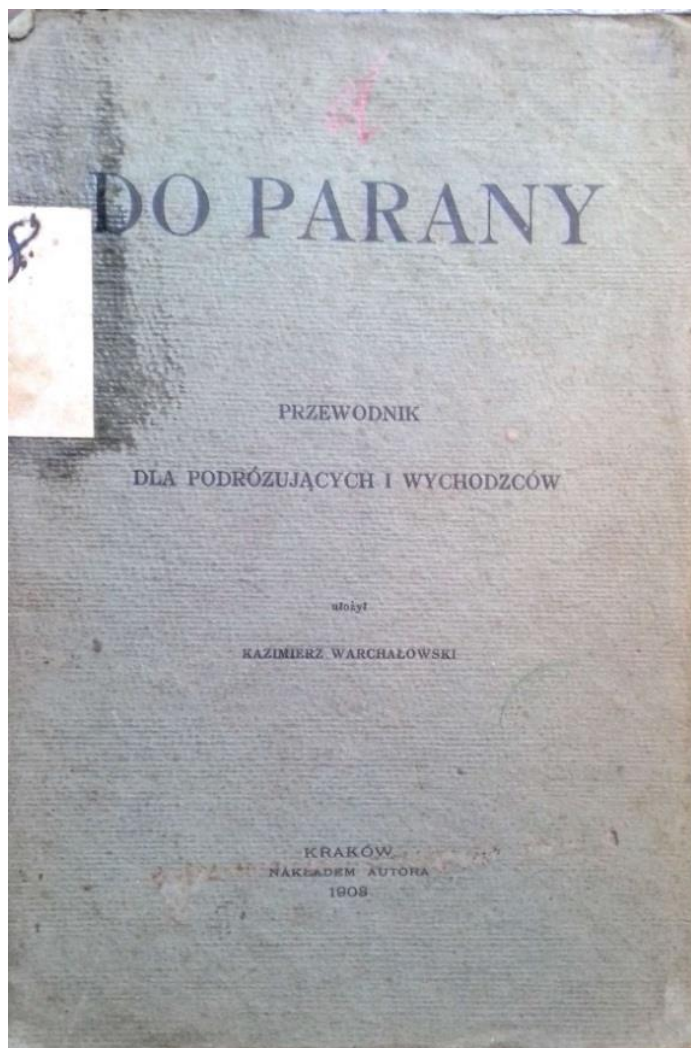
Figura 7: Jornal *Gazeta Polska w Brazylii* (*Gazeta Polonesa no Brasil*), edição de 1904 (Curitiba – PR).



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR)

Além dos jornais e outras produções informativas vinculadas ao Grupo de Lwów, entre estas, a figura 8 apresenta a publicação do texto produzido por Warchalowski a partir de seus relatórios de viagem, publicado em 1908 e tratando sobre a colonização e a comunidade polonesa do Paraná. O texto possui o título *Do Parany* (para o Paraná, tradução nossa) e o subtítulo: *Przewodnik dla podróżujących i wychodźców* (Guia para migrantes e emigrantes, tradução nossa), visando dar um panorama das várias questões locais que estão envolvidas neste processo, de maneira a melhor situar aqueles que intencionam migrar e/ou emigrar.

Figura 8: Livro sobre a colonização polonesa do Paraná, publicado na Cracóvia em 1908.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Assim como os migrantes poloneses se situam com um núcleo no Paraná, inclusive em relação à imprensa e seguindo algumas pautas culturais, sociais e políticas, mas, em diálogo com outros espaços, as relações diaspóricas entre migrantes, desenvolvidas através da imprensa, discutidas por Silva (2005, p. 58) em relação aos imigrantes anti-salazaristas também estão organizados a partir de um núcleo, cuja sede fica em São Paulo. Conforme o autor, “O núcleo de imigrantes que compunha o jornal, com base no Centro Republicano Português de São Paulo, foi um dos principais elos de uma rede internacional de organização de tarefas e iniciativas de contestação ao regime autoritário português”. Destaca ainda, que “Ao longo de sua trajetória, chegou a conquistar a adesão para suas atividades tanto de setores diversificados da sociedade brasileira (universidades, editoras, sindicatos, associações estudantis, escritores, entre outros) quanto de núcleos de anti-salazaristas espalhados pelo

mundo”.

Em uma clara perspectiva de esquerda, e em um anticlericalismo mais incisivo surge o jornal “*Polak w Brazylii*” (O polonês no Brasil, tradução nossa), que, posteriormente, iria disputar de forma clara o espaço com o *Gazeta Polska w Brazylii*. Segundo Malczewski (2012, s/p), a partir de 1905, organizado com base em publicações de intelectuais de esquerda emigrados no contexto da Revolução Russa, surgiu o “*Polak w Brazylii*”, que circulava semanalmente. Conforme Weber (2015, p. 257),

O primeiro redator do “*Polak w Brazylii*” foi João Hempel. Tratava-se de um periódico progressista, liderado por Warchalowski. Este jornal, através de seus líderes, por seu perfil e interesses em relação a comunidade polonesa, logo passou a interferir mais precisamente em relação às escolas e, posteriormente, àquelas ligadas a *Kultura* e criticar as posições educacionais escolares clericais da *Oswiata*. Por seu claro interesse no campo educacional, conforme Malczewski (2008, p. 219), “Nos anos 1913-1914 o jornal publicava os suplementos “*Szkoła ludowa*” (A Escola Popular) e “Escolaridade polonesa””.

Este semanário estaria sob orientação de dois livres pensadores que eram membros da Loja Maçônica Fraternidade Paranaense, os quais traduziram “tendenciosamente” cartas de um missionário, o Pe. Hugo Dylla, um dos quatro missionários pioneiros que chegaram em 1903, que haviam sido divulgadas em publicações religiosas polonesas (BIERNASKI CM, 2003: 22-23). As cartas do Pe. Dylla, que relatavam suas impressões sobre a situação dos imigrantes nas localidades por ele visitadas, ao serem traduzidas e publicadas na imprensa local, por apresentarem uma visão negativa do Brasil e de seus habitantes, motivaram uma campanha contra o clero polonês, acusado de ocupar-se de política, e a prisão e expulsão do Pe. Dylla em 1905. O fundador deste jornal, o jornalista e comerciante Kazimierz Warchalowski, um grande intelectual e agente étnico, foi o mentor da ideia de organizar um Liceu Polonês, em 1909, a qual encontrou adesão, pois havia vários imigrantes interessados em evitar que “os chamados *clericals* tomassem a dianteira histórica no ensino” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 201, 406).

As publicações do “*Polak w Brazylii*” declaravam claro combate a interferência educacional e cultural por parte do clero. Em ambiente propício, a imprensa étnica se desenvolvia nos distintos estados brasileiros, logo surgiram muitos outros impressos, conforme o levantamento de Malczewski (2008, p. 219). Dentre estas publicações estavam:

- o *Imigrante*, fundado em 1908, publicado em língua portuguesa.
- Em 1909, era editado em Curitiba o “*Emigrant Polski w Paranie*” (O Emigrante Polonês no Paraná) - fazia propaganda em favor da imigração polonesa para o Paraná.
- Em 1911, publicam o “*Tygodnik Polski*” (Semana Polonês), porém, saíram apenas alguns números.
- Nos anos 1912-1913, um grupo de ativistas do Partido Socialista Polonês sob a supervisão de Simão Kossobudzki, cujo redator era Alberto Szukiewicz, criou o periódico “*Niwa*” (O

Campo) - tinha o caráter progressista e defendia a independência da Polônia.

- No final de 1916 surgiu mais um título. Era o periódico “*Człowiek Lesny*” (O Homem do Mato) - foram publicados apenas quatro números. Supõe-se que esse periódico era editado por Vitoldo Zongołowicz, em Mallet - PR.

- Nos anos 1916-1917, circulou em Guarani das Missões-RS, o “*Tigodnik Swiaskowy*” (Semanário das Associações).

- Nos anos 1913-1914, o “*Ogniwo*” (O Elo) foi publicado em Curitiba, representava um órgão da “União dos Operários Poloneses”. Com o tempo, seus redatores mudaram para Ponta Grossa, onde, por um breve período (de 15 de outubro de 1915 a 20 de março de 1916) através de uma organização com o nome de Comissão Militar Polonesa na América Latina, publicaram o “*Ogniwo*” e depois “*Wiadomosci Wojskowe*” (Notícias Militares).

- Nos anos 1914-1915, em Ijuí - RS, começou a ser publicado o periódico “*Kolonista Polski*” (O Colono Polonês). Seu redator era o Pe. Antônio Cuber.

- Em 1914-1915, O “*Ogniwo*”, então publicado em Ponta Grossa, mudou o seu nome para “*Pobudka*” (Toque de Alvorada), que, com esse título, circulou até 24 de agosto de 1918.

- No dia 18 de novembro de 1918, circulou um único número do periódico “Polônia”, editado no Rio de Janeiro por ocasião da reconquista da independência da Polônia (figura 4).

Para Malczewski (2008, p. 221) o periódico “*Pobudka*” “era um órgão de todas as organizações polonesas que na América Latina lutavam pela liberdade da Polônia”. Este, “No final de 1918 muda a sua orientação e seu nome para *Swit* (Alvorada). Em meados de 1921 sua redação muda-se para Curitiba”. A mudança para Curitiba ocorreu estrategicamente após a reunificação. O autor destaca que “Essa publicação circulou até 11 de novembro de 1928. Com o tempo, empreendeu-se um esforço no sentido de editar novamente esse periódico. No dia 13 de maio de 1935, foi publicado, infelizmente, apenas um número”.

No entanto, o periódico *Swit* foi reconhecidamente importante nos debates antagônicos que se colocavam na comunidade polonesa no Brasil. Weber (2015, p. 258) ressalta que “o periódico *Swit*, a partir de 1920, foi incorporado pela *Kultura*, “era um semanário político avançado, progressista, esquerdista e antirreligioso na América do Sul” que “congregou ex-combatentes pela libertação da Polônia””.

Conforme já ressaltamos, o espectro de alcance e de temas, pretendido pela imprensa étnica, era amplo, “Além dos jornais que serviam para a comunicação entre as colônias e sociedades ligadas ao grupo étnico, também circulavam livros e revistas mensais como o “Eco da Polônia”, tratando de temas como “arte, ciência, literatura e história da Polônia”” (MALCZEWSKI, 2008, p. 219).

Em relação aos jornais articulados à *Kultura* e a *Oswiata*, como reconhecidamente seus principais jornais, embora também possam ser adicionados outros ditos “menores” de Curitiba, ou, de outros estados, destacamos aquele inicialmente nomeado de “*Ogniwo*”, depois “*Pobudka*” e “*Swit*”, que se caracterizou essencialmente por suas definições progressistas e anticlericais. No pós-reunificação, quando se mudou para Curitiba com sua redação em 1921 como “*Swit*”, teve seu papel exclusivamente ligado ao trabalho desenvolvido na União das Sociedades *Kultura*, complementado pelo “*Polak w Brazylii*”, de conteúdo anticlerical.

Conforme Malczewski (2012, s/p), após a partida de Casimiro Warchałowski para a Polônia, após a reunificação, há a dissolução do jornal “*Polak w Brazylii*”. De acordo com o autor, “O último número foi publicado no dia 18 de agosto de 1920”. Warchałowski, um dos fundadores da *Kultura* e sócio do “*Polak w Brazylii*”, com sua liderança ativa, foi um dos impasses na expansão das iniciativas clericais. Assim, analisando o fato destacado por Malczewski (2012, s/p), no excerto abaixo, acreditamos se tratar de uma estratégia voltada para a pretensa hegemonia da imprensa que representava a *Oswiata*, agora, livre de um dos seus mais respeitados questionadores.

O espólio do “*Polak w Brazylii*” foi adquirido por um grupo de 11 acionistas. A congregação religiosa dos padres vicentinos de Curitiba assumiu esse espólio e já no dia 2 de outubro de 1920 foi publicado o primeiro número do semanário com o novo nome “Lud” (O povo). Desde o início esse semanário teve um caráter eclesástico-conservador e também publicava textos de temática social. Seu primeiro redator foi o pe. José Joaquim Góral CM.

A *Oswiata* estava articulada inicialmente ao jornal “*Gazeta Polska w Brazylii*”, sendo que, posterior à dissolução do “*Polak w Brazylii*” e a chegada do LUD (O Povo), conforme Gelinski (1978, p.1), como um novo jornal de conteúdo “formativo e informativo”, este, se tornou seu principal veículo impresso, editado e produzido pelos Padres da Missão, que então fundaram a Sociedade Editora LUD/*Oswiata*. Ao adquirir o material tipográfico do “*Polak w Brazylii*”, os padres da Missão centralizaram para si a impressão da imprensa étnica, anteriormente ligada aos anticlericais, entre eles, Warchałowski (também proprietário da Livraria Polaca em Curitiba).

O primeiro editorial do Lud define os interesses do povo polonês em sua nova Pátria, o Brasil, antevendo a política integracionista, sem olvidar a nacionalidade de origem, suas tradições culturais e formação religiosa. Apela ao cultivo da liberdade, dedicação à cultura, tomando a defesa do mesmo povo, estribando-se, conseqüentemente, no povo, “*LUD z ludem przez lud, dla ludu*” (O jornal com o povo, pelo povo e para o povo) (Lud n 1 – página 1 – Editorial de 02-10-1920) (GELINSKI et al., 1978, p.

185).

Ao tratar sobre o LUD, em suas publicações do período posterior ao aqui delimitado, Godliauskas Zen (2010, p. 200) ressalta: “Marcado por um teor nacionalista, sua postura política era amplamente desfavorável ao regime comunista, não raramente realizando campanhas veladas contra este e mais tarde contra o consulado polonês”. Destaca, ainda, que “Em artigos de primeira página denunciava a perseguição a Igreja Católica e do clero pelo regime comunista, postura reveladora de sua posição e dos grupos aos quais o jornal se encontrava vinculado”. O LUD passa a veicular objetivos estritamente definidos pelos posicionamentos tomados pelos membros do clero ligados a Missão de São Vicente de Paulo, por quem ele era coordenado e editado.

Figura 9: Relatório da Livraria Polonesa *Biblioteka Polska* (Biblioteca Polonesa) em São Paulo para a Editora do Jornal LUD em 1933.

Biblioteka Polska

Proprietários e Editores
Bronisława Rosińska
Helena Hawińska

Representação na América do Norte
Mr. Antoni Pawlak
141 West 34th Street
Bayonne N. J. U. S. A.

"BIBLIOTEKA POLONEZA" (edição semanal)

Primeira e única
CASA EDITORA
de Livros Poloneses na América do Sul e América do Norte

Grande Livraria e venda de Jornais poloneses

Officinas próprias para executar todos os trabalhos de tipographia e encadernação

Conta Corrente "Banco Allemão Transatlantico" em S. Paulo

Conta Limitada: "The National City Bank of New York" em São Paulo

Endereço:
"BIBLIOTEKA POLSKA"
São Paulo (Capital)
Caixa Postal, 2518
Brasil

Administracjii "LUD"
Caixa Postal, 180
Curitiba - Paraná.

Planosy "LUD":
W związku z niedostępnym ujęciem rachunków za sprzedane numery "LUD" w poprzednim okresie, w ułożeniu Sr. Panów następujące numery:
Planowicie Sr. Panowie proszę, że nie zostały nam doręczone numery 48, 49 i 50. Do sprzedania zostały one nie otrzymane numery 48, 49, czyli tylko 20 numerów.
I numery otrzymanych pozostałe niesprzedanych następujące ilości:

Nr. do pozostaje	z przeliczeniem...	Nr. do pozostaje	z przeliczeniem...
47	3	67	12
48	—	68	16
49	—	69	17
50	19	70	13
51	16	71	19
52	17	72	5
53	18	73	12
54	16	74	7
55	17	75	14
56	18	76	10
57	8	77	3
58	17	78	11
59	17	79	8
60	13	80	8
61	18	81	12
62	7	82	10
63	13	83	12
64	17	84	12
65	13	85	12
66	13	86	12
De przeliczenia	245	Przebieg pozostaje	435
		Otrzymane liczn	630
		Sprzedane liczn	245

Obliczając sprzedane numery po 100 rejsów za sztukę, przypada Sr. Administracji suma 24500 rejsów, którą to sumę wysłaliśmy również jako "Vale Postal", do przeliczenia w oddzielnym rachunku odnośki numerów niesprzedanych w ilości 435 sztuk.

Planowicie Sr. Panowie są namile dziękujemy za wszelkie uwagi, uwagi, uwagi, że każdy numer który otrzymywaliśmy numery bardzo sprawnie i prawie do dnia ostatniego (jednego) dnia jeden i następnego urugi, więc nie dziwnego, że numery starsze pozostają wazny, natomiast teren tutaj jest oczywiście opóźniony przez "Biblioteka Polska", która wyczerpana jest tutaj na dłuższe czasu.

Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba - PR).

Conforme percebemos na imagem acima (figura 9) e indicamos na introdução deste subtítulo, o comércio étnico e de imprensa é efetivo neste meio social, articulado a representações da polonidade entre os imigrantes poloneses no Brasil. Este comércio também fez parte da teia de relações estabelecidas na diáspora. Tais questões podem ser observadas na barra lateral esquerda do documento onde estão destacadas as representações da livraria e da editora na América do Sul e na América do Norte, em cidades como São Paulo (Brasil) e New York (EUA).

A prática da publicação de periódicos e livros pode conduzir ao estabelecimento de laços estreitos com editoras, quando não à criação de editoras fortemente vinculadas a grupos étnicos, fenômeno que pode ser visualizado no contexto do Rio Grande do Sul, Estado onde precocemente surgiu a Editora Rotermund, fundada em 1880, em São Leopoldo, pelo pastor luterano, Wilhelm Rotermund (KREUTZ, 2008). Em termos do movimento étnico mais contemporâneo, destaca-se a EST Edições, da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, surgida na década de 1970, que, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul, editou várias obras sobre imigração italiana (MOCCELIN, 2008, p. 68). Do mesmo modo que alemães e italianos, são religiosos os pioneiros editores entre poloneses, que, a partir do jornal *Lud*, editado desde a década de 1920, deram origem à Sociedade Editorial Lud, sucedida pela gráfica Vicentina na década de 1960 (75 ANOS, 1978, p. 23) (WEBER, 2014, p. 724).

A Sociedade Editora LUD/*Oswiata*, mesmo em condições antagônicas à *Kultura*, muitas vezes era responsável pela impressão dos materiais produzidos pela sua imprensa étnica, ou seja, eram relações comerciais e da comunidade imaginada que não estavam presas às estritas convicções, que os colocavam em disputa nas sociabilidades e em distintas representações identitárias.

Na perspectiva de disputa entre “maiores e menores semanários”, voltada para pretensa hegemonia de grupos, conforme destaque acima, através de práticas como a incorporação dos menores pelos maiores ou, de opositores, como destacamos em relação ao surgimento do *Lud* a partir do espólio do “*Polak w Brazylii*” (jornal de oposição, anticlerical), em período anterior, a “*Gazeta Polska w Brazylii*” havia também incorporado um jornal de oposição, o *Prawda*.

Na figura 10, apresentamos a edição número 8 do jornal *Prawda*¹⁹⁴, jornal de caráter nacional-progressista de um membro do Grupo de Lwów, cuja publicação da figura é do dia 12 de julho do ano de 1900 - ano de sua fundação em Curitiba. Demonstrou sua postura na página da capa e no esforço da imprensa para que os poloneses no Brasil relembassem seus heróis e demais pessoas relevantes na história da Polônia. Conforme Gluchowski (2005, p.

¹⁹⁴ A circulação deste jornal é de apenas um ano, ou seja, em 1901, após a morte de um de seus membros e o retorno de outro para a Polônia, o *Prawda* é incorporado pelo “*Gazeta Polska w Brasílii*”.

222), “Tratava-se de um semanário popular e muito simpático”. Segundo o autor, “Foi das colunas do *Prawda* que a colônia polonesa do Paraná conheceu a pena da Sra. Janina Kraków. Parecia que o *Prawda* carregaria bem alto o estandarte da imprensa idealista”, cumprindo sua missão.

A narrativa apresentada nesta edição demonstrou claramente seu caráter idealista nacionalista, representando tanto um estímulo à memória e à identidade, quanto, de que os poloneses na diáspora mantivessem-se atentos a reunificação. Tadeusz Kosciuszko, ilustrado nesta edição, esteve à frente das insurreições à dominação russa no século XVIII. Durante o texto, menciona também o poeta nacionalista do século XIX - Adam Mickiewicz. Já a edição ao lado direito, de maio de 1901, com título: *Wycieczka nad wodospady* (Viagem para as cachoeiras, tradução nossa), trata de uma visita a cachoeiras e caça na região do Rio Iguazu, União da Vitória e Palmital – PR, mostrando as belezas naturais da paisagem brasileira.

Figura 10: Edição do jornal *Prawda* (Verdade) de 1900 e 1901.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Com o final do “*Polak w Brazylii*”, em 1920, as informações da *Kultura* passaram a circular também em outro periódico criado em 1929, o “*Polska Prawda*” (figura 11). Conforme Malczewski (2012, s/p), o “*Polska Prawda w Brazylii*” (A verdade polonesa no

Brasil) circulou nos anos 1929-1941. Este foi um semanário católico, publicado em Curitiba, que, ao mesmo tempo, publicava um boletim das sociedades polonesas no Brasil “*Kultura*”. Este período delimita a gradual decadência da *Kultura* que aos poucos perdia lideranças e espaços.

Figura 11: Jornal *Polska Prawda* (Verdade Polonesa), publicado em Curitiba – PR.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

No período mais fértil de expansão e animosidade da *Kultura* e da *Oswiata* como uniões das sociedades, no contexto pós-reunificação, segundo Weber (2015, p. 258), “dois jornais praticamente polarizavam os leitores das comunidades étnicas polonesas eram o *Lud* – O Povo (de orientação religiosa, dos padres da Congregação da Missão) e o *Gazeta Polska W Brasylii – O Polonês no Brasil* (laico – 1892/1939)”. Porém, além dos jornais, a *Kultura* e a *Oswiata* tinham também publicações de revistas mensais que circulavam pelas demais regiões com sociedades a elas filiadas, ou não. Conforme figura 12, a publicação da revista “*Kultura*” de edição mensal com alinhamento progressista e com textos literários e de interesse escolar,

além do, já mencionado, jornal semanal “*Swit*”, foram edições e publicações de responsabilidade do intelectual étnico Simão Kossobudzki e do redator Marjan Hessel. Já a *Oswiata*, junto com o Lud, organizava a revista “*Przyjaciel Rodziny*” (Amigo da família, tradução nossa).

Figura 12: Capa da revista n.1 (março) e n. 2 (abril), da *Organ związku towarzystw polskich w brazylji “Kultura”* (União das sociedades polonesas no Brasil “Kultura”, tradução nossa) – Curitiba, 1933.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

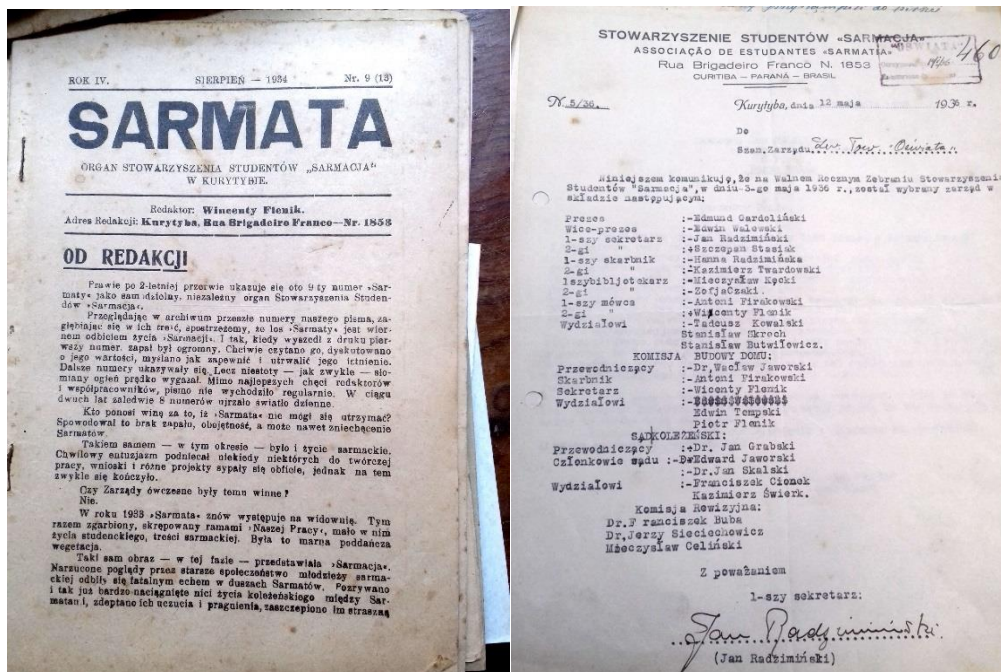
No campo educacional, além dos jornais e revistas ligados às escolas étnicas filiadas a *Kultura* e a *Oswiata*, os próprios grupos de estudantes ligados aos níveis de ensino como o ensino superior, e, sua organização/sociedade, também criaram suas publicações. Nesse sentido, Wachowicz (s/ano, p.6)¹⁹⁵ evidenciou a existência da organização dos estudantes “*Sarmacja*” (figura 13B) e de sua atividade em relação à inserção e organização estudantil destes na Universidade Federal do Paraná e, publicação do periódico *Sarmata* (figura 13A).

O nome da sociedade e da revista mensal organizada pelos estudantes do ensino superior coloca novamente no cenário da polonidade, elementos religiosos católicos e imbricações ao Sarmantismo (“*Sarmacja*”) como sistema cultural, parte das raízes culturais ligadas à nobreza e à comunidade religiosa da Polônia anterior à tripartição. Na figura 13B, podemos identificar a composição da diretoria da sociedade, tendo como presidente o

¹⁹⁵ Anotações de Ruy C. Wachowicz, pasta Wachowicz, Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo, Curitiba - PR.

intelectual étnico Edmundo Gardolinski ¹⁹⁶ e como filiação a *Oswiata*, a quem o documento estava comunicando a composição da diretoria da sociedade estudantil.

Figura 13 (A e B): Capa do periódico n. 9 da *Organ Stowarzyszenia Studentów "Sarmacja"* w *Kurytybie* (Associação de Estudantes Sarmata de Curitiba/tradução nossa) – Curitiba, 1934.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

De todo modo, a circulação de ideias foi o palco de acirramentos dos conflitos a partir de ideologias opostas e de disputas por hegemonia, que ora se contrapunham em função da religiosidade (progressistas anticlericais x clericais), ora perseguiam objetivos comuns, principalmente, no contexto anterior à reunificação e voltados para este tema comum, mas, também, em relação às reivindicações políticas locais ligadas à comunidade polonesa.

A querela *clericais* x *anticlericais* reverberou entre os poloneses e mobilizou diferentes aspectos sociais, como ideais distintos quanto à preponderância religiosa e diferentes instituições criadas por líderes de ambos os grupos. Os jornais, subvencionados e escritos pelas lideranças divergentes, sobretudo, expunham as disputas e conflitos internos através de seus textos críticos (ZALESKI TRINDADE & MALIKOSKI, 2018, p. 267).

As (re)imaginações da comunidade étnica e (re)construções identitárias foram dadas através das representações em circulação que partiram de processos de negociação e de

¹⁹⁶ Após alguns anos, Edmundo Gardolinski se estabelece no Rio Grande do Sul, onde teve sua atuação intelectual étnica mais efetiva, cujo trabalho é bem reconhecido.

conflito. No Brasil, Renk (2014, p.54) destaca que “os embates entre as questões da Polônia” e das colônias “eram discutidas por meio do jornal”. Assim, a imprensa polonesa no Brasil era notável como articulação e presença migrante polonesa. Conforme Araújo Filho (2003, p. 42):

Em dado momento aconteceu de diversos informativos menores disputarem leitores com os maiores semanários – “Gazeta Polska w Brazylii”, o “Lud” e o “Polak w Brazylii” e o “Swit” – que já concorriam entre si. Os informativos possuíam enfoques políticos e religiosos diferenciados, podendo representar interesses capitalistas burgueses, socialistas proletários, católicos ou leigos. Afirmavam sua linha de pensamento e combatiam-se em palavras como afirma o Pe. João Pítton ao tratar do semanário “Kurier Paranski” (O mensageiro Polonês): “distinguiu-se pela polêmica que desencadeou contra a ‘Gazeta Polska w Brazylii’, ou ainda no caso do Polak w Brazylii por possuir uma qualidade “progressista e anticlerical” dirigido pelo nacionalista Antonio Hempel. Esses jornais e folhetins representavam pontes entre todos os grupos poloneses circulando na cidade e nas colônias reproduzindo em língua pátria notas de civilidade e de nacionalismo, bem como as mentalidades religiosas católicas presentes em todas as comunidades polacas.

Assim, sob os variados formatos e títulos, alguns deles citados neste texto, e muitos outros não mencionados, com produção em Curitiba ou em outras regiões brasileiras, os materiais impressos circularam pelas distintas regiões do país. Em Curitiba, tiveram seu reduto principal e o campo propício para seu desenvolvimento e a *Gazeta Polska W Brasylii* foi o jornal com maior tempo de circulação, conforme Oliveira (2015). A bipolarização, conformada na *Kultura* e na *Oswiata*, mas, também, na imprensa, foi, ainda antes da oficialização destas associações, motivação para tamanha efetividade na atividade da imprensa, pautando-se em uma constante disputa de representações na comunidade imaginada. Por sua dimensão identificadora na circulação de significações, a imprensa foi uma maneira de compartilhamento revolucionária em relação às representações da comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

5.4 A POLÔNIA REUNIFICADA E OS ANTAGONISMOS E POLONIDADE(S) NA COMUNIDADE IMAGINADA: A OFICIALIZAÇÃO DA UNIÃO DAS SOCIEDADES *KULTURA* E *OSWIATA*.

A reunificação da Polônia significou muito para os poloneses na diáspora, para a etnicidade e, assim, para a sociabilidade. Muitas expectativas se colocaram em torno deste momento. O novo “ânimo” da Polônia independente se articulou em termos culturais e identitários entre os poloneses da diáspora. Nessa condição, a partir de objetivos nacionalistas e de interesses múltiplos da Segunda República, principalmente intelectuais poloneses foram

incentivados a migrar, tratava-se de pessoas dispostas a realizarem na diáspora, um trabalho voltado para tais objetivos.

Foi neste contexto que as tentativas de unificação da atuação das sociedades, principalmente as escolares, a partir de organizações amplas, objetivo não alcançado em tentativas discutidas anteriormente, foram novamente recolocadas no cenário. Assim, pensadas por grupos das distintas posições culturais e ideológicas - católicos clericais e progressistas anticlericais, mas, em ambos os lados estavam também posturas nacionalistas e esquerdistas, que na impossibilidade de unirem-se sob uma única organização, foram oficializadas a criação de duas Uniões: a *Kultura* e a *Oswiata*.

Parte do significado imediato da reunificação nos processos sociais interétnicos pode ser resumida na frase de Wachowicz (2002, p. 51): “De ora em diante, ninguém mais poderia lançar-lhes no rosto as palavras “polaco não tem bandeira”, fato este que mais doía na alma do homem polonês”. Assim, sob este novo “ânimo”, as sociabilidades já existentes, porém, paralisadas durante a guerra, foram revitalizadas e também são criadas muitas outras, principalmente voltadas para a educação escolar. Junto dessas ações e em perspectiva de apoio a tais organizações sociais, notou-se a presença do consulado como órgão oficial do estado polonês ressurgido, cuja atuação do cônsul Kasimierz Gluchowski, destacada anteriormente em distintas produções, se articulou em termos culturais e nacionalistas e, em posicionamento progressista.

Então, se durante a I Guerra Mundial as sociabilidades tiveram um período de estagnação em detrimento do envolvimento de associações voltadas para os assuntos do conflito, a reunificação veio acompanhada de renovação e de atitudes inovadoras, junto com linhas de ação bastante claras. Assim, esta fase trouxe autoestima aos poloneses migrantes e vitalidade aos processos culturais e identitários articulados nas sociabilidades polonesas. Para Renk (2009, p. 52), as sociedades eram “um importante espaço de sociabilidades e de manutenção da identidade étnica”. Esta fase é a parte mais fértil dentro da primeira das três etapas da identidade polonesa no Brasil, desenvolvidas por Siuda-Ambroziak (2017), discutidas anteriormente. Conforme Gluchowski (2005, p. 177):

A ação que foi iniciada em 1920 seguiu a seguinte linha: Antes de mais nada, era preciso criar um quadro dentro do qual pudesse encerrar-se o trabalho no campo da reforma escolar, um quadro organizativo que reunisse as sociedades, associações e pessoas que trabalhavam nessa área. Simultaneamente era preciso proceder a um esforço para reorganizar o magistério, ou para associá-lo, eliminando os elementos indesejáveis, formando-se novas pessoas, elevando o seu nível cívico, moral e profissional. [...] havia a questão dos manuais escolares, dos programas, das bibliotecas e da educação extra-escolar, dos contatos com a pátria de origem, etc.

Em relação às escolas polonesas, Malikoski (2014, p. 65) destaca que “É nesse tempo, de uma Polônia independente, que haverá um fluxo maior de professores e educadores poloneses para o Brasil com o objetivo de melhorar o processo de ensino étnico da imigração com acompanhamento oficial”. Nesse sentido, “Uma das primeiras iniciativas foi trazer da Polônia uma equipe de professores profissionais para atuarem na organização do ensino”. No entendimento da construção da nacionalidade dentre as sociabilidades étnicas, a escola polonesa teria que ser atuante, com ensino contínuo durante o ano, com práticas escolares em língua polonesa e estudos sobre cultura e história da Polônia, questões vistas como imprescindíveis aos processos culturais das novas gerações.

No entanto, a “equipe” que fez este “reforço”, buscando meios de superar as condições de ensino precárias e em baixo nível, conforme destacado pelo cônsul Gluchowski (2005), através de ações como formações aos professores e auxílio na organização das sociedades, não possuía um número muito substancial. Conforme Malikoski (2014, p. 65), “De acordo com a relação dos Professores poloneses do consulado em Curitiba, no ano de 1937, o número desses instrutores era de seis”. Entendemos que mesmo sendo um importante estímulo não supriu a carência das comunidades espalhadas pelo país, tendo em vista outro dificultador que se coloca: o fato de que com o decorrer da guerra, membros como lideranças e intelectuais étnicos, entre eles, alguns professores, haviam partido como voluntariado para a França ou para a Galícia e muitos não retornaram.

O trabalho desses representantes enviados era financiado pelo governo polonês, desde que cumprissem os critérios estabelecidos como exigências pelos órgãos oficiais, entre estes, critérios de atuação e moralidade. A função da “equipe” esteve mais voltada à orientação geral das atividades e articulação de formações e incentivo para que estudantes se tornassem novos professores. Em relação aos objetivos ligados aos processos educacionais escolares, Malikoski (2014, p. 65) ressalta que “A atividade desses instrutores estava voltada para a orientação pedagógica e à organização de cursos de aperfeiçoamento para docentes das escolas étnicas polonesas”. Conforme o autor, “Dentre esses, destacam-se Wlodzimierz Rodomski e Korad Jezirowski, que também foram editores de livros didáticos, através da Associação dos Professores Profissionais das Escolas Privadas Polonesas, ligada à *Kultura*”.

Em relação às sociedades escolares, outro ponto a ser considerado é o fato de que o aumento da estima dos migrantes com a reunificação não significou, o imediato aumento em suas possibilidades de financiar a manutenção das sociedades e dos profissionais ligados a estas. Então, expandir a rede de escolas étnicas exigia ter certo apoio financeiro da Polônia

ressurgida. Isso tudo vai gerando condições e meios de controle e cobrança por parte de instituições oficiais polonesas que precisavam contar com apoios locais. Neste sentido, a criação de organizações amplas como instâncias de articulação e disseminação de orientações, era uma boa estratégia para tentar minimizar as dificuldades encontradas e potencializar a perseguição aos objetivos delineados pelo contexto amplo.

Voltando-se para os objetivos delineados com a reunificação, o trabalho do intelectual e do docente foi visto como algo decisivo e vital, por isso, tinha que ser diferenciado, então, buscavam professores que além de ensinar fossem capazes de desempenhar um papel social, assim, a formação imediata de professores foi um dos objetivos. A partir da oficialização da *Kultura* e da *Oswiata* e a articulação de membros das sociedades polonesas, organizaram cursos de formação pautados em uma proposta de educação desde a Polônia, mas, também, em diálogo com os contextos locais, entre outras providências que discutiremos a seguir.

5.4.1 União das Sociedades Polonesas *Kultura*.

Conforme Wachowicz (s/d)¹⁹⁷, até 1920, as escolas que efetivamente “davam certo” no Paraná eram aquelas ligadas à congregações religiosas das Irmãs Vicentinas e da Sagrada Família, já em relação as “leigas”, seu desenvolvimento era muito precário. Porém, em 1920, o Cônsul Gluchowski propôs uma efetiva reestruturação a partir de seu posicionamento e considerando a necessidade de ampliar as possibilidades em detrimento de objetivos que agora se tornavam iminentes. Este apoio oficial foi decisivo para estimular à prática, atitudes e projetos que já vinham sendo gestados.

Assim, conforme Wachowicz (s/d)¹⁹⁸, “O passo inicial foi dado pelo *Zwiazek Demokratów Polskich* (União dos Democratas Poloneses), organização esquerdista criada durante a Primeira Guerra Mundial e que apoiava a corrente liderada por Pilsudski”, esta, ressalta o autor, de “entidade política, resolveu transformar-se em cultural. Passou a ter como finalidade principal a melhoria do nível das escolas polonesas no Brasil”. Assim, voltando-se mais para este objetivo, afirma que a nova organização cultural “Adotou então o nome de *Zwiazek Polski Towarzystw Oswiatowych Kultura* (União das Sociedades Polonesas *Kultura*), genericamente conhecida por *Kultura*”. Como principais objetivos desta entidade, o

¹⁹⁷ Anotações de Ruy C. Wachowicz, Pasta Wachowicz – Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

¹⁹⁸ Anotações de Ruy C. Wachowicz, Pasta Wachowicz – Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

autor destaca:

- a. Centralizar todas as Escolas-Sociedades;
- b. Fornecer as escolas manuais e material didático necessário;
- c. Legalizar perante o governo do Estado as Escolas- Sociedades existentes;
- d. Aperfeiçoamento da cultura geral e didática dos professores;
- e. Organizar bibliotecas nas escolas para os alunos e para os professores;
- f. Conseguir melhores salários para os professores;
- g. Organizar sociedades juvenis;
- h. Promover cursos pós-escolares, aulas noturnas, círculos amadores.

A criação da *Kultura* a partir da União dos Democratas Poloneses também foi evidenciada por Gluchowski (2005, p. 175), esta atitude é vista pelo autor como “Ação enérgica indispensável” e “ação planejada de reorganização das escolas polonesas como base para a ação polonesa em território brasileiro”, considerando a situação calamitosa e pouco representativa, apresentada pelo autor em relação aos estados do RS, SC e PR, que representavam a maior concentração de poloneses no Brasil. Essa situação dita calamitosa esteve ligada a vários fatores, entre eles: a falta de autoestima e estímulo devido à inexistência da Polônia, ao pouco interesse e falta de recursos dos imigrantes, a precariedade de remuneração e de instalações e, a quase inexistência de professores, ainda, para aqueles de viés progressista colocava-se problemática a interferência religiosa, então, vista como limitante.

Gluchowski (2005, p. 177) destaca que a criação desta instituição educativo-cultural permanente se efetivou em setembro de 1920 com sua oficialização. A oficialização da *Kultura* já atingia parte dos seus objetivos acima destacados: “c) Legalizar perante o governo do Estado as Escolas-Sociedades existentes”. Para Gluchowski (2005, p. 177), este “foi o verdadeiro início da “Cultura”, da União das Sociedades Educativas Polonesas e o início da ação propriamente dita”.

Ao analisarmos os objetivos acima, percebemos a amplitude do projeto e a sistemática adotada, que incluía distintos campos sociais de atuação, escolares ou não. A busca por atingir o objetivo “a) Centralizar todas as Escolas-Sociedades”, trata claramente de uma iniciativa voltada para uma pretensa formalização e tentativa de dar unicidade cultural e identitária, pautada em moldes de comunidades imaginadas. No entanto, a partir de representações que articulam um perfil de polonidade que os diferencia socialmente da iniciativa clerical a partir da seleção de outras opções de materiais culturais e simbólicos.

Em relação aos objetivos “d) Aperfeiçoamento da cultura geral e didática dos professores” e “f) Conseguir melhores salários para os professores;” Malikoski (2014, p. 169), ressalta que “houve um processo de organização dos professores”, dentre esta, o autor destaca a formação ocorrida “no dia 6 de janeiro de 1921, em Araucária, no Estado do Paraná”. Durante esta formação foi criada a Associação Profissional dos Professores das Escolas Polonesas Particulares, filiada a *Kultura*. Para o autor, esta atividade objetivava “congregar os professores, elevar o nível intelectual, melhorar o nível das escolas, conseguir melhores salários e aposentadoria na velhice”. Em relação à associação de professores, ressalta que “essa organização que teve abrangência nacional” e, conforme Wachowicz (s/d)¹⁹⁹, “excluiu as professoras pertencentes a ordens religiosas”, devido ao fato de que estas possuíam suas próprias orientações. Gluchowski (2005, p. 181) destaca que:

A fundação pela “Cultura”, ou pela iniciativa dos seus líderes, da Associação dos Professores Profissionais das Escolas Particulares Polonesas, e mais tarde providências semelhantes da “Oswiata”, assinalam também uma nova era nesse campo. Com a ajuda da organização do magistério eliminam-se os indivíduos indesejáveis, possibilita-se a garantia de melhores condições materiais para o professor, o que por sua vez permite uma melhor seleção de pessoas, as quais, melhor remuneradas, já podem dedicar-se definitivamente à sua profissão. Os cursos realizados todos os anos, a supervisão e a inspeção, as bibliotecas auto-educativas melhoram o nível profissional dos professores, e finalmente um certo significado e posição social dos professores possibilita-lhes o trabalho comunitário, confere-lhes alguma autoridade e faz deles os líderes tão necessários nas colônias.

Ao mencionar “os indivíduos indesejáveis”, acreditamos que o cônsul estivesse se referindo àqueles com formação precária, mas, não podemos deixar de lado seu posicionamento progressista, e então interpretar que talvez estivessem incluídos entre estes “indesejáveis”, quem tinha posicionamento contrário. O entendimento do cônsul, amparado também pelas orientações ligadas à Segunda República, era voltado para potencializar a atuação docente nas colônias, com discursos e representações, fortalecendo a coesão da comunidade imaginada.

Conforme Gluchowski (2005, p. 181), “A “Cultura”, compreendendo a necessidade de formar uma nova geração de semi-intelectuais e intelectuais locais”, mas também novos professores e profissionais liberais projetando melhores possibilidades aos poloneses migrantes no Brasil, apóia a Escola Média Nicolau Copérnico de Marechal Mallet. Esta escola, criada em 1911, foi a primeira a oferecer ensino secundário e, a partir de 1920, passou

¹⁹⁹ Anotações de Ruy C. Wachowicz, Pasta Wachowicz – Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

a ter um papel importante em relação à continuidade da formação de poloneses migrantes de distintos estados, pois, muitos se deslocavam de longas distâncias com este intuito.

Em relação ao ensino secundário, a *Kultura*, conforme Wachowicz (s/d)²⁰⁰, “deu total apoio à escola média de Marechal Mallet, à Escola Josef Pilsudki de Curitiba e à Escola Complementar Wladislaw Reymont em Guarani das Missões, no Rio Grande do Sul”. Para o autor, “Este apoio tinha, entre outras finalidades, a de transformá-las em celeiros para o magistério polonês”. Dentre as ações de apoio à escola de Média de Mallet estavam, por exemplo, as doações de livros variados que trariam melhores condições ao ensino embasado na cultura, na história e na língua polonesa. Neste sentido, o cônsul Gluchowski (2005) ressaltou a sua doação pessoal de 1.000 volumes trazidos da Polônia àquela biblioteca.

No mesmo ano de criação da *Kultura*, identificamos outras atitudes tomadas, privilegiando o objetivo (g), descrito acima, qual seja: “Organizar sociedades juvenis” e o fortalecimento de outras sociedades, ligadas a *Kultura*. Nesse sentido, Gluchowski (2005, p. 150) destaca a união de três sociedades em uma só, “Essa união realizou-se entre o “*Kólko Mlodziezy Polskiej*” (Círculo da Juventude Polonesa), o “*Sokół*” (Falcão) e a Sociedade S. Estanislau, que se reuniram na “*Zwiazek Polski*” (União Polonesa)”. Conforme o autor, “Nesse período tornou-se atual também a questão da organização da juventude adulta e escolar”. Havia “A necessidade de um trabalho enérgico no campo da educação paraescolar, da educação cívica da juventude e do seu preparo físico-esportivo deram margem à iniciativa da “Cultura””. O grupo “*Sokół*” seria uma imitação daquele existente na Galícia austríaca, criada pelo Grupo de Lwów e voltada para a formação militar e nacionalista de jovens.

Apoiadas pela *Kultura* e a União dos Professores, foram criadas também, conforme apresenta Gluchowski (2005, p. 150), a primeira seção de Atiradores em Curitiba e uma equipe de escoteiros em Rio Claro. Então, em 1923, ocorreu “em Curitiba o primeiro encontro da União das Sociedades Esportivas, no qual o “*Strzelec*” (União de Atiradores) se transformou no “*Junak*”, sendo que, “no final de 1923, existem no território do Brasil 33 seções do “*Junak*” e 7 equipes do “*Hacersz*” (de escoteiros), associadas na União de Sociedades Esportivas”. O “*Junak*” chegou ao número de 100 sociedades, espalhadas por distintos estados brasileiros. Estas iniciativas foram bastante elogiadas pelo cônsul que destacou a necessidade de apoio a estas iniciativas pela coletividade polonesa no Brasil e pelas competências na Polônia.

Há uma animosidade neste período, e, dentre a efervescência de ações que se

²⁰⁰ Anotações de Ruy C. Wachowicz, Pasta Wachowicz – Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

desenvolviam ligadas à comunidade polonesa, Gluchowski (2005, p. 151) cita também o primeiro Congresso de Comerciantes e Industriais Poloneses no Brasil, com representantes não só de Curitiba, mas também de outros estados. Nessa oportunidade, houve a explanação de propostas de criação de um Banco Polonês, uma Câmara Polono-Brasileira de Comércio e Indústria e propostas de colonização. Porém, as ousadas ideias não chegaram a se efetivar. Ainda,

Em 1923 as organizações culturais “Cultura” e “Educação”²⁰¹ deram início a providências, por intermédio das organizações e das autoridades locais, para levar adiante a organização dos agricultores poloneses. A “Cultura” até chegou a criar, junto à Diretoria Geral, um Departamento Agrícola, estabeleceu contatos com a Sociedade Nacional de Agricultura no Rio de Janeiro, entrou em entendimento com a Inspeção Agrícola local em Curitiba, tendo até registrado uma série de sociedades polonesas e um bom número de agricultores poloneses nessa Inspeção, para dessa forma lhes garantir, da parte dos órgãos do Ministério da Agricultura, todos os direitos e benefícios que lhes cabiam (GLUCHOWSKI, 2005, p. 151).

Em relação a esta questão acima mencionada, o autor ressalta que não obtiveram sucesso em função de que somente os poloneses cumpriram com seu compromisso e os órgãos brasileiros não procederam da mesma forma. Estas ações articuladas a diversos setores da sociedade brasileira demonstram ampla pró-atividade da comunidade polonesa no período, e ao mesmo tempo, interesses comuns sendo perseguidos tanto pelos imigrantes, quanto pelos órgãos oficiais poloneses e representantes políticos, através de ações articuladas, embora também houvesse discordâncias.

Para facilitar e dar maior efetividade ao trabalho da *Kultura*, a união passou a ser dividida em distritos de atuação por regiões, congregando as sociedades educativas de cada região, filiadas à união. Até o final do primeiro ano (1921), em relação às sociedades educativas, já congregava o número de 63. Estes distritos são descritos abaixo pelo cônsul:

No dia 6 de janeiro de 1921 surgiu o Distrito da Associação Profissional dos Professores das Escolas Polonesas Particulares em Araucária, que apresentou a iniciativa de congregar todo o magistério polonês. No dia 10 de fevereiro surge o Primeiro Distrito da União das Sociedades Educativas Polonesas “Cultura” em Marechal Mallet, ao qual se juntam 17 sociedades daquela região. Ao mesmo tempo foi criado ali o segundo distrito da Associação dos Professores. Finalmente no dia 28 de março reúnem-se em Curitiba os delegados dos distritos surgidos, bem como de outras sociedades avulsas, e surge formalmente a União das Sociedades Educativas Polonesas “Cultura”, bem como os seus distritos de Araucária e Curitiba. No mesmo dia foi organizado o terceiro distrito da Associação dos Professores em Erechim. No dia 3 de abril reuniram-se em Ponta Grossa os delegados de 7 sociedades da região e por unanimidade organizaram ali o Quarto Distrito da “Cultura”. Os professores desse distrito aprovaram a sua associação ao Distrito de Mallet. Até o final de abril de 1921 associaram-se à “Cultura” 63 sociedades educativas. Dessa forma foi iniciado um

²⁰¹ Trata-se da *Kultura e Oswiata*.

trabalho produtivo, por um lado conglomerando as sociedades que atuavam no campo da educação, com o objetivo de criar um quadro organizativo para uma ação escolar mais ampla, e por outro lado lançando as bases para a fundação de uma organização de professores, que serviria como campo de ação para iniciativas que teriam como objetivo por em ordem, organizar e elevar o nível do magistério (GLUCHOWSKI, 2005, p. 178).

Em relação ao objetivo (b) da união: “Fornecer as escolas manuais e o material didático necessário”, a *Kultura* em suas múltiplas atividades, conforme Wachowicz (s/d),²⁰², “editou vários compêndios didáticos que prestaram extraordinários serviços à juventude”. A maioria das publicações didáticas foram desenvolvidas pela *Kultura*, em colaboração da União dos Professores das Escolas Polonesas do Brasil. Entre as publicações, Gluchowski (2005, p. 233) destaca o manual “*Pierwsza książka po elementarzu*” (o primeiro livro depois do primário, tradução nossa); este seria o primeiro livro após a publicação da cartilha de Jerônimo Durski, além deste, foram publicadas também as “Três Partes de Aritmética”. Para o autor, “Essas duas publicações tem o mérito de introduzir nesse campo uma inovação salutar, visto que se utilizam de conceitos, pesos, medidas, etc. locais”. Gluchowski (2005) ressalta ainda, o livro “Três Partes de Cálculos”, produzido por Francisco Hanas (ou Franciszek Hanas) de Guarani das Missões.

Já na imprensa pedagógica, conforme Malczewski (2008, p. 219), “Por sua vez a Associação dos Professores das Escolas Polonesas no Brasil publicou nos anos 1924-1935 a revista “*Nasza Szkoła*” (Nossa Escola)”. Conforme o autor, “A revista era mensal e tinha 32 páginas. Nesse mesmo período, como suplemento de “*Nasza Szkoła*”, foi publicada a “*Nasza Szkołka*” (Nossa Escolinha), uma publicação ilustrada dedicada a crianças e jovens”. A capa de uma das edições desta revista pode ser vista na figura 14, cujo título é “*Nasza Szkołka*”: *Miesięcznik dla Młodzielidzieci* (Nossa Escolinha: Mensal para Jovens, tradução nossa).

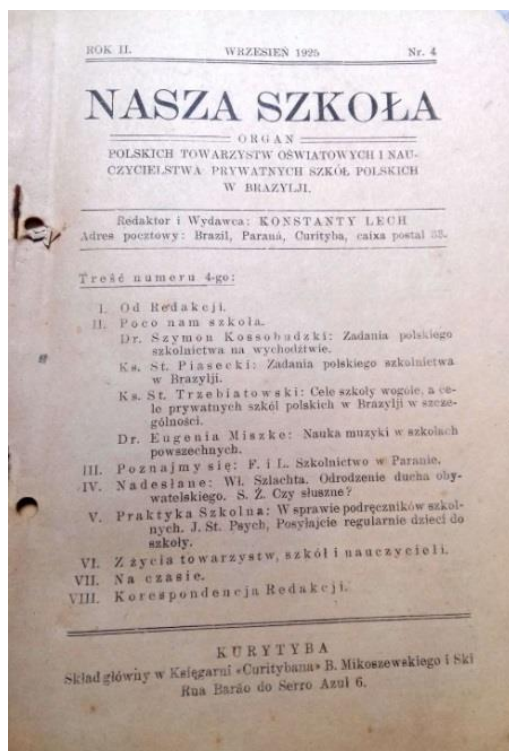
²⁰² Anotações de Ruy C. Wachowicz, Pasta Wachowicz – Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Pulo (Curitiba – PR).

Figura 14: Capa da Revista “*Nasza Szkolka*”.



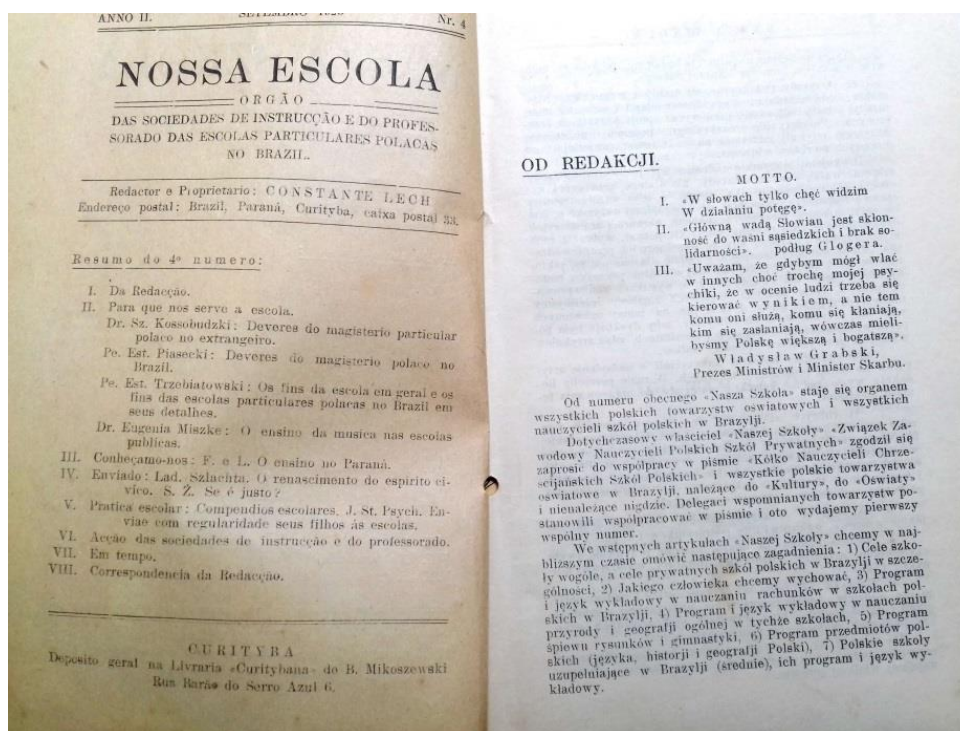
Fonte: Acervos dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba-PR).

Figura 15: Capa da Revista “*Nasza Szkoła*” (Nossa Escola), 1925.



Fonte: Acervos dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba-PR).

Figura 16: Primeira página da Revista “*Nasza Szkoła*”, 1925.



Fonte: Acervos dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba-PR).

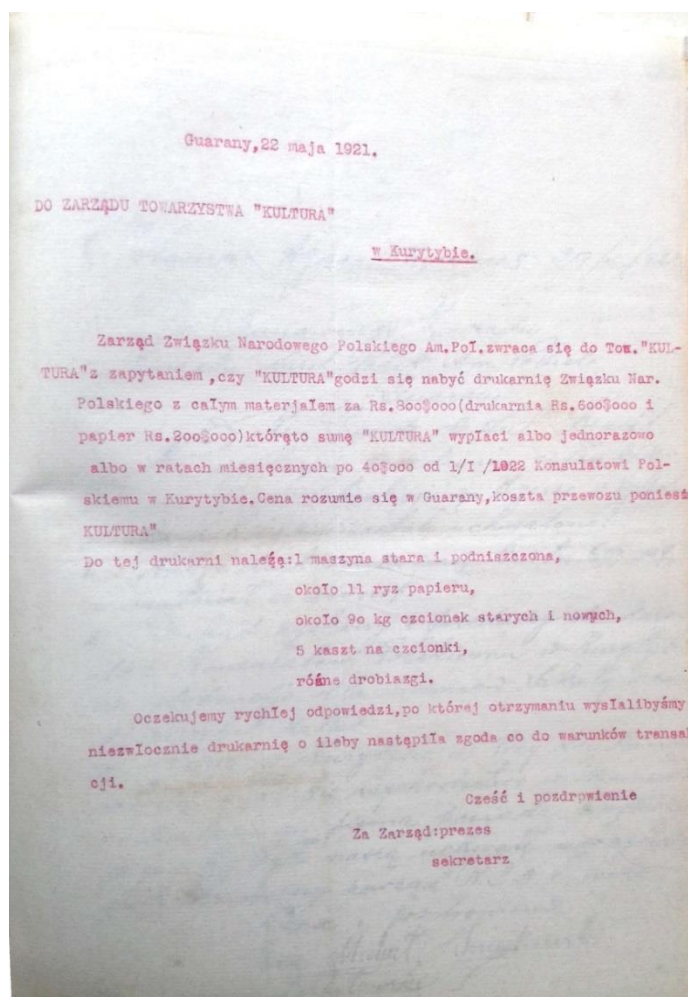
Como percebemos nas figuras 15 e 16, a edição da Revista “*Nasza Szkoła*” é bilíngue. Além disso, por se tratar de uma publicação da Associação dos Professores das Escolas Polonesas no Brasil, organização esta que congregava professores da *Kultura*, mas também da *Oswiata* e daquelas sem filiação, continha artigos produzidos por progressistas e clericais. Isso pode ser identificado na edição da figura 16, onde temos artigos do Pe. Estanislau Piasecki (*Oswiata*), de Simão Kossobudzki (*Kultura*) e do Pe. Estanislau Trzebiatowski (*Oswiata*), cujos temas, buscaram propiciar orientações à atuação docente.

Nesse sentido, os textos deste material e dos autores aqui destacados e dos seus demais colaboradores, tratam dos deveres do magistério particular polaco no estrangeiro e no Brasil, dos fins das escolas particulares polacas no país, além de textos sobre o ensino de música, o ensino no Paraná, o renascimento do espírito cívico, as práticas escolares, os compêndios escolares, e orientações como “enviai com regularidade seus filhos às escolas”, a ação das sociedades de instrução e do professorado e correspondência da redação.

Em relação aos livros para leitura das séries iniciais, estão presentes questões que direcionam, por exemplo, a formação moral do cidadão e do estudante e leitor. Malikoski (2014) ressalta que sempre estavam articulados a lições de moral voltadas para orientar comportamentos sociais aprováveis e que pudessem ser atrativos para estimular a prática da

leitura. A produção de materiais didáticos através da *Kultura* era bastante ativa, para tanto, a imprensa ligada a ela buscou aos poucos expandir seu alcance e materiais produzidos.

Figura 17: Documento enviado pela gestão da União Polonesa na América do Sul de Guarani das Missões – RS à União *Kultura* em Curitiba - PR.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

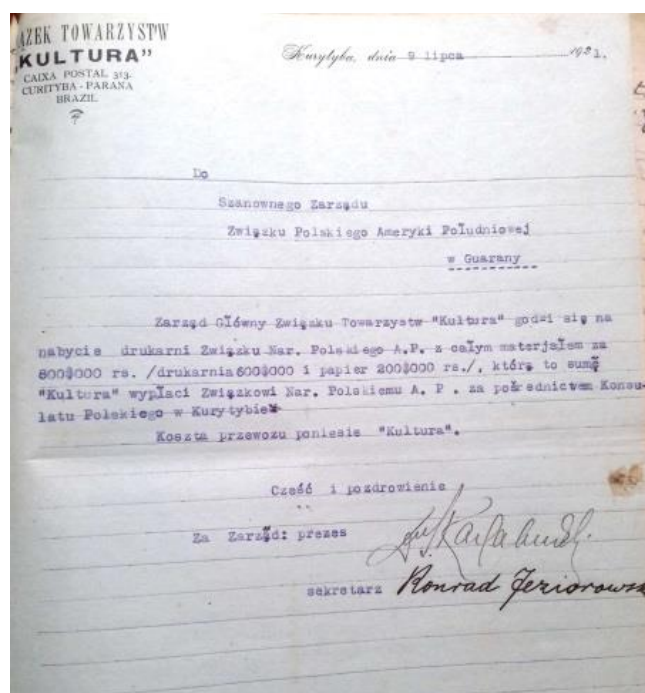
O documento acima (figura 17) trata de correspondência enviada pela União Polonesa na América do Sul de Guarani das Missões – RS, para a União *Kultura* em Curitiba. No mesmo, em nome da direção de uma sociedade sediada em Guarani das Missões, filiada a *Kultura*, questionam se a *Kultura* estava disposta a comprar uma casa de impressão polonesa, com proposta de pagamento em uma única vez ou parcelado mensal, contendo entre os itens desta casa de impressão, uma máquina de impressão antiga e cerca de 11 resmas de papel²⁰³, com a condição de que “os custos de transporte serão pagos pela *Kultura*” (*koszta przewozu*

²⁰³Cada resma possui 500 folhas;

poniesme kultura, tradução nossa). Em seguida destacaram: “esperamos uma resposta mais rápida, após o que enviaríamos uma carta para a gráfica imediatamente se houver acordo sobre os termos da transação”, (*oczekujemy rychlej odpowiedzi, po której otrzymaniu wyslalibysmy niezwlocznie drukarnie o ileby nastapila zgoda co do warunkow transakcji, tradução nossa*).

Certamente motivados por fatos como, de que a *Oswiata* havia comprado sua gráfica ao fundar o Lud, em 1920, viram aí uma oportunidade de ter maiores facilidades de impressão para materiais ligados a *Kultura*. No documento a seguir (figura 18), identificamos a resposta da *Kultura* enviada em julho de 1921 à gestão da União Polonesa na América do Sul de Guarani das Missões – RS, concordando com a compra da casa de impressão e se responsabilizando pelos custos do transporte.

Figura 18: Documento enviado pela *Kultura* à gestão da União Polonesa na América do Sul de Guarani das Missões - RS.

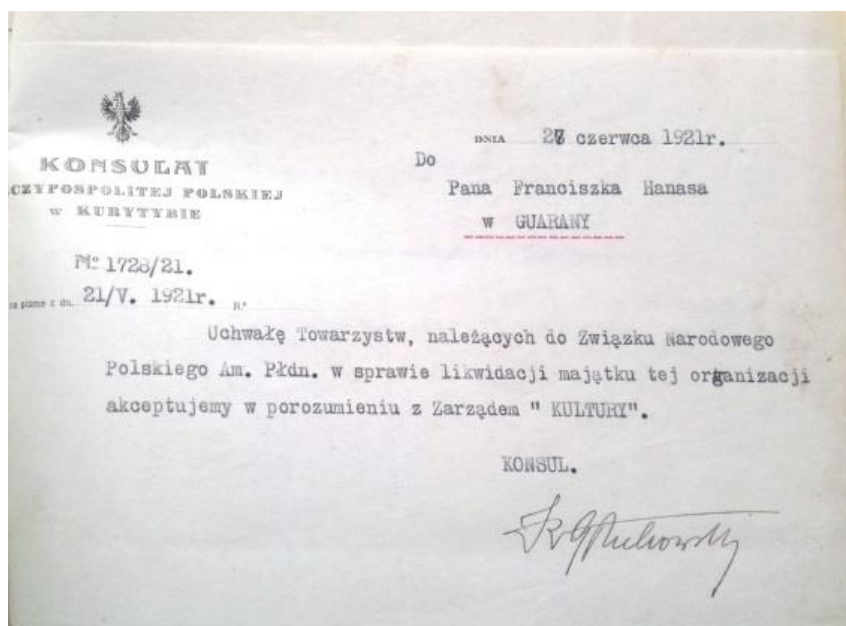


Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Em outro documento (figura 19), uma correspondência encaminhada em junho do mesmo ano pelo consulado de Curitiba à liderança étnica Francizek Hanas em Guarani das Missões – RS, assinada pelo cônsul Gluchowski, informando a Hanas sobre o interesse da liquidação de ativos de empresas pertencentes a Associação Nacional Polaca (organizações do período da I Guerra Mundial), o órgão informou que estes seriam aceitos pelo consulado

mediante consulta com a administração da *Kultura*. Ambos os documentos mostraram a mediação do consulado como órgão oficial em relação às sociedades polonesas. Sendo que, esse diálogo era mais ativo em relação à *Kultura*.

Figura 19: Documento enviado pelo Consulado Polonês em Curitiba à Francizek Hanas de Guarani das Missões - RS.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Assim, a *Kultura*, a partir do objetivo de sua fundação, foi ganhando espaço e desenvolvendo um trabalho reconhecidamente amplo e efetivo entre os imigrantes. Para atingir o objetivo (e) “Organizar bibliotecas nas escolas para os alunos e para os professores;” representantes da *Kultura* fizeram solicitações de livros à Polônia e a doadores individuais, montando bibliotecas locais (nas sociedades) e também bibliotecas volantes, buscando estimular a cultura letrada. Este trabalho ativo e importante é ressaltado por Malikoski (2014, p. 173) em relação aos processos educacionais escolares étnicos no estado do RS. Conforme o autor,

Importante destacar que a ação da *Kultura* teve um impacto positivo na condução do processo escolar étnico no Rio Grande do Sul, seja pela organização de cursos de professores, ou então pela edição de livros e formação de bibliotecas nas sociedades. Nesse sentido, algumas obras foram publicadas por intermédio da Associação dos Professores das Escolas Polonesas privadas do Brasil, em Curitiba, ligadas à *Kultura*.

O mais importante é compreender que o perfil cultural que definia essencialmente a *Kultura*, automaticamente deixava as sociedades religiosas de fora da organização ampla,

devido ao seu caráter laico. De forma geral, a *Kultura* orientava as sociedades escolares que eram suas filiadas para a não adesão ao ensino religioso nas escolas. No entanto, conforme Gluchowski (2005), se as religiosas aceitavam a *Kultura* e suas articulações entre os imigrantes de maneira tranquila, o clero não agia da mesma forma, ou seja, não via a *Kultura* com bons olhos e fazia questão da exigência do ensino religioso nas escolas.

Em relação ao ensino religioso, após muitas discordâncias entre si, chegaram a um acordo de que cada sociedade local decidia em livre arbítrio sobre essa questão e, caso optassem por aderir às aulas de religião, decidiriam se isso ficaria a cargo de padres ou dos próprios professores leigos. Como essas aulas nem sempre existiam devido às escolhas que seguiam, as escolas da *Kultura* eram tidas como contrárias à religiosidade católica e muitas vezes, até ligadas à esquerda e ao socialismo, certamente enquadrando a adesão de estudantes.

A *Kultura* foi criada com, entre outras motivações, algumas medidas voltadas exclusivamente para ajudar na reorganização e revitalização das escolas étnicas e especialmente das escolas laicas, assim, motivando a expansão e renovação da rede de sociedades escolares étnicas, tendo em vista, que conforme a literatura existente, no contexto do pós-guerra as escolas em geral demonstravam condições de atraso e até de abandono. No entanto, com a nova realidade que vivenciavam, a *Kultura* se expandia visivelmente com novas sociedades em distintos lugares pelo país, fato este que não agradava os membros do clero.

O descontentamento do clero se colocava também em função do apoio do cônsul Gluchowski, que era visto como um dos principais articuladores da *Kultura*. Assim, os religiosos sentem-se ameaçados em relação às dimensões que o grupo oposto tomava entre os imigrantes e se posicionam socialmente, fundando a *Oswiata*. Conforme já mencionamos, a fundação da *Kultura*, diferente da *Oswiata*, estava ligada ao contexto favorável da reunificação, do estabelecimento da instituição e do apoio da representação consular, além, da articulação voltada para o interesse cultural e político de intelectuais étnicos progressistas, mas, principalmente, para objetivos como a promoção da etnicidade pautada em discursos anticlericais.

5.4.2 União das Sociedades Escolares Católicas *Oswiata*.

A criação da União das Sociedades Escolares Católicas *Oswiata* ocorre impulsionada

pelos tensionamentos entre religiosos, principalmente os padres vicentinos, e os progressistas anticlericais da *Kultura*. Os vicentinos, apoiados por distintas pessoas e grupos sociais e pautando-se em discursos de polonidade embasados em representações eminentemente religiosas, lideraram o processo que deu início a *Oswiata* como união das sociedades ligadas ao cristianismo católico.

A expansão da *Kultura*, evidenciada através das sociedades escolares e da imprensa, reforçada ainda pelo número expressivo de outras sociedades esportivas e recreativas ligadas a esta, e a negação da obrigatoriedade do ensino religioso e de práticas católicas nas escolas provocou uma reação entre os religiosos. Assim, conforme Gardolinski (1976, p. 74), “dois anos mais tarde (1922) os Padres da Missão, sediados em Curitiba, fundaram outra associação chamada “*Oswiata*” (Educação)”. A partir disso, conforme o autor, “O problema do aprimoramento do nível pedagógico nas escolas particulares polonesas melhorou consideravelmente e foi colocado em nível bastante elevado” - em relação a esta afirmação, acreditamos que o autor esteja se referindo às escolas em geral.

Para Wachowicz (s/d, p. 1)²⁰⁴ “aparentemente” o desentendimento entre *Kultura* e *Oswiata* foi em face do ensino religioso. Conforme o autor, para os clericais, a matéria tinha que ser obrigatória, “sua introdução seria um produto da vontade dos pais – profundamente religiosos e não da vontade de uma instituição”. Destaca que, conforme afirma o Pe. João Novak, “a falta de diálogo entre as partes interessadas gerou atitudes de animosidade” e então, “A ala clerical, para não ser “engolida” pelos esquerdistas, reagiu, fundando uma instituição congênere e paralela: a *Oswiata*”. Os membros do clero não aceitavam facilmente a desvinculação da educação escolar e demais sociabilidades das orientações religiosas.

Ao analisar o magistério no contexto da imigração alemã no RS, Kreutz (2001) ressalta a existência dos professores paroquiais em sociedades comunitárias teuto-brasileiras nas regiões de colonização, cujas origens deste profissional e de sua bagagem cultural, o autor contextualiza a partir da Prússia do século XVIII e XIX, sob as influências do conservadorismo e do projeto de restauração política e religiosa católica, contrapondo o avanço do liberalismo e tornando o professor paroquial católico, um agente do projeto católico cujas atividades, iam para além da docência através de uma intervenção ampla nos distintos campos da comunidade onde estava inserido. Entre os imigrantes poloneses, este perfil docente também foi retomado, juntamente com seu papel como aglutinador e agente cultural e político. Neste sentido, conforme já ressaltamos em relação aos agentes e

²⁰⁴ Anotações de Ruy C. Wachowicz (Pasta Wachowicz) Acervo dos Padres da Missão São Vicente Paulo (Curitiba – PR).

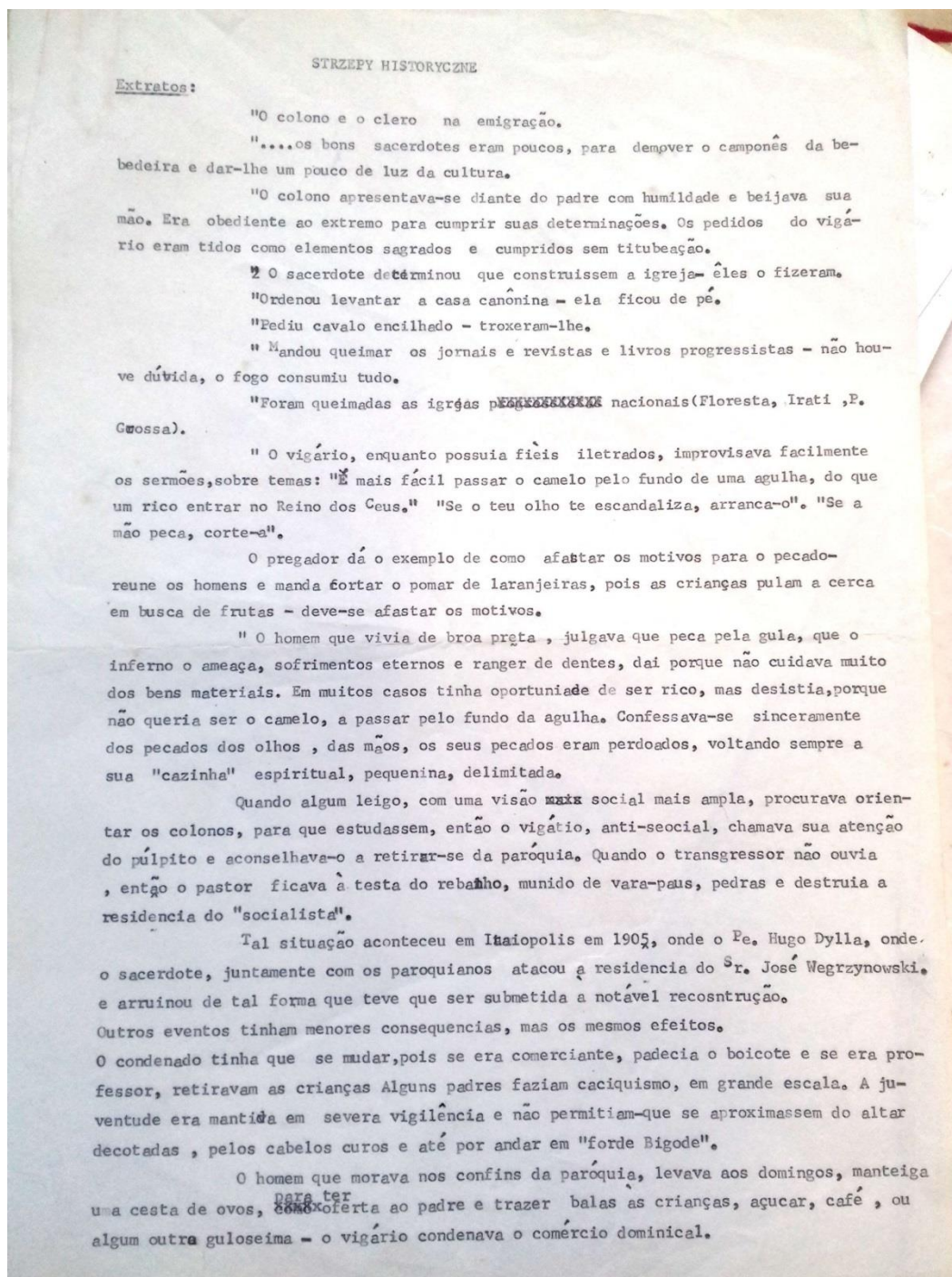
intelectuais étnicos, estes agentes e o clero, associados e representados, também exerciam este papel, vinculados a objetivos como aqueles mencionados por Kreutz (2001).

As influências da restauração católica e da restauração política, discutidas por Kreutz (2001), foram trazidas com os imigrantes, principalmente aqueles da região austríaca e prussiana, cuja existência do catolicismo romano era mais ampla, sendo que, entre os poloneses, a perspectiva da restauração católica era amplamente ligada à questão cultural nacional e o combate a despolonização. De todo modo, a atuação social desses poloneses migrantes esteve permeada por tais questões que embasaram suas ações, assim como na atuação do professor paroquial entre os teuto-brasileiros. Conforme Weber (2015, p. 259):

Na nova sociedade, a paróquia polonesa era um centro comunitário vital, o que não deixou de favorecer a liderança do padre polonês. Em comum, ambas as situações levavam a uma associação entre religião católica e identidade polonesa; na Europa, porque a religiosidade contribuiu para evitar a “despolonização” promovida pelas potências invasoras, e na América, porque o padre polonês simbolizava a persistência da autonomia da comunidade polonesa num Brasil onde operavam duas forças contrárias: a do Estado, que se propunha como uma nação republicana, e a do clero católico luso-brasileiro que pretendia que o clero estrangeiro estivesse sob seu controle. Por outro lado, a conjuntura da nova sociedade, ensejando o aparecimento de novas lideranças e iniciativas leigas (escolas, sociedades recreativas) enfraquecia o poder monolítico do clero polonês.

Tentando bloquear quaisquer outras influências, o clero polonês ambicionava manter posição privilegiada e centralizadora entre os poloneses migrantes. A disputa pela manutenção deste posto se inicia ainda antes da institucionalização da *Kultura*, com a chegada dos intelectuais esquerdistas pós 1905 e dos Padres Vicentinos. Podemos afirmar que o nível desta disputa chegou a ocorrer de forma agressiva e que alguns padres vicentinos, entre eles, o padre Hugo Dylla, estabeleceram verdadeiras cruzadas, voltadas para este objetivo. Conforme trechos da figura 20.

Figura 20: Extratos do Texto *Strzepy Historyczne* (Estagnação Histórica/tradução nossa), anotações de Ruy C. Wachowicz.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo/Pasta Wachowicz (Curitiba - PR).

No texto da figura 20, Wachowicz (s/d)²⁰⁵ ressalta trechos de um texto que afirma o trabalho anti-social e de combate aos leigos realizado pelos padres, liderados pelo Pe. Hugo Dylla, na tentativa de exterminar os posicionamentos esquerdistas e socialistas. No

²⁰⁵ Anotações de Ruy C. Wachowicz (Pasta Wachowicz) Acervo dos Padres da Missão São Vicente Paulo (Curitiba - PR).

documento destaca maneiras violentas de ação, queima de livros jornais e revistas progressistas, queima de igrejas, residências e escolas e perseguição a professores e comerciantes. Os padres em sua atuação buscavam manterem-se atentos aos comportamentos dos fiéis e primar pelo domínio da igreja nas práticas e nos comportamentos dos sujeitos, repassando representações pautadas em um esforço de colocar na pregação elementos e exemplos que servissem para reforçar este temor às influências esquerdistas.

Em relação à expansão da *Kultura*, no material produzido pelos padres da Missão, Gelinski et al. (1978, p. 186) destaca que os padres atuaram “conclamando elementos católicos para fazer frente à ação contrária” e que assim, “a *Oswiata* surgiu como um órgão central, com finalidade agrupadora e orientadora de seus filiados”. Conforme Gelinski et al. (1978, p. 216), “as forças antagônicas evoluíam e contaminavam áreas de sua influência” eram “os fautores do ateísmo, denominados “progressistas”, tendo em suas fileiras o progressista cônsul polonês”.

Devido ao fato do formato de organização e atuação estar alinhado aos padrões da *Kultura*, Gelinski et al. (1978, p. 216) ressalta que com a criação da *Oswiata*, “Os padres, no entanto, não escaparam às críticas de tentativas de plágio de modelos já existentes, com finalidades divisionistas, na colônia polonesa”. Assim, o embrião da *Oswiata* se desenvolveu com base em relações conflituosas e disputas, realmente oficializando essa divisão.

A primeira reação ocorreu em Alto Paraguaçu (Itaiópolis – SC), quando, a 21 de agosto de 1921, o Pe João Kominek e o seu coadjutor João Olszówka fundaram uma Associação de Escolas Polonesas Católicas, congregando padres, professores e pais das escolas locais. Essa entidade pronunciou-se a favor do ensino religioso obrigatório e recomendou que se aproveitasse em Curitiba a idéia e se fundasse uma instituição semelhante, a nível nacional. Acatando a sugestão, o Pe. João Rzymelka CM, na qualidade de vice-visitador da Congregação da Missão, convocou uma reunião para 18 de novembro de 1921, para se estudar o assunto. Assim, a 11 de dezembro de 1921, em assembleia realizada na Sociedade Tadeusz Kosciuszko, em Curitiba, foi fundada, com a presença de representantes de escolas e sociedades, a *Zwiazek Polskich Szkół Katolickich “Oswiata”*. Sua diretoria provisória foi assim constituída: Presidente – Estefano Witoslawski (Abranches), Vice-Presidente – Pedro Krzyzanowski, I Secretário – Pe. Estanislau Piasecki, II Secretário – Silvestre Piasecki, Tesoureiro – Francisco Wicher, Membros fundadores – Pe. João Rzymelka CM, Eduardo Brygola e Alberto Superczynski.

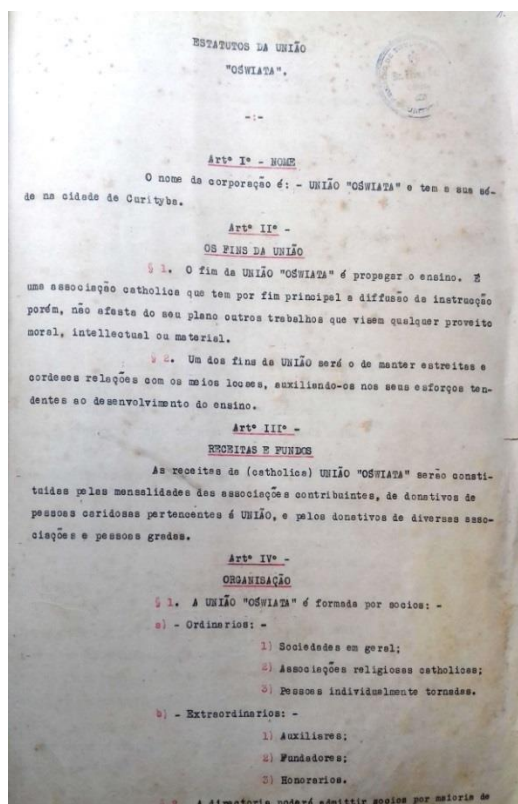
Essa reação pode ter sido possível em virtude da nova condição do clero vicentino polonês que nesse mesmo ano, conseguiu estabelecer em Curitiba uma Vice-Província Polonesa no Brasil, o que, para Weber (2015, p. 260), “deu feição institucional às atividades religiosas e culturais desenvolvidas por missionários da cidade de Cracóvia, na Galícia austríaca, que chegaram ao Paraná em 1903”. De acordo com a autora, “Antes da criação da

Vice-Província, os padres poloneses estavam vinculados, por intermédio de um diretor regional, à Província da Cracóvia”. Weber destaca ainda, que “os restantes padres lazaristas, termo que também identifica os vicentinos, passaram a ser identificados como pertencentes à “Província Brasileira” (A ARQUIDIOCESE, 1956: 231), o que denota uma partição de caráter étnico em uma ordem religiosa”. Depois, “Quando foi criada a Missão Católica Polonesa no Brasil, por ato do Papa Pio XII, em 1952, esta pastoral foi confiada aos padres vicentinos, que dela se encarregaram até 1972 (BIERNASKI CM, 2002)”.

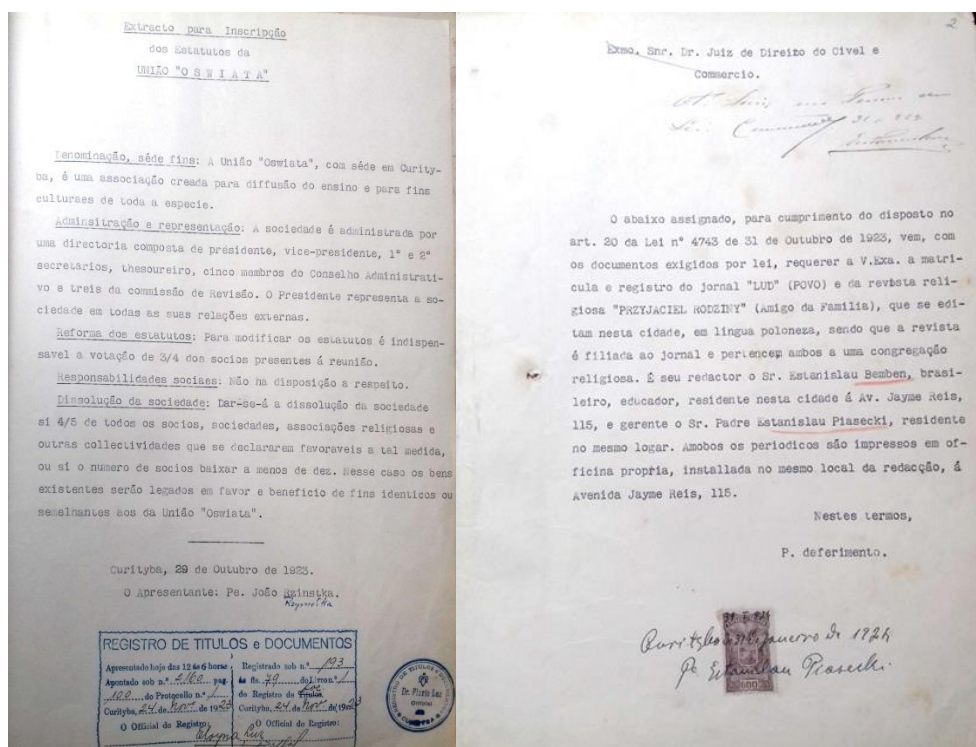
A partir da Vice-Província, os vicentinos tiveram maior autonomia de ação local, isso favoreceu muito o andamento de projetos como a *Oswiata*, aliada ao Lud, foi vista como possibilidade de dar novo ânimo aos objetivos do clero em relação à comunidade imaginada, aspectos culturais e identitários.

A primeira Assembléia Geral foi realizada a 23 de 1922, graças aos esforços do Pe. Piasecki, que era I Secretário da *Oswiata* e redator do LUD. Nessa assembleia estiveram representadas 37 instituições escolares e culturais. A assembleia foi presidida por Ladislau Maczewski, de Itaiópolis, sendo aprovado que a instituição passaria a denominar-se somente de *Oswiata*. A primeira diretoria eleita para mandato de um ano foi assim constituída: Presidente Pe. João Rzymelka CM, Vice-Presidente – Estanislau Krzyzanowski, I Secretário – Vicente Ficinski, II Secretário – Pe. Estanislau Piasecki, Tesoureiro - Pedro Krzyzanowski. Na oportunidade a *Oswiata* contava com 39 escolas (22 leigas com 920 alunos e 17 das religiosas, com 1170).

Após a realização da primeira assembléia e a definição de objetivos e de maneiras de ação da *Oswiata*, houve a elaboração do estatuto, conforme figura 21, cujo registro oficial ocorreu em 1923 (figura 22 A e B). Nesse documento, percebemos, entre os fins da união (artigo II), a intervenção e o auxílio no desenvolvimento e na propagação do ensino católico, porém, conforme destaca o documento no mesmo artigo, “não afasta do seu plano, outros trabalhos que visem qualquer proveito moral, intelectual ou material”. No artigo III, sobre “receitas e fundos”, ficou estabelecida a sua manutenção, através de mensalidades das associações contribuintes, doações pessoais ou outras formas. E em relação aos perfis dos sócios, deixou clara a vinculação católica.

Figura 21: Cópia do Estatuto da União *Oswiata*.

Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Figura 22: Cópia do Extrato para Inscrição de Estatuto da *Oswiata* – 1923 (A) e Cópia de Registro do LUD - 1923(B).

Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Conforme Gelinski et al. (1978, p. 185), “Em 1921, o visitador da Polônia, Pe. Kasper Slominski, visitou seus padres no Brasil”, na oportunidade, “nomeou vice-visitador no Brasil o Pe. João Rzymelka” e “o Pe. Estanislau Piasecki assumiu a redação do jornal LUD”. Segundo o autor, “A partir daquela data, as atividades sócio-culturais tomaram novas dimensões. Em 1923, foi adquirida a primeira máquina impressora, alimentada manualmente”. Assim, “O jornal, que era editado semanalmente, passou a ser bi-semanal. Paralelamente ao LUD, foi criada em 1921, uma revista mensal, intitulada “Przyjaciół Rodziny” (Amigo da família), especificamente de cunho religioso. Circulou de 1923 a 1934”.

Conforme Gelinski et al. (1978, p. 187), ligados ao Lud, foram criados também, além desta revista, o calendário e, em 1922 o “*Kalendarz Przyjaciela Rodziny*” (Almanaque do Amigo da Família), e a revista “*Świat Paranski*” (Mundo Paranaense). A revista Mundo Paranaense, conforme o autor, “Retratava os trabalhos missionários e atividades culturais dos padres da Missão”, porém “Destinava-se à elite polonesa e não ao povo” e “Continha artigos especializados de várias categorias profissionais”. Em relação às intencionalidades, ressalta que o objetivo principal foi em propósito de doutrina, cuidar de que “todos os poloneses e descendentes ativassem o interesse pelo jornal o qual deveria servir de instrumento de integração e manutenção da unidade étnica no Brasil”, a qual foi perpassada pela comunidade religiosa católica.

A *Oswiata*, assim como a *Kultura*, também se colocou na preocupação com a produção de materiais didáticos próprios e adaptados ao contexto brasileiro e de bibliotecas permanentes e volantes. Conforme Wachowicz (s/p)²⁰⁶, “A biblioteca da *Oswiata*, em Curitiba, chegou a possuir em 1934, mais de 3 mil volumes”. O autor destacou que:

A competição entre a *Kultura* e a *Oswiata*, levou ao surgimento de uma iniciativa invulgar e pioneira, qual seja, a da instituição de bibliotecas volantes. Um dos mais graves problemas entre os constatados nas escolas polonesas, era a evasão escolar das crianças. Precocemente afastadas da escola para trabalhar na lavoura, essas crianças tendiam a desaprender o que haviam aprendido. Não possuíam em casa livros para leituras. Frequentemente voltavam ao analfabetismo. A *Oswiata* criou então as bibliotecas volantes, para aprimorar o hábito de leitura entre os jovens e adultos. Essas eram formadas por um “kit” de 40 volumes, que eram vendidos ou deslocados para as instituições que as solicitassem. Em 1924, a *Oswiata* possuía 18 dessas bibliotecas: 13 no Paraná, 2 em Santa Catarina, 2 no Rio Grande do Sul e 1 em preparo.

De acordo com Gluchowski (2005, p. 182), as duas uniões forneceram às sociedades escolares materiais didáticos, “mapas, quadros, etc., bem como manuais escolares trazidos da Polônia, que ambas as organizações importam em grandes quantidades antes que seja possível

²⁰⁶ Anotações de Ruy C. Wachowicz (Pasta Wachowicz) Acervo dos Padres da Missão São Vicente Paulo (Curitiba – PR).

abastecer as escolas com manuais locais”. No mesmo sentido, Malikoski (2014, p. 179), destaca que “Assim como a Sociedade *Kultura*, a ação da *Oswiata* era desenvolvida na condução de cursos de professores e na disponibilização de livros editados em polonês, tanto em Curitiba, por meio dos Padres Vicentinos”, mas também, “livros trazidos por congregações religiosas de Chicago, nos Estados Unidos, quanto dos livros editados na Polônia”. No entanto, aos poucos, iniciou-se também a produção de materiais didáticos a partir das associações, conforme mencionamos anteriormente em relação à *Kultura*. No caso da *Oswiata*, a produção destes materiais foi financiada inicialmente pelos padres da Missão e, conforme Wachowicz (s/p)²⁰⁷ “[...] Foi somente em 1932 que a XII Assembléia Geral instituiu o Fundusz Wydawniczy (Fundo de Editoração) para custear edições de livros didáticos e outros similares. Entretanto, antes desta data a editoração era custeada pelos próprios cofres dos padres da CM. Eis alguns de seus principais títulos”:

- 1 – Bolchevistas na casa do pároco – 1922;
- 2 – Gramática da Língua Portuguesa. Pe. José Joaquim Góral, 1931;
- 3 – Catecismo da Religião Católica. Pe. José Joaquim Góral, 1932;
- 4 – Pequena Gramática da Língua Portuguesa. Pe. José Joaquim Góral, 1924;
- 5 – Sob o Cruzeiro do Sul. José Stanczewski. Poesias, 1925;
- 6 – Dicionário Polono-Português. Pe. José Joaquim Góral, 1930;
- 7 - Dicionário Português-Polonês Pe. José Joaquim Góral, 1927;
- 8 – Influência da Língua Portuguesa nos colonos poloneses no Brasil. José Stanczewski. Poesias, 1925;
- 9 – Jubileu de Prata das Irmãs de Caridade do Sul do Brasil. Pe. José Joaquim Góral, 1929; (WACHOWICZ, s/d, p. 1)²⁰⁸.

Conforme percebemos, o Pe. José Góral teve singular contribuição na produção de materiais didáticos para as escolas e para a população em geral, entre eles, os dicionários e as gramáticas, tão necessários para facilitar a adaptação ao contexto brasileiro e à língua portuguesa, necessária a todos, principalmente nas atividades sociais e oficiais. Pelo alinhamento crítico aos esquerdistas, o livro “Bolchevistas na casa do pároco”, acima evidenciado, foi uma crítica ao bolchevismo, buscando atingir seus defensores entre os migrantes poloneses e criticar os esquerdistas entre os fiéis. No entanto, a produção didática desenvolvida ligada à *Kultura*, além de contar com variedade mais ampla, “abrangia mais áreas do conhecimento” (MALIKOSKI, 2014, p. 180), tratavam-se de materiais culturais e intelectualmente distintos.

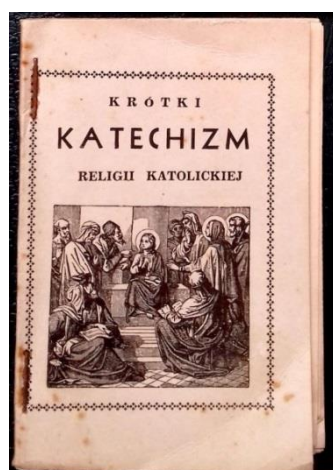
O catecismo católico (acima evidenciado) com as principais orações e práticas

²⁰⁷ Anotações de Ruy C. Wachowicz (Pasta Wachowicz) Acervo dos Padres da Missão São Vicente Paulo (Curitiba – PR).

²⁰⁸ Anotações de Ruy C. Wachowicz (Pasta Wachowicz) Acervo dos Padres da Missão São Vicente Paulo (Curitiba – PR).

católicas foi algo comumente encontrado nas famílias, mas também nas escolas, principalmente as clericais. Nas escolas étnicas clericais, o catecismo era entendido como parte do material voltado para a formação escolar e cultural dos estudantes. Conforme figura 23 – o Pequeno Catecismo editado pelo Pe. José Góral, da *Oswiata* (1924).

Figura 23: Catecismo católico em polonês - *Krótki katechizm – Religii Katolickiej* (Pequeno catecismo – Religião Católica, tradução nossa).



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Conforme Malikoski (2014, p. 180) “Até 1951, a Oswiata editou ou publicou 40 obras, das quais, além de livros religiosos, como o catecismo, havia alguns romances e livros de gramática portuguesa e polonesa com exercícios, tendo seu principal editor o padre polonês José Joaquim Góral”. Como referenciamos acima, possuíam uma ampla biblioteca central, cuja parte dela continua no mesmo local e com um número expressivo de obras catalogadas, conforme figura 24.

Figura 24: Imagem de livros pertencentes à Biblioteca da *Oswiata*.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

No entanto, aos poucos se inseriu a cobrança e a fiscalização do governo do estado do Paraná em relação ao ensino em português, um processo de gradual inserção do português nas escolas étnicas a partir de 1917 que neste estado se iniciou efetivamente antes que no Rio Grande do Sul, por exemplo. Com isso, tanto a *Kultura*, quanto a *Oswiata*, precisaram se adaptar à realidade que exigia professores bilíngues, fato este, que lhes colocava em dificuldades. Para resolver estes desafios, impostos para ambas, muitas vezes tornaram-se parceiras em ações conjuntas, deixando de lado por algum tempo as diferenças. Conforme Wachowicz (s/p)²⁰⁹:

Logo no início de suas atividades, a *Oswiata* viu-se frente ao problema advindo com as novas leis e orientações emanadas do governo paranaense com relação ao ensino. A *Oswiata* aliou-se com os organizadores dos cursos conseguindo atrair grande número de candidatos ao magistério do interior. Organizava coletas para o sustento dos candidatos chegados a Curitiba. Organizava conferências e exposições. Essas atividades eram organizadas de comum acordo com a *Kultura*, o que bem demonstra a política de co-existência estabelecida entre ambas as organizações. Graças ao esforço da *Oswiata*, 29 professores obtiveram autorização para lecionar em suas escolas.

Com o intuito de resolver as dificuldades que iam surgindo, mas, também de melhorar o nível educacional e a uniformidade de conteúdos básicos nas escolas, a formação conjunta através de cursos de formação passa a ser uma necessidade. O documento abaixo (figura 25) mostra o programa de um curso de formação em 1923, buscando contemplar tais questões. A organização do curso foi do *Komitet Polskich Kursów nauczycielskich w Kurytybie* (Comitê Polonês de Cursos para o Ensino em Curitiba/tradução nossa) e as aulas eram dadas por professores poloneses, os conteúdos adequados às necessidades locais, considerando a realidade das sociedades escolares rurais e a necessidade do ensino em português. No entanto, formações como esta que nos referimos a partir do documento analisado, desvelaram-se bastante completas e voltadas para o desenvolvimento integral dos estudantes. Acreditamos terem sido realizadas principalmente por aqueles que seriam os “professores volantes”. O curso se dividia por unidades (A, B, C, tradução nossa):

- A: *Metódica, Pedagógica e Didática* contava com especificidades como: metódica em educação religiosa, língua portuguesa, história e geografia do Brasil, metódica em língua polonesa, nova ortografia polonesa, aprendendo história polonesa no campo, metódica em geografia, geografia polonesa, Atlas Dr. E. Romera - o melhor manual para a ciência da

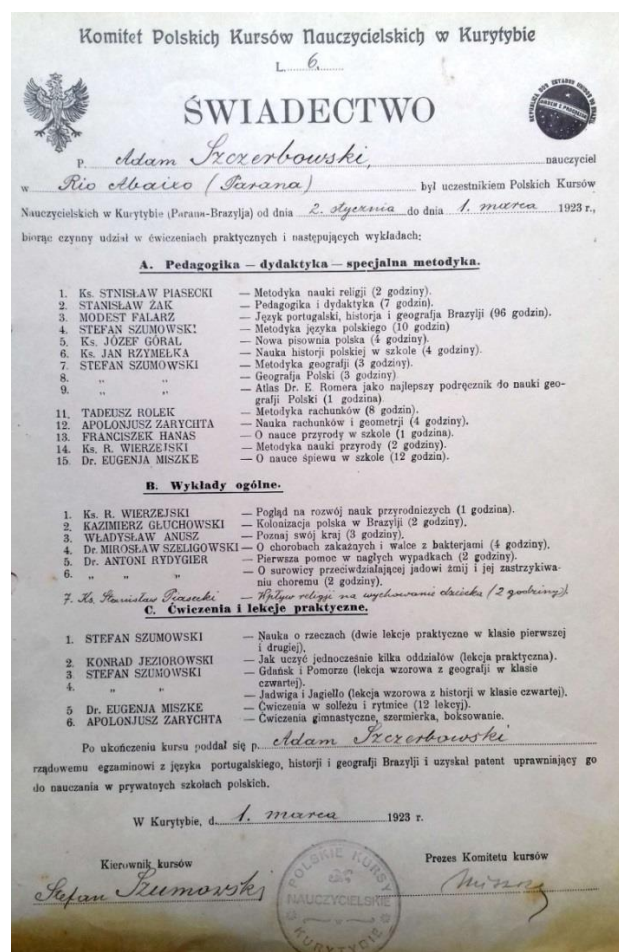
²⁰⁹ Anotações de Ruy C. Wachowicz (Pasta Wachowicz) Acervo dos Padres da Missão São Vicente Paulo (Curitiba – PR).

geografia polonesa, metódica de cálculos, aprendizagem de cálculo e geometria, ciência no campo, metódica de aprendizagem da natureza, cantos do campo.

-B: *Palestras Gerais*, temas como: - Visões sobre o crescimento das ciências naturais; Colonização polonesa no Brasil; Conheça seu país; Sobre doenças obstrutivas e luta contra bactérias; Primeiros socorros em casos urgentes; Sobre soro antiveneno tomar e injetar na pessoa doente; e, Ensino religioso para crianças (incluído depois em caneta pelo Pe. Piasecki).

- C: *Exercícios e práticas de leitura*: Aprendendo sobre coisas (duas leituras práticas para primeira e segunda classe); Como ensinar vários ao mesmo tempo (prática de leitura); Gdansk e Pomerânia (leitura de formas geográficas para a quarta classe); Jadwiga e Jagiello²¹⁰ (leitura de história para a quarta classe); Exercícios em solfez e ritmo; Exercícios de ginástica, esgrima e boxe.

Figura 25: Certificado do curso de Ensino para professores realizado em Curitiba em 1923.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

²¹⁰ Trata-se de uma história que retoma o cenário do período áureo da Polônia, de desenvolvimento e expansão, anterior à tripartição.

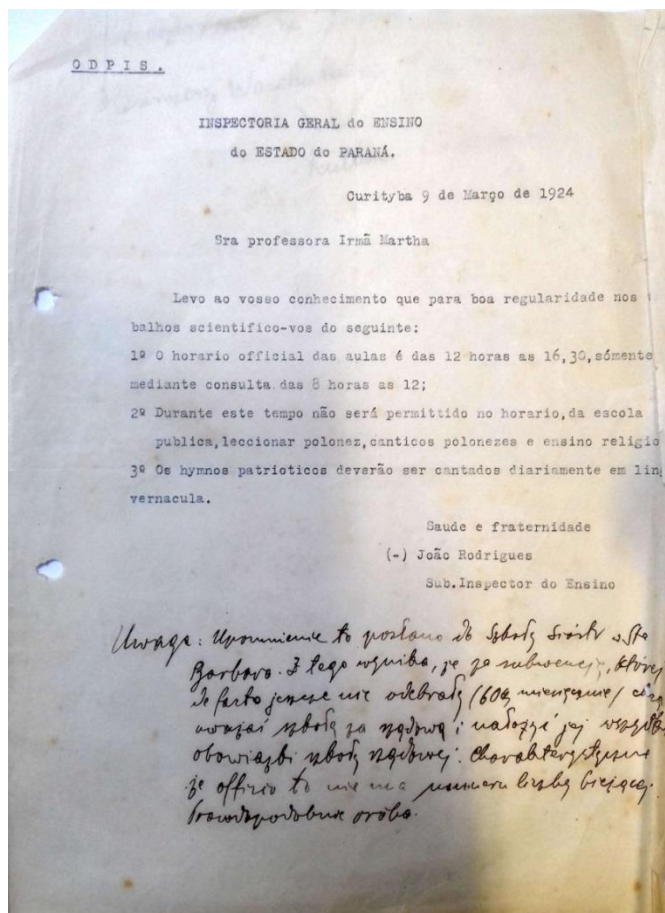
Além dessas ações, como a *Kultura* criou a Associação Profissional de Professores das Escolas Particulares Polonesas, a *Oswiata* logo em seguida fundou o Círculo dos Professores das Escolas Polonesas Cristãs, este, para Gluchowski (2005, p. 181), foi “na realidade bastante frágil e inicialmente até fictício” e incluíam-se nele as irmãs religiosas. No mesmo ritmo, se a *Kultura* havia feito divisões de responsabilidade de gestão por distritos, através da Delegação de Associações educativo-culturais, não se restringindo somente as educativas, a *Oswiata* buscou desenvolver este mesmo trabalho através da Organização do Departamento Escolar. Além disso,

Complementando estas atividades, a *Oswiata* organizou em 1924, os chamados “professores volantes”, que visavam atender as colônias mais pobres e afastadas e que lutavam com a falta de um mestre. A organização desses “professores volantes” foi confiada ao professor e escritor José Stanczewski de conhecida competência. Empenho de grande valor para a *Oswiata* foi a atuação do Pe. Estanislaw Piasecki, o qual visitava as paróquias polonesas e organizava palestras para jovens e adultos com projeções de slides, filmes sobre a bíblia, história natural, catecismo e história do Brasil e da Polônia [...]

As atitudes acima mencionadas nos remetem aos esforços de ambas para formar professores e desenvolver formações adequadas às novas exigências, tendo em vista que a fiscalização estadual fazia cobranças das adequações, mas, ao mesmo tempo, levando coisas novas com o intuito de motivar e manter o interesse, incluindo questões locais e, não abandonando as questões principais que motivavam o ensino e as linhas norteadoras da ação de ambas as uniões.

O documento abaixo (figura 26), encaminhado pela Inspeção Geral do Ensino do Estado do Paraná a uma religiosa responsável por uma escola da *Oswiata* com nome de Martha, demonstra o acirramento das cobranças por parte do estado e as especificidades em relação a horários e práticas de ensino, em 1924. Mesmo com as cobranças, até a nacionalização varguista, mantiveram-se no bilinguismo, priorizando o não abandono da língua polonesa, compreendendo sua importância nos processos identitários étnicos.

Figura 26: Documento da Inspeção Geral do Ensino do Estado do Paraná, 1924.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Com as exigências estaduais a necessidade de edições de cursos de formação se tornava mais frequente devido à fiscalização que se tornara efetiva, principalmente, com a inserção de subvenções que já iniciava também em outros estados. Estas cobranças representavam a nacionalização disfarçada que foi se inserindo gradualmente. Os cursos de formação geralmente realizaram-se nos períodos de férias e envolveram não só escolas e professores pertencentes a uma única entidade, mas a ambas, que se reuniam, nestes casos, voltadas para este mútuo interesse. Esta questão é afirmada por Gardolinski (1977), quando relata que nestes cursos participaram professores, tanto filiados à Oswiata, quanto, filiados à Kultura.

Figura 27: Primeiro curso de formação de professores em Guarani das Missões – RS/1924.



Fonte: Sociedade Polônia (Porto Alegre/RS).

Conforme percebemos na figura 27, retratando um encontro de formação de professores, há uma composição simbólica de pertencimento, cultura, história e memória da Polônia, representados pela bandeira e a imagem do herói nacional Pilsudki. Mas, na condição do contexto social brasileiro, aparecia também a bandeira brasileira, ou seja, as representações múltiplas vão sendo entrelaçadas nos processos culturais e identitários. Na figura, notamos também a presença de mulheres, as quais tiveram papel decisivo em relação à *Oswiata*, principalmente nas escolas religiosas. Conforme Malikoski (2014, p. 179):

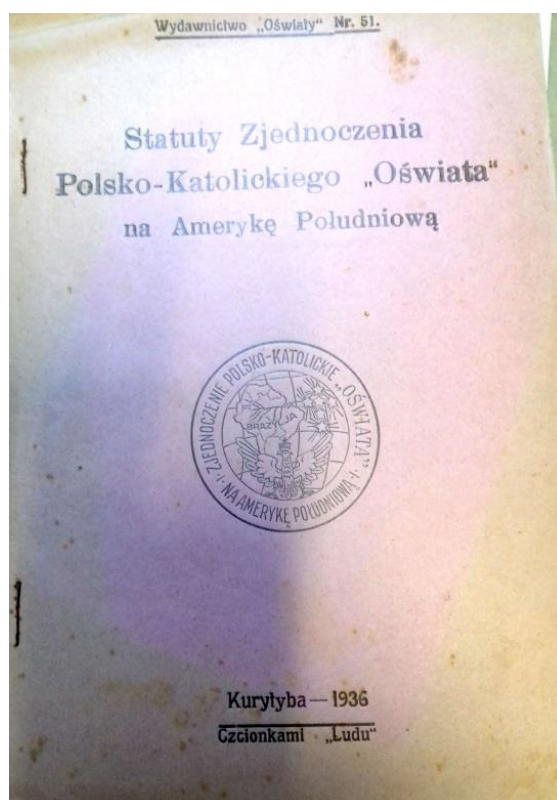
Uma das prerrogativas da *Oswiata* foi a admissão de mulheres no quadro dos sócios, apesar da atividade docente, até então, ser desenvolvida quase que exclusivamente por professores homens. [...] A ação de religiosas foi maior no Estado do Paraná, onde houve uma maior quantidade de escolas conduzidas por elas.

Em relação aos principais documentos repassados pela *Oswiata* às sociedades a ela filiadas, destacamos o credenciamento das sociedades filiadas, que comprova e confirma a adesão à orientação clerical, depois, entre eles, a lista de livros disponíveis na biblioteca central, o catecismo, os materiais didáticos e uma cópia do estatuto (figura 28). Em relação ao credenciamento, salientamos a ficha abaixo – frente (figura 29) com um questionário no verso²¹¹, solicitando informações como local da associação, contribuição mensal, presidente,

²¹¹ Escolhemos este questionário a teor de ilustração, preenchido por uma sociedade com sede em Paulo Frontin

secretário, tesoureiro, entre outras questões. Ao preencher esta ficha, colocaram-se em acordo com algumas exigências, entre elas, se comprometeram “a agir de acordo com os estatutos e resoluções das assembléias da Oswiata, respeitando as normas e regulamentos para a utilização da biblioteca” (MALIKOSKI, 2014, p. 180).

Figura 28: Cópia do Estatuto da União das sociedades Oswiata. “*statuty sjednoczenia polsko-katolickiego oswiata na amerike poludniowa*” (Estatuto da União das Sociedades Polono-Católicas Oswiata na América do Sul).



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Assim como na *Kultura*, também esteve vinculado à *Oswiata* o desenvolvimento de sociedades da juventude. Entre as atividades evidenciadas a partir destas sociedades juvenis, destacamos o I Congresso da Juventude Católica Polonesa no Brasil em 1937. A *Sarmacja*, já mencionada anteriormente, estava entre as sociedades filiadas e, também a *Bursa* (figura 31). A palavra *Bursa*, que significa dormitório, tratou-se de um lugar destinado para jovens do sexo masculino, geralmente de regiões interioranas que vinham a Curitiba para estudar e, assim, tinham um lugar para ficar. Ao mesmo tempo, os internos da *Bursa* iam sendo preparados com práticas católicas, alinhando-os para que prosseguissem ou na formação no campo religioso ou, então, na atuação aliada aos propósitos da *Oswiata*. Ambas as sociedades (*Sarmacja* e *Bursa*) voltaram-se para a formação intelectual, porém não desvinculada da orientação católica. Conforme Wachowicz (s/p)²¹²:

Uma das iniciativas que alcançou os mais extraordinários resultados foi a criação em 1923 da Bursa (internato). Funcionava na própria casa dos padres da Congregação da Missão, principalmente para jovens do interior que desejassem continuar seus estudos. [...] Nos 15 anos de atividades da Bursa (1923-1938), 110 jovens receberam apoio para seus estudos.

Gelinski et al. (1978), p. 226 destaca que “Jovens provenientes de diversos estados frequentavam escolas públicas de segundo grau, científico e superior, hospedando-se no pensionato”, assim, conforme o autor, “Alguns dos pensionistas exerciam atividades auxiliares junto à “*Oswiata*”, posteriormente, fazendo parte da diretoria”. Neste período já havia sido criada em Curitiba, pelos padres verbitas da Sociedade do Verbo Divino o ensino secundário através da Escola Secundária Henryk Sienkiewicz, pois a de ensino secundário de Mallet era ligada à *Kultura*. De acordo com Gluchowski (2005), os jovens internos no espaço da *Bursa* receberam uma “educação polonesa” e exercitaram a língua polonesa. Muitos deles formaram-se no ensino superior e atuaram posteriormente em diversas comunidades polonesas. Da mesma forma, os membros da *Sarmacja*.

Em relação ao I Congresso da Juventude Católica Polonesa no Brasil em 1937, Gelinski et al. (1978, p. 229) destaca a ligação e a orientação da *Oswiata* para com estes movimentos e os núcleos da juventude católica nos estados sulinos e em São Paulo. Conforme o autor, neste evento em específico, os jovens criaram e aprovaram as resoluções constantes abaixo, que mostram o posicionamento claro a ser seguido, principalmente em relação a não adesão a ideologias e partidos e a fidelidade à pátria e a igreja.

²¹² Anotações de Ruy C. Wachowicz (Pasta Wachowicz) Acervo dos Padres da Missão São Vicente Paulo (Curitiba – PR).

- I – O Congresso sublinha os direitos da educação de orientação católica.
 II – A atividade da juventude católica não se omite na prestação de serviços humanitários. Por isso propõe-se a:
- 1º) Criar e zelar por atitudes humanas e cristãs.
 - 2º) Inculcar o amor à Pátria e à Igreja Católica.
 - 3º) Lutar contra as falsas ideologias, especialmente o comunismo e o ateísmo.
- III – Divulgar as resoluções do Congresso.
 IV – Atuar com destemor nos meios juvenis, com espírito aberto e sincero.
 V – Rejeitar atitudes ideológicas ou partidárias; zelar pela neutralidade.
 VI – O Congresso proclama a obediência ao Papa e Bispos da Igreja Católica; reconhece e respeita as autoridades legitimamente constituídas.
 VII – Deseja manter laços fraternos com o país dos antepassados e com todos os povos.

Figura 31: Jovens da *Bursa* na sede dos Padres da Missão – Curitiba/1929.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Na figura 32 trata-se de uma fotografia do XIV Congresso Geral da Oswiata. Malikoski (2014, p. 178) ressalta que, “Conforme identificação da imagem publicada no Periódico LUD, dentre os presentes estavam o Bispo Teodor Kubina, presidente honorário, e o Ministro polonês Grabowski, enviado especial da Polônia”, também, o “Presidente, Padre Stanisław Piasecki, sacerdote de Rio Claro, e o cônsul polonês em Curitiba, Kulikowski e Dr. Juliusz Szymanski. Tem-se também a presença do vice-presidente da União Mundial dos

poloneses do Exterior, cônsul Gruja, e demais dirigentes”, sendo que alguns deles são de outros locais da migração polonesa no Brasil. Para o autor, “O empenho do governo polonês em desenvolver o ensino é expresso pela presença de cônsules poloneses presentes à mesa dirigente do Congresso”. Destaca, ainda, que “A mobilização dessas personalidades representava a participação de instâncias governamentais, não só nos eventos organizados pela *Oswiata*, mas também nos eventos organizados pela *Kultura*”.

Figura 32: Assembléia Geral da *Oswiata*, com seus representantes/dirigentes no XIV Congresso Geral em Curitiba – 1934.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

5.5 *KULTURA* E *OSWIATA*: ANALISANDO OS DADOS DO CÔNSUL CASIMIRO GLUCHOWSKI.

Neste subtítulo, realizamos uma análise a partir dos dados do cônsul Gluchowski (2005, p. 201-203) criados em seu levantamento de 1924, sob os quais, podemos evidenciar algumas especificidades das sociedades filiadas a *Oswiata* e a *Kultura*, entre elas, a dinamicidade cultural e as representações identitárias. A partir da análise desses dados, mapeamos abaixo as escolares:

- **Estado do Paraná:** contava com um total de 79 escolas polonesas (3783 alunos e 98 professores), sendo que 32 escolas eram filiadas a *Oswiata*, 6 delas estavam em Curitiba. A *Kultura* contava com 36 escolas, somente uma em Curitiba; As escolas de Curitiba foram descritas com alunos somente poloneses, já as das demais colônias no Paraná (total de 20),

não todas, mas algumas delas possuíam alunos de outras nacionalidades. Escolas isoladas²¹³: 11;

- **Estado de Santa Catarina:** nas 6 colônias destacadas existiam 17 escolas (637 alunos e 18 professores), onze delas eram da *Oswiata*. A escola de Canoinhas possuía 36 alunos de outras nacionalidades para 85 poloneses, e a de Blumenau com 8 de outras nacionalidades, para 158 poloneses, as demais tinham somente alunos poloneses; A *Kultura* contava com somente 1 escola. Isoladas: 5;

- **Estado do Rio Grande do Sul:** nas 8 colônias destacadas, existiam 48 escolas (1770 alunos e 46 professores), sendo que 6 escolas eram da *Oswiata*. A *Kultura* contava com 22 escolas. Algumas delas possuíam alunos de outras nacionalidades. Isoladas: 20;

- **Estado do Rio de Janeiro:** possuía 1 escola da *Kultura* e nenhuma da *Oswiata*. Tinha 40 alunos - nenhum deles era de outra nacionalidade e tinha somente 1 professor. Isoladas: não verifica;

- **Total no Brasil:** 60 escolas da *Kultura*, 49 da *Oswiata* e 36 isoladas, sendo 5988 alunos poloneses, 242 de outras nacionalidades e 164 professores;

A relação apresentada pelo cônsul demonstra que as escolas não foram frequentadas somente por poloneses, assim, mostram que no contexto escolar étnico estabeleciam-se relações interétnicas. Embora a representatividade de outras configurações étnicas se mostrava numericamente pouco expressiva, havia diferenças destes números nos distintos lugares, definidas pelo perfil de colonização e inserção imigrante. Estiveram entre as outras configurações étnicas os imigrantes italianos, alemães e também nacionais.

Os dados mostram também, que apesar dos apelos das lideranças de ambas as uniões, muitas escolas optaram por não aderirem a uma filiação. Muitas questões podem estar envolvidas nestas decisões, vão desde o não alinhamento ao perfil de ambas as uniões, às questões ligadas a lideranças locais e até aos receios motivados pelas dominações pelas quais a Polônia havia passado, entre outras questões. A opção de orientação católica foi mais acentuada em adesão de modo geral, e nos estados do Paraná e Santa Catarina em relação aos outros, pois, no RS e no RJ, o número de escolas da *Kultura* se sobressai, mostrando interações culturais distintas.

Em relação aos nomes das escolas e à identificação étnica e cultural, desenvolvemos as tabelas abaixo, a partir de Gluchowski (2005, p. 203-213):

²¹³ As “isoladas” eram as sem filiação;

Tabela 1 – Nomes das escolas, ano de fundação e filiação no **Estado do Paraná**.

Kultura		Oswiata	
Nome da escola	Ano de Fundação	Nome da Escola	Ano de Fundação
01 - Pop. Josef Pilsudski	1905	01 – São Miguel	1906
02 - Pol. Da casa Popular	1913	02 – São Casimiro	1905
03 - “Swit” (Aurora)	1905	03 – Esc. Pol. do Brasil	1919
04 - Tadeusz Kosciuszko	1907	04 – São João Cândio	1905
05 – Ajuda Mútua	1915	05 – Rei João Casimiro	1913
06 – “Oswiata” (Educação)	1909	06 – da Soc. Escolar	1914
07 - União	1902	07 - Aurora	1913
08 - São José	1908	08 – da Educação Mútua	1908
09 - Média Nicolau Copérnico	1911	09 – Santo Isidoro	1901
10 – Bartosz Glovacki	1902	10 – do Círculo Agrícola	1913
11 - São José	1903	11 – Estanislau Konarski	1913
12 – Rei João Sobieski	1897	12 - Estanislau Staszyc	1898
13 - Tadeusz Kosciuszko	1912	13 - “Oswiata”	Não consta ano;
14 - “Oswiata”	1916	14 - Particular	1922
15 – Adam Mickiewicz	1906	15 – União e Concórdia	1922
16 - Unidade	1921	16 - Semeadura	1914
17 – Santo Estanislau	1904	17 - União e Concórdia	1922
18 – São João Batista	1922		
19 – Estanislau Staszyc	1913		
20 – Promien (Raio)	1912	Listado somente 17 nomes do total de 32 escolas;	
21 - Bartosz Glovacki	1914		
22 – Maria Konopnicka	1921		
23 - Josef Pilsudski	1916		
24 – Henrique Sienkiewicz	1914		
25 – Educação e São José	1906		
26 - Tadeusz Kosciuszko	1908		
27 - Guaraúna	1903		
28 – Vicente Witos	1921		
29 - Josef Pilsudski	1921		
30 – “Oswiata”	1921		
31 - Bartosz Glovacki	1925		
32 - Alvorada	1910		
33 - Adam Mickiewicz	1912		
34 – Escola Agrícola	Não consta ano;		
35 – Agrícola Educacional	1916		
36 – Júlio Slowacki	1910		

Fonte: Gluchowski (2005, p. 209-210, adaptação nossa).

Tabela 2 – Nomes das escolas, ano de fundação e filiação no **Estado de Santa Catarina**.

<i>Kultura</i>		<i>Oswiata</i>	
Nome da escola	Ano de Fundação	Nome da escola	Ano de Fundação
01- Biblioteca Polonesa	1917	01 - São José	1922
		02 - Particular	1896
		03 – São João	1897
		04 – Ajuda Fraterna	1904
		05 – Escola Polonesa	1909
		06 - Escola Polonesa	1911
		07 - Escola Polonesa	1920
		08 – Estanislau Kostka	1900
		09 – Ajuda Mútua	1895
		10 - Ajuda Fraterna	1920
		Listado somente 10 nomes do total de 11 escolas;	

Fonte: Gluchowski (2005, p. 211-212, adaptação nossa).

Tabela 3 – Nomes das escolas, ano de fundação e filiação no Estado do Rio Grande do Sul.

<i>Kultura</i>		<i>Oswiata</i>	
Nome da escola	Ano de Fundação	Nome da escola	Ano de Fundação
01- Josef Pilsudski	1920	01 – São João do Óleo	1916
02 – José Poniatowski	1920	02 - São João Batista	1916
03 - Josef Pilsudski	1919	03 – Nossa Senhora Auxiliadora	1916
04 – Vicente Witos	1922	04 - Progresso	1917
05 - “Oswiata”	1911	05 - Progresso	1915
06 - Estanislau Kostka	1911		
07 – São José	Não consta ano.	Listado somente 5 nomes do total de 6 escolas;	
08 – Avante	1919		
09 - Tadeusz Kosciuszko	1922		
10 – Progresso e Educação	1919		
11 - Piast	1920		
12 - Aurora	1919		
13 - Tadeusz Kosciuszko	1915		
14 - Josef Pilsudski	1922		
15 - Colono	1922		
16 – João Sobieski	1912		
17 – Santo Isidoro	1917		
18 - Tadeusz Kosciuszko	1916		
19 – Soc. Agrícola	1904		
20 - Tadeusz Kosciuszko	1900		
21 – Águia Branca	1894		
22 - Águia Branca	1904		

Fonte: Gluchowski (2005, p. 207 - 212, adaptação nossa).

Tabela 4 – Nomes das escolas, ano de fundação e filiação no **Estado do Rio de Janeiro**.

Kultura		<i>Oswiata</i>	
Nome da escola	Ano de Fundação	Nome da escola	Ano de Fundação
01 – Noturna Ambulante	1923	Nada Consta.	Nada Consta

Fonte: Gluchowski (2005, p. 209, adaptação nossa).

Conforme os dados das tabelações em relação a todas as sociedades existentes, vinculadas à comunidade polonesa, não somente escolares, a partir de Gluchowski (2005, p. 152-161):

A União *Kultura* congregava:

- no Paraná, entre sociedades escolares, clubes, bibliotecas, sociedade escolar e agrícola, um total de 42;
- em Santa Catarina, sociedade escolar e biblioteca;
- no Rio Grande do Sul, 22 sociedades escolares;
- no Rio de Janeiro, 1 sociedade escolar

Tratava-se de um total de 65 sociedades e 1.508 sócios;

A União *Oswiata* congregava:

- no Paraná, entre sociedades escolares, cooperativas escolares, sociedades femininas, religiosas, agrícola, agrícola e escolar, um total de 37;
- em Santa Catarina, entre sociedade escolar e biblioteca, um total de 9;
- no Rio Grande do Sul, um total de 5 sociedades escolares;

Tratava-se de um total de 51 sociedades.

- *Isoladas* (sem filiação) compunham um total de 38 sociedades, sendo que, 15 delas estavam no Paraná, 4 em Santa Catarina, 1 em São Paulo e 18 no Rio Grande do Sul,

Em relação às sociedades de caráter esportivo, Gluchowski (2005, p. 160-161) evidencia que no Paraná, existiram 17 sociedades de caráter esportivo (Educação Física, Escoteiros, equitação, Clube de Tênis), entre estas: 9 “Junak” (de Educação Física) sendo uma delas de Departamento Feminino e 8 de Escoteiros. No Rio Grande do Sul, 6 sociedades (Educação Física e escoteiros), sendo 4: “Junak” (de Educação Física), 1 Falcão (tradução de Sokól) - (de Educação Física) e 1 de Escoteiros. No total, representaram 23 sociedades, 687 sócios, configuradas em 9 equipes de escoteiros e 14 sociedades esportivas e suas fundações estiveram localizadas entre os anos 1922 a 1924. Isso demonstra a efervescência desse tipo de organização associativa após a reunificação da Polônia e a oficialização da *Kultura* e da *Oswiata*.

Muitas das sociedades destacadas não eram somente escolares, mas também ligadas a

uma organização associativa composta por igreja, clube esportivo e recreativo, assim, os nomes acima descritos, muitas vezes não representaram somente a escola, mas a sociedade em que ela estava inserida. Além destas sociedades listadas pelo cônsul, pensamos que as dificuldades de coletar estas informações no período e, também a falta de registros formais fez com que muitas sociedades acabassem não sendo contadas e inseridas na lista com suas informações. Dentro desta margem de possibilidades, podemos considerar que estas presenças no período apontado podem ter sido quantitativamente maiores, pois, mesmo considerando o amplo desenvolvimento daí em diante, apontados em relatórios posteriores que não aqueles realizados pelo consulado, mas, pelas próprias *Kultura* e *Oswiata*, aparecem números que mostram esse acréscimo. Ainda, há que se dimensionar a possibilidade da existência de sociedades escolares mistas, ou seja, associadas a outras composições e definições étnico-culturais que não chegavam a se identificar necessariamente como polonesas.

Entendendo que as nomeações das sociedades são dadas nas representações, no caso daquelas filiadas à *Oswiata*, observamos um grande número de identificações com nomes de santos católicos. Percebemos também, referências ao animal símbolo da Polônia, a Águia Branca e, de forma geral, entre ambas, aparecem nomes de santos, personalidades importantes, cientistas, poetas e literatos poloneses como Adam Mickiewicz, Maria Konopnicka e Júlio Slowacki, e, heróis nacionais como Pilsudki, Sobieski, Kosciuszko, nos remetendo ao caráter de apelos culturais nacionalistas e memórias afetivas e coletivas.

Partindo deste sentido de apelo nacionalista e de exaltação de figuras representativas que potencializam a autoestima étnica e a adesão cultural, não observamos, por exemplo, o nome de Stanislas Poniatowski, tido como o algoz que fez com que a Polônia perdesse sua liberdade devido a sua relação de proximidade com Catarina II e as atitudes tomadas durante seu governo, que findaria com a tripartição. Conforme Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 272):

Onze entidades, fundadas entre 1890 e 1922 nos estados do sul do Brasil, homenageavam Tadeusz Kosciuszko, herói da revolta contra a Rússia em 1794 (Gluchowski, 2005: 152- -158). No âmbito artístico, em 1909 era encenada uma “representação dramática da luta da nação polaca pela liberdade” na Sociedade Águia Branca de Porto Alegre (Grzeszczak, 2010: 49). Mais que o dia de comemoração da independência da Polônia, ocorrida em 11 de novembro de 1918, e a data de 3 de maio, que sinaliza a promulgação da Constituição liberal de 1793, que “As partilhas da Polônia, em três etapas sucessivas, em 1772, 1793 e 1795, aniquilaram o Estado polonês, dividindo suas terras entre a Prússia, a Áustria e a Rússia e entregando-o a essas potências como vítima de opressão política e nacional e de exploração econômica” (Polak, 1966: s.n.t., p. 41). A partir da independência da Polônia, em 1918, o grande homenageado em nomes de associações e escolas de emigrados é o Marechal Pilsudski, considerado o maior responsável pelo ressurgimento da Polônia após a 1ª Guerra Mundial, sendo o seu primeiro chefe de estado é comemorada entre

poloneses e seus descendentes até os dias de hoje no Rio Grande do Sul, pois trata-se da memória afetiva de uma comunidade (Grzeszczak, 2010: 41).

Percebemos também que entre os nomes dados estão colocações já traduzidas (aportuguesadas), como Educação ao invés de *Oswiata*, nomes de árvores brasileiras como a Guaraúna no Paraná, nomes ligados à condição de trabalho do meio rural e vivência ligada ao pedaço de terra – colônia, entre eles, Colono e Sociedade Agrícola. São as permeabilidades e entrecruzamentos culturais que se apresentam efetivos nestes processos, definindo assim, materiais identitários.

No caso do Rio Grande do Sul, diferente dos demais estados, observamos a forte influência do positivismo nos nomes das escolas. A adesão a esta vertente pelo governo gaúcho é reconhecida nacionalmente e sua influência apresenta-se nos diversos campos sociais. Entre os nomes assim alinhados podemos destacar: “Progresso e Educação”, além de “Progresso”. Neste estado é também perceptível o fato da adesão ser mais ampla à *Kultura* como vertente laica, o que se pode relacionar com questões culturais e diferentes nuances teóricas e ideológicas e posicionamentos políticos envolvidos nestes processos, pois, cada lugar com suas particularidades.

Outra particularidade do RS é o fato de que possuía o maior número de escolas isoladas (sem filiação), ou seja, um total de 20 das 36 isoladas, evidenciadas pelo autor. Além das questões culturais e demais interfaces acima mencionadas, que podem interferir na opção por filiar-se ou não, no RS, os poloneses migrantes estavam geralmente em colônias mistas, principalmente ligadas a imigrantes italianos, mas, também alemães, nestes casos, há propensão de ter mais sociedades escolares mistas como forma de diluir custos e reunir mais estudantes. No caso destas escolas mistas, considerando os discursos identitários de ambas as uniões e a pretensão de formalização, isso poderia ser visto como empecilho, assim, pode ter sido um dos pontos determinantes pela opção de não filiação.

Entre as distintas influências que permeavam os contextos das migrações, os processos culturais e identitários, entre eles, aqueles no RS, conforme destacado acima, coloca-se o trabalho de agentes e intelectuais étnicos como Ladislau Topaczewski, além, daqueles já mencionados anteriormente. Topaczewski é um dos membros da Sociedade “Progresso e Educação”, fundada no RS em 1919 e filiada à *Kultura*. Wachowicz (1990)²¹⁴ destaca que o

²¹⁴ Anotações do texto do Prefácio do livro “Dom Feliciano” de Ladislau Topaczewski, redigido em 1961. O texto trata sobre o trabalho escolar a ser publicado no Centenário da fundação da Colônia Dom Feliciano/Pasta Wachowicz/Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo – Curitiba - PR;

professor/mestre-escola Ladislau Topaczewski²¹⁵, tinha ligação ao Partido Socialista Polonês e ao ativismo social e subversivo contra a exploração do proletariado e pela independência da Polônia. Esta questão se evidencia em sua atuação na Polônia, em Varsóvia, demais países de suas migrações e, sobretudo, no Brasil (RS, PR, SC), onde, questionou a exploração dos trabalhadores pela serraria norte-americana “*Lumber*” e pela empresa americana de carnes “*Swift*”, no RS, cujas atividades nestas empresas complementavam sua renda.

No Brasil, Topaczewski realizou um trabalho voltado para a polonidade, manutenção da língua e das tradições em meio aos imigrantes, profícua atividade sócio-cultural na organização de sociedades escolares e de bibliotecas, disponibilizando livros ditos “subversivos”. Seu trabalho se destacou nos arredores da serraria “*Lumber*”, em localidades como Vera Guarani, Rio Claro, São Mateus do Sul, Marechal Mallet, Três Barras, e na colônia Dom Feliciano no RS. Enfrentou os padres poloneses reacionários que não aceitavam suas atividades progressistas e anticlericais.

De forma geral, os dados em relação ao contingente destinado aos estados do sul do Brasil reverberaram-se na presença destas organizações associativas a partir dos dados do cônsul. Sendo assim, o Paraná apareceu em primeiro lugar, o Rio Grande do Sul em segundo e Santa Catarina em terceiro. Estados como o Rio de Janeiro e São Paulo, embora tenham recebido contingentes expressivos, a forma de inserção dos imigrantes, não definida massivamente por colônias como no sul, fez com que esse tipo de organização social ocorresse em menor número e com menor durabilidade. Ainda, no sul a rede de escolas públicas e a nacionalização demoraram um pouco mais a chegar a todos os lugares, em comparação ao RJ e São Paulo, por exemplo. Ambos os estados, RJ e SP, tiveram acesso a escolas públicas em períodos anteriores.

Percebemos que a perspectiva da unidade do perfil das escolas e da atuação na relação com a polonidade proposta pela *Kultura* e pela *Oswiata* não são efetivas, pois, entre outras questões, muitas das sociedades ligadas à *Kultura* denunciaram em seu próprio nome este não alinhamento total ou, conforme já evidenciamos, ressaltaram o não isolamento da dinâmica social, o que é certamente esperado, no entendimento de que isso não procede em relação a culturas e identidades. Esse entendimento pode ser balisado em pontos como o fato de que muitas das sociedades filiadas a *Kultura* possuem nomes de santos católicos e, até mesmo, de “*Oswiata*”. Isso também se explica pelo fato de que muitas das suas fundações estiveram

²¹⁵ O professor Topaczewski, migrante, diasporico, residiu em locais como Canadá, Chicago, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Possuía sua própria biblioteca em casa e circulava por distintas áreas do conhecimento;

localizadas temporalmente em período anterior à oficialização das associações *Kultura* e *Oswiata*. No entanto, trata-se de representações e da luta por elas!

Sobre os professores, Gluchowski (2005, p. 158) identifica que aqueles vinculados à União *Kultura*, reunidos na União Polonesa de Professores Profissionais das Escolas Particulares, congregam 56 sócios, com representação numericamente maior em relação ao grupo da União *Oswiata*, este, reunido na União dos Professores das Escolas Polonesas Cristãs, contava com 52 sócios, estando entre os sócios, 37 irmãs religiosas. As duas uniões, cada uma com suas particularidades, tiveram importantes papéis naquele momento em que ações voltadas para a educação escolar, em geral, ainda eram mínimas. Para Malikoski (2014, p. 186), “tanto a Associação Profissional dos Professores das Escolas Particulares Polonesas quanto a Associação dos Professores das Escolas Cristãs contribuíram para a organização do magistério”.

Em relação ao trabalho das religiosas, realizado nas escolas filiadas à *Oswiata*, o levantamento de Gluchowski (2005, p. 213-214) destaca, que no Paraná, existiam 9 escolas das Irmãs Sagrada Família e 6 das Irmãs da Caridade, em Santa Catarina 1 escola das Irmãs da Caridade, e no Rio Grande do Sul, 1 das Irmãs Sagrada Família, o restante, eram sociedades particulares, ou seja, as demais se encaixavam no formato de sociedades criadas e mantidas pelos sócios, com a contratação de professores particulares. Para Mazurek (2016, p. 90), as irmãs religiosas de diversas congregações cumpriram importante papel na coletividade polonesa no Brasil, pois “fundaram escolas, bibliotecas, orfanatos, hospitais, farmácias e estimulavam à organização de associações culturais e profissionais”.

De modo geral, percebemos questões que perpassaram processos étnico-culturais identitários: as disparidades, as negociações, as disputas, a opção por não filiação, as relações interétnicas e culturais. Nesse mesmo sentido, estiveram os nomes das escolas, colocando na sociabilidade escolar, memórias de origem, nomes de heróis poloneses, especificidades culturais. No entanto, considerando os múltiplos contatos culturais e identitários, estas nomenclaturas como representações, também foram traduzidas e hibridizadas, adotando elementos simbólicos dos contextos múltiplos onde foram criadas e estão inseridas.

5.6 “CENTRALNY ZWIĄZEK POLAKÓW” - UNIÃO CENTRAL POLONESA/CZP: INTERFERÊNCIAS CONSULARES E TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO.

Em meio ao bom andamento de ambas as uniões em contexto de rivalidade, cujo

ambiente característico foi reconhecido como proveitoso pelo cônsul Gluchowski, pois motivou o crescimento de ambas, surge uma nova proposta em mais uma tentativa de unificar todas as sociedades em uma única orientação. Sob a atuação de um novo cônsul chegado a Curitiba após o retorno de Gluchowski à Polônia, foi criada a “*Centralny Związek Polaków*” - União Central Polonesa/CZP, por iniciativa do próprio consulado. O consulado, justificando barrar rivalidades entre grupos distintos, colocou-se na tentativa de interferência mais direta nos processos culturais e identitários, buscando frear possíveis desvinculações graduais da polonidade e processos de transformação cultural.

Conforme Wachowicz (2010, p. 6-8), “Visando eliminar as rivalidades e as disputas entre os grupos, agora mais conhecidos por “*Kultura*” e “*Oświata*”, sob o patrocínio do Consulado de Curitiba, surgiu em 1930 o “*Centralny Związek Polaków*” (União Central Polonesa)”. Eis uma nova tentativa: “Essa nova entidade tinha por objetivo básico centralizar e administrar todas as organizações polonesas no Brasil”. Estavam então unificadas no órgão central - CZP. Assim, “Tanto a “*Kultura*” como a “*Oświata*” dela passaram a fazer parte, mas, transcorridos dois anos, a “*Oświata*” com todas as suas organizações desfilou-se e continuou sua trajetória própria”. Conforme Weber (2015, p. 259-260):

Buscando neutralizar as disputas e também coordenar as atividades das organizações da imigração polonesa existentes no território brasileiro, representantes do serviço diplomático polonês em Curitiba fomentaram a criação, em 1930, da União Central dos Poloneses no Brasil (*Centralny Związek Polaków w Brazylii* ou CZP) (ANUSZEWSKA, 1980: 206), que teve também presença em outros Estados do país. A União, fazendo jus ao nome, efetivamente congregou religiosos, como o Pe. Piasecki, que fora um dos clérigos mais ativos na reação católica “ao aumento da influência do grupo esquerdista”, e líderes nacionalistas, como Miguel Sekula, antigo militante do Partido Socialista Polonês (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 294, 338). Apesar de seus grandiosos objetivos, a União existiu por poucos anos (BARANSKI et. al., 2005: 115).

A atitude do consulado visou fomentar as instituições existentes e seus meios de comunicação, bem como apoiar a criação de novas. Colocou-se centralizado em Curitiba, um espaço de acalorados embates entre as diferentes concepções, articuladas principalmente a CZP, o Conselho Geral das Sociedades *Junak* (*Naczelna Rada Junacka*) e a Associação Polonesa de Livre Pensamento (*Polskie Stowarzyszenie Myśli Walnej*), entre outras. Porém, esse ambiente passou a ser menos apreciado pelos membros da *Oswiata*, quando, conforme Weber (2015, p. 265):

[...] Roman Staniewicz, cônsul entre 1932 e 1934, aderiu à ala anticlerical, acentuando antigas divergências, o que resultou no rompimento definitivo no âmbito da CZP (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 360). A jovem República Polonesa,

que lidava com as divergências políticas que se manifestam no processo de construção de um Estado, ainda oscilava em sua política diplomática, e os representantes consulares, ao tomarem partido nas querelas das lideranças emigradas, enfraqueciam-se como agentes de promoção da identidade étnica.

Ocorre que posicionamento do novo cônsul em relação aos antagonismos da comunidade polonesa no Brasil acabou por favorecer a *Kultura* e este entendimento foi potencializado pela *Oswiata* como prejudicial ao trabalho que vinham fazendo até então. Após sua fundação, apoiado pelo consulado, o CZP passou a ajudar na manutenção das escolas filiadas, repassando-as, uma percentagem de ajuda. Conforme Malikoski (2014, p. 187), “a contribuição para a manutenção das escolas pelo CZP era de 12%”, então, “Todas as escolas da *Kultura* passaram a fazer parte do CZP, enquanto que as da *Oswiata* permaneceram por um período breve, passando a funcionar novamente de forma independente”. A contribuição era condicionada e a *Oswiata* demonstrava-se pouco disposta a aceitar a interferência direta ao pagar o preço da nova condição, iniciando-se aí uma relação conflituosa.

Os conflitos se acirravam ainda mais com posturas do CZP à abertura e solicitação de colaborações por parte do estado do Paraná. No documento abaixo (figura 33 frente e verso), enviado pela *Oswiata* ao presidente do Conselho Consultivo do Estado, datado de 1934, podemos identificar indícios desta relação conflituosa da *Oswiata* com o consulado e a CZP, quando, na oportunidade, aproveitaram para ressaltar ao órgão oficial, sua desvinculação a esta central polonesa. O documento demonstra veemente recusa à solicitação de doações de terrenos do estado à comunidade polonesa, ressaltando seu desejo de permanecer autônoma e sem interferências ditas “externas”, pois, este era um dos principais pontos de sua “briga” com a *Kultura*, com o consulado, e agora com o CZP. Para a *Oswiata* estas interferências desvelavam-se temerárias em relação ao prosseguimento de seu projeto cultural e identitário de uma comunidade polonesa fortemente vinculada à religiosidade católica.

Conforme o que podemos perceber na figura 34 (tradução nossa) – documento datado de 28 de abril de 1934, as tratativas aí apresentadas se tratam de tentativas de fortalecimento da comunidade e do propósito de unificação cultural e identitária, compreendida pelo órgão como possível na manutenção das relações e aproximação com a *Oswiata*. Conforme a narrativa do documento, o presidente do CZP, Sr. Stefan Gontarski, encaminhou o mesmo a *Oswiata* no intuito de convidar ao Pe. Rzymelka e Pe. Stanczewski para estarem como delegados regionais, no encontro de delegados /II Congresso de Poloneses no Exterior, representando os delegados poloneses do Brasil e da *Oswiata*. O documento está assinado pelo presidente do CZP e pelo secretário geral do órgão, Sr. Ludwik Szczygiel.

Figura 33: Documento enviado pela *Oswiata* ao presidente do Conselho Consultivo do Estado – 1934 (frente e verso).

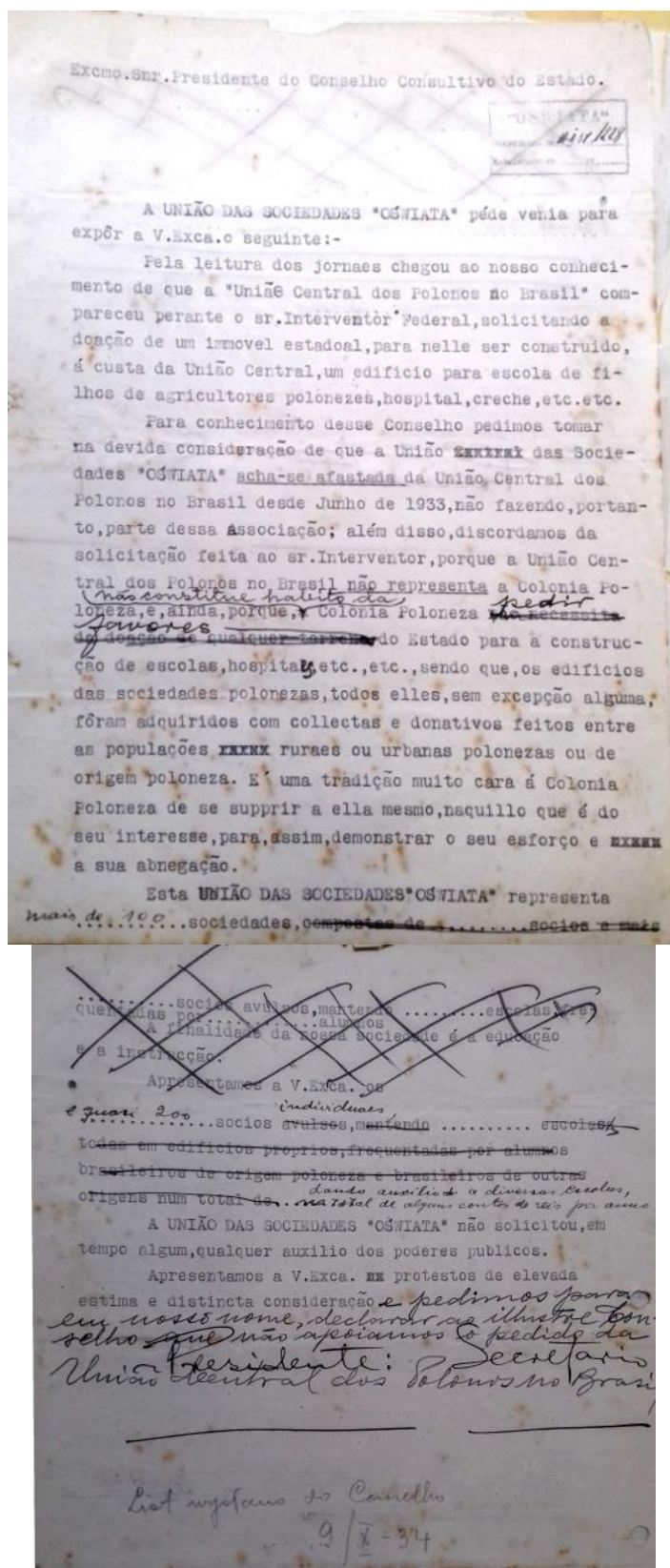
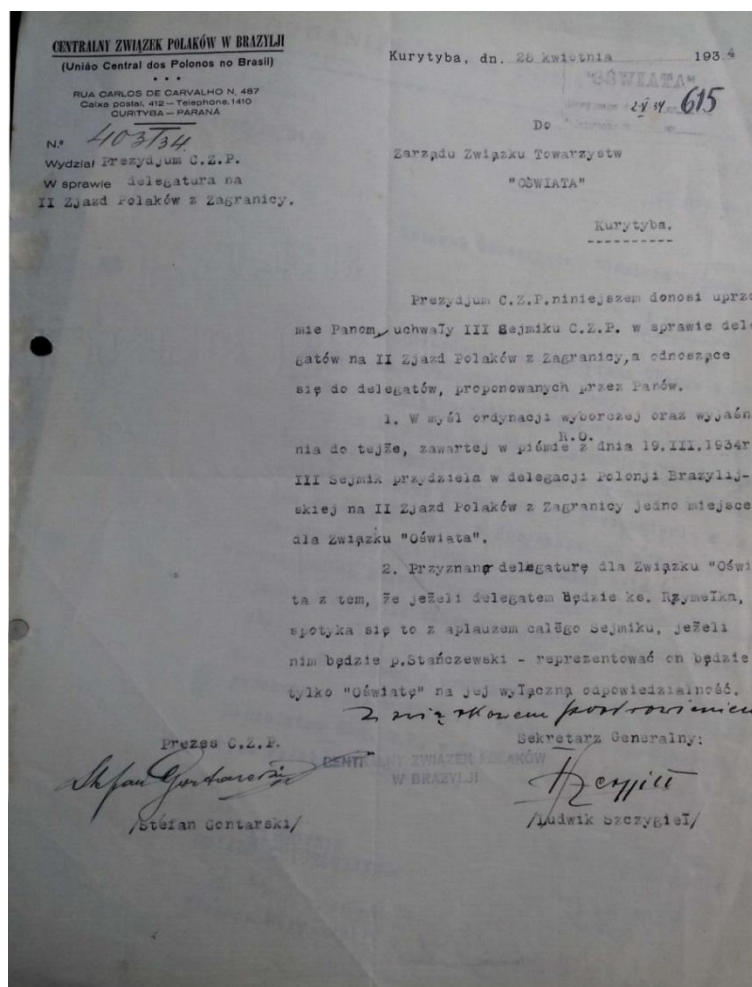


Figura 34: Documento do CZP enviado à *Oswiata* – 1934.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

Conforme Wachowicz (s/ano, p. 6), “Em 1937 a situação escolar das escolas polonesas no Paraná seria a seguinte: Total de escolas: 167; Escolas leigas: 137; Escolas religiosas: 30; Alunos matriculados: 6296”. Nos dados onde se trata das escolas leigas, estão incluídas as escolas da *Oswiata* e da *Kultura*, já as religiosas seriam somente aquelas vinculadas ao trabalho das irmãs religiosas. Os números destacados pelo professor Wachowicz estão embasados no Censo Escolar da imigração polonesa, realizado pelo consulado polonês em Curitiba em 1937. O censo é uma das práticas articuladas à comunidade imaginada, destacadas por Anderson (2008), buscando identificar questões mais precisas em relação a efetividade do discurso perseguido por sua política com os poloneses da diáspora.

Na figura abaixo (35, tradução nossa), segue uma lista das escolas leigas, mais ligadas ao clero, filiadas à *Oswiata* com dados de 1937, cuja elaboração foi feita pela própria união.

Na lista constam os itens: -*nazwa szkoły* (nome da escola); -*miejscowość* (lugar); - *Rok* (ano); -*dzieci* (crianças); -*nauczyciele* (professores), sendo que este levantamento destaca um total de 53 escolas e mais de 40 professores e demonstra o crescimento da rede de sociedades escolares vinculadas a *Oswiata* em distintos estados brasileiros, isso, em comparação aos dados do cônsul de 1924 que trazia o número total de sociedades, não só as escolares, representado em 51.

Figura 35: Lista de Escolas da *Oswiata* – Secular/1937.

102

I — WYKAZ SZKÓŁ "OSWIATY" — ŚWIECKIE

Lp.	Nazwa Szkoły	Miejscowość	Rok zał.	Dzieci	Nauczyciele świeccy
1	św. Michał	São José dos Pinhais	1906	28	Ad. Kosiba
2	św. Kazimierz	Cristina C. Largo	1905	36	Fr. Lipski
3	Szkoła Polska	Balsa Nova	1919	24	L. Dymińska
4	św. Jan Kanty	Nowe Rosy	1905	19	Z. Szankowski
5	Jana Kazimierza	Voa Vista	1913	30	A. Szczerbowski
6	Szkoła Polska	Costeira	1914	29	Fr. Skierniewska
7	Zaraniec	C. Redondo	1913	21	M. Bolcewicz
8	Wzajemna Oświata	Guajuvira de Cima	1908	17	L. Bolcewicz
9	św. Izydora	Lamenha	1901	76	Ig. Lipski
10	Kółko Rolnicze	Serrinha	1913	31	Piotr Pudulski
11	St. Konarski	Lapa	1918	80	J. Linderski
12	St. Staszycza	São Mateus	1908	35	Stef. Radecki
13	Oświata	Antônio Olinto			nieczynna
14	Mallet	Lagado	1922	16	A. Mikowski
15	Łączność i Zgoda	Vera Guarani	1922	20	S. Czaplinski
16	Siejba	Ivai	1914	45	J. Rymkiewicz
17	Łączność i Zgoda	São José dos Pinhais	1922		nieczynna
18	Józefa Hallera	Rio Notal	1922	25	c. Wielewiczka
19	Józefa Hallera	Itaipópolis	1895	21	P. Wielewski
20	św. Jana	św. Jana	1897	34	S. Juraszek
21	Bratnia Pomoc	Paraguacu	1894	38	Fr. Lukasz
22	Szkoła Polska	Moema I	1909	25	A. Skierniewska
23	Szkoła Polska	Moema II	1911	21	I. Fediuk
24	Szkoła Polska	Redeio	1920	29	St. Pajter
25	św. Stanisława Kostki	Benedito Pinheiro	1900	36	Wł. Kore
26	Wzajemnej Pomocy	Rio Vermelho	1895	35	Z. Augustyn
27	Bratnia Pomoc	Batear	1920	45	W. Ossowski
28	św. Jana w Oleju	RS. Barreira	1816	54	K. Borlter
29	św. Jana	" Concórdia	1916	25	J. Krawczyk
30	MB. Wspomożenia	" Bom Jardim	1905	42	J. Hameński
31	Postęp	" Timbo	1917	25	A. Kiałel
32	Postęp	" D. Feliciano	1915	58	K. Muszyński
33	MB. Częstochowskiej	" Guarani Missões		21	S. Warpechowski
34	Szkoła Polska	" Ijuí Linha I		45	Piotr Kubiak
35	Szkoła Polska	Pr. Terezina		28	
36	Szkoła Polska	" Água Branca	1896	77	
37	Kolegium	RS. D. Feliciano		35	ks. K. Zajkowski
38	św. Wojciecha	" Ernesto Alves	1903	24	J. Remus
39	Szkoła Polska	Pr. S. J. do Triunfo		80	
40	Bartosza Głowackiego	" Hervalzinho		35	Jan Piotrowski
41	Szkoła Parafialna	SC. Massaranduba	1895	30	M. Legacka
42	Szkoła Polska	" Braço do Norte	1910	15	M. Pawlak
43	Szkoła Polska	" Linha Telegráfica	1902	24	M. Pasternak
44	Szkoła Polska	" Guarani Mirim	1908	23	J. Cisz
45	św. Stanisława Kostki	" Sandweg	1876	48	Jak. Tarnowski
46	Sta. Leopoldina	Castro		27	
47	Bateas do Meio	C. Alegre		22	
48	Warnow	Sta. Catarina		32	
49	Papagalos Novos			19	
50	Mariana Pimentel	RS.		34	
51	Antônio Prado	Tamandaré		62	Marcin Wolski
52	Marumbi	Rio Azul		27	Witalis Stasiak
53	São Paulo			34	Antoni Zarajczyk

1.697

II — WYKAZ SZKÓŁ "OSWIATY" — SIÓSTR ZAKONNYCH

Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

A figura 36 representa, no entanto, as escolas filiadas a *Oswiata* organizadas pelas congregações religiosas femininas como: Irmãs de Misericórdia, Família de Maria e Irmãs Bernardinas. Estavam situadas principalmente no PR, mas, também no RS e SC, em cidades do RS como Dom Feliciano e de SC como Massaranduba, lideradas pelas irmãs Bernardinas.

Figura 36: Lista de Escolas das Irmãs Religiosas/1937 - *-skoly sostr* (Escola das Irmãs).

Lp.	Nazwa Szkoły	Miejscowość	Rok zał.	Dzieci	Nauczycielki Siostry Zakonne Oddziały
A — Szkoły Sióstr Rodziny Maryi					
1	Dom Centralny	Kurytyba	1906	307	4
2	Paula Gomes	Kurytyba	1922	50	2
3	Campina do Siqueira	Kurytyba	1906	44	2
4	Orleans	Orleans		70	
5	Campo Largo	Campo Largo		172	3
6	Szkoła Parafialna	Dom Pedro	1908	70	2
7	Ponta Grossa			135	4
8	Szkoła Parafialna	Santa Cândida	1913	100	3
9	Szkoła Parafialna	Murici	1907	110	3
10	Szkoła Parafialna	R. Vinagre - R. Azul		29	
12	Szkoła Parafialna	Palmeira	1916	96	2
11	13 de Maio			155	
13	Szkoła Parafialna	Água Branca	1908	120	2
14	Szkoła Parafialna	S. J. do Triunfo		30	
15	Szkoła Parafialna	C. Machado Sede	1914	73	2
16	Szkoła Parafialna	C. Machado Sta. Ana		96	
17	Szkoła Parafialna	RS Guarani	1921	110	4
		Rio Azul		66	
				1.913	
B — Szkoły Sióstr Miłosierdzia					
1	Szkoła św. Józefa	Abranches	1904	110	4
2	Szkoła Parafialna	Tomás Coelho	1911	116	2
3	Sw. Zofii	Prudentópolis	1907	120	4
4	São Mateus	São Mateus	1908	212	3
5	Bol. Chobrego	São Mateus	1914	50	1
6	Sw. Klary	Rio Claro	1912	150	4
7	Sw. Jana	Paraguacu	1922	141	3
8	Szkoła Parafialna	Araucária	1928	140	4
9	Szkoła Rządowa	Kurytyba - Portão	1925	150	4
10	Szkoła Parafialna	Virmond		78	2
11	Szkoła Parafialna			35	1
12	Szkoła Parafialna	Vera Guarani		92	2
13	Kolegium	Irati		220	4
14	Kolegium	Ivai		80	3
15	Kolegium	RS Floresta		160	4
				1.874	
C — Szkoły Sióstr Bernardynek					
1	Szkoła Parafialna	Dom Feliciano	1929	30	
2	Szkoła Parafialna	Massaranduba	1931	45	
				75	
Zestawienie					
	Szkoły: Siostry Miłosierdzia	15	dzieci	1.874	
	Rodziny Maryi	17	dzieci	1.913	
	Bernardynki	2	dzieci	75	
	Związek "Oswiata" liczył: zakonnych szkół	34	dzieci	3.787	
	świeckich szkół	33	dzieci	1.697	
	Razem szkół	67	dzieci	5.494	
(Wedle Statystyki z 1937 r., Archiwum Księży Misjonarzy w Kurytybie)					

Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo (Curitiba – PR).

De todo modo, comparando àqueles dados evidenciados pelo cônsul Gluchowski em 1924, o crescimento do número de escolas e demais sociedades se apresenta tanto nos dados trazidos pelo censo realizado pelo consulado, acima mencionado, quanto, no posterior levantamento realizado pela *Oswiata* - figuras 35-36 (tradução nossa) em relação à sua rede

de sociedades filiadas. Este crescimento em relação às sociedades em tamanho e número delas, além das possibilidades educacionais aí efetivadas, em geral, se relaciona com fatores como as subvenções, a formação de professores e o apoio do consulado, além de uma perspectiva renovada em relação ao pertencimento e a polonidade. No caso daquelas filiadas a *Kultura* e a *Oswiata*, as disputas entre ambas também acaba por fortalecer e ampliar as duas vertentes.

5.7 POLONIDADE(S) NA COMUNIDADE IMAGINADA: *KULTURA* E *OSWIATA* - PROGRESSISTAS E CLERICAIS E DISPUTAS IDENTITÁRIAS NA DIÁSPORA.

Como vimos no decorrer deste capítulo, as sociedades e demais iniciativas étnicas polonesas no Brasil se espalharam durante os séculos XIX e XX pelas regiões brasileiras de colonização e de inserção imigrantista. Sendo que estas iniciativas foram fortalecidas e ampliadas durante o início do século XX, após demarcações e fenômenos como a “febre brasileira”, a chegada dos cônsules austríacos e intelectuais étnicos do Grupo de Lwów e do pós Revolução de 1905, de congregações religiosas, da reunificação da Polônia e instauração da II República Polonesa (1918-1939). Isso tudo resultou na construção de um novo cenário, colocando entre a comunidade polonesa no Brasil, cuja centralização de alguns órgãos representativos aqui discutidos estava no PR, grupos antagônicos e conflitos pautados em discursos de polonidade.

Nesse processo de antagonismos, as lideranças se articularam às sociedades e à imprensa étnica na ocupação dos espaços e na circulação de representações. Destacaram-se entre as lideranças, no Paraná: Stanislau Klobukowski, Casimiro Warchalowski, Simão Kossobudzki, o cônsul Gluchowski, Pe. João Rzymelka, Pe. José Joaquim Góral, Edmundo Vós Saporski, Jerônimo Durski, Pe. Antônio Zelinski, Bispo Teodor Kubina, entre outros.

Estes agentes, conforme Weber e Zaleski Trindade (2016, p. 270-271), são “personagens que se encarregam da formulação de imagens destinadas a congregar o grupo em torno de uma representação étnica mobilizadora, e também dos canais de divulgação destas ideias” e de uma “imagem da nação polonesa foi uma das formas de “eticização” (Sarna, 1978)”. Ressaltam ainda que, “em outras palavras”, são “líderes nacionalistas poloneses, que veiculavam a imagem de uma Polônia livre, atuaram no Brasil como promotores de uma identidade polonesa entre imigrados e seus descendentes”. Participam, assim como os demais sujeitos etnicamente poloneses, de um processo dinâmico que não

permite ir simplesmente “ao sabor” dos processos sociais, pois, movem-se em processos culturais convictos. Para Bauman (2012, p. 300):

A cultura é a única faceta da vida e da condição humana em que o conhecimento da realidade e o do interesse humano pelo autoaperfeiçoamento e pela realização se fundem em um só. O conhecimento cultural é o único que não tem vergonha de seu sectarismo e viés dele resultante. É, na verdade, o único conhecimento audacioso o bastante para oferecer ao mundo seu significado, em vez de acreditar (ou fingir acreditar), com ingenuidade, que o significado está ali, já pronto e completo, à espera de ser descoberto e aprendido. A cultura, portanto, é o inimigo natural da alienação.

Os intelectuais étnicos e agentes étnicos, entre os demais sujeitos que estiveram articulados a tais sociabilidades, tiveram suas ações pautadas em um quadro de representações, atuaram como lideranças em amplas redes de relações e acesso ao conhecimento. Nas redes em que estavam articulados, assinalaram a compreensão de sua condição culturalmente distinta (intelectuais, clero, políticos, funcionários oficiais – agentes consulares) e pautaram sua ação em estratégias claras, voltadas para a adesão a estas representações por parte da comunidade de imigrantes poloneses pelos distintos estados brasileiros.

Nesse sentido, conforme Araújo Filho (2013, p. 36) no pós-reunificação, “As instituições passam a representar o espaço dos interesses sociopolíticos”. A *Oswiata*, a partir de interesses religiosos católicos e nacionalistas, foi fundada pelos padres da Missão com sócios também ligados ao Partido Nacional Democrático/direita nacionalista. Já a *Kultura*, com orientação laica e progressista foi fundada por intelectuais étnicos, agentes étnicos, políticos, entre outros membros etnicamente poloneses, sobre os quais, evidenciamos a adoção de posicionamentos liberais e laicos, sendo que, alguns deles, ainda na Polônia, estiveram ligados ao Partido Socialista Polônês/esquerda progressista.

Os “progressistas” articulados à *Kultura* primaram pelo caráter cultural, intelectual e ideológico-político do grupo. Já os “clericais” articulados à *Oswiata*, ressaltaram a preocupação com o não distanciamento religioso-católico, a formação e a manutenção de um clero na nova residência e de lideranças religiosas, além de comportamentos sociais associados a esta questão, tendo as demais interfaces como secundárias. Porém, ambos estavam articulados a discursos étnico-culturais e nacionalistas.

Representado pelos dois grupos, o antagonismo que se reverberou no contexto de colonização e da inserção imigrante polonesa no Brasil e especialmente no PR, (re)evidencia a polarização que se desenvolveu na Polônia, cujas perspectivas se reforçaram no contexto europeu através do embate entre liberais e conservadores (restauração católica e

conservadorismo romântico). Conforme Kreutz (2001, p. 32-33), com os movimentos de restauração católica (contrarreforma) e de restauração política, cujas ações se desenvolveram mais proficuamente ao longo do século XIX na Europa, ocorreu uma polarização cada vez maior.

Com a reunificação, renova-se este contexto cultural e político, pois, neste período, Mazurek (2016) destaca a efetiva atuação da II República Polonesa em relação aos emigrados e os problemas da emigração, articulando-se a possibilidade de uma atuação mais ampla dos políticos e também dos intelectuais, sujeitos estes, que, conforme destaca o autor, mantiveram ativas as reflexões antes e durante a retomada da independência em relação à preocupação com a efetivação e a manutenção desta.

[...] como a imigração polonesa para o Brasil coincidiu com a época em que movimentos nacionalistas atuantes nos territórios ocupados se organizavam para reconquistar a independência do Estado polonês, a questão da emigração tornou-se um assunto de primeira grandeza. Tendo em vista o grande número de poloneses vivendo de forma aparentemente isolada e em comunidades consideradas homogêneas, em especial no Brasil, mas também na Argentina, e, obviamente, os problemas que isso significava para aqueles movimentos tanto em termos de potencial de recrutamento quanto em termos da redefinição da identidade polonesa [...] muitos dos imigrantes instalados no Paraná se viram assim às voltas com interesses nacionalistas (MAZUREK, 2016, p. 162).

Conforme Truzzi (2016, p. 13), no caso dos migrantes italianos, o governo da Itália, durante o fascismo buscou formas de “usar os emigrados como massa de manobra para colocar em prática um expansionismo comercial, ideológico e de potência, ao ponto de não os definir mais como “emigrantes”, mas como italianos no exterior”. Para o autor, estes foram usados politicamente, assim, os representantes diplomáticos que tiveram que fazer propaganda do regime. No caso da Polônia, as interferências consulares, mas não somente estas, também estiveram entre os emigrados articuladas a discursos de consciência nacional, e identidade cultural e étnica em distintos processos sociais.

A partir de suas intervenções entre os poloneses migrantes, estes agentes primavam que em suas dinâmicas de sociabilidade estivessem claras as questões culturais e identitárias: memórias, histórias, práticas folclóricas e religiosas, civilidades, práticas nacionalistas, retomada de heróis nacionais, proficuidade da língua, literatura e músicas étnicas e educação escolar étnica. De modo geral, discursos de polonidade, perseguindo uma pretensa “pureza cultural”, associaram o estreitamento de relações sociais etnicamente delimitadas no estabelecimento de fronteiras em relação aos demais grupos na sociedade onde estão inseridos.

Neste sentido, Nawroski (2017, p. 259) destaca, que entre os poloneses migrantes, questões como “O casamento interétnico era de aceitação relutante, principalmente pela resistência a admitir na família uma pessoa não descendente de poloneses numa comunidade formada pela língua, pela igreja, pelos hábitos culturais próprios dos colonos”. Estas estratégias também são evidenciadas por Truzzi e Zanini (2018, p. 143) em relação à italianidade:

[...] a consolidação de uma identidade étnica italiana construída no destino [...] obedeceu a um longo e difícil processo, para o qual também contribuíram parcialmente, de um lado a imprensa, e as escolas étnicas – pela divulgação de um idioma dominante por cima dos dialetos regionais -, e, de outro, o movimento étnico associativo e a constituição de elites italianas interessadas em consolidar-se localmente.

Principalmente após a reunificação e a oficialização da *Kultura* e da *Oswiata*, nos distintos espaços escolares da imigração polonesa, as práticas escolares constaram, além das aulas em língua polonesa, com a articulação de uma série de significações simbólicas, entre elas, as bandeiras polonesas nas escolas, os nomes das escolas ligados a heróis poloneses, artistas e intelectuais como Frédéric Chopin, canções polonesas e paisagens polonesas. Dessa forma, embora não sejam possíveis definições de cultura e identidade embasadas de fixidez, na tradição, em discursos fechados, houve tentativas de em caráter político-ideológico de manter certa fixidez articulada a discursos que se utilizavam, por exemplo, do aspecto pedagógico escolar e a prática pedagógica.

Na figura 37, datada do ano de 1930, podemos verificar a presença destas simbologias e representações culturais e identitárias no processo pedagógico, expostas nas paredes da Sociedade Escolar Águia Branca de Porto Alegre – RS, filiada à *Kultura*. Esta é uma das Sociedades Escolares mais antigas do RS, fundada em 1904, conforme Gluchowski (2005). A professora que aparece na imagem é Henriqueta Budzyn. Trata-se de uma sala de aula mista (com meninos e meninas), mas, também com estudantes de outros grupos de migrantes e nacionais, possivelmente negros (ao fundo, lado direito). Com o início das subvenções e a obrigatoriedade de aulas também em português, as salas de aulas das escolas étnicas recebiam cada vez mais estudantes de distintos grupos, não somente poloneses ou descendentes. Entre as imagens dispostas na parede estão heróis nacionais e outras simbologias.

Figura 37: Imagem da Sociedade Escolar Águia Branca de Porto Alegre – RS, ano de 1930.



Fonte: Sociedade Polônia (Porto Alegre – RS).

As associações foram criadas a partir das articulações das lideranças étnicas, com objetivos precisos de uma polonidade “construída no destino”, como colocam Truzzi e Zanini (2018), em relação à construção da italianidade. No caso dos poloneses, embora estivesse latente a relação com as origens, demarcada também pelo trauma da tripartição, quando da reunificação, há um claro projeto de construção articulado a esta nova condição, que, no entanto, conta com a (re)construção articulada ao contexto migrante e os contatos culturais da diáspora.

Como destaca Borges Pereira (2006, p.11) no prefácio do livro de Zanini (2006), “Essas correntes migratórias construíram seus territórios físicos, sociais e simbólicos como espécie de reprodução das pátrias de origem na diáspora”, ainda, “vem fazendo e refazendo a sua singularidade étnica com o apoio de uma retórica de identidade que se exprime no cotidiano e nos instantes ritualizados, na religião e na mitologia, na língua e na toponímia e, principalmente, numa história real, inventada ou reinventada, que narra o épico e o sofrido da saga do grupo”.

Para Siuda-Ambroziak (2000), houve a emergência de uma consciência de identidade perpassada por fatores internos e externos, dentre eles, aqueles relacionados às intencionalidades de que se propagam e não se deixam para trás questões imbricadas ao que

tangenciam as raízes da comunidade polonesa. A *Kultura* e a *Oswiata* como centralizadoras de discursos, nessa tentativa de salvaguardar, ambas possuíam objetivações ligadas ao que, em específico e prioritariamente, se quer salvaguardar. No entanto, tratou-se de uma pretensa “manutenção das raízes”, quando se esteve propenso e implicado a contextos múltiplos.

Há uma diversidade de identificações socioculturais entre os grupos sociais, no caso dos migrantes, antes, durante e depois das migrações. No caso dos imigrantes italianos, Truzzi e Zanini (2018) ressaltam os regionalismos. Em relação aos poloneses, isso também é perceptível, principalmente nas diferentes imbricações culturais em relação às regiões da Polônia e seus distintos domínios. Já no Brasil, alguns grupos de poloneses migrantes participaram também processos de migração interna, e, em ambos os contextos, há aqueles do meio rural e os do meio urbano, além de questões como as de ordem econômica, política e religiosa e, relações interétnicas com os “locais” e com outros migrantes. Conforme evidencia Machioski (2018, p. 289), ao referir-se aos imigrantes italianos de Curitiba:

[...] isso não significa que se tratava de um grupo homogêneo, havia diversidade de ordem social, política, econômica e religiosa, fato que determinou que os imigrantes instalados no meio urbano e aqueles fixados em áreas rurais seguissem ritmos distintos de organização social e cultural. Esse fato nos permite apontar para o surgimento de um fator de diferenciação que acreditamos vai interferir no processo de identificação desses imigrantes. Ao surgir a diferença, que estamos chamando neste texto de “lá” e “cá”, surge uma divisão: os italianos do lado de “lá”, o grupo do “eles”; que dependendo do ponto de vista dos do lado de “cá”, do “nós”, podiam estar na cidade ou no meio rural.

Aqueles que se destinaram ao meio rural, assim como os imigrantes italianos, em geral, preocuparam-se singularmente com a questão religiosa. Porém, mesmo de forma mais lenta, construíram também escolas étnicas e demais sociedades de apoio mútuo, esportivas e recreativas. Já no meio urbano, principalmente após a reunificação, houve uma grande efervescência das questões políticas e ideológicas gerando pretensões de maior uniformidade no andamento e na efetividade destas instituições, cujas questões, exigiram cuidar de seu aparelhamento. Então, a questão religiosa não se sobrepõe em centralidade às demais questões, mas, se articula a estas.

Nesse caso, articulados aos dois grupos distintos, cujas definições tornaram-se mais efetivas e perceptíveis no meio imigrante urbano, os “progressistas” e os “clericais” foram coordenar ações, dimensões e representações das polonidade(s). Nesse viés, o espaço urbano foi mais propício para a articulação de elites étnicas de lideranças intelectuais, religiosas e políticas, favoráveis à criação e ao aparelhamento das associações.

As formas de organização parecem ter sido tão intensas que, como seus congêneres italianos ou alemães, alguns poloneses nacionalistas não emigrados, a partir do final do século XIX, interessaram-se pelo potencial colonizador, no sentido imperial do termo, que residia sobre os imigrantes (Gabaccia et alii, 2006: 86-87). A ideia de fundar uma colônia – *Nowa Polska* –[...] e é de se pensar que isso foi possível devido ao grande número de poloneses instalados no Paraná e mesmo das formas de organização social – escolas, associações esportivas, órgãos de imprensa – existentes. Ao integrar os imigrantes entre si, e não necessariamente à sociedade nacional, todas essas formas de organização social podem ter criado, em sentido difícil de especificar novos processos de identificação, a meio caminho entre a nova e a antiga realidade (OLIVEIRA, 2015, p. 805-806).

A *Kultura* articulada pelos “progressistas” teve maior destaque e efetividade no meio urbano, articulando-se discursivamente a personagens da reunificação como Marechal Josef Pilsudki, entre outros, e a grupos intelectuais, destoando um pouco do meio rural, embora também tenha tido aderência nele. Essas características, conforme evidencia Machioski (2018, p. 291) também foram identificadas em relação aos imigrantes italianos de Curitiba:

Sobre este segundo grupo, Azzi afirma que, “carregavam a bandeira da italianidade, eram imigrantes de maior cultura, em geral maçons e liberais, e por vezes com espírito declaradamente anticlerical.” Para esse grupo urbano, portanto, composto por comerciantes, intelectuais de diferentes matizes políticas e ideológicas, liberais, anarquistas e maçons, o sentimento de italianidade tinha um cunho nacionalista e deveria ser mantido pela exaltação dos valores patrióticos. Neste contexto, surge em Curitiba um segundo grupo de imigrantes italianos, que pautava a sua identidade étnica no nacionalismo trazido da Itália unificada, onde os valores a serem preservados e exaltados eram a língua italiana culta, as datas comemorativas da pátria de origem e os personagens da unificação, como Vittorio Emanuele e Giuseppe Garibaldi. Este último, famoso líder da unificação italiana, inclusive emprestou seu nome à sociedade fundada em 1883 por esses italianos do centro urbano.

Identificamos que principalmente nos espaços sociais urbanos, mas não somente nos espaços urbanos, há claras vinculações com orientações nacionalistas, progressistas e liberais, a adoção de símbolos patrióticos como a bandeira e articulações à maçonaria. Por outro lado, também estão presentes no meio urbano as orientações voltadas para o reavivamento do catolicismo romano. Em relação às organizações étnicas dos imigrantes italianos, Machioski (2018, p. 292) ressalta como decisivo “o caráter ultramontano²¹⁶, pautado no discurso de romanização e europeização que era mantido pela Igreja Católica Apostólica Romana da época”. Conforme o autor, coexistiam “dois grupos diferentes de imigrantes de origem italiana, que, conseqüentemente, defendiam pensamentos e maneiras distintas de como preservar a sua identidade étnica”, então, isso foi motivação para as constantes tensões, dadas as dimensões em jogo.

²¹⁶ Para Machioski, (2018, p. 292), “Conforme nos aponta Souza, “a ultramontанизация e romanização da época, combatia ao mundo moderno, o liberalismo, a maçonaria, a república, o comunismo, os protestantes, entre outros””.

Em relação aos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, Truzzi e Zanini (2018, p. 141) estabelecem a questão religiosa católica e seu potencial estruturante e civilizador das comunidades, bem como a relação com a italianidade, sendo que “no meio urbano o clero podia sofrer a concorrência de ideologias de esquerda e da própria maçonaria”. Estes tensionamentos são trabalhados ao longo de nossa pesquisa e se colocam em muitos pontos, convergentes com as questões ligadas a italianidade.

Siuda-Ambroziak (2017, p. 34) destaca que “A formação da identidade polono-brasileira no interior do sul do Brasil foi influenciada de uma maneira visível pela religião católica e pela religiosidade popular mariana trazida da Polônia”. Estas imbricações “permitiram a preservação de muitos elementos culturais (incluindo o conhecimento básico da língua dos antepassados, usada como “língua litúrgica”)”. Para a autora, a religião foi determinante, visto que “estimulou e preservou costumes e tradições polonesas incorporadas a religiosidade dos polono-brasileiros”, sendo que “a vida polônica no contexto rural, ainda hoje se centra ao redor da igreja e do padre, com preferência a língua polonesa nas orações e sacramentos”, “se os seus descendentes que se casam fora do círculo “polonês”, fazem-no dentro do mesmo grupo religioso, o católico”. A forte religiosidade em vivências mais ligadas ao meio rural também são evidenciadas por Nawroski (2017, p. 268). Para a autora:

[...] a diferença entre os emigrados para a América do Norte e os emigrados para a América do Sul, que, ao retornarem à Polônia para realizar cursos de língua e cultura em universidades polonesas, como as de Varsóvia, Cracóvia, Wrocław, Poznan, Lublin e Gdansk, são movidos por interesses distintos. Enquanto os norte-americanos estão mais interessados por temas como Segunda Guerra Mundial, judeus e holocausto, os sul-americanos buscam pelo folclore e pelos santos da igreja católica. Importa salientar que a imigração para colônias luso-hispânicas favoreceu o culto à igreja católica, diferentemente das colônias inglesas, nas quais o catolicismo não prevaleceu com tamanha força. Também as memórias ainda apresentam os traços da identidade de camponeses.

As questões mencionadas no excerto acima demonstram interfaces dos distintos entrecruzamentos culturais dados nos diversos espaços vivenciados pelos poloneses da diáspora e a influência das religiosidades pode ser percebida com decisiva importância nestas construções. Tal influência foi efetiva graças ao trabalho determinado do clero, buscando articula-se de forma eficaz ao projeto de reavivamento do catolicismo e fortalecimento da igreja.

Em relação à atuação dos padres em relação à identidade étnica e cultural e a comunidade imaginada, neste estudo, principalmente os vicentinos da Missão de São Vicente de Paulo, houve uma complexa organização de ações em várias frentes, sendo que, as sociedades escolares estiveram entre as principais. Nesse projeto, a centralidade articulada

através da *Oswiata*, viabilizou sua amplitude. Weber (2015, p. 261) ressalta:

O exercício da função religiosa possibilitava aos membros do clero muitas circunstâncias de promoção de uma identidade étnica polonesa. As celebrações religiosas em polonês e a prática do sacramento da confissão em língua polonesa aproximavam os missionários dos imigrantes. Estas práticas encontraram resistências no clero católico, por parte de bispos e padres brasileiros, tendo havido interferência do Papa, em 1907, na concessão de uma licença para o uso de cânticos em polonês durante as missas (BIERNASKI CM, 2002: 116). Entretanto, o que dá à ação destes clérigos vicentinos um matiz étnico vai muito além da assistência espiritual em idioma dos imigrantes, pois fundaram escolas, associações culturais, corais, teatros e, nas décadas cinquenta e sessenta, grupo folclórico e emissoras de rádio (BIERNASKI CM, 2003: 3, 76; 75 ANOS, 1978: 24, 251). O pensionato (Bursa) fundado em 1923 em Curitiba tinha primordialmente objetivos religiosos (formar professores cristãos e incentivar vocações religiosas); por outro lado, ao hospedar filhos de imigrantes que iam realizar estudos na capital paranaense (GUMIEIRO, 2013: 76; BIERNASKI CM, 2002: 119), operava como elo identitário. Romão Wachowicz, que promoveu a identidade polonesa através do teatro escolar (ver abaixo), desenvolveu atividades teatrais enquanto esteve no internato vicentino (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 396). O raio de ação dos vicentinos estendia-se a outros Estados do país, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Conforme Malczewski SChr (2016), “Na volta do Congresso Eucarístico Internacional, que se realizou em Buenos Aires, na Argentina, em 1934, o bispo Teodoro Kubina visitou os núcleos poloneses no Brasil”. Nesta visita, o Bispo ressaltou que “A colônia polonesa baseava a sua atividade na Sociedade Polonesa, que, apesar das condições difíceis em que se encontrava, mantinha entre os poloneses os sentimentos de polonismo”. Nesse mesmo manuscrito, Wachowicz (s/ano, p. 2²¹⁷) ressalta trechos de um discurso do Sr. Faucz, no período supervisor no Colégio Henryk Sienkiewicz de Curitiba, filiado à *Oswiata*. Na oportunidade o Sr. Faucz escreve para recepcionar o Bispo:

Saudamos V. Excia. Em nome da “Colônia Católica do Brasil” congregada sob o estandarte da “Associação Católica Oswiata”, bem como outras entidades e sociedades que compõe o comitê de recepção, devo frisar que nós não vimos a Polônia com os próprios olhos, pois nascemos na terra de Santa Cruz. Se vós saudamos Excia. Como nosso patrício mais caro, Bispo de Czestochowa, com palavras polonesas devemos isso em grande parte a fé católica na qual nos educaram nossos pais. Não foi outro imperativo, mas no mandamento que nos mandou venerar no mesmo nível os nossos pais e a língua materna, bem como as tradições de nossos antepassados. Se hoje contamos com organizações fortes, igrejas, escolas, sociedades, vai grande mérito nisto, confesso sinceramente, também de nossos pastores poloneses, pois o protetor do primeiro grupo de peregrinos nas terras de Sta. Cruz, não foi outro senão o Pe. Antônio Zielinski. Posso assegurar com plena convicção que a colônia polonesa pode ser atirada às selvas mais distantes, mas se tiver a seu lado um Pe. Polonês, não perderá o seu sentimento de polonidade.

Através da *Oswiata* a polonidade foi vista como uma ligação com a representação da

²¹⁷ Anotações de Ruy C. Wachowicz, pasta Wachowicz do Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo.

Polônia como pátria católica. Nas mesmas anotações, Wachowicz (s/ano, p. 222-259²¹⁸) ressalta o excerto do Pe. Kubina: “Não se deve enviar as crianças as escolas que não sejam polonesas, ou onde os dirigentes não sejam poloneses. Mesmo que em tais estabelecimentos existisse a maioria de crianças polonesas, o espírito lá não é polonês, mas estrangeiro que leva para a “desnacionalização””. Em outro momento das anotações o autor ressalta outro trecho: “A fé católica não é somente a nossa maior força religiosa, mas também força polonesa”. A citação do Bispo Kubina demonstra a visão delegada à escola étnica em

[...] manter a identidade do grupo étnico e as diferenças bem distintas, valendo-se da escola para isto. Portanto, não era a falta de escolas públicas, no Paraná, que levava os imigrantes a não enviar seus filhos à essas escolas, mas, sim, o interesse e a necessidade de uma escola diferenciada, que mantivesse e cultivasse valores étnicos. Isto reafirma que a língua foi um elemento de identificação, de coesão e também de limite étnico, porque comunicava um universo de valores culturais significativos (RENK, 2004, p. 65).

O papel das escolas étnicas ou das sociedades escolares étnicas em relação à polonidade era visto como imprescindível, conforme ressalta a autora acima, porém, em relação ao destaque feito pela autora acima, de que “não era a falta de escolas públicas, no Paraná, que levava os imigrantes a não enviar seus filhos a essas escolas”, acrescentamos que não era “só” a falta, considerando que esta realmente foi uma das condições que levou a escola étnica a ter tamanha importância na educação brasileira deste período, como tem sido visto nas produções ligadas a História da Educação brasileira.

Embora a *Kultura* tenha iniciado com vantagem e ganhado campo, principalmente no espaço urbano, a *Oswiata* também logo teve amplo espaço. Seu crescimento rápido relaciona-se também com o fato de que o maior contingente dos poloneses migrantes no Brasil era de camponeses e, entre estes, a etnicidade era mais facilmente construída perpassada por representações simbólicas católicas, aliadas aos sentidos²¹⁹ vivenciados diariamente. Nas distantes colônias, a igreja era o espaço da reflexão e do encontro, do diálogo e da dinâmica coletiva na qual se colocam culturas e representações e memórias, e então se (re)constróem identidades.

Ambas buscaram a partir da identidade autoafirmada, estabelecer “quadros de referência”, sistemas que visavam ser subjetivados nas sociabilidades e manifestados na forma de ver e agir no mundo, no entanto, sujeitos à reordenação e transformação,

²¹⁸ Anotações de Ruy C. Wachowicz, pasta Wachowicz do Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo. Refere-se a considerações escritas pelo Pe. Kubina.

²¹⁹ Aqui “sentido” é pensado a partir de sua imbricação à cultura em Rösen (2014).

considerando a realidade, pois, a religião, conforme Siuda-Ambroziak (2017, p. 17-18), teria também o papel de facilitar os processos de integração dos imigrantes à sociedade brasileira.

Para a autora,

[...] Como suponho, determinantes do processo de formação da identidade polônica/polono-brasileira no Brasil: esta parece ser a religião (e a religiosidade, especialmente a popular). Assim, a identidade e a religião são ambas fenômenos culturais universais e excepcionalmente significativos, especialmente pelas suas capacidades de ao mesmo tempo mudar, preservar e legitimar a realidade. A religião, a identidade e a vida de um indivíduo, grupo ou sociedade permanecem em uma relação dialética, conduzindo mutuamente a mudanças empiricamente perceptíveis nas suas estruturas. Isso é visto com muita clareza no contexto das migrações, em que a religião constitui sempre um dos fatores mais fortes na preservação da identidade étnica e cultural original dos migrantes, a qual influi em: percepção do valor das raízes étnicas (costumes, tradições e comportamentos); sentimento e apoio da comunidade; conhecimento da língua dos antepassados, que pode ser usada na esfera religiosa como “língua litúrgica”; velocidade e efetividade de processos assimilatórios e integratórios na sociedade receptora. Assim, a religião pode facilitar os processos da transformação identitária rumo à aculturação, assimilação e integração, como também dificultá-los, dependendo de como esta sendo praticada, entendida ou até “usada” por ambos os lados – imigrantes e a sociedade receptora.

Contudo, se a religiosidade católica era vista como facilitadora nos processos sociais da imigração polonesa no Brasil, isso parece não ter sido unânime em relação a outros destinos na diáspora, logo, há diferenças nos processos diaspóricos e nos contatos culturais estabelecidos. Ao tratar sobre os imigrantes poloneses da primeira geração na França e a formação da identidade nacional no século XX, Braudel (1989, p. 178), no subtítulo “problema cultural”, destaca que, entre os imigrantes no país, estavam os poloneses e que estes se mantinham isolados, agrupados maciçamente. Segundo o autor:

[...] sobretudo no Norte da França, e ainda por cima isolados pelo idioma, vivendo entre si, com seus próprios artesãos, são expostos à hostilidade geral. Em ambos os casos, a religião católica não serve de cimento, ao contrário. As pessoas zombam, durante o trabalho, dos sinais-da-cruz dos estivadores napolitanos de Marselha – daí o seu apelido de *crístos*. Para a gente do Norte, as manifestações da religiosidade polonesa, beijar a mão do pároco, entre outros, parecem derrisórias. E a própria igreja cria dificuldade para os estrangeiros que querem ter compatriotas como padres: senão, dizem eles, como vamos confessar? Em suma, todos os prefeitos afirmam: “Os poloneses são inassimiláveis”. Mas há a escola, sobretudo a escola. E às vezes há também a vida sindical, os partidos políticos [...].

O autor acima ressalta uma forte ligação com a religiosidade, o que dificultava o diálogo no contexto francês, porém, assim como tratamos aqui, em relação ao Brasil, havia também na França, entre migrantes poloneses, a inserção das escolas, dos partidos políticos e da vida sindical, estes últimos, mais alinhados ao perfil da *Kultura*. De todo modo, a opção religiosa católica fez parte dos traços diacríticos da polonidade representada pelos clericais,

assim, reafirmando que a noção de etnicidade refletiu uma consciência da diferença, como fronteira, na qual pode ser vista e reconhecida. A partir da orientação religiosa católica articulada na *Oswiata*, seus membros compartilharam destas representações culturais na interpretação dos processos históricos e sociais e nas atitudes para com este.

Em relação às sociabilidades étnicas como articulações culturais e identitárias dadas na comunidade imaginada na diáspora, retomamos Oliveira (2009, p. 101-103), para quem “estas formas de organização também geraram outras conseqüências. Elas acabariam por modificar a vida social dos imigrantes. Elas contribuíram para refazer laços sociais rompidos com a emigração, inclusive entre indivíduos que não necessariamente se conheciam”, tal como os membros da nação como comunidade imaginada, conforme Anderson (2008).

No pós-reunificação, sob a compreensão da reexistência do Estado, as organizações culturais da diáspora e suas atividades passaram a exercer papel mais articulado. Embora o contexto diaspórico não pudesse ser desvinculado de suas imbricações permeadas pela dinâmica social, foi nesse contexto que as iniciativas e organizações polonesas já existentes, a partir de definições identitárias, foram (re)olhadas pela pátria reunificada, e a identidade étnico-cultural recebeu novos impulsos.

Na perspectiva das comunidades imaginadas, por Anderson (2008), as experiências e representações das quais os sujeitos destas comunidades compartilham, a leitura, a imaginação e a simultaneidade disponibilizada pela imprensa em vernáculo, são efetivamente mais objetivas do que a relação geográfica e territorial, pois, colocam em sintonia cidadãos em diferentes distâncias, sejam elas políticas, econômicas, sociais e geográficas. É nesta perspectiva de comunidade culturalmente imaginada que a diáspora esteve articulada, embora não se desvincule de uma imaginação e pertencimento de “pátria de origem”, no sentido do estado territorial, que não é o país de residência atual.

Assim, iniciativas como a União das Sociedades *Kultura* e *Oswiata* passaram a ter um papel articulador de unidade na diferença. As atividades das uniões no pós-reunificação foram fortalecidas e formalizadas na presença do consulado, com o intuito de orientar formalmente a atuação das demais organizações associativas a elas filiadas.

Em resumo, as associações, as escolas e os órgãos de imprensa aparentemente modificaram a vida social dos imigrantes. Aproximando imigrantes que não necessariamente se conheciam, contribuíram para construir, em torno de uma nova identidade polonesa, sociabilidades rompidas com a emigração. Mas isso num novo estilo de vida mais livre, embora não isento de conflitos (OLIVEIRA, 2009, p.231).

A *Kultura* e a *Oswiata*, na atividade de organizar e de operacionalizar certa unidade nos processos educacionais escolares e nas demais sociedades filiadas, dinamizaram complexas redes e estratégias político-ideológicas e culturais atreladas às representações étnico-culturais identitárias articuladas à perspectiva teórica da diáspora. Estas sociabilidades étnicas, para além dos objetivos internos no contexto brasileiro tiveram sua existência ligada a uma amplitude de objetivos mediatos e imediatos: motivadores da diáspora e também aqueles que estavam relacionados com a perspectiva do reconhecimento e do pertencimento a Polônia reunificada e ressurgida, também evidenciados nesta construção.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. [...] elas têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não com uma incessante reiteração, mas como “o mesmo que se transforma” [...] é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional [...] (HALL, 2006, p.108-9).

Trata-se de um processo em que “Termos como *germanidade*, *polonidade* e *italianidade* apareceram nos discursos de imigrantes e descendentes para assinalar uma vinculação cultural à nação de origem” (SEYFERTH, 2012, p. 18), sustentados em “representações narradas” (ZANINI, 2006), necessárias à manutenção de vínculos identitários, tendo em vista a “importância social e política das representações” (CATROGA, 2015, p. 74) aí difundidas.

Conforme Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p.88), “Estas “ligações primordiais” são aquelas que ligam os indivíduos por uma relação à qual atribuem uma qualidade especial que se refere à própria natureza do vínculo, independentemente das relações efetivas”. Para eles, estes vínculos “são dotados de uma significação inefável, como aquela que se atribui aos vínculos de parentesco, e são caracterizadas pela intensidade da solidariedade que suscitam, por sua força coercitiva e pelas emoções e o sentimento do sagrado que lhe são associados”. Ainda, “compartilham a herança cultural transmitida por ancestrais comuns, fonte de ligações primárias e fundamentais” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p.88).

Como discutimos no capítulo, entre os objetivos da luta pela identidade, além daqueles ligados a reunificação e a religiosidade, estão os objetivos econômicos e políticos da Polônia reunificada em relação aos seus migrantes na diáspora e aqueles dos próprios migrantes em relação à pátria de acolhida, assim este engajamento identitário ocorreu entre distintos lugares e membros da diáspora. Para tanto, retomamos Cuche (2002, p. 196), a perspectiva mutável e a questão estratégica da identidade. Para o autor:

Nesta perspectiva, a identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa. O conceito de estratégia indica também que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de uma certa margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade da maneira estratégica. Na medida em que ela é um motivo de lutas sociais de classificação que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais.

Em relação à reivindicação da identidade étnico-cultural entre imigrantes italianos, conforme Machioski (2018, p. 297), mesmo tendo sido naturalizados cidadãos brasileiros e prometido fidelidade à Constituição e demais leis (atitudes ligadas a interesses políticos na nova pátria), ressalta, que muitas vezes os imigrantes se envolveram em “disputas simbólicas na intenção de defender a preservação do seu sentimento de italianidade”. Nesse sentido, as polonidade(s) articuladas nas duas associações estudadas foram evidenciadas como importantes processos de luta que embasaram as organizações dos poloneses na diáspora e em sua articulação à comunidade imaginada.

Nesses espaços de sociabilidade, as práticas educacionais, esportivas, religiosas, recreativas, políticas e demais ações desenvolvidas, “expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997: 16). Assim, poloneses identificaram-se nas múltiplas polonidade(s) representadas em práticas de significação, implicadas aos diferentes contextos vivenciados e experienciados, ou seja, articuladas a processos simbólicos tanto no contexto de emigração, nos diferentes domínios e contextos multiculturais e multiétnicos dos quais eram perpassados, quanto nos diferentes espaços de sociabilidade na diáspora.

Para Haesbaert (2005, p. 95), a dispersão da diáspora “Aparentemente um problema, a dispersão espacial acaba funcionando como um recurso estratégico, na medida em que, dependendo das condições econômicas e políticas, pode-se se recorrer a outros membros da diáspora em diferentes países do mundo”. A diáspora polonesa não foi necessariamente fixada na ideia de pertencimento e “retorno redentor” (HALL, 2003, p. 28), mas tomada a partir de uma coesão pautada na consciência etnocomunitária, acionada nos locais de

inserção dos imigrantes poloneses em que se processaram culturas e identidades, no sentido colocado por Hall (2003, p. 35-36), de que “as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos”. Conforme Jean William Lapierre, no prefácio das Teorias da Etnicidade:

[...] a etnicidade não é um conjunto intemporal, imutável de “traços culturais” (crenças, valores, símbolos, rito, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinárias etc.), transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo; ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir.

De acordo com Siuda-Ambroziak (2017, p. 13), “Quando em 1918 foi criado o soberano estado polonês, a política do novo governo também pressionava os ambientes imigratórios poloneses, por meio das organizações étnicas, na direção de rechaçar ou pelo menos atrasar os processos da assimilação”. Assim, nas distintas manifestações sociais étnicas dos imigrantes poloneses, “Os imigrantes se apegam a estes fragmentos de cultura, pois isto lhes permite afirmar uma identidade específica e provar sua fidelidade à comunidade de origem” (CUCHE, 2002, p. 232), pois:

Permite também manter um mínimo de coesão no grupo dos imigrantes que reconhece assim uma origem comum. Sayad observa ainda que por estas mesmas razões os imigrantes entram no jogo da política estatal de revalorização de suas culturas. Participar das manifestações culturais subvencionadas por essa política não é um “luxo supérfluo”, mas uma tentativa de salvaguardar o que ainda pode ser salvo da cultura de origem e reforçar a solidariedade no grupo dos compatriotas pelo sentimento partilhado de existir coletivamente (CUCHE, 2002, p. 232).

Dessa forma, a *Kultura* e a *Oswiata*, através de suas atuações ligadas a idéia da imaginada (com) unidade (re)constroem polonidade(s) cujas pretensões de uniformidade, principalmente por parte da *Oswiata*, foram objetivos perseguidos. Há, conforme Bhabha (2013, p. 70) “a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida no momento da diferenciação”. Para o autor, a enunciação da diferença problematiza as divisões binárias. Como podemos perceber, os entrecruzamentos foram evidenciados na dinâmica social e foram necessários na vitalidade cultural e identitária que, ao mesmo tempo, potencializa a diferença.

No tocante às complexas relações envolvidas no âmbito das uniões *Kultura* e *Oswiata* e suas lideranças como promotoras de (re)imaginações e (re)construções de distintas polonidade(s) vinculadas à comunidade imaginada na diáspora, com suas distintas orientações

e posicionamentos culturais, ideológicos e teórico-políticos inseridos em uma rede de relações articuladas, por si só, já confirmaram que as perspectivas modulares são extravasadas no processo cultural e identitário. Como ressalta Hall (1997, p. 75), a identidade unificada é uma fantasia, considerando a imbricação com “o processo de representação que se localiza no tempo e nos espaços simbólicos”. De todo modo, essa particularidade se evidencia produtiva em termos da comunidade.

Dewes (2017, p. 52) ressalta que “sob a perspectiva das fronteiras da etnicidade polonesa salta aos olhos ao se aproximar de uma educação intercultural e assim evidenciar a importância da própria ideia educativa como perpetuador da memória, das tradições e expressões de polonidade”. O que se coloca, porém, é que ao tratarmos destas questões e indiciá-las no narrado, também precisamos fazê-lo evitando denotar (en)clausuramentos culturais. Entender essa dinâmica da diferença é libertação em relação ao sofrimento e ao aprisionamento das identidades performativas. Para Bhabha (2013, p. 70):

E é a própria autoridade da cultura como conhecimento da verdade referencial que está em questão no conceito e no momento da enunciação. O processo enunciativo introduz uma quebra no presente performativo da identificação cultural, uma quebra entre a exigência culturalista tradicional de um modelo, uma tradição, uma comunidade, um sistema estável de referência, e a negação necessária da certeza na articulação de novas exigências, significados e estratégias culturais no presente político como prática de dominação ou resistência. A luta se dá frequentemente entre o tempo e a narrativas historicistas, teleológicos ou míticos, do tradicionalismo – de direita ou de esquerda – e o tempo deslizante, estrategicamente deslocado, da articulação de uma política histórica de negociação [...].

Este escopo de quebra relaciona-se intimamente com a perspectiva da identidade na diáspora. Dentre aqueles que se referem à diáspora polonesa em seus estudos, muitos deles, não saíram de um entendimento da tradição cultural, mais alinhada à diáspora judaica. No entanto, as comunidades diaspóricas, embora se coloquem referenciadas a uma comunidade de origem, são (re)construídas e (re)imaginadas na contingência dos processos históricos e culturais e nas hibridizações em contextos culturais múltiplos. Budakowska (2014) também alerta para as dinâmicas identitárias, as diferentes e até contraditórias identidades criadas entre os imigrantes poloneses e seus descendentes no contexto brasileiro.

Assim, quando se retraça a história de um grupo étnico ao longo do tempo, não se está, simultaneamente, no mesmo sentido, traçando a história de uma “cultura”: os elementos da cultura presente de um grupo étnico não surgem do conjunto particular que constituiu a cultura do grupo em um período anterior, embora o grupo tenha uma existência organizacional contínua, com fronteiras (critérios de pertença) que, apesar das modificações, nunca deixaram de delimitar uma unidade contínua (BARTH, 2011, p 227).

É nesse sentido relacional que percebemos a diáspora polonesa em que a polonidade é uma adesão de perspectivas culturais no entre-lugar.

A cultura migrante do entre-lugar, a posição minoritária, dramatiza a atividade da intradutibilidade da cultura; ao fazê-lo, ela desloca a questão da apropriação da cultura para além do sonho do assimilacionista, ou do pesadelo do racista, de uma transmissão total do conteúdo, em direção a um encontro entre o processo ambivalente de cisão e hibridização que marca a identificação com a diferença da cultura. (BHABHA, 2013, p. 308).

A preocupação articulada na *Kultura* e na *Oswiata* em desenvolver a retomada cultural e a (re)construção das identidades pode ser pensada a partir do questionamento de Hall (2013, 43-44) em relação à reconstrução das identidades de assentados negros caribenhos no Reino Unido. O autor questiona: “O que dizer então sobre todos aqueles esforços de reconstrução das identidades caribenhas por um retorno a suas fontes originárias? As lutas pela recuperação cultural foram em vão?” Ao que responde: “Longe disso. Retrabalhar a África na trama caribenha tem sido os elementos mais poderoso e subversivo de nossa política cultural no século vinte”, ou seja, esta é uma forma produtiva, capaz de bons resultados nas estratégias da identidade.

Embasando-se em Gilroy, Clifford (1994, p. 230), ressalta que “as culturas da diáspora operam no sentido de manter a comunidade, preservando e recuperando tradições de forma seletiva, adaptando-as e apresentando novas versões delas, híbridas e, frequentemente, antagônicas”. Na contemporaneidade, a perspectiva da diáspora parece ter sido instrumentalizada pela República da Polônia, pautada em posicionamentos culturais como tentativas de recuperar tradições.

Em 2002, o Ministério das Relações Exteriores instituiu a comemoração no dia 2 de maio como o dia da diáspora polonesa e dos poloneses no exterior²²⁰. Para Lesser (2008, p. 206) “a identidade nacional e a identidade da diáspora trabalham juntas”, são tratadas de forma mais aproximada à “nação mobilizada” como “projeto de poder”. Dessa forma, os

²²⁰ Informação disponível em:

https://brasil.msz.gov.pl/pt/p/brasil_br_a_pt/acontecimentos/dia_da_diaspora_polonesa_e_dos_poloneses_no_exterior. Acesso em: 30 ago. 2018. Conforme trecho de texto disponível: “O governo polonês mantém contato com a diáspora polonesa e os poloneses no exterior de múltiplas maneiras, entre outros, através do “Programa do governo para a cooperação com a Diáspora Polonesa e os poloneses no exterior para 2015-2020””, para isso estão entre “os objetivos estratégicos: o apoio ao ensino da língua polonesa, ensino na língua polonesa e sobre a Polônia, o fortalecimento da identidade polonesa e possibilidades de participação na cultura nacional, fortalecimento das comunidades polonesas no exterior”, ainda, “apoio aos poloneses que regressam para o país e criação dos incentivos para que as pessoas com origem polonesa se estabeleçam na Polônia, bem como o desenvolvimento multifacetado dos contactos com a Polônia”.

descendentes de poloneses na diáspora, com suas organizações associativas, linguagens, e produções culturais e intelectuais, evidenciam “discursos sobre etnicidade” em uma “comunidade imaginada” (LESSER, 2008, p. 204). Essa conjunção reflete uma mudança em relação à perspectiva da dimensão cultural e identitária da diáspora. Nove anos depois, Siuda-Ambroziak (2011) chama atenção para o fato de que em suas pesquisas e observações pelas comunidades polonesas no Brasil, principalmente no sul do país, os grupos pesquisados em suas práticas culturais desvelaram uma perspectiva de tradição cultural, para a pesquisadora, se mostraram mais poloneses que na própria Polônia.

6 A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E A RESTRIÇÃO NOS PROCESSOS DE SOCIABILIDADE ÉTNICA NAS ASSOCIAÇÕES *KULTURA(CZP)* E *OSWIATA* – POLONIDADE(S) ENTRE RUPTURAS E RESISTÊNCIAS!

O propósito deste capítulo está em contextualizar e tecer reflexões relacionadas às rupturas e às resistências no período definido pela pesquisadora polonesa Renata Siuda-Ambroziak (2017) como “a melhor fase” da polonidade no Brasil. Desde a reunificação até este período, as escolas e as demais sociedades articuladas a discursos de polonidade estavam sendo mais “atentamente apoiadas” pela Polônia renascida, com atitudes como o envio de recursos materiais e humanos, como vimos no capítulo anterior. Porém, as sociabilidades foram perpassadas por uma reordenação que se inseria gradualmente com a nacionalização disfarçada, imbricada às subvenções, e, a partir de 1938, com os decretos restritivos e proibitivos, efetivaria-se então a nacionalização compulsória, além, da ruptura nas relações com a Polônia, a partir do início da Segunda Guerra Mundial.²²¹

Assim, embora desde o século XIX as sociabilidades étnicas, culturas e identidades de imigrantes tenham encontrado no Brasil um contexto favorável para suas variadas formas de organização e normalidade de seu funcionamento, atividades e uso cotidiano da língua materna, ensino escolar, práticas religiosas e produção de materiais diversos, estas articulações, durante o período definido historicamente como Estado Novo (1937-1945), sofreram rígidas e efetivas interferências.

Durante o Estado Novo as emergências destas identificações, representadas e efetivadas no pertencimento étnico-cultural identitário, foram alvo de constantes e eficazes restrições através de uma política de fiscalização, vigilância, repressão e tentativa de “apagamento” em prol da construção de uma “identidade nacional”. Influenciado pelo contexto amplo de emergência de discursos nacionalistas, o Brasil passou a se articular à imaginação da nação e a uma perspectiva de *brasilidade*.

Assim, em um país que recebeu tantos imigrantes, com tamanha diversidade cultural e étnica, jogos de identidades e representações, como bem coloca Chartier (1988, p. 89), o “controle da significação e a imposição do sentido são sempre uma questão fundamental das lutas políticas ou sociais e um instrumento maior da dominação simbólica”. Então, o estrangeiro e suas instituições passam a ser um “inimigo-objetivo”, no sentido atribuído por

²²¹ Parte deste capítulo foi publicada no formato de artigo: SILVA, Fabiana Regina. ZALESKI TRINDADE, Rhuan Targino. Estado Novo, campanha de nacionalização e a restrição nos processos de sociabilidade étnica entre os polono-brasileiros no sul do Brasil: União das Sociedades Oswiata. **Revista Semina**. V. 16, N.º 2, 1-22, 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/8181>. Acesso em: 29 nov. 2018.

Arendt (2012), para o regime estadonovista e sua perspectiva da identidade nacional brasileira e do cidadão ideal, devendo ser, portanto, os indivíduos e as “zonas desnacionalizadas”, extirpados. Conforme Cuche (2002, p. 188)

Com a edificação dos Estados-Nações modernos, a identidade tornou-se um assunto de Estado. O Estado torna-se o gerente da identidade para a qual ele instaura regulamentos e controles. A lógica do modelo do Estado-Nação o leva a ser cada vez mais rígido em matéria de identidade. O Estado Moderno tende à monoidentificação, seja por reconhecer apenas uma identidade cultural para definir a identidade nacional (é o caso da França), seja por definir uma identidade de referência, a única verdadeiramente legítima (como no caso dos Estados Unidos), apesar de admitir um certo pluralismo cultural no interior de sua nação. A ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais. Sua lógica radical é a da “purificação étnica”.

Para Seyferth (2010, p. 39), no entanto, a nacionalização gradual já vinha ocorrendo desde o período imperial com a formação de colônias mistas. No caso de estados como o Rio Grande do Sul e o Paraná, entre outros, aos poucos se efetivavam também intervenções na educação escolar, entre estas ações, a subordinação do custeio do salário dos professores condicionado ao ensino em português com um discurso de assimilação gradual. O estado do Paraná inseriu gradualmente, desde 1917, exigências como o bilinguismo. Em relação ao Paraná, Freder e Sielski (2015, p. 120) destacam que, em 1919 e 1922, leis estaduais “já haviam determinado que, no território paranaense, o ensino deveria ser em língua nacional (português)”. Isso atingia diretamente as sociabilidades dos imigrantes, principalmente, suas sociedades escolares, culturas e identidades.

Outra questão relacionada a este processo gradual de inserção da imaginação nacional é a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB no Rio de Janeiro, no ano de 1838, ainda no século XIX. Por tratar-se de um órgão voltado para publicações e discussões intelectuais que colocariam em circulação um debate sobre aspectos históricos e memórias da pátria, inseriram-se no debate político e cultural nacional, as bases nacionalistas.

Com o Estado Novo as sociabilidades étnicas e a educação escolar étnica, com interferências anteriormente vistas como “amenas” a partir de subvenções dos estados, permitindo seu funcionamento desde que obedecidas algumas recomendações como o bilinguismo, sofreriam medidas restritivas do seu funcionamento em detrimento da adesão ao ensino público em moldes nacionais e o uso da língua portuguesa. No que tange à monopolização da educação pelo estado, Veiga (2009, p. 11) destaca uma “miniaturização da cidadania”, esta miniaturização “refere-se aos procedimentos de regulação da heterogeneidade social, viabilizados pelo ideário da meritocracia e pelos aspectos da homogeneização cultural

necessários para a consolidação do processo civilizatório”.

Assim, trataremos neste capítulo, a discussão relacionada à intervenção e à restrição nas polonidade(s) e nos processos de sociabilidade, articulados às Uniões das Sociedades: *Kultura e Oswiata*, durante a nacionalização compulsória. Nossa análise se dá a partir de fontes como: documentos públicos e privados da Nacionalização da “Pasta Nacionalização” do Arquivo dos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo – Curitiba – PR. São correspondências policiais, telegramas, correspondências e cartas em geral, jornais, livros, revistas e boletins censurados. Também estamos amparados na historiografia já produzida, podendo destacar: Renk (2014) e sua discussão sobre o processo de nacionalização das escolas polonesas e ucranianas no estado do Paraná, questões relacionadas à identidade étnica e as exigências legais de fiscalização, entre outras questões; a tese de Erick Reis Godliauskas Zen (2010) com sua análise sobre a documentação do Deops – SP, vinculada ao período da nacionalização e as perseguições aos imigrantes do leste europeu no Brasil, entre outros.

6.1 ESTADO NOVO E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO: *OSWIATA E KULTURA* - (CZP) – POLONIDADE(S) “NA MIRA” DA NACIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA.

Com uma composição étnico-racial e cultural bastante diversa em virtude da significativa entrada de imigrantes durante os séculos XIX e XX, a realidade multiétnica e cultural brasileira (sobretudo no sul e no sudeste do país), não facilitou a formalização de uma identificação nacional homogeneizadora. Porém, mesmo encontrando pontos de resistência entre os imigrantes, a nacionalização compulsória foi uma campanha de sérias restrições, com irreversíveis perdas, não significando, no entanto, a total aniquilação das muitas das manifestações étnico-culturais-identitárias dos imigrantes.

Como discutimos no primeiro capítulo, o movimento iniciado na Europa do século XVIII, que pautava novas ideias, entre elas das nações e das identidades, aos poucos se espalhou. Nesse contexto de transformações, ao final do século XIX, no Brasil ocorreu a institucionalização da República e, com isso a preocupação da modernização capitalista que percebia a consolidação da nação como imprescindível. Tornar-se uma nação associou-se fortemente ao desenvolvimento econômico: “era o movimento de afirmação de uma unidade simbólica, necessária pela modernização econômica” (KREUTZ, 2011, p. 351).

A partir das Guerras Mundiais, a articulação dessa política foi fortalecida pela concepção de que agentes nazistas e fascistas em meio à população brasileira, estariam atuando em defesa às nações de origem, através de, conforme destaca Seyferth (2010, p. 47),

“redes de suporte desde o início do fluxo migratório para o Brasil”, fortalecendo “vinculações mantidas entre imigrantes e o país de origem”, “relações transnacionais”. Ademais, somou-se o combate ao perigo representado pelas ideologias consideradas “estrangeiras” de esquerda (comunismo, anarquismo, socialismo e fascismo).

O fato é que as questões político-ideológicas do contexto europeu foram amplamente evidenciadas nos contextos das migrações, e, influenciaram os debates e atitudes dos grupos. Tais questões passaram a chamar a atenção do governo brasileiro que, até então, não dava muita importância. Para Fiori (2003, p. 15):

[...] antes dessa fase de nacionalização ocorrida nos anos 1930/1940, conhecida como “nacionalização forçada”, as chamadas escolas “estrangeiras”, existentes desde os tempos iniciais da imigração, viveram um intrincado jogo de relações sociais. Sob o ponto de vista brasileiro, foram deixando de ser encaradas segundo a perspectiva do pedagógico e passaram a ser percebidas mais sob um ângulo político ideológico.

Este ângulo político-ideológico não se evidenciou somente entre os migrantes poloneses e suas iniciativas étnico-culturais, mas, também, entre grupos migrantes como os alemães e italianos. Tais questões entre os poloneses foram bastante presentes, pois, além da conhecida resistência em relação à dominação anterior à migração, a ligação com partidos comunistas e socialistas e os movimentos sociais, a relação entre progressistas e clericais foi bastante conturbada e o combate entre ambos foi efetivo e percebido em distintos espaços sociais.

As atitudes de nacionalização no Brasil foram tomadas desde a Primeira República, inicialmente discretas, porém, a partir de 1918, após o fim da Primeira Guerra Mundial, percebeu-se um aumento na tomada de providências para ampliar a incorporação do civismo, do pertencimento e da devoção ao país entre os brasileiros. Estas medidas tornaram-se mais ostensivas a partir de 1930 e notáveis a partir de 1938, com a política de nacionalização compulsória do Estado Novo. Nesse período, de forma mais contundente, a política de nacionalização compulsória visou desarticular os chamados “quistos étnicos” ou “zonas desnacionalizadas”. Conforme Siuda-Ambroziak (2017, p. 14), o então,

[...] presidente Getúlio Vargas, que, na tentativa de reforçar o governo central, aplicou medidas unificadoras, ideológicas e práticas (legais), limitando os separatismos locais promovidos pelos imigrantes europeus e proibindo várias manifestações culturais, como o fechamento de escolas, organizações étnicas e imprensa local publicada nas línguas étnicas. Como resultado da ação nacionalizadora do Estado Novo (1937-1945), a atividade cultural de imigrantes, em muitos lugares, parou.

Segundo Giralda Seyferth (1981, p. 175), “O programa de ação de campanha tinha como premissa erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente, nos três Estados

do sul, e inculcar nas populações de origem europeia (especialmente alemães, poloneses e italianos) o sentimento de brasilidade”. Esse programa, portanto, pretendeu a assimilação compulsória ou forçada dos grupos vistos como minorias, acima mencionados, através de uma legislação específica que colocou à margem da lei a maior parte das instituições (sociedades assistenciais, de apoio mútuo, esportivas, imprensa, escola, etc) consideradas “estrangeiras”.

A idéia de “brasilidade” tornou-se um dos pilares que sustentavam o ideal de formar um povo integralmente homogêneo adaptado à “realidade brasileira”. Dessa forma, romper com os “quistos étnicos” fazia parte dessa estratégia de integração, ou, como podemos dizer, de assimilação. As medidas mais violentas para romper os laços de solidariedade e identidade foram, sem dúvida, as proibições do ensino e uso de línguas estrangeiras, bem como a circulação de literatura em qualquer outro idioma que não o português. Dessa forma, a língua portuguesa passou a ser entendida como “cimento da brasilidade”, adentrando nas organizações coletivas nas manifestações religiosas e, por fim, na esfera privada dos lares. [...] (GODLIAUSKAS ZEN, 2010, p.147).

A chamada “nacionalização compulsória” ficou mais incisiva a partir de medidas intervencionistas como a atuação da polícia e do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. O DOPS se tratava de polícia criada em 1924, cuja existência perdurou até 1983, fortemente utilizada pelo Estado Novo, com sua ação voltada para os projetos nacionalizadores. Entre as medidas e ações, estava também a legislação específica. Neste período foram efetivados decretos estaduais e da legislação federal nos anos de 1938 e 1939, firmada oficialmente a partir do Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional e, em seu capítulo XVI, que trata das disposições gerais e transitórias e estabelece que:

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro à menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

O capítulo VIII do mesmo decreto, tratando da concentração e da assimilação, fez o seguinte destaque:

Art. 39. Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia será constituído por estrangeiro de uma só nacionalidade.

Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

As orientações estabelecidas no decreto foram expressivamente proibitivas, impositivas e limitadoras nas questões étnicas. Assim, a assimilação, imaginada como um dos processos de construção da nação, aos poucos, significava na prática, sinônimo de erradicação e de extirpação de quistos étnicos. Tal objetivo levou a uma série de mudanças: reformas educacionais, aprimoramento da legislação trabalhista e a nacionalização das empresas (o país precisava fortalecer a indústria e o mercado nacional), além, de ações de apropriação, de desocupação e de fechamento de jornais, expulsão de estrangeiros e ampliação da propaganda nacionalizadora.

Em estados brasileiros como São Paulo, Godliauskas Zen (2010) evidenciou a tentativa de limpeza étnica a partir da intolerância étnica e política, visando à construção de uma identidade nacional, efetivada pela polícia representando o Estado, atuando fortemente entre imigrantes lituanos, poloneses e russos. Estes foram identificados como vindos do leste europeu e, por assim ser, considerados suspeitos de vocação revolucionária. Conforme o autor:

A presença da polícia passou a ser ostensiva nas atividades e organizações estrangeiras atuantes durante o Estado Novo. Os eventos, festividades e comemorações dessas associações deveriam ser comunicados com antecedência às autoridades. Os programas a serem executados – contendo discursos, as músicas e o conteúdo das peças teatrais – eram enviados para o DIP para serem avaliados. Se autorizado, policiais regulares acompanhavam o evento observando o cumprimento das determinações legais e avaliando se o conteúdo executado estava de acordo com o que fora autorizado. Ao mesmo tempo, os informantes e colaboracionistas, por meio de informes reservados, procuravam traçar um perfil dos frequentadores, observando se eles eram elementos conhecidos ou fichados pelo Deops. No caso de um desses agentes notarem irregularidades, a associação em questão poderia ser fechada. Dessa forma, mesmo as associações consideradas anticomunistas passaram a ter suas atividades suas atividades severamente acompanhadas pela polícia. Essa mudança de postura demonstra que as ações do Estado, neste momento, com relação aos imigrantes, iam além do combate ao comunismo, embora nos discursos oficiais esse pretexto sempre fosse acionado. Tratava-se efetivamente de desarticular em território nacional qualquer manifestação política, cultural e de identidade que não estivesse em consonância com o entendimento de sociedade idealizada pelo governo Vargas. (GODLIAUSKAS ZEN, 2010, p. 146-147, grifo nosso).

Assim, as diferenças culturais postas em jogo nos processos sociais permeados pela nacionalização, foram aos poucos, atenuando as características do conteúdo étnico mais

facilmente perceptíveis. A aculturação forçada deu-se mediada de aceitações e de negações de dentro para fora e de fora para dentro do étnico. Em termos mais gerais, quanto à população e ao contexto multiétnico, há a busca por uma homogeneização cultural e linguística através da inserção compulsória da língua portuguesa como oficial e obrigatória para todos os Estados da Federação, bem como, a perspectiva da formação ideal de um cidadão brasileiro para o regime, que era compatível apenas quando “nacionalizado”.

Estas características, que estão associadas a uma igualdade formal segundo a qual há apenas hierarquia relativa e ligada a tarefas, presumem, e tornam necessário, que sejam realizadas uma alfabetização e uma educação universal e, assim, a homogeneidade e a continuidade cultural (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, 47-48).

Porém, para Gertz (2005, p. 146), tal ação “não atingiu de forma linear, uniforme, todos os grupos, havendo significativas diferenças na avaliação das várias populações estrangeiras”. Foram distintas as intensidades das ações e reações para distintos grupos étnicos. Foram comuns, porém, o fechamento de sociedades e de iniciativas étnico-culturais, exceto aquelas que foram nacionalizadas. Conforme Malczewski (2008, p. 136), “em consequência da Nacionalização promovida em 1938, durante o Governo de Getúlio Vargas, 355 sociedades polonesas foram fechadas”. Porém, Siuda-Ambroziak (2017) destaca que a assimilação se deu de maneira mais efetiva no contexto urbano, já nos espaços rurais, tardou a acontecer e se evidenciaram muitas associações funcionando na subversão.

A possibilidade da proibição do ensino em língua estrangeira, exigida pelo nacionalismo desde o início do regime republicano, provocou um contradiscurso baseado no direito a diferença, e esta dependia da existência de um lar e um sistema escolar empenhados na perpetuação do uso do idioma [...]. Esses elementos (lar, língua), junto com ascendência (origem), formam a base da própria definição da categoria étnica [...] (SEYFERTH, 2011, p. 55).

Entre as distintas ações, a trajetória dos imigrantes poloneses, marcada pela experiência da tentativa de *despolonização*, somadas aos movimentos populares e aos partidos alinhados ao comunismo, se tornaram motivações para que pairassem olhares mais atentos sobre o grupo e suas organizações, pois, como já mencionado anteriormente, ao citar o trabalho de Godliauskas Zen (2010), tornaram-se suspeitos de vocação revolucionária.

Nesse sentido, as ações de repressão do DOPS e da polícia fiscalizadora visaram o fichamento de suspeitos de subversão, o combate ao comunismo, o anarquismo, a contra espionagem, etc. Há também a construção do imaginário do “perigo comunista”, o qual atingiu também os poloneses como possíveis “revolucionários”, e, além disso, coloca-se a

emergência simbólica de outra “ameaça”, com a ingerência do Estado polonês independente desde 1918, nas colônias polonesas no sul do Brasil, através da direção da emigração, do envio de instrutores e de professores, da atuação de sociedades com intenções colonizadoras, da inserção do consulado polonês nas instituições polonesas existentes antes de 1918.

As ações eram também motivadas pela ideia de “ameaça militar” de países que tinham imigrantes no país, a noção de “perigo alemão” (GERTZ, 1991) ou, então, do “perigo amarelo” (TAKEUCHI, 2008), enquanto construção de uma periculosidade simbólica que amplamente justificou o empreendimento nacionalizador varguista em relação aos imigrantes e suas manifestações culturais. Assim, permeados pelas tensões nos processos sociais coletivos do período entreguerras, se sobressaiam e se evidenciavam de forma conflitiva as visibilidades étnicas e a tentativa de silenciá-las através da nacionalização.

Entre os poloneses, escolas e associações foram fechadas e nacionalizadas, sujeitos etnicamente poloneses foram fichados no DOPS e presos acusados de vinculações com a “causa polonesa” por falar sua língua em público, pertencer a grupos esportivos ou denunciar e lutar contra as práticas nacionalizadoras do regime; em suma, foram fiscalizados, restringidos e reprimidos na sua sociabilidade étnica a partir de definições identitárias.

Conforme Dill (2007, p. 75), “o governo do estado novo foi influenciado pelas doutrinas totalitárias, as quais imprimiram um grande controle estatal, inclusive na instrução e na educação”. Ainda, “Getúlio Vargas determinou a ampliação da rede de escolas oficiais gratuitas com ensino na língua portuguesa, com professores brasileiros natos, e proibiu a língua, bandeira, legendas, inscrições, dísticos e símbolos estrangeiros”. Em contraposição, a tais símbolos, a autora complementa que se “tornou obrigatório o Hino Nacional, o hasteamento da Bandeira Nacional, a realização de horas cívicas semanais e estabeleceu sanções contra os infratores”.

As marcas da nacionalização compulsória foram percebidas aos poucos na União das Sociedades *Oswiata* e na *Kultura*, agora articulada na União Central dos Poloneses – *CZP*. Com o passar do tempo se tornaram mais claras, incisivas e intensificadas, principalmente na *Kultura/CZP*, devido à ligação desta com membros alinhados à esquerda, com definições comunistas e socialistas. Nesse sentido, colocamos nossa dificuldade em relação à documentação da *Kultura* e do próprio *CZP*. Como sabemos, em razão de seu perfil de atuação, foram mais perseguidos, buscamos relacionar a isso a esta falta de documentação. Além disso, há o fato de que os Acervos conservados estão sob a preponderância religiosa e ligados a locais como a antiga sede do LUD e da *Oswiata*. Então, a partir daqui, temos apenas algumas (in)conclusões sobre a *Kultura*, a principal é a de que tenha sido totalmente

desarticulada e sua documentação perdida ou queimada logo no início, no entanto, não podemos afirmar.

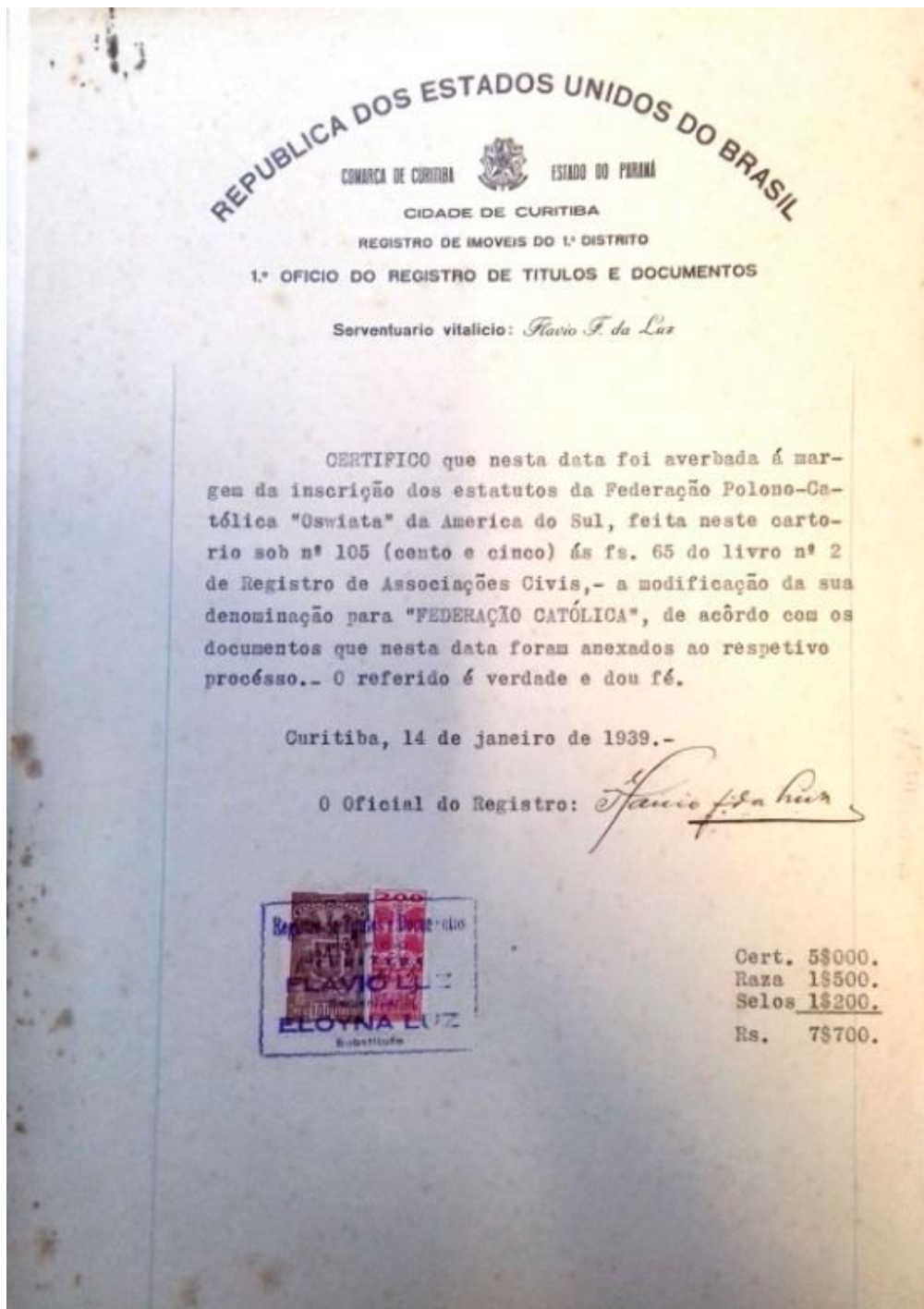
As ações contra as sociedades e as manifestações étnicas ocorreram a partir de órgãos oficiais e da imprensa nacional, que desarticularam a normalidade do funcionamento das iniciativas étnicas e das construções identitárias. Em relação aos poloneses, retomando Siuda-Ambroziak (2017), estas iniciativas estavam em sua melhor e mais produtiva fase. Dentre as ações restritivas, destacamos a fiscalização rigorosa e efetiva por parte do Departamento de Polícia em Curitiba, que se evidencia nos documentos disponíveis no Acervo dos Padres da Missão.

A fiscalização pelo Departamento de Polícia fez com que as atividades da *Oswiata* e demais sociedades sofressem alguns ajustes que interviam diretamente na dinâmica da sociabilidade étnica e nas demarcações étnico-culturais-identitárias, entre estes:

- troca de nome no registro da Associação *Oswiata* e das escolas e das sociedades a ela filiadas, além das demais sociedades cujos nomes possuíssem identificações “estrangeiras”;
- exclusividade da língua portuguesa nas atividades e orientações para todas as associações, principalmente nas Sociedades Escolares, mas, também nas missas e nos encontros religiosos;
- inserção de publicações da polícia e do governo com temáticas da campanha de nacionalização nos materiais produzidos pelas associações, entre eles, o Jornal LUD;
- prisões exemplares de padres da Missão que, em desobediência às orientações, rezaram missas e prédicas em polonês;
- prisões exemplares de lideranças étnicas que atuaram subversivamente;

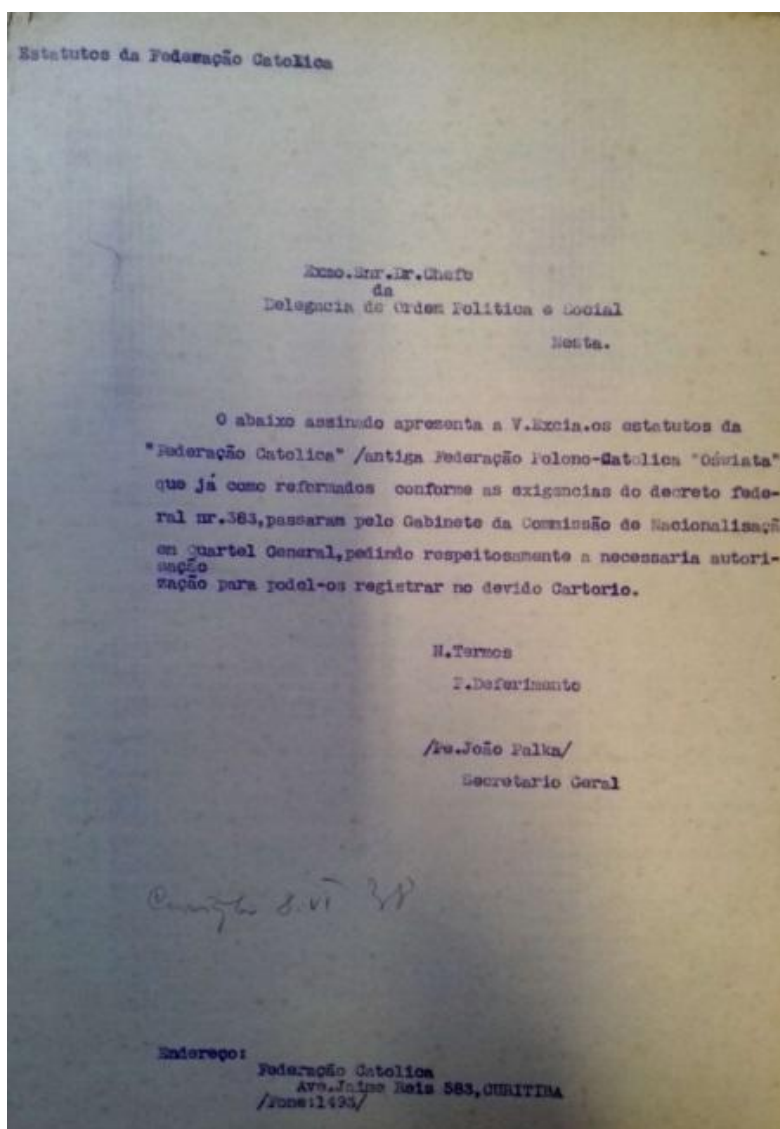
Em relação à *Oswiata*, conforme o ofício abaixo, figura (38), enviado em 1939 ao chefe da delegacia de polícia e assinado pelo secretário geral, o Pe. João Palka, devido às exigências do Decreto Federal nr.383, após registro em cartório, a União das Sociedades *Oswiata* passa a ser “*Federação Católica*”, retirando de seu nome a demarcação étnica. “A nacionalização dos nomes utilizados pelas associações também tinham o mesmo sentido, o de fazer perder o referencial de identidade” [...] (GODLIAUSKAS ZEN, 2010, p. 147).

Figura 38 – Averbação no Estatuto da Associação Federação Polono-Católica *Oswiata* da América do Sul para “Federação Católica” - 1939.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo/Pasta Nacionalização (Curitiba – PR).

Figura 39 - Ofício enviado em 1938 ao chefe da Delegacia de Polícia e assinado pelo Secretário Geral da *Oswiata*, Pe. João Palka.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo/Pasta Nacionalização (Curitiba – PR).

Em relação à imprensa, a grande maioria das publicações simplesmente desapareceu de circulação, com poucas exceções, na subversão e de maneira não regular. Em relação ao jornal LUD, Malczewski (2012, s/p) ressalta que, “Em consequência das medidas nacionalizadoras durante o governo do presidente Getúlio Vargas, nos anos 1940-1946 o periódico suspendeu a sua atividade”. Conforme Malczewski (2012, s/p), o jornal *Gazeta Polska w Brazylii* foi publicado pela última vez em 1935, quando da “promulgação do decreto do presidente Getúlio Vargas que fechou a imprensa estrangeira no Brasil. No período do seu auge, a tiragem da “*Gazeta Polska w Brazylii*” chegou a 4 mil exemplares”. Estes jornais são

importantes fontes, por ser um dos principais meios de comunicação da imprensa escrita da época, conforme mencionamos em capítulo anterior.

Na capa do Jornal “Diário da Noite” de São Paulo, ano de 1939, na figura 40 (A e B), percebemos a efetividade da campanha em um alerta de que a imprensa étnica, tratada como imprensa estrangeira, nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, estaria contra o Brasil e em favor de uma desnacionalização. Para Bauman (2003, p. 28), a identidade nacional construída pelo estado não admite competidores, questionadores e opositores. Dentre os jornais citados, aparecem jornais editados pelos poloneses em Curitiba, como o *Polska Prawda*, o *Gazeta Polska w Brazyliji* e também o *LUD*. O *Gazeta Polska w Brazyliji*, produzido por membros articulados a *Oswiata*, e o *LUD* a serviço desta.

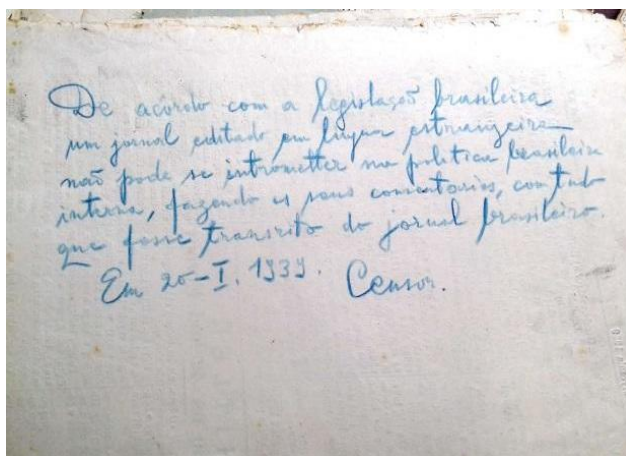
Figura 40 – Páginas do Jornal “Diário da Noite” de São Paulo, ano de 1939 (A e B).



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo/Pasta Nacionalização (Curitiba – PR).

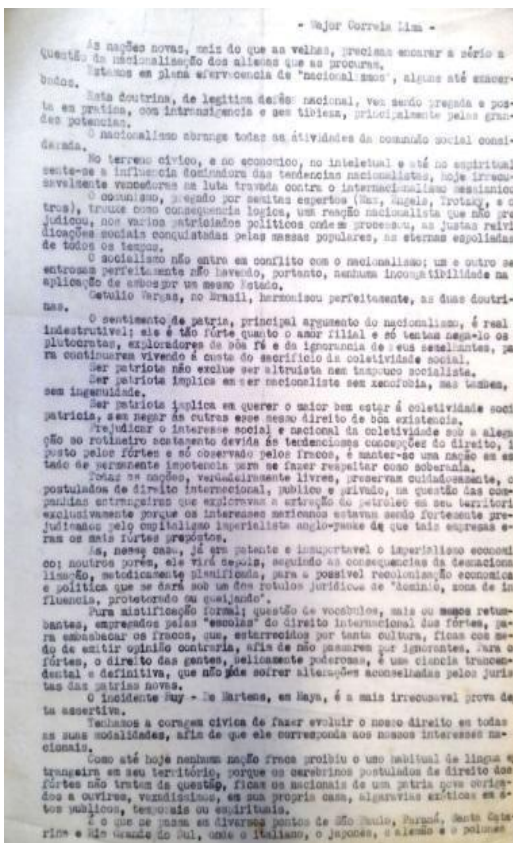
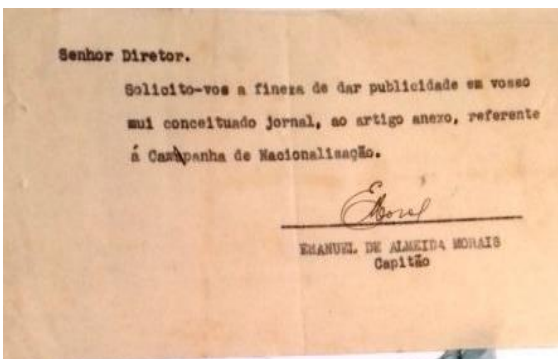
O Jornal LUD, nesse período, era o principal meio de comunicação escrita da *Oswiata*, desenvolvido pelos padres da Missão. Mesmo com perfil anticomunista, sofreu contínuas intervenções, dentre elas a censura (conforme figura 41 – A e B), e, a sua utilização na veiculação de textos que tratavam das más práticas estrangeiras, dentre elas, as da imprensa, bem como da sua necessidade de readequação através da campanha de nacionalização. Tais textos foram escritos pelos representantes da nacionalização no Departamento de Polícia, conforme a figura 42 (A, B e C) e figura 43.

Figuras 41– Página do Jornal “LUD” – Curitiba - PR, ano de 1939 (A e B).



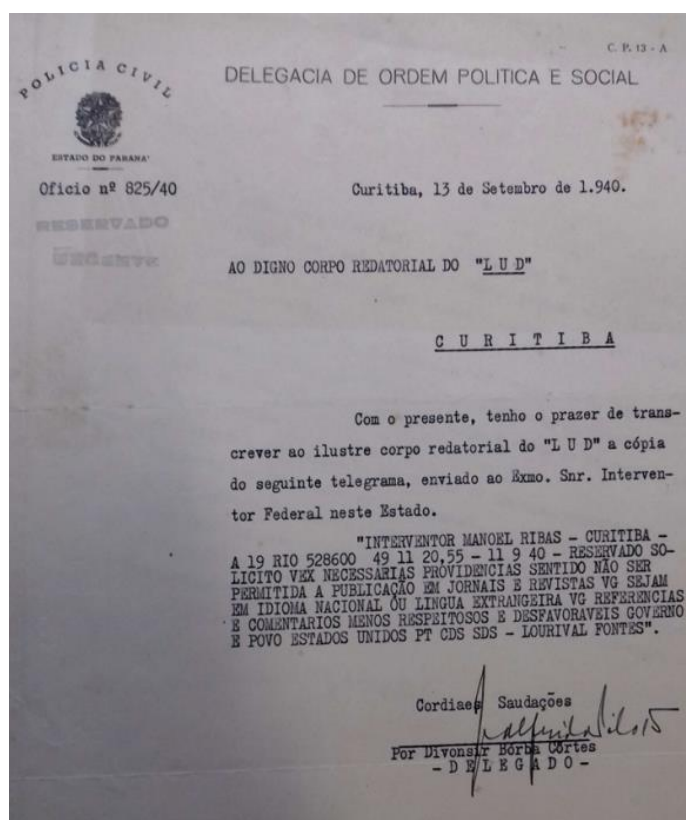
Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo/Pasta Nacionalização (Curitiba – PR).

Figura 42 – Ofício do Capitão da Polícia, solicitando divulgação de artigo, Curitiba - PR, ano de 1939 (A, B e C).



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo/Pasta Nacionalização (Curitiba – PR).

Figura 43 – Ofício do Delegado de Polícia em nome do interventor federal no Estado, Curitiba - PR, ano de 1940.



Fonte: Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo/Pasta Nacionalização (Curitiba – PR).

Conforme Gelinski et al. (1978, p. 198), o LUD “Sucumbiu, infelizmente, pela pressão e força desencadeada a partir do Estado Novo” e sua política nacionalista que se intensificou em 1939. Conforme o autor, “Os redatores Pe. João Palka e Henrique Zerek (leigo), constantemente, eram chamados a comparecer perante o delegado de Ordem Política e Social”. No entanto, o autor ressalta uma questão importante neste processo: “Segundo se presumia, a tensão fundamental girava em torno da questão religiosa surgida em torno da igreja do Brasil, com a fundação da Igreja Católica Brasileira”. Nesse período evidenciou-se a atuação da igreja no combate à esquerda, ao anarquismo e a outras religiões, a igreja se associou ao Estado Novo em apoio as suas atitudes e políticas voltadas para uma identidade cultural brasileira que, como se pretendia, era também católica.

Gelinski et al. (1978, p. 198) destaca que, “Em maio de 1940, foi recebido ofício da autoridade de segurança, com ordem expressa de interromper a edição do jornal, paralisando suas atividades” no entendimento de que “Artigos de fundo que opinavam dentro da linha traçada pelos administradores do jornal, eram considerados atentatórios à neutralidade política brasileira face ao conflito mundial”. Essa concepção era usada em relação a todos os jornais da imprensa dita “estrangeira”.

Com o fechamento do LUD, cuja manutenção se dava a partir dos assinantes, estrategicamente surgiram outras formas de dar continuidade à ligação estabelecida pela imprensa. De acordo com Gelinski et al. (1978, p. 198), para compensar os assinantes, “o redator entrou em contato com a revista “*Skarb Rodziny*” (Tesouro da Família), editada nos Estados Unidos, importando exemplares para suprir o período da anuidade paga”.

No entanto, o LUD nos anos seguintes, através dos padres da Missão, empreendeu estratégias para tentar, minimamente, manter vivas algumas questões, entre essas estratégias, deu entrada com processo de solicitação para a reabertura do jornal. A sua reabertura somente se efetivou após a promulgação da Constituição de 1946, então, dando liberdade de imprensa e direito de propriedade e responsabilidade dos meios de comunicação social, porém, este direito estava reservado a brasileiros natos, nesse período, isso já era possível, pois, já existiam pessoas nascidas no Brasil e com idade para tal responsabilidade. Conforme Malczewski (2012, s/p):

Após a queda da ditadura de Getúlio Vargas, no dia 1 de janeiro de 1947, o “Lud” reiniciou a sua atividade. Começou a ser publicado também num novo formato gráfico. Em 1989 o nome “Lud” foi trocado para “Nowy Lud” (O novo “Lud”), publicado num novo formato gráfico, em língua polonesa e portuguesa. Os editores eram: pe. Jorge Morkis CM, Miecislau Surek e Paulo Filipak. Infelizmente, nem o novo nome nem o novo formato gráfico conseguiram prolongar a vida do semanário. Nos últimos meses de sua existência o jornal circulou de forma irregular, até o interrompimento da sua publicação em outubro de 1999.

Em relação ao uso da língua, embora muito se utilizasse a língua materna, a prática do bilinguismo entre os imigrantes e seus descendentes já era comum, principalmente nas Sociedades Escolares do Paraná, onde, desde o início da década de 1920 era exigido o ensino bilíngue. Mesmo assim, segundo Renk (2014), o Decreto-Lei 406, juntamente com o Novo Código Escolar Estadual, limitou até mesmo a continuidade das atividades escolares bilíngues, permitindo somente a língua nacional. Além disso, há proibição da circulação de materiais produzidos pela imprensa pedagógica étnica, o ensino de história e geografia da Polônia, passando, assim como os cantos e as manifestações cívicas, a ser somente voltadas ao Brasil. Para Malikoski (2016, p. 76):

Os pontos decisivos para determinar o fim do processo de ensinamentos nas escolas étnicas polonesas no país foram os que faziam referência às restrições impostas para o uso e o ensino da língua estrangeira e, para algumas escolas, a obrigação de possuir professores brasileiros natos. Constatamos que muitas escolas tiveram de fechar suas portas, porque o professor era imigrante ou vinha diretamente da Polônia para atuar no ensino e em sua organização. Em outras escolas, mantidas por associações, o objetivo era promover a cultura étnica polonesa pelo uso da língua, mas o Decreto de 1938 desestimulou a existência das mesmas. Algumas escolas foram assumidas pelo

poder público, principalmente as que estavam mais organizadas e que conseguiram adequar-se às novas resoluções. Muitos professores que ensinavam nessas escolas, após serem aprovados em concursos, puderam ser aproveitados e continuaram à frente das escolas assumidas pelo poder público. Porém, boa parte das escolas étnicas simplesmente fechou suas portas e jamais foi reaberta. Havia escolas que até tentaram prosseguir com suas atividades, contudo, o novo Decreto-lei de agosto de 1939 (nº 1.545 – de 25 de agosto de 1939) impôs restrições maiores ao uso da língua estrangeira em repartições públicas, em locais de aglomeração ou de reuniões civis, como igrejas e associações. Nessa perspectiva de restrições, as escolas, bem como diversas associações étnicas, que insistiam em funcionar, foram compulsoriamente fechadas.

Malikoski (2016, p. 76), ao estudar a nacionalização do ensino, afirma que, apesar de Gertz (2014) identificar os imigrantes poloneses como não apresentando grandes preocupações por serem supostamente vistos como “marginais sociais” e motivo de intervenção policial para os nacionalizadores, “os efeitos desse processo também foram intensamente sentidos nas comunidades e nas organizações étnicas desse grupo de imigrantes”. As proibições das leis e dos decretos também aconteceram nos núcleos poloneses. Podemos atestar que a preocupação não estava simplesmente ligada à suposta condição de marginalidade, mas à condição política do Estado polonês após ser reconstituído em 1918, ao imaginário da ameaça militar estrangeira da época ou ao perigo de complô das ideologias “alienígenas” de esquerda. Para Malczewski SChr. (2016, s/p)

A nacionalização da sociedade brasileira foi a responsável pela destruição de meio século de patrimônio espiritual e material dos poloneses, bem como pela interrupção da influência educativa das escolas polonesas sobre os núcleos poloneses espalhados pelo interior. Além disso, a geração jovem foi privada do acesso à escola e na maioria dos casos, por falta de uma escola brasileira, foi exposta à volta ao analfabetismo.

As diferenças culturais postas em jogo nos processos sociais permeados pela nacionalização foram aos poucos atenuando as características do conteúdo étnico mais facilmente perceptíveis. Assim, as atividades desenvolvidas na busca mais imediata pela manutenção da polonidade passaram a sofrer severas restrições. O LUD passou a veicular a divulgação da nacionalização a partir de publicações como as enviadas pelo Departamento de Polícia, falando sobre as proibições e a necessidade da apropriação da cultura e do civismo, que estivessem para um ideal de identidade brasileira ou brasilidade até o seu fechamento. Quando o jornal retomou seu funcionamento, passou a ser escrito em português.

No caso da União das Sociedades *Oswiata*, percebemos um gradual processo de nacionalização tanto das atividades escolares, quanto das demais atividades socioculturais e religiosas (missas e cultos em português), circulação de publicações como os jornais e

imprensa pedagógica. Em relação à *Oswiata*, Malikoski (2014, p. 184) destaca que, além do contexto político, o desinteresse pela manutenção da entidade é decisivo:

Mesmo assim, a entidade subsistiu até o ano de 1943. De acordo com Gelinski et al. (1978, p. 230), as penúltimas atas registram a liquidação de uma cooperativa agrícola, as atividades no campo educacional e religioso e o fechamento da biblioteca. Na data de 18 de julho de 1943, foram encerradas as atividades da *Oswiata*, então, com o nome de Federação Católica. De acordo com a última ata, os motivos de encerramento das atividades iam ao encontro das circunstâncias políticas da época [...].

O desinteresse pode estar relacionado tanto ao contexto de apreensão que havia se colocado em relação aos ditos “estrangeiros”, quanto às limitações que se colocavam em relação à inserção econômica e política. No que tange às escolas étnicas, a realidade da expansão da escola pública também pode ser entendida como decisiva, tendo em vista, que não era mais necessário bancar a escola, o professor e os materiais didáticos. Conforme Malczewski SChr. (2016, s/p):

Em 1937 (antes da nacionalização), nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul os imigrantes poloneses possuíam 293 escolas leigas, 37 escolas religiosas (242 escolas registradas e 88 escolas não registradas). Nessas escolas ensinavam 287 professores poloneses. Participavam do ensino em língua polonesa 9.316 crianças. Em outras escolas estudavam 4.636 crianças. Não tinham acesso ao ensino 5.132 crianças. A atividade social dos imigrantes poloneses é também testemunhada pelo número de 491 sociedades (334 delas mantinham escolas polonesas), dentre as quais 266 pertenciam à União Central dos Poloneses, fundada em 1930; 43 à Associação Católica das Escolas Polonesas “*Oświata*” (Educação) e 43 eram consideradas como “selvagens”, isto é, não pertencentes a associações. A imprensa polonesa contava mais de vinte títulos. [...] foram fechadas 335 sociedades polonesas, que funcionavam como filiais das centrais curitibanas. Em 1938 foram fechadas 164 escolas polonesas no Estado do Paraná e 36 no Estado de Santa Catarina. A rede escolar polonesa no Rio Grande do Sul, que contava mais de 100 escolas, foi salva, preservando-se no programa de ensino dessas escolas o antigo *status quo*. Com o tempo, também ali o rigor da lei introduzida limitou a atividade desses núcleos. No Estado de Santa Catarina foi expedida uma ordem no sentido de que fossem eliminadas dos monumentos e túmulos as inscrições em língua estrangeira. No Paraná foram retirados os nomes estrangeiros de fábricas, oficinas, lojas, etc. Foi introduzida uma nova nomenclatura, em consequência do que a unidade familiar foi perturbada: os poloneses nascidos no Brasil passavam por brasileiros, e os procedentes da Polônia eram considerados estrangeiros.

No trecho acima, o autor não cita as filiações da *Kultura*, conectando ao que percebemos na historiografia e em distintas publicações de memorialistas, há um apagamento dessa união, não encontramos mais indicações de seu prosseguimento após a fusão ao *CZP*. Nesse sentido, há necessidade de continuar a busca em arquivos que estão sendo organizados em Curitiba, nos quais, não tivemos acesso devido às más condições no período da pesquisa. Como nos foi repassado por pessoas ligadas à Sociedade *Tadeusz Kosciuszko* de Curitiba, entre estes arquivos podem estar documentos dessa especificidade.

Conforme Wachowicz (2010, s/p), “A nacionalização de 1937-1938, promovida em pleno Estado Novo, desarticulou essas organizações. A deflagração da Segunda Guerra Mundial foi o golpe decisivo em toda esta estrutura surgida dentro da imigração polonesa”. Assim, “Terminada a guerra, grande parte dessas instituições deixaram definitivamente de existir. As que sobreviveram foram aquelas que tinham em seus quadros associativos um razoável contingente de elementos já nascidos no Brasil”. “Os antigos “líderes” como que se evaporaram”. Segundo Malczewski (2012, s/p),

Em 1938, em consequência do decreto de nacionalização, todas as publicações editadas no Brasil em línguas estrangeiras foram fechadas. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial o decreto de nacionalização foi suavizado. O governo permitia a publicação de boletins em polonês que dessem informações sobre o transcurso das operações bélicas ou que promovessem a ajuda organizada às pessoas necessitadas na Polônia. Após o término da Segunda Guerra Mundial ocorre uma lenta democratização da vida brasileira. A imprensa polonesa também se reativa. Infelizmente essa atividade já era bem inferior àquela que precedeu os decretos de nacionalização durante a presidência de Getúlio Vargas. O número de publicações polonesas também diminuiu sensivelmente.

Se as ações da Segunda República, voltadas para as comunidades polonesas imaginadas na diáspora, vinham sendo desenvolvidas com vigor até então, e, as sociedades e a polonidade estavam sendo apoiadas, agora teriam que enfrentar a nova realidade. O terror da invasão estrangeira na Polônia veio atormentá-los novamente com o início da Segunda Guerra Mundial que trouxe destruição através de episódios como, a invasão das tropas alemãs em 1939, a perseguição aos judeus-poloneses e os campos de concentração nazista na Polônia, o Gueto de Varsóvia e o Levante de Varsóvia, além, da sua transformação na República Popular da Polônia, em 1944, um estado satélite da União Soviética, sob a perspectiva comunista.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, migrantes poloneses passaram a reunir esforços, voltados para o Subcomitê de Socorro às Vítimas na Polônia, montado em Curitiba. Somando-se as demais questões, a guerra deu continuidade na estagnação e na desarticulação das atividades étnicas. Assim, a desarticulação iniciada pelas políticas nacionalistas do Estado Novo foi fortalecida com o fato do Governo no Exílio e a posterior vinculação polonesa sob a esfera de influência do bloco soviético, além, dos resultados materiais, físicos e culturais do conflito, que acabaram por desarticular muitas das questões em andamento Conforme Weber (2015, p. 265):

Após a invasão russa, no final da Segunda Guerra, e do início do regime comunista, a Polônia viveu a situação peculiar de ter dois governos, um na Polônia e outro em Londres. Houve mobilização no Brasil para apoiar este governo no exílio, e as relações entre este governo exilado e os imigrantes tiveram continuidade. Tanto o

cônsul geral em Curitiba quanto o embaixador no Rio de Janeiro mantiveram-se fiéis ao governo polonês instalado em Londres enquanto foi possível; e, após a nomeação de representantes diplomáticos afinados com o governo comunista, a fidelidade dos emigrados manifestou-se na organização dos “Poloneses Livres no Brasil” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 121, 355, 347). O regime comunista na Polônia, que perdurou por mais de quatro décadas, devido à influência política da URSS sobre o país após o fim da Segunda Guerra Mundial, limitou as possibilidades dos imigrantes terem nos representantes consulares deste novo governo um referencial de ligação com a terra de origem, uma vez que as velhas lideranças estavam comprometidas com o governo no exílio, com a exceção de poloneses afinados com a ideologia comunista, e as lideranças católicas eram avessas a doutrinas materialistas. O Consulado que funcionava em Porto Alegre, o qual engajou voluntários para lutar na guerra na Europa, foi fechado, e os poloneses do Rio Grande do Sul, em manifesto de 1951, externaram sua hostilidade à nova embaixada da Polônia no Brasil, reafirmando sua fidelidade ao governo polonês instalado em Londres (WEBER, WENCZENOVICZ, 2012: 167).

Entre os imigrantes havia o medo de que tudo se perdesse com o passar do tempo, no entanto, isso não significou o aniquilamento das diferenças, elas se mantiveram apesar dos esforços oficiais, a partir do entendimento de Barth (1969) e Hall (2006, 2013), com transformações e (re)imaginações, como se esperava. Passou-se, conforme Kreutz (1998), para “novas interações e refundações do étnico” e das sociabilidades étnicas.

Nesse processo de formação das identidades nacionais e de restrição nas identidades étnicas e culturais, relembremos o importante entendimento de Braudel (1989, p. 183), que ao refletir sobre a identidade na França, ressalta que “é preciso escolher”. Então, em relação aos imigrantes, o autor destaca: “cabe a eles entrar no jogo político, votar, aceder a uma “cultura para desembocar em uma nova cidadania””. Porém, ao mesmo tempo, alerta para que se considere a possibilidade de que isso esteja mais ligado ao estado e à cidadania, mas que se mantenha a liberdade religiosa e cultural e o direito à diferença e que a escolha pelo pertencimento nacional se dê livremente. Conforme o autor, com as diversas ondas de imigrantes, a França “enriqueceu-se com isso, material e culturalmente” (BRAUDEL, 1989, p. 170):

E esses franceses por adoção muitas vezes asseguraram à França os seus mais brilhantes êxitos: Marie Sklodowska (1867-1934), nascida em Varsóvia, que se tornou Marie Curie, descobre em 1898, juntamente com o marido, o rádio e recebe o Prêmio Nobel em 1911; Pablo Picasso (1881-1973), nascido em Málaga; Amedeo Modigliani (1884-1920), em Livorno; Marc Chagall, em Vitebsk, em 1887; Eugéne Ionesco, em 1912 em Slatine, na Romênia; Chaim Soutine (1893-1944), originário da Lituânia, e que deixou em Céret, onde passou bastante tempo, uma feliz recordação: ele tinha o bom hábito de limpar os pincéis nas suas roupas, e o resultado era inesquecível. Na verdade, a lista de todos os estrangeiros de destaque que escolheram viver na França seria longa demais. Se são caros aos franceses, não é apenas porque, homens ilustres, honram o país, é também porque aceitaram-se tornar franceses, com os mesmos direitos que os mais brilhantes e porque trouxeram mais um matiz à complexa cultura francesa.

Para Braudel (1989, p. 176), ao referir-se à França e à constatação de que os imigrantes e os filhos deles é que compõem este país, ressalta: “a extrema diversidade dos rostos e dos tipos humanos revela a grande riqueza desta população”. A aceitação e a convivência com a diferença foi enfatizada como uma necessidade em contraposição aos malefícios do nacionalismo e do racismo:

Velho problema, sempre vivo. Ele surge da alteridade, isto é, do sentimento da presença estrangeira do outro, que nega o nosso próprio eu, nossa identidade, a tal ponto que essa diferença, real ou imaginária, suscita de ambos os lados mal-estar, desprezo, medo ou ódio... Estaríamos nós obrigados, para existirmos, a nos opor ao outro? (BRAUDEL, 1989, p. 174).

Suely Rolnik (1997, p. 23) alerta para os perigos do ataque às subjetividades em tempos de globalização, as drogas e as identidades, amortizando nossas capacidades de nos refazermos e de nos reinventarmos de forma livre e autônoma. Destaca que, “em meio ao terremoto que transforma irreversivelmente a paisagem subjetiva: o enrijecimento de identidades locais e a ameaça de pulverização total de toda e qualquer identidade”. Então, o que se coloca para as subjetividades hoje “não é a defesa de identidades locais contra identidades globais, nem tampouco da identidade em geral contra a pulverização, é a própria referência identitária que deve ser combatida, não em nome da pulverização (o fascínio niilista pelo caos)”. Para a autora trata-se, porém, de algo libertador ao “dar lugar aos processos de singularização, de criação existencial, movidos pelo vento dos acontecimentos”. Assim, “recolocando o problema nesses termos, reivindicar identidade pode ter o sentido conservador de resistência a embarcar em tais processos”.

Embora a retração em relação a estes processos de sociabilidade entre polono-brasileiros tenha sido uma dura realidade, percebemos aí resistências e subversões que podem ter levado em conta as experiências políticas anteriores. Atualmente, algumas das iniciativas étnicas do período são mantidas e outras foram criadas, não é o caso da *Kultura* e da *Oswiata*, pois a comunidade polonesa no Brasil jamais voltou a ter tamanha articulação. Porém, percebemos certa reabilitação ou renovação da emergência de polonidade(s). Isso tem ocorrido de forma mais ampla e intensa após a ascensão do Papa polonês João Paulo II e através do consulado e de outras instituições e eventos, como os Congressos Polônicos na América Latina.

Entre as publicações contemporâneas, a Missão Católica Polonesa no Brasil mantém a publicação da Revista *Polonicus* (Revista de reflexão Brasil-Polônia), há o Boletim Tak e, a Vitrine Literária Polônica como espaço de socialização das narrativas sobre os poloneses

migrantes. Para Kawka (1996, p. 51), “hoje o grupo étnico polonês está perfeitamente integrado na vida do Brasil”, porém “a assimilação e a aculturação não significam necessariamente o esquecimento dos valores, dos costumes e tradições étnicas, ou mesmo o esquecimento da língua polonesa”, mas, podem significar a existência de polonidade(s) (re)construídas.

Neste sentido, Siuda-Ambroziak (2011) ressalta que na contemporaneidade, alguns poloneses da Polônia que viajam para o Brasil no intuito de visitar essas regiões de imigração polonesa concluem, que mesmo com as transformações culturais e identitárias, muitas das tradições antigas foram mantidas. A partir da nacionalização, a polonidade se transforma e os poloneses migrantes no Brasil, vão de fato, aos poucos, se formalizando polono-brasileiros, pois, são perpassados pela adesão ampla à língua portuguesa e ao desenvolvimento de dialetos polono-brasileiros²²², à igreja católica brasileira, às escolas públicas brasileiras, à imprensa, entre outras questões. Importante percebermos que, mesmo assim, isso não destitui a polonidade. A polonidade não significa tradição cultural, mas fronteiras que podem ser identificadas e identificar nos contextos múltiplos.

²²² Conforme Siuda-Ambroziak (2017, p. 29-30), “Para eles, a língua corrente e o português e a língua polonesa e, muitas vezes, completamente desconhecida (com exceção de algumas expressões básicas e, claro, orações aprendidas em casa). Por outro lado, os que falam a língua dos pais e avós, falam uma língua muito específica, que se distingue muito do polonês falado atualmente na Polônia”. Para a autora, isso “pode levar a um sentimento de vergonha por falar uma língua “errada”, o “polonês caipira”, de maneira que a vergonha tem que ser superada para aprender o “polonês de verdade””, destaca que “Pela distancia da língua viva usada na Polônia e em face do contato permanente com outras línguas étnicas do ambiente imigratório do sul brasileiro, o *sui generis* “dialeto dos polono- brasileiros” tem sido sujeito constantemente a pressão e influencias, adquirindo as suas características típicas”. Então, conclui que “Esse dialeto abarca muitas formas e palavras já inexistentes ou ausentes desde sempre na língua polonesa padrão (ou dialetos regionais do polonês falado no século XIX), por ter que expressar por muito tempo uma realidade distinta daquela na qual foi inicialmente falado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os nomes das duas organizações associativas que visavam filiação, unidade de orientação cultural e identitária das sociedades culturais e étnicas da comunidade polonesa no Brasil, carregam duas importantes questões para quaisquer comunidades ou grupos humanos, as categorias – *Oswiata* (Educação) e *Kultura* (Cultura). A importância ampla destas duas categorias, a partir do seu reconhecimento massivo, é herança de movimentos culturais e políticos dinamizados no contexto europeu e polonês do Iluminismo, cujas influências, embasaram ações de modernização, mas, que não excluía uma trajetória histórica anterior. O contexto de modernização faz com que essas questões sejam apropriadas com sentidos e objetivos novos, ligados ao conhecimento e saberes acumulados, o capitalismo e capitalismo de imprensa e as representações. Assim, aos poucos tais categorias são colocadas em um patamar de importância notável nas relações de poder, não só para os europeus e poloneses, mas, para grupos humanos de sociedades distintas na civilização ocidental.

A partir de tais apropriações que se elaboravam, ainda antes do século XVIII e já sob as influências modernas, a Polônia entrou em um processo de territorialização e passou a *culturalizar-se* como comunidade imaginada a partir de um sistema de representações. Assim, após a tripartição e a imposição dos nacionalismos oficiais imperiais, em meio a contextos conflituosos de imposição de modelos identitários pautados em outras representações, evidenciaram-se restrições às estratégias da diferença, assim, a emigração pode ser pensada como uma das possíveis saídas em termos de diferença cultural para os poloneses, tendo em vista que “a paz social supõe a paz cultural” (CUCHE, 2002, p. 226).

Os sentidos imbricados à *Oswiata* (Educação) e *Kultura* (Cultura), apropriadas nas sociabilidades na diáspora, conforme já percebemos nesta pesquisa, não são estritamente aqueles desenvolvidos na ótica das luzes, mas, são permeáveis e reelaboráveis nos contextos e nas dinâmicas sociais, onde, estão implicados aos objetivos e as estratégias da identidade na diferença. Estes sentidos são potencializados na imprensa étnica, nas representações e nos discursos articulados por maneiras e atores diversos.

São questões presentes na tese ora apresentada, enfocadas em sua problemática e objetivos, na qual buscamos emergir representações e discursos identitários étnicos – polonidade(s) nas dinâmicas das associações - união das sociedades *Kultura* e *Oswiata* centralizadas em Curitiba – PR, como congregadoras de sociedades étnicas polonesas na comunidade polonesa no Brasil, cujas atividades se localizam na primeira metade do século

XX. Ambas as uniões se articulam a distintas representações e discursos identitários processados nas dinâmicas sociais e culturais e no pertencimento à comunidade imaginada.

De modo geral, percebemos que há unanimidade nas pesquisas que tratam de temas como este, assim delimitados, em mostrar que a cultura e a etnicidade são decisivas nos processos relacionados à organização social e cultural nas migrações e nas diásporas. A partir de discursos identitários constituem-se as organizações associativas, dinamizando processos de sociabilidade geralmente aliadas ao estabelecimento de redes nacionais e transnacionais de relações e de significados, características em diásporas.

Quando ambas as uniões das sociedades são oficializadas (registradas) no pós-reunificação polonesa, estas são vistas pelo lugar de origem como importantes aliadas nos objetivos imediatos da Segunda República, entre eles, o fortalecimento do pertencimento nacional e dos discursos nacionalistas, a identidade étnico-cultural pretensamente unificada em moldes de tradição cultural, a coesão do grupo e a imaginação nacional da Polônia reunificada, além, da defesa dos interesses econômicos da Polônia na diáspora e da proficiência da língua. No caso das sociedades educacionais, na atuação embasada em percepções educacionais da Polônia e da educação polonesa e, é claro, dos demais objetivos mencionados.

Voltados para tais objetivos, os discursos nacionalistas, culturais e identitários são confiados à articulação de agentes e intelectuais étnicos entre as comunidades polonesas da diáspora. Estes agentes e intelectuais étnicos geralmente estavam vinculados ao Grupo de Lwów, aos grupos de religiosos e religiosas, aos partidos políticos poloneses e sindicatos e, ao consulado polonês em Curitiba.

As uniões, registradas a partir de instituições religiosas e de intelectuais étnicos progressistas oficializam discursos distintos, antagônicos, porém, já existentes desde a Polônia do iluminismo. Tais discursos, tensionadores de polonidade(s) (re)construídas na diáspora, estão articulados em prospectos político-ideológicos culturais progressistas (*Kultura*) e religiosos (*Oswiata*), mas, também nacionalistas. No caso da *Oswiata*, retoma discursos identitários e culturais que buscam um realinhamento à Polônia católica, relembrando as raízes culturais e a comunidade religiosa, o batismo cristão e o sistema cultural – Sarmantismo. Já a *Kultura*, através de sua postura progressista, coloca-se alinhada aos debates político-ideológicos de transformação e de articulação cultural intelectualizada.

No tocante à visão de representantes oficiais da Segunda República em relação a tais iniciativas como possíveis aliadas aos seus objetivos nacionalistas e articuladas a polonidade, isso não deixa objetivamente de ser real em alguma medida, principalmente a *Kultura*.

Porém, não se tratava de discursos alinhados, mas, de polonidade(s), pois, considerando os antagonismos acima mencionados e o fato de que ambas seriam as vinculações e orientações de ação das organizações associativas existentes nos estados brasileiros em que migrantes poloneses faziam-se presentes, entendemos, sem considerar as outras particularidades discutidas durante esta construção, a existência de pelo menos duas distintas representações culturais identitárias.

Os discursos e representações nos quais ambas as uniões estão pautadas, têm em comum, a vinculação à comunidade imaginada. Assim, em imersão em um meio social permeado por distintas culturas e identidades, “são” na diferença, nos traços culturais diacríticos diasporizados e articulados nas (re)construções identitárias étnicas colocadas em jogo nas relações sociais em que participam, se autoidentificam e se fazem identificar, etnicamente poloneses. No entanto, em se tratando da etnicidade articulada a cada uma das uniões, há distintas polonidade(s) em jogo e estratégias de identidade que as tornam antagônicas.

Através das dimensões estabelecidas como objetivos e fins de atuação na *Kultura* e na *Oswiata*, cada uma delas buscava pautar-se na pretensa homogeneidade das definições culturais de representações de polonidade e de ação em relação as suas congregadas, principalmente, nos processos educativos escolares étnicos por elas coordenados, mas, também, nas demais atividades. Para tanto, os intelectuais étnicos se colocam à frente dessas iniciativas. Sua ação é percebida através de sua liderança e mediação de discursos repassados em intervenções volantes de práticas educacionais escolares, cursos e demais formações, bem como, através da imprensa étnica que em distintas possibilidades, se desvelou potencialmente efetiva na circulação de tais representações.

No período localizado entre os anos de sua fundação até os anos 1930, fechando praticamente uma década, as uniões *Kultura* e *Oswiata* foram ativas. Seu trabalho atingiu amplamente a comunidade polonesa no Brasil, articulando-se às sociedades escolares, culturais, esportivas, de ginástica, de tiro, cívicas, religiosas e recreativas por distintos locais no país. No entanto, as educacionais se destacaram por sua eficiência em relação ao crescimento, adesão e duração, mas, também, por sua atenção aos objetivos consulares, nacionalistas, identitários e das comunidades polonesas no Brasil. As sociedades escolares étnicas legaram à educação brasileira importantes contribuições em um período em que as escolas públicas eram muito poucas e estavam restritas às capitais. Muitos estudos, principalmente do campo da História da Educação, têm apontado para este importante trabalho dos imigrantes e suas sociedades escolares étnicas.

Retomando o papel dos intelectuais étnicos ou das lideranças nesses processos das identidades, percebemos que os objetivos de ambas as uniões articuladas a expressões de polonidade(s) também estavam ligados a pretensões de incrementar a formação de intelectualidades étnicas. Esta questão pode ser vista como aliada na continuidade da perseguição aos objetivos e estratégias identitários étnicos, nacionalistas, culturais econômicos e políticos, como intencionalidades voltadas tanto para a sociedade de inserção, quanto, para a de origem.

Nessas percepções, o processo histórico e cultural anterior à diáspora, na resistência cultural dos três domínios, era favorável, dando-lhes bases de ação. Havia o entendimento de que esta intelectualidade continuaria a estabelecer atitudes de liderança na comunidade imaginada e, principalmente, a atuar articulada a representações identitárias. No caso das lideranças religiosas, esta atuação seria decisiva, vinculada ao objetivo da formação de religiosos e de lideranças religiosas, articuladas a propósitos como, de expansão da igreja católica.

Percebendo distintas configurações identitárias das comunidades polonesas, as tentativas de unificação da atuação e de discursos culturais e identitários ocorreram em distintos momentos, principalmente, articulados pelo consulado polonês em Curitiba e, especialmente pelo Cônsul Gluchowski, após sua chegada. Estas tentativas tornaram-se mais incisivas na década de 1930, com a chegada do novo cônsul e de seu alinhamento claramente progressista e a criação do “*Centralny Związek Polaków*” (União Central Polonesa) - CZP, como órgão centralizador. Esse órgão, inicialmente, teve sucesso na tentativa de captar e de unir a *Kultura* e a *Oswiata* e suas congregadas.

Na verdade, o CZP foi uma tentativa de fortalecimento a partir da união das duas sociedades e suas bases de atuação. No entanto, tendo em vista o cenário da nacionalização e do início da Segunda Guerra Mundial que se colocaria em seguida, a busca por fortalecimento, ao oposto do que se esperava, teria desarticulado a competição entre a *Kultura* e a *Oswiata*, cuja possibilidade era muito bem vista pelo cônsul Kazimierz Gluchowski. A tentativa de unificação teria certamente, limitado a ambas.

A limitação é evidenciada pelo fato de que a *Oswiata* optou por se retirar do CZP pouco tempo depois, pois, os novos enquadramentos na tentativa de interferência mais direta nos processos culturais e identitários começaram a afetá-la. No entanto, as intervenções eram justificadas como atitudes que buscavam frear possíveis desvinculações graduais da polonidade e processos de transformação cultural. Já em relação à *Kultura*, associado a motivações como a nacionalização, isso causaria o seu rápido apagamento. Antes disso,

ambas tinham autenticidade e autonomia de ação, com objetivos que iam para além daqueles pelos quais o consulado os orientava.

Com o início da Segunda Guerra Mundial e a invasão da Polônia pelos nazistas em 1939, instaurou-se o Governo no Exílio, isso resultou em uma quebra no apoio da Polônia com as sociedades, entre eles, o econômico. Além disso, os interesses e atitudes dos poloneses na diáspora passaram a concentrar-se mais no envio de ajuda à Polônia, evidenciando certo esmorecimento e desinteresse pela manutenção das sociedades, principalmente as escolares, pois, no contexto brasileiro, nesse momento contavam com a expansão de escolas públicas e o medo da repressão e das efetivas intervenções nas práticas culturais e identitárias, durante a nacionalização no Estado Novo.

A repressão e as intervenções não significaram, no entanto, o aniquilamento das diferenças, elas se mantiveram apesar dos esforços oficiais, como resistências e subversões, que podem ter levado em conta as experiências políticas anteriores, emergindo polonidade(s) (re)construídas. Ou seja, a partir dos objetivos da nacionalização a(s) polonidade(s) não são esquecidas, mas, se transformam.

Os poloneses e seus descendentes no Brasil, aos poucos, vão se formalizando polono-brasileiros, perpassados pela adesão ampla à língua portuguesa e ao desenvolvimento de dialetos polono-brasileiros, a igreja católica brasileira, o acesso às escolas públicas brasileiras, a imprensa, entre outras questões. No entanto, conforme ressaltamos no capítulo quinto, após a desvinculação soviética e a ascensão do Papa polonês ao final do século passado e, nos últimos anos, com o último governo eleito, a pretensa “revitalização” cultural entre os descendentes de imigrantes tem se evidenciado como um projeto.

Com objetivos assim alinhados, retoma-se o ensino da língua, as práticas culturais e gastronômicas, cantos, artesanato, rituais religiosos, ainda, algumas sociedades étnicas, esportivas e recreativas foram criadas e outras retomadas em distintos estados brasileiros de inserção imigrante e pós-imigração. Dentre as ações no sentido colocado de reavivamento e articulação cultural, destaca-se a criação da BRASPOL, cujo nome coloca-se no sentido do diálogo entre Brasil e Polônia e suas culturas. Entre descendentes de poloneses migrantes no contexto brasileiro são promovidos eventos acadêmicos, festas, comemorações de datas cívicas como a data da aprovação da Primeira Constituição de 3 Maio, apresentações de grupos de dança como o *Wisla* de Curitiba - PR e grupos folclóricos como o Grupo Folclórico Polonês *Karolinka* de São Mateus do Sul – PR.

Nestes momentos culturais e folclóricos de apresentações, são retomadas tanto as vestes características de uma Polônia de séculos passados, muitas delas vindas diretamente da

Polônia, quanto narrativas epopeicas da emigração e da retomada da Polônia. Tais retomadas são feitas com perspectivas de tradição, mas, também, de diálogo cultural. No mesmo sentido, a gastronomia e as demais manifestações culturais retomam a tradição, mas, também mesclam com novas composições. Conforme Nawroski (2017, p. 267) “na região de Guarani das Missões se produziu uma mescla da cultura trazida pelos imigrantes poloneses há aproximadamente cem anos — expressada por danças, roupas, comidas e músicas que hoje na Polônia já são desconhecidas — com a cultura local”. Entre estes descendentes nos locais de estabelecimento iniciais e aqueles tidos como pós-migração, a autora identifica “uma oscilação entre a cultura emergente e a residual, quando pensamos a estrutura de sentimento vinculada à polonidade como traço cultural” (NAWROSKI, 2017, p. 272-273).

Assim, como nos propusemos analisar, embora, como todo trabalho de pesquisa, constatemos muitas brechas que podem ensejar pesquisas futuras, dentre as questões evidenciadas a partir da historiografia podemos ressaltar as características diaspóricas emergidas, entre elas: a dispersão, a relação com a terra de origem, as vivências traumáticas e as memórias compartilhadas, as identidades e as atitudes associativas e de relação com outros membros da diáspora e a comunidade cultural imaginada na dispersão. “Junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centrípetas”, tomando-se de nossa pesquisa, há a qualidade de ser polonês que eles compartilham com outros migrantes da Polônia (HALL, p. 29), o que os define como diáspora.

Importante destacar também, que a não existência da Polônia como estado unificado no início da diáspora impactou diretamente no perfil da emigração e na inserção destes migrantes nos países de destino, nas sociabilidades, nos processos identitários e na intencional e estratégica centralização da comunidade polonesa no estado do Paraná. Assim, a reunificação trouxe também outros significantes e relações de poder que permearam tais processos e as negociações em caráter individual (biográfico), dos grupos e das sociabilidades.

Por fim, nos processos culturais em diásporas a etnicidade é situacional, relacional e, geralmente estratégica, ou seja, embora as coletividades étnicas tenham referências como o pertencimento e, compartilhem subjetivamente memórias coletivas e concepções de mundo, não estão desvinculadas do contexto de inserção das relações, das subjetivações e das transformações que são aí efetivas. Adquirem, aos poucos, influências e ressonâncias culturais do lugar de destino, que impactam nas (re)construções identitárias.

Assim, percebemos que durante a análise das fontes e da historiografia, contrariando a perspectiva modular, embora haja ressonâncias e perceptíveis vinculações e manutenções

simbólicas, estas iniciativas estão imbricadas a processos culturais e identitários múltiplos em suas construções e expressões características de diásporas. De todo modo, são polonidade(s) legítimas, não se tratam de sistemas culturais, mas de fronteiras articuladas às comunidades imaginadas na diáspora.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ALMEIDA, Juliano Florczak. **Polonidades e memórias**: trajetória de construção das identidades polonesas na Linha Bom Jardim, interior de Guarani das Missões-RS. 2011. 128f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.
- ANKERSMIT, Frank. A história e o tempo. In: **A escrita da História**. Londrina: Eduel, 2012.
- ARAÚJO FILHO, Lourival de. **A dicotomia cultural do imigrante e a polonidade anunciada**. Monografia de conclusão de curso em História, Curitiba: UFPR, 2003.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARMANI, Carlos Henrique. Por uma escrita pós-colonial da história: uma introdução ao pensamento de Stuart Hall. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (1): 25-36, 2011. 25. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2398>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
- BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BALHANA, Altiva Pitatti e PAVÃO, Zélia Milléo. **Notas preliminares para o estudo da composição étnica da população de Curitiba**. Curitiba: Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. 1958.
- BEER, Daniel. **A casa dos mortos**: o exílio na Sibéria sob os Románov. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8554511158>. Acesso em: 20 nov. de 2018.
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**, Niterói, ano 19, n. 2, p. 16-30, set. 2006.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas Fronteiras [1969]. In: **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- BENTIVOGLIO, Júlio & LOPES, Marcos Antônio. (Orgs.). **A Constituição da História como Ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- BERGER, Peter; & LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BONNEMAISON, Joel.; CABREZY Luc. **Le lien terrotorial: entre frontières et identies: Géographies et cultures**: Paris L. Hartmat - CNRS, 20, 1996.
- BRAGA, Cláudio Roberto Vieira. **A diáspora na obra de Karen Tei Yamashita: Estado-nação, sujeito e espaços literários diaspóricos**. 208 f. 2010. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- BRAINERD. Mary Deller. Helena Radlinska Expanding conceptualizations of social work practice from Poland's past. **International Social Work. volume 44(1)**. International Social Work 44(1): 19–30 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi 0020-8728[200101] 44:1;19–30; 015489. **Disponível em:** <http://journals.sagepub.com/toc/iswb/44/1>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- BRAUDEL, Fernand. **A Identidade da França: Os Homens e as Coisas**. Tradução Lygia Araújo Watanabe. – São Paulo: Editora Globo, 1989.
- BRUMER, Anita. **Identidade em mudança: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.
- BRUNEAU, Michel. **Diasporas et espaces transnationaux**. Paris: Anthropos-Economica, 2004.
- BUDAKOWSKA, Elizbieta. **Etnicidade polonesa no Brasil à luz de pesquisas sociológicas**. Varsóvia: Biblioteka Iberyjska, 2014.
- BURKE. Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- _____. **A Escola dos Annales, 1929 - 1989: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. **O que é História Cultural?** Trad. de Sergio Goes de Paula. 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013.
- BURKE, Peter e HSIA, R. Po-chia (orgs), tradução de Roger Maioli dos Santos. **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BURKO, Valdomiro. **A imigração Ucraniana no Brasil**. Curitiba, s/Ed. 1963.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**; conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Henrique. “Guerra dos Trinta Anos”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, Identidade e Narrativa: Elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes antropológicos**. v. 9, n.9, p.283-302. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832003000100012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, Carlos; WAACK, William. **Polônia: A Crise de 500 dias que abalou o Socialismo**. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1982.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CONSULADO DA POLÔNIA. **Censo Escolar da Imigração Polonesa no Brasil**. Curitiba, 1937.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. **Revista Patrimônio e Memória**: UNESP, FCLAs; CEDAP, v. 3, nº 1, p. 53-70, 2007. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/8>. Acesso em: 27 set. 2017.

CUNHA, Jorge Luiz. Os efeitos práticos das políticas provinciais e imperiais sobre a colonização de territórios do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus no século XIX. In RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org). **Imigração e Sociedade: Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

CURIEL, Ochy. Identidades esencialistas o construcción de identidades políticas: el dilema de

las feministas negras. **Journal Creatividad Feminista**, on-line, 2003^a. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/183/18320204.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e Educação: figuras do indivíduo-projeto**. Trad. Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DEMBICZ, A.; KIENIEWICZ, Jan. **Polônia e Polono-brasileiros: História e Identidades**. Tradução: Almir Gonçalves. Warszawa. Centro de Estudos Latino-Americanos: Universidade de Varsóvia: CESLA, 2001.

DEMBICZ, Andrzej. Comunidade polônica latino-americana. Identidade continental, regional, local, perspectiva brasileira. In: **Projeções: Revista de estudos polono-brasileiros**. – Ano 2, nº1 (2000). – Curitiba/PR: BRASPOL – Representação Central da Comunidade Brasileiro Polonesa no Brasil: Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade de Varsóvia, 2003. v.;23.

DILL, Aidê Campello. **Polônia: dos Escombros aos Arranha-Céus**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2007.

DOUSTDAR, Neda Maria. **Imigração Polonesa: Raízes Históricas de um Preconceito**. 169 f., 1990. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 1990.

ENGELS, Frederic. Tradução de Vera Lúcia Vieira. A decomposição do Feudalismo e o surgimento dos Estados Nacionais. V.6, 1986. **Projeto História**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12302>. Acesso em: 13 jan. 2018.

FABRE, Daniel (Org.). *Écritures ordinaires*. Paris: Centre Georges Pompidou, **Bibliothèque Publique d' Information**, 1993.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FIALHO, Francisco Antônio Pereira & BOULOS, Daniela Fanuchi Moussa. Cultura e Identidade: A Inteligência astuciosa e os Mitos. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 3, n. 3, p. 128-141 set./dez. 2016. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/4373/2940. Acesso em: 30 jun. 2018.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas**. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond (Coleção ANPUH/RS), 2004.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Imigração e colonização polonesa**. In: BECKER, Klaus (org.) Enciclopédia Rio-grandense. v. 5. Canoas: Regional, 1956.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1976.

GELINSKI, Pedro. Et Al. **75 Anos de presença dos Padres Vicentinos**. Curitiba: Gráfica

Vicentina, 1978.

GERTZ, René E. Etnias e Nacionalização no Sul do Brasil. In: QUADROS, Claudemir. **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora UFSM, 2014.

GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloisa E. **Colônia**: Um Conceito Controverso. Porto Alegre: EDUCS, 1996.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Tadução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

GLUCHOWSKI, Kasimierz. **Os poloneses no Brasil**. Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Tradução de Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul. A emergência do preconceito**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: um programa dos estudos migratórios. Núcleo interdisciplinar de Estudos migratórios (NIEM-RJ). Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAGGER, Nicolas, **A História secreta do Ocidente**: a Influência das Organizações Secretas na História Ocidental da Renascença ao século XX. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou – São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. (1996) “Identidade Cultural e Diáspora”. In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, no. 24, pp.68-75.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In SILVA, Tadeu (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 6º edição. Petrópolis: Vozes, 2006.

HEMPEL, Antônio. Os poloneses no Brasil. In: **Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa**, v. VII, p. 11-99. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração polonesa ao Paraná, 1973.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Os Pensadores**: O Conceito de Iluminismo. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

HROCH, Miroslav. Do Movimento Nacional à Nação plenamente formada: O processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal e ANDERSON, Benedict. **Um Mapa da Questão Nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

IAROCHINSKI, Ulisses. **A Saga dos Polacos**: A história da Polônia e seus emigrantes no Brasil. Curitiba: Gráfica Mansão, 2000.

IAROCHINSKI, Ulisses. **Polaco – Identidade Cultural do Brasileiro**: Descendente de Imigrantes da Polônia. Curitiba: Gráfica Mansão, 2010.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Poder**: A palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul: Educs, 2010.

JIMENÉZ MATARRITA, Alexander. **El imposible país de Los Filósofos**: El discurso filosófico y la intervención de Costa Rica. 1 Ed. São José: Costa Rica: Editorial de La Universidad de Costa Rica, 2005. 311p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=fU9V0ZATWfAC&pg=PA3&lpg=PA3&dq=alexander+jimenez+matarrita>. Acesso em: 28 set. 2018.

KAWKA, Mariano. **Os brasileirismos do dialeto polono-brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Paraná, 1982.

KIENIEWICZ, Jan. Os poloneses e sua história. In: DEMBICZ, Andrzej; KULA, Marcin, **Relações entre Polônia e Brasil: passado e presente**. Varsóvia: Cesla, 1996.

KIENIEWICZ, Jan. Polônia, identidade de um país. In: DEMBICZ, Andrzej; KIENIEWICZ, Jan. **Polônia e polono-brasileiros**. Varsóvia: CESLA – Centro de Estudos Latino-Americanos, 2001.

KLOBUKOWSKI, Estanislau. Recordações de viagem. In. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**, vol.4. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná/Gráfica Vicentina, 1971.

KREUTZ, Lucio. Identidade étnica e processo escolar. In: **Encontro Anual Ampocs**, 22, Caxambu. 27 a 30 de outubro, 1998. Mimeo.

_____. A Educação de Imigrantes no Brasil. In: **500 Anos de Educação no Brasil** (Org. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria;) 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 a. p. 347-370.

KREUTZ, Lúcio. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: **Educação no Brasil: história e historiografia**. Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Campinas: Autores Associados, 2001.

KREUTZ, Lúcio. **A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas**. In: Fronteiras: Revista Catarinense de História. Santa Catarina: UFSC / ANPUH-SC, n. 13, 2005.

KREUTZ, Lúcio. KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial: Magistério e imigração alemã**. Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

KULA, Marcin. **Algumas observações sobre a emigração polonesa para o Brasil**. Estudios Latinoamericanos - CESLA. Ossolineum Warszawa: Polska Akademia Nauk-Institut Historii, 1976.

KULA, Marcin. **Polonia brazylijska**. Warszawa: Ludowa Spółdzielnia Wydawnicza, 1981.

KULA, Marcin. (1977). “Carta dos imigrantes do Brasil”. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. VIII., p. 9-117, 1977.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980**. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LÖWY, Michael. O sonho naufragado: a Revolução de Outubro e a questão nacional. **Lutas sociais**, n. 7, p. 131-41, 2001, São Paulo. Disponível em: <www.pucsp.br/neils/downloads/v7_michael_lowy.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. “Per essere alcuno nella vita”: escolas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. In: **MÉTIS: história & cultura** – v. 9, n. 17, p. 153-168, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1031>. Acesso em: 20 mai. 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela. As Escolas Étnico - Comunitárias Italianas no Rio Grande do Sul: O olhar dos Cônsules e Agentes Consulares. In: LUCHESE, T. Â. & KREUTZ, L. (Org.). **Imigração e Educação no Brasil: Histórias, Práticas e Processos Escolares**. Santa Maria. Ed. UFSM, 2011.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação polonesa: os fundamentos da educação escolar étnica revisitados. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (orgs.). **Imigração e educação no Brasil: histórias, processos e práticas escolares**. Santa Maria: UFSM, 2011, p. 165-190.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação Polonesa: os fundamentos da Educação Escolar étnica Revisitados. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos**, João Pessoa: UFP, 2012. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MACHIOSKI, Fábio Luiz. Entre os múltiplos “lá” e “cá”: a pluralidade e a transitoriedade da identidade etnocultural dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. **Revista de História Regional**: UEPG. 23(2): 279-300, 2018. Disponível em:

<http://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/12072>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MALCZEWSKI, Zdzisław. **A presença dos poloneses e comunidade polônica no Rio de Janeiro**. Warszawa: CESLA UW, 1998.

MALCZEWSKI, Zdzisław, WACHOWICZ, Ruy C. **Perfis polônicos no Brasil**. Curitiba: Vicentina, 2000.

MALCZEWSKI, Zdzisław SChr; SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Tributo dos poloneses à Águia de Haia. No 90o aniversário da morte de Rui Barbosa / *Old Polaków dla Orla z Hagi. W 90 Rocznice Smierci Rui Barbosy*, Curitiba: Consulado Geral da República da Polônia em Curitiba e **Polonicus**: Revista de Reflexão Brasil-Polônia/Missão Católica polonesa no Brasil – Ano 4, n. 7-8 (jan-dez 2013) – Curitiba.

MALCZEWSKI, Zdzisław SChr. **Marcas da Presença polonesa no Brasil**. Varsóvia, Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerykańskich – Uniwersytetu Warszawskiego [Universidade de Varsóvia], 2008. [edição. em português].

MALCZEWSKI, Zdzisław SChr. **Polônia e polono-brasileiros: história e identidades**. Curitiba: Vicentina, 2007.

MALCZEWSKI, Zdzisław SChr. A imprensa da comunidade polônica brasileira. **Polonicus**: Revista de Reflexão Brasil-Polônia Missão Católica polonesa no Brasil. Disponível em: https://www.polonicus.com.br/site/biblioteca_interna.php?cod=29. Acesso em: 20 jan. 2019.

MALCZEWSKI, Zdzisław SChr. Os poloneses e seus descendentes no Brasil: esboço histórico e situação atual da colônia polonesa no Brasil. **Polonicus**: Revista de Reflexão Brasil-Polônia Missão Católica polonesa no Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.polonicus.com.br/site/historia.php>. Acesso em: 14 mai. 2017.

MALIKOSKI, Adriano. Escolas Étnicas Polonesas no Rio Grande do Sul – 1875-1939. In: 19 ENCONTRO DA ASPHE – ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2013, Pelotas. **ASPHE: Anais Eletrônicos**. Disponível em: <asphe.blogspot.com>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MALIKOSKI, Adriano. **Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, (1875-1939)**. 2014. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2014.

MALINOWSKI, Mariusz, SIUDA-AMBROZIAK, Renata. O gaúcho-polonês no contexto da pluralidade étnica do Rio Grande do Sul. In: **Projeções**. Revista de estudos polonobrasileiros. Curitiba: BRASPOL, Ano II, 2, p. 47-64, 2000.

MARIN, M. F. **Trabalho escravo, trabalho livre**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARQUETI, Delcio. **Matem que eu respondo!**: Militares e imigrantes poloneses na Zona Estratégica do Paraná (virada do século XIX para o século XX). São Leopoldo: Unisinos, 2015. 290f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História,

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus Emigrados na América Latina (até 1939)**. Tradução de Mariano Kawka. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

MAZUREK, Jerzy (Org). **Os poloneses sob o Cruzeiro do Sul**. Varsóvia: Editora: Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, 2009.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **Identidades Traduzidas: Cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NALEWAJKO, Malgorzata. Los polacos em el Perú y la imagen del país em sus testimonios. Editora Oikos: São Leopoldo, 2018. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Osvaldo (Orgs). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. Editora Oikos: São Leopoldo, 2018.

NAWROSKI, Alcione. **Amor à terra: a função social da escola no meio rural**. Florianópolis: 2017. 1085f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 14 mar. 2017.

OLIVEIRA, Márcio de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.22, n 43, janeiro-junho de 2009, p.218-237. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a12.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

OLIVEIRA, Marcio. A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba. **Revista Sociedade e Estado - Volume 30 Número 3 Setembro/Dezembro 2015**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000300799. Acesso em: 13 de mar. 2018.

PARADOWSKA, Maria. Podróznicy i emigranci. Szkice z dziejów polskiego wychodźstwa w Ameryce Południowej. Warszawa: **Interpress**, 1984. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/podroznicy-i-emigranci-szkice-z-dziejow-polskiego-wychodzstwa-w-ameryce-podniowej/oclc/16351266>. Acesso em: 27 de jan. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PITÓN, Jan. Periódicos de língua polonesa no Brasil. **Anais da Comunidade brasileiro-**

polonesa, vol. III, Curitiba, 1971. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná.

POLANCZYK, Antonio José. **O imigrante polonês e a colônia Guarany**. Porto Alegre: Renascença; Edigal, 2010.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne, **Teorias da Etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth; tradução de Elcio Fernandes – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011.

RAMBO, Arthur Blásio. **A Natureza como Síntese**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

RATACHESKI, Alir. Cem anos de Ensino no Paraná. In **Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná: 1853-1953**. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

RENAN, Ernest. **Que é uma nação?** Tradução de Samuel Titan Jr. Plural; Sociologia, USP, 4, 1. Sem., p. 154-175, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75901/79400>. Acesso em: 30 de mai. 2018.

RENK, Valquíria Elita. **As Escolas Étnicas Polonesas e Ucrânicas no Paraná**. Curitiba: Appris, 2014.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. v. I e II. Porto Alegre: Editora Globo. 1969.

RODRIGUES, Maysa Gomes. Imigrantes e processo escolar em Minas Gerais: os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. In: Thais Nívea de Lima e Fonseca; Cynthia Greive Veiga (Org). **História da Educação**: temas e problemas. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, v. 1, p. 449-477.

RODRIGUES, Icles. **Histórias e Memórias da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra no leste europeu a partir do Heavy Metal**: análise da obra da banda Sabaton. Florianópolis: 2016. 276f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

RODYCZ, Wilson Carlos. **Os imigrantes poloneses na Colônia Lucena – Itaiópolis**: se um marreco pisar no gelo ele quebra. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2011.

ROTMAN, Flávio. **Redenção**: os Judeus são um Povo, uma Nação. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2008.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada**. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores, v. II).

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

RÜSEN, Jörn. **Cultura Faz Sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SADER, Emir. Prólogo à edição brasileira. In: LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global Editora, 1986.

SALINAS FORTES, Luiz Roberto. Prefácio. In: ROUSSEAU, Jean Jacques. **Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 167 p. – (Coleção História & reflexões, 10).

SANTOS, Milton (et al). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Sonia Beatriz dos. Feminismo Negro Diáspórico, 2007. **Revista Gênero**. Niterói, v.8, n.1, p. 11-26, 2.sem.2007. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/157/100>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imaginar é difícil (porém necessário)**. Prefácio. In: ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SCHNEIDER, Regina Portela. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: Ufrgs/EST, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico 91**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p.31-63, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: H. Povia Neto; A. P. Ferreira. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan / FAPERJ, 2005, v. , p. 17-34.3.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 26, n. 77. p. 47-62, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-690920110003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28 de mar. 2018.

SEYFERTH, Giralda. Memória Coletiva, Identidade e Colonização: representações da diferença cultural no sul do Brasil. **Revista Métiis: história & cultura** – v11, n.22, p. 13-39, jul/dez 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1574>. Acesso em: 15 de out. 2018.

SILVA, Douglas Mansur. Exilados anti-salazaristas e suas relações com o nacionalismo e a questão colonial. In NETO, Helion Povoá; FERREIRA, Ademir (org). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos imigratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SILVA, Fabiana Regina. **A Constituição dos Processos Educacionais: História da Educação em Frederico Westphalen/RS (1917 – 1950)**. 165 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria - RS, 2014.

SILVA, Fabiana Regina. ZALESKI TRINDADE, Rhuan Targino. Estado Novo, campanha de nacionalização e a restrição nos processos de sociabilidade étnica entre os polono-brasileiros no sul do Brasil: União das Sociedades Oswiata. **Revista Semina**. V. 16, N.º 2, 1-22, 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/8181>. Acesso em: 29 nov. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.

SIEWIERSKI, Henryk. Os poloneses nos 500 anos do Brasil. In: **Brasil 500**, República das Etnias. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

SIEWIERSKI, Henryk. **História da Literatura Polonesa**. Brasília: Editora: UNB, 2000.

SIKORA, Mafalda Ales. As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios: Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II - (Campo Largo – Paraná) 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). In: **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIRKIS, Alfredo. **Corredor Polonês**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Religião na construção da identidade étnica dos polono-brasileiros. In: AUGUSTO, Isabel Regina; DADALTO, Maria Cristina; SIUDA-AMBROZIAK, Renata (Organizadoras) **Subjetividades em trânsito: memória, emoção, e-imigração e identidades**. – Macapá / Rio de Janeiro: UNIFAP / Bonecker, 2017.

SLODKOWSKI, Aline Carlise. **Memórias vivas e a Polonidade no município de Guarani das Missões/RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SMITH, Anthony D. O Nacionalismo e os Historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal e ANDERSON, Benedict. **Um Mapa da Questão Nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto,

2000.

SMOLANA, Krzysztof & DEMBICZ, Andrej. **A presença polonesa na América Latina**. Roteiros poloneses na América Latina. CESLA: Centro de Estudos Latino-Americanos. Varsóvia: Universidade de Varsóvia, 1996.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, Ilhoas, Polacas**: A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fábio. Nación. In: **Lenguaje y Revolución**: Conceptos políticos clave em el Río de La Plata, 1780-1850, Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.

SOUZA, Gerson Cesar. **O Imortal Coronel Bodziak**. Paraná: Consulado da República da Polônia, 2016.

STANISLAW, Arnold; ZYCHOWSKI, Marian. **Esboço da história da Polônia**. Varsóvia: Polônia, 1963.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Porto Alegre: EST/UCS. Caxias do Sul, 1976.

STAWINSKI, Alberto Victor. Introdução. In: GARDOLINSKI, Edmundo. **Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educ, 1977.

STOLTZ, Roger. **Cartas de Imigrantes**. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: As Identidades Nacionais. CNRS/Paris, Tradução de Eliane Cezar. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n.15, 2001/2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609>. Acesso em: 20 abr. 2018.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria Social Crítica na era dos Meios de Comunicação de Massa. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

TÖLÖLYAN, Khachig. Estudos da diáspora: passado, presente e promessa. **Revista Translatio**: Tradução e Diásporas Negras. Porto Alegre, n. 13, Junho de 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/73758/42065>. Acesso em: 16 ago. 2018.

TOMACHESKI, Mauro Baltazar. **A terra prometida da Virgem Maria**: imigrantes, viajantes intelectuais e colonos na imigração polaca. 2014. 264 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2014.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**: Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Editora Unesp, 2016.

VEIGA, Cynthia. Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **As escolas da colonização polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.

WACHOWICZ, Rui Christovam. (1970), “A Febre Brasileira na imigração polonesa”, em: Superintendência das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**, vol. I, Curitiba: Imprimax Ltda., pp. 29- 58.

WACHOWICZ, Rui Christovam. Aspectos políticos e ideológicos da imigração polonesa no Brasil (1869-1964). **Blog Czytelnia Język Portugalski** (Leitura – Língua portuguesa), 2010. Disponível em: http://googleweblight.com/?lite_url=http://czytelniabrasil.blogspot.com/2010/09/aspectos-rwachowicz.html?m%3D1&ei=0qBpmR-N&lc=ptBR&s=1&m=670&host=www.google.com.br&ts=1489755156&sig=AJsQQ1BfCH0lvN262zDGFGKwUCr128de&lite_refresh=1548724658721. Acesso em: 30 mai. 2018.

WEBER, Regina. WENCZENOVICZ, Thaís J. Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul. In: **Revista História Unisinos**, 2012, São Leopoldo. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2012.161.14/831>. Acesso em: 20 dez. 2014.

WEBER, Regina. Estudos Étnicos no Rio Grande do Sul: Análise Historiográfica. In: Herédia, Vania Beatriz Merlotti & Radunz, Roberto (Orgs), **História e Imigração**, Caxias do Sul: UCS, 2011.

WEBER, Regina; Zaleski Trindade, Rhuan Targino Imigrantes poloneses no Brasil no contexto da dominação austríaca. **Revista del CESLA**, núm. 19, 2016, pp. 269-289. Uniwersytet Warszawski Varsovia, Polónia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/2433/243349208012/>. Acesso em: 20 de out. 2018.

WEBER, Regina. (2015), “Agentes e intelectuais étnicos entre os poloneses”, **Revista Tempos Históricos**, vol. 19, n. 1, pp. 253-273. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11712>. Acesso em: 08 de dez. 2018.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. (org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. **Pequeninos Poloneses: crianças e suas famílias durante a imigração Polônia/Brasil de 1920 a 1960**. Passo Fundo: Méritos, 2014.

WINCK, Otto Leopoldo. **Minha pátria é minha língua: identidade e sistema literário na Galiza**. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2017.

WONZOWSKI, João Ladislau. **Nos Peraus do Rio das Antas**. Porto Alegre: Edições EST, 1976.

YIN, Robert. **Pesquisa Qualitativa**: do Início ao Fim. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura**: Usos da Cultura na Era Global; Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZALESKI TRINDADE, Rhuan Targino Z. A II República da Polônia e os imigrantes poloneses no Brasil meridional (1918-1939). **Rev. História Helikon**, Curitiba, v.3, n.6, p.126-142. 2 semestre, 2016 Disponível em:

https://www.academia.edu/33048584/A_II_Rep%C3%BAblica_da_Pol%C3%B4nia_e_os_imigrantes_poloneses_no_Brasil_meridional_1918-1939. Acesso em: 23 nov. 2017.

ZALESKI TRINDADE, Rhuan T. Z. Os periódicos polono-brasileiros: historiografia, fontes e temas de pesquisa. **História Unicap**, v. 3, n. 6, p. 280-293, 2016. Disponível em:

<http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/884>. Acesso em: 30 dez. 2018.

ZALESKI TRINDADE, Rhuan Targino. MALIKOSKI, Adriano. Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul e a I Guerra Mundial: as divisões na colônia polonesa através do relatório “A Missão Polaca”. **Revista de História Regional** 23(2): 256-278, 2018. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 29 nov. 2018.

ZALEWSKA-TRAFISZOWA, Halina, **A instrução na Polônia**. Varsóvia: Editora Polônia, 1966.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional**. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS. Santa Maria: Editora UFSM. 2006.

ZARTH, P. A. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. **Imigração e revolução**: lituanos, poloneses e russos sob vigilância do DEOPS. São Paulo: EDUSP, 2010.

ANEXOS E/OU APÊNDICES

ANEXO A - Modelo de anotação da pasta Ruy C. Wachowicz, do Acervo dos Padres da Missão São Vicente de Paulo – Curitiba- PR.

